



MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2023



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

São Luís
2023

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2023

Organização

Ednarg Fernandes Marques

Promotor de Justiça

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

Redação e Revisão

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista Ministerial - SEPLAG

Luanna Kerlys Moura Ferreira

Chefe de Seção – SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Assessor Técnico - SEPLAG

Guilherme Ferre da Silva

Chefe de Seção – SEPLAG

Ana Beatriz Vieira da Silva

Estagiária de Graduação

Normalização

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Projeto Gráfico

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Fotos

Acervo do MPMA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau

CEP: 65076-820. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1600 / 3219-1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão

“Ed. Aurora Correia Lima Félix”

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro

CEP: 65020-910. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1804 / 3219-1980

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2023. – São Luís: Procuradoria
Geral de Justiça, 2024.

482 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
GESTÃO 2023**

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Procurador-Geral de Justiça

**Theresa Maria Muniz Ribeiro de la
Iglesia**
Promotora de Justiça
Chefe de Gabinete da PGJ

Danilo José de Castro Ferreira
Procurador de Justiça
Subprocurador-Geral de Justiça para
Assuntos Jurídicos

Regina Maria da Costa Leite
Procuradora de Justiça
Subprocuradora-Geral de Justiça para
Assuntos Administrativos

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE
JUSTIÇA - CPMP**

Mariléa Campos dos Santos Costa
Procuradora de Justiça – Secretária

**CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO - CSMP**

**Maria de Fátima Rodrigues Travassos
Cordeiro**
Procuradora de Justiça – Secretária

**CORREGEDORIA GERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO - CGMP**

Themis Maria Pacheco de Carvalho
Procuradora de Justiça
Corregedora-Geral do Ministério Público

Alessandra Darub Alves
Promotora de Justiça
Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral
do Ministério Público

**Promotores (as) de Justiça Corregedores
Cássius Guimarães Chai**

Promotor de Justiça Corregedor

Fátima Maria Sousa Arôso Mendes

Promotora de Justiça Corregedora

Francisco de Aquino da Silva

Promotor de Justiça Corregedor

Geraulides Mendonça Castro

Promotora de Justiça Corregedora

Laert Pinho de Ribamar

Promotor de Justiça Corregedor

**Maria de Jesus Rodrigues Araújo
Heilmann**

Promotora de Justiça Corregedora

Sirlei Castro Aires Rodrigues

Promotora de Justiça Corregedora

**ESCOLA SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO – ESMP**

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Promotora de Justiça

Diretora da Escola Superior do Ministério
Público

Ana Luíza Almeida Ferro

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

Elyjeane Alves Carvalho

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

**CENTROS DE APOIO
OPERACIONAL - CAO**

Alenilton Santos da Silva Júnior

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa dos Direitos das
Pessoas Idosas e das Pessoas com
Deficiência – CAO-PIPD

Alessandro Brandão Marques

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio
Operacional Criminal – CAO-Crim

Alineide Martins Rabelo Costa

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAO-Consumidor

Cristiane Gomes Coelho Maia Lago

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAO-DHC

Eduardo Borges Oliveira

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAO-EDUCAÇÃO

Gleudson Malheiros Guimarães

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CAO-IJ

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural – CAO-UMA

Maria da Glória Mafra Silva

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde – CAO-Saúde

Nahyma Ribeiro Abas

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Fiscal da Probidade Administrativa – CAO-ProAd

Sandra Fagundes Garcia

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero - CAO-MULHER

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri – CAO-JÚRI

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

ASSESSORIA ESPECIAL - ASSESP

Lúcia Cristiana Silva Chagas

Promotora de Justiça
Assessora-Chefe da Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça

Pedro Lino Silva Curvelo

Promotor de Justiça – Coordenador Assessoria Especial de Investigação

DIRETORIA GERAL - DG

Júlio César Guimarães

Diretor Geral

SECRETARIA ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA - SEAF

José Henrique Frazão Costa

Diretor

SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS - SECINST

José Márcio Maia Alves

Promotor de Justiça - Diretor

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Ednarg Fernandes Marques

Promotor de Justiça – Diretor

COORDENADORIAS

Ana Maria Alvares Nunes do Rêgo

Coordenadoria de Distribuição de Processos – CDP

Erickson Fillippe Marques Menezes
Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG
Lara Mesquita Macedo
Seção de Transportes

Gilberto Duailibe Moucherek
Coordenadoria de Obras, Engenharia e
Arquitetura - COEA

José Walter Gonçalves Silva Júnior
Coordenadoria da Folha de Pagamento –
CFP

Luiz Muniz Rocha Filho
Promotor de Justiça
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e
Inteligência – CAEI

Seção de Segurança Institucional
Regina Cláudia dos Santos Gomes
Major QOPM
Edmilson Cutrim da Silva Júnior
Capitão QOPM

Maria de Fátima Moraes
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Daniella Salomão Prazeres Martins
Seção de Saúde Funcional

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadoria de Documentação e
Biblioteca – CDB

Nayana Santos Martins Neiva Sobral
Coordenadoria de Modernização e
Tecnologia da Informação – CMTI

Poliana Marta Ribeiro de Abreu
Coordenadoria de Comunicação - CCOM

Roseane Brandão Pantoja
Coordenadoria de Administração - CAD

Tatiana Alves de Paula
Coordenadoria de Orçamento e Finanças -
COF

ASSESSORIAS
Andréa de Melo Nogueira Duarte
Chefia de Cerimonial – CER

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Assessoria de Controle Interno e Auditoria -
ASSCIAUD

Conceição de Maria Correa Amorim
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Ednarg Fernandes Marques
Promotor de Justiça – Assessor Chefe
Assessoria Técnica - ASSTEC

Maria Emília Martins Silva
Assessoria Técnica da Administração –
ASTECAADM

Maria do Socorro Quadros de Abreu
Assessoria Jurídica da Administração –
AJAD

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE
COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES
CRIMINOSAS – GAECO/MA**

Promotores de Justiça integrantes
Luiz Muniz Rocha Filho - Coordenador
Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite
Fernando Antônio Berniz Aragão

GAECO REGIONAL - IMPERATRIZ
Promotores de Justiça integrantes
Fábio Santos de Oliveira
Glauce Mara Lima Malheiros
Raquel Chaves Duarte Sales

GAECO REGIONAL - TIMON
Promotor de Justiça integrante
Francisco Fernando de Moraes Meneses
Filho

**DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DE
JUSTIÇA DA CAPITAL**

Haroldo Paiva de Brito
Promotor de justiça - Diretor

**PROGRAMA DE GESTÃO
AMBIENTAL SUSTENTÁVEL –
INTEGRAR E FLORESCER**

Mariléa Campos dos Santos Costa
Procuradora de Justiça - Presidente da
Comissão de Gestão Ambiental do MPMA

**PROGRAMA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL**

Integrantes da Comissão Gestora
Washington Luiz Maciel Cantanhede
Ana Luiza Almeida Ferro
Karla Adriana Holanda Farias Vieira
Promotores de Justiça

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e
Biblioteca da PGJ

**MEMORIAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO/MA**

Suzane Maria Pinto Viégas

**CENTRO CULTURAL E
ADMINISTRATIVO DO MPMA**

Dulce de Maria Alves Serra Moreira
Administração
Francisco Colombo Lobo
Curadoria

PROCURADORES(AS) DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

1. Ana Lídia de Mello e Silva Moraes
2. Carlos Jorge Avelar Silva
3. Danilo José de Castro Ferreira
4. Domingas de Jesus Froz Gomes
5. Eduardo Daniel Pereira Filho
6. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
7. Francisco das Chagas Barros de Sousa
8. Iracy Martins Figueiredo Aguiar
9. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
10. José Antônio Oliveira Bents
11. José Henrique Marques Moreira
12. José Ribamar Prazeres
13. Krishnamurti Lopes Mendes França
14. Lígia Maria da Silva Cavalcanti
15. Lize de Maria Brandão de Sá Costa
16. Marco Antônio Anchieta Guerreiro
17. Maria de Fátima Rodrigues Travassos
Cordeiro
18. Maria Luíza Ribeiro Martins
19. Mariléa Campos dos Santos Costa
20. Orfileno Bezerra Neto
21. Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
22. Paulo Silvestre Avelar Silva
23. Raimundo Nonato de Carvalho Filho
24. Regina Lúcia de Almeida Rocha
25. Regina Maria da Costa Leite
26. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
27. Sâmara Ascar Sauer
28. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
29. Selene Coelho de Lacerda
30. Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
31. Themis Maria Pacheco de Carvalho

**PROMOTORES(AS) DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA – 2023
ENTRÂNCIA FINAL**

1. Abel José Rodrigues Neto
2. Adélia Maria Souza Rodrigues Moraes
3. Agamenon Batista de Almeida Júnior
4. Albert Lages Mendes
5. Alineide Martins Rabelo Costa
6. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite
7. Ana Luiza Almeida Ferro
8. Ana Teresa Silva de Freitas
9. Andria Márcia Ribeiro de Souza
10. Antônio Augusto Nepomuceno Lopes
11. Antônio Coelho Soares Júnior
12. Arnaldo Jorge de Castro Ferreira
13. Bianka Sekeff Sallem Rocha
14. Carla Mendes Pereira Alencar
15. Carlos Alberto Garcia
16. Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

17. Carlos Henrique Rodrigues Vieira
18. Cássius Guimarães Chai
19. Celso Antônio Fernandes Coutinho
20. Christiane de Maria Ericeira Silva
21. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
22. Cláudio José Sodré
23. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
24. Cláudio Rebêlo Correia Alencar
25. Clodomir Bandeira Lima Neto
26. Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
27. Doracy Moreira Reis Santos
28. Douglas Assunção Nojosa
29. Ednarg Fernandes Marques
30. Eliane da Costa Ribeiro Azor
31. Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça
32. Elyjeane Alves Carvalho
33. Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
34. Emmanuella Souza de Barros Bello Peixoto
35. Esdras Liberalino Soares Júnior
36. Eveline Barros Malheiros
37. Fanny de Sousa Brandes
38. Fátima Maria Sousa Arôso Mendes
39. Fernanda Helena Nunes Ferreira
40. Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho
41. Flávia Valéria Nava Silva
42. Francisco de Aquino da Silva
43. Francisco Teomário Serejo Silva
44. Frank Teles de Araújo
45. Frederik Bacellar Ribeiro
46. Geraulides Mendonça Castro
47. Gilberto Câmara França Júnior
48. Giorgionni Matos Lauande Fonseca
49. Gladston Fernandes de Araújo
50. Haroldo Paiva de Brito
51. Herberth Costa Figueiredo
52. Ilana Franco Bouéres Laender Morais
53. Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
54. João Leonardo Sousa Pires Leal
55. João Marcelo Moreira Trovão
56. Joaquim Ribeiro de Souza Júnior
57. Jorge Luís Ribeiro de Araújo
58. José Alexandre Rocha
59. José Augusto Cutrim Gomes
60. José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
61. José Lucíolo Gorayeb Santos
62. José Márcio Maia Alves
63. Justino da Silva Guimarães
64. Karla Adriana Holanda Farias Vieira
65. Laert Pinho de Ribamar
66. Lana Cristina Barros Pessoa
67. Lena Cláudia Ripardo Pauxis
68. Leonardo Rodrigues Tupinambá
69. Lindonjonson Gonçalves de Sousa
70. Lítia Teresa Costa Cavalcanti
71. Lúcia Cristiana Silva Chagas
72. Luís Carlos Corrêa Duarte
73. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
74. Luiz Gonzaga Martins Coelho
75. Luiz Muniz Rocha Filho
76. Márcia Haydée Porto de Carvalho
77. Márcia Lima Buhatem
78. Márcia Moura Maia
79. Márcio José Bezerra Cruz
80. Márcio Thadeu Silva Marques
81. Marco Aurélio Batista Barros
82. Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues
83. Marco Aurélio Ramos Fonseca
84. Marcos Valentim Pinheiro Paixão
85. Maria da Glória Mafra Silva
86. Maria da Graça Peres Soares Amorim
87. Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann
88. Maria Do Socorro Viégas Reis Leite
89. Maria Luciane Lisboa Belo
90. Maria Teresa Pestana Chaves Barros
91. Marinete Ferreira Silva Avelar
92. Martha Helena Costa Ribeiro
93. Maruschka de Mello E Silva Brahuna
94. Moema Figueiredo Viana Pereira
95. Nacor Paulo Pereira Dos Santos
96. Nahyma Ribeiro Abas
97. Norimar Gomes Nascimento Campos
98. Núbia Zeile Pinheiro Gomes
99. Orlando Pacheco de Andrade Filho
100. Oziel Costa Ferreira Neto
101. Pablo Bogéa Pereira Santos
102. Patrícia Pereira Espínola
103. Paulo José Miranda Goulart
104. Paulo Roberto Barbosa Ramos
105. Pedro Lino Silva Curvelo
106. Raimundo Benedito Barros Pinto
107. Raimundo Nonato Sousa Cavalcante
108. Raquel Pires de Castro
109. Raquel Silva de Castro
110. Reginaldo Júnior Carvalho
111. Rodolfo Soares dos Reis
112. Ronald Pereira dos Santos
113. Rosalvo Bezerra de Lima Filho

- | | |
|--|--|
| 114. Rosanna Conceição Gonçalves | 122. Susete Marques Palmeira |
| 115. Samaroni de Sousa Maia | 123. Tarcísio José Sousa Bonfim |
| 116. Sarah Albuquerque de Sousa Santos | 124. Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia |
| 117. Sebastiana de Cássia Araújo Muniz | 125. Uiuara de Melo Medeiros |
| 118. Selma Regina Souza Martins | 126. Valdenir Cavalcante Lima |
| 119. Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato | 127. Vicente de Paulo Silva Martins |
| 120. Sílvia Menezes de Miranda | 128. Washington Luiz Maciel Cantanhede |
| 121. Sirlei Castro Aires Rodrigues | 129. Willer Siqueira Mendes Gomes |
| | 130. Zanony Passos Silva Filho |

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

- | | |
|---|---|
| 1. Aarão Carlos Lima Castro | 39. Francisco de Assis da Silva Júnior |
| 2. Alenilton Santos da Silva Júnior | 40. Francisco de Assis Maciel Carvalho Júnior |
| 3. Alessandro Brandão Marques | 41. Francisco de Assis Silva Filho |
| 4. Aline Albuquerque Bastos | 42. Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho |
| 5. Alline Matos Pires Ferreira | 43. Francisco Hélio Porto Carvalho |
| 6. Ana Cláudia Cruz dos Anjos | 44. Gabriel Sodré Gonçalves |
| 7. André Charles Alcântara Martins Oliveira | 45. Gabriele Gadelha Barboza de Almeida |
| 8. André Luis Lopes Rocha | 46. Giovanni Papini Cavalcanti Moreira |
| 9. Antônio Borges Nunes Júnior | 47. Glauce Mara Lima Malheiros |
| 10. Antônio Lisboa de Castro Viana Júnior | 48. Gleudson Malheiros Guimarães |
| 11. Camila Gaspar Leite | 49. Guaracy Martins Figueiredo |
| 12. Carla Tatiana de Jesus Ferreira Castro | 50. Guilherme Gouvêa Fajardo |
| 13. Carlos Allan da Costa Siqueira | 51. Gustavo Antônio Chaves Dias |
| 14. Carlos Augusto Ribeiro Barbosa | 52. Gustavo de Oliveira Bueno |
| 15. Carlos Augusto Soares | 53. Hagamenon de Jesus Azevedo |
| 16. Carlos Rafael Fernandes Bulhão | 54. Henrique Hélder de Lima Pinho |
| 17. Carlos Róston Martins Freitas | 55. Herlane Maria Lima Fernandes |
| 18. Clodoaldo Nascimento Araújo | 56. Hortênsia Fernandes Cavalcanti |
| 19. Cristiane Carvalho de Melo Monteiro | 57. Ilma de Paiva Pereira |
| 20. Cristiane dos Santos Donatini | 58. Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva |
| 21. Crystian Gonzalez Boucinhas | 59. Jadilson Cirqueira de Sousa |
| 22. Dailma Maria de Melo Brito Fernández | 60. John Derrick Barbosa Braúna |
| 23. Denys Lima Rêgo | 61. José Carlos Faria Filho |
| 24. Domingos Eduardo da Silva | 62. José Frazão Sá Menezes Neto |
| 25. Eduardo André de Aguiar Lopes | 63. José Jailton Andrade Cardoso |
| 26. Eduardo Borges Oliveira | 64. Júlio Aderson Borralho Magalhães Segundo |
| 27. Elisete Pereira dos Santos | 65. Karina Freitas Chaves |
| 28. Fabiana Santalúcia Fernandes | 66. Klycia Luíza Castro de Menezes |
| 29. Fábio Henrique Meirelles Mendes | 67. Larissa Sócrates de Bastos |
| 30. Fábio Menezes de Miranda | 68. Laura Amélia Barbosa |
| 31. Fábio Murilo da Silva Portela | 69. Lays Gabriella Pedrosa Souza |
| 32. Fábio Santos de Oliveira | 70. Leonardo Santana Modesto |
| 33. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira | 71. Letícia Teresa Sales Freire |
| 34. Felipe Augusto Rotondo | 72. Lícia Ramos Cavalcante Muniz |
| 35. Felipe Boghossian Soares da Rocha | 73. Linda Luz Matos Carvalho |
| 36. Fernando Antônio Berniz Aragão | |
| 37. Fernando Evelim de Miranda Menezes | |
| 38. Francisco Antônio Oliveira Milhomem | |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

- | | |
|---|--|
| 74. Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira | 97. Rodrigo de Vasconcelos Ferro |
| 75. Lindomar Luiz Della Libera | 98. Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva |
| 76. Lúcio Leonardo Froz Gomes | 99. Samara Cristina Mesquita Pinheiro Caldas |
| 77. Luís Samarone Batalha Carvalho | 100. Samira Mercês dos Santos |
| 78. Marco Antônio Camardella da Silveira | 101. Sandra Fagundes Garcia |
| 79. Marco Antônio Santos Amorim | 102. Sandra Soares de Pontes |
| 80. Maria Cristina Lima Lobato Murillo | 103. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho |
| 81. Maria José Lopes Corrêa | 104. Sandro Pofahl Bísvaro |
| 82. Marina Carneiro Lima de Oliveira | 105. Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida |
| 83. Michelle Adriane Saraiva Silva Dias | 106. Sérgio Henrique Furtado Coelho |
| 84. Moisés Caldeira Brant | 107. Sérgio Ricardo Souza Martins |
| 85. Nelson Nedes Ribeiro Guimarães | 108. Tharles Cunha Rodrigues Alves |
| 86. Newton de Barros Bello Neto | 109. Thiago Cândido Ribeiro |
| 87. Nilceu Celso Garbim Júnior | 110. Thiago de Oliveira Costa Pires |
| 88. Ossian Bezerra Pinho Filho | 111. Thiago Lima Aguiar |
| 89. Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis | 112. Tiago Carvalho Rohrr |
| 90. Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira | 113. Tiago Quintanilha Nogueira |
| 91. Paula Gama Cortez Ramos | 114. Tibério Augusto Lima de Melo |
| 92. Paulo Roberto da Costa Castilho | 115. Valéria Chaib Amorim de Carvalho |
| 93. Peterson Armando Azevedo de Abreu | 116. Vicente Gildásio Leite Júnior |
| 94. Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira | 117. Weskley Pereira de Moraes |
| 95. Raquel Chaves Duarte Sales | 118. Williams Silva de Paiva |
| 96. Rita de Cássia Pereira Souza | 119. Wladimir Soares de Oliveira |

ENTRÂNCIA INICIAL

- | | |
|---|---|
| 1. Adoniran Souza Guimarães | 24. Márcio Antônio Alves de Oliveira |
| 2. Alessandra Darub Alves | 25. Marco Túlio Rodrigues Lopes |
| 3. Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar | 26. Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima |
| 4. Carlos Pinto de Almeida Júnior | 27. Natália Macedo Luna Tavares |
| 5. Cláudio Borges dos Santos | 28. Raimundo Nonato Leite Filho |
| 6. Elano Aragão Pereira | 29. Raquel Madeira Reis |
| 7. Érica Ellen Beckman da Silva | 30. Reinaldo Campos Castro Júnior* |
| 8. Fernando José Alves Silva | 31. Renato Ighor Viturino Aragão |
| 9. Francisco Jansen Lopes Sales | 32. Rodrigo Alves Cantanhede |
| 10. Frederico Bianchini Joviano dos Santos | 33. Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho |
| 11. Gabriela Brandão da Costa Tavernard* | 34. Rogernilson Ericeira Chaves |
| 12. Gustavo Pereira Silva | 35. Xilon de Souza Júnior |
| 13. Hélder Ferreira Bezerra | |
| 14. Igor Adriano Trinta Marques | |
| 15. João Cláudio de Barros | |
| 16. João José e Silva Veras | |
| 17. João Viana dos Passos Neto | |
| 18. José Artur Del Toso Júnior | |
| 19. José Orlando Silva Filho | |
| 20. Karine Guará Brusaca Pereira | |
| 21. Laécio Ramos do Vale | |
| 22. Leonardo Soares Bezerra | |
| 23. Luciano Henrique Sousa Benigno | |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO | 14 |
| O MINISTÉRIO PÚBLICO | 15 |
| ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR..... | 21 |
| Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)..... | 21 |
| Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (SUBJUR) | 23 |
| Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SUBADM) | 33 |
| Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP) | 37 |
| Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) | 40 |
| Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP) | 47 |
| Procuradorias de Justiça..... | 56 |
| Promotorias de Justiça | 59 |
| Promotora Comunitária Itinerante | 66 |
| Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC)..... | 68 |
| ÓRGÃOS AUXILIARES..... | 78 |
| Escola Superior do Ministério Público (ESMP) | 78 |
| Ouvidoria do Ministério Público | 123 |
| DIRETORIAS..... | 134 |
| Diretoria Geral (DG)..... | 134 |
| Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF)..... | 139 |
| Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST) | 143 |
| Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)..... | 155 |
| Centro Cultural do Ministério Público (CCMP) | 181 |
| ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO | 190 |
| Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça (ASSESP) | 190 |
| Assessoria Técnica (ASSTEC)..... | 192 |
| Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ASSCIAUD) | 228 |
| Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM) | 234 |
| Assessoria Jurídica da Administração (AJAD) | 240 |
| Chefia de Cerimonial (CER)..... | 241 |
| Escritório de Proteção de Dados Pessoais (EPDP) | 249 |
| Comissão de Gestão Ambiental (CGA)..... | 262 |
| Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) | 267 |

| | |
|--|------------|
| CENTROS DE APOIO OPERACIONAIS (CAOs) | 273 |
| Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO/Crim) | 274 |
| Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAO-Consumidor)..... | 280 |
| Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO/UMA)..... | 288 |
| Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAO/DHC)..... | 296 |
| Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAO Educação) | 301 |
| Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ) | 313 |
| Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD) | 324 |
| Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd) | 333 |
| Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde) | 345 |
| Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO-MULHER) | 358 |
| Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAO-JÚRI) | 368 |
| COORDENADORIAS | 378 |
| Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF) | 378 |
| Coordenadoria da Folha de Pagamento (CFP)..... | 384 |
| Comissão Permanente de Licitações (CPL) | 392 |
| Coordenadoria de Administração (CAD)..... | 395 |
| Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) | 402 |
| Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) | 407 |
| Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG) | 433 |
| Coordenadoria de Comunicação (CCOM) | 437 |
| Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)..... | 443 |
| Programa Memória Institucional do MPMA (PMMP)..... | 450 |
| Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)..... | 452 |
| Comissão Permanente de Licitação (CPL) | 463 |
| Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI) | 466 |
| ATOS NORMATIVOS – 2023 | 473 |

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar o Relatório de Atividades do Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, referente ao exercício de 2023, conforme o que estabelece a Instrução Normativa TCE/MA nº 26, de 2011.

Elaborado a partir de informações dos diversos órgãos, unidades e assessorias que compõem o Ministério Público, este relatório é uma prestação de contas à sociedade enfatizando a aplicação dos recursos financeiros recebidos no exercício em questão. Por meio dele, apresentamos as ações desenvolvidas, os resultados obtidos pela atuação proativa movida pelos programas institucionais e, também, os impactos sociais dos serviços prestados.

Muito mais do que uma instituição que tem como uma de suas obrigações a fiscalização e o zelo para com o interesse público, o MPMA dedica-se, incansavelmente, a atender as expectativas do cidadão maranhense, em causas sociais e de interesse da coletividade.

Aliando nossas competências aos recursos disponíveis, ouvindo a sociedade e reportando nossa atuação com transparência, foi possível avançar no processo de gestão, permitindo a realização de ações estruturantes, necessárias para a consolidação e fortalecimento desta instituição prestadora de serviços relevantes à sociedade maranhense.

Nesse ano, nossa atuação, produtividade e resolutividade foram aferidas pelo CNMP, que por meio de uma correição nacional, reconheceu a destacada atuação do nosso Ministério Público. O ano de 2023 foi, ainda, marcado por um avanço considerável na execução do nosso plano de trabalho, tendo havido uma sinergia de esforços entre todos os integrantes da instituição, com o objetivo de fazer cumprir a proposta de trabalho e seu orçamento, construído nesta gestão para o exercício, de forma mais eficiente possível. Assim, foi possível executar 98,55%, do orçamento para o exercício.

Em nossa gestão, o MPMA desenvolveu novos sistemas que aperfeiçoaram a atuação investigativa fazendo-a mais célere e precisa. A Instituição lançou também as bases para o avanço na área da inovação para apresentar, em breve, modernos projetos que trarão mais resolutividade no combate aos problemas que atingem nosso estado.

Como exemplo, cite-se os projetos de pesquisa: Detecção de queimadas nas áreas do cerrado e da Amazônia legal maranhense utilizando técnicas de aprendizagem estatística de máquina e Análise de dados e construção de bancos estatísticos para o desenvolvimento de modelo preditivo na prevenção da violência contra a mulher.

O presente relatório apresenta, resumidamente, o trabalho exercido por Procuradores (as) e Promotores (as) de Justiça, servidores (as) e demais colaboradores (as) que, incansavelmente, dedicam-se à nobre causa de servir.

Com satisfação e alegria, submeto-o à sociedade, com a certeza do dever cumprido, na liderança desta grande instituição parceira dos cidadãos.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

Procurador-Geral de Justiça

O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Auxiliares, conforme Ato Regulamentar nº 22/2020, publicado no DEMP nº 104, de 09/06/2020.

Tabela 01 – Quantitativo de Pessoal no MPMA 2022

| Descrição | TOTAL em 31/12/2023 | % de participação |
|------------------------------|----------------------------|--------------------------|
| Membros | 316 | 13,23 |
| Servidores Efetivos | 599 | 24,98 |
| Exclusivamente Comissionados | 535 | 22,22 |
| Cedidos | 556 | 21,39 |
| Estagiários não obrigatórios | 349 | 16,08 |
| Voluntários | 35 | 2,10 |
| TOTAL | 2.390 | 100 |

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2023.

1 DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Ministério Público compreende:

I – Órgãos da Administração Superior;

II – Órgãos da Administração;

III – Órgãos Auxiliares.

1.1. São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público:

I – Procuradoria Geral de Justiça, composta por;

1. Chefia de Gabinete;

1.1.Coordenadoria de Comunicação;

1.2.Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica;

1.3.Seção de Imprensa;

1.4.Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação;

1.5.Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;

1.6.Seção de Segurança e Rede de Computadores;

1.7.Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos;

1.8.Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário;

2. Assessoria Especial;

2.1.Chefia;

2.2.Assessoria Cível e Administrativa;

- 2.3. Assessoria Criminal e da Probidade Administrativa;
 - 2.4. Assessoria de Controle de Constitucionalidade e Assuntos Institucionais;
 - 2.5. Seção de Cadastro, Distribuição e Controle de Processos;
 - 2.6. Seção de Arquivo e Estatística;
 - 3. Assessoria de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro *ratione muneris*;
 - 4. Assessoria de Controle Interno e Auditoria;
 - 5. Comissão Permanente de Licitação:
 - 5.1. Presidência;
 - 5.2. Pregoeiros;
 - 5.3. Comissão de Licitação;
 - 6. Gabinete de Segurança Institucional;
 - 7. Cerimonial;
 - 8. Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência:
 - 8.1. Coordenação;
 - 8.2. Seção de Apoio Administrativo;
 - 8.3. Seção de Operação;
 - 8.4. Seção de Análise e Inteligência;
 - 8.5. Seção de Segurança Institucional;
 - 8.6. Seção de Transporte e Logística;
 - 8.7. Seção de Operação de Inteligência;
 - 8.8. Seção de Análise de Inteligência;
 - 8.9. Seção de Segurança Institucional;
 - 8.10. Seção de Prevenção e Gerenciamento de Incidentes;
- II – Colégio de Procuradores de Justiça;
- 1. Secretaria do Colégio
- III – Conselho Superior do Ministério Público;
- 1. Secretaria do Conselho
- IV – Corregedoria Geral do Ministério Público.
- 1. Promotor Corregedor;
 - 2. Chefia de Gabinete;
 - 3. Seção de Estatística e Atualização de dados Cadastrais;
 - 4. Seção de Controle de Correções e Procedimentos Administrativos;
 - 5. Seção de Documentação, Arquivo e Informática;
- 1.2. São Órgãos da Administração do Ministério Público:
- I – Procuradorias de Justiça, compostas por:
 - 1. Chefia de Gabinete;
 - 2. Assessorias;
 - II – Promotorias de Justiça, compostas por;

1. Seção de Protocolo;
2. Seção de Apoio Administrativo;
3. Secretaria.

1.3. São Órgãos Auxiliares do Ministério Público:

I – Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;

1. Coordenadoria de Processos:
 - 1.1. Seção Cível;
 - 1.2. Seção Criminal;
2. Assessoria

II – Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;

1. Assessoria

III – Escola Superior do Ministério Público;

1. Diretoria;
2. Conselho Pedagógico;
3. Colegiado do Programa de Pós-Graduação;
4. Órgão de apoio administrativo;
5. Assessoria Pedagógica;
6. Núcleos Regionais;

IV – Ouvidoria do Ministério Público;

1. Gabinete do Ouvidor;
2. Chefia de Secretaria;
3. Assessoria Jurídica

V – Centros de Apoio Operacional;

VI – Assessoria Técnica;

1. Chefia;
2. Núcleos de Assessoria Técnica Regional – NATAR.

VII – Comissão de Concurso;

VIII - Grupamento Especial de Atuação Funcional;

1. Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado –GAECO;
2. Grupo Especializado da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção – GAEPROAD;
3. Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça – NAPROM;
4. Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA
 - 4.1. Coordenadoria;
 - 4.2. Coordenadoria-Adjunta;
 - 4.3. Secretaria;

- 4.4. Seção de Expediente e Estatística;
- 4.5. Seção de Apoio Técnico

IX – Grupamentos Especiais Colegiados;

- 1. Comissão Permanente de Segurança Institucional;
- 2. Comissão de Avaliação e Desempenho;
- 3. Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho;
- 4. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
- 5. Comissão de Gestão Ambiental Sustentável;
- 6. Comitê Gestor de Segurança;
- 7. Comissão de Tecnologia da Informação (CTI);

X – Grupamento de Aprendizagem Supervisionada;

- 1. Serviço voluntário;
- 2. Estágio obrigatório;
- 3. Estágio não-obrigatório;
- 4. Estágio de Pós-graduação;
- 5. Estágio de ensino médio;

XI – Órgãos de Apoio Administrativo;

a) DIRETORIA GERAL

- 1. Gabinete do Diretor Geral;
- 2. SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA;
- 3. Assessoria Jurídica da Administração
 - 3.1. Chefia;
- 4. Assessoria Técnica da Administração:
 - 4.1. Chefia;
- 5. Coordenadoria de Folha de Pagamento;
- 6. Coordenadoria de Administração:
 - 6.1. Seção de Materiais
 - 6.2. Seção de Patrimônio;
 - 6.3. Seção de Compras;
- 7. Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura:
 - 7.1. Seção de Orçamento e Planejamento de Obras;
 - 7.2. Seção de Fiscalização de Obras;
 - 7.3. Seção de Manutenção Predial;
 - 7.4. Seção de Avaliação e Perícia;
- 8. Coordenadoria de Orçamento e Finanças:
 - 8.1 Seção de Controle Contábil;
 - 8.2 Seção de Execução Orçamentária;
 - 8.3 Seção de Controle Financeiro;
- 9. Coordenadoria de Serviços Gerais;

- 9.1 Seção de Manutenção de Serviços Gerais;
- 9.2 Seção de Transporte;
- 9.3 Seção de Análise de Custos;
- 9.4 Seção de Atendimento Operacional;
- 10. Coordenadoria de Gestão de Pessoas
 - 10.1 Seção de Administração de Pessoal;
 - 10.2 Seção de Desenvolvimento de Pessoal;
 - 10.3 Seção de Saúde Funcional.
- b) SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
 - 1. Assessoria de Gestão;
 - 2. Coordenadoria de Documentação e Biblioteca:
 - 2.1 Seção de Pesquisa Jurídica;
 - 2.2 Seção de Editoração e Publicação;
 - 2.3 Seção de Protocolo;
 - 2.4 Seção de Arquivo.
- c) SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
 - 1. Seção de Monitoramento e Avaliação;
 - 2. Curadoria do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público;
 - 3. Assessoria de Planejamento.

XII - Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais;

XIII - Escritório de Proteção de Dados Pessoais.

2 ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS

- Defesa dos Direitos dos Cidadãos – tem como objetivo fiscalizar a conduta dos membros do Poder Executivo, cobrança destes a prestação dos serviços públicos (saúde, educação, segurança pública, assistência às populações carentes, etc.);
- Defesa de Valores Essenciais à Vida – encarregado da defesa do meio-ambiente, saúde pública, direito à vida e combate aos que a ela se opõem (poluentes, traficantes, assaltantes, etc.);
- Defesa das Instituições Públicas – encarregada de processar, civil e administrativamente, os gestores públicos desidiosos ou todos aqueles que se opuseram ou prejudicaram a administração pública, incluídos os que lesaram o patrimônio público;
- Defesa dos Hipossuficientes – tutela os interesses dos não autossuficientes, atuando em defesa de interesses de menores (ações de guarda, tutela, curatela, alimentícias, investigação de paternidade), idosos, populações indígenas;
- Defesa de interesses Sociais e Individuais indisponíveis – todos os bens ou interesses pertencentes a uma só pessoa, ou grupo social definido (interesse coletivo), ou grupo social indefinido (interesse difuso), cujo interesse não esteja ao livre arbítrio da pessoa (ou seja, ela não pode desfazer-se ou desvincular-se daquele interesse), a exemplo dos direitos relativos à personalidade (nome, filiação).

Além das já citadas, pode-se ainda referir à atribuição do Ministério Público o exercício de outras funções que lhe sejam conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade:

- Vistoria de estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;
- Manifestação em processos judiciais cuja presença seja obrigatória por lei, na condição de custos legis (fiscal da lei);
- Interposição de recursos das decisões judiciais nos diversos tribunais existentes, desde que a matéria seja da sua atribuição;
- Intervenção na condição de custos legis nas demandas penais de natureza privada (ação penal privada)
- Participação de todos os atos preparatórios e os propriamente ditos relativos à eleição e apuração de votos;
- Intervenção nas causas em que haja interesses de incapazes, e concernente ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.



ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, eleito para o mandato/biênio 2022-2024, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

a) Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

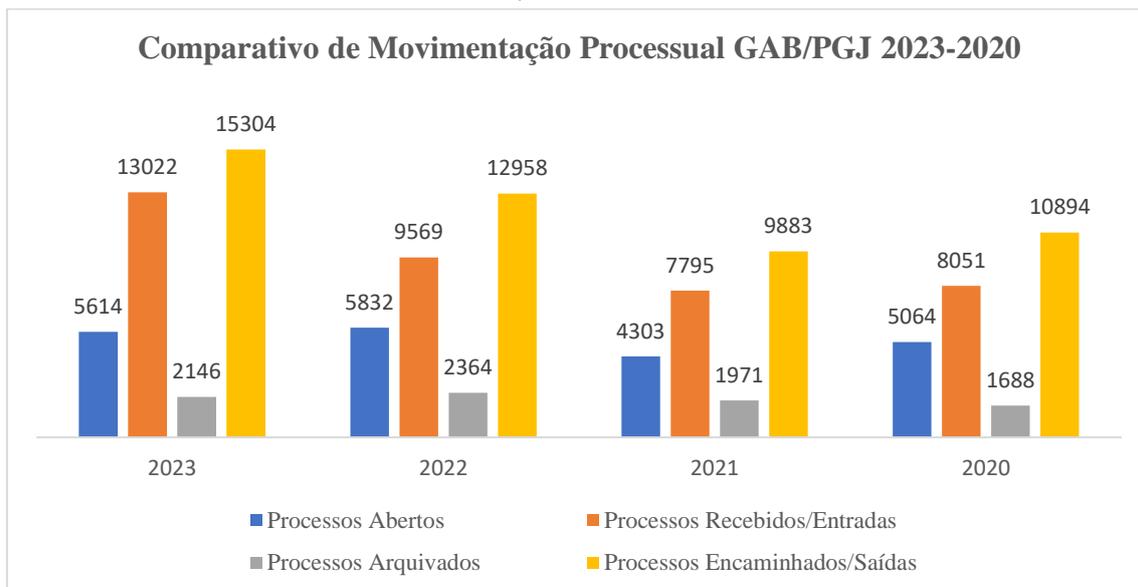
O gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008, dentre elas destacamos:

- Prestar assistência direta e imediata ao Procurador-Geral de Justiça, coordenar as atividades de divulgação das ações institucionais do Ministério Público cuja execução caiba à Coordenadoria de Comunicação validar a inclusão de conteúdo no portal da Procuradoria-Geral de Justiça na Internet.
- Selecionar e distribuir matérias jornalísticas, reunidas pela Coordenadoria de Comunicação, aos órgãos de execução nas respectivas Comarcas a que se referem às notícias (Alerta Mídia).
- Coordenar e autorizar o sítio eletrônico do Ministério Público, receber, conferir, examinar, revisar, registrar e determinar a distribuição de correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Procurador-Geral de Justiça, bem como organizar e manter atualizado o arquivo de documentos de expedientes de correspondências expedidas e recebidas.
- Submeter os documentos recebidos ao Procurador-Geral de Justiça, manter atualizado o registro da documentação privativa do Procurador-Geral de Justiça.

Em 2023, contou com um quadro de apoio técnico composto de 18 (dezoito) servidores, coordenados pela Promotora de Justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de la Iglesia, atualmente investida no cargo de chefe de gabinete.

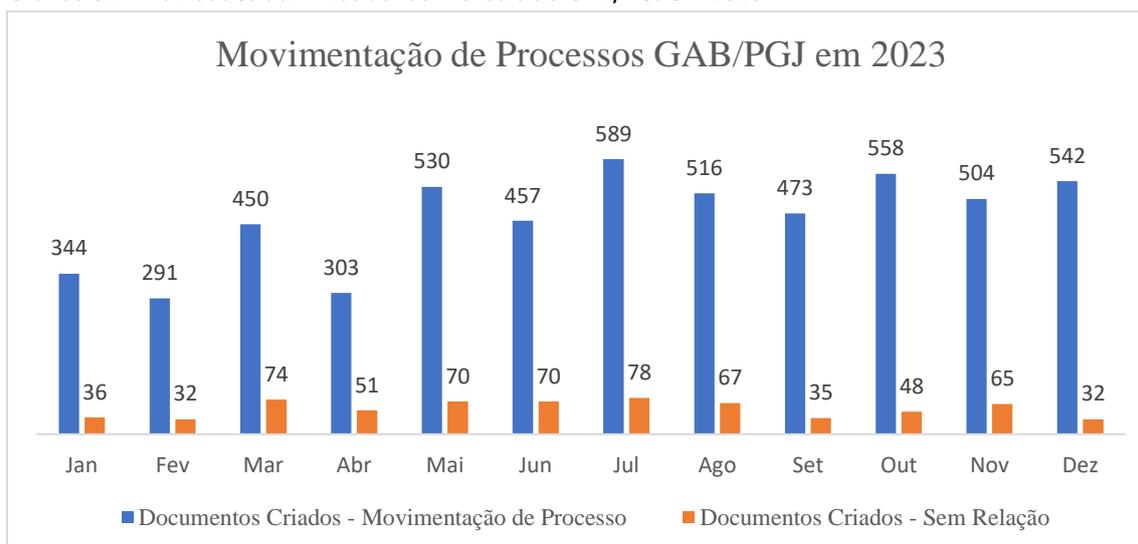
A rotina administrativa do gabinete compreende a emissão de despachos e manifestações em processos administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Gráfico 01 – Atividades administrativas do GAB/PGJ



Fonte: GAB/PGJ,2023.

Gráfico 02 – Atividades administrativas mensais do GAB/PGJ em 2023



Fonte: GAB/PGJ,2023.

Outrossim, destacamos que por força de alteração no Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, as Coordenadorias de Comunicação Social (CCOM) e de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI) foram subordinadas ao gabinete do Procurador-Geral, permitindo novas formas de otimização do trabalho, dentre elas: melhoria no investimento em tecnologia, impulsionamento das mídias sociais e implantação de uma agenda de atendimento ao público.

Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (SUBJUR)

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos exerce relevante papel no âmbito desta Instituição, suas atribuições abrangem áreas cruciais que contribuem para a integridade, eficiência e representação adequada do Ministério Público perante às instâncias superiores, notadamente nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Além disso, conforme estabelecido no art. 8º, do Ato Regulamentar 20/2008, compete ao Subjurídico:

- a) Substituir o Procurador-Geral de Justiça: O Subprocurador-Geral deve assumir as responsabilidades do Procurador-Geral de Justiça em casos de afastamentos ou impedimentos eventuais;
- b) Coordenar as Assessorias do Procurador-Geral de Justiça: Ele é responsável por coordenar os serviços das Assessorias (Investigação e Especial), podendo assinar manifestações em processos judiciais e administrativos, além de ajuizar ações cíveis e criminais no Tribunal de Justiça, cabendo-lhe, ainda, interpor todos os recursos previstos na legislação, sem prejuízo da prioridade de atribuição conferido ao PGJ;
- c) Supervisionar a Coordenadoria de Processos: cabe ao Subjurídico supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos, garantindo a eficiência e a qualidade dos processos conduzidos pela instituição;
- d) Coordenar as Procuradorias Cíveis e Criminais: O Subprocurador-Geral é responsável por coordenar as atividades das Procuradorias Cíveis e Criminais, assegurando a integração e o bom funcionamento dessas áreas;
- e) Elaborar relatórios anuais: anualmente deve-se elaborar e encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, o relatório das movimentações processuais e dos trabalhos realizados pela Assessoria Especial e de Investigação;
- f) Manter o Procurador-Geral de Justiça informado: As decisões tomadas pela Subprocuradoria Geral de Justiça devem ser comunicadas ao Procurador-Geral de Justiça; e
- g) Outras atribuições delegadas: Além das responsabilidades específicas mencionadas, o Subprocurador-Geral está apto a exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

Ao longo de 2023, as atividades no âmbito desta Subprocuradoria foram pautadas no comprometimento com a eficiência operacional, representação institucional e alinhamento com o planejamento estratégico desta Instituição. O foco principal esteve na otimização da tramitação processual, na representação eficaz do Procurador-Geral de

Justiça e na participação ativa em reuniões estratégicas, bem como na coordenação das Assessorias do Procurador-Geral de Justiça.

Deste modo, a seguir, apresentamos um resumo das principais atividades realizadas e os resultados obtidos nesse período.

a) Coordenadoria de Distribuição de Processo

A Coordenadoria de Distribuição de Processos da Procuradoria Geral de Justiça, é responsável pela recepção, cadastramento e distribuição dos processos oriundos do segundo grau, entre outras atividades inerentes ao setor.

No ano de 2023, com o apoio e supervisão desta Subprocuradoria de Justiça, no enfrentamento de gargalhos constantes, como lentidão nos sistemas SIMP e PJe, entre outros, esta conseguiu otimizar as etapas de recepção, cadastramento e distribuição dos processos para as Procuradorias Cíveis e Criminais.

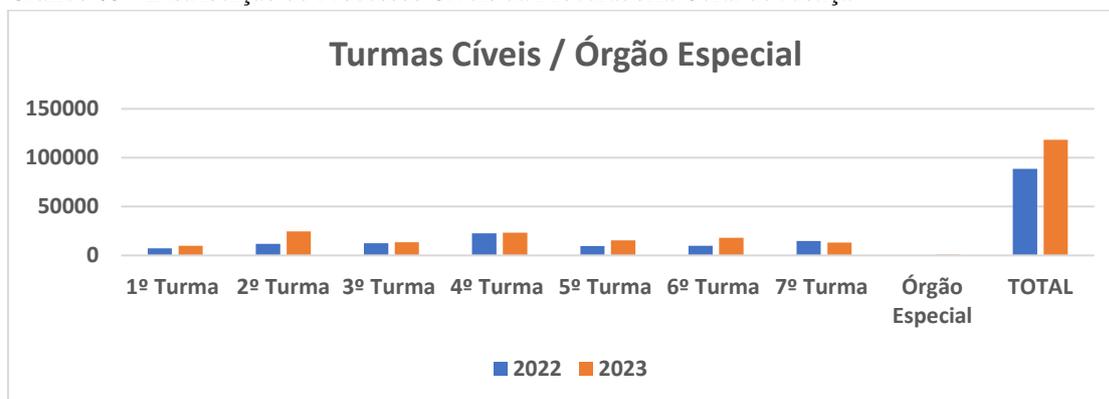
Dessa forma, à Coordenadoria de Distribuição de Processos conseguiu distribuir, em tempo hábil, **118.284 processos cíveis e 21.750 criminais**. Esse resultado se torna ainda mais relevante diante do **substancial aumento de 33,30% no volume de processos cíveis e de 36,40% dos criminais**, quando comparado com o ano de 2022, conforme tabelas abaixo.

Tabela 02 - Mapa de Distribuição de Processos Cíveis da Procuradoria Geral de Justiça

| Turma / Órgão | 2022 | 2023 | % de Aumento |
|----------------|---------------|----------------|---------------|
| 1º Turma | 7241 | 9902 | 36,75% |
| 2º Turma | 11698 | 24461 | 109,10% |
| 3º Turma | 12552 | 13370 | 6,52% |
| 4º Turma | 22702 | 23334 | 2,78% |
| 5º Turma | 9414 | 15429 | 63,89% |
| 6º Turma | 9955 | 18149 | 82,31% |
| 7º Turma | 14670 | 13013 | -11,30% |
| Órgão Especial | 506 | 626 | 23,72% |
| TOTAL | 88.738 | 118.284 | 33,30% |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

Gráfico 03 - Distribuição de Processos Cíveis da Procuradoria Geral de Justiça



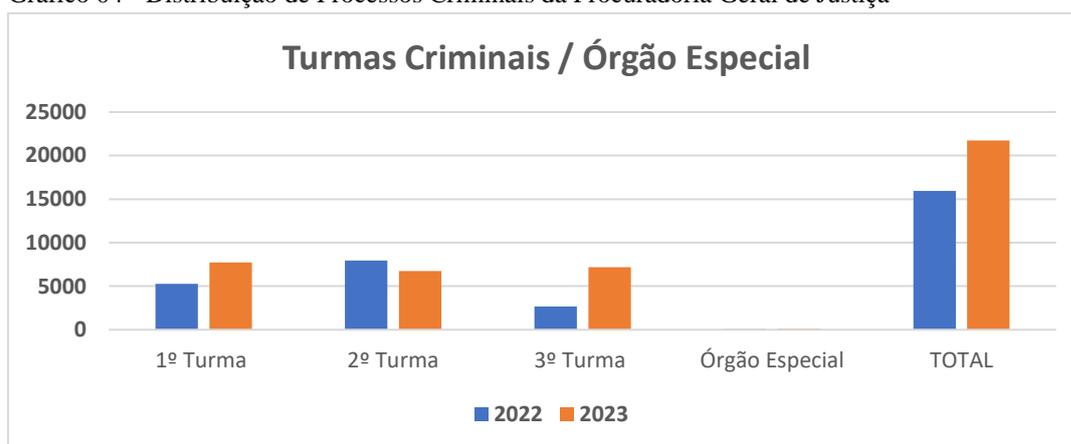
Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

Tabela 03 - Mapa de Distribuição de Processos Criminais da Procuradoria Geral de Justiça

| Turma / Órgão | 2022 | 2023 | % de Aumento |
|----------------|---------------|---------------|---------------|
| 1º Turma | 5259 | 7738 | 47,14% |
| 2º Turma | 7963 | 6730 | -15,48% |
| 3º Turma | 2674 | 7195 | 169,07% |
| Órgão Especial | 50 | 87 | 74% |
| TOTAL | 15.946 | 21.750 | 36,40% |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

Gráfico 04 - Distribuição de Processos Criminais da Procuradoria Geral de Justiça



Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

b) Representação Institucional

Assunção do papel do Procurador-Geral de Justiça em eventos institucionais, viagens e presidência de reuniões, como as ocorridas no Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público, além do exercício proeminente das atribuições do PGJ nas situações de afastamento e impedimentos deste, resultando no fortalecimento da presença do Ministério Público do Maranhão em eventos e situações críticas, garantindo a continuidade das atividades com integridade institucional.

c) Coordenação das Assessorias do Procurador-Geral de Justiça

Acompanhamento dos serviços das Assessorias Especial e de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro *ratione muneris* do Procurador-Geral de Justiça, com a subscrição de ações, denúncias, ciências, pareceres e outras manifestações em processos judiciais e extrajudiciais, consolidando o compromisso desta Instituição com o seu papel constitucional, apresentando os seguintes resultados, conforme as tabelas a seguir:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

Tabela 04 - Subscrições nos feitos da Assessoria Especial – Processos Judiciais

| TIPO | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------------|
| Ação Rescisória | 1 | 1 | | | | | | | 1 | | | | 3 |
| Ação Direta de Inconstitucionalidade | 9 | 15 | 45 | 15 | 15 | 14 | 26 | 20 | 16 | 18 | 10 | 12 | 215 |
| Conflito de Jurisdição | 3 | 2 | 12 | | | | | | 1 | 1 | | | 19 |
| Mandado de Segurança | 9 | 7 | 9 | 9 | 10 | 8 | 6 | 8 | 3 | 3 | 6 | 4 | 82 |
| Reclamação | 6 | 14 | 28 | 9 | 16 | 9 | 6 | 9 | 5 | 12 | 27 | 14 | 155 |
| Embargos Infringentes e de Nulidade | 1 | 1 | | | | | | | | | | | 2 |
| Conflito de Competência Cível | 1 | 3 | 2 | 3 | | | 3 | 1 | 3 | | | 2 | 18 |
| Precatório | | 1 | 16 | | 2 | 10 | 16 | 2 | | 2 | 1 | | 50 |
| Incidente de Suspeição | | 1 | | 1 | | | 1 | | | | 1 | | 4 |
| Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas | | | 2 | | | 3 | 3 | 20 | 4 | 12 | | | 44 |
| Representação por Perda de Graduação | | | 1 | | 1 | | | | 1 | | | 1 | 4 |
| Suspensão de Liminar | | | 3 | | 4 | 5 | | 4 | 2 | 1 | 2 | 3 | 24 |
| Incidente de Arguição De Inconstitucionalidade | | | | 1 | | | 2 | | | | | | 3 |
| Agravo Interno na ADI | | | | 1 | | 2 | 1 | | | | | | 4 |
| Ação Civil Pública | | | | | 1 | | | | | | 1 | | 2 |
| Embargos de Declaração | | | | | 1 | | | 1 | 1 | | | | 3 |
| Agravo Interno em Suspensão de Liminar | | | | | | 2 | | | 1 | | | | 3 |
| Incidente de Declaração de Inconstitucionalidade | | | | | | | 1 | | | | | | 1 |
| Remessa Necessária Criminal | | | | | | | 2 | | | | | | 2 |
| Incidente de Assunção de Competência | | | | | | | 1 | | | | | | 1 |
| Correção Parcial | | | | | | | | 1 | | | | | 1 |
| Ação Penal Ordinária | | | | | | | | 1 | | | | | 1 |
| Cumprimento de Sentença | | | | | | | | | | | | 2 | 2 |
| TOTAL NO ANO | | | | | | | | | | | | | 643 |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

Tabela 05 - Subscrições nos feitos da Assessoria de Investigação dos Ilícitos Praticados por Agentes Políticos Detentores de Foro – Processos Judiciais

| TIPO | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------------|
| Representação Criminal/ Notícia Crime | 1 | | | | | | | | | | | 1 | 2 |
| Procedimento Investigatório Criminal | 1 | | 4 | 1 | 2 | 1 | 3 | 2 | | 1 | 2 | | 17 |
| Habeas Corpus Criminal | 1 | | 4 | 2 | 6 | 1 | 2 | | 2 | 3 | 2 | | 23 |
| Pedido de Quebra de Sigilo | 1 | | 1 | 1 | 2 | 1 | | 1 | 2 | 1 | 4 | 1 | 15 |
| Ação Penal Privada | 1 | | | | | | | | | | | | 1 |
| Ação Cautelar de Exibição de Documentos | 1 | | | | | | | | | | | | 1 |
| Ação Penal - Procedimento Ordinário | 1 | 1 | | | | 1 | 3 | 1 | 3 | 1 | 3 | | 14 |
| Agravo em Recurso Especial | | 1 | | | | | | | | | | | 1 |
| Agravo em Recurso Extraordinário | | 1 | | | | | | | | | | | 1 |
| Agravo Interno Cível | | 1 | | | | | | | | | | | 1 |
| Denúncia | | 1 | | | | | | | | 2 | 1 | | 4 |
| Contrarrazões em Embargos | | 1 | | | | | | | | | | | 1 |
| Agravo Regimental Criminal | | 1 | | | | | | | | | 1 | | 2 |
| Contrarrazões Recurso Especial | | | 1 | 1 | | | | | | | | | 2 |
| Petição Criminal | | | | 1 | | | | | 2 | | | | 3 |
| Ação Penal - Procedimento Sumario | | | | | 3 | | | | | | | 1 | 4 |
| Recurso Especial | | | | | | 1 | | | | | | | 1 |
| Inquérito Policial | | | | | | 1 | | | | 1 | | | 2 |
| Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos | | | | | | 1 | | | | | | | 1 |
| Embargos Infringentes | | | | | | | | | | 1 | | | 1 |
| Processo Administrativo Disciplinar em Face De Magistrado | | | | 2 | | | | | | | 1 | | 3 |
| Outras Manifestações | | 1 | | 2 | 1 | | 2 | | 1 | 2 | | | 8 |
| TOTAL NO ANO | | | | | | | | | | | | | 108 |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

d) Distribuição dos processos das instâncias superiores – STJ e STF

Trata-se da recepção, cadastramento e distribuição dos processos encaminhados pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ e o Supremo Tribunal Federal – STF a esta Procuradoria Geral de Justiça, resultando em 1.649 processos recebidos e distribuídos do STJ e 155 do STF, conforme tabela abaixo:

Tabela 06 – Distribuição de processo dos STJ e STF em 2023

| Mês | Processos Distribuídos do STJ | Processos Distribuídos do STF |
|--------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Janeiro | 13 | 1 |
| Fevereiro | 139 | 5 |
| Março | 188 | 16 |
| Abril | 119 | 6 |
| Maiο | 169 | 15 |
| Junho | 189 | 21 |
| Julho | 77 | 7 |
| Agosto | 211 | 20 |
| Setembro | 144 | 12 |
| Outubro | 142 | 26 |
| Novembro | 141 | 19 |
| Dezembro | 117 | 7 |
| TOTAL | 1.649 | 155 |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

e) Sessões Presenciais e Virtuais – Órgão Especial (Plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão)

Em 2023, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a instituição em 32 sessões presenciais e 31 virtuais, manifestando-se em 69 processos das sessões presenciais e 216 das virtuais.

Tabela 07 – Quadro Resumo

| Sessões | Quantidade | Processos Apreciados |
|--------------|------------|----------------------|
| Presenciais | 32 | 69 |
| Virtuais | 31 | 216 |
| TOTAL | 63 | 285 |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

f) Relatório Estatístico de Processos no Setor

Trata-se de relatório extraído do DIGIDOC, no qual demonstra a quantidade de processos recebidos pelo Subjurídico e quantos foram devolvidos ou arquivados no ano de 2023.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

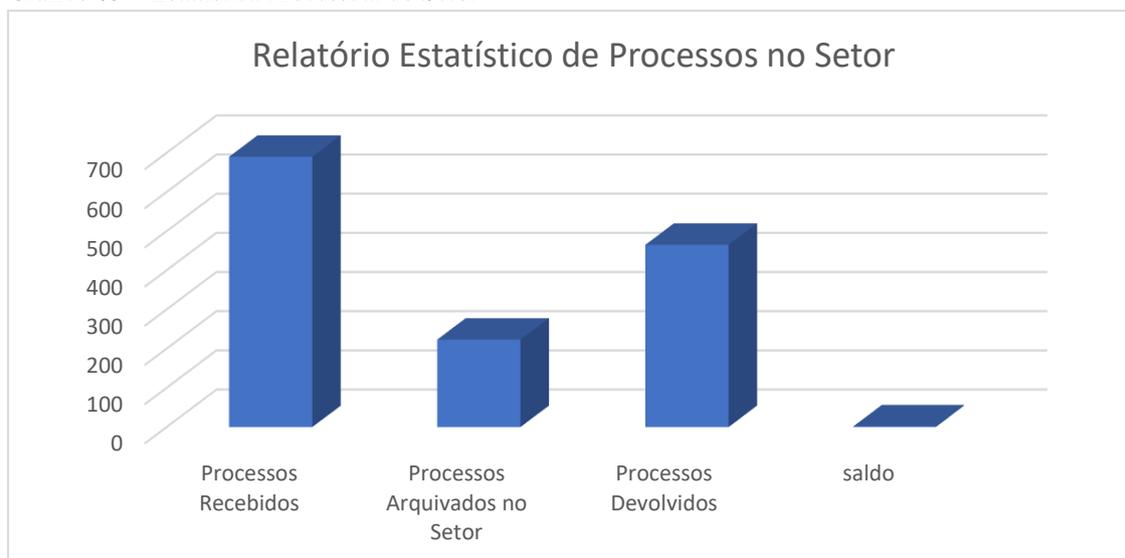
Assim, conforme tabela abaixo, recebemos 690 processos administrativos, arquivamos 223 e despachamos para outros setores 465, restando apenas 2 processos para o ano subsequente.

Tabela 08 – Relatório Estatístico de Processo no Setor

| Movimentação | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | TOTAL |
|-------------------------------|--------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------------|
| Processos Recebidos | 52 | 42 | 64 | 63 | 64 | 54 | 37 | 43 | 47 | 69 | 81 | 74 | 690 |
| Processos Arquivados no Setor | 30 | 17 | 15 | 19 | 9 | 11 | 17 | 21 | 13 | 22 | 27 | 22 | 223 |
| Processos Devolvidos | 30 | 30 | 35 | 43 | 37 | 37 | 30 | 25 | 36 | 51 | 59 | 52 | 465 |
| | SALDO | | | | | | | | | | | | 2 |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

Gráfico 05 – Estatística Processual do Setor



Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

g) Manifestações nos Processos Administrativos do DIGIDOC

Ainda no âmbito administrativo, esta Subprocuradoria de Justiça emitiu pareceres/decisões nos seguintes processos:

Tabela 09 – Quantitativo de pareceres/decisões emitidos.

| Processos | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----------|
| Conversão em Pecúnia Folgas Compensatórias | | | | 6 | | 1 | 2 | 4 | | 1 | 5 | 6 | 25 |
| Suspensão Férias / Folgas Compensatórias | 8 | 1 | 2 | 5 | 1 | 4 | 5 | 1 | 3 | 3 | 4 | 14 | 51 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|----|----|----|---|---|---|----|----|---|---|------------|
| Alteração de Férias / Folgas Compensatórias | | 3 | 6 | 4 | 3 | 4 | 3 | 3 | 3 | 4 | 5 | 4 | 42 |
| Interrupção de Férias / Folgas Compensatórias | 4 | 1 | 1 | 3 | | | 3 | 3 | 4 | 5 | 2 | 4 | 30 |
| Licença Saúde | | 2 | 2 | | 2 | 2 | | | 2 | 3 | 2 | | 15 |
| Licença Prêmio | | | | | | | | | | 2 | | 2 | 4 |
| Passagens Aéreas | 6 | 2 | 10 | 6 | 6 | 8 | 2 | | 5 | 2 | 4 | 4 | 53 |
| Diárias | 5 | 4 | 5 | 4 | 7 | 5 | 6 | | 7 | 6 | 9 | 2 | 61 |
| Folgas Compensatórias | 4 | 4 | 6 | 13 | 4 | 8 | 6 | 8 | 14 | 16 | 8 | 6 | 97 |
| Férias | | | 4 | 2 | 10 | | 4 | 4 | | 2 | 4 | 4 | 34 |
| Indicação de Substituto | 8 | 4 | 3 | 3 | 10 | 6 | 3 | 6 | 4 | 12 | 8 | 8 | 75 |
| TOTAL DE PARECERES/DECISÕES | | | | | | | | | | | | | 487 |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

h) Expedientes Administrativos

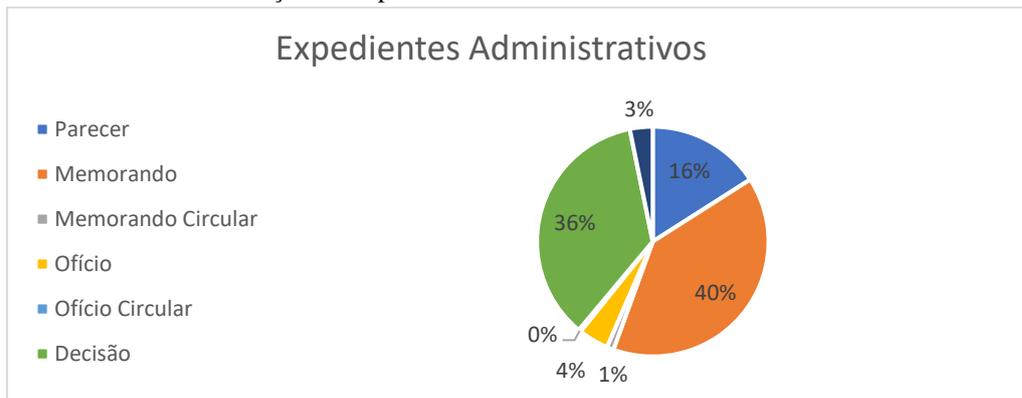
Ao longo de 2023 tivemos um total de 942 expedientes administrativos, distribuídos entre: Despachos, Memorandos, Notificações, Ofícios, Pareceres, Decisões etc, conforme tabela abaixo:

Tabela 10 – Quantidade de Expedientes Administrativos

| Expedientes Administrativos | Quantidade em 2023 |
|------------------------------------|---------------------------|
| Parecer | 150 |
| Memorando | 373 |
| Memorando Circular | 9 |
| Ofício | 40 |
| Ofício Circular | 3 |
| Decisão | 337 |
| Despacho | 30 |
| TOTAL | 942 |

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

Gráfico 06 – Movimentação de Expedientes



Fonte: SUBJUR/PGJ, 2023.

2. DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS ATIVIDADES

a) Reunião de Análise de Estratégia (RAE)

Participação nas duas Reuniões de Análise de Estratégia (RAE), que teve como objetivo monitorar os resultados dos programas, projetos e iniciativas dos Centros de Apoio Operacionais e de outras unidades ministeriais referentes ao primeiro e segundo semestre de 2023.



1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2023



2ª Reunião de Análise da Estratégia de 2023

b) Visita da Comissão do Sistema Prisional do CNMP ao Sistema Prisional do Maranhão.



Visita à Unidade Prisional de Ressocialização Feminina

Os Membros da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) e da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) estiveram,



Comitiva da PGJ e do CNMP conheceu as boas iniciativas de ressocialização dos presos

entre os dias 2 e 4 de agosto, no Maranhão, para conhecerem as iniciativas executadas no sistema penitenciário e verificaram a atuação das Promotorias de Justiça na área da execução penal.

A visita institucional foi organizada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) com o apoio da Procuradoria Geral de Justiça, cujo trabalho foi acompanhado pela Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Durante a realização dos trabalhos, a comitiva foi às unidades prisionais da capital e do interior para conhecer as iniciativas bem-sucedidas de ampliação de acesso dos presos ao trabalho e à educação.



Visita ao sistema penitenciário e verificação da atuação das Promotorias de Justiça na área da execução penal.

Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SUBADM)

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM é órgão de deliberação ligado ao Procurador-Geral de Justiça, prestando auxílio no desempenho de suas funções decisórias, administrativas e legislativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no ATOREG –222020 (publicado no DEMP nº 104, de 09/06/2020), que dispõe sobre o Regimento Interno desta Procuradoria Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição do Procurador-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, atuando na apreciação dos requerimentos administrativos dos servidores e dos membros desta Instituição, bem como na tomada das providências pertinentes em cada caso; sempre mantendo informada a Administração Superior acerca de suas decisões. Além disso, exerce o controle correcional dos atos praticados por servidores que possam ensejar a adoção de medidas disciplinares.

Tem atuação destacada na análise dos mais diversos assuntos administrativos, podendo-se citar: concessões de adiantamentos e aprovação das respectivas prestações de contas; diárias e passagens aéreas; férias (concessões, interrupções, adiamentos, homologação de Escala de Férias anuais); progressões e promoções funcionais na carreira e adicionais de qualificação (AQ); licenças médicas definidas em lei e regulamentos próprios; demais afastamentos - como todas as licenças, incluindo licença prêmio e participação em cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento; designações de substituição de cargos comissionados e funções de confiança; abonos de permanência; adicionais pecuniários; pedidos de nomeações, exonerações, requisições e relotações de servidores; incorporação de tempo de serviço; concessões de gratificações e de teletrabalho etc.

2. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 Concessões de adiantamento.

Os suprimentos de fundos possibilitaram, durante o ano de 2023, o atendimento de demandas urgentes e inadiáveis das diversas unidades ministeriais, viabilizando a aquisição de produtos e contratação de serviços, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64 (que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal), bem como o que consta dos Atos Regulamentares nº 20/2020-GPGJ e ATOREG-392023.

Em 2023, a SUBADM analisou **360 (trezentos e sessenta)** solicitações de adiantamentos, concedendo um total de **R\$ 537.073,70 (quinhentos e trinta e sete mil,**

setenta e três reais e setenta centavos) de suprimento de fundos para membros e servidores, os quais lograram êxito em suas prestações de contas.

Dada a imprescindibilidade ao funcionamento das Promotorias de Justiça e outras unidades do Ministério Público, houve, ao longo de todo o ano, o acompanhamento da aplicação dos suprimentos de fundos autorizados, orientando os supridos acerca da utilização dos recursos, em consonância com as disposições que regulam a matéria, de modo a evitar prejuízos à Administração e o surgimento de pendências nas respectivas prestações de contas, com o desiderato de, sempre, atender ao interesse público.

Cumprir observar, ainda, que, em 2023, foi instituído Ato Regulamentar nº 39/2023, após a elaboração de estudo e a realização de diversas reuniões, com participação efetiva da SUBAMD.

2.2 Concessões de diárias e passagens aéreas.

Concedidas a servidores que necessitam de deslocamentos no interesse do serviço e/ou devidamente autorizados a participarem de curso de qualificação ou aperfeiçoamento, de acordo com as prescrições dos respectivos atos regulamentares. Neste último caso, cumpre ressaltar, dando continuidade à política de valorização de nossos quadros, foi realizada a aplicação de considerável montante destinado à capacitação de membros e servidores.

2.3 Análise de outros pedidos administrativos.

Entre os mais diversos pleitos administrativos analisados pela a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, importa registrar que em 2023 deferiu-se um total de **239 (duzentos e trinta e nove)** progressões/promoções; tendo havido a concessão de adicional de qualificação a 13 (treze) servidores.

No que toca à Política Local de Gestão de Pessoas, a SUBADM vem apoiando a continuidade do Programa do Teletrabalho, tendo sido deferido, em 2023, cerca de **139 (cento e trinta e nove)** pedidos, nas modalidades mista e integral.

Na questão disciplinar, estabeleceu-se criteriosa análise de cada caso apresentado, cujas decisões foram lastreadas nos princípios norteadores da Administração Pública, sempre respeitados contraditório e ampla defesa. Neste particular, dos processos que se findaram em 2023, restou aplicada a sanção disciplinar de suspensão no âmbito de **01 (uma) sindicância**, bem como o arquivamento de **02 (duas) representações**.

Quanto ao controle de frequência, a SUBADM realizou o devido acompanhamento da assiduidade dos servidores efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria Geral de Justiça, em cumprimento ao Ato Regulamentar N° 20/2019-GPGJ, exercendo o seu papel fiscalizador, sempre com vistas ao correto cumprimento da jornada de trabalho a que cada servidor está vinculado.

Ademais, foram atendidas demandas diversificadas, tais como a realização de sete concursos de remoção interna para servidores efetivos, os quais contemplaram um total de **14 (quatorze)** obreiros, com o objetivo de preencher as vagas decorrentes das constantes movimentações horizontais, bem como ocorreu a análise e deferimento de

pedidos de permuta, envolvendo **06 (seis) servidores**. Autorizou-se, ainda, a convocação de um total de **428 (quatrocentos e vinte e oito) estagiários não obrigatório**, sendo **349 (trezentos e quarenta e nove)** de graduação e **79 (setenta e nove) de pós-graduação**, os quais representam grande contribuição ao desempenho das tarefas das mais diversas unidades – Administrativas ou de Execução – do MPMA. Contamos hoje com um quadro geral de **356 (trezentos e cinquenta e seis) estagiários**.

Destaque-se ainda, que foram colocados à disposição da Procuradoria Geral de Justiça e devidamente encaminhados às Promotorias de Justiça e outras unidades do Ministério Público, expressiva quantidade de servidores municipais/estaduais cedidos – totalizando **57 (cinquenta e sete)** - a fim de atender aos diversos pedidos de melhor estruturação dos respectivos quadros de pessoal. Outrossim, houve a concessão/remanejamento de auxílio-alimentação a diversos servidores, perfazendo, ao longo de 2023, **38 (trinta e oito) beneficiados**.

Para tal mister, foram ainda firmados/renovados mais **33 (trinta e três) Termos de Convênios**, contemplando as Prefeituras Municipais/Câmaras Municipais das seguintes cidades: Itapecuru-Mirim, Cândido Mendes, Açailândia, Araioses, Arame, Bacurituba, Barreirinhas, Bernardo do Mearim, Caxias, Centro Novo do Maranhão, Colinas, Esperantinópolis, Estreito, Governador Nunes Freire, Grajaú, Itinga do Maranhão, Maracaçumé, Mirador, Mirando do Norte, Monção, Olinda Nova, Olinda Nova do Maranhão, Pirapemas, Porto Rico, Santa Inês, Santo Antônio dos Lopes, São Domingos do Maranhão, São João Batista, Senador La Rocque, Turiaçu, Turilândia e Vargem Grande.

A fim de disponibilizar maior apoio ao desenvolvimento dos trabalhos nas unidades administrativas da PGJ, foi ampliado o número de funcionários terceirizados, com a contratação de **66 (sessenta e seis)** pessoas para ocupar cargo de auxiliar de apoio administrativo, **46 (quarenta e seis)** para auxiliar de serviços gerais, **02 (duas) para funções de garçom**, **10 (dez) para recepcionista**, **09 (nove) para copeira**, **02 (duas) para auxiliar de saúde bucal** e **01 (uma) de encarregado**.

Do mesmo modo, esta unidade continua supervisionando a implantação do e-Social na PGJ, as providências, a cargo das diversas coordenadorias.

Importante, ainda, destacar o apoio dado aos trabalhos realizados pela Comissão de Gestão Ambiental, fundamental na viabilização de ações que objetivam uma maior conscientização na questão ambiental, por parte de membros e servidores, com adoção de práticas mais sustentáveis. Assim, vale frisar a participação nas reuniões mensais, que permitiu troca de informações e conhecimento sobre meio ambiente e, entre outras, a Feira de hortaliças e produtos da zona rural - agricultura familiar; a assinatura, pelo Procurador-Geral de Justiça e Secretário de Meio Ambiente Estadual, do Termo de do Plano de Resíduos Sólidos; a Oficina para membros e servidores de produção de mudas; a explanação sobre atos de resíduos sólidos e Alfabetização ecológica e Agenda 2030; e visita a APAE-Raposa.

Também, registre-se que esta Subprocuradoria participou do XIII Congresso Estadual do Ministério Público, além de audiências públicas das Promotorias de Justiça Distritais e eventos de inauguração da Casa da Mulher Maranhense (Itapecuru-Mirim), do Posto Avançado da Ouvidoria no Centro de Referência Especializado de Atenção

Integral a Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (Creaispi), da unidade do MPMA no Solar do Ribeirão (Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania – Polo Centro, as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís e o Centro de Apoio Operacional do Consumidor-CAO Consumidor), das novas instalações da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, das sedes das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar e de Cantanhede; além da solenidade de recondução ao cargo de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital; da cerimônia de formalização do Acordo de Cooperação Técnica, que visa aprimorar o recebimento/ encaminhamento de denúncias de violência praticadas por policiais, guardas municipais e policiais penais; da celebração ecumênica em homenagem às mulheres membros e servidoras da instituição; do Seminário sobre Gestão de Pessoas; do ato que formalizou a aquisição do prédio da Agência Central da Empresa de Correios e Telégrafos; da posse do novo superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF), no Maranhão; da visita institucional ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, entre outros.

Assim, ao longo do período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2023, a Subprocuradoria Geral de Justiça desenvolveu a contento e com efetividade todas as atribuições conferidas ao setor, tendo movimentado um total de 12.381 (doze mil, trezentos e oitenta e um) processos administrativos.

Destaque-se, finalmente, o empenho e dedicação dos servidores lotados nesta unidade ministerial, que vem desempenhando com presteza e eficiência as respectivas atribuições, contribuindo decisivamente para o crescimento e valorização do setor.

De maneira resumida, podemos sintetizar a produção da Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos com os seguintes números:

Tabela 11 – Produtividade da SUBADM

| Atividades | 2023 | 2022 | 2021 |
|--|-----------------------|----------------|----------------|
| Processos administrativos movimentados | 12.381 | 11.843 | 10.341 |
| Documentos Administrativos produzidos | 8.959 | 8.365 | 5.831 |
| Processo de caráter disciplinar instaurados | 3 | 2 | 1 |
| Punições aplicadas | 1 | 2 | 1 |
| Progressões Funcionais | 192 | 220 | 273 |
| Promoções | 47 | 25 | 57 |
| Adicionais de Qualificação | 13 | 10 | 65 |
| Termo de Convênios Assinados | 13 | 22 | 7 |
| Autorização de Trabalho Remoto | 139 | - | - |
| Homologação de Estágio Probatório | - | - | 49 |
| Adiantamentos concedidos | R\$ 537.073,70 | R\$ 530.110,14 | R\$ 341.975,45 |

Fonte: SUBADM/PGJ, 2023.

Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP)

O Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP), órgão da Administração Superior do Ministério Público, é composto por todos os Procuradores de Justiça, 31 (trinta e um) membros, e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO SETOR

Suas atribuições estão previstas no artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 13/91, no artigo 10 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 020/2008) e no Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução nº 01/1984-CPMP).

Dentre as principais atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça, cabe-lhe, em reunião solene, dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Conselho Superior do Ministério Público, aos Promotores de Justiça no cargo de Procurador de Justiça, e aos Promotores de Justiça Substitutos. Também promove sessões solenes para dar posse ao Corregedor, ao Ouvidor e ao Diretor da Escola Superior do Ministério Público.

Cabe-lhe, ainda, velar, sobretudo, pelas diretrizes institucionais e rever, em grau de recurso, os atos dos demais órgãos da Administração Superior ou órgãos disciplinares do Ministério Público. Suas decisões “serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes”.

2. DA COMPOSIÇÃO

O Colégio de Procuradores de Justiça, composto pelos 31 (trinta e um) membros, reúne-se em sessões ordinárias, na última quarta-feira de cada mês, às 10h e, extraordinariamente, mediante convocação, com antecedência de 48h.

Em 2023, o Colégio de Procuradores era composto pelos seguintes membros:

1. Ana Lídia de Mello e Silva Moraes
2. Carlos Jorge Avelar Silva
3. Danilo José de Castro Ferreira
4. Domingas de Jesus Froz Gomes
5. Eduardo Daniel Pereira Filho
6. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
7. Francisco das Chagas Barros de Sousa
8. Iracy Martins Figueiredo Aguiar
9. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
10. José Antônio Oliveira Bents
11. José Henrique Marques Moreira

12. José Ribamar Prazeres¹
13. Krishnamurti Lopes Mendes França
14. Lígia Maria da Silva Cavalcanti
15. Lize de Maria Brandão de Sá Costa
16. Marco Antônio Anchieta Guerreiro
17. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
18. Maria Luíza Ribeiro Martins
19. Mariléa Campos dos Santos Costa
20. Orfileno Bezerra Neto²
21. Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
22. Paulo Silvestre Avelar Silva³
23. Raimundo Nonato de Carvalho Filho
24. Regina Lúcia de Almeida Rocha
25. Regina Maria da Costa Leite
26. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
27. Sâmara Ascar Sauaia
28. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
29. Selene Coelho de Lacerda
30. Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
31. Themis Maria Pacheco de Carvalho

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

Em 2023, o Colégio de Procuradores de Justiça desenvolveu as seguintes atividades:

Tabela 12 - Quantidade de Expedientes Administrativos

| Descrição | Quantidade |
|---|-------------------|
| Atas | 12 |
| Certidões | 2 |
| Ofícios | 1 |
| Convocações | 12 |
| Resoluções | 18 |
| Atestados | 5 |
| Memorandos | 7 |
| Processos Administrativos | 28 |
| Ausência Justificada | 30 |
| Voto dos Procuradores de Justiça | 18 |
| Voto de Pesar | 1 |
| Processos Remanescentes (meses anteriores) | 151 |
| Processos Abertos | 13 |
| Processos Recebidos/Entrada | 97 |

¹ Substituiu o Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, em novembro de 2023.

² Substituiu a Procuradora de Justiça Clodenilza Ribeiro Ferreira, em maio de 2023.

³ Substituiu a Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira, em dezembro de 2023.

| | |
|---|----|
| Processos Encaminhados/Saídas | 85 |
| Documentos criados - Sem Resolução | 28 |

Fonte: CPMP/PGJ, 2023.

Outras atividades realizadas em 2023:

- Realização de Eleições: Conselho Superior do MPMA, dia 02/10/2023; Ouvidor Geral do MPMA, dia 26/10/2023;
- Entrega de “Medalha do Mérito Institucional”: aprovação de outorga de 5 medalhas;
- Indicação Procuradora de Justiça, Mariléa Campos dos Santos Costa, para o cargo de Secretária do Colégio de Procuradores;
- Realização de solenidade de posse dos Conselheiros do egrégio Conselho Superior do Ministério Público;
- Realização de solenidade de posse da Ouvidora do Ministério Público;
- Realização de solenidade de posse dos Procuradores de Justiça, Orfileno Bezerra Neto (07/07/2023) e José Ribamar Sanches Prazeres (29/11/2023).

Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)

O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos. Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991. Integram o Conselho, os procuradores de justiça:

- | | |
|---|--|
| <p>Titulares:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (Procurador-Geral de Justiça e Presidente do CSM); 2. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro (atual secretária); 3. Themis Maria Pacheco de Carvalho (Corregedora-Geral do Ministério Público); 4. Mariléa Campos dos Santos Costa; 5. Regina Maria da Costa Leite; | <ol style="list-style-type: none"> 6. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato; 7. Lize de Maria Brandão de Sá Costa <p>Suplentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Francisco das Chagas Barros de Sousa; 2. Domingas de Jesus Fróz Gomes; 3. Carlos Jorge Avelar Silva; e 4. Marco Antônio Anchieta Guerreiro. |
|---|--|

Em 2023, nas **17 sessões do CSMP**, foram apreciados **4.598 processos (Digidoc e Simp)**, em **média 270 por sessão**. Ainda durante o ano de 2023, foram aprovadas **8 (oito) Resoluções:**

- **Resolução nº 13/2022:** Aprovou o Enunciado 24 e 25/2022-CSMP;
- **Resolução nº 14/2022:** Disciplinou a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor da Escola Superior do Ministério Público – biênio 2022-2024;
- **Resolução nº 15/2022:** Aprovou a revisão dos enunciados do Conselho Superior (art. 100, RICSMP).
- **Resolução nº 16/2023:** Conferiu critérios objetivos para a concessão e anotação de elogios na ficha funcional de membro do Ministério Público, nos termos do art. 102, caput, da Resolução nº 9/2019 – CSMP, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão.
- **Resolução nº 17/2023:** **Aprovou o Enunciado nº 25/23-CSMP**, determinando a distribuição de processos ao conselheiro suplente, em substituição, nos casos de impedimentos e afastamentos legais do Conselheiro titular.
- **Resolução nº 18/2023:** Dispõe sobre os critérios objetivos para fins de promoções por merecimento, e de remoção por permuta, dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.
- **Resolução nº 19/2023:** Dispõe sobre o **Plenário Virtual**, no âmbito do **Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (CSMP)**, para deliberação e julgamento, por meio eletrônico, de procedimentos registrados no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP).

- **Resolução nº 20/2023:** Dispõe sobre a alteração do parágrafo único, do artigo 15, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (CSMP), aprovado pela Resolução nº 9/2019 – CSMP, de 21 de novembro de 2019.

1. RESUMO ESTATÍSTICO DAS SESSÕES EM 2023

Tabela 13: Processos do Sistema DIGIDOC

| Expediente | Quantidade |
|--|--------------|
| Pedidos de Prorrogação de Prazo | 1298 |
| Arquivamento de P.A na origem (Resolução 174, CNMP) | 1554 |
| Relatórios de Correição | 179 |
| Conversão de Procedimentos em Inquérito | 281 |
| Autorização para Afastamento | 09 |
| Processos de Remoção/Promoção (concluídos) | 41 |
| Comunicações | 05 |
| Registro de Elogio em Assento Funcional | 13 |
| Celebração de TAC/ACP | 23 |
| Instauração de PA/IC | 263 |
| Relatórios de Atividade de Mestrado | 05 |
| TOTAL PROCESSOS DIGIDOC | 3.671 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 14: Processos Julgados

| Descrição | Quantidade |
|---------------------------------------|------------|
| Arquivamento Homologado | 840 |
| Encaminhamento ao MPF | 41 |
| Recurso Administrativo | 28 |
| Acordo de Não Persecução Cível | 18 |
| TOTAL PROCESSOS JULGADOS | 927 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

2. DISTRIBUIÇÃO E JULGAMENTO PROCESSUAL

Tabela 15 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 18ª Sessão Ordinária no dia 13/01/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 30 | 1 | 1 | 1 | 33 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 20 | 0 | 2 | 1 | 23 |
| Regina Maria da Costa Leite | 19 | 0 | 1 | 0 | 20 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 22 | 0 | 1 | 0 | 23 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 26 | 0 | 1 | 1 | 28 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

Tabela 16 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 19ª Sessão Ordinária no dia 03/02/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|---------------------------------------|-----------|---------|-----|------|-------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 16 | 0 | 0 | 0 | 16 |
| Regina Maria da Costa Leite | 6 | 2 | 0 | 0 | 8 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 8 | 0 | 1 | 0 | 9 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 20 | 0 | 1 | 0 | 21 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 14 | 0 | 3 | 1 | 18 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 17 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 20ª Sessão Ordinária no dia 03/03/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|---------------------------------------|-----------|---------|-----|------|-------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Regina Maria da Costa Leite | 9 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 11 | 0 | 0 | 0 | 11 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 16 | 0 | 0 | 2 | 18 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 18 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 21ª Sessão Ordinária no dia 17/03/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|---------------------------------------|-----------|---------|-----|------|-------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Regina Maria da Costa Leite | 5 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 10 | 0 | 0 | 0 | 10 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 19 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 22ª Sessão Ordinária no dia 31/03/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|---------------------------------------|-----------|---------|-----|------|-------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 4 | 1 | 0 | 0 | 5 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 8 | 0 | 1 | 0 | 9 |
| Regina Maria da Costa Leite | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 10 | 1 | 2 | 0 | 13 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 6 | 0 | 0 | 1 | 7 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 7 | 2 | 0 | 0 | 9 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 20 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 23ª Sessão Ordinária no dia 05/05/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 15 | 2 | 0 | 0 | 17 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 15 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| Regina Maria da Costa Leite | 15 | 1 | 0 | 0 | 16 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 10 | 0 | 2 | 0 | 12 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 10 | 0 | 2 | 0 | 12 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 11 | 0 | 1 | 0 | 12 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 21 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 24ª Sessão Ordinária no dia 19/05/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|-----------|----------|----------|----------|----------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Regina Maria da Costa Leite | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 5 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 6 | 0 | 1 | 0 | 7 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 22 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 25ª Sessão Ordinária no dia 16/06/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 6 | 1 | 0 | 0 | 7 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 6 | 0 | 0 | 1 | 7 |
| Regina Maria da Costa Leite | 7 | 2 | 1 | 0 | 10 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 23 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 26ª Sessão Ordinária no dia 30/06/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 3 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Regina Maria da Costa Leite | 5 | 0 | 0 | 1 | 6 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 14 | 1 | 0 | 1 | 16 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 10 | 0 | 0 | 0 | 10 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 25 | 2 | 1 | 1 | 29 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|--|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 11 | 0 | 1 | 0 | 12 |
|--|-----------|----------|----------|----------|-----------|

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 24 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 27ª Sessão Ordinária no dia 18/08/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 17 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Regina Maria da Costa Leite | 10 | 1 | 3 | 1 | 15 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 14 | 3 | 1 | 0 | 18 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 9 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 16 | 0 | 1 | 0 | 17 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 9 | 0 | 0 | 0 | 9 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 25 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 28ª Sessão Ordinária no dia 25/08/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 12 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Regina Maria da Costa Leite | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 6 | 0 | 1 | 1 | 8 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 3 | 2 | 0 | 0 | 5 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 26 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 29ª Sessão Ordinária no dia 01/09/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Regina Maria da Costa Leite | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 2 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 27 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 30ª Sessão Ordinária no dia 15/09/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Regina Maria da Costa Leite | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 9 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 7 | 0 | 1 | 0 | 8 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 3 | 1 | 1 | 0 | 5 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 6 | 1 | 0 | 0 | 7 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 28 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 31ª Sessão Ordinária no dia 22/09/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Regina Maria da Costa Leite | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 29 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 32ª Sessão Ordinária no dia 29/09/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Regina Maria da Costa Leite | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 30 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 33ª Sessão Ordinária no dia 06/10/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Regina Maria da Costa Leite | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 5 | 0 | 1 | 0 | 6 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 31 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 34ª Sessão Ordinária no dia 20/10/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 3 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 9 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| Regina Maria da Costa Leite | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 5 | 1 | 0 | 0 | 6 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

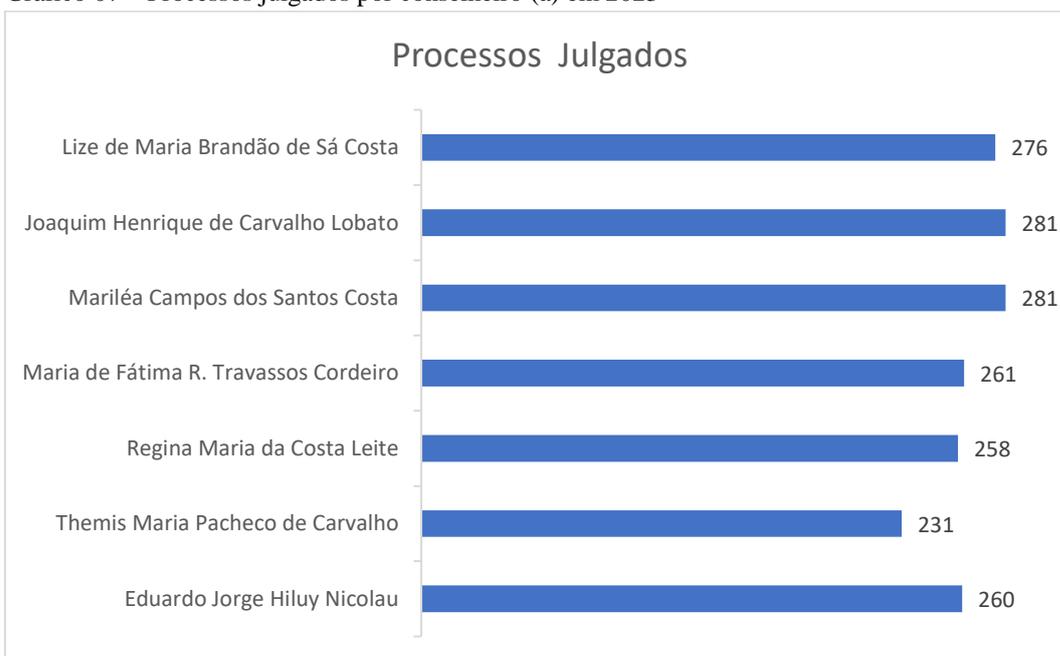
Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Tabela 32 – Julgamento Processual por Conselheiro durante a 3ª Sessão Extraordinária no dia 14/11/2023

| Conselheiros | Arq. Hom. | Recurso | MPF | ANPC | Total |
|--|------------------|----------------|------------|-------------|--------------|
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 14 | 0 | 1 | 0 | 15 |
| Regina Maria da Costa Leite | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 8 | 0 | 0 | 1 | 9 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 5 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| Lize de Maria Brandão de Sá Costa | 16 | 0 | 0 | 0 | 16 |

Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Gráfico 07 – Processos julgados por conselheiro (a) em 2023



Fonte: CSMP/PGJ, 2023.

Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP)

A Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Tem como visão ser um órgão correicional moderno, eficiente e eficaz, comprometido com a defesa da cidadania e a promoção do acesso à justiça, e firmados e orientados nessa perspectiva, alcançou, em 2023, todas as metas postas, fortalecendo a unidade institucional e concorrendo para o aprimoramento na entrega de resultados para sociedade.

A missão da Corregedoria é orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício das atividades ministeriais, contribuindo para a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional e a promoção da ética profissional.

1. DOS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2023

Os objetivos traçados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão para o ano de 2023, com o compromisso de todas e todos que fazemos a instituição, viram-se realizados:

- Implementar a adoção de procedimentos autocorreicionais nas unidades do Ministério Público pelos órgãos de execução, incentivando a incorporação de métodos de planejamento, diagnóstico e estabelecimento de prioridades de gestão adstritas ao acesso à Justiça;
- Fortalecer a unidade e a mentalidade institucionais do Ministério Público no alinhamento e atuação coesa dos órgãos de execução, pensando no coletivo institucional as necessidades socioeconômicas e políticas de seu entorno, seu contexto e sua conjuntura, para promover e provocar uma intervenção consciente, plural, cientificamente dirigida à realidade, capaz de fortalecer a dignidade da pessoa humana, de modo sustentável, ético e incluyente; e,
- Promover a interlocução qualificada com a sociedade.

Para alcançar seus objetivos, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão realizou as seguintes ações estratégicas pontuais:

- Atuou preventivamente no cenário da orientação, com a missão de alinhamento das ações finalísticas com as estratégias institucionais de realização dos deveres constitucionais cometidos ao Ministério Público;
- Pensou coletivamente em soluções e melhores práticas para entrega eficiente dos serviços ministeriais aos comarcas;
- Fortaleceu a cidadania no princípio da unidade ministerial; e

- Contribuiu para o aperfeiçoamento das rotinas ministeriais das Unidades no tocante às correições e inspeções presenciais e virtuais.

Toda essa sinergia e empenho coletivos permitiram alcançar os resultados que conduziram ao público reconhecimento nacional em favor da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no mês de dezembro de 2023, dando lugar de destaque aos trabalhos desenvolvidos por toda equipe da Corregedoria-Geral local.

As ações estratégicas pontuais realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão resultaram em diversos avanços, dentre os quais destacam-se:

- O aumento da transparência e da **accountability** das atividades ministeriais;
- A melhoria da qualidade da prestação jurisdicional;
- O fortalecimento da unidade e da mentalidade institucionais do Ministério Público; e,
- A promoção da interlocução qualificada com a sociedade.

Apesar dos avanços alcançados, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão reconhece que ainda há desafios a serem superados. Dentre eles destacam-se:

- A necessidade de aprimorar os mecanismos de prevenção e fiscalização das atividades ministeriais;
- A necessidade de fortalecer a cultura de inovação e de gestão de riscos no Ministério Público; e,
- A necessidade de promover a educação e a capacitação dos membros e servidores do Ministério Público.
- A uniformidade do uso e gestão do Sistema de Informações do Ministério Público, que com a recém-implantação da versão SIMP3, e sua interoperabilidade com o PJE e a gestão de inquéritos, dentre outras ferramentas, permitirá maior eficiência no acompanhamento dos fluxos de trabalho e controle das unidades, incrementando os procedimentos de autoavaliação e autocorreicionais.

2. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Em 2023, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão contabilizou os seguintes resultados no âmbito das atividades administrativas:

Tabela 33 – Atividades Administrativas realizadas em 2023

| Atividades | Quantidade |
|--------------------------------------|-------------------|
| Correições Ordinárias | 92 |
| Inspeções Ordinárias | 10 |
| Inspeção Extraordinária | 1 |
| Sindicância instaurada/em tramitação | 3 |
| Procedimento Preliminar | 40 |
| Notificações | 22 |

| | |
|---|------|
| Vitalicamentos | 1 |
| Exercício de Magistério | 19 |
| Pareceres | 2174 |
| Despachos | 442 |
| Ofícios | 2011 |
| Ofícios Circulares | 40 |
| Certidões | 539 |
| Recomendações | 2 |
| Portarias | 68 |
| Decisões | 78 |
| Designações para Júri | 95 |
| Designações para Substituições | 1516 |
| Participações em Sessões do Conselho Superior | 18 |
| Participações em Sessões do Colégio de Procuradores | 11 |

Fonte: CGMP//PGJ, 2023.

3. REUNIÕES COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORA CORREGEDORA-GERAL

Quadro 01 – Atividades Institucionais com presença de autoridades

| DATA | ATIVIDADE INSTITUCIONAL (REUNIÃO PRESENCIAL DE AUTORIDADES) | FINALIDADE |
|-------------|--|--|
| 16.01.2023 | Participação da reunião para entrega de relatório de gestão da Assessoria Técnica. | - |
| 03.07.2023 | Reunião com o Procurador-Geral de Justiça e equipe do MPMT que vieram auxiliar a implantação da versão mais recente do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp 3.0). E também vieram conhecer sistemas desenvolvidos pelo MPMA, dentre eles o E-Control da Corregedoria. | - |
| 03.07.2023 | Participação na Reunião de Análise da Estratégia (RAE) | Objetivo de monitorar os resultados parciais dos programas, projetos e iniciativas dos Centros de Apoio Operacionais (CAOs). A atividade integra o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029. |
| 19.07.2023 | Reunião com Procurador-Geral, Secretário de Segurança Pública e membros do Ministério Público para discutir a reestruturação da Polícia Civil. | - |
| 02.08.2023 | Reunião com membros da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) e da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). | - |

Fonte: CGMP//PGJ, 2023.

4. REUNIÕES DE TRABALHO DA SENHORA CORREGEDORA-GERAL

Quadro 02 – Atividades Institucionais da Corregedora

| DATA | ATIVIDADE INSTITUCIONAL | FINALIDADE |
|------------|--|---|
| 10.01.2023 | Reunião de trabalho com o Procurador-Geral de Justiça, Subprocuradora para Assuntos Jurídicos e Coordenador do GAECO | Apresentar o programa E-CONTROL da Corregedoria. |
| 13.02.2023 | Reunião de lançamento de dois projetos idealizados pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd). | Tratar da estruturação e fortalecimento de sistemas de controle interno e de advocacia pública nos municípios maranhenses. O evento contou com a participação de promotores de justiça de todo o estado. |
| 12.05.2023 | Participação em reunião com a cúpula da segurança pública do Maranhão | O principal tema discutido foi a instalação da Patrulha do Silêncio, inicialmente na Comarca de São Luís. A Patrulha será integrada por órgãos como Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Instituto de Criminalística (Icrim) e Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) |
| 06.06.2023 | Participação em reunião técnica sobre combate à sonegação fiscal e lavagem de bens em Maceió- AL | O objetivo da reunião, promovida pelo Ministério Público de Alagoas, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e Lavagem de Bens (Gaesf), é discutir tecnicamente pontos relevantes do combate ao crime organizado em Alagoas e no Maranhão e as parcerias entre o MPMA e o MPAL. |
| 11.07.2023 | Reunião da Corregedoria com os Centros de Apoio Operacionais e a SEPLAG | O objetivo da reunião foi alinhar as informações a respeito de uma correição que será realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), entre 18 e 22 de setembro, na instituição. |
| 14.08.2023 | Reunião de trabalho com membros do Ministério Público de Caxias e Timon. | Discussão de temas de interesse institucional. |

Fonte: CGMP//PGJ, 2023.

5. VISITAS INSTITUCIONAIS

Quadro 03 – Atividades Institucionais (visitas oficiais)

| DATA | ATIVIDADE INSTITUCIONAL | FINALIDADE |
|------------|--|------------|
| 10.01.2023 | Visita de cortesia ao vice-governador Felipe Camarão, no Edifício João Goulart, sede da Vice-Governadoria. | - |
| 06.02.2023 | Visita à sede das Promotorias de Justiça da capital. | - |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | |
|------------|--|--|
| 17.03.2023 | Visita institucional do conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Ângelo Fabiano Farias da Costa ao Ministério Público do Maranhão | - |
| 17.05.2023 | Visita da diretora do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Letícia Padilha, e do assessor jurídico da entidade, Deolindo Rodrigues ao MPMA | - |
| 02.09.2023 | Visita aos Centros de Apoio Operacionais do MPMA | - |
| 17.05.2023 | A equipe da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão, formada por membros e servidores, reuniu-se na manhã desta segunda-feira, 16, na Procuradoria-Geral de Justiça, para alinhar as próximas atividades do órgão, incluindo as correições, e os novos projetos, além dos que estão em andamento, a exemplo do Projeto Minerva. O encontro foi coordenado pela corregedora-geral do MPMA, Themis Maria Pacheco de Carvalho. | Solicitação de apoio do Ministério Público do Maranhão para a regularização da oferta de atendimento por profissionais das referidas áreas nos hospitais dos municípios maranhenses. |
| 21.06.2023 | A corregedora-geral do Ministério Público do Maranhão, Themis Maria Pacheco de Carvalho, visitou, na manhã desta segunda-feira, 6, a sede das Promotorias de Justiça da Capital. Na ocasião, a corregedora entrou em contato com diversos promotores de justiça que atuam em São Luís. A visita teve o objetivo de estreitar os laços entre os órgãos do Ministério Público com o intuito de fortalecer a instituição. | - |
| 14.07.2023 | Participação da visita de crianças que estão no espectro autista ao Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão. | Tratar sobre projetos e boas práticas. |
| 16.10.2023 | A equipe da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão, formada por membros e servidores, reuniu-se na manhã desta segunda-feira, 16, na Procuradoria-Geral de Justiça, para alinhar as próximas atividades do órgão, incluindo as correições, e os novos projetos, além dos que estão em andamento, a exemplo do Projeto Minerva. O encontro foi coordenado pela corregedora-geral do MPMA, Themis Maria Pacheco de Carvalho. | - |
| 18.10.2023 | Participação da visita de crianças que estão no espectro autista ao Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão. | - |

Fonte: CGMP//PGJ, 2023.

6. PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS / SEMINÁRIOS / SOLENIDADES / SESSÕES

Quadro 04 – Participação em eventos locais e nacionais

| DATA | EVENTO |
|------------|--|
| 18.01.2023 | Solenidade de transmissão do cargo de presidente do Fórum Nacional Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça ao corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho. |
| 25.01.2023 | Participação na sessão solene de abertura do ano judiciário 2023 |
| 09.02.2023 | Participação na solenidade de posse do Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso. |
| 13.02.2023 | Participação do lançamento de dois projetos idealizados pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd), que tratam da estruturação e fortalecimento de sistemas de controle interno e de advocacia pública nos municípios maranhenses. |
| 17.04.2023 | Solenidade de aquisição do prédio da Agência Central da Empresa de Correios e Telégrafos, em São Luís. |
| 17.04.2023 | Participação da inauguração do refeitório das Promotorias de Justiça de São Luís, no Calhau. |
| 27.04.2023 | Participação de solenidade na Assembleia Legislativa, que concedeu à procuradora de justiça Maria Luíza Ribeiro Martins o Título de Cidadã Maranhense. |
| 28.04.2023 | Participação na abertura da palestra “Burnout, sofrimento psíquico e a patologização do trabalho” |
| 28.04.2023 | Inauguração do Posto Avançado da Ouvidoria no Centro de Referência Especializado de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (CREAISPI), na Cohab. |
| 02.05.2023 | Participação da abertura do curso “Novas técnicas de investigação” a membros do Ministério Público do Maranhão |
| 12.05.2023 | Participação da abertura da exposição coletiva “Entrelaços, no Espaço de Arte Márcia Sandes, na Procuradoria-Geral de Justiça. |
| 26.05.2023 | Participação na posse da Subcorregedora-geral do MPMA |
| 30.05.2023 | Participação na abertura das comemorações dos 200 anos de Gonçalves Dias, no convento das Mercês. |
| 20.06.2023 | Participação na abertura do seminário “Família acolhedora como alternativa humanizada ao asilamento de pessoas idosas”. Promovida pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO-PIPD) e da Escola Superior do MPMA. |
| 21.06.2023 | Participação em solenidade em comemoração aos 18 anos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) |
| 25.06.2023 | Participação no seminário “Facções criminosas com atuação no Maranhão: integração e combate interestaduais”. Promovido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) e da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI), o encontro reuniu membros do MPMA, autoridades do sistema de justiça, operadores do Direito e agentes de segurança pública. |
| 27.06.2023 | Participação na solenidade de inauguração da nova sede do Ministério Público na Fonte do Ribeirão. |
| 12.07.2023 | Participação em solenidade de entrega na Assembleia Legislativa do Maranhão, do relatório com as ações desenvolvidas pelo MPMA no biênio 2020-2022. |

| | |
|------------|--|
| 14.07.2023 | Participação na palestra “Resiliência: do trauma à superação” “Do trauma à resiliência: a vida depois da tragédia”. |
| 18.07.2023 | Participação em abertura de exposição no espaço Márcia Sandes no Centro Cultural do MPMA. |
| 08.08.2023 | Participação na 11ª Sessão Ordinária do CNMP onde foram realizadas atividades de celebração de 01 ano do Movimento Nacional em Defesa das Vítimas. |
| 11.12.2023 | Participação em solenidade do CNMP sobre resolutividade |
| 18.12.2023 | Participação em solenidade de posse do novo Procurador de Justiça Paulo Avelar. |

Fonte: CGMP//PGJ, 2023.

7. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DE CORREGEDORES GERAIS

Quadro 05 – Reuniões ordinárias

| DATA | REUNIÃO |
|-------------------------------|---|
| 16.03.2023 | 131ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMPEU), realizada na sede do Ministério Público da Bahia, em Salvador |
| 21.06.2023 e 22.06.2023 | 133ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMPEU), realizada em Brasília. |
| 09.08.2023 | 134ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMPEU), realizada em Brasília. |

Fonte: CGMP//PGJ, 2023.

8. PARTICIPAÇÃO EM SESSÕES DO CNMP

Quadro 06 – Sessões Ordinárias do CNMP

| DATA | SESSÃO |
|------------|--|
| 23.08.2022 | 12ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizada em Brasília. |
| 25.10.2022 | 16ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília. |
| 28.11.2023 | 18ª Sessão Ordinária da Corregedoria Nacional do Ministério Público, em Brasília. |

Fonte: CGMP//PGJ, 2023.

9. DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DE MUTIRÕES

- Realização de mutirão na 22ª PJ e 29ª de São Luís;
- Realização de mutirão de custódias – Imperatriz.
- Realização de mutirão Processo Extrajudiciais na Comarca de São Bento.

10. CORREIÇÃO VIRTUAL - SIMP

- 3ª Avaliação – Janeiro e Fevereiro
- 4ª Avaliação – Maio e Junho
- 5ª Avaliação – Setembro e Outubro

11. REALIZAÇÃO DE CICLO DE PALESTRAS SOBRE SAÚDE MENTAL POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO

Figura 01 – Cards de eventos realizados



12. PROPOSIÇÕES

- **PROVIMENTO Nº 01/2023-CGMP, DE 19 DE JANEIRO DE 2023** - Disciplina o art. 19, inc. IX, da Resolução nº 012/2010 - CNMP - MA. Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, ex vi do art. art. 16, da lei Complementar Estadual n.º 013/91, e do art. 9º, do Regimento Geral do MPMA, as anotações elogiosas, e demais notas correlatas, na ficha funcional do membro do Ministério Público, e outras providências.
- **PROVIMENTO Nº 02/2023-CGMP, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023** - Da participação presencial do Ministério Público nas audiências e sessões realizadas pelo Poder Judiciário na modalidade presencial, na dicção fundamental disposta no art. 129, §2º, da Constituição Federal de 1988 c/c o disposto na Resolução CNMP nº 205/2019.

- **PROV-CGMP-32023** – Consolida normas éticas a serem observadas pelos integrantes da carreira do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- **PROVCONJ-GPGJ-12023** – Dispõe sobre a apresentação anual da declaração de bens e rendas pelos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.
- **RECOMENDAÇÃO Nº 01/2023-CGMP, DE 09 DE MAIO DE 2023** – Dispõe sobre riscos institucionais pelo uso de aplicativos ou modeladores de linguagem, tipo Chat-GPT, orientando o seu não uso enquanto não regulamentada a matéria no âmbito do Ministério Público.
- **REC-CGMP-22023** - Recomenda aos membros do Ministério Público que utilizem trajes adequados, observando o decoro, moralidade, seriedade, sobriedade e respeito compatíveis com cargo e com a austeridade dos órgãos públicos.
- **ATO-REG-CONJ-32023** - Acrescenta a disciplina “Garantia dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua” ao Anexo Único, do Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009 – GPGJ/CGMP, de 03 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Estado Maranhão.
- **ATO-REG-CONJ-42023** - Acrescenta o § 5º ao art. 4º do Ato Regulamentar Conjunto nº 04/2014 – GPGJ/CGMP, de 16 de julho de 2014, que “disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização de Sistema de Tramitação Eletrônica de Dados – Sistema Integrado de Informações – SIMP, seu comitê gestor e dá outras providências”.
- **ATO-REG-CONJ-52023** - Revoga o § 3º do art. 2º do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014- GPGJ/CGMP, que “consolida e regulamenta normas do Conselho Nacional do Ministério Público e do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão, determinando a uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas submetidas diretamente ao Ministério Público Estadual, e dá outras providências”.
- **RESOLUÇÃO Nº 140/2023** – CPMP – Regimento Interno da Corregedoria.
- **I DIÁLOGO DA CORREGEDORIA SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO** – reunião virtual com promotores de justiça do Ministério Público do Maranhão para dialogar sobre projetos implementados nas suas comarcas.
- **DIÁLOGO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO**
- **ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL** – para utilização pelo Ministério Público, das salas de inclusão digital do Judiciário nos municípios-termos, a fim de ampliar o acesso à Justiça.
- **Publicação de 03 edições da Revista Minerva** – Ano 3, nº01, nº02, nº03.

Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991. Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

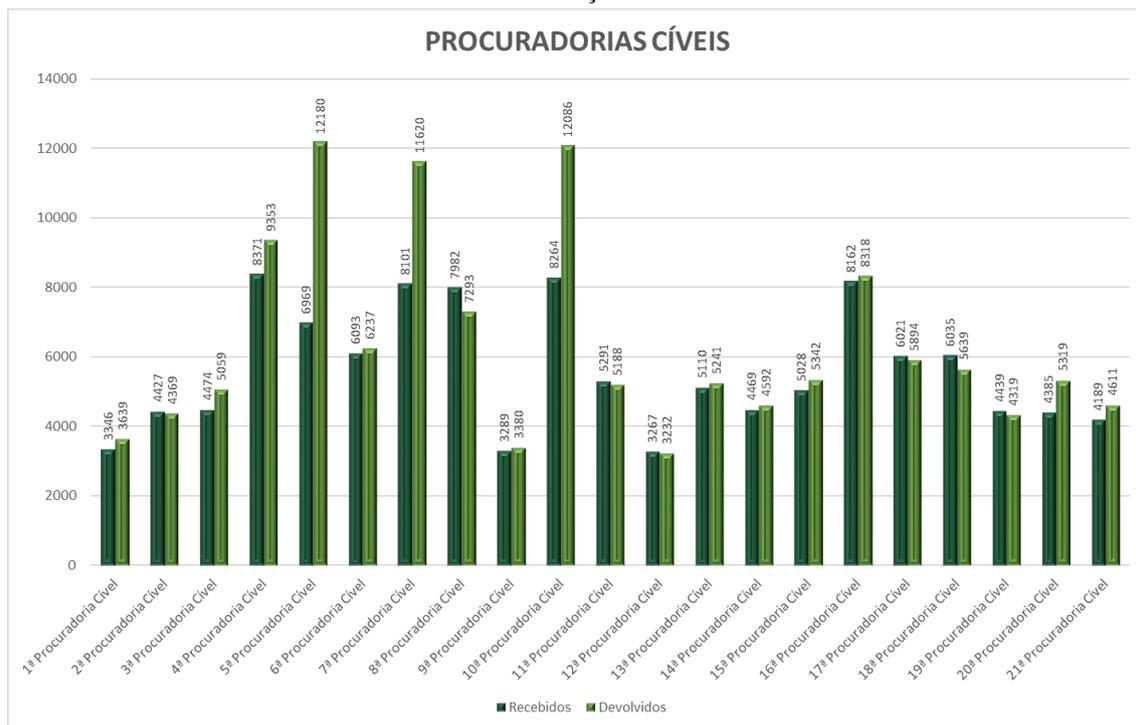
1. DADOS ESTATÍSTICOS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CRIMINAL

Tabela 34 – Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Cível em 2023

| Procuradoria de Justiça | Rec. | Dev. | M. seg. | Ag. Inst. | Ap. Civ. | Rem. Neces. | A. Resc. | Rec. Esp. | Outros |
|-------------------------|------|-------|---------|-----------|----------|-------------|----------|-----------|--------|
| 1ª Procuradoria Cível | 3346 | 3639 | 29 | 531 | 2533 | 84 | 14 | 9 | 139 |
| 2ª Procuradoria Cível | 4427 | 4369 | 23 | 631 | 3431 | 97 | 17 | 15 | 201 |
| 3ª Procuradoria Cível | 4474 | 5059 | 26 | 647 | 3462 | 75 | 11 | 21 | 218 |
| 4ª Procuradoria Cível | 8371 | 9353 | 11 | 741 | 7251 | 56 | 11 | 15 | 280 |
| 5ª Procuradoria Cível | 6969 | 12180 | 13 | 849 | 5769 | 29 | 13 | 15 | 277 |
| 6ª Procuradoria Cível | 6093 | 6237 | 13 | 761 | 4978 | 45 | 24 | 5 | 266 |
| 7ª Procuradoria Cível | 8101 | 11620 | 15 | 935 | 6753 | 55 | 20 | 12 | 306 |
| 8ª Procuradoria Cível | 7982 | 7293 | 7 | 653 | 6951 | 54 | 6 | 15 | 226 |
| 9ª Procuradoria Cível | 3289 | 3380 | 25 | 544 | 2391 | 96 | 8 | 24 | 188 |
| 10ª Procuradoria Cível | 8264 | 12086 | 13 | 883 | 6914 | 71 | 21 | 10 | 341 |
| 11ª Procuradoria Cível | 5291 | 5188 | 12 | 729 | 4256 | 30 | 18 | 14 | 219 |
| 12ª Procuradoria Cível | 3267 | 3232 | 26 | 528 | 2420 | 83 | 4 | 9 | 188 |
| 13ª Procuradoria Cível | 5110 | 5241 | 14 | 713 | 4134 | 36 | 12 | 13 | 183 |
| 14ª Procuradoria Cível | 4469 | 4592 | 24 | 595 | 3480 | 104 | 12 | 19 | 229 |
| 15ª Procuradoria Cível | 5028 | 5342 | 15 | 697 | 4104 | 27 | 5 | 3 | 171 |
| 16ª Procuradoria Cível | 8162 | 8318 | 9 | 702 | 7092 | 57 | 13 | 9 | 273 |
| 17ª Procuradoria Cível | 6021 | 5894 | 13 | 720 | 4961 | 41 | 19 | 12 | 247 |
| 18ª Procuradoria Cível | 6035 | 5639 | 15 | 730 | 4960 | 39 | 19 | 9 | 254 |
| 19ª Procuradoria Cível | 4439 | 4319 | 21 | 691 | 3421 | 82 | 3 | 4 | 216 |
| 20ª Procuradoria Cível | 4385 | 5319 | 22 | 611 | 3386 | 108 | 4 | 5 | 248 |
| 21ª Procuradoria Cível | 4189 | 4611 | 34 | 610 | 3226 | 89 | 4 | 3 | 220 |

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 08 – Produtividade das Procuradorias de Justiça Cíveis em 2023



Fonte: SIMP/CGMP/PJ, 2023.

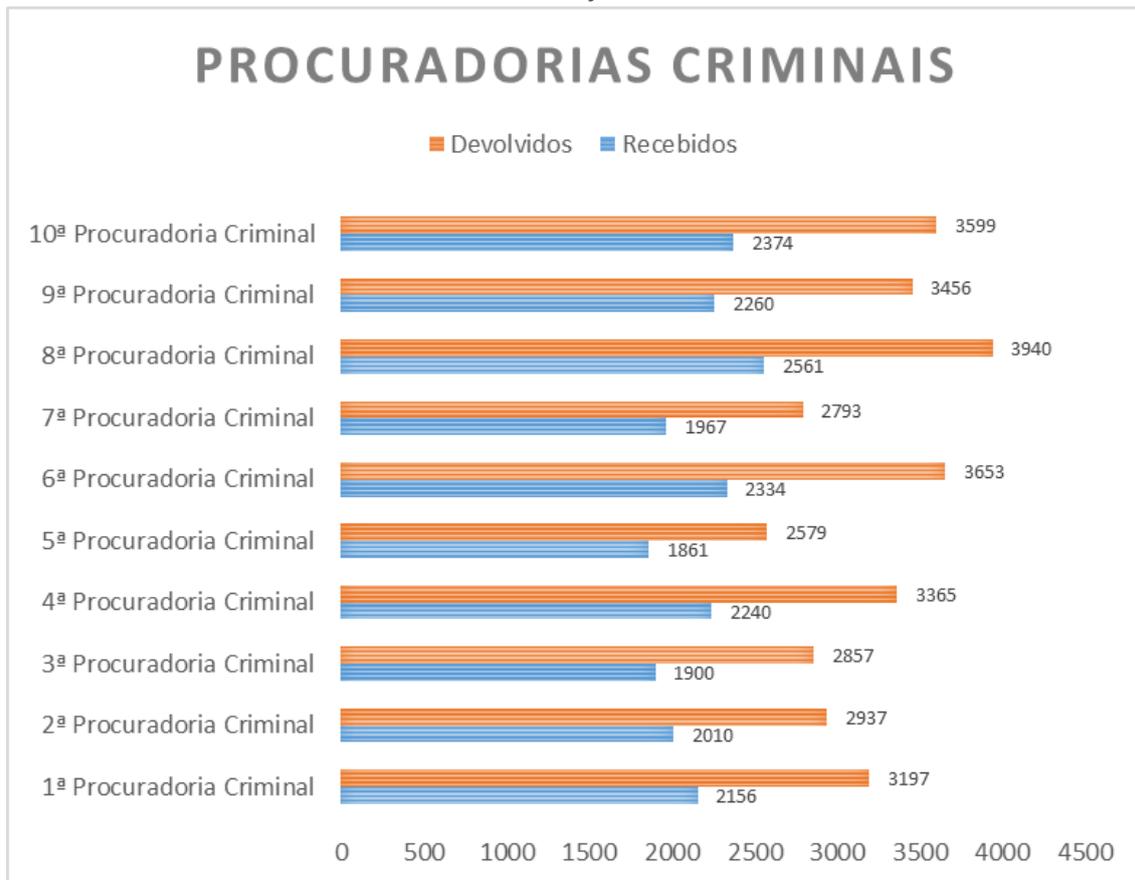
2. DADOS ESTATÍSTICOS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CRIMINAL

Tabela 35 – Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Criminal em 2023

| Procuradoria de Justiça | Rec. | Dev. | HC | Ap. Crim. | R. S. Est. | Rec. Esp. | Rec. Ext. | Outros |
|----------------------------------|------|------|-----|-----------|------------|-----------|-----------|--------|
| 1ª Procuradoria Criminal | 2156 | 3197 | 420 | 1246 | 161 | 1 | 0 | 328 |
| 2ª Procuradoria Criminal | 2010 | 2937 | 409 | 1134 | 188 | 0 | 0 | 278 |
| 3ª Procuradoria Criminal | 1900 | 2857 | 361 | 1037 | 186 | 0 | 0 | 314 |
| 4ª Procuradoria Criminal | 2240 | 3365 | 411 | 1346 | 165 | 0 | 0 | 317 |
| 5ª Procuradoria Criminal | 1861 | 2579 | 411 | 984 | 104 | 1 | 0 | 360 |
| 6ª Procuradoria Criminal | 2334 | 3653 | 392 | 1433 | 170 | 0 | 2 | 339 |
| 7ª Procuradoria Criminal | 1967 | 2793 | 425 | 1110 | 161 | 0 | 0 | 271 |
| 8ª Procuradoria Criminal | 2561 | 3940 | 514 | 1574 | 177 | 0 | 0 | 296 |
| 9ª Procuradoria Criminal | 2260 | 3456 | 527 | 1273 | 141 | 0 | 0 | 319 |
| 10ª Procuradoria Criminal | 2374 | 3599 | 495 | 1420 | 176 | 0 | 0 | 282 |

Fonte: SIMP/CGMP/PJ, 2023.

Gráfico 09 – Produtividade das Procuradorias de Justiça Cíveis em 2023



Fonte: SIMP/CGMP/PJ, 2023.

Promotorias de Justiça

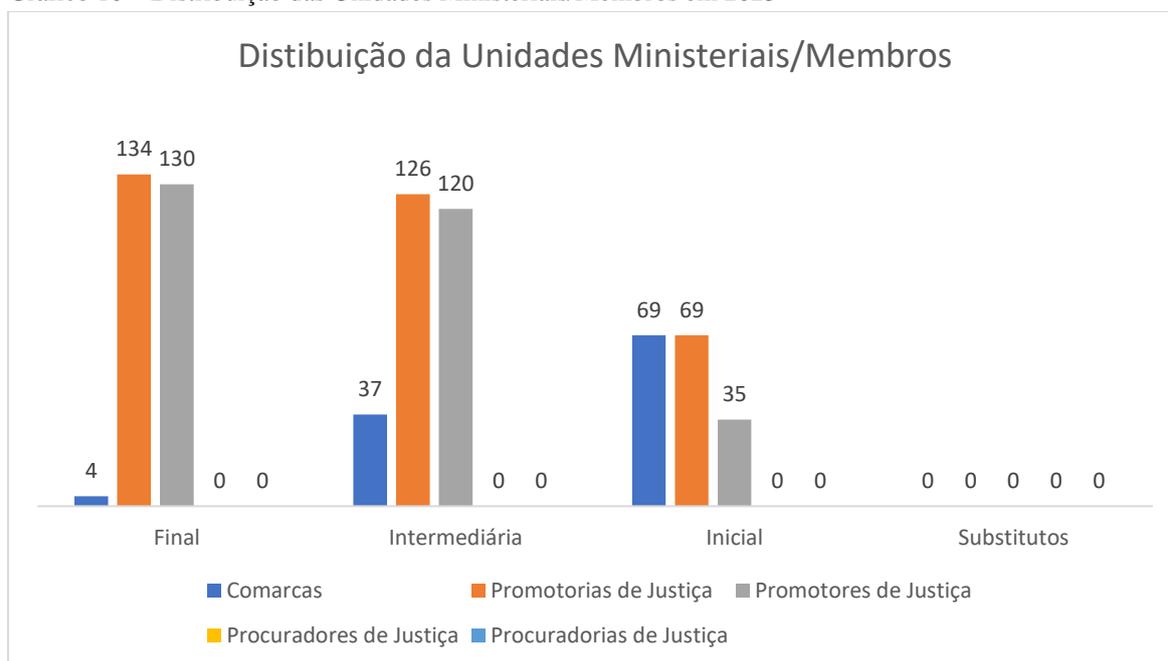
As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

Quadro 07 - Distribuição das Unidades Ministeriais x Membros – 2023

| Entrância | Comarcas | Promotorias de Justiça | Promotores de Justiça | Procuradores de Justiça | Procuradorias de Justiça |
|----------------------|------------|------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------|
| Final | 4 | 134 | 130 | - | - |
| Intermediária | 37 | 126 | 120 | - | - |
| Inicial | 69 | 69 | 35 | - | - |
| Substitutos | - | - | 0 | - | - |
| TOTAL | 110 | 329 | 285 | 31 | 31 |

Fonte: CGMP/PGJ, 2023.

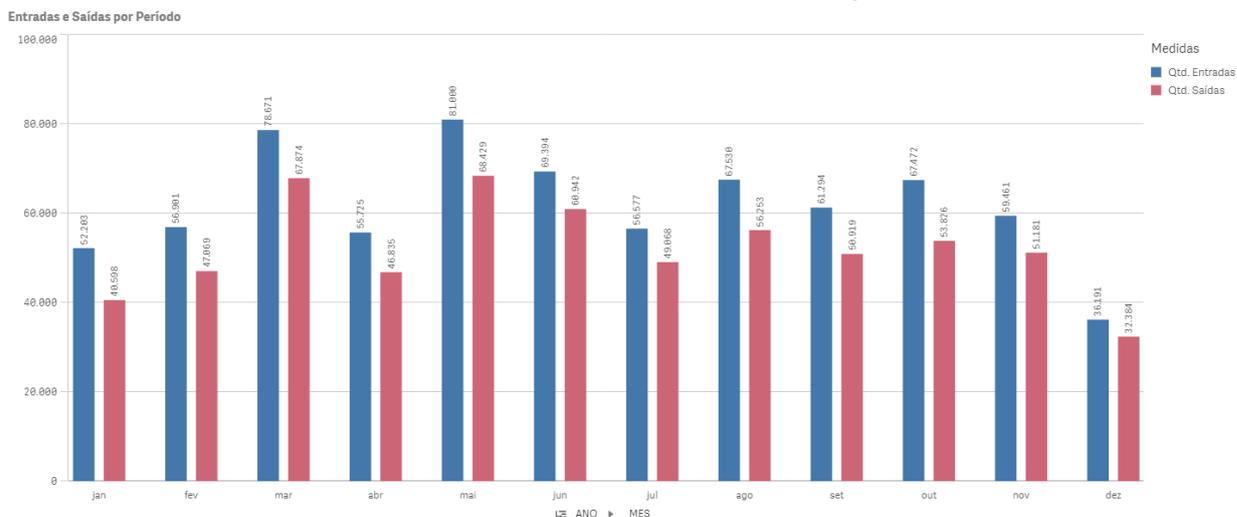
Gráfico 10 – Distribuição das Unidades Ministeriais/Membros em 2023



Fonte: CGMP/PGJ, 2023.

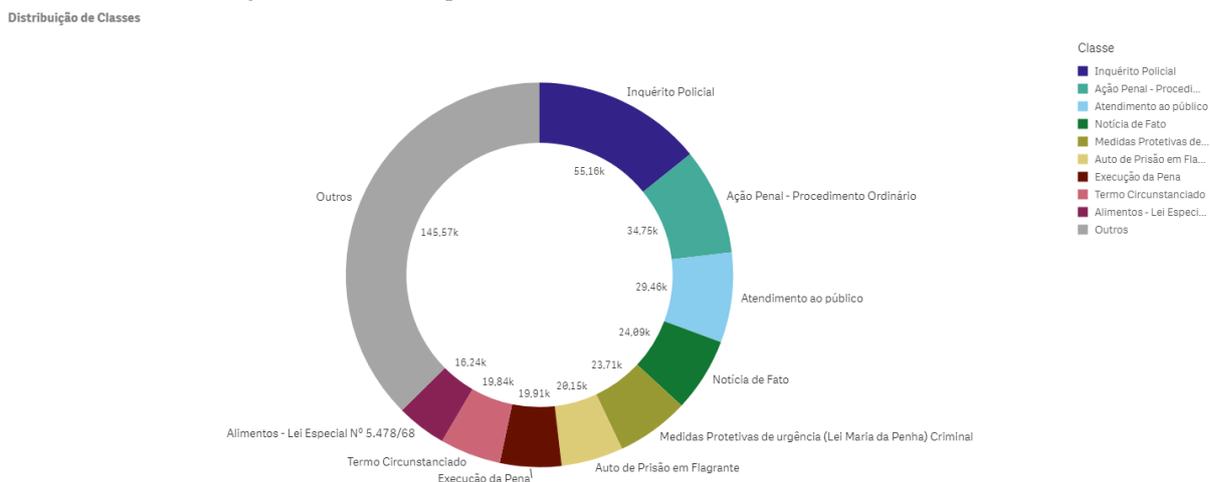
PRODUTIVIDADE GERAL - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA⁴

Gráfico 11 – Nº de de Entradas e Saídas de Processos nas Promotorias de Justiça em 2023



Fonte: CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 12 – Distribuição dos Processos por Classes



Fonte: CGMP/PGJ, 2023.

⁴ Dados e gráficos extraídos com base no Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP, através da ferramenta BI (Business Intelligence).

Gráfico 13 – Distribuição dos Processos por Assuntos

Distribuição de Assuntos

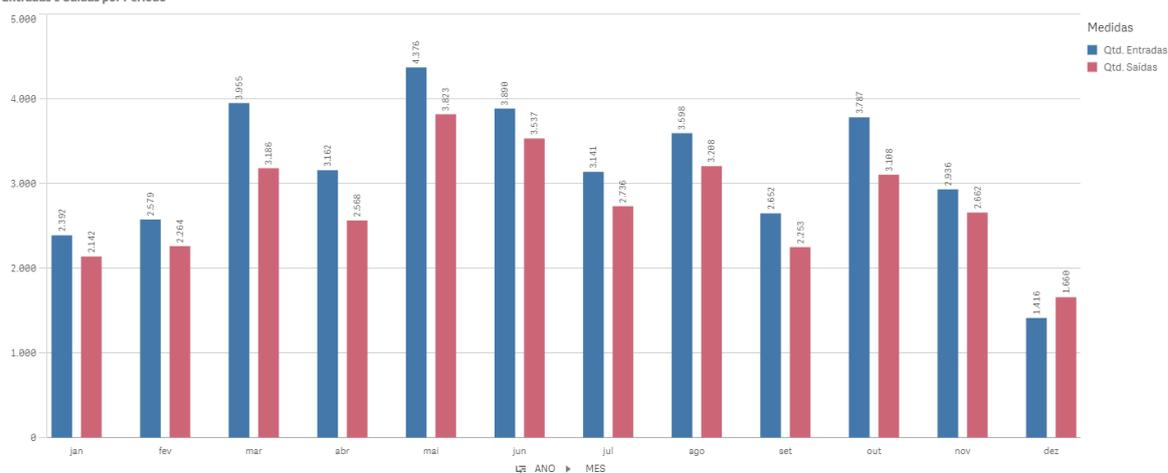


Fonte: CGMP/PGJ, 2023.

PRODUTIVIDADE⁵ DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDAS POR POLOS⁶

Gráfico 14 – Polo Açailândia (Açailândia; Itinga do Maranhão; Arame; São Pedro da Água; Buriticupu).

Entradas e Saídas por Período

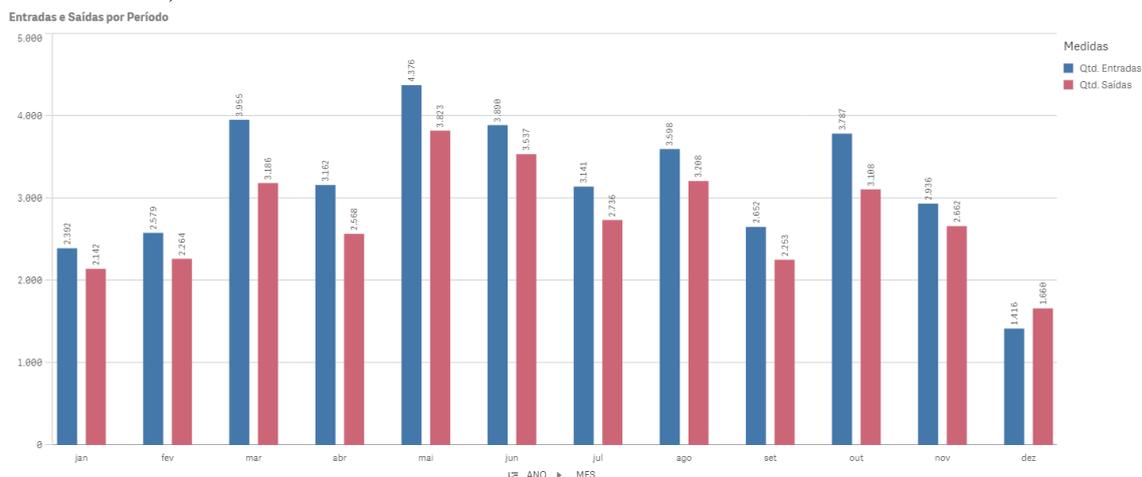


Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

⁵ Dados e gráficos extraídos com base no Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP, através da ferramenta BI (Business Intelligence)

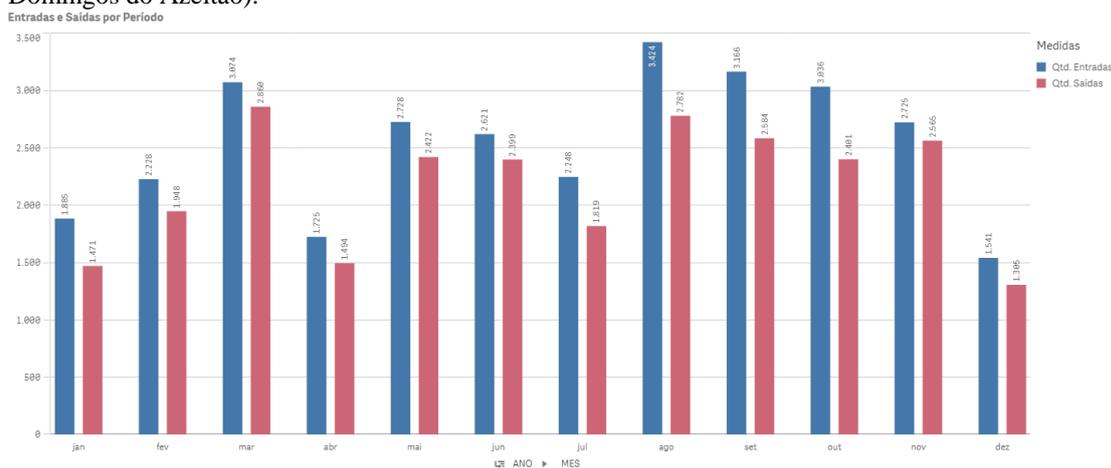
⁶ ATO REGULAMENTAR N° 03/2018 - GPGJ

Gráfico 15 – Polo Bacabal (Bacabal, Joselândia, Coroatá, Pedreiras, Esperantinópolis, Poção de Pedras, Igarapé Grande, São Luís Gonzaga, Lago da Pedra, São Mateus, Olho D'Água das Cunhãs, Vitorino Freire e Paulo Ramos).



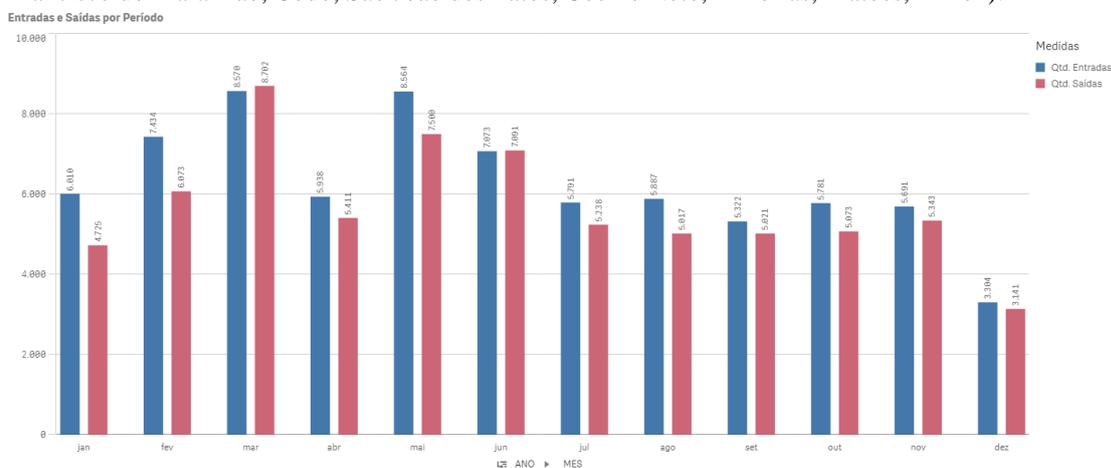
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 16 - Polo Balsas (Balsas, Riachão, Carolina, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, São Domingos do Azeitão).



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

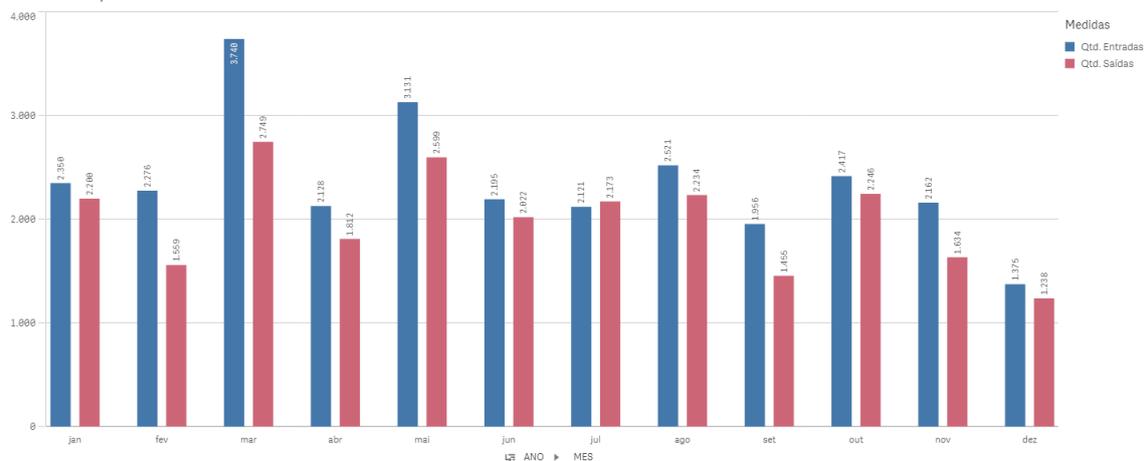
Gráfico 17 – Polo Caixas (Barão de Grajaú, Parnarama, Buriti Bravo, Passagem Franca, Caxias, São Francisco do Maranhão, Codó, São João dos Patos, Coelho Neto, Timbiras, Matões, Timon).



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 18 – Polo Chapadinha (Araíóses, Magalhães de Almeida, Brejo, Santa Quitéria, Buriti, São Bernardo, Chapadinha, Tutóia).

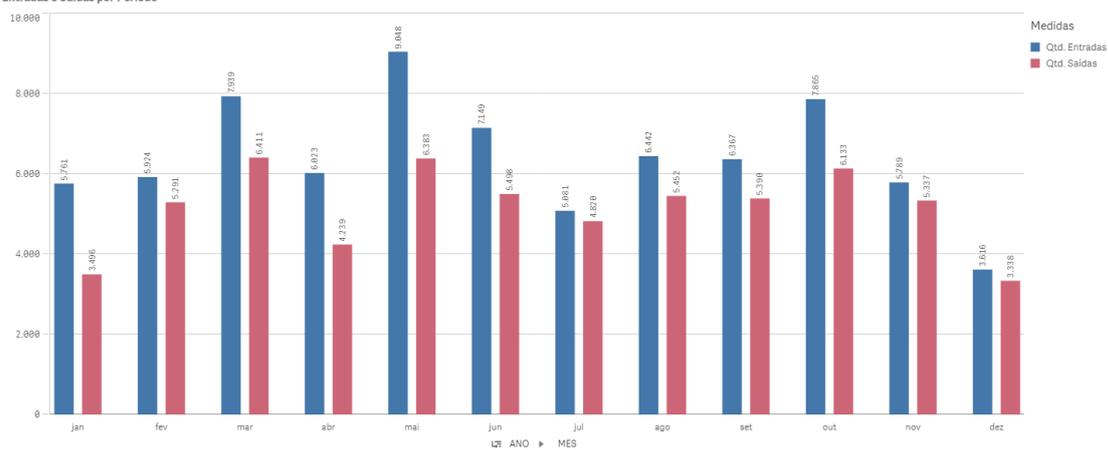
Entradas e Saídas por Período



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 19 – Polo Imperatriz (Amarante do Maranhão, Montes Altos, Estreito, Porto Franco, Imperatriz, Senador La Rocque, João Lisboa).

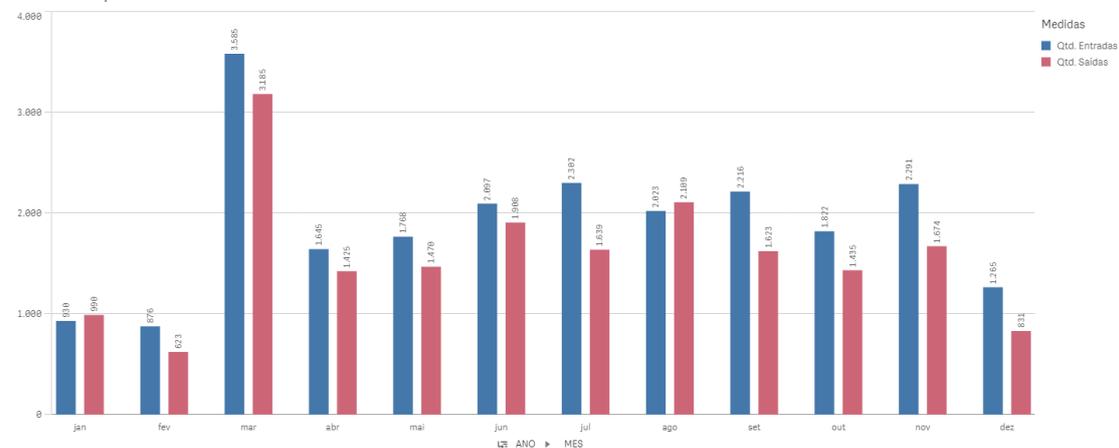
Entradas e Saídas por Período



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

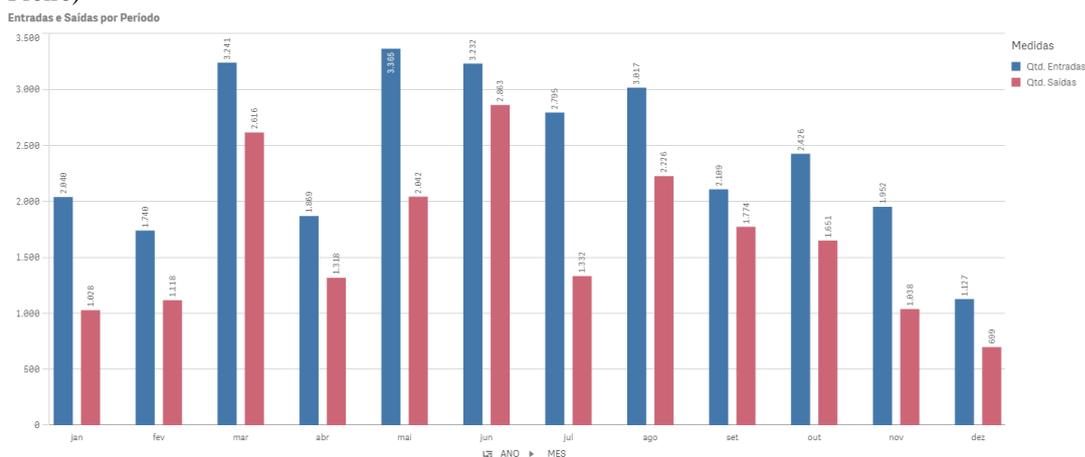
Gráfico 20 – Polo Itaipuru-Mirim (Anajatuba, Urbano Santos, Cantanhede, Vargem Grande, Itaipuru-Mirim).

Entradas e Saídas por Período



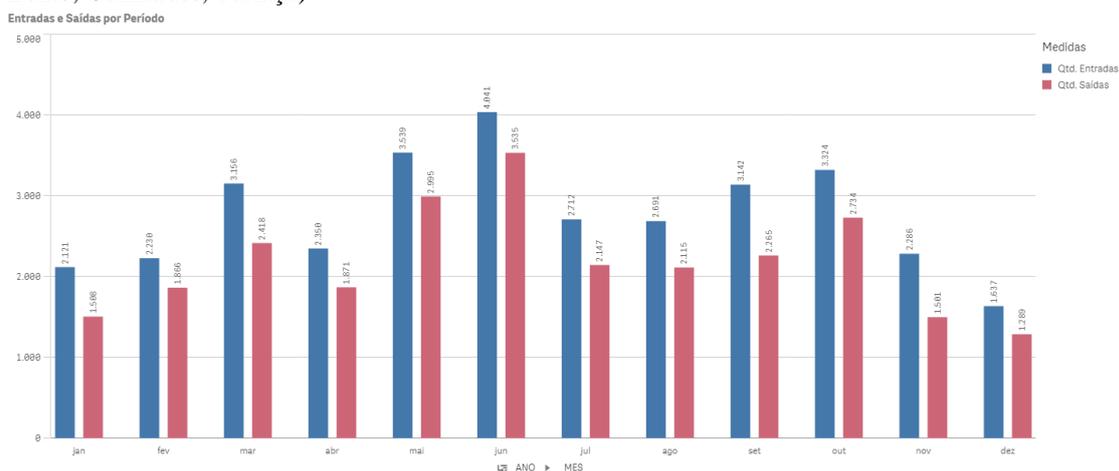
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 21 – Maracaçumé (Cândido Mendes, Maracaçumé, Carutapera, Santa Luzia Paruá, Gov. Nunes Freire)



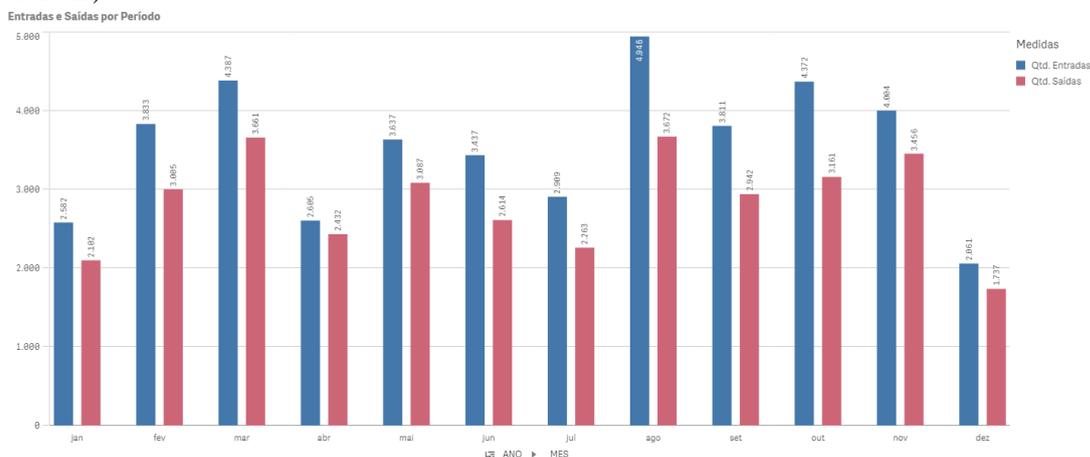
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 22 – Polo Pinheiro (Bacuri, Mirinzal, Bequimão, Pinheiro, Cedral, Santa Helena, Cururupu, São Bento, Guimarães, Turiaçu)



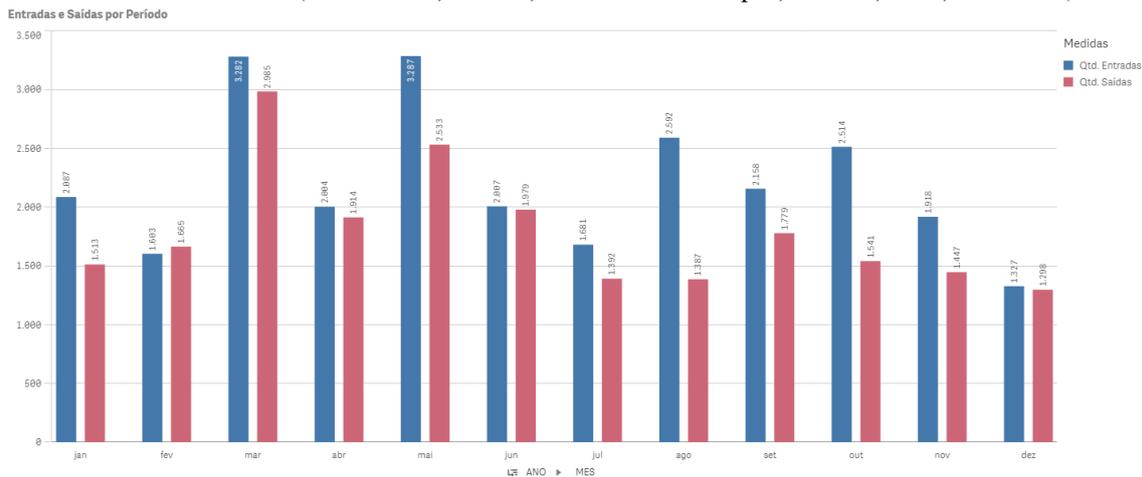
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 23 – Polo Presidente Dutra (Barra do Corda, Paraibano, Colinas, Pastos Bons, Dom Pedro, Pres. Dutra, Gov. Eugênio Barros, Santo Antônio dos Lopes, Grajaú, São Domingos do Maranhão, Mirador, Tuntum)



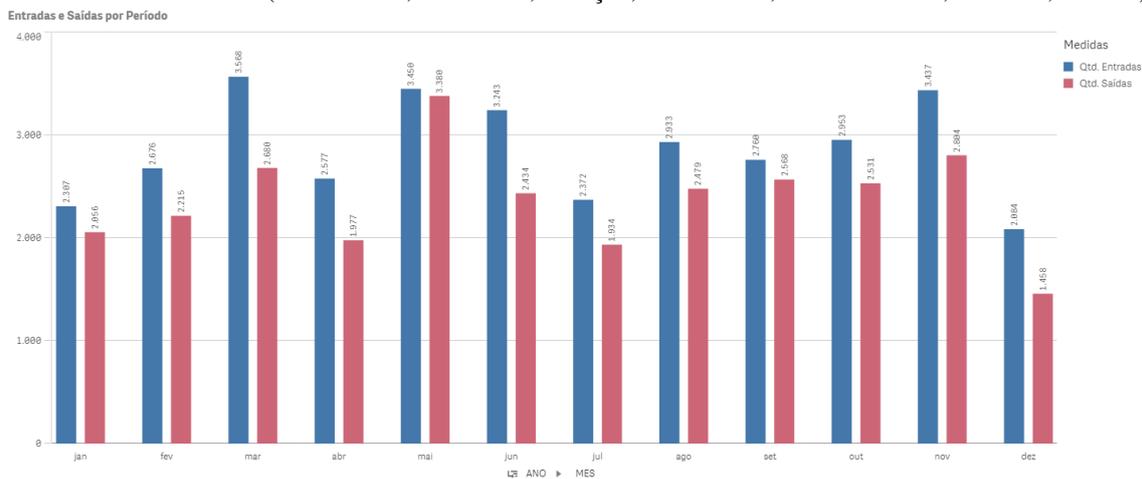
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 24 – Polo Rosário (Barreirinhas, Morros, Humberto de Campos, Rosário, Icatu, Santa Rita)



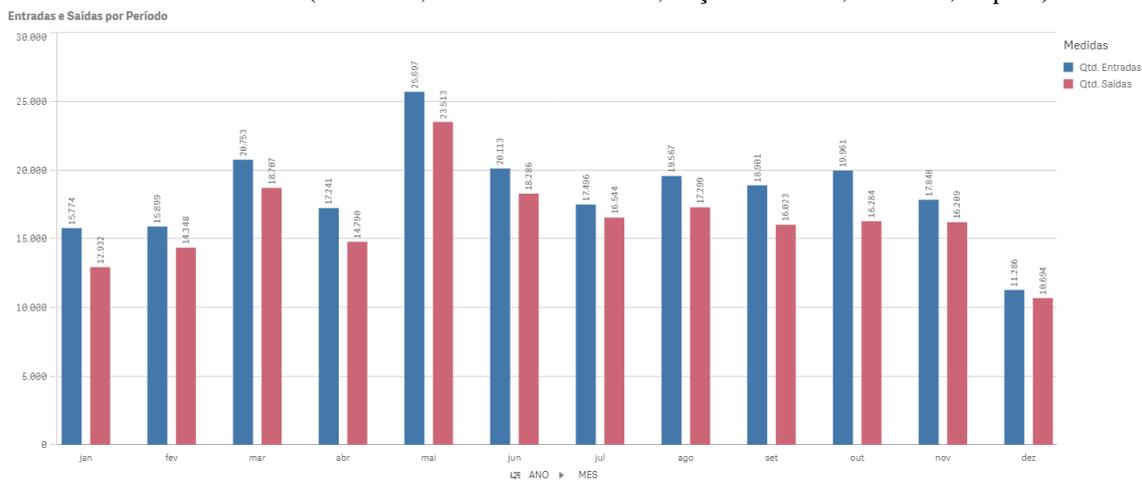
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 25 – Santa Inês (Bom Jardim, Santa Inês, Monção, Santa Luzia, Pindaré-Mirim, Zé Doca, Pio XII)



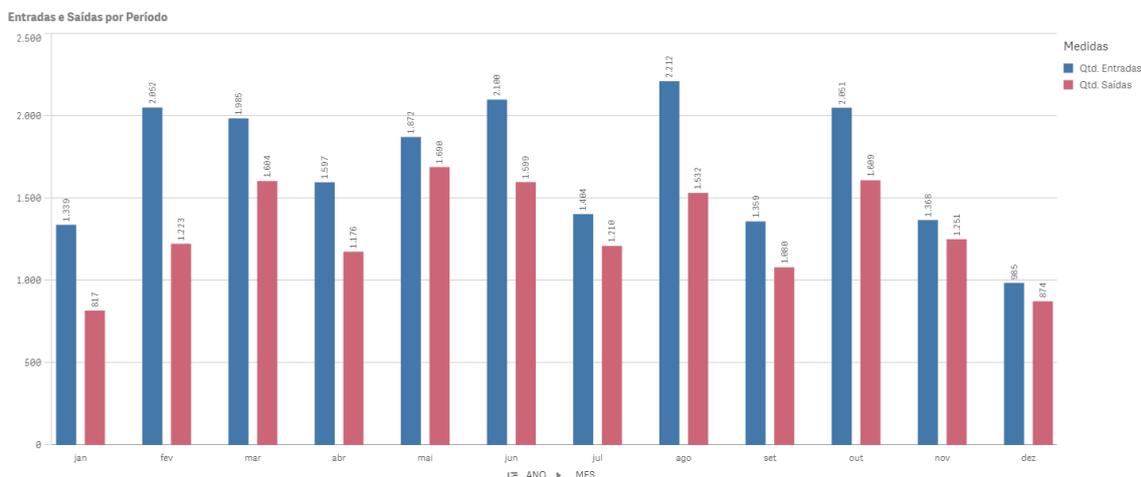
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 26 – Polo São Luís (Alcântara, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, São Luís, Raposa)



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Gráfico 27 – Polo Viana (Arari, São João Batista, Matinha, São Vicente Férrer, Olinda Nova, Viana, Penalva, Vitória do Mearim).



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2023.

Promotoria Comunitária Itinerante

A Promotoria Comunitária Itinerante vem se consolidando ao longo dos anos como um efetivo canal de aproximação do Ministério Público do Estado do Maranhão com os moradores de São Luís, vez que desde sua origem, em 1998, o Promotor de Justiça se instala com sua equipe de trabalho em uma das áreas da Capital mais carentes de serviços públicos, para ouvir diretamente os moradores sobre suas demandas prioritárias e trabalhar em parceria com as lideranças comunitárias pela efetivação de políticas públicas essenciais.

Com a Promotoria Itinerante o Ministério Público do Maranhão passou a sair, literalmente, do seu gabinete para ir ao encontro do cidadão, realizando atendimento dentro das comunidades da periferia, ouvindo o cidadão e recebendo suas reivindicações, por um determinado período (cerca de 90 dias), invertendo o modelo tradicional de atendimento à população.

Antes de iniciar os trabalhos, a equipe da Promotoria vai até a região que será atendida e se reúne com lideranças comunitárias da área para definir o local em que a unidade móvel ficará atendendo à população, onde será realizada a audiência pública para coleta das demandas dos moradores, o início do atendimento e a previsão de seu encerramento. Realizada a coleta das principais demandas em audiência pública, inicia-se o atendimento aos moradores e passa-se a trabalhar na construção de soluções negociadas para os problemas apresentados, junto aos gestores responsáveis pelos serviços reclamados, para que as ações possam chegar no menor tempo possível, através de parcerias com os órgãos demandados.

Assim, o trabalho da Promotoria contribui decisivamente para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para o exercício da cidadania, promovendo a participação direta do cidadão na tomada das decisões que beneficiam sua comunidade. Por ser um modelo diferenciado e eficiente da atuação ministerial, em 2013 a Promotoria Itinerante

foi premiada pelo *Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)*, em 3º lugar, na categoria *Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional*, passando a fazer parte do Banco de Boas Práticas do Ministério Público Brasileiro.

Ao final dos trabalhos é apresentado o relatório de prestação de contas às comunidades atendidas, à Administração Superior do Ministério Público do Maranhão e à sociedade em geral. A Promotoria já se instalou por 37 vezes nas comunidades de São Luís, realizando 4.640 (quatro mil, seiscentos e quarenta) atendimentos diretos à população.

1. DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022

1.1. Atendimento no bairro Santa Cruz

A 38ª instalação da Promotoria ocorreu no bairro Santa Cruz, a partir de contatos mantidos com lideranças comunitárias da região, sendo realizada no dia 22/03/2023 a audiência pública para coleta das demandas, na Igreja Assembleia de Deus (Rua Santa Laura, nº 49, Santa Cruz), com a presença de moradores, lideranças comunitárias, representantes do Ministério Público e convidados.

O atendimento à população ocorreu no período entre 27/03 e 22/06/23, de 2ª a 5ª-feira, das 08h00 às 12h00, na unidade móvel da Promotoria, instalada na Praça do Santa Cruz, à Av. Roberto Simonsen. Durante a permanência na região foram registrados **143 atendimentos** a moradores das comunidades *Santa Cruz, Vila Palmeira, Conjunto Radional, Vera Cruz e Matança*, que geraram **146 reclamações**. Destas, **135 tratavam de questões coletivas**, foco da atuação desta Promotoria, sendo a maioria delas *sobre o transporte público*. Outras **11 demandas eram de interesse individual**, basicamente consultas processuais e orientação jurídica, para as quais foram dados os devidos esclarecimentos ou encaminhamentos (para outros órgãos ou assistência judiciária), conforme cada situação.

Ao longo das 38 instalações já foram registrados **4.786 (quatro mil, setecentos e oitenta e seis) atendimentos diretos ao cidadão**. A *audiência pública para prestação de contas dos trabalhos* foi realizada dia 03/07/23, novamente na Igreja Assembleia de Deus, no Santa Cruz, com a participação de moradores, de lideranças comunitárias e de representantes do Ministério Público e dos órgãos para os quais as demandas foram encaminhadas.

1.2. Atendimento no bairro João de Deus

O atendimento à população ocorreu no período entre 05/12/2022 e 02/03/2023, de 2ª a 5ª-feira, das 08h00 às 12h00, na unidade móvel instalada ao lado da Praça da Juventude, no bairro João de Deus, próximo ao Restaurante Popular. Durante nossa permanência na região foram registrados **69 atendimentos** que geraram **72 reclamações**. Destas, **41** tratavam de questões coletivas, foco principal da atuação desta Promotoria, enquanto que outras **31** demandas eram de interesse individual, sendo a maioria destas sobre Direitos do Consumidor, seguida de pedidos de consultas processuais.

A audiência pública de prestação de contas dos trabalhos ocorreu dia 06/03/2023, novamente na Igreja Nossa Senhora do Rosário. As duas audiências públicas contaram com a participação de moradores, de lideranças comunitárias e de representantes do Ministério Público e de outros órgãos públicos, sendo especialmente convidados para esta última audiência pública os gestores dos órgãos para os quais as demandas foram remetidas, oportunizando a eles que prestassem informações diretamente aos moradores.

2. EIXOS DISCUTIDOS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- Iluminação Pública
- Transporte Público
- Urbanismo
- Trânsito
- Segurança Pública
- Infraestrutura de ruas
- Saneamento básico
- Feira Livre e Disciplinamento de bancas de feirantes

Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC)

1. APRESENTAÇÃO

A Resolução nº 28/2015, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, instituiu o Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária⁷. Alinhado ao novo ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (2021-2029), no intuito de intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos, o referido programa implementa-se conforme os seguintes eixos:



Quadro 08 – Eixos do Programa MP na Comunidade

| Eixo | Metodologias |
|----------|------------------------------------|
| Mediação | Mediação (Comunitária e Familiar). |

⁷ Tramita no Colégio de Procuradores o processo nº 14212/2021, com o intuito de formalizar a alteração do nome do programa, autorizar o ressarcimento de despesas de transporte e alimentação aos voluntários atuantes no programa e regulamentar a atividade do facilitador em práticas restaurativas.

| | |
|---|--|
| Educação em Direitos Humanos | Palestras, Rodas de Conversa e atividades de formação que perpassam as temáticas Cultura de Paz e Gestão de Conflitos. |
| Animação de Redes | Metodologias ativas de formação e animação de redes. |
| Justiça Restaurativa na Educação | Processos Circulares e Mediação (entre pares) aplicados às comunidades escolares. |
| Projetos Transversais | Todas as metodologias dos eixos anteriores, a depender das possibilidades de alcance de cada projeto, sempre em conformidade com os objetivos do Programa. |

Fonte: Relatórios de Atividades do GABMC/PGJ, 2023.

2. RESULTADOS – MP NA COMUNIDADE

Seguem abaixo os resultados do Programa MP na Comunidade alcançados no ano de 2023.

Quadro 09 - Sensibilização institucional e comunitária com foco na promoção e disseminação do Programa MP na Comunidade.

| OBJETIVO: Sensibilizar e mobilizar instituições e comunidades para a gestão dialógica de conflitos, por meio da mediação e das práticas restaurativas, com o máximo respeito ao envolvimento das partes nos processos decisórios. | |
|---|--|
| MACROAÇÃO: Sensibilização institucional e comunitária com foco na promoção e disseminação do Programa MP na Comunidade. | |
| AÇÕES | RESULTADOS |
| <p>Visitas institucionais. (Visitas realizadas no âmbito dos planos de ação do Programa MP na Comunidade e do Projeto Escola pra Vida).</p> <ul style="list-style-type: none"> - 13/01; 26/05 e 24/08/2023: CE Des. Emésio Dário de Araújo. - 15/03/2023: Unidade Regional de Educação de São Luís (URE/São Luís). - 12/04 e 06/06/2023: CE João Paulo II. - 12/04/2023: CEM Profa. Estefânia Rosa da Silva. - 26/05/2023: UEB Prof. Ronald da Silva Carvalho. - 08/08/2023; 10/08 e 08/09/2023: UEB Prof. João de Souza Guimarães. - 15/08 e 20/09/2023: CE Paulo Freire. - 16/08/2023: CE Dr. Clarindo Santiago. - 19/09/2023: Secretaria Municipal de Educação. | <ul style="list-style-type: none"> - 19 (dezenove) visitas institucionais realizadas a 01 (uma) Unidade de Gestão da Secretaria Estadual de Educação, a 01 (uma) Secretaria Municipal de Educação, a 10 (dez) comunidades escolares e a 01 (uma) instituição religiosa. 56 (cinquenta e seis) pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão dialógica de conflitos. - Programa MP na Comunidade Divulgado para gestores e educadores com atuação no território Turu/Divineia, bem como para lideranças comunitárias. - Gestores e educadores das comunidades escolares sensibilizados para a implementação do Projeto Transversal Escola pra Vida. |

| | |
|---|--|
| <p>28/09/2023: Igreja Assembleia de Deus Apascentar (Gapara). 30/10/2023: Creche Escola Caiane Mateus.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 30/10/2023: Escola Prof. Luiz Pinho Rodrigues. - 20/11/2023: Unidade de Educação Básica João do Vale. | |
|---|--|

Fonte: Relatórios de Atividades do GABMC/PGJ, 2023.

Quadro 10 - Implementação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divineia.

| <p>OBJETIVO: Instalar nos territórios os espaços físicos de referência do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas, com os ambientes necessários à realização da mediação e das práticas restaurativas.</p> | |
|---|---|
| <p>MACROAÇÃO: Implementação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divineia.</p> | |
| AÇÕES | RESULTADOS |
| Adaptação do espaço físico para a instalação do Núcleo. | Acompanhamento do processo nº 17347/2021. |
| Provimento de material permanente (mobiliário e outros) para o funcionamento do Núcleo/Divineia. | Acompanhamento do processo nº 16982/2022. |
| Provimento dos itens de informática indispensáveis ao funcionamento do Núcleo/Divineia. | Acompanhamento do processo nº 16987/2022. |

Fonte: Relatórios de Atividades do GABMC/PGJ, 2023.

Quadro 11 - Promoção da Educação em Direitos Humanos.

| <p>OBJETIVO: Fomentar a Educação em Direitos Humanos.</p> | |
|--|---|
| <p>MACROAÇÃO: Promoção da Educação em Direitos Humanos.</p> | |
| AÇÕES | RESULTADOS |
| <ul style="list-style-type: none"> - (Ações realizadas no âmbito dos planos de ação do Programa MP na Comunidade e do Projeto Escola pra Vida). - 31/05/2023: Roda de Diálogos – Educação e Neurodesenvolvimento (TDAH e Dislexia). Ref.: REL-GABMC-10/2023. - 06/10/2023: Palestra “Violência Psicológica contra a Mulher: necessidade de visibilização do problema e de seu | <ul style="list-style-type: none"> - 114 (cento e quatorze) pessoas participantes das atividades de Educação em Direitos Humanos. - 28 (vinte e oito) integrantes da Rede de Atendimento do Turu/Divineia informados sobre os transtornos do neurodesenvolvimento, principalmente TDAH e Dislexia. - 86 (oitenta e seis) pessoas – membros das comunidades escolares CE João Paulo II, CE Paulo Freire e CEM Profa. Estefânia Rosa da Silva – informadas sobre a |

| | |
|--|---|
| enfrentamento familiar e institucional”, proferida pela promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia. Ref.: REL-PEV-128/2023. | violência psicológica contra a mulher, bem como estratégias da prevenção à superação. |
|--|---|

Fonte: Relatórios de Atividades do GABMC/PGJ, 2023.

Quadro 12 - Animação de Redes nos territórios.

| OBJETIVO: Sensibilizar, mobilizar e capacitar as pessoas e organizações para a atuação qualificada em rede, especialmente nos territórios com Núcleos instalados. | |
|--|---|
| MACROAÇÃO: Animação de redes nos territórios. | |
| AÇÕES | RESULTADOS |
| Encontros de articulação para o trabalho em rede: | - 310 (trezentas e dez) pessoas sensibilizadas, mobilizadas ou capacitadas para a atuação qualificada em rede. |
| - 03/02/2023: 1º Encontro Territorial da Rede Turu/Divineia. Ref.: REL-GABMC-02/2023. | - 16 (dezesesseis) integrantes da Rede de Atendimento Integral do território Turu/Divineia mobilizados para a execução do plano de atuação construído na Oficina Ação em Rede. |
| - 09/02/2023: 2º Encontro Territorial da Rede Turu/Divineia. Ref.: REL-GABMC-03/2023. | - 15 (quinze) integrantes da Rede de Atendimento Integral do território Turu/Divineia mobilizados para a execução do plano de atuação construído na Oficina Ação em Rede. |
| - 28/04/2023: Encontro Territorial da Rede Turu/Divineia. Ref.: REL-GABMC-05/2023. | - 15 (quinze) integrantes da Rede de Atendimento Integral do território Turu/Divineia mobilizados para a execução do plano de atuação construído na Oficina Ação em Rede. |
| - 10/08/2023: Articulação de parceria com o Instituto Ekoaié para adesão ao Projeto Maleta Conviver do Canal Futura (Fundação Roberto Marinho). Ref.: REL-GABMC-21/2023. | - 01 (uma) representante do Instituto Ekoaié sensibilizada para a construção de parceria com o MPMA com foco na disseminação do Projeto Maleta Conviver na cidade de São Luís por meio do trabalho em rede. |
| - 1º/09/2023: Encontro Territorial da Rede Turu/Divineia. Ref.: REL-GABMC-24/2023. | - 14 (quatorze) integrantes da Rede de Atendimento Integral do território Turu/Divineia mobilizados para a execução do plano de atuação construído na Oficina Ação em Rede. |

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - 13/12/2023: Encontro da Rede Maranhense de Justiça Juvenil. Ref.: REL-GABMC-34/2023. | <ul style="list-style-type: none"> - 13 (treze) integrantes da Rede Maranhense de Justiça Juvenil informados sobre o trabalho em rede realizado pelo Programa MP na Comunidade, em especial por meio do Projeto Escola pra Vida. |
| <p>Ações Sociais em Rede</p> <ul style="list-style-type: none"> - 05/05/2023: abertura da Campanha de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (Campanha 18 de Maio) no território Turu/Divineia. Ref.: REL-GABMC-06/2023. - 27/06/2023: participação na Audiência Pública promovida pela Ouvidoria da Mulher do TJMA na Escola Luiz Pinho Rodrigues. Ref.: REL-GABMC-13/2023. - 04/09/2023: participação na Audiência Pública promovida pela Ouvidoria da Mulher do TJMA na Escola Luiz Pinho Rodrigues. Ref.: REL-GABMC-25/2023. | <ul style="list-style-type: none"> - 37 (trinta e sete) integrantes da Rede de Atendimento Integral do território Turu/Divineia participantes do ato de abertura da Campanha 18 de Maio no Rio Anil Shopping. - 28 (vinte e oito) integrantes da Rede de Atendimento Turu/Divineia informados sobre o atendimento realizado pela Ouvidoria da Mulher do TJMA e participantes da coleta de demandas. - 48 (quarenta e oito) pessoas - integrantes da Rede de Atendimento Turu/Divineia e moradoras do bairro Divineia e adjacências - informadas sobre o trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher realizado pela Ouvidoria da Mulher do TJMA. |
| <p>Oficinas, Cursos ou Capacitações para o Trabalho em Rede.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 03/03/2023: Oficina Promoção do Trabalho em Rede (4h/a). Atividade realizada no âmbito do Projeto Escola pra Vida. Ref.: REL-PEV-05/2023. - 15 a 19/05/2023: Curso Mediação Comunitária (40h/a). Ref.: REL-GABMC-08/2023. - 20/05/2023: participação no Curso de Formação de Lideranças Populares, promovido pela Ouvidoria da Defensoria Pública Estadual no | <ul style="list-style-type: none"> - 39 (trinta e nove) pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares por meio do trabalho em rede no território Turu/Divineia. - 27 (vinte e sete) participantes capacitados para o exercício da mediação comunitária, dentre os quais <u>5 (cinco)</u> profissionais da Rede de Atendimento do território. - 23 (vinte e três) lideranças comunitárias informadas sobre o Programa MP na Comunidade, sensibilizadas e |

| | |
|--|---|
| <p>território do Coroadinho. Ref.: REL-GABMC-09/2023.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 31/05/2023: Roda de Diálogos – Educação e Neurodesenvolvimento (TDAH e Dislexia). Ref.: REL-GABMC-10/2023. - 27/10/2023: Oficina Promoção do Trabalho em Rede (4h/a) – Turma 2. Atividade realizada no âmbito do Projeto Escola pra Vida. Ref.: REL-PEV-149/2023. - 30/10/2023: Oficina Promoção do Trabalho em Rede (4h/a) – Turma 3. Atividade realizada no âmbito do Projeto Escola pra Vida. Ref.: REL-PEV-156/2023. - 08/11/2023: Oficina Promoção do Trabalho em Rede (4h/a) – Turma 4. Atividade realizada no âmbito do Projeto Escola pra Vida. Ref.: REL-PEV-160/2023. - 09/11/2023: Oficina Promoção do Trabalho em Rede (4h/a) – Turma 5. Atividade realizada no âmbito do Projeto Escola pra Vida. Ref.: REL-PEV-161/2023. - 10/11/2023: Oficina Promoção do Trabalho em Rede (4h/a) – Turma 6. Atividade realizada no âmbito do Projeto Escola pra Vida. Ref.: REL-PEV-165/2023. | <p>mobilizadas para a gestão de conflitos sem violências.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 28 (vinte e oito) integrantes da Rede de Atendimento do Turu/Divineia informados sobre os transtornos do neurodesenvolvimento, principalmente TDAH e Dislexia. - 20 (vinte) pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares por meio do trabalho em rede no território Turu/Divineia. - 13 (treze) pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares por meio do trabalho em rede no território Turu/Divineia. - 16 (dezesesseis) pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares por meio do trabalho em rede no território Turu/Divineia. - 11 (onze) pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares por meio do trabalho em rede no território Turu/Divineia. - 12 (doze) pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares por meio do trabalho em rede no território Turu/Divineia. |
|--|---|

Fonte: Relatórios de Atividades do GABMC/PGJ,2023.

Quadro 13 - Justiça Restaurativa na Educação.

OBJETIVO: Colaborar para a construção de ambientes escolares seguros e acolhedores.

MACROAÇÃO: formação de recursos humanos para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares.

| AÇÕES | RESULTADOS |
|---|---|
| - 1º/06/2023: Oficina <i>Cultura de Paz e Comunidades Escolares</i> (4h/a) no Centro Beneficente Nossa Senhora da Glória (CEBENSG). Ref.: REL-GABMC-11/2023. | - 24 educandos sensibilizados e mobilizados para a gestão de conflitos sem violências no CEBENSG. |
| Obs.: O terceiro Relatório Parcial do Projeto Escola pra Vida apontou que 2.789 membros das comunidades escolares foram sensibilizados e mobilizados para a gestão de conflitos sem violências, dentre os quais 1.046 participaram das atividades de formação (Indicadores 1 e 2 do PEV). Outros resultados quantitativos podem ser verificados no relatório do referido projeto transversal. | |

Fonte: Relatórios de Atividades do GABMC/PGJ, 2023.

Quadro 14 – Plano de Formação de Mediadores Comunitários e Facilitadores em Práticas Restaurativas.

| OBJETIVO: Promover a formação e a capacitação continuada de mediadores comunitários e facilitadores em práticas restaurativas para a atuação voluntária no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas. | |
|--|---|
| MACROAÇÃO: Plano de Formação de Mediadores Comunitários e Facilitadores em Práticas Restaurativas. | |
| AÇÕES | RESULTADOS |
| - Atualização do Plano de Formação de Mediadores Comunitários e Facilitadores em Práticas Restaurativas. | - 01 (uma) proposta de formação atualizada, recebida neste GABMC e encaminhada à Escola Superior do Ministério Público. |
| - 08/02/2023: reunião virtual com a professora Vanessa Amorim para dialogar sobre a proposta do Curso de Mediação Comunitária (40h/a). Ref.: REL-GABMC-01/2023. | |
| - Identificação de pretensos mediadores e facilitadores em práticas restaurativas: | - 10 (dez) lideranças comunitárias informadas sobre a aplicabilidade das práticas restaurativas no âmbito do Ministério Público. |
| - 12/05/2023: Minicurso Introdução às Práticas Restaurativas para o Ministério Público, com Daniele Arlé. Ref.: REL-GABMC-07/2023. | |
| - Execução do Plano de Formação de Mediadores Comunitários e Facilitadores em Práticas Restaurativas. | - 14 (quatorze) lideranças comunitárias capacitadas em mediação e 08 (oito) em práticas restaurativas. |
| - 27 a 31/03 e 10 a 14/04/2023: Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (40h/a), ofertada no âmbito do Projeto Escola pra | - 02 (duas) lideranças comunitárias capacitadas como facilitadoras em práticas restaurativas e com intenções declaradas para atuarem no Núcleo da Divineia. |

| | |
|---|--|
| <p>Vida (Turma 2). Ref.: REL-PEV-18/2023.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 08 a 12/05; 23 a 26/05 e 06/06/2023: Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (40h/a), ofertada no âmbito do Projeto Escola pra Vida (Turma 3). Ref.: REL-PEV-44/2023. - 15 a 19/05/2023: Curso Mediação Comunitária (40h/a). Ref.: REL-GABMC-08/2023. - 22, 23, 26, 27 e 28/06/2023: Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (40h/a), ofertada no âmbito do Projeto Escola pra Vida (Turma 5). Ref.: REL-PEV-60/2023. | <ul style="list-style-type: none"> - 01 (uma) liderança comunitária capacitada como facilitadoras em práticas restaurativas e com intenções declaradas para atuarem no Núcleo da Divineia. - 27 (vinte e sete) participantes capacitados para o exercício da mediação comunitária, dentre os quais 14 lideranças comunitárias com intenções declaradas para atuarem no Núcleo da Divineia. - 05 (cinco) lideranças comunitárias capacitadas como facilitadoras em práticas restaurativas e com intenções declaradas para atuarem no Núcleo da Divineia. |
| <p>MACROAÇÃO: Capacitações em outras metodologias que corroboram para a gestão de conflitos sem violências, para a disseminação da Educação em Direitos Humanos ou para o trabalho em rede.</p> | |
| <ul style="list-style-type: none"> - 18/08/2023: Curso de Formação de Lideranças Comunitária (ESMP/MA). Módulo I: Ministério Público e Participação Cidadã. Ref.: REL-GABMC-22/2023. - 26/10/2023: Curso Formação de Lideranças Comunitárias. Módulo 2: Importância da Perspectiva de Gênero em Políticas Públicas. Ref.: REL-GABMC-29/2023. | <ul style="list-style-type: none"> - 09 (nove) lideranças comunitárias (pretensas mediadoras do Núcleo da Divineia) e 05 (cinco) integrantes da equipe técnica do Programa MP na Comunidade sensibilizados para a atuação com comunidades quilombolas com base na experiência do Sr. Joércio Pires da Silva. - 04 (quatro) lideranças comunitárias (pretensas mediadoras do Núcleo da Divineia) e 04 (quatro) integrantes da equipe técnica do Programa MP na Comunidade informados sobre a importância da perspectiva de gênero para o trabalho com políticas públicas. |

Fonte: Relatórios de Atividades do GABMC.

3. PROJETO TRANSVERSAL ESCOLA PRA VIDA

Conforme consta no Termo de Abertura de Projeto (TAP) encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão do MPMA, o Projeto Escola pra Vida (PEV) inscreve-se no *Eixo Projetos Transversais* do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas, implementado em

parceria com Organizações Sociais Comunitárias e órgãos públicos, com o objetivo de contribuir para a construção de ambientes escolares seguros e pacificados, por meio de ações com foco no fortalecimento de vínculos comunitários, na gestão de conflitos e na promoção do protagonismo juvenil.

Dez escolas do território do Turu foram selecionadas para a primeira experiência de implementação do projeto: Creche Escola Caiane Mateus; Unidades de Educação Básica Prof. Luiz Pinho Rodrigues, João de Sousa Guimarães, Prof. Ronald Silva Carvalho e Terceiro Milênio (Anexo); Centros de Ensino Paulo Freire, João Paulo II, Prof.^a Estefânia Rosa da Silva, Emésio Dário de Araújo e Vinícius de Moraes. Utilizou-se como critérios de seleção: a disponibilidade e interesse dos gestores e educadores para o trabalho com a temática do projeto; a participação ativa nas ações pretéritas promovidas pela Rede de Atendimento Integral e a proximidade geográfica.

Algumas ações do PEV também foram executadas no Centro de Ensino Dr. Clarindo Santiago, a pedido da gestão escolar, e na Unidade de Educação Básica João do Vale, a pedido da Promotoria Comunitária Itinerante. O Relatório Parcial nº 03/2023 do Escola pra Vida, que elenca os resultados medidos de AGOSTO de 2022 a DEZEMBRO de 2023, está anexo ao presente documento e será encaminhado ao CMDCA/São Luís como instrumento de prestação de contas.

4. INDICADORES

Tabela 36 - Aferição de resultados conforme Indicadores.

| INDICADORES PRINCIPAIS | |
|--|---------------|
| Indicador | Quant. |
| Ind. 1 – Nº de pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão dialógica de conflitos. | 217 |
| Ind. 2 – Nº de acordos extrajudiciais construídos por meio da mediação ou das práticas restaurativas. | N/A |
| Ind. 3 – Nº de pessoas encaminhadas para a continuidade do atendimento por meio de serviços ou políticas públicas. | N/A |
| Ind. 4 – Público participante das atividades de Educação em Direitos Humanos. | 114 |
| Ind. 5 – Público participante das ações de sensibilização, mobilização ou capacitação para a atuação em rede. | 310 |
| Ind. 6 – Nº de membros das comunidades escolares sensibilizados, mobilizados ou capacitados para a gestão de conflitos sem violências. | 2.813* |
| Ind. 7 – Público das Rodas de Terapia Comunitária Integrativa. | N/A |
| Ind. 8 – Nº de pessoas atendidas pela equipe de plantão psicológico. | N/A |
| INDICADORES SECUNDÁRIOS | |
| Indicador | Quant. |
| Ind. 9 – Ações de sensibilização e mobilização de instituições e comunidades com foco na promoção e disseminação do Programa MP na Comunidade. | 27 |
| Ind. 10 – Projetos de Implementação de Núcleos Comunitários de Mediação e Práticas Restaurativas. | 01 |
| Ind. 11 – Encaminhamentos institucionais para serviços ou políticas públicas. | N/A |
| Ind. 12 – Atividades de Educação em Direitos Humanos realizadas. | 02 |
| Ind. 13 – Ações de sensibilização, mobilização ou capacitação para a atuação em rede. | 17 |
| Ind. 14 – Ações de sensibilização, mobilização ou capacitação para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares. | 183* |
| Ind. 15 – Lideranças comunitárias sensibilizadas para a atuação voluntária no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas. | 14 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | |
|---|------------|
| Ind. 16 – Lideranças Comunitárias capacitadas em mediação pelo MPMA para a atuação voluntária no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas. | 14 |
| Ind. 17 – Lideranças comunitárias capacitadas em práticas restaurativas pelo MPMA para a atuação voluntária no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas. | 08 |
| Ind. 18 – Ações de divulgação nos canais oficiais do MPMA ou de instituições parceiras. | 08 |
| Ind. 19 – Ações de promoção da saúde mental e do fortalecimento de vínculos comunitários. | N/A |

Fonte: Relatórios de Atividades do GABMC/PGJ,2023.

Legenda: N/A (Não se Aplica) – Não houve aferição de resultados no período. * Considerada o quantitativo acumulado no âmbito do Projeto Escola pra Vida, de ago/22 a dez/23.

ÓRGÃOS AUXILIARES

Escola Superior do Ministério Público (ESMP)



A última reunião do Conselho Pedagógico da ESMP ocorreu dia 30/11/2023

1. APRESENTAÇÃO

Em observância do art. 7º, IX, do Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, vimos apresentar o relatório anual das atividades realizadas pela Escola Superior em 2023, compreendendo os eixos de ensino, pesquisa e extensão, bem como o andamento das atividades administrativas desempenhadas por este Órgão.

Em 2023 foram realizadas 151 atividades, 14.768 inscrições realizadas e ministradas 1.118 horas-aula. Em nosso Canal no YouTube, alcançamos mais de 28.000 horas de exibição dos conteúdos disponíveis na página e um total de 89.175 visualizações. De igual modo, comemoramos o total de 3.957 inscritos no canal da ESMP MA, que acompanham com assiduidade os conteúdos disponibilizados.

A transversalidade dos direitos fundamentais permeou as capacitações ofertadas pela ESMP/MA, com destaque para as temáticas de Resolutividade e Autocomposição, Gênero, Saúde mental, Inovação, Cidadania e Direitos Humanos.

Implementou-se o Programa de Formação Continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC), cujo objetivo é promover a capacitação continuada da equipe das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís/MA com vistas a fornecer-lhes ferramentas para aprimoramento das suas atribuições funcionais.

Foram 12 módulos realizados; 42 h/a ministradas; 628 inscrições; 448 certificados autorizados; 85,71% dos membros e servidores das Promotorias Distritais capacitados; 100% de avaliação como Bom ou Ótimo conforme avaliação dos Promotores de Justiça Distritais.

No ano em comento, presenciou-se a consolidação da pesquisa científica em âmbito ministerial, com a finalização do plano de trabalho do Núcleo de Estudos, com o tema “MP-TRENDS: conectando pontos para a construção do Ministério Público do Futuro”, totalizando assim 14 encontros, 398 inscritos (considerando participantes diretos do grupo e demais membros, servidores e estagiários interessados), carga horária de 56 h/a, 241 certificados e índice de 60,55% de participação nos encontros.

Ademais, instituiu-se o Núcleo de Pesquisa permanente, com o tema “Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA-ESMP/MA)”, que desenvolve atividades em duas linhas de pesquisa: I - Ministério Público e relações de gênero, raça, etnia e classe; II - Povos e Populações Tradicionais e Sustentabilidade Socioambiental na Amazônia Maranhense.

A doutrina ministerial produzida na Escola Superior do Ministério Público do Maranhão estampa a Revista Lumiar, ano 5, número especial, 2023, lançada por ocasião do 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, e que segue homenageando o Promotor Público de comarca maranhense, que se tornou símbolo do Código Civil: Clóvis Beviláqua. A edição especial conta com novos artigos de autoria de professores, alunos e colaboradores desta Escola Superior, sendo vários produzidos originalmente como trabalhos conclusivos da Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção.

O ano de 2023 foi marcado ainda pela atuação extensionista da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, com destaque para o Projeto de Extensão PERTENCER, realizado no Quilombo Urbano do Coroadinho, com objetivo de valorizar a diversidade de saberes e culturas de modo a possibilitar vivências que auxiliem os adolescentes no exercício da cidadania no que tange a identidade e pertencimento sociopolítico.

O fortalecimento dos mecanismos de comunicação interna e externa ocorreu com o aprimoramento das pesquisas de satisfação de cursos e ações realizadas por meio da ESMP/MA e a estruturação da página da ESMP/MA no *site* do Ministério Público do Maranhão, incorporando ferramentas de transparência, com consulta pública ao painel de Power BI, com desdobramento dos resultados dos principais projetos desenvolvidos pela Escola Superior no ano de 2023; além da disponibilização de galeria de fotos dos eventos realizados.

No âmbito da tecnologia da informação, a ESMP/MA iniciou o processo de atualização da plataforma Moodle, com vias a possibilitar a melhor experiência aos discentes quando da consulta aos cursos, realização das inscrições, interação via chat/e-mail, acompanhamento de trilhas formativas, e ainda emissão voluntária do certificado de participação realizada pelo aluno (a) que cumpre os pré-requisitos de participação com direito a certificado.

Encerramos o ano com o 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, com o tema “O Ministério Público na Construção de Caminhos para

Resolutividade, Cidadania em Redes e Inovações Sociais”, realizado nos dias 06 e 07 de dezembro de 2023, fortalecendo o ciclo exitoso de atividades desta Escola. Foram 1.338 inscritos, sendo 351 membros, 120 servidores e 867 participantes externos, num total de 12 horas de Congresso. Qualitativamente, registramos a presença de 518 participantes no 1º dia, 368 participantes no 2ª dia, perfazendo um total de 580 certificados autorizados aos congressistas.

Faz-se, portanto, no presente relatório, a síntese das atividades realizadas por esta Escola Superior no ano de 2023, alinhando-as às exigências regimentais e ao planejamento estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL E ESTADUAL, BEM COMO ÀS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

As atividades formativas da ESMP/MA estão diretamente relacionadas às Resoluções e Recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público, especialmente as abaixo listadas:

- Recomendação nº 54/2017 - Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro.
- Resolução 118/2014 - CNMP - Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências
- Resolução 230/2021 - CNMP - Disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais.
- Resolução 271/2023 - CNMP - Estabelece diretrizes gerais para os cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
- Resolução 243/2021 (alterada pela Resolução nº 267/2023) - CNMP - dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas, para criar a Coordenadoria Nacional de Apoio às Vítimas (CNAV).
- Resolução 265/2023 - CNMP - Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público.
- Resolução 259/2023 - CNMP - Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público.
- Resolução 257/2023 - CNMP - Dispõe sobre a criação da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital).
- Resolução 255/2023 - CNMP - Dispõe sobre a instituição da Comissão Temporária de Defesa da Democracia.
- Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 02/2018 - Dispõe sobre parâmetros para avaliação de resolutividade e da qualidade da atuação dos Membros e das Unidades do Ministério Público pelas Corregedorias-Gerais.

Em 2023, a ESMP reforçou, no escopo de seus processos administrativos, a importância do preenchimento do Formulário de Solicitação de Cursos/Eventos às áreas

que, em colaboração com a Escola, promovem as atividades. Neste formulário, a área parceira pontua, qual (ais) Objetivo (s) Estratégico (s) da atividade solicitada, contribui para o alcance desses objetivos. Dessa forma, a escola mapeia quais objetivos estratégicos institucionais mais se aderem às atividades formativas realizadas e conseqüentemente, quais deles a Escola mais contribui para o alcance dos objetivos estratégicos.

O gráfico a seguir, demonstra a aderência das atividades formativas realizadas em relação aos objetivos estratégicos:

Gráfico 28 - Aderência das atividades formativas realizadas aos objetivos estratégicos institucionais



Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

Verifica-se que o objetivo estratégico “Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional” que visa o fomento de operações conjuntas, forças-tarefas, termos de cooperação técnica, programas, projetos e ações entre as unidades e ramos, bem como instituições parceira, foi citado 34 vezes, demonstrando que esse objetivo, por meio das atividades realizadas pela ESMP MA foi o mais favorecido.

Em relação ao Plano Estratégico do Ministério Público Nacional, a ESMP MA oferta atividades que abrangem os Objetivos do PEN-MP 2020-2029. No quadro a seguir, evidenciamos as 3 principais atividades realizadas para cada objetivo, conforme coleta de dados realizada anualmente por meio do Radar Estratégico. Nesse reporte, as Unidades e Ramos do Ministério Público indicam, como evidência de resultados, o nome dos Programas, Projetos e Iniciativas implementadas que contribuem para a execução do PEN-MP 2020-2029.

Quadro 15 - Alinhamento das atividades ofertadas aos objetivos estratégicos do Plano Estratégico Nacional

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | PROGRAMA ESTRATÉGICO | INICIATIVA ESTRATÉGICA | EVIDÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA ESMP MA (EVENTO/CURSO REALIZADO) |
|--|---|---|---|
| <p>1.2 - Aperfeiçoar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.</p> | <p>Priorização da persecução à criminalidade organizada – tráfico drogas/armas, crimes econômicos/financeiros/tributários, cibernéticos, grupos de extermínio / milícias.</p> | <p>1.2.3 - Elaboração e implementação de programa de capacitação de membros e servidores para investigação e persecução de organizações criminosas e crimes correlatos.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. MP TRENDS: Tecnologia Blockchain e novos rumos na investigação criminal. 2. Sala de Situação - Comunicação e Arquivamento da Investigação após a decisão do STF nas ADIs do Juiz das Garantias. 3. Workshop "Ministério Público e Perícia Oficial de Natureza Criminal" |
| <p>1.3 – Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional</p> | <p>Atuação integrada com instituições públicas e privadas no combate à corrupção e à improbidade administrativa.</p> | <p>1.32 – Capacitação de grupos específicos de combate à corrupção e defesa do patrimônio.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Webinário Acordo de Não Persecução Civil e o Papel do Parquet no Combate à Corrupção; 2. Curso Prática do Ministério Público na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos; 3. Webnário "Investigação patrimonial no âmbito criminal: análise de casos práticos" |
| <p>1.4 - Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial.</p> | <p>Fortalecimento dos sistemas de garantia dos direitos da criança e do adolescente.</p> | <p>1.4.5 - Formação e acompanhamento de rede de defesa de direitos das crianças e dos adolescentes.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Palestra Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – Operacionalização e Fiscalização dos Gastos; 2. Processo Unificado de Escolha dos Conselheiros Tutelares – 2023; 3. Projeto Pertencer - oficina “Meninas da Favela” |

| | | | |
|---|--|--|---|
| <p>1.6 - Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.</p> | <p>Fomento à justiça restaurativa na solução de conflitos individuais.</p> | <p>1.6.2 - Padronização das práticas de autocomposição e capacitação dos colaboradores.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Curso "Introdução às práticas restaurativas para o Ministério Público" 2. Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça especializadas distritais de defesa da cidadania de São Luís (PJDC) "Metodologia para escutas sociais e construção de redes" 3. Formação de facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz |
| <p>3.2 - Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada.</p> | <p>Normatização em nível nacional dos procedimentos administrativos relativos à gestão e fiscalização contratual e capacitar os colaboradores envolvidos.</p> | <p>3.2.2 -Promoção de capacitação de gestores/fiscais de contrato, preferencialmente de forma conjunta com outros MPs.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Treinando Líderes para Nova Lei de Licitações; 2. 1º Encontro de formação sobre o novo regramento de licitações e contrato administrativos; 3. Curso Prática do Ministério Público na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos |
| <p>3.4 - Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.</p> | <p>Desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades de liderança para membros e servidores gestores, capacitando-os para lidar com conflitos e desenvolvimento de pessoas.</p> | <p>3.4.6 - Promoção da qualificação das lideranças e gestores.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Burnout, sofrimento psíquico e a patologização do trabalho; 2. Palestra "Ética e gestão estratégica do MP" e "Interação e humanização na era da informação"; 3. Palestra "Equilíbrio emocional: gerenciamento das emoções e o desenvolvimento da consciência emocional" e "A importância da inteligência emocional nas relações sociais" |

| | | | |
|---|--|---|---|
| <p>3.4. Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.</p> | <p>Promoção de capacitações com foco na utilização de ferramentas de tecnologia que possibilitem a otimização das tarefas.</p> | <p>3.4.7 - Desenvolvimento de tutoriais e manuais das soluções tecnológicas implantadas pela unidade.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Catálogo Águia: ferramenta de Investigação Criminal na Era Digital 2. Sala de Situação - Rotinas em ANPP: otimizando resultados 3. Curso "Aplicabilidade da Lei Maria da Penha à Mulher TRANS e o Formulário ROGÉRIA - Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente à Comunidade LGBTQIAPN+ |
|---|--|---|---|

Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

3. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As atividades de ensino, pesquisa e extensão da Escola Superior do Ministério Público serão regidas pelos seguintes instrumentos:

- I. **Projeto Político Pedagógico (PPP), alinhado ao planejamento estratégico, para o cumprimento dos objetivos e da missão institucional da Escola.** PORTARIA-ESMP - 112023 - Aprova o Projeto Político Pedagógico 2023-2025 da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão. Consulta disponível no site da ESMP/MA: <https://www.mpma.mp.br/escola-superior-mpma/?post=59205#result>
- II. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, em que deve constar: a) Planos de Ensino, de Pesquisa e de Extensão para cada atividade desenvolvida; b) diretrizes para a elaboração e a execução dos projetos de pesquisas aplicadas, das atividades de extensão e dos projetos de organização institucional. PORTARIA-ESMP – 92023 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão 2023/2026. Consulta disponível no site da ESMP/MA: <https://www.mpma.mp.br/escola-superior-mpma/?post=59205#result>
- III. **Sistema para a implantação e o desenvolvimento de cursos, cabendo à Diretoria a definição do conteúdo programático e a escolha de docentes e coordenadores.** A plataforma Moodle permite a divulgação das atividades, bem como inscrição, interação com os alunos via chat/e-mail, configuração de trilhas formativas, e ainda emissão voluntária do certificado de participação realizada pelo aluno (a) que cumpre os pré-requisitos de participação com direito a certificado. Visando otimizar processos de trabalho, proporcionar um ambiente de navegação para o aluno mais amigável e atrativo na realização de cursos online, utilização das potencialidades da ferramenta para a tomada de decisão com base em dados e implementação de indicadores de desempenho da ESMP/MA, foi gerada uma iniciativa de atualização da plataforma Moodle no Plano Tático-

Operacional (2021-2029) desta Escola Superior, com previsão de finalização para junho/2024. Consulta disponível em: <https://esmp.mpma.mp.br/>.

4. ATIVIDADES FORMATIVAS REALIZADAS POR EIXO DE ENSINO

Como instituição educativa e normativa, a ESMP/MA fundamenta a sua atuação nos princípios da educação democrática, igualitária, participativa, aberta, cidadã, multi e interdisciplinar que incentiva a produção comum do saber e da liberdade, a partir da consciência crítica e defensora da dignidade humana. Nesse sentido, a autonomia e a gestão democrática compõem a natureza da ação pedagógica da instituição, o que justifica e reforça a construção de um ambiente institucional que valoriza o diálogo e a participação em todas as instâncias da organização, compreendida também pela inclusão da sociedade civil no processo educativo e de governança, conforme o Plano Político Pedagógico 2023-2025 da ESMP/MA, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público, em 09/06/2023, nº 107/2023.

Em 2023, as temáticas mais trabalhadas foram: 1) Resolutividade e Autocomposição; 2) Equidade de Gênero; 3) Saúde Mental; 4) Inovação; 5) Cidadania e Direitos Humanos.

4.1 Resolutividade e Autocomposição

A Recomendação nº 54 do CNMP/2017 dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro e defende a busca por soluções efetivas aos conflitos, controvérsias e problemas que tocam interesses para cuja defesa é legitimado este órgão ministerial. A conceituação de resolutividade enquanto valor constitucional a ser perquirido nas atuações do *parquet*, perpassa a utilização de ferramentas judiciais e extrajudiciais e no investimento de ações ministeriais com olhares sensíveis para cada tipo de demanda, de modo a enxergar ações preventivas, prospectivas e reativas.

Em atenção ao pilar de Resolutividade, e considerando o disposto na Resolução nº 118/2014 do CNMP, esta Escola Superior, por meio do seu Núcleo de Autocomposição, desenvolveu atividades em parceria com o Gabinete de Mediação, com o propósito de estimular a adoção da resolução autocompositiva e adequada de conflitos, dentro e fora do Ministério Público. Das formações, podem-se citar a oficina “Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz”, realizada nos dias 13 a 17/02 e 13 a 17/03/2023 na Fundação Evangélica Maranata; o curso “Disciplina Restaurativa nas Escolas”, no período de 27/02 a 02/03/2023; a Oficina Cultura e Paz e Comunidades Escolares, realizada no CE Emésio Dário de Araújo, no dia 24/03/2023, dentre outras atividade que podem ser consultadas no Painel Power BI da [ESMP MA Resultados](#).

Destaca-se ainda a realização do curso Introdução às Práticas Restaurativas para o Ministério Público, como atividade do Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania, realizado em 12/05/2023, com participação da Promotora de

Justiça do MPMG, Coordenadora jurídica do MPMG e mestra em Sistemas de Solução de Conflitos, Dra. Danielle Arlé.

Ademais, explorou-se também a utilização das ferramentas autocompositivas na esfera penal, com realização de sala de situação sobre “Rotinas em ANPP: Otimizando resultados”, em 19/04/2023.

4.2 Equidade de Gênero

Dentre as diversas iniciativas da ESMP/MA, a equidade de gênero sempre se fez presente nas atividades apresentadas, na perspectiva de contribuir para erradicar a violência contra as mulheres. Sendo assim, a ESMP/MA tem buscado promover eventos, como cursos, palestras, workshops, etc., cujo objetivo é romper com esse ciclo de violência contra as mulheres, ainda existente na sociedade, a fim de garantir o empoderamento informativo, discutindo sobre as desigualdades, violências e desvantagens atuais e históricas entre homens e mulheres e ainda estimular a discussão de direitos, criação e validação de políticas públicas que alcancem toda e qualquer menina ou mulher.

No ano de 2023, diversas foram as capacitações desenvolvidas de modo a provocar reflexões tanto no corpo ministerial como também na sociedade. Assim, palestras sobre a “Atuação com perspectiva de gênero: uma ferramenta para a igualdade”, “Fortalecendo a rede no enfrentamento à violência de gênero (palestras integrantes do Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha - em cumprimento à Recomendação nº 89/2022 CNMP), “Importância da perspectiva de gênero em Políticas Públicas (Módulo 2 da Formação de Lideranças Comunitárias), “Estratégias de atuação do MP no enfrentamento à violência de gênero (atividade integrante do Mês da Mulher no MPMA), “Violência de gênero e suas consequências psicológicas “ e “Escuta, empatia e acolhimento das vítimas de violência”, dentre outras.

Destaca-se a realização da palestra “A Justiça é uma mulher negra: raça e gênero no sistema de justiça brasileiro”, ministrada pela Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia e escritora, Dra. Lívia Sant’Anna Vaz. O evento objetivou suscitar a relevância de uma justiça e de uma sociedade multirracial e pluricultural, na qual a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade.

Ressalta-se ainda a palestra “Atuação com perspectiva de gênero: uma ferramenta para a igualdade” ministrada pela Procuradora de Justiça do Ministério Público de Goiás, Dra. Ivana Farina Navarrete Pena, integrando os diversos conteúdos abordados no Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha - em cumprimento à Recomendação nº 89/2022 CNMP. Na ocasião, discutiu-se a respeito do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, implementado pela Resolução nº 492/2023, e sua contribuição na coibição de ações discriminatórias nos tribunais brasileiros.

4.3 Saúde Mental

A Escola Superior do Ministério Público desenvolveu ao longo de 2023 uma série de atividades voltadas para a promoção da saúde mental, atendendo a Política Nacional

de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público, conforme disposição da Resolução nº 265/2023 do CNMP.

Essas atividades tiveram como objetivo incentivar a conscientização dos membros do Ministério Público, servidores, estagiários e da sociedade em geral sobre a importância de fortalecer os processos de saúde mental e bem-estar, por meio da criação de ambientes saudáveis, do desenvolvimento de relações de trabalho harmônicas e integradas e do desenvolvimento de habilidades e competências individuais e coletivas no exercício de suas funções.

Em parceria com especialista na área, com a Corregedoria Geral do MPMA e com a Direção das Promotorias de Justiça da Capital, a ESMP/MA, promoveu diversas atividades, como palestras, webinários e rodas de conversa que abordaram diferentes aspectos relacionados à saúde mental, como a importância do autocuidado, a prevenção e tratamento de transtornos mentais, a busca por ajuda profissional e a promoção de ambientes saudáveis de trabalho. Dentre as atividades, elencamos os eventos realizados:

- Palestra Burnout, sofrimento psíquico e a patologização do trabalho;
- Webinar Diálogos: Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas;
- Palestra "Equilíbrio emocional: gerenciamento das emoções e o desenvolvimento da consciência emocional" e "A importância da inteligência emocional nas relações sociais";
- Palestra "Resiliência: do trauma à superação" e "Do trauma à resiliência: a vida depois da tragédia";
- Palestra "Ansiedade em tempos de modernidade líquida";
- Roda de Conversa - Saúde Mental no Trabalho. Uma discussão necessária.

Na mesma temática, a ESMP/MA, em parceria com o CAO Júri, apoiou o Projeto Júri-Saúde com Palestra sobre Desenvolvimento de Estratégias e Competências Emocionais no Tribunal do Júri, em 31/08/2023. Abordando, em eventos subsequentes, os cuidados com a voz, e com a alimentação no Tribunal do Júri.

4.4 Inovação

No que concerne ao eixo de Inovação, a ESMP/MA, por meio do seu Núcleo de Estudos MP Trends, ofertou uma série de palestras sobre transformação digital e novas tecnologias, conforme lista que segue:

- Núcleo de Estudos MP Trends - Transformação Digital
- Núcleo de Estudos MP Trends - Visita ao ToadaLab
- Núcleo de Estudos MP Trends - Highlights sobre blockchain e criptoativos - Alexandre Senra
- Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Inteligência Artificial - Ewaldo Santana
- Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Visual Law e Storytelling - Pedro Mourão
- Núcleo de Estudos MP Trends - Sala Temática : Proposta de regulamentação, custódia e liquidação de ativos - Flávia Valéria

- Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Provas Digitais - Walter Capanema
- Núcleo de Estudos MP Trends - Sala Temática : Uso da IA pelo MP - vantagens, desafios e riscos - Flávia Valéria
- Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Tecnologia Blockchain e novos rumos na investigação criminal - Vytautas Fabiano Silva Zumas
- Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Chat TCU - Eric Hans Messias da Silva
- Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: LGPD: questões práticas no âmbito do Ministério Público- Carlos Renato Silvy Teive
- Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Neurodireitos- Bruno Gomes
- Núcleo de Estudos MP Trends - Talk Show - Futuro da Justiça - Ferdinando Serejo, Marcelo Fonseca e Viviane Tavares

Os eventos alinham-se aos esforços empreendidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em especial com a Política Nacional do Ministério Público Digital – MP Digital (Resolução nº 276/2023 - CNMP), quando enuncia como princípios o I - fomento à evolução tecnológica, à inovação e à atuação orientada por dados; II - estímulo à atuação integrada e colaborativa entre ramos e unidades do Ministério Público; III - fortalecimento da identidade nacional do Ministério Público; IV - preservação da autonomia institucional dos ramos e unidades do Ministério Público; V - regulação leve e flexível para assegurar a adaptabilidade e a agilidade necessárias para acompanhar as rápidas transformações tecnológicas; e VI - estímulo ao uso responsável e ético das ferramentas tecnológicas, com observância aos padrões adequados de segurança da informação, da gestão de riscos e das medidas necessárias à proteção de dados pessoais.

4.5 Cidadania e Direitos Humanos

a) Perspectiva étnico-racial.

Alinhando-se a Resolução 230/2021 - CNMP que disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais, a ESMP/MA deu ênfase, no corrente ano, a produção de conteúdo formativo que possibilite ferramentas ao quadro interno para atendimento qualificado dos povos e comunidades tradicionais, com respeito à auto identificação e atenção às especificidades socioculturais dos grupos.

Inclusive com participação da Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, no Grupo de Trabalho “Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais”, vinculado à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP).

Nesse sentido, realizaram-se:

- A Justiça é uma mulher negra: raça e gênero no Sistema de Justiça Brasileiro - Palestra - Lívia Sant’Anna Vaz
- Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - O direito à consulta prévia às

- comunidades indígenas e a atuação do Ministério Público para a sua concretização - Palestra - Dr. Fernando da Silva Mattos
- Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na amazônia na amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - O direito consuetudinário indígena a partir do pluralismo jurídico - Palestra - André Paulo dos Santos Pereira
 - Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na amazônia na amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - Palestra - Políticas Públicas e Feminismos Indígenas - Pagu Rodrigues
 - Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na amazônia na amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - Palestra - Ministério Público, Censo 2022 e Comunidades Tradicionais
 - Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas) - Palestra - Racismos, intolerâncias e violências institucionais - Jorge Serejo
 - Programa de Formação Continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC) - Palestra - Diálogos sobre Educação, Gênero e Etnia - Ilma Fátima de Jesus
 - PERTENCER - Abertura do Projeto de Extensão - Eu sujeito de Direitos: diálogos em Direitos Humanos e Cidadania - Juliana Carvalho, Bianka Melo, Juliana Silva
 - PERTENCER - Oficina de Sensibilização "Meninas da Favela" - Dia Internacional e Estadual da Menina - Débora Melo
 - PERTENCER - Reunião ampliada com entidades, grupos e lideranças sociais Polo Coroadinho
 - PERTENCER - Oficina Meninas da Favela : poesias de slam - PERTENCER - Oficina Meninas da Favela : poesias de slam - Débora Melo
 - O Pretuguês como racismo linguístico - Palestra - Lindoracy Almeida Santos

b) Programa de Formação Continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).

O Programa foi selecionado para apresentação na Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade (CNMP), em novembro de 2023. Tem como objetivo, promover a capacitação continuada da equipe das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís/MA com vistas a fornecer-lhes ferramentas para aprimoramento das suas atribuições funcionais.

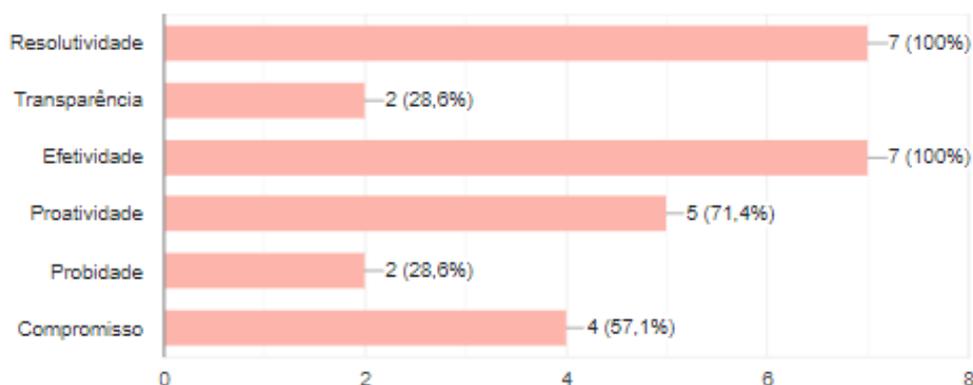
Os resultados apurados em 2023, foram: 12 módulos realizados; 42 h/a ministradas; 628 inscrições; 448 certificados autorizados; 85,71% dos membros e servidores das Promotorias Distritais capacitados; 100% de avaliação como Bom ou Ótimo conforme avaliação dos Promotores de Justiça Distritais;

Em pesquisa de satisfação realizada com os Promotores de Justiça titularizados nas Promotorias Distritais, obteve-se os seguintes resultados:

- O Programa auxiliou a Promotoria a intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica dos conflitos? 100% dos respondentes disseram que SIM.

- O Programa estimulou a articulação interinstitucional no âmbito da sua unidade ministerial? 14,30% dos respondentes disse que parcialmente e 85,70% que sim.
- O Programa auxiliou na garantia da transversalidade dos direitos fundamentais na sua atividade ministerial? 100% dos respondentes disseram que SIM.
- O Programa forneceu ferramentas para impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos e implementação de políticas públicas e o controle social? 14,30% dos respondentes disse que parcialmente e 85,70% que sim.
- O Programa contribuiu com o fortalecimento de qual (is) dos Valores abaixo no âmbito da sua unidade ministerial?

Gráfico 29 - Contribuição do Programa de Formação Continuada para o fortalecimento dos Valores Institucionais



Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

De acordo com a sua experiência e aprendizado, você apoiaria a continuidade do Programa de Formação Continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais da Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC) em 2024? 100% dos respondentes disseram que SIM.

c) Meio Ambiente

Ao falar do meio ambiente, a ESMP/MA, busca assegurar a proteção e preservação desse bem coletivo, promovendo ações, palestras, cursos, oficinas e workshops para prevenir danos e garantir um equilíbrio sustentável para as presentes e futuras gerações. Isso se alinha ao papel do Ministério Público em zelar pelos direitos difusos e coletivos, onde a proteção ambiental desempenha um papel crucial. Ao longo desse ano podemos destacar algumas atividades que levaram em consideração a questão do meio ambiente:

- Diálogos Pelo Clima: Instrumentos econômicos e financeiros de curto, médio e longo prazo como forma de apoio às metas climáticas assumidas pelo Brasil;
- Alfabetização Ecológica e Agenda 2030, realizado pela Comissão de Gestão Ambiental do MPMA;
- Seminário Internacional Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia;
- Oficinas Temáticas CAO MEIO AMBIENTE, com as seguintes temáticas: Resíduos Sólidos, Proteção Florestal, Racionalização da atuação do MP, Saneamento Básico.

O conhecimento adquirido nas capacitações não apenas informa sobre os desafios ambientais, mas também inspira ações concretas para enfrentar esses problemas.

d) Direito das Vítimas

A pauta do Direito das Vítimas, como garantia da dignidade humana diante de situações de violência, continua marcando a atuação da ESMP/MA com vista a auxiliar na proteção contra abusos de poder e na repressão a crimes contra a integridade física, psicológica ou moral dos cidadãos.

Com isto, objetiva-se ampliar o acesso à informação, promover maior efetividade na proteção dos direitos das vítimas e humanizar o atendimento a elas conferido, considerando os termos da Resolução nº 243/2021 do CNMP, que dispõe sobre a política de proteção de direito e apoio às vítimas.

No corrente ano, a ESMP/MA desenvolveu formações na temática com abordagens sobre a “Violência de gênero e suas consequências psicológicas” e “Escuta, empatia e acolhimento das vítimas de violência”, o Seminário “O Sistema de Justiça e a proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas”, “Tribunal do Júri e Direito das Vítimas: o caso da Boate Kiss”.

Como tema de encerramento das atividades do Programa de Formação Continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC), optou-se por trabalhar a “Efetivação dos direitos das vítimas: perspectivas e desafios”, recebendo para tanto, como facilitadores, o Subprocurador-Geral de Justiça Militar, Membro Auxiliar da Presidência do CNMP, Coordenador do Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas, Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, ladeado pela Promotora de Justiça do MPPA, membro auxiliar da Presidência do CNMP e Coordenadora do Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas, Dra. Juliana Nunes Felix, e do Professor, Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, Dr. Jorge Alberto Mendes Serejo.

5. ATIVIDADES FORMATIVAS REALIZADAS POR EIXO DE PESQUISA

A pesquisa na ESMP/MA tem como objetivo a busca de novos conhecimentos em todas as áreas, com a finalidade de criar práticas e ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos de atendimento aos anseios da sociedade moderna, na caracterização de seus direitos e na busca da Justiça. Incentiva-se a pesquisa por todos os meios a seu alcance, tais como: I - execução de projetos de estímulo à pesquisa, com recursos orçamentários próprios, de órgãos públicos, de agências financiadoras nacionais e estrangeiras e de empresas privadas, atendidos os requisitos legais; II - aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico; III - concessão de auxílio para execução de projetos específicos; IV - celebração de convênios com instituições nacionais e estrangeiras; V - intercâmbio com instituições públicas ou privadas, estimulando o contato entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos integrados; VI - promoção de congressos, simpósios, seminários e similares; VII - identificação e estudo de soluções para os problemas jurídico-sociais relatados pelos membros do Ministério Público perante a

Administração Superior; VIII - divulgação das pesquisas realizada, conforme o Plano Político Pedagógico 2023-2025 da ESMP/MA, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público, em 09/062023, nº 107/2023.

5.1. Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA)

Em 2023, instituiu-se o Núcleo de Pesquisa permanente, com o tema “Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA-ESMP/MA)” (EDT-ESMP - 12023), sob a coordenação da Promotora de Justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira, na forma do art. 10, I, b, do Regimento Interno (Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ) e mediante autorização do Conselho Pedagógico, em sessão datada de 10/03/2023. O GEPIDA-ESMP/MA tem por objetivos: produzir e difundir conhecimentos científicos na temática de Direitos Humanos na Amazônia, com enfoque no Estado do Maranhão, por meio de publicações científicas e eventos; mapear situações de violências aos Direitos Humanos no território da Amazônia Maranhense, com vistas a orientar a atuação do MPMA; e contribuir na qualificação e aperfeiçoamento de membros, servidores e estagiários do MPMA. O grupo desenvolve-se em duas linhas de pesquisas: I - Ministério Público e relações de gênero, raça, etnia e classe; II - Povos e Populações Tradicionais e Sustentabilidade Socioambiental na Amazônia Maranhense.

Durante o presente ano, ocorreram:

Tabela 37 - Consolidado Grupo de Estudos GEPIDA 2023

| Total de Encontros | Total de inscritos | Total de horas-aula | Total de certificados |
|--------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|
| 5 | 66 | 14 h/a | 24 |

Fonte: ESMP/PGJ, 2023. Para consulta de dados, acesse: [Resultados GEPIDA ESMP MA](#)

5.2. Núcleo de estudos “MP-TRENDS”

Considerando também o incentivo à pesquisa por todos os meios, para fins de aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico, a ESMP/MA, mediante o edital EDT-ESMP - 32022 e a autorização do Conselho Pedagógico, em sessão datada de 5 de setembro de 2022, instituiu-se o Núcleo de Estudos, com tema “MP-TRENDS: conectando pontos para a construção do Ministério Público do Futuro”, sob a coordenação da Promotora de Justiça Flávia Valéria Nava Silva.

O MP-TRENDS abordou as *highlights* tecnológicas e seus impactos no mundo jurídico, alinhando-se com as atividades do Ministério Público, no contexto da transformação digital da sociedade, do futuro do trabalho e na perspectiva da cidadania digital. Dessa maneira, temas como *blockchain*, tokenização e NFT *non fungible token*, CBDC (*central bank digital currency*), web 3.0, inteligência artificial, neurodireitos, LGPD, redes sociais, *deep web*, *dark web*, segurança digital, desinformação (*fake news*), cidadania digital em seus múltiplos aspectos, constituíram-se como objetos de estudo no Núcleo de Pesquisa, com o propósito de auxiliar em uma atuação do Ministério Público que precisa estar preparado para os momentos disruptivos sociais.

Em 2023, presenciou-se a finalização do plano de trabalho do Núcleo de Estudos em comento, totalizando assim 14 encontros, 398 inscritos (considerando participantes diretos do grupo e demais membros, servidores e estagiários interessados), carga horária de 56 h/a, 241 certificados e índice de 60,55% de participação nos encontros.

6. ATIVIDADES FORMATIVAS REALIZADAS POR EIXO DE EXTENSÃO

As atividades desenvolvidas no eixo de extensão pela ESMP/MA possibilitam ao Ministério Público fortalecer o diálogo com a comunidade e a sua imagem institucional. Definidas no Regimento Interno da Escola Superior em seu art. 7º, as atividades de extensão também visam constituir prolongamento das áreas de atuação já instaladas e em funcionamento na instituição, em termos de ensino e pesquisa, com o objetivo de estimular a troca de informações com o público-alvo, proporcionando o desenvolvimento cultural e social da comunidade.

Dentre os principais projetos e atividades desenvolvidas no ano de 2023, no eixo de extensão, destaca-se:

6.1. Projeto Pertencer



O projeto Pertencer valoriza a diversidade de saberes, culturas no território do bairro do Coroadinho

O projeto “Pertencer” tem como escopo a valorização da diversidade de saberes e culturas, possibilitando vivências que auxiliem a comunidade do território do Coroadinho/MA no exercício da cidadania e desenvolvimento de pertencimento sócio-político enquanto quilombo urbano.

Os resultados estão desmonstrados na tabela a seguir:

Tabela 38 - Consolidado de Atividades do Projeto de Extensão Pertencer

| PROJETO DE EXTENSÃO PERTENCER | | | | |
|--|-----------------|---------------------------|---------------|-----------------------|
| Atividade | Data | Inscritos / Participantes | Carga Horária | Total de certificados |
| Abertura do Projeto- Casa das Pretas | 16/08/2023 | 42 | 4 | 24 |
| Oficina de sensibilização - Dia internacional e estadual da Menina | 11/10/2023 | 28 | 4 | 28 |
| Reunião ampliada com entidades, grupos e lideranças sociais do Polo Coroadinho | 25/10/2023 | 51 | 4 | 0 |
| Oficina Menina da Favela | 27/10/2023 | 26 | 4 | 26 |
| 13º Congresso do Ministério Público do Maranhão: “ O Ministério Público na Construção de Caminhos para a Resolutividade, Cidadania em redes e inovações sociais” | 06 e 07/12/2023 | 1338 | 12 | 580 |

Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

Figuras 02 – Cartazes do Projeto Pertencer



6.2. ESMP Literária

A ESMP Literária estimula o debate e a interpretação de temas contemporâneos partindo da análise de obras literárias. É atividade extensionista desta Escola Superior, vocacionada a intensificar o diálogo com a sociedade, levando o MP para além de seus muros. Neste sentido, traz o aprimoramento cultural, potencializando a relação de membros e servidores do MP com a comunidade, possibilitando a democratização do conhecimento e articulação da reflexão crítica e partilha de saberes.

Tabela 39 - Consolidado de Atividades ESMP Literária em 2023

| ESMP Literária 2023 | | | | | |
|---|------------|--------------------|---------------------|---------------------------------|-----------------------|
| Edição | Data | Total de inscritos | Total de horas-aula | % de participação dos inscritos | Total de certificados |
| 17ª Edição - 100 anos Sampaio Correa | 17/03/2023 | 65 | 4 | 100% | 65 |
| 18ª Edição - O indígena na obra de Gonçalves Dias | 30/05/2023 | 86 | 4 | 61,63% | 53 |
| 19ª Edição - Tábua Etrusca | 14/08/2023 | 33 | 4 | 75,76% | 25 |
| 20ª Edição - Bicentenário de Gonçalves Dias - IEMA | 23/10/2023 | 193 | 4 | 100% | 193 |
| 21ª Edição - ESMP Literária - Edição Especial - Bicentenário de Gonçalves Dias - UFMA | 25/10/2023 | 80 | 4 | 100% | 0 |

Fonte: ESMP/PGJ, 2023. Para consulta de dados, acesse: [ESMP Literária 2023 ESMP MA](#)

6.3. Programa de Reeducação Ambiental com Formação em Educação Ambiental

O Programa tem por objetivo, desenvolver ações educativas de ressocialização por meio da Educação Ambiental como alternativa de cumprimento da pena restritiva de direito, na modalidade ações ambientalmente sustentáveis como condição ao oferecimento de suspensão condicional do processo, aplicável aos infratores ambientais.

De modo mais específico o Programa almeja:

- Orientar os infratores em relação ao programa de ressocialização direcionado pela Educação Ambiental e a importância da participação como cumprimento da pena;
- Conscientizar os infratores quanto a importância do cumprimento do art. 225 da Constituição Federal, as Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental;
- Conhecer o ecossistema e a bacia hidrográfica nas quais são exercidas as atividades laborais;

- d) Propiciar noções ambientais básicas para que possam compreender a efetiva relação Homem/Natureza por meio de ações sustentáveis;
- e) Demonstrar que a natureza possui reservas finitas e devem ser utilizadas de maneira sustentável desde que se respeite seus ciclos;
- f) Orientar sobre práticas ambientalmente sustentáveis articuladas ao ambiente de trabalho.

Em termos metodológicos, o Programa tem carga-horária de 12 h/a, divididas em 6 encontros mensais. Os resultados seguem demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 16 - Programa de Reeducação Ambiental com Formação em Educação Ambiental

| Programa de Reeducação Ambiental com Formação em Educação Ambiental | |
|---|---|
| Etapa | Diligência |
| Reestruturação do Programa | Publicação da PORTARIA-ESMP - 102023 |
| Reunião de alinhamento e apresentação do Programa às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís/MA | Calendarização de reunião para 12/06/2023, no formato virtual, com remessa de convite via e-mail institucional. |
| Cadastro de beneficiários encaminhados pelo Poder Judiciário | Criação de formulário de cadastro e fluxo de recebimento de casos para formação de turma. |

Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

7. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP/MA

O Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão tem por objetivos: I – o aprofundamento do conhecimento científico e acadêmico, contribuindo na formação de profissionais com conhecimento atualizado e crítico; II – o fomento ao desenvolvimento da habilidade de produzir pesquisa em área específica, bem assim de formular notas técnicas, manuais operacionais, artigos e outros trabalhos, além da monografia ou trabalho final, em que se revelem adequada revisão bibliográfica, capacidade de sistematização e de exposição, domínio do tema e da metodologia pertinente; III – o oferecimento de elementos para a sistematização das ações pedagógico-institucionais do Ministério Público do Estado do Maranhão (art. 1º, Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão).

No ano de 2023 o Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA centrou-se em questões de cunho administrativo, para elaboração, junto a Universidade Federal do Maranhão - UFMA (Termo de Convênio 3/2021), do plano de trabalho para oferta do próximo curso de Pós-Graduação, que terá por tema: “O Ministério Público e o Direito na Sociedade Digital”. Outrossim, foram consolidadas no respectivo ano, as atividades referentes ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, conforme se vê no item abaixo.

7.1. Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção foi criado a partir do Termo de Convênio 3/2021, firmado entre a ESMP/MA e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com suas regras e demais informações descritas no Edital nº 01/2021-ESMP/MA. O certame para seleção dos alunos contou com 137 (cento e trinta e sete) inscrições, sendo 82 (oitenta e duas) completas (59,85%), das quais foram selecionados 50 (cinquenta) candidatos, entre membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

As atividades da Pós-Graduação tiveram início nos dias 2 e 3 de setembro de 2021, com 50 (cinquenta) alunos, sendo 24 (vinte e quatro) membros e 26 (vinte e seis) servidores.

No total, foram ministrados 18 (dezoito) módulos (disciplinas), com 27 (vinte e sete) professores (sendo 19 titulares e 8 convidados), com finalização da parte teórica em junho/2022, computando 360 h/a de carga horária.

No corrente ano, ocorreu a defesa do trabalho de conclusão de curso (TCC) de um aluno, totalizando agora 48 (quarenta e oito) trabalhos de conclusão de curso (TCCs) defendidos, nas modalidades on-line e presencial, entre os dias 22 de agosto e 5 de outubro de 2022 (primeira etapa, compreendendo 47 alunos) e na data de 20 de junho de 2023 (segunda etapa). Esse aluno não apresentou a versão final do TCC.

A cerimônia geral de diplomação dos concludentes ocorreu no dia 16 de dezembro de 2022, como parte da programação do 12º Congresso Estadual do Ministério Público, que teve como tema “O Ministério Público e a Proteção dos Sujeitos de Direitos: Reencontros e Desafios”. Cinco alunos que não puderam participar da cerimônia mencionada, receberam seus certificados em janeiro de 2023.

Parte dos artigos defendidos como TCCs foi publicada na edição de 2022 da *Lumiar* - Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, lançada durante o 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, enquanto a outra parte foi publicada na Revista de Pós-Graduação da ESMP/MA, Ano 5, número especial, 2023, lançada no 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão.

Destacamos, ainda, a inexistência de pendências financeiras decorrentes do Convênio com a UFMA, no tocante às obrigações do MPMA.

8. RESULTADOS DA GESTÃO 2023

8.1. Reconhecimento e homenagens

Aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão, por unanimidade, a anotação elogiosa feita pelo Conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Junior, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), à Promotora de Justiça Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, pela sua contribuição no Grupo de Trabalho de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e de Comunidades Tradicionais (OFÍCIO nº

328/2023/CDDF). Por determinação superior, tal anotação elogiosa foi registrada no histórico funcional da Promotora de Justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira.

Reeleição da Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira como diretora de assuntos pedagógicos do CDEMP, biênio 2023/2024.

8.2. Articulação Institucional

Desde 2022 a ESMP/MA participa da Rede Estadual de Escolas de Governo do Maranhão, que tem por finalidade promover o agrupamento das escolas de formação de servidores, ampliando as atividades formativas para os membros da Administração Pública. Em 2023, a Direção da ESMP/MA participou das reuniões de alinhamento da Rede.

8.3. Atos normativos ESMP/MA

Conforme as disposições contidas no art. 63 do Ato Regulamentar nº 3/2019 - GPGJ (Regimento Interno da ESMP/MA), a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão expediu diversas portarias e editais no ano de 2023.

Quadro 17 - Atos Normativos ESMP/MA em 2023

| Nº | Editais ESMP 2023 |
|----------------------------|--|
| 12023 | Divulga e convida membros, servidores e estagiários que desejarem se inscrever no Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA-ESMP/MA). |
| 52023 | Convida aos (as) membros (as) do MPMA a submeter produções literárias do gênero poético à Lumiar – Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – Ano 5, n. 5, jan./dez. 2023, que homenageará o Bicentenário do poeta e escritor Gonçalves Dias. |
| 62023 | Convida a comunidade acadêmica a submeter pôsteres para o 13º Congresso Estadual do Ministério Público. |
| 72023 | Lista as produções literárias selecionadas do edital – chamada de pôsteres para o 13º congresso estadual do MPMA. |
| 82023 | Prorroga o prazo de submissão de pôsteres para o 13º Congresso Estadual do Ministério Público |
| 92023 | Lista de pôsteres selecionados para o 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão |
| Portarias ESMP 2023 | |
| 12023 | Altera a coordenação do Plano de Formação em Educação Ambiental, quanto ao art. 1º, § 1º, ficando atribuída ao Diretor da ESMP/MA. |
| 32023 | Regulamenta o processo para a concessão de moção pela ESMP/MA |
| 52023 | Publica a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da ESMP/MA, na forma do art. 42, § § do Ato Regulamentar nº 03/2019 (Regimento Interno). |
| 62023 | Estabelece o calendário de atividades de capacitação e formação da ESMP/MA em 2023. |
| 72023 | Cria o Repositório Institucional da ESMP/MA |

| | |
|---------------|---|
| 82023 | Institui as normas para depósito no Repositório Institucional da ESMP/MA de trabalhos de conclusão de curso e demais produções técnicas ou bibliográficas apresentadas com finalidade de obtenção de título produzidos nesta universidade. |
| 92023 | Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da ESMP/MA 2023/2026. |
| 102023 | Altera artigos 1º e 2º da Portaria - ESMP – 22021, que instituiu o Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental, no âmbito da ESMP/MA. |
| 112023 | Aprova o Projeto Político Pedagógico 2023-2025 da ESMP/MA |
| 122023 | Adere à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público, e institui o critério da paridade de gênero como diretriz de elaboração dos planos de cursos de suas atividades formativas. |
| 132023 | Designa a Comissão Científica e Avaliadora dos trabalhos submetidos por meio da Chamada de Pôsteres (EDT-ESMP 62023) do 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão. |
| 162023 | Regulamenta que nos cards, banners e demais materiais de mídia de eventos realizados pela ESMP/MA, no endereço Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro, seja mencionado o “Edifício Dra. Aurora Correia Lima” como sede do Centro Cultural e Administrativo do MPMA. |
| 182023 | Retifica os termos da PORTARIA-ESMP – 132023 que designa a Comissão Científica do 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão. |
| 192023 | Designa a Promotora de Justiça Auxiliar da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão Elyjeane Alves Carvalho, para responder interinamente pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão. |

Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

8.4. Reuniões dos Órgãos Colegiados da ESMP/MA

8.4.1 Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico tem caráter normativo e deliberativo para auxiliar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades pedagógicas da ESMP/MA, de acordo com o art. 8º do Regimento da ESMP/MA. É composto pelo Diretor da ESMP/MA, um representante da Corregedoria Geral do Ministério Público, um representante do Conselho Superior do Ministério Público, um representante do Colégio de Procuradores e um representante do corpo docente da ESMP/MA.

Seu principal objetivo é acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da ESMP/MA, cuja decisões são tomadas por maioria absoluta de votos e, no que couber, em consonância com o regimento do Colegiado do Programa de Pós-Graduação. Compete ao Conselho Pedagógico decidir sobre: o valor das mensalidades, quando houver, bem como sobre a remuneração do corpo docente dos cursos de pós-graduação e de palestrantes dos demais cursos, a autorização de bolsas de estudo para alunos dos cursos da ESMP/MA, atendendo a critérios a serem fixados oportunamente em Resolução, formação de núcleos de estudos ou de atividades específicas, inclusive no interior do Estado, por proposta da Diretoria, bem como ser avisado sobre o Relatório Anual da ESMP/MA, da programação dos cursos e eventos, além de exercer outras funções inerentes às suas atividades.

Atualmente é composto pela Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, Diretora da ESMP/MA e Presidente do Conselho Pedagógico; Dr. José Antônio Oliveira Bents, representante do Colégio de Procuradores de Justiça; Dra. Regina Maria da Costa Leite, representante do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão; Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa, suplente da representante do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão, Dr. Laert Pinho de Ribamar, representante da Corregedoria-Geral do Ministério Público, e Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, representante do Corpo Docente.

Durante a presente gestão, biênios 2020/2022 e 2022/2024, foram convocadas 11 reuniões, conforme certidão exarada pela bibliotecária da ESMP/MA.

8.4.2 Colegiado do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA

O Colegiado de Pós-Graduação, organizado pelo Diretor e representações dos departamentos da ESMP/MA e do corpo docente, com competências de orientar e coordenar, determinar os programas das disciplinas, elaborar os currículos dos cursos, dentre outras atividades.

Atualmente é formado pela Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, Diretora e Presidente do Colegiado do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA, pelo Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, Promotor de Justiça e representante do Corpo Docente, indicado pelo Conselho Pedagógico, pela Dra. Lena Cláudia Ripardo Pauxis, Promotora de Justiça e representante eleita do corpo docente da ESMP/MA, e pelo Dr. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, Promotor de Justiça e representante eleito do corpo discente do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA.

Durante a presente gestão, biênios 2020/2022 e 2022/2024, foram convocadas 8 reuniões, conforme certidão exarada pela bibliotecária da ESMP/MA.

9. 13º CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO



Representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada foram certificadas pela ESMP

Em 2023, “O Ministério Público na Construção de Caminhos para Resolutividade, Cidadania em Redes e Inovações Sociais” foi a temática escolhida para ser discutida no 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Durante os dias 06 e 07 de dezembro, debates sobre o “Processo Estrutural e Ministério Público”, “Ministério Público: Desafios e Diálogos Institucionais” e “Cidadania em Redes e Inovações Sociais”, foram realizados por membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como integrantes do Sistema de Justiça, estudantes e convidados.

Em termos de Programação, a conferência inaugural foi proferida pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Flávio Dino, seguido pelo Painel 1, composto pelo Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Ney Barros Bello Filho; ladeado pelo Promotor de Justiça do MPES e Presidente Eleito do CDEMP, Hermes Zaneti Júnior, e pela Promotora de Justiça do MPMA, Samira Mercês dos Santos. A coordenação de mesa ficou a cargo da Procuradora de Justiça do MPMA, Mariléa Campos dos Santos Costa, e os debates com o Promotor de Justiça do MPMA, Joaquim Ribeiro de Souza Junior.

No segundo dia de Congresso, estiveram presentes na composição do Painel 2, a Procuradora de Justiça do MPAP, Conselheira eleita do Conselho Nacional do Ministério Público, Ivana Lúcia Franco Cei, acompanhada do Promotor de Justiça do MPBA, Membro do Conselho Nacional de Justiça, João Paulo Santos Schoucair, e do Promotor de Justiça do MPSC, Henrique da Rosa Ziesemer. A coordenação de mesa ficou a cargo da Procuradora de Justiça do MPMA, Rita de Cassia Maia Baptista, e os debates com a Promotora de Justiça do MPMA, Letícia Teresa Sales Freire.

Para a conferência de encerramento, a Subprocuradora-Geral da República, Raquel Dodge, proferiu fala sobre “Cidadania em Redes e Inovações Sociais”.

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão conferiu ainda, no 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, Moção de Reconhecimento aos parceiros em agradecimento pela relevante contribuição no conteúdo formativo com recorte étnico-racial nas atividades desenvolvidas pela ESMP-MA no ano de 2023.

Pautada na interlocução com a comunidade acadêmico-científica, a exposição dos pôsteres selecionados nos termos do EDITAL - ESMP nº 62023, com temáticas correlatas à atuação ministerial na construção de caminhos para resolutividade, cidadania em redes e inovações sociais, compôs também a programação do 13º Congresso Estadual do MPMA.

Como estratégia de divulgação e alcance da comunidade acadêmica, para além da divulgação nas mídias sociais do Ministério Público do Maranhão, a ESMP/MA utilizou-se das potencialidades do *site* institucional, personalizando sua estrutura, com campo exclusivo para informações do Congresso, conforme figura e descrição a seguir:

Figura 03 - Estrutura personalizada no *site* da ESMP/MA para o 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão



- Personalização do *site* com a identidade visual do Congresso e da Escola Superior do MPMA;
- Slide com redirecionamento à plataforma de inscrições do evento;
- Aba exclusiva para o 13º Congresso Estadual do Ministério Público: Aba de acesso à Programação; Aba de acesso ao Edital de chamada de pôsteres, incluindo a divulgação do resultado final.

Para além desta, através do canal do YouTube da ESMP, divulgamos o evento por meio de vídeos promocionais, vídeos da identidade visual do congresso e link de redirecionamento à plataforma de inscrição do Congresso.

Tabela 40 - Resultados do 13º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

| Total de inscritos | | | Certificados Emitidos | Horas-aulas |
|--------------------|------------|-----------------|-----------------------|-------------|
| Membros | Servidores | Público Externo | | |
| 351 | 120 | 867 | 580 | 12h |
| 1.338 | | | | |

Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

Consulte em: [Resultados ESMP MA](#)

10. PLANO EDITORIAL ESMP/MA

O Plano Editorial foi instituído pelo Ato nº 0295/2018-GPGJ e disciplinado pela Portaria ESMP nº 02/2019. Dele constam definidas as publicações periódicas da Escola,

a exemplo da *Lumiar* – Revista do Programa de Pós-Graduação e dos Boletins Informativos Eletrônicos.

Nesse contexto, destaca-se o lançamento da edição de número especial (2023), da Revista Lumiar, durante o 13º Congresso Estadual do MPMA. A revista de n. 5, jan./dez.2023, em fase final de elaboração, tem previsão de lançamento para o primeiro trimestre de 2024.

Além da Lumiar, foi editada a 2ª edição do livro Questões práticas sobre o acordo de não persecução penal, de autoria do Promotor de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, que será lançado em 2024.

Dentro do Plano Editorial, também foram lançados, em 2023, os Boletins Informativos Eletrônicos ano 5, números 8 e 9.

10.1. Memória audiovisual da ESMP/MA

O programa Memória Audiovisual da ESMP/MA foi instituído pela Portaria-ESMP 42020, publicada no Diário Eletrônico de 21/01/2020, vinculado à Biblioteca da Escola. Foi criado atendendo à Recomendação CNMP nº 52, de 28/03/2017, que, em seu art. 4º, inciso VIII, determinou a “valorização da experiência, conhecimentos, habilidades e atitudes, por meio da gestão do conhecimento e do desenvolvimento das competências dos integrantes da Instituição, orientada com a missão, visão e valores do Ministério Público brasileiro”. Também foi considerada a necessidade de resgate do histórico das gestões da ESMP/MA, como fonte para estudo.

Seu objetivo é a constituição de um acervo contendo depoimentos de diretores e ex-diretores da ESMP/MA, de detentores dos títulos honoríficos concedidos pela ESMP/MA e outras personalidades indicadas pelo Conselho Pedagógico da ESMP/MA.

O programa foi iniciado com a entrevista concedida pelo Dr. João Raymundo Leitão, Procurador de Justiça aposentado e ex-Diretor da ESMP/MA (1997-2001), no dia 03/05/2023, no Auditório do CCMP, à Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, Diretora da ESMP/MA.

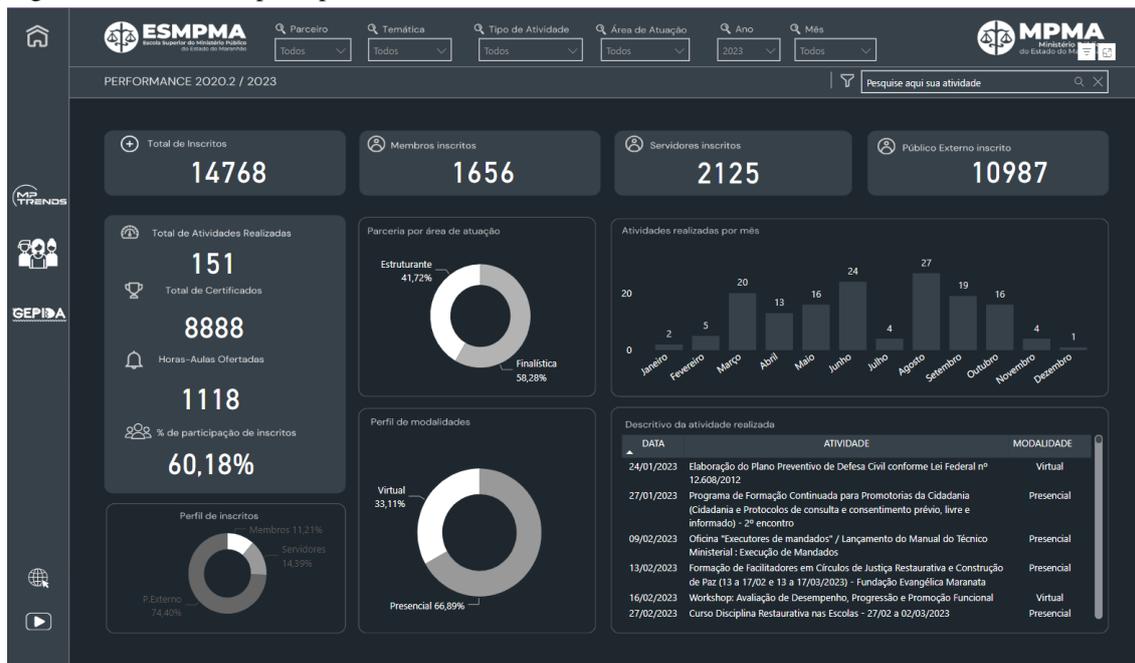
A transcrição integral da entrevista comporá a edição n. 5 da Revista Lumiar (2023).

11. RESULTADOS ESMP/MA EM 2023

Em 2023, a ESMP/MA aprimorou o painel de BI com os resultados auferidos desde 2020, incluindo desdobramento de outros dashboards no layout primário, com apresentação dos resultados dos principais projetos realizados pela Escola no ano de 2023. Através do link abaixo, é possível navegar através dos filtros disponíveis, identificando os resultados por período, temática, modalidade, área de atuação, entre outros.

A implantação/aprimoramento desta ferramenta faz parte de uma gestão pautada na melhoria contínua, fortalece a gestão pública e a transparência institucional ao fornecer uma visualização clara e acessível de dados relevantes. Além disso, ao disponibilizarmos esses dados de forma transparente para o público, promove-se a prestação de contas, aumentando a confiança da comunidade nas instituições governamentais.

Figura 04 - Dashboard principal ESMP MA



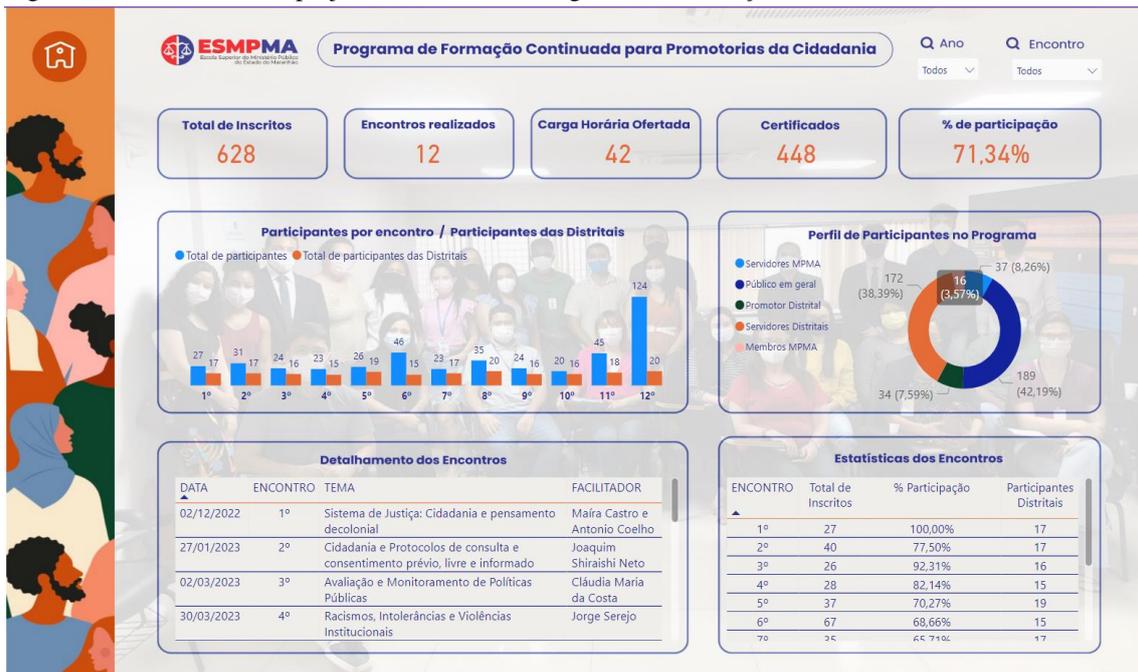
Fonte: ESMP/PGJ, 2023. Consulte em: [Resultados ESMP MA](#)

Figura 05 - Dashboards de projetos ESMP MA - MP Trends



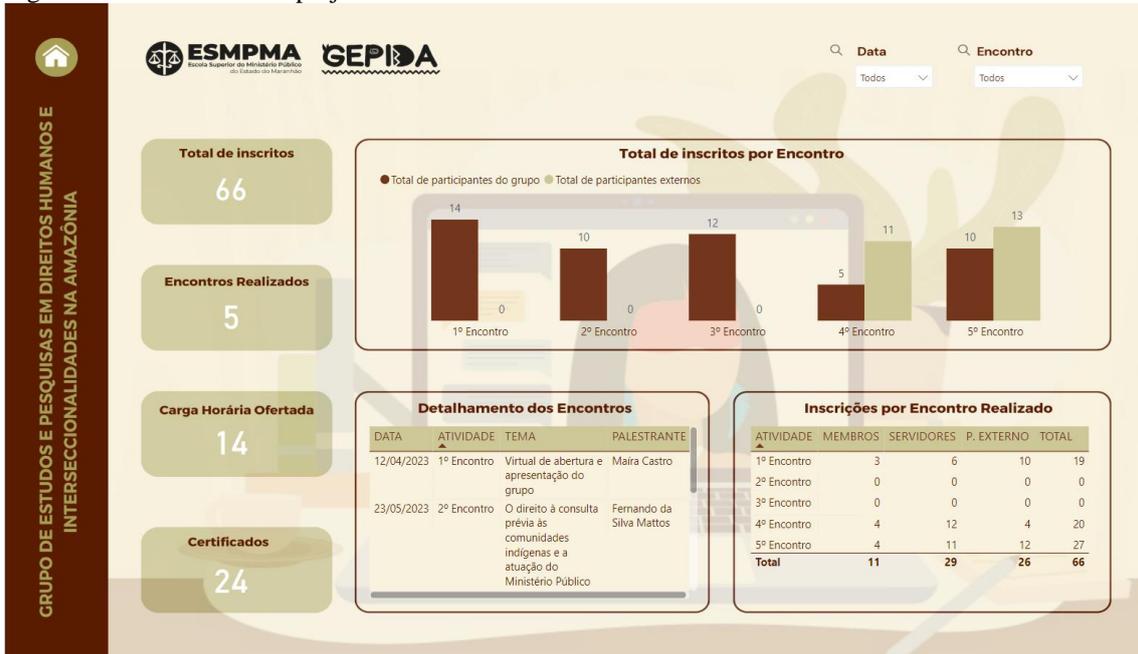
Fonte: ESMP/PGJ, 2023. Consulte em: [Resultados ESMP MA](#)

Figura 06 - Dashboards de projetos ESMP MA - Programa de Formação Continuada



Fonte: ESMP/PGJ, 2023. Consulte em: [Resultados ESMP MA](#)

Figura 07 - Dashboards de projetos ESMP MA – GEPIDA



Fonte: ESMP/PGJ, 2023. Consulte em: [Resultados ESMP MA](#)

11.1 Atividades realizadas em 2023

Tabela 41 - Atividades realizadas em 2023

| ID | ATIVIDADE | DATA | H/A | INSCRITOS | CERTIFICADOS |
|----|--|------------|-----|-----------|--------------|
| 1 | Elaboração do Plano Preventivo de Defesa Civil conforme Lei Federal nº 12.608/2012 | 24/01/2023 | 4 | 129 | 29 |
| 2 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Cidadania e Protocolos de consulta e consentimento prévio, livre e informado) - 2º encontro | 27/01/2023 | 2 | 40 | 31 |
| 3 | Oficina "Executores de mandados" / Lançamento do Manual do Técnico Ministerial : Execução de Mandados | 09/02/2023 | 4 | 40 | 23 |
| 4 | Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (13 a 17/02 e 13 a 17/03/2023) - Fundação Evangélica Maranata | 13/02/2023 | 40 | 19 | 19 |
| 5 | Workshop: Avaliação de Desempenho, Progressão e Promoção Funcional | 16/02/2023 | 4 | 67 | 30 |
| 6 | Curso Disciplina Restaurativa nas Escolas - 27/02 a 02/03/2023 | 27/02/2023 | 40 | 44 | 44 |
| 7 | Treinando Líderes para a Nova Lei de Licitações (27 e 28/02/2023) | 27/02/2023 | 8 | 78 | 64 |
| 8 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas) - 3º Encontro | 02/03/2023 | 2 | 26 | 24 |
| 9 | Workshop Femicídio: do Inquérito ao plenário | 03/03/2023 | 6 | 41 | 23 |
| 10 | Estratégias de atuação do Ministério Público no enfrentamento à violência de gênero - Abertura do Mês da Mulher | 06/03/2023 | 4 | 55 | 35 |
| 11 | Mês da Mulher no MPMA - Acolhida da vítima e trabalho em rede | 07/03/2023 | 4 | 232 | 159 |
| 12 | Mesa Redonda Virtual: Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares | 10/03/2023 | 4 | 159 | 66 |
| 13 | Curso On-Line Plataforma WordPress (13 e 14/03/2023) | 13/03/2023 | 8 | 38 | 22 |
| 14 | 2º Encontro de Formação Continuada do cidadão do Município de Açailândia/MA (14/03 a 16/03/2023) | 14/03/2023 | 24 | 146 | 114 |
| 15 | Seminário - Sofrimento Fetal: Sofrimento de todos (Imperatriz) | 16/03/2023 | 7 | 389 | 388 |
| 16 | 17ª ESMP Literária : 100 anos Sampaio Corrêa | 17/03/2023 | 4 | 65 | 65 |
| 17 | Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias - Timon - LP | 23/03/2023 | 8 | 55 | 47 |
| 18 | Catálogo Água: ferramenta de Investigação Criminal na Era Digital | 23/03/2023 | 4 | 121 | 71 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|----|--|------------|----|-----|-----|
| 19 | Oficina Cultura e Paz e Comunidades Escolares - CE Emésio Dário de Araújo | 24/03/2023 | 4 | 38 | 38 |
| 20 | Reunião vivencial FUNBIO - Diálogos Pelo Clima II | 24/03/2023 | 8 | 29 | 20 |
| 21 | Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (27 a 31/03 e 10 a 14/04/2023) - Centro de Ensino Emésio Dário de Araújo | 27/03/2023 | 40 | 13 | 13 |
| 22 | Palestra - A justiça é uma mulher negra: raça e gênero no sistema de justiça brasileiro | 27/03/2023 | 4 | 314 | 138 |
| 23 | Palestra - Inspeções Obrigatórias do CNMP - Resoluções nº 67/2011, 71/2011 e 204/2019 | 29/03/2023 | 4 | 136 | 102 |
| 24 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Racismos, Intolerâncias e Violências Institucionais) - 4º Encontro | 30/03/2023 | 2 | 28 | 23 |
| 25 | Projeto Cine ESMP - Documentário Trançatlânticas | 30/03/2023 | 4 | 26 | 19 |
| 26 | Curso: Direito Processual das Famílias para o Ministério Público | 31/03/2023 | 8 | 66 | 32 |
| 27 | Oficina Temática - Racionalização da atuação do Ministério Público - CAO UMA | 31/03/2023 | 4 | 25 | 18 |
| 28 | Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - 1º Encontro | 12/04/2023 | 2 | 19 | 0 |
| 29 | Tribunal do Júri e Direito das Vítimas: o caso da boate kiss | 14/04/2023 | 6 | 98 | 72 |
| 30 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Planos de Atuação e Elaboração de Projetos) - 5º Encontro | 14/04/2023 | 2 | 37 | 26 |
| 31 | 1º Encontro de formação sobre o novo regramento de licitações e contratos administrativos (Paço do Lumiar) | 19/04/2023 | 8 | 69 | 60 |
| 32 | Sala de situação - Rotinas em ANPP: Otimizando resultados | 19/04/2023 | 4 | 149 | 108 |
| 33 | Palestra Masculinidades | 20/04/2023 | 4 | 133 | 81 |
| 34 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - Escola Terceiro Milênio | 24/04/2023 | 4 | 16 | 16 |
| 35 | Capacitação da rede de serviços socioassistenciais do município de Bacabal e região (Bacabal) | 25/04/2023 | 8 | 311 | 247 |
| 36 | Formação em Mediação Escola (25 a 28/04/2023) - Escola Terceiro Milênio | 25/04/2023 | 20 | 26 | 26 |
| 37 | Seminário Interdisciplinar: Saúde, Educação e Direito das Pessoas com TEA | 26/04/2023 | 4 | 163 | 92 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|----|---|------------|----|-----|-----|
| 38 | Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Inteligência Artificial - 5º Encontro (aberto a comunidade ministerial MPMA) - Ewaldo Santana | 28/04/2023 | 4 | 50 | 38 |
| 39 | Oficina Temática - Resíduos Sólidos - CAO UMA | 28/04/2023 | 4 | 29 | 18 |
| 40 | Palestra: Burnout, sofrimento psíquico e a patologização do trabalho | 28/04/2023 | 4 | 208 | 81 |
| 41 | Webinário : Inquirição e Dosimetria da Pena em Crimes contra as Mulheres | 02/05/2023 | 4 | 139 | 95 |
| 42 | Palestra: Direitos, Responsabilidades e Meios para combater a violência contra a mulher | 02/05/2023 | 4 | 222 | 137 |
| 43 | Seminário Internacional Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia * | 04/05/2023 | 14 | 760 | 0 |
| 44 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - CE Estefânia Rosa da Silva | 04/05/2023 | 4 | 37 | 37 |
| 45 | Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (08 a 12/05 e 22 a 26/05/2023) - CE Estefânia Rosa da Silva | 08/05/2023 | 40 | 11 | 11 |
| 46 | Sala de Situação Tira-Dúvidas - Femicídio: questões práticas | 11/05/2023 | 4 | 82 | 68 |
| 47 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania - Introdução às Práticas Restaurativas para o Ministério Público - 6º Encontro | 12/05/2023 | 8 | 67 | 46 |
| 48 | Curso de Mediação Comunitária - Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas - 15/05 a 19/05/2023 | 15/05/2023 | 40 | 52 | 27 |
| 49 | Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Visual Law e Storytelling - 6º Encontro (aberto à comunidade ministerial MPMA) - Pedro Mourão | 19/05/2023 | 4 | 68 | 42 |
| 50 | Oficina Temática - Saneamento Básico - CAO UMA | 19/05/2023 | 4 | 40 | 10 |
| 51 | Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (22 a 26/05 e 12 a 16/06/2023) - Centro de Ensino João Paulo II | 22/05/2023 | 40 | 32 | 32 |
| 52 | Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - 2º encontro | 23/05/2023 | 2 | 0 | 0 |
| 53 | Diálogo com o Ministério Público : Política de Saúde Mental, Álcool e outras drogas (YT Externo) | 25/05/2023 | 4 | 113 | 47 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|----|--|------------|----|-----|-----|
| 54 | Conferência Aprendendo sobre Transtorno do Espectro Autista (Bacabal) | 29/05/2023 | 4 | 357 | 248 |
| 55 | 18ª ESMP Literária : O indígena na obra de Gonçalves Dias | 30/05/2023 | 4 | 86 | 53 |
| 56 | Diálogos pelo brincar: relatos de vivências | 31/05/2023 | 4 | 117 | 43 |
| 57 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - Escola Terceiro Milênio | 01/06/2023 | 4 | 24 | 24 |
| 58 | Formação em Mediação Escola (02,05,06 e 07/06/2023) - Escola Terceiro Milênio | 02/06/2023 | 20 | 22 | 22 |
| 59 | Webinário - Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - entenda o seu funcionamento | 05/06/2023 | 4 | 155 | 71 |
| 60 | Seminário - Sofrimento Fetal: Sofrimento de todos | 06/06/2023 | 5 | 205 | 100 |
| 61 | Núcleo de Estudos MP Trends - Sala Temática : Proposta de regulamentação, custódia e liquidação de ativos (encontro com participantes de eixos temáticos) - Flávia Valéria | 06/06/2023 | 4 | 0 | 0 |
| 62 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - UEB Ronald Carvalho | 12/06/2023 | 4 | 18 | 18 |
| 63 | Sala de situação/Tira Dúvidas - Análise das decisões judiciais que impactam o trabalho policial e ministerial | 12/06/2023 | 4 | 49 | 39 |
| 64 | 6ª Edição Diálogos Plurais: "Combate ao trabalho infantil" | 13/06/2023 | 4 | 106 | 65 |
| 65 | Formação em Mediação Escolar (13 a 16/06/2023) - UEB Ronald Carvalho | 13/06/2023 | 20 | 26 | 26 |
| 66 | Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - 3º encontro | 14/06/2023 | 2 | 0 | 0 |
| 67 | Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Provas Digitais - 7º Encontro (aberto à comunidade ministerial MPMA) - Walter Capanema | 16/06/2023 | 4 | 39 | 27 |
| 68 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - UEB Ronald Carvalho | 19/06/2023 | 4 | 7 | 7 |
| 69 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - UEB Ronald Carvalho | 19/06/2023 | 4 | 8 | 8 |
| 70 | Aplicabilidade da Lei Maria da Penha à Mulher Trans e o Formulário Rogéria | 19/06/2023 | 4 | 139 | 74 |
| 71 | Formação em Mediação Escolar (20 a 23/06/2023) - UEB Ronald Carvalho | 20/06/2023 | 20 | 18 | 18 |
| 72 | Família acolhedora como alternativa humanizada ao asilamento de pessoas idosas | 20/06/2023 | 8 | 217 | 147 |
| 73 | Colóquios Interinstitucionais Ministério Público e Polícias - São Luís - Delegados e Investigadores da Polícia Civil - Moodle | 20/06/2023 | 4 | 26 | 22 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|----|--|------------|----|-----|-----|
| 74 | Núcleo de Estudos MP Trends - Sala Temática : Uso da IA pelo MP - vantagens, desafios e riscos (encontro com participantes de eixos temáticos) - Flávia Valéria | 20/06/2023 | 4 | 0 | 0 |
| 75 | Acordo de não persecução civil e o papel do parquet no combate à corrupção | 21/06/2023 | 4 | 146 | 77 |
| 76 | Formação de Facilitadores em Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (22,23,26,27 e 28/06/2023) - Creche Comunitária Caiane e Mateus | 22/06/2023 | 40 | 29 | 29 |
| 77 | Equilíbrio emocional : gerenciamento das emoções e o desenvolvimento da consciência emocional | 23/06/2023 | 4 | 101 | 69 |
| 78 | Ministério Público para Intérpretes - Módulo 1 | 26/06/2023 | 4 | 30 | 22 |
| 79 | Capacitação sobre direitos das pessoas em situação de rua e atendimento adequado a este público | 27/06/2023 | 4 | 137 | 100 |
| 80 | Palestra Ética e gestão estratégica do MP e interação e humanização na era da informação | 28/06/2023 | 4 | 111 | 69 |
| 81 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Metodologia para escutas sociais e construção de redes) - 7º Encontro | 03/07/2023 | 2 | 35 | 23 |
| 82 | Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Tecnologia Blockchain e novos rumos na investigação criminal - 8º Encontro (aberto a comunidade ministerial MPMA) - Vytautas Fabiano Silva Zumas | 07/07/2023 | 4 | 68 | 33 |
| 83 | Oficina Temática - Proteção Florestal - CAO UMA | 07/07/2023 | 4 | 33 | 12 |
| 84 | Palestra Resiliência : do trauma à superação e do trauma à resiliência: a vida depois da tragédia | 14/07/2023 | 4 | 76 | 54 |
| 85 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Diversidade e Atendimento ao público) - 8º Encontro | 01/08/2023 | 4 | 54 | 35 |
| 86 | Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - 4º encontro | 02/08/2023 | 4 | 20 | 11 |
| 87 | Webinário Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: conheça seu funcionamento | 03/08/2023 | 4 | 87 | 46 |
| 88 | Palestra Estratégias contemporâneas no combate à violência doméstica contra a mulher | 04/08/2023 | 4 | 96 | 40 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|-----|---|------------|----|-----|-----|
| 89 | Palestra Fortalecendo a rede no enfrentamento à violência de gênero (Açailândia) | 07/08/2023 | 4 | 90 | 42 |
| 90 | A importância dos grupos reflexivos no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher e como elemento de transformação social (Imperatriz) | 08/08/2023 | 4 | 229 | 143 |
| 91 | Palestra Construção de consenso e gestão de políticas públicas | 09/08/2023 | 4 | 72 | 42 |
| 92 | Palestra Alfabetização Ecológica e a agenda 2030 da ONU | 09/08/2023 | 4 | 24 | 20 |
| 93 | Palestra Ansiedade em tempos de modernidade líquida | 10/08/2023 | 4 | 112 | 49 |
| 94 | 19ª ESMP Literária - Tábua Etrusca | 14/08/2023 | 4 | 33 | 25 |
| 95 | Prática do Ministério Público na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14 E 15/18/2023) | 14/08/2023 | 16 | 92 | 52 |
| 96 | PERTENCER - Abertura do Projeto de Extensão - Eu, sujeito de Direitos: diálogos em Direitos Humanos e Cidadania | 16/08/2023 | 4 | 42 | 24 |
| 97 | Investigação patrimonial no âmbito criminal: análise de casos práticos | 17/08/2023 | 4 | 112 | 74 |
| 98 | Formação de Lideranças Comunitárias - Módulo 1 | 18/08/2023 | 4 | 73 | 51 |
| 99 | Atuação com Perspectiva de gênero: uma ferramenta para a igualdade | 21/08/2023 | 4 | 124 | 54 |
| 100 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - UEB Ensino Fundamental Professor João de Souza Guimarães | 22/08/2023 | 4 | 25 | 25 |
| 101 | Colóquios Interinstitucionais Ministério Público e Polícias - São Luís - Membros da Força Estadual Integrada de Segurança Pública - Moodle | 23/08/2023 | 5 | 34 | 27 |
| 102 | Formação em Mediação Escolar (23 a 25/08/2023) - UEB Ensino Fundamental Prof. João de Souza Guimarães | 23/08/2023 | 20 | 35 | 35 |
| 103 | Apresentação do PROJETERA | 23/08/2023 | 4 | 70 | 30 |
| 104 | Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente: operacionalização e fiscalização de gastos | 24/08/2023 | 4 | 166 | 115 |
| 105 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Diálogos sobre Educação, Gênero e Etnia / Movimentos Sociais e Direitos Sociais) - 9º Encontro | 25/08/2023 | 4 | 41 | 24 |
| 106 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - CE Dr. Clarindo Santiago | 28/08/2023 | 4 | 15 | 15 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|-----|--|------------|----|-----|-----|
| 107 | Formação em Mediação Escolar (29/08 a 01/09/2023) - CE Dr. Clarindo Santiago | 29/08/2023 | 20 | 35 | 35 |
| 108 | Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Chat TCU - 9º Encontro (aberto à comunidade ministerial MPMA) - Eric Hans Messias da Silva | 30/08/2023 | 4 | 27 | 16 |
| 109 | Lançamento Projeto Júri-Saúde e Palestra sobre Desenvolvimento de Estratégias e Competências emocionais no Tribunal do Júri | 31/08/2023 | 4 | 85 | 59 |
| 110 | Webinário Compartilhando Experiências: Atuação do MPMA para a implantação de órgãos de Defesa do Consumidor nos Municípios Maranhenses e Fiscalização da Qualidade dos serviços essenciais | 31/08/2023 | 4 | 48 | 19 |
| 111 | V Encontro da Rede Municipal de Educação de São Luís | 31/08/2023 | 4 | 314 | 205 |
| 112 | Violência de gênero e suas consequências psicológicas e escuta, empatia e acolhimento das vítimas de violência | 01/09/2023 | 4 | 88 | 59 |
| 113 | Curso: A libras no MP é um bom sinal (4 a 30/10/2023 - 8 encontros) | 04/09/2023 | 60 | 52 | 15 |
| 114 | Colóquios Interinstitucionais Ministério Público e Polícias - São Luís - Oficiais da Polícia Militar de São Luís - Moodle | 05/09/2023 | 5 | 53 | 38 |
| 115 | Roda de Conversa - Saúde Mental no Trabalho: uma discussão necessária | 12/09/2023 | 4 | 133 | 89 |
| 116 | Ferramentas de Pesquisa: recursos da educação | 12/09/2023 | 4 | 22 | 17 |
| 117 | Projeto Júri-Saúde : os cuidados com a voz no Tribunal do Júri | 14/09/2023 | 4 | 57 | 45 |
| 118 | Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: LGPD: questões práticas no âmbito do Ministério Público- 10º Encontro (aberto a comunidade ministerial MPMA) - Carlos Renato Silvy Teive | 15/09/2023 | 4 | 48 | 27 |
| 119 | Formulário Nacional de Avaliação de Risco: conhecer para aplicar | 15/09/2023 | 4 | 90 | 44 |
| 120 | Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA - ESMP/MA) - 5º encontro | 19/09/2023 | 4 | 27 | 13 |
| 121 | 1º Debate sobre Proteção de Dados no Ministério Público do Maranhão: Desafios atuais da sociedade digital: LGPD, Inteligência Artificial e Cibersegurança | 21/09/2023 | 4 | 372 | 170 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|-----|---|------------|----|-----|-----|
| 122 | Comunicação e Arquivamento da Investigação após a decisão do STF nas ADIs do Juiz das Garantias | 22/09/2023 | 4 | 165 | 139 |
| 123 | Webinário Escolas Irregulares: como combater essa prática? | 25/09/2023 | 4 | 19 | 13 |
| 124 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - Centro de Ensino Paulo Freire | 25/09/2023 | 4 | 20 | 20 |
| 125 | Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares - Centro de Ensino Paulo Freire | 25/09/2023 | 4 | 11 | 11 |
| 126 | Capacitação sobre a notificação compulsória de lesões autoprovocadas, prevista na Lei Federal nº 13.819/2019 | 26/09/2023 | 4 | 49 | 31 |
| 127 | Formação em Mediação Escolar (26 a 29/09/2023) - Centro de Ensino Paulo Freire | 26/09/2023 | 20 | 28 | 28 |
| 128 | V Encontro com a Rede Estadual de Educação de São Luís | 28/09/2023 | 6 | 264 | 236 |
| 129 | Celebrando o Dia Internacional da Pessoa Idosa e os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa – conquistas, avanços e reflexões | 29/09/2023 | 4 | 95 | 62 |
| 130 | Núcleo de Estudos MP Trends - Palestra: Neurodireitos- 11 ° Encontro (aberto à comunidade ministerial MPMA) - Bruno Gomes | 29/09/2023 | 4 | 32 | 26 |
| 131 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Desjudicialização e assistência à saúde: caminhos e possibilidades) - 10º Encontro | 06/10/2023 | 4 | 37 | 20 |
| 132 | Projeto Júri-Saúde : cuidados com a alimentação no Tribunal do Júri | 06/10/2023 | 4 | 55 | 40 |
| 133 | PERTENCER - Oficina de Sensibilização "Meninas da Favela" - Dia Internacional e Estadual da Menina | 11/10/2023 | 4 | 28 | 28 |
| 134 | O Sistema de Justiça e a proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas | 16/10/2023 | 4 | 62 | 24 |
| 135 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Diálogos em Cidadania, Democracia e Psicanálise) - 11º Encontro | 19/10/2023 | 4 | 72 | 45 |
| 136 | Ministério Público e Perícia Oficial de Natureza Criminal (com participantes em sala meet) | 20/10/2023 | 8 | 95 | 69 |
| 137 | 20ª ESMP Literária - Bicentenário de Gonçalves Dias - IEMA | 23/10/2023 | 4 | 193 | 193 |
| 138 | Planos de Educação 2024-2034 : principais desafios da educação para a próxima década | 24/10/2023 | 4 | 36 | 16 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|-----|---|------------|----|------|-----|
| 139 | PERTENCER - Reunião ampliada com entidades, grupos e lideranças sociais Polo Coroadinho | 25/10/2023 | 4 | 51 | 0 |
| 140 | ESMP Literária Edição Especial : Bicentenário de Gonçalves Dias - UFMA | 25/10/2023 | 4 | 80 | 0 |
| 141 | Formação de Lideranças Comunitárias - Módulo 2 | 26/10/2023 | 4 | 94 | 53 |
| 142 | Núcleo de Estudos MP Trends - Talk Show - Futuro da Justiça - 12º Encontro (aberto a comunidade ministerial MPMA) - Ferdinando Serejo, Marcelo Fonseca e Viviane Tavares | 27/10/2023 | 4 | 35 | 22 |
| 143 | PERTENCER - Oficina Meninas da Favela : poesias de slam | 27/10/2023 | 8 | 26 | 26 |
| 144 | Projeto Cine ESMP - Curta Metragem Cordas | 30/10/2023 | 4 | 35 | 35 |
| 145 | Ministério Público para Intérpretes - Módulo 2 | 31/10/2023 | 4 | 20 | 13 |
| 146 | Conferência sobre Segurança Multidimensional | 31/10/2023 | 4 | 338 | 220 |
| 147 | Direitos, cuidados e prevenção ao câncer de próstata | 17/11/2023 | 4 | 60 | 56 |
| 148 | O Pretuguês como racismo linguístico - Lista de presença física | 20/11/2023 | 4 | 191 | 191 |
| 149 | Programa de Formação Continuada para Promotorias da Cidadania (Efetivação dos direitos das vítimas : perspectivas e desafios) - 12º Encontro | 23/11/2023 | 4 | 164 | 124 |
| 150 | I Seminário Estadual do Serviço de acolhimento familiar - Família acolhedora: sensibilização e discussão sobre a prioridade do acolhimento familiar | 24/11/2023 | 8 | 243 | 163 |
| 151 | 13º Congresso Estadual do Ministério Público - "O Ministério Público na construção de caminhos para a resolutividade, cidadania em redes e inovações sociais" (6 e 7/12/2023) | 06/12/2023 | 12 | 1338 | 580 |

Fonte: ESMP/PGJ, 2023. Consulte em: [Resultados ESMP MA](#)

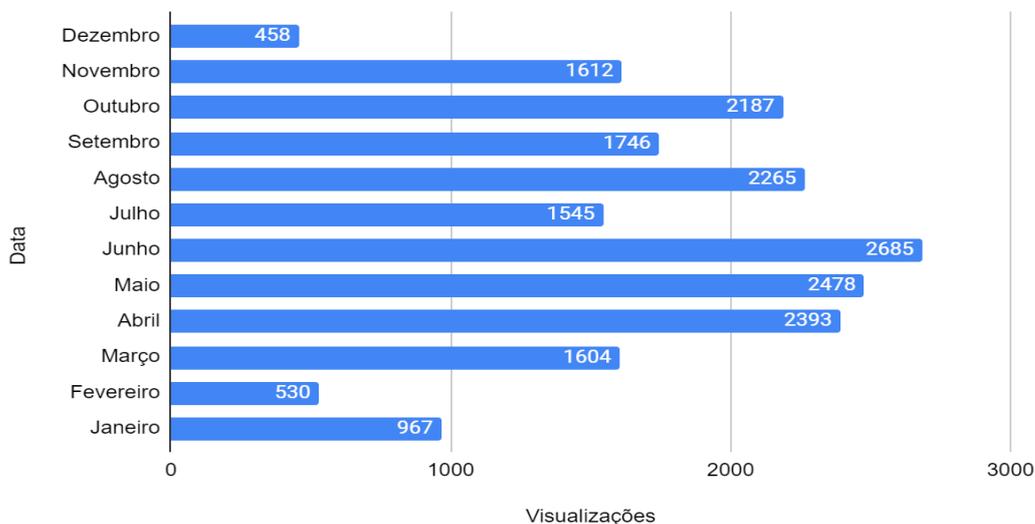
11.2. Alcance de conteúdos ofertados pela ESMP/MA através do YouTube

A ESMP/MA utiliza seu canal do YouTube para difusão de conhecimento e conteúdos. Por se tratar de uma plataforma global acessada por bilhões de usuários, oferece um alcance massivo para divulgar informações. Além disso, o formato do vídeo facilita a compreensão e retenção de conceitos complexos.

Por meio dos conteúdos disponibilizados no YouTube alcançamos a marca de 89.175 visualizações, totalizando 3.957 inscritos no canal, com o ganho de 605 novas inscrições, 20.454 visualizações, destes, 69,40% advindas de transmissões ao vivo e

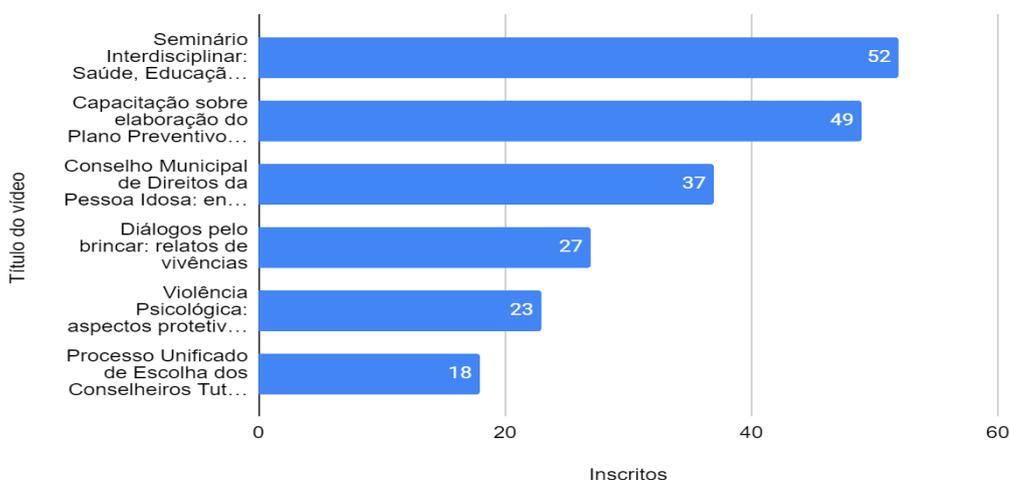
26,70% de vídeos gravados e 3,90% de shorts, bem como o total de 168.561 impressões, somente em 2023.

Gráfico 30 - Performance de views mensal no YouTube da ESMP-MA em 2023



Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

Gráfico 31 - Conteúdos com maior ganho de seguidores em 2023 no YouTube da ESMP-MA



Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

Tabela 42 - Ranking dos conteúdos mais acessados em 2023

| Ranking | Título do vídeo | Views | Link de acesso |
|---------|--|-------|---|
| 1º | Capacitação sobre elaboração do Plano Preventivo de Defesa Civil | 1.792 | Capacitação sobre elaboração do Plano Preventivo de Defesa Civil, conforme Lei Federal 12.608/2012. |
| 2º | Seminário Interdisciplinar: saúde, educação e direitos de pessoa com TEA | 809 | Seminário Interdisciplinar: Saúde, Educação e Direitos de Pessoas com TEA |

| | | | |
|-----|--|-----|--|
| 3º | Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa: entenda seu funcionamento | 760 | Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa: entenda seu funcionamento |
| 4º | Processo Unificado de escolha dos conselheiros tutelares 2023 | 698 | Processo Unificado de Escolha dos Conselheiros Tutelares 2023 |
| 5º | Diálogos pelo brincar: relatos e vivências | 609 | Diálogos pelo brincar: relatos de vivências |
| 6º | Avaliação de desempenho, progressão e promoção funcional | 352 | Avaliação de Desempenho, Progressão e Promoção Funcional |
| 7º | Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: conheça seu funcionamento | 342 | Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: conheça o seu funcionamento |
| 8º | Webinário: Apresentação do PROJETERA | 336 | Webinário: Apresentação do PROJETERA |
| 9º | Aplicabilidade da Lei Maria da Penha à Mulher Trans e o formulário Rogéria | 287 | Aplicabilidade da Lei Maria da Penha à Mulher TRANS e o formulário ROGÉRIA |
| 10º | Atuação do MPMA para a implantação de órgãos de defesa do consumidor | 266 | https://www.youtube.com/watch?v=yEa97EgIIM |

Fonte: YouTube Studio/ESMP/PGJ, 2023.

Tabela 43 - Ranking de conteúdos mais acessados no canal da ESMP/MA no YouTube no período de 2017 a 2023

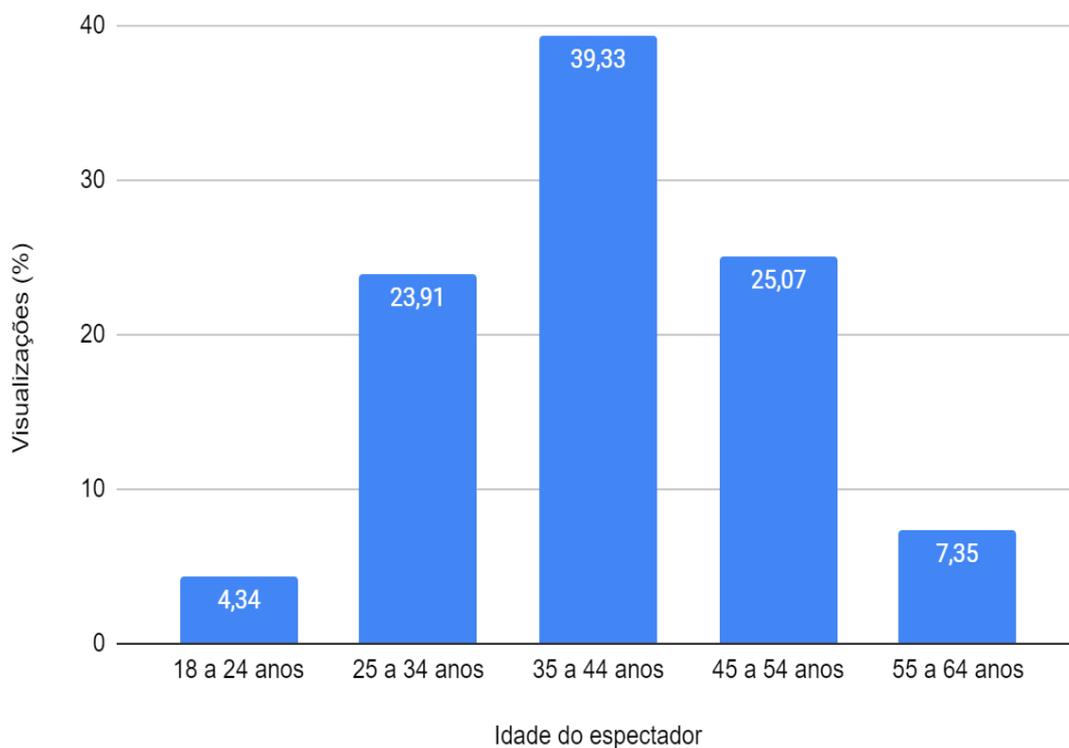
| Ranking | Título do vídeo | Views | Link de acesso |
|---------|--|-------|---|
| 1º | Violência psicológica: aspectos protetivos e de tipicidade criminal | 4.796 | Violência Psicológica: aspectos protetivos e de tipicidade criminal |
| 2º | Lei Henry Borel (Lei nº 14.344) - Da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente | 2.811 | Lei Henry Borel (Lei nº 14.344) - Da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente |
| 3º | III Seminário Estadual de Educação Ambiental do Maranhão | 2.014 | DIA 18 - MANHÃ: III SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MARANHÃO |
| 4º | Capacitação sobre elaboração do Plano Preventivo de Defesa Civil | 1.792 | Capacitação sobre elaboração do Plano Preventivo de Defesa Civil, conforme Lei Federal 12.608/2012. |
| 5º | Seminário Primeiras Impressões sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos | 1.775 | Seminário - Primeiras Impressões Sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos |
| 6º | Webinário Direito das Vítimas | 1.726 | Webinário Direito das Vítimas - Dia 1 |
| 7º | IX Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público | 1.421 | DIA 03 - IX Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público |

| | | | |
|-----|---|-------|--|
| 8º | Curso as Filósofas e o Direito - Wendy Brown “Neoliberalismo, democracia e cidadania sacrificial” | 1.296 | Curso as Filósofas e o Direito: Wendy Brown “Neoliberalismo, democracia e cidadania sacrificial” |
| 9º | Curso as Filósofas e o Direito: “Nancy Fraser e sua Teoria da Justiça | 1.194 | AULA 03 - CURSO AS FILÓSOFAS E O DIREITO: “NANCY FRASER E SUA TEORIA DA JUSTIÇA”. |
| 10º | Webinário Governança, Transparência e Controles Internos Municipais | 1.150 | DIA 23/09(Manhã) - Webinário - Governança, Transparência e Controles Internos Municipais |

Fonte: YouTube Studio/ESMP/PGJ, 2023.

a) Perfil do espectador do YouTube da ESMP/MA:

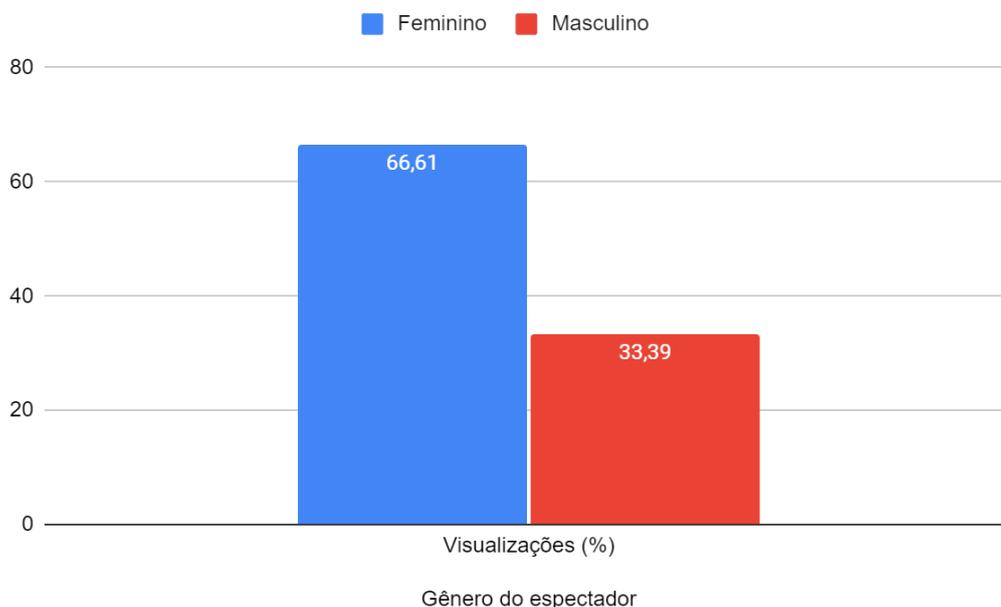
Gráfico 32 - Idade do espectador no YouTube da ESMP/MA 2023



Fonte: YouTube Studio/ESMP/PGJ, 2023.

b) Gênero do espectador

Gráfico 33 - Gênero do espectador no YouTube da ESMP/MA 2023



Fonte: YouTube Studio/ESMP/PGJ, 2023.

11.3. Movimentação de Processos e Documentos ESMP/MA via DIGIDOC

1. Processos criados pela ESMP MA

Cumpre-nos salientar que os dados abaixo listados referem-se tão somente aos processos criados pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, no período de 01/01/2023 a 28/11/2023, não representando assim o total de produtividade e fluxo de processos que perpassam pela ESMP/MA, visto que em diversos casos a origem do processo é em setor diverso, por provocação via requisição, no que pese haja participação ativa da ESMP/MA.

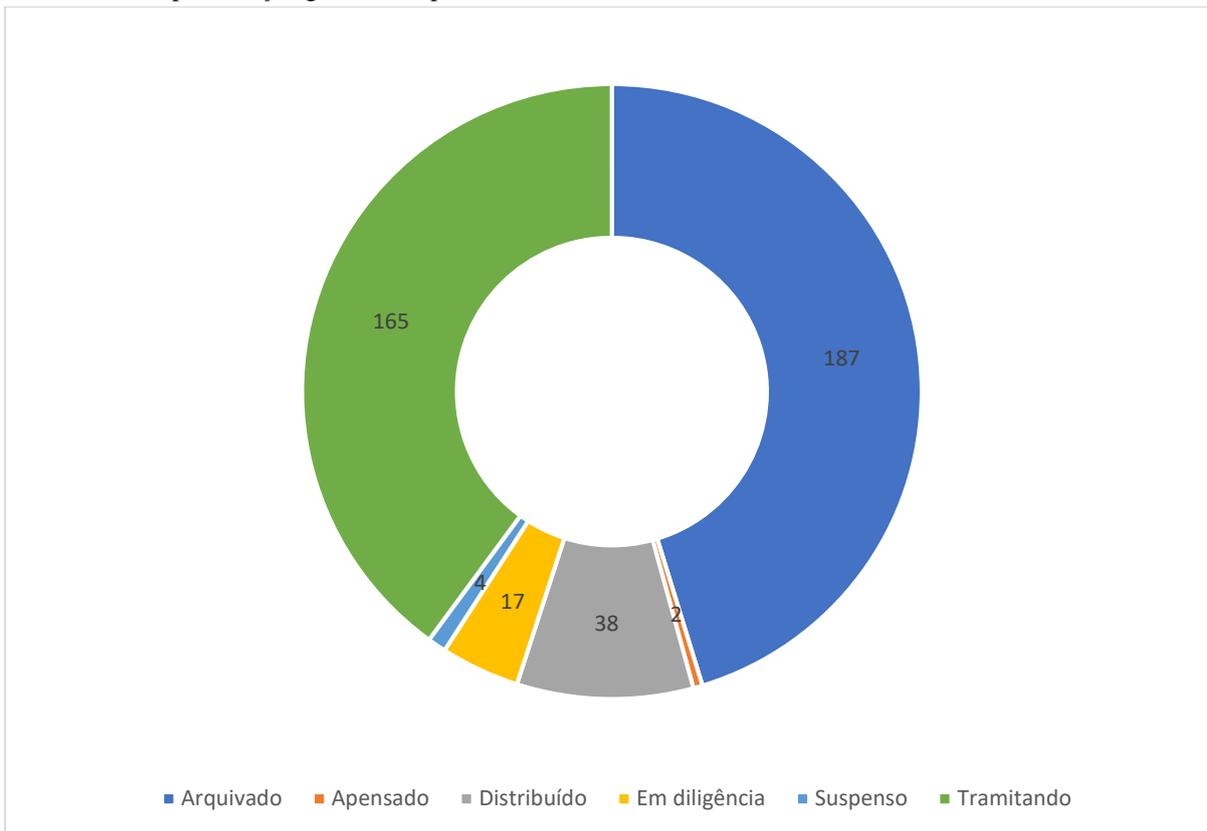
Outrossim, por se tratar de uma Escola institucional, a aferição de produtividade está diretamente atrelada ao quantitativo de cursos e atividades formativas realizadas.

Tabela 44 - Lista de Processos ESMP/MA 2023

| Status | Total |
|---------------------------|------------|
| Arquivado | 187 |
| Apensado | 2 |
| Distribuído | 38 |
| Em diligência | 17 |
| Suspenso | 4 |
| Tramitando | 165 |
| Total de processos | 413 |

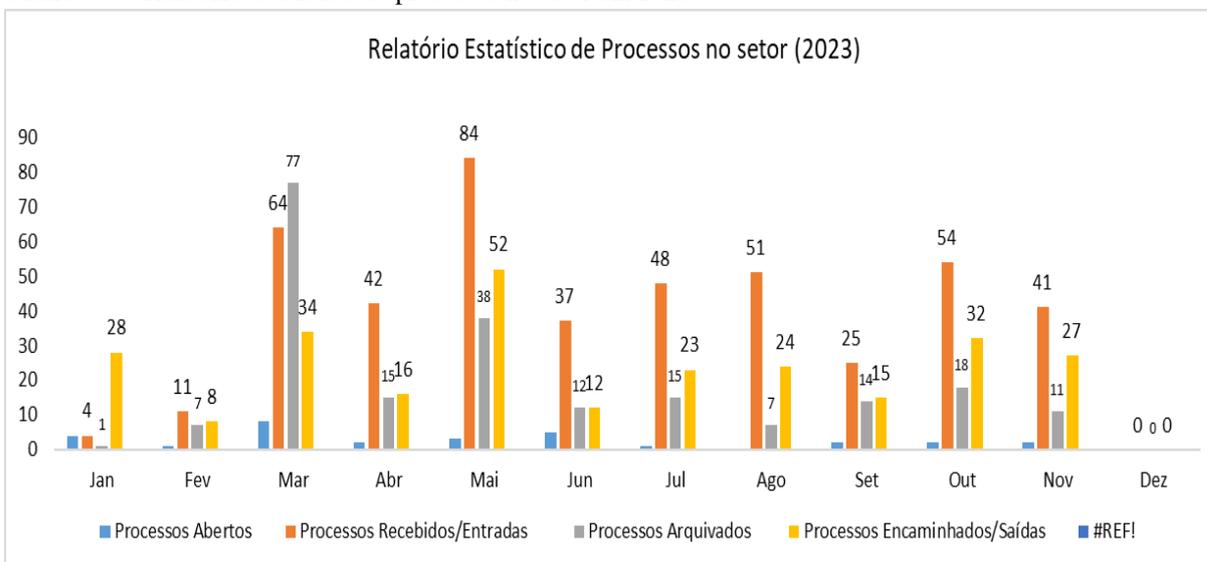
Fonte: Digidoc/ESMP/PGJ, até 29/11/2023.

Gráfico 34 - Representação gráfica dos processos da ESMP MA em 2023



Fonte: Digidoc/ESMP/PGJ, até 29/11/2023.

Gráfico 35 - Relatório estatístico de processos no setor em 2023



Fonte: Digidoc/ESMP/PGJ, até 29/11/2023.

2. Documentos

Em 2023 a Escola emitiu um total de 1.460 documentos (dado até 28/11/2023) via Digidoc. Os tipos de documentos emitidos são categorizados conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 45 - Lista de Documentos da ESMP/MA em 2023

| Tipo de Documento | Total |
|-------------------------|-------|
| Ata | 13 |
| Avaliação de Desempenho | 10 |
| Certidão | 10 |
| Decisão | 1 |
| Declaração | 5 |
| Despacho | 3 |
| Edital | 10 |
| Memo | 1 |
| Ofício | 1342 |
| Ofício Circular | 2 |
| Ofício Conjunto | 15 |
| Parecer | 27 |
| Portaria | 21 |
| Total | 1460 |

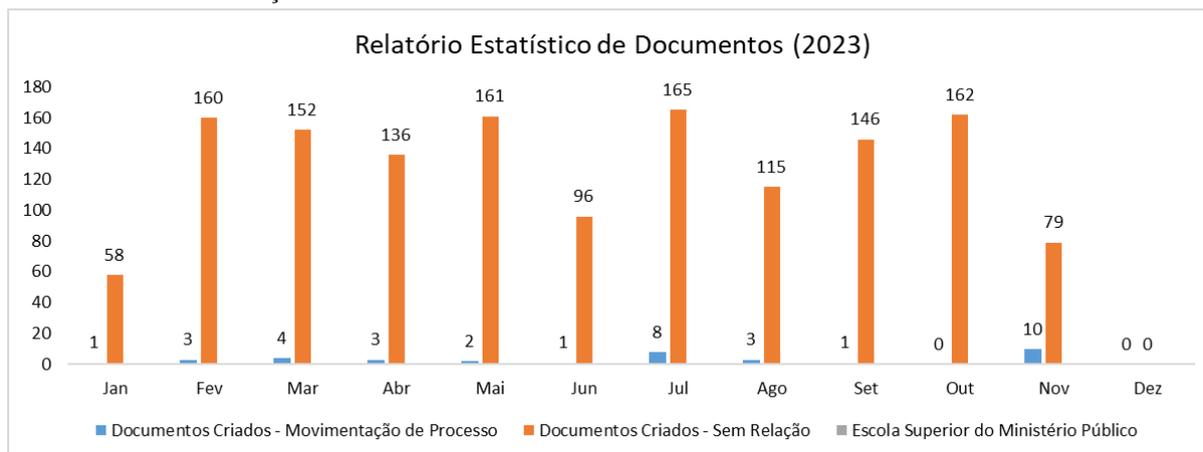
Fonte: Digidoc/ESMP/PGJ, até 29/11/2023.

Gráfico 36 - Produtividade de documentos da ESMP MA em 2023



Fonte: Digidoc/ESMP/PGJ, até 29/11/2023.

Gráfico 37 - Movimentação Estatística de Documentos ESMP/MA 2023



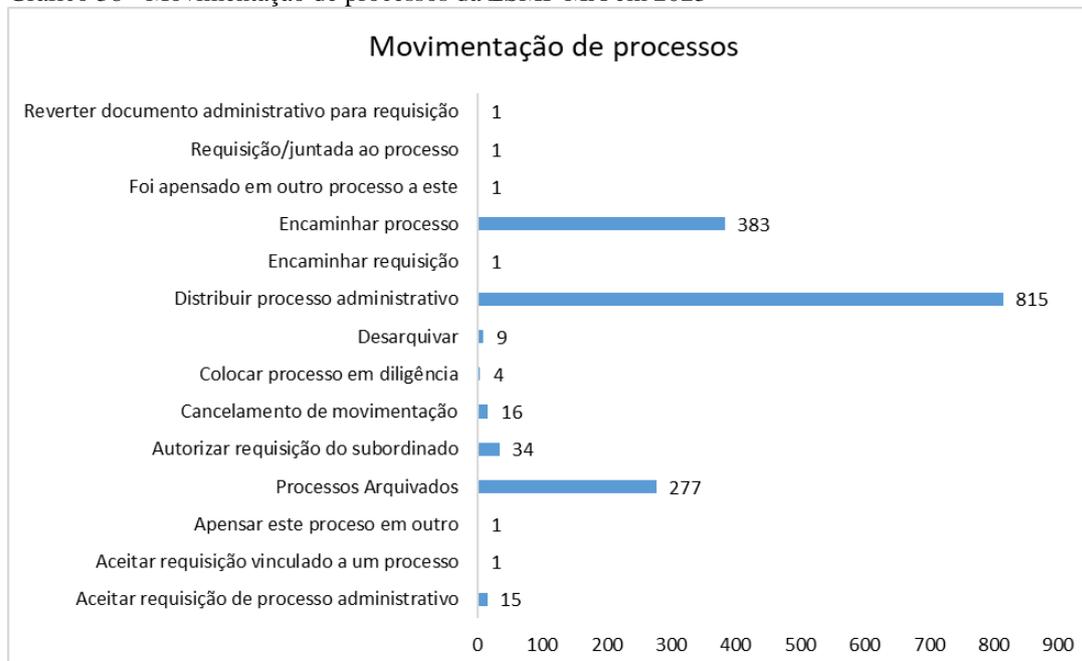
Fonte: Digidoc/ESMP/PGJ, até 29/11/2023.

Registra-se que as decisões proferidas pela Diretora da ESMP/MA no âmbito do Sistema DIGIDOC, inobstante a seleção da taxonomia “decidir” como fase de movimentação, não incorporam-se aos dados acima referidos, posto que não geram um documento.

Ex vi do teor do relatório de processos gerado pelo Sistema DIGIDOC, na aba “minhas tramitações”, que apresenta o número de 9.561 movimentações realizadas ou recebidas pela Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, no período de 01/01/2023 a 30/11/2023.

3. Relatório de movimentação de processos

Gráfico 38 - Movimentação de processos da ESMP MA em 2023



Fonte: Digidoc/ESMP/PGJ, até 29/11/2023.

11.4 Resultados das pesquisas de satisfação

Em 2023, a ESMP/MA realizou pesquisas de satisfação como ferramenta para processos de melhoria contínua dos cursos ofertados pela Escola, baseada na opinião dos participantes nas atividades realizadas.

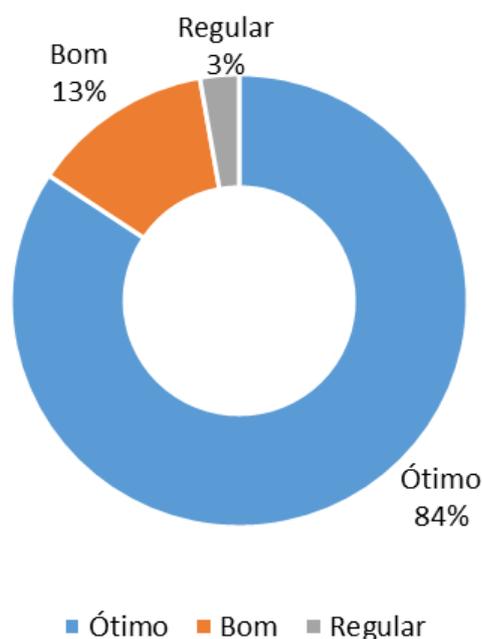
Ao identificar feedback dos alunos, a instituição pode identificar pontos fortes e áreas que precisam de aprimoramento. Isso possibilita ajustes no conteúdo, na metodologia de ensino e na estrutura curricular, contribuindo para a excelência acadêmica e a adequação às necessidades dos alunos/participantes.

Além disso, a avaliação constante da satisfação dos alunos fortalece a transparência institucional e a confiança na qualidade educacional oferecida pela ESMP/MA.

Com base nas pesquisas realizadas em 2023, foram disparados 1.521 formulários de pesquisa via e-mail, com o retorno de 217 respostas, que representa uma taxa de conversão de 14,27%.

Com base nas pesquisas, identificamos o nível de satisfação de 97% dos respondentes, avaliando com “ótimo/bom”, as ações da ESMP/MA.

Gráfico 39 - Resultado das pesquisas de satisfação realizadas em 2023



Fonte: ESMP/PGJ, 2023.

Ouvidoria do Ministério Público



Dra. Sandra Elouf foi reconduzida ao cargo de Ouvidora, em 26/10/23

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Ouvidoria do MPMA foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 083, de 03/06/2005, e tem como objetivo contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da instituição. Como órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Maranhão, integra a estrutura da Administração Superior da Procuradoria-Geral de Justiça.

No cumprimento de seu papel institucional, este órgão tem essencial importância na efetivação de comunicação direta entre o cidadão e o Ministério Público, permitindo ao usuário externo e interno a obtenção de informações; realização de denúncias; reclamações contra membros e servidores, em razão de suas atuações funcionais, assim como apresentar sugestões, críticas ou elogios, contribuindo para o aprimoramento da prestação do serviço ofertado à população.

O cidadão pode entrar em contato com o órgão através dos seguintes canais de comunicação:

- pessoalmente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, na Avenida Prof. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP. 65076.820;
- correspondência, enviada à sede da Instituição;
- telefone: (98) 0800-098-1600, 3219-1769, 3219-1767 e 3219-1738;
- WhatsApp: (98) 99137-1298;

- sistema: <https://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadastrar>;
- e-mail: ouvidoria@mpma.mp.br;
- Aplicativo Móvel: MPMA Cidadão;
- Redes Sociais: Facebook: [facebook.com/pg/ouvidoriampma](https://www.facebook.com/pg/ouvidoriampma); Instagram: [ouvidoriampma_oficial](https://www.instagram.com/ouvidoriampma_oficial); Twitter: [ouvidoria_mpma](https://twitter.com/ouvidoria_mpma).

A partir do registro da manifestação, a demanda é devidamente tratada, por meio da triagem prévia, e prontamente encaminhada ao órgão responsável por sua análise, podendo culminar com a autuação de notícia de fato; procedimentos ou processos administrativos pelas diversas Promotorias e Procuradorias de Justiça, além de unidades administrativas do MPMA, objetivando a efetivação de resposta conclusiva ao demandante, no prazo legal.



Atendimento na Associação de Moradores do Bairro de Fátima, set/23

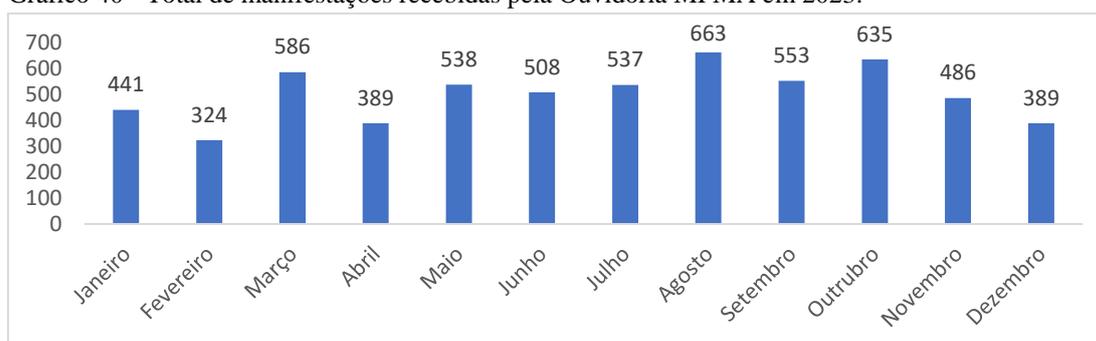
Portanto, a Ouvidoria é um canal de comunicação direto e desburocratizado entre o cidadão e MPMA, pronto para receber, analisar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações e pedidos de informações relacionados aos serviços e atividades desenvolvidas no âmbito desta Instituição e por demais órgãos estaduais e municipais.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS

2.1. Distribuição das Manifestações

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão registrou nos meses de janeiro a dezembro de 2023 o quantitativo de 6.067 (seis mil e setenta e sete) manifestações. Abaixo segue gráfico com o quantitativo mensal de recebimento de manifestações em 2023, seguida do respectivo gráfico:

Gráfico 40 - Total de manifestações recebidas pela Ouvidoria MPMA em 2023.



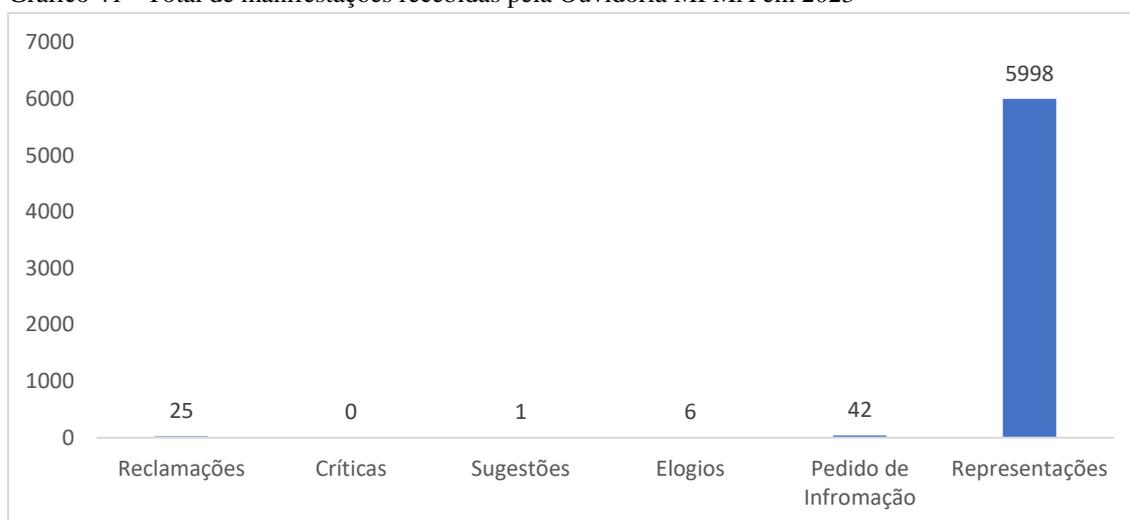
Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2023.

Com base nas informações dispostas no gráfico 98, observa-se que os meses de fevereiro e agosto apresentaram o menor e o maior quantitativo de manifestações, respectivamente. Outrossim, a média mensal no citado período foi de 506 manifestações.

2.2. Classes das Demandas

As manifestações recebidas na Ouvidoria Geral podem ser enquadradas em classes definidas nos termos trazidos pela Resolução CNMP nº 180, datada de 07 de agosto de 2017. Dessa maneira, consoante as orientações da referida Resolução, o Gráfico 99 trazem as informações relativas às manifestações registradas nos meses de janeiro a dezembro de 2023, com base nas classes supramencionadas.

Gráfico 41 - Total de manifestações recebidas pela Ouvidoria MPMA em 2023



Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2023.

Ressalta-se que a categoria que apresentou o maior número de demandas foi a “Representação”, com assuntos diversos, tendo o quantitativo de 5.989 (cinco mil, novecentos e oitenta e nove) registros.

2.3. Canais de Atendimento

A Ouvidoria-Geral apresenta 7 (sete) canais de atendimento. As informações inseridas no tabela 46 e no gráfico 100, demonstram o quantitativo das manifestações recebidas em 2023 de acordo com os meios disponibilizados pela Ouvidoria do MPMA ao cidadão.

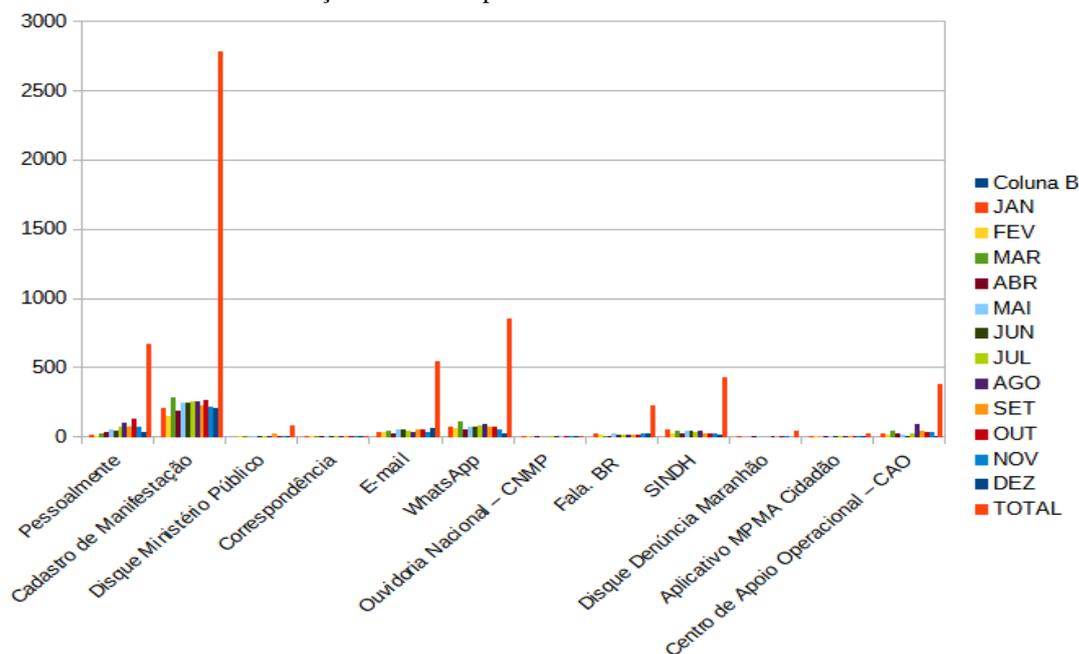
Tabela 46 - Total de manifestações recebidas por meio de recebimento na Ouvidoria MPMA em 2023.

| ORIGEM DAS DEMANDAS | TOTAL | % |
|---------------------------|-------|--------|
| Pessoalmente | 673 | 11,09% |
| Cadastro de Manifestação | 2.785 | 0 |
| Disque Ministério Público | 87 | 1,43% |
| Correspondência | 0 | 0,00% |

| | | |
|-----------------------------------|--------------|----------------|
| E-mail | 546 | 9,00% |
| WhatsApp | 854 | 14,08% |
| Ouvidoria Nacional – CNMP | 7 | 0,12% |
| Fala. BR | 227 | 3,74% |
| SINDH | 429 | 7,07% |
| Disque Denúncia Maranhão | 42 | 0,69% |
| Aplicativo MPMA Cidadão | 29 | 0,48% |
| Centro de Apoio Operacional – CAO | 388 | 6,40% |
| TOTAL | 6.067 | 100,00% |

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2023.

Gráfico 42 - Total de manifestações recebidas por meio de recebimento na Ouvidoria MPMA em 2023.



Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2023.

Denota-se que o Cadastro de Manifestação (formulário eletrônico) é o meio mais acessado pelos demandantes em geral, representando 45,90% do total das demandas.

Ademais, vale ressaltar o aumento exponencial do atendimento presencial observado a partir do mês de julho. Tal constatação advém, principalmente, do Projeto “Ouvidoria Itinerante”, executado a partir do referido mês.

2.4. Detalhamento por Assunto

Da análise da tabela abaixo, observa-se que os assuntos mais demandados, por ordem decrescente, foram os seguintes: 1º. Improbidade Administrativa: com 1.433 demandas; 2º. Saúde: com 502 demandas; 3º. Infância e Juventude: com 475 demandas.

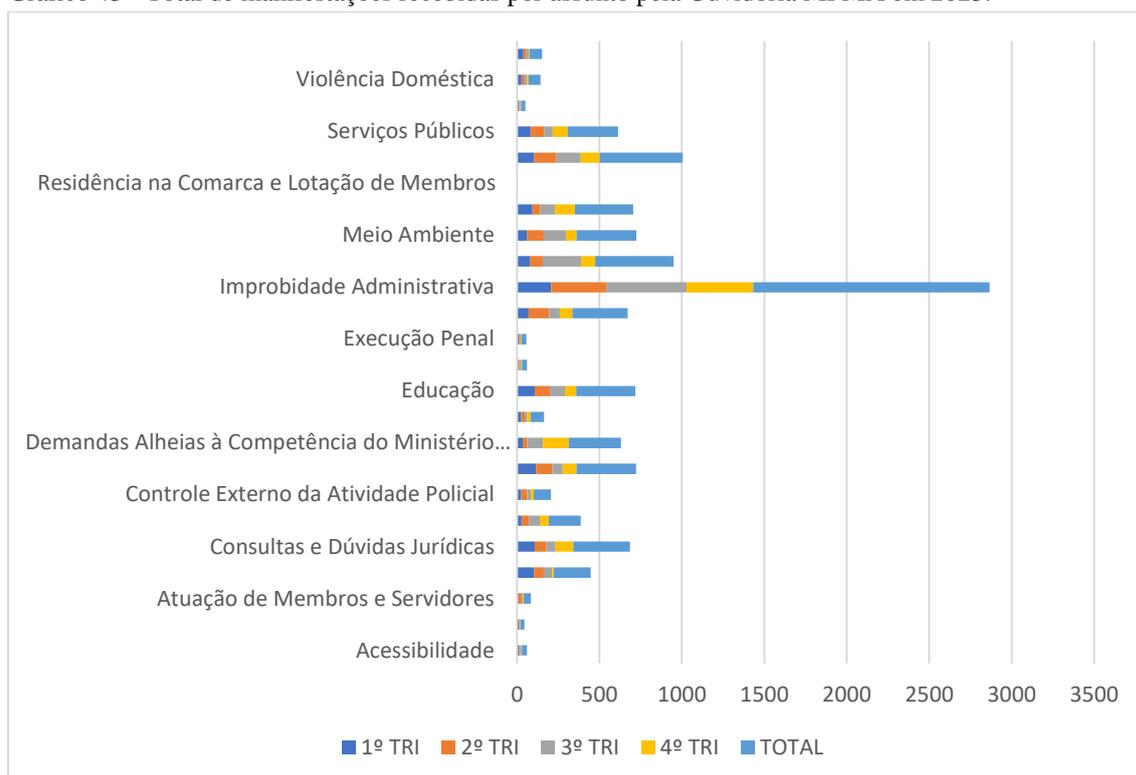
Tabela 47 - Total de manifestações recebidas por assunto pela Ouvidoria MPMA em 2023.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| TIPO DE MANIFESTAÇÃO | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL | % |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
| Acessibilidade | 14 | 5 | 9 | 2 | 30 | 0,49% |
| Administração e Funcionamento do Ministério Público | 11 | 7 | 2 | 2 | 22 | 0,36% |
| Atuação de Membros e Servidores | 7 | 21 | 10 | 4 | 42 | 0,69% |
| Concurso Público | 104 | 58 | 50 | 11 | 223 | 3,68% |
| Consultas e Dúvidas Jurídicas | 107 | 71 | 57 | 107 | 342 | 5,64% |
| Consumidor | 27 | 48 | 64 | 54 | 193 | 3,18% |
| Controle Externo da Atividade Policial | 25 | 37 | 22 | 18 | 102 | 1,68% |
| Crimes | 115 | 98 | 65 | 83 | 361 | 5,95% |
| Demandas Alheias à Competência do Ministério Público | 36 | 26 | 96 | 157 | 315 | 5,19% |
| Disc. de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental | 26 | 20 | 16 | 20 | 82 | 1,35% |
| Educação | 108 | 92 | 91 | 68 | 359 | 5,92% |
| Eleitoral | 4 | 7 | 15 | 4 | 30 | 0,49% |
| Execução Penal | 12 | 4 | 7 | 5 | 28 | 0,46% |
| Idoso | 71 | 124 | 64 | 77 | 336 | 5,54% |
| Improbidade Administrativa | 207 | 338 | 484 | 404 | 1.433 | 23,62% |
| Infância e Juventude | 78 | 79 | 231 | 87 | 475 | 7,83% |
| Meio Ambiente | 63 | 99 | 135 | 65 | 362 | 5,97% |
| Outros | 93 | 47 | 90 | 122 | 352 | 5,80% |
| Residência na Comarca e Lotação de Membros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% |
| Saúde | 103 | 135 | 149 | 115 | 502 | 8,27% |
| Serviços Públicos | 82 | 84 | 51 | 89 | 306 | 5,04% |
| Sindical e Questões Análogas | 10 | 3 | 9 | 3 | 25 | 0,41% |
| Violência Doméstica | 27 | 15 | 19 | 10 | 71 | 1,17% |
| Lei de Acesso à Informação | 39 | 17 | 17 | 3 | 76 | 1,25% |
| TOTAL | 1.369 | 1435 | 1.753 | 1.510 | 6.067 | 100,00% |

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2023.

Gráfico 43 - Total de manifestações recebidas por assunto pela Ouvidoria MPMA em 2023.

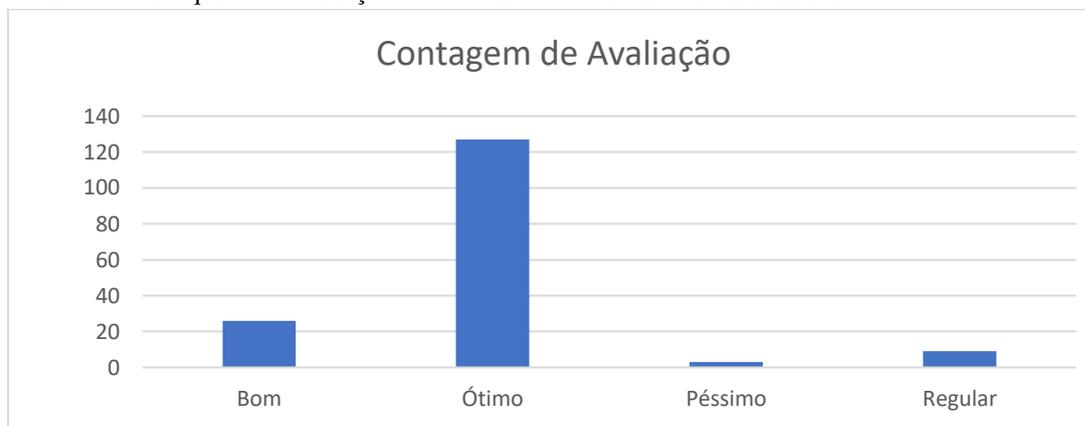


Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2023.

Além de ser um canal de comunicação entre o cidadão e o órgão, a Ouvidoria também desempenha o papel de informar a população acerca das atribuições e dos limites de atuação do *Parquet*. Nessa perspectiva, foram realizadas 342 consultas e orientações jurídicas, durante o ano de 2023.

Em relação ao grau de satisfação do público em geral, podemos depreender do gráfico extraído da Pesquisa de Satisfação encaminhada ao demandante que, das 165 respostas obtidas na pesquisa, 153 usuários classificaram como ÓTIMO ou BOM o atendimento prestado por esta unidade ministerial, um percentual de 92,72 % de satisfação máxima pelo atendimento recebido. Senão vejamos:

Gráfico 44 – Pesquisa de Satisfação dos Usuários - Ouvidoria MPMA em 2023



Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2023.

2.5. Reuniões e atendimentos

- Reunião mensal de planejamento promovida pela Ouvidora em exercício do MPMA, Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa, no dia 20 de janeiro de 2023, com toda a equipe, traçando adequações no fluxo de atendimento e tramitação das demandas;
- Reunião institucional com a presença da Ouvidora da Defensoria Pública do Estado do Maranhão - Fabiola Diniz, e a Ouvidora da Secretaria de Segurança Pública - Elivânia Estrela, dia 30 de janeiro de 2023. Na ocasião, houve troca de informações e de experiências acerca do fluxo de atendimento e tramitação das demandas;
- Participação da Ouvidora em exercício na solenidade de Recondução da Fabiola Diniz ao cargo de Ouvidora da Defensoria Pública do Estado do Maranhão – biênio 2022-2024, no dia 14 de janeiro de 2023.
- Participação da Ouvidora em exercício na Audiência Pública da 6ª Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania – Polo Cidade Operária, realizada no dia 14 de fevereiro de 2023.
- Participação da Ouvidora em exercício na Audiência Pública da 3ª Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania – Polo Cohatrac, realizada no dia 28 de fevereiro de 2023.
- Ouvidora em exercício participa da posse da diretoria da Esmam, no dia 28 de fevereiro de 2023.
- Participação da Ouvidoria na 1ª Reunião da Rede Nacional de Ouvidorias do Ministério Público, no dia 02 de março de 2023.
- Participação da Ouvidora em exercício na Audiência Pública da 5ª Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania – Polo Coroadinho, realizada no dia 03 de março de 2023.
- Participação da Ouvidora em exercício de reunião com a Secinst e alunos da escola Paulo Freire, no dia 07 de março de 2023.
- Participação da Ouvidora em exercício na Audiência Pública da 7ª Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania – Polo Zona Rural, realizada no dia 07 de março de 2023.
- Participação da Ouvidora em exercício na Audiência Pública da 7ª Promotoria de Justiça Distrital da Cidadania – Polo Zona Rural, realizada no dia 07 de março de 2023.
- Reunião mensal com a Ouvidora Sandra Elouf e toda a equipe da Ouvidoria, para alinhamento dos fluxos internos, em 14 de março;
- A ouvidora Sandra Elouf participou no dia 16 de março, do evento Ouvidoria Day, na Escola Superior de Controle Externo (Escex), no Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA).
- Participação da Ouvidora em evento promovida pela ESMP, em 17 de março.
- Participação em Audiência Pública de instalação da Promotoria Itinerante no bairro Santa Cruz, em 22 de março.

- Participação da Ouvidoria e demais membros e servidores do MP, no dia 27 de março, das comemorações de 1 ano da inauguração do Centro de Referência Especializado de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (Creaispi), localizado na Cohab.
- Reunião do presidente da Academia de Letras Militares, Coronel Carlos Augusto Furtado Moreira, visando estabelecer parceira institucional, em 18 de abril.
- Reunião com o Prefeito de Cajari, acompanhado do Procurador do Município, em 19 de abril.
- Posto Avançado da Ouvidoria no Centro de Referência Especializado de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (Creaispi), na Cohab, em 28 de abril de 2023.
- Reunião de trabalho com diretores do Centro de Referência Especializado de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (Creaispi), na Cohab, em 29 de abril de 2023.
- Visita da Ouvidora em exercício, Dra Selene Coelho, ao Posto de Atendimento no Centro de Referência Especializado de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão (Creaispi), em 03 de maio.
- Participação da Ouvidora Sandra Elouf em seminário “Facções criminosas com atuação no Maranhão: integração e combate interestaduais”, ocorrido no dia 25 de maio
- Participação da Ouvidora em exercício, Dra Selene Coelho de Lacerda, nos encontros do COJUD e COJUM, em 03 de maio.
- Participação da Ouvidoria na 2ª Reunião da Rede Nacional de Ouvidorias do Ministério Público, no dia 10 de maio de 2023.
- Reunião mensal com a Ouvidora Sandra Elouf e toda a equipe da Ouvidoria, para alinhamento dos fluxos internos, em 28 de maio.
- Reunião de trabalho com a Promotora de Justiça Dra. Sandra Fagundes, Coordenadora do CAO-Mulher, para alinhamento dos fluxos internos sobre demandas de violência doméstica, em 07 de junho.
- Reunião de trabalho com o Coordenador do CAO-PIPD, no Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão, em 12 de junho.
- Visita à Casa da Mulher Brasileira, em 20 de junho.
- Reunião mensal com a Ouvidora Sandra Elouf e toda a equipe da Ouvidoria, para alinhamento dos fluxos internos, em 23 de junho.
- Em 05 de julho de 2023 a Ouvidoria lançou a pesquisa junto aos setores da instituição sobre assédio e violência de gênero, que fora remetida em agosto de 2023 para a Ouvidoria Nacional do CNMP.
- Participação da Ouvidoria na 3ª Reunião da Rede Nacional de Ouvidorias do Ministério Público, no dia 5 de julho de 2023.
- Reunião de trabalho com o Diretor das Promotorias de Justiça da Capital, Dr. Haroldo Brito, para alinhamento de distribuição de demandas, em 5 de julho.
- Participação da Ouvidora em Audiência Pública na Câmara Municipal de São Luís, no dia 11 de julho.

- Atendimento realizado no Instituto Vovô Maciel na Cidade Operária, no dia 11 de julho.
- Gravação de Campanha interna sobre Lei Geral de Proteção de Dados, em 18 de julho.
- Reunião com moradores da Zona Rural de São Luís, em 19 de julho
- Atendimento realizado na Associação de Moradores da Cidade Olímpica, no dia 22 de julho
- Reunião com Representantes de organizações de religiões afro, no dia 27 de julho.
- Atendimento realizado na Associação de Agricultores da Zona Rural, no dia 28 de julho.
- Reunião com Lideranças religiosas para divulgação dos trabalhos da Ouvidoria, em 2 de agosto
- Atendimento realizado no Instituto Ações de Esperança, em 05 de agosto.
- A Ouvidora do MPMA participou da 2ª Reunião da Rede de Ouvidorias do Estado do Maranhão, que teve como finalidade a assinatura do Protocolo de Intenções da Rede, em 10 de agosto.
- Reunião com Lideranças do Bairro de Fátima, em 15 de agosto.
- Atendimento realizado na Praça Deodoro - Mobilização “Dia Nacional da População em situação de rua”, em 19 de agosto.
- Reunião de trabalho com a Promotora de Justiça Dra Flávia Valéria Nava Silva, para tratar de atuação do MP na Defesa da Pessoa Idosa em São José de Ribamar, em 21 de agosto.
- Atendimento realizado no bairro Parque Vitória – Projeto El Shaday, em 26 de agosto.
- Reunião com coordenadores dos CAO’s e Coordenador do GAECO, para alinhamento de tratamento de demandas, em 29 de agosto.
- A ouvidoria lançou campanha interna, do AGOSTO LILÁS, divulgando os canais da Ouvidoria para denúncias de violência contra mulher.
- Atendimento realizado na Associação de Moradores do Bairro de Fatima, em 02 de setembro.
- Atendimento realizado na Feira do EXPOEMA, em 03 de setembro.
- Participação da Ouvidora no Programa “Café com Notícias”, em 14 de setembro.
- Atendimento da Ouvidoria em Ação Social realizada em parceria com a Promotoria Distrital Polo Centro, em 23 de setembro.
- Reunião institucional com o Ouvidor do Estado, Dr Daniel Bastos, em 26 de setembro.
- Ouvidoria do MPMA sediou a 3ª Reunião Ordinária da Rede de Ouvidorias do Estado do Maranhão - REDOMA, em 28 de setembro.
- Participação em Café da Manhã com profissionais da mídia na ALE-MA, em 27 de setembro.
- Participação da Ouvidora em Palestra no CREAISPI sobre direitos da Pessoa Idosa, em 3 de outubro.

- Atendimento Realizado na Colônia de Pescadores da Raposa, em 7 de outubro.
- Atendimento realizado no Parque do Bom Menino, em 21 de outubro.
- Recondução da Dra. Sandra Elouf ao cargo de Ouvidora, em 26 de outubro.
- Panfletagem da Ouvidoria no Terminal de Integração de São Luís, em 28 de outubro.
- Stand da Ouvidoria na Expo Indústria, em 09 de novembro;
- Apresentação do Projeto Ouvidoria Itinerante à equipe da Corregedoria Nacional, em 22 de novembro
- Atendimento realizado na Fundação Justiça e Paz, em 23 de novembro.
- Participação da Ouvidora na 4ª Reunião Ordinária da REDOMA, em 30 de novembro.
- Participação da Ouvidora em reunião da SEPLAG, em 1º de dezembro.
- Reunião com a Associação de Conselheiros Tutelares do Maranhão, em 20 de dezembro.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO AMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL



Inauguração do Posto Avançado da Ouvidoria no Centro de Referência Especializado de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa-MA, abril/23.

O Projeto “Ouvidoria nos Bairros” converteu-se em uma ação da Ouvidoria do Ministério Público, visando aproximar o MP do cidadão, bem como fortalecer seu papel institucional como órgão de escuta e comunicação permanente com a sociedade, alinhado às metas traçadas no Planejamento Estratégico da Instituição, sendo executado em parceria com as Associações de Moradores dos Bairros de São Luís e demais entidades do Terceiro Setor.

Nesta primeira fase do Programa foram atendidos 12 bairros (Cidade Operária, Cidade Olímpica, Maracanã, Quebra Pote, Areinha, Turu, Ipase, Centro, Parque Vitória, Bairro de Fatima, São Raimundo e Planalto Anil), além do Município de Raposa, contemplando a Grande Ilha de São Luís, sendo realizados 148 atendimentos e orientações



Atendimento realizado no bairro Parque Vitória – Projeto El Shaday

jurídicas na área da educação, saúde, infância e juventude, pessoa idosa, pessoa com deficiência, meio ambiente, registros públicos, entre outros.

A Ouvidoria também esteve presente em eventos na Praça Deodoro e no Convento das Mercês, fazendo atendimentos a pessoas em situação de rua, atuando junto com a Promotoria Distrital do Centro. Participou ainda de exposições e feiras, com stand na 63ª Exposição Agropecuária do Maranhão e na 5ª edição da Expo Indústria.

A Ouvidoria dos Bairros representa um canal transformador de estímulo à participação social, disseminação de informações e conscientização popular, constituindo-se em instrumento garantidor da democratização e da ampliação dos direitos do cidadão.

DIRETORIAS

Diretoria Geral (DG)

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

Nos termos do art. 61 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno), compete à Diretoria Geral, órgão de apoio Administrativo diretamente subordinado ao Procurador-Geral de Justiça:

- I. assessorar o Procurador-Geral de Justiça no planejamento e fixação de diretrizes para administração do Ministério Público;
- II. planejar, coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- III. estabelecer mecanismos que promovam o inter-relacionamento das unidades administrativas do Ministério Público;
- IV. cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções normativas, internas e externas, pertinentes à administração do Ministério Público;
- V. praticar atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira do Ministério Público, quando lhe forem delegados pelo Procurador-Geral de Justiça;
- VI. acompanhar a programação e a execução orçamentária e financeira, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça;
- VII. propor ao Procurador-Geral de Justiça a edição de atos normativos, de caráter administrativo, nos assuntos de sua competência ou de competência delegada;
- VIII. propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala anual de férias dos servidores do Ministério Público que lhes sejam subordinados;
- IX. elaborar proposta orçamentária do Ministério Público, devidamente instruída quanto à sua execução, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça, que a encaminhará ao Colégio de Procuradores de Justiça para aprovação;
- X. submeter à aprovação do Procurador-Geral de Justiça os planos e programas de trabalho da Diretoria Geral e das unidades a ela vinculadas;
- XI. assistir ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas atribuições administrativas;
- XII. executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

O parágrafo único do referido dispositivo dispõe que estão sob a direção da Diretoria Geral as seguintes unidades administrativas:

- Secretaria Administrativo-Financeira;

- Assessoria Jurídica da Administração;
- Assessoria Técnica da Administração;
- Coordenadoria da Folha de Pagamento;
- Coordenadoria de Administração;
- Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura;
- Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- Coordenadoria de Serviços Gerais;
- Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS

A Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, em conjunto com as unidades administrativas da PGJ/MA, buscou oferecer aos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão as melhores condições para o desempenho de suas atividades, sempre visando contribuir para o aperfeiçoamento das rotinas ministeriais das unidades e aumento da resolutividade das ações ministeriais, por meio da prestação de um serviço público de qualidade à sociedade. Nesse cenário, merecem destaque as seguintes ações:

- Atuação conjunta com as unidades administrativas da PGJ/MA, visando adotar as medidas necessárias para melhorar as condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados onde funcionam as unidades ministeriais. Nesse sentido, foram realizadas melhorias na estrutura predial de algumas unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas e manutenções do acervo imobiliário, proporcionando aos servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população, resultando na modernização da estrutura da instituição ministerial.
- Como parte integrante das ações do MPMA para melhoria do atendimento ao público e visando proporcionar condições adequadas para membros e servidores desenvolverem suas atividades laborais, no ano de 2023 foram concluídas as obras e inauguradas as novas sedes das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, Loreto, Mirador, São Domingos do Maranhão, Santa Luzia do Paruá e refeitório das Promotorias de Justiça da Capital. Tratam-se de sedes modernas e com total acessibilidade, que atendem às necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade.
- Todas as instalações seguem as normas brasileiras de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, incluindo piso tátil de alerta e direcional, placas táteis com caracteres em braile, rampas e alarmes de emergência audiovisual nos banheiros. A Promotoria de Justiça de São José de Ribamar é a primeira do Maranhão a contar com sistema de reutilização de água, demonstrando a preocupação ambiental do Ministério Público.

- Foram realizadas reformas nas Promotorias de Justiça do Consumidor e no Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas (Divinéia).
- Para o ano de 2024, segue em andamento a construção das novas sedes das Promotorias de Justiça de Cururupu, Bacuri, Itinga e Pastos Bons
- Durante o ano de 2023 foram realizadas manutenções preventivas/corretivas nas Promotorias de Justiça listadas abaixo:

| | |
|-------------------------------|-----------------------------|
| 1. Açailândia | 31. Araiões |
| 2. Bacabal | 32. Arari |
| 3. Balsas | 33. Bequimão |
| 4. Barão de Grajaú | 34. Brejo |
| 5. Barra do Corda | 35. Buriticupu |
| 6. Carolina | 36. Cantanhede |
| 7. Colinas | 37. Caxias |
| 8. Esperantinópolis | 38. Chapadinha |
| 9. Grajaú | 39. Codó |
| 10. Igarapé Grande | 40. Coelho Neto |
| 11. Imperatriz | 41. Coroatá |
| 12. Itinga do Maranhão | 42. Governador Nunes Freire |
| 13. Joselândia | 43. Guimarães |
| 14. Lago da Pedra | 44. Matões |
| 15. Loreto | 45. Morros |
| 16. Mirador | 46. Olinda Nova |
| 17. Olho d'água das Cunhãs | 47. Parnarama |
| 18. Passagem Franca | 48. Pio XII |
| 19. Pastos Bons | 49. Rosário |
| 20. Pedreiras | 50. Santa Helena |
| 21. Porto Franco | 51. Santa Inês |
| 22. Presidente Dutra | 52. Santa Luzia do Paruá |
| 23. Santo Antônio dos Lopes | 53. São João Batista |
| 24. São Francisco do Maranhão | 54. São Vicente Ferrer |
| 25. São João dos Patos | 55. Timbiras |
| 26. São Luis Gonzaga | 56. Timon |
| 27. São Mateus | 57. Turiaçu |
| 28. Senador La Roque | 58. Tutóia |
| 29. Tuntum | 59. Urbano Santos |
| 30. Alcântara | 60. Vitória do Mearim |

- No ano de 2023, as licitações realizadas pelo MPMA contemplaram as modalidades de Pregão na forma eletrônica, Tomada de Preços, Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa, inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços, totalizando um valor de R\$ 21.596.217,13.
- Do total de processos de licitação realizados no ano de 2023 (Pregão, Tomada de Preços e Concorrência), foram formalizados 17 (dezessete) Contratos. Já os procedimentos licitatórios de Inexigibilidade, Dispensa de Licitação, ARP e Adesões de outros Órgãos geraram 37 (trinta e sete) Instrumentos, sendo no total de 54 (cinquenta e quatro) Contratos Administrativos.

- Os Pregões Eletrônicos realizados por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) culminaram na formalização de 75 (setenta e cinco) Atas de Registro de Preços.
- Na área de Tecnologia da Informação cabe destacar a realização de licitação e implantação do *link* de conectividade, com velocidade de 10Gbps, como *link* principal para o acesso à Internet de todas as unidades ministeriais do MPMA; implantação de infraestrutura de enlace de fibra ótica própria entre o Data Center da PGJ-MA e o novo Data Center do TJMA, visando garantir a performance do SIMP 3.0; aquisição de solução de hiperconvergência visando a atualização tecnológica e expansão da infraestrutura de produção do Data center da PGJ/MA.
- Foi realizada a aquisição de 1000 (mil) equipamentos de Webcam e 1000 (mil) unidades de memória tipo SSDS 256GB.
- Na área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas merece destaque o desenvolvimento do novo sistema da área fim do MPMA, o SIMP 3.0, que possibilitou a interoperabilidade com o PJe, otimizando o trabalho de membros e servidores.
- Como parte da política de capacitação dos servidores, a Procuradoria Geral de Justiça realizou em junho de 2023 o curso “*Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN 05/2017*”. O objetivo do curso foi desenvolver habilidades e competências profissionais teóricas e práticas dos servidores do MPMA sobre a elaboração, julgamento e atualização das planilhas de formação de preços apresentadas pelos licitantes e fornecedores contratados pela instituição, quanto aos aspectos trabalhistas, previdenciários e tributários, fundamentados na Instrução Normativa nº 05/2017 e alterações posteriores.



Curso “*Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN 05/2017*”

- Visando a atualização, bem como a edição de novos normativos internos referentes à área de gestão e governança no Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ressaltar a edição do Ato Regulamentar nº 10/2023 – GPGJ, que

regulamenta no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Normas gerais de licitação e de contratação);

- Com o intuito de atender as demandas do Ministério Público do Estado do Maranhão houve uma renovação da frota de veículos oficiais do MPMA através da aquisição de 05 (cinco) caminhonetes Toyota Hilux, SRV, tração 4x4 (Contrato nº 34/2023). Além dos veículos próprios, atualmente contamos com uma frota de 29 (vinte e nove) veículos locados (Contrato nº 17/2022), modelos Duster (Renault), Ranger (Ford) e Ônix (Chevrolet), os quais foram distribuídos entre capital e interior.
- Em 2023, a Diretoria Geral expediu 54 (cinquenta e quatro) notificações, em sua maioria destinadas às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para Procuradoria Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano, 03 (três) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.
- Em relação ao valor do orçamento destinado ao Ministério Público do Estado do Maranhão/PGJ no ano de 2023, cabe destacar a execução orçamentária na ordem de 99,85%. Quanto ao orçamento destinado ao Fundo Especial do Ministério Público – FEMPE, foi executado cerca de 65,22%.

Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF)

A Secretaria Administrativo-Financeira, objetivando o pleno atendimento das suas atribuições regimentais, vem sistematicamente planejando e adotando ações que visem subsidiar as unidades sob direção da Diretoria-Geral com informações e orientações adequadas, relevantes e tempestivas.

Cabe registrar que além da emissão de despachos nos autos dos processos administrativos, a Secretaria Administrativo-Financeira tem adotado a postura de resolatividade das questões cotidianas por meio da realização de reuniões e contatos cada mais próximos das unidades demandantes, visando a celeridade e efetividade das ações, sem desprezar a regularidade formal inerente ao serviço público.

Ademais, esta Secretaria tem focado na disseminação das informações e orientações a todas as unidades administrativas da instituição, com vistas a melhorar os processos de planejamento, contratação, acompanhamento e controle, a fim de que os recursos públicos sejam empregados de forma mais econômica, racional e eficiente, sem, contudo, deixar de lado o rigor formal e a legalidade peculiares da Administração Pública.

1. ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Nos termos do art. 62 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça), compete à Secretaria Administrativo Financeira, órgão diretamente subordinado à Diretoria-Geral:

- I. Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas ligadas a Diretoria-Geral, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- II. Substituir o Diretor-Geral nos eventuais afastamentos e impedimentos;
- III. Exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

2. COMPOSIÇÃO DA UNIDADE



A equipe da SAF presta auxílio à Diretoria Geral

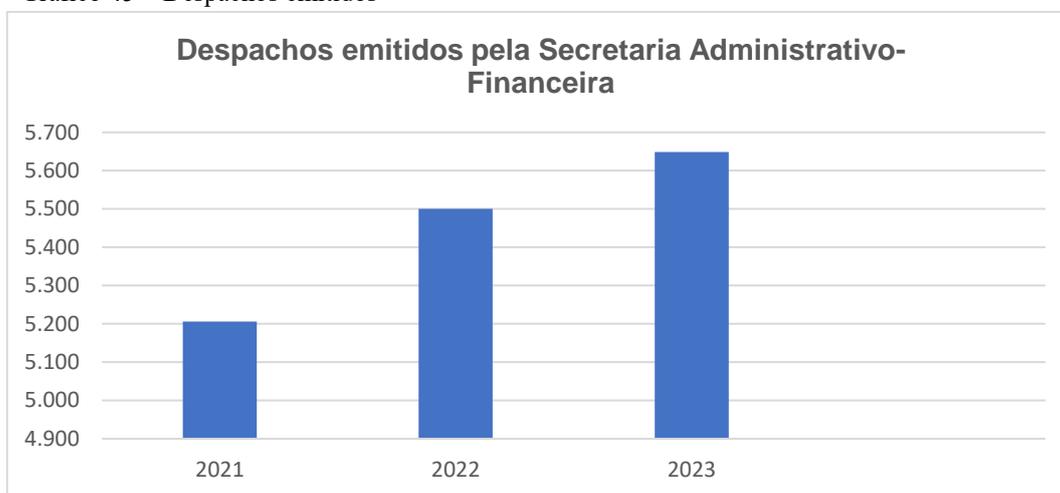
A Secretaria Administrativo-Financeira é composta pelo Diretor da Secretaria, por 01 (um) Analista Ministerial, 01 (uma) Técnica Ministerial, 01 (uma) funcionária terceirizada e 01 (uma) estagiária.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2023

Em 2023, em continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2020, a Secretaria Administrativo-Financeira buscou implementar ações, cujo objetivo central foi o suporte às unidades administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça para que pudessem desenvolver suas atividades de forma integrada, com maior qualidade e eficiência sempre com foco na entrega de um serviço público adequado às elevadas e complexas demandas da sociedade, destacando-se as seguintes atividades:

- Emissão de 5.649 Despachos sobre assuntos diversos, contra 5.500 em 2022 e 5.206 em 2021:

Gráfico 45 – Despachos emitidos



Fonte: SAF/PJ,2023

- Análise, despachos e encaminhamentos em relação aos Pareceres da Assessoria Técnica da Administração e da Assessoria Jurídica;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação às minutas de contratos e seus aditivos;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação aos apostilamentos dos contratos e seus cálculos;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação à formalização de Convênios e Termos de Cooperação Técnica e demais ajustes;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos cálculos e contabilização do regime de depreciação dos itens do patrimônio (bens móveis e imóveis);
- Acompanhamento, controle e análise do desempenho das unidades detentoras de carga patrimonial em relação aos Relatórios de Pré-Inventários;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos processos administrativos de emissão de empenhos;

- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos processos de liquidação e pagamento junto às unidades requisitantes;
- Emissão de despachos no bojo de diversos processos administrativos que tramitam na Procuradoria-Geral de Justiça;
- Realização de reuniões de acompanhamento, orientação e alinhamento operacional com coordenadores/chefes das unidades requisitantes e demais unidades administrativas;
- Realização de reuniões com o Assessor-Chefe do Controle Interno e Auditoria, visando a melhoria dos processos operacionais e contábeis da Procuradoria-Geral de Justiça; e
- Participação de reuniões com o Diretor-Geral para deliberação sobre diversos assuntos inerentes às áreas finalística, administrativa e financeira da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Participação na elaboração da minuta do Ato Regulamentar n.º 10/2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Participação no Grupo de Trabalho para implementação da Gestão de Riscos e Controles Internos no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme PORTARIAS GAB/PGJ- 35312023 e 47742023;
- Participação no Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme PORTARIAS-GAB/PGJ – 43522023 e 16402023;
- Participação na Comissão para análise da proposta de minuta de Manual de Normas, Procedimentos e Rotinas Administrativas para formalização, execução e prestação de contas dos Termos de Convênio e Cooperação Técnica, conforme PORTARIAS-GAB/PGJ – 53362023 e 68022020;
- Participação na Comissão de pesquisa, estudo, análise e definição das atribuições dos cargos de provimento efetivo e comissionado, conforme PORTARIAS-GAB/PGJ – 94292023 e 44932023;
- Elaboração da minuta da OS-DG – 12023, que determina a vistoria trimestral pelo (a) Chefe (a) da Seção de Saúde Funcional em conjunto com o Chefe (a) do Almoxarifado, localizado no prédio da Procuradoria Geral de Justiça, com o objetivo de identificar a situação de armazenagem, notadamente em relação à validade dos produtos e materiais médicos e odontológicos;
- Atuação na elaboração de minuta de OS-GPGJ 042023 acerca do uso dos campos de “Observação de Movimentação” e “Despachos” no Sistema Digidoc;
- Elaboração da minuta da OS-DG – 22023 que versa sobre os procedimentos que devem ser adotados para solicitação de garrações de água mineral pelas Promotorias de Justiça do interior do Estado do Maranhão;
- Elaboração da minuta da OS-PGJ – 012023, que versa sobre a indenização da licença prêmio de servidores e licença especial de membros em junho/2023;
- Elaboração da minuta da OS-PGJ – 022023, que versa sobre a indenização das férias não gozadas de membros e servidores em junho/2023;

- Elaboração da minuta da OS-PGJ – 062023, que versa sobre a indenização das férias não gozadas de membros e servidores em dezembro/2023;
- Presidência e condução dos trabalhos da Comissão que elaborou a minuta do Ato Regulamentar 392023 que trata da concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento de recursos financeiros a membros ou servidores;
- Elaboração da minuta do novo Ato Regulamentar sobre os procedimentos para pagamento das verbas rescisórias no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Elaboração da minuta do ATOREG – 112023, que trata dos novos valores referente ao Plano de Assistência Médico-Social dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Elaboração da minuta do ATO-GAB/PGJ – 2252023, que alterou o artigo 4º do Ato nº 415, de 19 de novembro de 2008 –GPGJ, que “Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos membros e servidores ativos do Ministério Público Estadual”.
- Elaboração e apresentação de Projeto de criação e organização da Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos;
- Atuação na organização do curso “COMO ELABORAR E JULGAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DE ACORDO COM A IN Nº 05/2017” a servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Atuação no processo de contratação e acompanhamento da atuação de consultoria especializada no E-Social e EFD-Reinf;
- Participação na Comissão de Inventário de Materiais Permanentes da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Participação na Comissão Ambiental da Procuradoria-Geral de Justiça; e
- Participação nas reuniões da Junta do FEMP para deliberação acerca da prestação do exercício de 2023 e deliberação acerca dos investimentos para 2024.

Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

1. APRESENTAÇÃO/ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Secretaria para Assuntos Institucionais – Secinst é um órgão de apoio administrativo diretamente subordinado ao procurador-geral de justiça. Compete ao seu diretor selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público, além de distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados pela instituição. Atualmente, a Secinst tem sob sua responsabilidade a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, tendo em vista que através do Ato Regulamentar nº 20/2022, a Coordenadoria de Comunicação passou a ser subordinada ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

É também o órgão encarregado de implementar as diretrizes de gestão pensadas pelo procurador-geral, em alinhamento com o planejamento estratégico vigente. A Secinst, além de dialogar com a Administração Superior interna, tem a missão de articular parcerias com órgãos externos que desenvolvam atividades da mesma natureza visando o intercâmbio de informações e a implementação de programas e ações relevantes à instituição e à sociedade.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

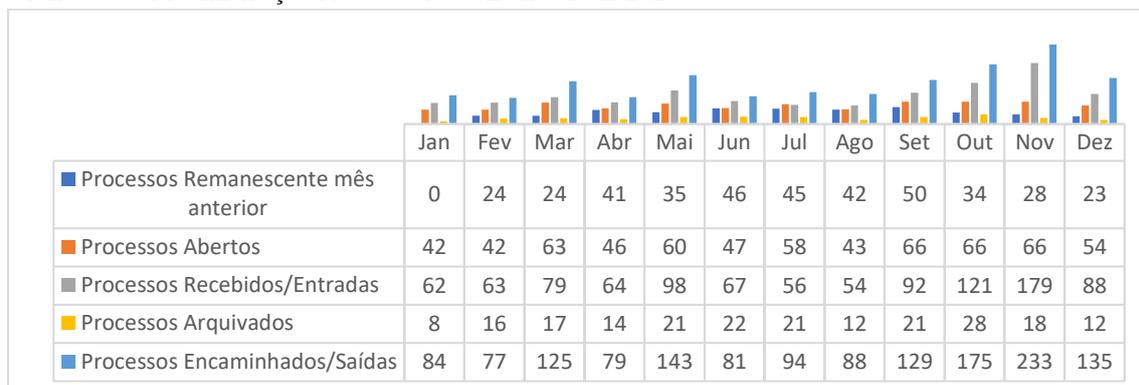
A Secretaria para Assuntos Institucionais é responsável pelo auxílio e elaboração de diversos documentos institucionais e no ano de 2023 manteve-se produtiva, com a movimentação de processos e a elaboração de documentos, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 48 - Análises de Processos Administrativos

| Tipo de Processos | Quantidade |
|--------------------------------------|------------|
| Processos abertos | 653 |
| Processos recebidos/entradas | 1.023 |
| Processos arquivados | 210 |
| Processos encaminhados/saídas | 1.443 |

Fonte: Sistema Digidoc/Secinst/PGJ, 2023.

Gráfico 46 – Movimentação Processual da SECINST em 2023



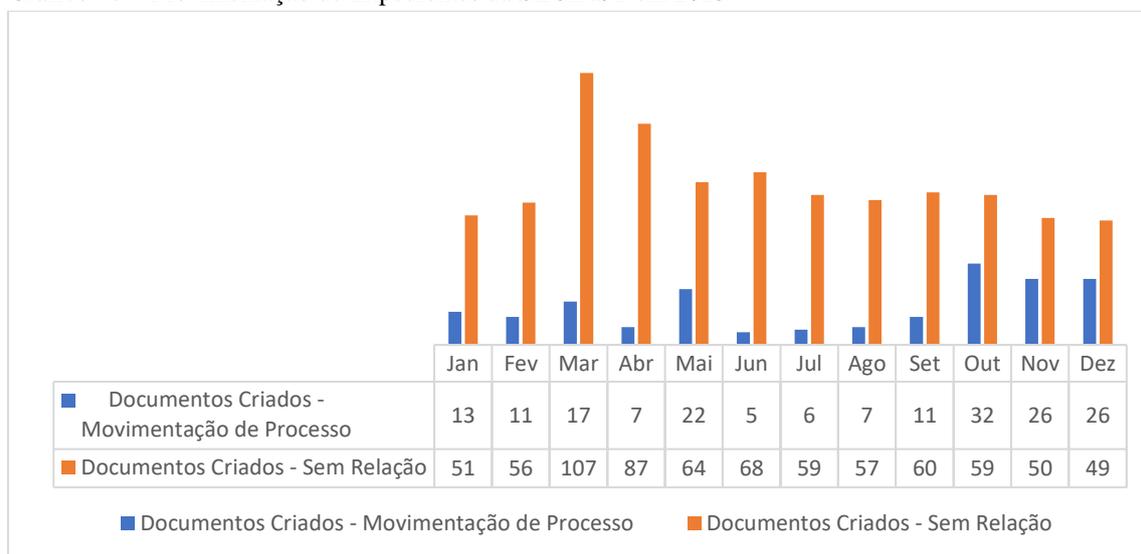
Fonte: Sistema Digidoc/Secinst/PGJ, 2023.

Tabela 49 - Expedição de ofícios, memorandos, atos, atos regulamentares, atos regulamentares conjuntos, e-mails institucionais em 2023.

| Atividades Administrativas | Quantidade |
|----------------------------|--------------|
| Atas | 16 |
| Atos Regulamentares | 2 |
| Autorizações | 99 |
| Certidão | 146 |
| Convite | 2 |
| Declarações | 128 |
| Despachos | 209 |
| Editais | 0 |
| Exposição de Motivos | 0 |
| E-mails enviados | 1.350 |
| E-mails recebidos | 1.900 |
| Memorandos | 65 |
| Memorandos Circular | 3 |
| Mensagem / Projeto de Lei | 0 |
| Ofícios | 110 |
| Ofícios Circulares | 17 |
| Ofício Conjunto | 0 |
| Ordem de Serviço | 0 |
| Pareceres | 3 |
| Relatório | 4 |

Fonte: Sistema Digidoc/Secinst/PGJ, 2023.

Gráfico 47 – Movimentação de Expedientes da SECINST em 2023



Fonte: Sistema Digidoc/Secinst/PGJ, 2023.

3. CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Dentre as atribuições da Secretaria Institucional está a de fortalecer as parcerias do Ministério Público do Estado com outros órgãos públicos e privados, que se desenvolvem através da celebração de Termo de Convênio, Cooperação Técnica, entre outros. Em 2023, foram efetivados 07 Termos de Convênio, 13 Termos de Cooperação Técnica e 01 Termo de Compromisso. O objetivo foi otimizar e fortalecer as atividades desempenhadas por membros e servidores do Ministério Público do Estado.

4. GERENCIAMENTO DE SISTEMAS

São de responsabilidade da Secretaria Institucional o gerenciamento dos sistemas Simp, Pje, Digidoc, além do intermédio de cadastros em diversos sistemas utilizados no âmbito do MPMA.

4.1. Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP)

No ano de 2023, foram atendidas 1.137 solicitações de serviços/chamados, além de atendimentos presenciais e/ou via ligações telefônicas. Também foram realizados treinamentos com as seguintes promotorias: em 23 de janeiro de 2023, com a 4ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Imperatriz, e em 09 de março, com a 39ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís. Todos os treinamentos aconteceram na modalidade virtual, através da plataforma do *Google Meet*.

4.1.1 Lançamento SIMP 3

O Ministério Público do Maranhão lançou oficialmente no mês de dezembro de 2023, a nova versão do Sistema Integrado do Ministério Público, o *Simp 3*. A nova ferramenta foi desenvolvida com o objetivo de tornar o trabalho da instituição mais rápido e eficiente, com base nas demandas e avaliações de membros e servidores do MPMA.

Figura 08 – Novo SIMP 3



Fonte: SAF/PGJ,2023.

O novo sistema passou por um período de 10 meses de desenvolvimento, com o aperfeiçoamento de suas funcionalidades. Entre as mudanças estão a reorganização na área de trabalho, que passa a ser chamada de Gabinete de Trabalho, e um melhor controle sobre os protocolos que estão nas unidades ministeriais e sobre quem são os responsáveis por essas demandas.

Com o objetivo de tornar a sua operação mais intuitiva, o sistema manteve muito da usabilidade da versão anterior e inseriu novas possibilidades, como a interoperabilidade com o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE). O *Simp 3* permite aos membros do Ministério Público do Maranhão que despachem diretamente no sistema respostas aos expedientes judiciais, sem a necessidade de replicar suas manifestações em dois ambientes virtuais distintos.

4.2. Processo Judicial Eletrônico (PJE) e Processo Judicial Eletrônico Eleitoral (PJE Eleitoral)

No ano de 2023, as demandas referentes ao PJe e PJe Eleitoral contabilizaram, através da plataforma *Citsmart*, um total de 570 solicitações de serviços/chamados atendidos.

4.3. Sistema Digidoc

Foram atendidas 151 solicitações via plataforma *Citsmart*, 53 solicitações via e-mail e atendimentos realizados por outros meios de suporte como *WhatsApp* e telefone, cujo quantitativo não foi possível determinar.

4.4. Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

Foram atendidas 119 solicitações via plataforma *Citsmart*. Além disso, foram atendidas 28 solicitações via e-mail e atendimentos realizados por outros meios de suporte como *WhatsApp* e telefone, cujo quantitativo não foi possível determinar.

4.5. Malote Digital

Em relação ao sistema Malote Digital, foram realizados no total, 13 cadastros, incluindo membros e servidores.

5. GESTÃO DE CERTIFICADO DIGITAL/TOKEN

A Secretaria para Assuntos Institucionais administra a concessão de certificados digitais aos membros e servidores da instituição como forma de dar celeridade à tramitação eletrônica de documentos e procedimentos administrativos.

Em 2023, foram concedidos 324 certificados digitais dos tipos Cert-JUS Poder Público - A3 e e-CPF - A3 em Nuvem. Atualmente, o tipo e-CPF - A3 em Nuvem está sendo disponibilizado em todos os pedidos iniciais e de renovação, restando a certificação do tipo Cert-JUS Poder Público - A3, exclusivamente para membros.

6. GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPMA



A Secinst realiza o acompanhamento dos itens apontados no referido relatório a fim de atualização do Portal da Transparência pelos respectivos setores, para que sejam cumpridos os requisitos especificados no Manual do Portal da Transparência - CNMP (5ª. ed., 2021).

Com base no último Relatório de Auditoria Interna nº. 10/2023 elaborado pela Assessoria de Controle Interno e Auditoria, através da análise dos portais da transparência relativa ao primeiro semestre de 2023 realizada pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do CNMP, o Ministério Público do Estado do Maranhão obteve um desempenho de 94,2%, obtendo a classificação de “ótimo” no Rankig da Transparência.

Além da avaliação do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE, também realizou análise no Portal da Transparência deste Órgão Ministerial, conforme consta no Relatório de Auditoria Interna nº. 11/2023 – Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência – TCE/MA.

Em cumprimento à Instrução Normativa TCE/MA nº 59/2020, que dispõe sobre a forma de fiscalização dos sites e/ou portais de transparência dos Entes, foi avaliado o Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Maranhão, considerando a média ponderada de todos os itens avaliados (EXIGIBILIDADE), sendo determinado, como resultado da avaliação do portal, o índice de atendimento 90.52% resultando em índice de transparência A para avaliação estadual de acordo com critérios constantes do Anexo I da Portaria TCE/MA nº 128, de 02 de fevereiro de 2023.

7. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

A Secinst exerce supervisão das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, desde o pedido de materiais gráficos (livros, revistas entre outros) até a confecção e sua publicação. Além disso, a Secinst realiza o planejamento para modernização das ferramentas adquiridas pela referida coordenadoria.

8. REALIZAÇÃO DE REUNIÕES INSTITUCIONAIS E DE TRABALHO

O Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais desenvolve atividade de auxílio direto ao Procurador-Geral de Justiça, participando de diversas reuniões e colaborando em decisões de caráter institucional. Destacamos algumas atividades realizadas pelo diretor.



No Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa, com a deputada Iracema Vale, expandindo novas parcerias com a Procuradoria-Geral de Justiça.



Representando o Ministério Público do Maranhão e o PGJ, Eduardo Nicolau, em importante reunião da Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP.



Com o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Hiluy Nicolau, fechando parcerias com o MPRI para incrementar a atuação investigatória do MPMA.



Reunião importante de alinhamento com o TJMA sobre a criação da Central de Regulação de Vagas no sistema prisional do MA.



Em reunião no MPMA para tratar da assistência social a migrantes e refugiados venezuelanos em São Luís.

9. GESTÃO DO NAPROM

Em outubro de 2022, as atividades do Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça – NAPROM, foram suspensas temporariamente através da DECISÃO-GPGJ - 25412022.

9.1. NÚCLEO CIENTÍFICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

O Núcleo, em funcionamento desde junho de 2020, sob a coordenação do Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais - Secinst, foi criado formalmente através do ATO-GPGJ – 112021, de 19 de outubro de 2021, com o objetivo de subsidiar a Administração Superior com pesquisas e estudos sociais, jurídicos e não jurídicos transdisciplinares, para desenvolver diretrizes de atuação aos órgãos de execução da instituição, buscando o alcance de resultados socialmente úteis e relevantes, dentro da perspectiva de um Ministério Público resolutivo.

A atuação do núcleo foi focada no ano de 2023 na formulação e coordenação dos planos de atuação em defesa de direitos humanos que compõem o Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM), em conformidade com o ATO-GPGJ-122021, de 19 de outubro de 2021, que institui o PADHUM e dá outras providências.

Consoante o disposto no referido ato, o PADHUM está inicialmente dividido em seis planos de atuação, a serem formulados ordenadamente pela Secinst, voltados aos seguintes eixos prioritários:

- I. Enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher;
- II. Direitos das pessoas em situação de rua;
- III. Enfrentamento do racismo, da LGTBfobia e da intolerância religiosa;
- IV. Direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- V. Direitos das comunidades quilombolas;
- VI. Enfrentamento da insegurança alimentar.

De acordo ainda com o ato supracitado, cada plano de atuação contará com um estudo científico, no bojo do qual será feito um diagnóstico da problemática, objeto do plano e levantadas as estratégias prioritárias de atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão. Estas estratégias, conforme disposição do ato, serão instrumentalizadas a partir de uma Recomendação do Procurador-Geral de Justiça aos membros, a qual contará também com subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, através de discussões realizadas em Grupos de Trabalho. Cada plano de atuação contará ainda com um Projeto Executivo, no qual constarão as metas e os indicadores para o cumprimento do plano e que servirão de parâmetro para o monitoramento.

O Volume II do PADHUM foi lançado no dia 17 de novembro de 2022, contendo o terceiro e quarto planos de atuação, voltados ao enfrentamento do racismo, da LGTBfobia e da intolerância religiosa (PADHUM Racismo) e à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS (PADHUM HIV). Assim, muitas atividades do Núcleo Científico em 2023 foram voltadas à fase de implementação desses novos planos, assim como suporte à coordenação dos demais planos lançados anteriormente que são acompanhados periodicamente.

Nesse sentido, o Núcleo coordenou reuniões junto aos Centros de Apoio Operacional para orientar a coordenação de execução e o monitoramento dos novos planos, realizou reuniões junto à SEPLAG para construção da Base de Dados e relatórios inteligentes do Microsoft Power BI dos novos planos, minutou ofícios reiterando a necessidade de adesão das promotorias de justiça provocadas, secretariou as reuniões da Comissão Deliberativa do PADHUM, entre outros.

Além desta atuação de suporte à coordenação do programa, o Núcleo Científico esteve majoritariamente focado na construção do Plano de Atuação em Defesa de Direitos Humanos para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas (PADHUM Quilombola). Para tal, coordenou seis reuniões do Grupo de Trabalho (GT) do PADHUM Quilombola, para discussão das estratégias previamente elaboradas pelo Núcleo Científico.

O GT foi composto pelos seguintes membros do Ministério Público: 01) Anne Carolina Aguiar Andrade Neitzke (externo convidado do MPF/MA); 02) Cassius Guimarães Chai; 03) Haroldo Paiva de Brito; 04) Karine Guará Brusaca Almeida; 05) Lana Cristina Barros Pessoa; 06) Luís Fernando Barreto Júnior; 07) Marcio Thadeu Silva Marques; 08) Marco Aurélio Batista Barros; 09) Marco Aurélio Ramos Fonseca; 10) Raquel Madeira Reis; 11) Samira Mercês dos Santos.

As reuniões do GT ocorreram nos dias 19/06/23; 04/07/23; 10/07/23; 24/07/23; 13/09/23; e 16/10/23, em formato remoto, através do google meet. Após a finalização das atividades do GT, o Núcleo Científico realizou alterações e concluiu a elaboração do estudo científico, da recomendação, do projeto executivo e da planilha de metas e indicadores.

Além da conclusão desses materiais, o Núcleo também trabalhou na produção das minutas das peças que darão suporte à execução do PADHUM Quilombola, tendo ficado responsável pela produção de 17 modelos, enquanto a servidora Adriana Braid Ribeiro Dourado de Carvalho, lotada na SECINST, deu apoio às atividades do Núcleo com a produção de outros 21 modelos deste PADHUM.

Ao total, no ano de 2023, o Núcleo Científico promoveu:

1. Coordenação de 06 reuniões do GT do PADHUM Quilombola nos dias 19/06/23; 04/07/23; 10/07/23; 24/07/23; 13/09/23; e 16/10/23.
2. Elaboração final dos estudos científicos do PADHUM Quilombola.
3. Elaboração final da recomendação do PADHUM Quilombola.
4. Elaboração do projeto executivo do PADHUM Quilombola.
5. Elaboração da planilha de metas e indicadores do PADHUM Quilombola.
6. Elaboração de 17 minutas de peças jurídicas e não jurídicas do PADHUM Quilombola para apoio operacional às promotorias de justiça.
7. Secretariado e apoio na coordenação das Reuniões Semestrais da Comissão Deliberativa do PADHUM que ocorreram nos dias 28 e 29 de março de 2023.
8. Coordenação de reunião no dia 01º de março de 2023 junto aos Centros de Apoio Operacional (CAO/Criminal; CAO/Direitos Humanos e Cidadania; CAO/Saúde; CAO/Educação) sobre a coordenação de execução e o monitoramento dos planos de atuação em defesa de direitos humanos para o enfrentamento do racismo da

- LGBTfobia e da intolerância religiosa e para a garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS.
9. Participação e secretariado da reunião no dia 14 de março de 2023 junto à Promotora de Justiça Gabriele Gadelha Barboza de Almeida, titular da 08ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz (Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher) sobre o arquivamento do Procedimento Administrativo Stricto Sensu nº 001979-253/2022, que havia sido instaurado em adesão ao Plano de Atuação em Defesa de Direitos Humanos para o enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher.
 10. Minuta de memorando informando suspensão das metas 9.1, 9.2 e 9.3 do PADHUM Racismo que trata de direitos de pessoas intersexuais (MEMO-SECINST – 212023, assinado em 20/03/2023, direcionado ao CAO/Saúde).
 11. Minutas de ofício reiterando a necessidade de adesão de promotorias ao PADHUM Racismo – 37 ofícios direcionados a promotorias já provocadas e que não haviam aderido ainda – cadastrados entre os dias 11 e 12 de abril e enviados por e-mail entre os dias 12 e 13 de abril.
 12. Minuta de ofício aos promotores que executam o PADHUM Rua informando sobre a disponibilização de servidora para o secretariado remoto, cadastrado no dia 12 de abril, enviado dia 13 de abril (OFC-CIRC-SECINST 72023).
 13. Convite para reunião no dia 19 de abril aos promotores que executam o PADHUM Gênero, participação e apoio na coordenação da reunião.
 14. Minuta de ofícios solicitando informações a outras secretarias estaduais de segurança pública sobre protocolos de abordagem policial frente à população LGBTQI+ (OFC-SECINST 182023, 192023 e 202023), elaboração de minutas de ofício convidando para reunião a ser realizada no dia 03 de abril de 2023 sobre abordagem policial de pessoas trans e travestis (minutas foram cadastradas pela Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos), minuta de ofício direcionado ao Comando da Polícia Militar encaminhando recomendações mínimas a serem seguidas pelo Comando Geral da Polícia Militar após reunião realizada com Fórum LGBT do Maranhão no dia 27 de abril de 2023 que debateu detalhamento (encaminhada para Dr. José Márcio enviar do Subprocurador Geral para Assuntos Jurídicos).
 15. Reunião junto à Escola Superior do Ministério do Estado do Maranhão em 09/05/23 para tratar sobre a disponibilização dos cursos do PADHUM na plataforma virtual.
 16. Minuta de memorando ao CAO/Mulher (MEMO-SECINST – 482023, assinado em 14/06/23) informando sobre exclusão da Meta 2.3, que prevê a “viabilização de convênios com entidades públicas e privadas visando cooperação técnica para desenvolvimento de atividades de valorização e implementação da cultura de promoção e proteção das mulheres e combate ao feminicídio e à violência psicológica”. A mesma ficará sob a responsabilidade da Administração Superior, considerando que a atribuição de celebração de convênio ou termo de cooperação em nome do Ministério Público é do Procurador-Geral de Justiça.

17. Minuta de Ofício Circular (OFC-CIRC-GPGJ – 362023) aos CAOs, assinado em 14/08/23, solicitando atualização da Base de Dados do PADHUM.
18. Minuta de Ofício Circular (OFC-CIRC-GPGJ – 372023), assinado em 16/08/23, sobre a adesão de promotorias que ainda não haviam aderido ao PADHUM racismo embora já provocadas: 2ª Promotoria de Justiça de Codó; 6ª PJE São Luís - CEAP II (1º Promotor de Justiça Militar); 24ª PJE São Luís - CEAP I (1º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial); 25ª PJE São Luís - CEAP I (2º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial).
19. Minuta de Ofício ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar (OFC-SECINST – 762023), assinado em 23/08/23, solicitando relatório da última conferência estadual de segurança alimentar e nutricional – finalidade de levantamento de dados para último PADHUM.
20. Minuta de Ofício informando ao CAO/DHC e CAO/Mulher (OFC-CIRC-SECINST – 172023, assinado em 28/08/23) a disponibilização das capacitações realizadas pela Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão relativas ao PADHUM no ambiente virtual.
21. Participação em diversos eventos virtuais, como o do Fórum Maranhense de Respostas Comunitárias de Luta contra as IST, HIV, AIDS e HV no dia 31 de agosto de 2023, no qual foram noticiadas pelos representantes, situações de políticas públicas deficitárias, que foram compiladas em ofício (OFC-SECINST – 782023, assinado no dia 06/09/23), direcionado à 19ª PJE – 1ª Saúde – São Luís.
22. Minuta de ofício para apresentação de resultados parciais do PADHUM Gênero ao Fórum Estadual (OFC-SECINST – 972023, assinado em 21/09/23).
23. Minuta ofício aos CAOS (OFC-SECINST – 982023, assinado em 21/09/23), solicitando informações sobre adesões voluntárias e adesões pendentes aos planos de atuação do PADHUM.
24. Atuação em outros processos, como o que trata sobre a criação de um grupo de combate à grilagem de terras no estado (Processo nº 4415/2021); o que trata sobre as atribuições das promotorias de justiça, especificamente sobre a necessidade de inclusão da atribuição de defesa de direitos humanos (Processo 1436/2023), entre outros.
25. Elaboração de outros documentos: Nota Técnica sobre atuação do Ministério Público Estadual para atuar em causas que envolvam povos indígenas refugiados e imigrantes, notadamente diante das demandas das famílias de refugiados venezuelanos indígenas Warao residentes em São Luís do Maranhão (encaminhada a Dr. José Márcio em 10 de julho de 2023); artigo sobre PADHUM para evento (encaminhado a Dr. José Márcio em 25 de maio de 2023); preenchimento dos formulários do prêmio CNMP (junho de 2023) e Innovare (maio de 2023); produção de conteúdo para campanha sobre assédio sexual nas escolas (encaminhado em outubro de 2023), entre outros.

10. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

10.1. Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM)

O Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) por Ato do Procurador-Geral de Justiça (ATO-GPGJ-122021) com o objetivo de realizar um diagnóstico situacional dos direitos humanos no Maranhão e propor diretrizes de atuação aos membros objetivando intervenções proativas e reativas voltadas ao enfrentamento das principais violações identificadas das camadas mais vulnerabilizadas da sociedade maranhense.

O foco, portanto, é racionalizar e estruturar organizacionalmente a atuação do MPMA, a fim de que as intervenções tenham o condão de reverter indicadores sociais negativos, dentro da perspectiva de uma atuação resolutiva da instituição, em consonância com os ditames da Recomendação CNMP nº 54/2017 e da Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 02/2018. Além disso, o programa está afinado com o Planejamento Nacional do Ministério Público brasileiro, que estabelece a necessidade de retornos úteis para a sociedade, orientados para a defesa dos direitos fundamentais, a transformação social e a indução de políticas públicas, e com a função institucional estabelecida ao Ministério Público, de zelar pela proteção dos direitos difusos e coletivos, nos termos do art. 129 da Constituição Federal de 1988.

O PADHUM foi inicialmente dividido em 6 planos de atuação, voltados aos seguintes eixos: I – Enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher; II – Direitos das pessoas em situação de rua; III – Enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa; IV – Direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS; V – Direitos das comunidades quilombolas; e VI – Enfrentamento da insegurança alimentar.

Estes eixos foram priorizados após diagnóstico situacional. Os 4 primeiros planos de atuação previstos já foram implementados e estão em execução, sob a coordenação nesta fase dos Centros de Apoio Operacional (CAO) competentes, que prestam apoio aos membros aderentes aos planos e monitoram a sua implementação. A coordenação geral é da SECINST. A adesão dos membros pode ser voluntária ou provocada, quando identificada a problemática, objeto de um dos planos de atuação no âmbito de determinada promotoria de justiça, nos termos do §1º, do art. 3º, do ATO-GPGJ-122021.

O quinto plano de atuação voltado à garantia dos direitos das comunidades quilombolas teve sua construção concluída pelo Núcleo Científico coordenado pela SECINST em dezembro de 2023 e tem previsão de lançamento e implementação no primeiro semestre de 2024.

Em 2023 foram realizadas duas reuniões da Comissão Deliberativa do PADHUM, nos dias 28 e 29 de março, sob a coordenação da Diretoria da SECINST.

10.2. Apoio em programas e Campanhas

- **Projeto Roda de Leitura** - Desenvolvido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas (MP na Comunidade) e da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), a iniciativa é uma das ações do projeto Escola para a Vida, que tem como objetivo principal contribuir para a construção de ambientes escolares seguros e pacificados.
- **Nudiv – O Núcleo da Promoção da Diversidade** – Nudiv tem a atribuição de propor objetivos estratégicos, ações, metas e de critérios de melhoria e igualdade, voltados para o público interno e externo do MPMA. O Nudiv também deve colaborar com organizações da sociedade civil e órgãos estatais para a consecução de objetivos semelhantes.
- **Integrar e Florescer** - Este Programa de Sustentabilidade Institucional visa promover a conscientização para a preservação do meio ambiente, uma das incumbências do Poder Público, como previsto no art. 225, § 1º, VI, da Constituição Federal. Ainda segundo a Constituição (art. 129, III), o Ministério Público é um defensor do meio ambiente ecologicamente equilibrado e, nesse sentido, deve estimular mudanças de conduta, relacionadas à preservação ambiental, entre seus membros e servidores.

Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Em 2023, a SEPLAG deu continuidade ao desdobramento do Plano Estratégico Institucional 2021/2029, atuando especialmente no apoio à execução dos planos táticos-operacionais, avaliação dos resultados e identificação de oportunidades de melhoria, por meio da realização das Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) e das Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs).

1 DESTAQUES DA ATUAÇÃO

1.1 Posse do Dr. Ednarg Fernandes Marques na direção da Secretaria de Planejamento e Gestão



O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, deu posse ao novo diretor da Seplag, Ednarg Fernandes Marques

Em cerimônia realizada dia 22 de maio do corrente ano, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, empossou o Promotor de Justiça, Ednarg Fernandes Marques, no cargo de diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag). A cerimônia, realizada no gabinete do PGJ, foi acompanhada por membros da instituição que compõem a administração superior do Ministério Público do Maranhão.

O Dr. Ednarg Marques acumula, ainda, o cargo de Assessor-chefe da Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ). Na sua posse, ele destacou sua nomeação como uma demonstração evidente da confiança do Procurador-Geral na sua força de trabalho, na lealdade para com ele e sua administração e que, a exemplo do que realizou na Assessoria Técnica, atuará para que a Seplag trabalhe linkada com todos os demais órgãos e exerça seu papel conforme o Ministério Público merece.

O Procurador-Geral de Justiça afirmou que a escolha não se deu em função de amizade, mas da competência demonstrada pelo Dr. Ednarg Marques nas diversas funções que já exerceu na administração superior do MPMA.

1.2 Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs) do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão



Nas RATs são apurados os resultados alcançados pelas unidades da área administrativa do MPMA

Como forma de acompanhar o desdobramento das ações/atividades prioritizadas para o primeiro ciclo trienal (2022-2024) do Plano Estratégico Institucional, a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) promoveu em 2023, 03 (três) Reuniões de Acompanhamento Tático – RATs.

As reuniões foram divididas em dois dias atividades cada uma, devido ao grande número de unidades administrativas, e tiveram como objetivo: acompanhar e monitorar a execução dos programas, projetos e iniciativas estratégicas previstos nos Planos Tático-Operacionais (PTOs). As reuniões aconteceram, segundo o calendário: 1ª RAT, dias 27 e 28 de março; 2ª nos dias 11 e 12 de julho; e a 3ª no dia 5 de dezembro.

Os resultados apurados nas RATs apontaram para uma evolução na execução dos programas, projetos e iniciativas previstos nos Planos Táticos, visando o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico Institucional.

1.3 Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs)



Nas RAEs são discutidos os resultados alcançados pela área fim no Plano Estratégico Institucional

Em 2023 foram realizadas 2(duas) Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, juntamente com o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Danilo José de Castro Ferreira, e secretariada pelo Diretor da SEPLAG, Ednarg Fernandes Marques. As reuniões aconteceram na sala do Colégio de Procuradores de Justiça, nos dias 3 de julho e 1º de dezembro, respectivamente.

As duas RAEs tiveram como objetivo principal, discutir os resultados dos 33 projetos, programas e/ou iniciativas institucionais da área finalística, coordenados pelos 11 Centros de Apoio Operacionais (CAOs), apurados ao longo de 2023.

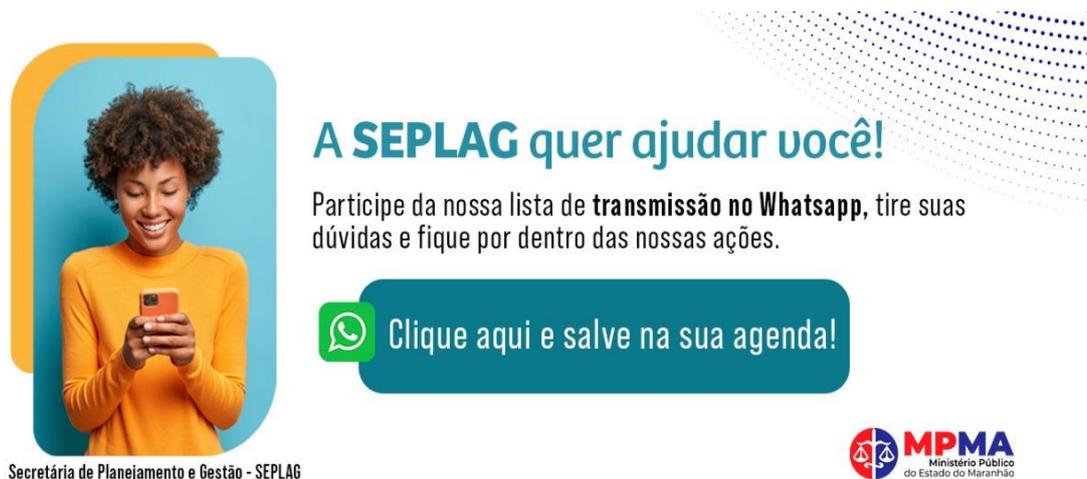
Em face dos resultados apurados e apresentados nas duas RAEs, observa-se que houve avanço na execução dos respectivos projetos, programas e iniciativas desenvolvidos pelos Centros de Apoio Operacionais.

1.4 Implantação da Sala de Atendimento Virtual

No ano de 2023, a SEPLAG iniciou a execução do projeto de implantação de um canal tira-dúvidas da área de planejamento e gestão, que surgiu da necessidade de orientação técnica especializada, em apoio à elaboração e execução dos projetos, programas e iniciativas, bem dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça, vinculadas ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029.

A iniciativa visa proporcionar aos membros e servidores do MPMA um canal direto de interação com os técnicos da SEPLAG para o esclarecimento de dúvidas, complementando o atendimento presencial.

Figura 09: Banner divulgado na intranet



1.5 SEPLAG participa de Congresso de Inovação e Tecnologia do CNMP



A comitiva do MPMA no Congresso de Inovação do CNMP foi coordenada pelo diretor da SEPLAG, Ednarg Marques

O promotor de justiça e diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Ednarg Fernandes Marques, o servidor Guilherme Ferre da Silva, chefe de seção da Seplag, a coordenadora de Modernização e Tecnologia da Informação, Naiana Sobral; e Daniella Nascimento Montelo, servidora da CMTI, integraram a comitiva que representou Ministério Público do Maranhão (MPMA), no Congresso de Inovação e Tecnologia, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, dno período de 31 de maio a 2 de junho de 2023.

O evento aconteceu em Florianópolis, na sede do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Durante a programação foi realizada também a 7ª Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia do MP. Após a abertura oficial, a primeira atividade do Congresso foi a “Fábrica de Fracassos”.

Com a proposta de aprender com os erros, a nova iniciativa do CNMP consistiu na apresentação de várias experiências e projetos que não tiveram êxito e foram compartilhados de forma anônima. Já na 7ª Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia

do MP, as unidades do Ministério Público brasileiro apresentaram 64 sistemas, projetos e metodologias que ajudam a resolver desafios nas instituições e oferecem suporte à investigação, cibersegurança, além de inovação e tendências de tecnologia.

1.6 Aprovação de planos de trabalhos de projetos de pesquisa para o Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/PIBITI da UEMA/FAPEMA

Materializando as atividades do Laboratório de Inovação, o Ministério Público do Estado do Maranhão foi contemplado com 10 bolsas de pesquisa do Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/PIBIT, por meio de um convênio com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão - FAPEMA.

Coube à SEPLAG informar à coordenação do referido Programa os eixos temáticos que subsidiaram as linhas de pesquisa para elaboração dos planos de trabalho dos professores pesquisadores e seus alunos, que participaram de processo seletivo, conforme edital divulgado pela UEMA, em dezembro de 2023. Ao todo, participaram 19 projetos de pesquisa no certame.

Os eixos temáticos levaram em consideração os projetos e programas desenvolvidos no âmbito do Planejamento Estratégico do MPMA em vigor pelos Centros de Apoio Operacionais. O processo seletivo foi coordenado pela UEMA e o resultado final dos planos de trabalho de pesquisa contemplados com as bolsas PIBIT foi divulgado, no início de 2024, conforme quadro abaixo.

Quadro 18 – Projetos de pesquisa aprovados no PIBIT/UEMA/FAPEMA

| Nº | Título do Plano de Trabalho | Orientador(a) | Centro de Apoio |
|-----------|--|--|---|
| 1 | Detecção de queimadas nas áreas do cerrado e da Amazônia legal maranhense utilizando técnicas de aprendizagem estatística de máquina | Ewaldo Eder Carvalho Santana | Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Público - CAOUMA |
| 2 | Ferramentas de código aberto para geração de painel BI para indicadores educacionais do SOMA | Paulo Fernandes da Silva Júnior | Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAO Educação |
| 3 | Análise de dados para indicadores educacionais do Maranhão para painéis BI do SOMA | Paulo Fernandes da Silva Júnior | Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAO Educação |
| 4 | Desenvolvimento de painéis BI para indicadores educacionais do SOMA com Python | Paulo Fernandes da Silva Júnior | Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAO Educação |
| 5 | Análise de dados e construção de bancos estatísticos para o desenvolvimento de modelo preditivo na prevenção da violência contra a mulher | Antonio Fernando Lavareda Jacob Junior | Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero – CAO Mulher |

| | | | |
|----|---|--|--|
| 6 | Desenvolvimento de um serviço web para localização de estações de coleta seletiva | Antonio Fernando Lavareda Jacob Junior | Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Público - CAOUMA |
| 7 | Mapeamento das produções e serviços sobre a Educação Especial no Maranhão | Jakson Dos Santos Ribeiro | Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência – CAO PIPD |
| 8 | Repositório digital sobre violência contra mulher no maranhão | Jakson Dos Santos Ribeiro | Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero, CAO-MULHER |
| 9 | Detecção de queimadas nas áreas do cerrado e da Amazônia legal maranhense utilizando técnicas de redes neurais profundas | Ewaldo Eder Carvalho Santana | Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Público - CAOUMA |
| 10 | Desenvolvimento de ferramenta de geoprocessamento para auxiliar o combate ao desmatamento e queimadas do cerrado e Amazônia legal maranhense | Antonio Fernando Lavareda Jacob Junior | Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Público - CAOUMA |

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2023.

2. SEPLAG RECEBE NOTA DE ELOGIO APÓS CORREIÇÃO NACIONAL DE FOMENTO À RESOLUTIVIDADE



O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e a Corregedora-Geral do MPMA, Themis Carvalho receberam menção honrosa da Corregedoria Nacional

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) teve seu trabalho reconhecido pelo conselheiro Oswaldo D´Albuquerque, corregedor nacional do Ministério Público, e pelo coordenador de Correições e Inspeções, Marco Antonio Santos Amorim, com uma

nota de elogio, pela forma “comprometida com que promoveu a interlocução para a realização do trabalho correicional, demonstrando respeito e compromisso com o sucesso das atividades”, durante a realização da 29ª Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade, realizada no período de 22 a 24 de novembro, no Ministério Público do Estado do Maranhão.

O Ministério Público do Estado do Maranhão também recebeu de notas de elogio por projetos desenvolvidos no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029 em vigor.

Em solenidade, realizada no MP do Distrito Federal e Territórios, no dia 11 de dezembro de 2024, o MPMA recebeu o Selo de Resolutividade da Corregedoria Nacional por sua atuação proativa e resolutiva na defesa dos direitos fundamentais da sociedade.

A Correição objetivou conhecer as boas práticas do Ministério Público brasileiro, no que diz respeito à efetividade e à entrega de resultados concretos e transformadores da realidade social, a fim de aprimorá-las e difundi-las para conhecimento das demais unidades ministeriais em todo o país.

Foram emitidas pela Corregedoria Nacional oito notas de elogios a projetos e boas práticas do MP do Maranhão. São eles “Medida protetiva salva vidas”, “Ouvidoria Itinerante: o MP mais próximo do cidadão”, “Órfãos da Covid: o MP na defesa de quem ficou”, “Rede do bem: estamos aqui para ajudar!”, “Ministério Público na efetivação e construção dos Planos Municipais de Educação”, “Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero”, “Proteção Integral e Articulação em Rede”.

A Corregedoria Nacional elegeu o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) como a 29ª unidade a receber a correição ordinária temática com enfoque no fomento à Resolutividade. A execução da correição foi realizada por 10 membros e três servidoras, além do corregedor nacional, que dirigiu os trabalhos.

Na oportunidade, 33 iniciativas, entre projetos, boas práticas e programas, executados pelos 11 (onze) Centros de Apoio Operacionais, além da Assessoria Técnica (ASSTEC), SEPLAG, Escola Superior do Ministério Público (ESMP), Ouvidoria e demais órgãos de execução, e incluídos no Banco Nacional de Projetos do CNMP, foram correicionados.

Tabela 50 – Lista dos Projetos correicionados pela CN/CNMP

| NOME DO PROJETO | UNIDADE | RESPONSÁVEL |
|---|--|--|
| Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias | CAO-JÚRI Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri | Sandro Carvalho Lobato de Carvalho - Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-JÚRI |
| Valorização de Resíduos Sólidos | CAOUMA - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural | Luís Fernando Cabral Barreto Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAOUMA |
| Conselho Atuarial | CAOP-PIPD Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência | Alenilton Santos da Silva Júnior - Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-PIPD |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | |
|---|---|--|
| Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero | CAO – MULHER Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero | Sandra Fagundes Garcia Promotora de Justiça e Coordenadora CAO-MULHER |
| Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar! | CAO/DHC - Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania | Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO/DH |
| Modelo Prático de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais | CAO-Consumidor - Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor | Alineide Martins Rabelo Costa – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-CONSUMIDOR |
| Previne Brasil e o Fortalecimento da Atenção Básica | CAO Saúde - MPMA | Maria da Glória Mafra Silva Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-SAÚDE |
| Programa Transofrmar: Implementação dos Diários Eletrônicos nos Municípios | CAO-Proad Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa | Nahyma Ribeiro Abas Promotora de Justiça / Coordenadora do CAO/PROAD |
| Programa Transofrmar: Implementação do Pregão Eletrônico nos Municípios | | |
| ANPP nos Municípios: Diluando as Boas Práticas das Promotorias de Justiça | CAO CRIMINAL - Centro de Apoio Operacional Criminal; CAO JÚRI - Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri. | Alessandro Brandão Marques - Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-CRIMINAL Sandro Carvalho Lobato de Carvalho - Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-JÚRI |
| Catálogo Águia | CAO CRIMINAL - Centro de Apoio Operacional Criminal | Alessandro Brandão Marques - Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-CRIMINAL |
| O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação | CAO Educação - Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação | Eduardo Borges Oliveira - Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-EDUCAÇÃO |
| Proteção Integral e Articulação em Rede | CAO-IJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude | Gleudson Malheiros Guimarães – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-IJ |
| PJ Distritais da Cidadania de São Luís. | Gabinete do Procurador Geral de Justiça e SECINST – Secretaria para Assuntos Institucionais | Eduardo Jorge Hiluy Nicolau - Procurador-Geral de Justiça |
| Em Nome da Mãe | Núcleo de Atendimento às Vítimas - NAV | Lana Cristina Barros Pessoa - Promotora de Justiça e Coordenadora do NAV |
| Medida Protetiva de Urgência Salva Vidas: Requerimento On-Line ao Ministério Público do Estado do Maranhão | 23ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 3º Promotor de Justiça de Defesa da Mulher | Selma Regina Souza Martins Promotora de Justiça - |

| | | |
|---|--|---|
| CIRA – Timon e Estadual | 7. ^a Promotoria de Justiça Especializada Timon | Giovanni Papini Cavalcanti Moreira - 4º Promotor de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica |
| Programa MP na Comunidade: Projeto Escola Pra Vida | 13. ^a Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça Itinerante | Vicente de Paulo Silva Martins - Promotor de Justiça / Coordenador do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas do MPMA |
| Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) | SECINST – Secretaria para Assuntos Institucionais | José Márcio Maia Alves Promotor de Justiça e Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST) |
| Projeto Minerva | Corregedoria-Geral do Ministério Público | Themis Maria Pacheco de Carvalho, Procuradora de Justiça e Corregedora-Geral do MPMA |
| Órfãos da Covid: O MP na Defesa de Quem Ficou | 41. ^a Promotoria de Justiça Especializada de São Luís Infância e Juventude | Marcio Thadeu Silva Marques - Promotor de Justiça, Comarca de São Luís. |
| “Ouidoria Itinerante: O MP Mais Próximo do Cidadão” | Ouidoria do MPMA | Sandra Mendes Elouf - Procuradora de Justiça |
| PROJETO OHANA: Restaurando a Imagem da Família e a Dignidade da Mulher | CONTROLE | Alessandra Darub Alves - Promotora de Justiça |
| Harpócrates | 27. ^a Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial 28. ^a Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça do Controle Externo de Atividade Policial | José Cláudio Cabral Marques Promotor de Justiça Cláudio Alberto Gabriel Guimarães Promotor de Justiça |
| Conhecendo o Terceiro Setor: Capacitar para Transformar | 1. ^a Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social da Ilha de São Luís | Doracy Moreira Reis Santos – Promotora de Justiça |
| Projeto de Implantação do Programa de Privacidade de Dados Pessoais do MPMA | Escritório de Proteção de Dados Pessoais | Natália Macedo Luna Tavares Promotora de Justiça – Encarregada de Proteção de Dados |
| Cabine de Teleatendimento | 6. ^a Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon | Fábio Menezes de Miranda - Promotor de Justiça da Comarca de Timon-MA. |
| Programa de Formação Continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC) | ESMP/MA e 51. ^o Promotoria de Justiça Especializada (5. ^o Promotor de Justiça Distrital Cidadania) | Karla Adriana Holanda Farias Vieira - Diretora da ESMP/MA, Antonio Coelho Soares Júnior - 5. ^o Promotor de Justiça Distrital da Cidadania) |
| Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS | Comissão de Gestão Ambiental | Mariléa Campos dos Santos Costa - Procuradora de Justiça |

| | | |
|--|---|---|
| Diálogos Técnicos da Probidade | Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça – ASSTEC | Ednarg Fernandes Marques Promotor de Justiça Assessor-Chefe da Assessoria Técnica - ASSTEC |
| Canal Tira-Dúvidas das Áreas Técnica e Médica | | |
| A atuação resolutiva no âmbito da 20ª Promotoria Especializada - 3ª Promotoria de Justiça em Defesa da Saúde do Ministério Público Estadual | 21ª Promotoria Especializada da Comarca de São Luís 3ª Promotoria Especializada em Defesa da Saúde | Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça 3ª Promotora de Justiça de Defesa da Saúde |
| Centro Cultural do Ministério Público do Estado do Maranhão – CCMP/MA | SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão | Ednarg Fernandes Marques Promotor de Justiça Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão |
| Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção | CAO-Proad - Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa | Marco Aurélio Batista Barros Promotor de Justiça / Membro integrante do CAO/PROAD |

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2023.

3 MONITORAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2029

A Secretaria de Planejamento e Gestão é a responsável pelo assessoramento das demais unidades administrativas e finalísticas do Ministério Público do Estado do Maranhão na elaboração e monitoramento do desempenho do Planejamento Estratégico Institucional (PEI-MPMA), cujo horizonte temporal se estende de 2021 a 2029, conforme estabelecido no Ato Regulamentar nº 26/2022. A operacionalização das atividades previstas no Plano Estratégico 2021-2029 são desdobradas em Planos Táticos-Operacionais das unidades das áreas administrativas e finalísticas, compostos por programas, projetos, campanhas e iniciativas estratégicas com seus respectivos planos de ações, que detalham os prazos, responsáveis e metas a serem alcançados.

O PEI-MPMA 2021-2029 foi elaborado em estrita consonância com o Planejamento Estratégico Nacional, contando com o auxílio da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP), e é representado no Mapa Estratégico e na Intenção Estratégica, conforme figuras a seguir.

Figura 10 – Mapa Estratégico do MPMA 2021-2029



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2023.

3.1 Resultados apurados em 2023

Com a conclusão dos Planos Táticos-Operacionais das diversas áreas, o Ministério Público do Estado do Maranhão encontra-se, agora, diante de desafios que irão exigir competência e empenho redobrados. Os projetos, balizados por indicadores e metas, buscam somar esforços para a concretização dos Objetivos de cada área, os quais, por sua vez, estão direcionados para os Objetivos Estratégicos e seus respectivos indicadores e metas, caracterizando a estratégia em ação.

Para a execução do processo de monitoramento e avaliação elegeu-se os a sistemática de reuniões periódicas, nos três níveis da organização, conforme o que segue:

Quadro 19 – Níveis de Monitoramento do PEI-MPMA/MA

| NÍVEL | ATIVIDADE | PERIODICIDADE |
|-------------------|---|---------------|
| Nível Estratégico | Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs) | Semestrais |
| Nível Tático | Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs) | Trimestrais |
| Nível Operacional | Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAOs) | Por demanda |

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2023.

As RAEs são reuniões colegiadas com o objetivo de fazer, por meio de análises críticas, a avaliação e a deliberação dos assuntos objeto de acompanhamento no âmbito das RATs e das RAOs, realizadas pelos executores das ações. Destaque-se que no ano de 2023, foram realizadas duas RAEs e três RATs, além das inúmeras reuniões de acompanhamento operacional, cujos resultados apurados seguem nas respectivos tabelas a seguir:

Tabela 51 – Resultados apurados dos Projetos, Programas e Iniciativas vinculadas ao PEI-MPMA 2021-2029

| Projeto/ Campanha/ Iniciativa Institucional | Área | Indicador | Meta 2023 | Resultado 2023 |
|---|--------|--|-----------|----------------|
| “Combate Permanente à Violência Sexual” | CAO IJ | Campanhas de comunicação para conscientização sobre direitos e violência contra crianças e adolescentes | 5 | 4 |
| “Combate Permanente à Violência Sexual” | CAO IJ | Capacitação de profissionais dos Sistema de Garantia de Direitos objetivando reduzir a revitimização de crianças e adolescentes. (Nº de capacitações realizadas) | 5 | 10 |
| “Combate Permanente à Violência Sexual” | CAO IJ | Capacitação de profissionais dos Sistema de Garantia de Direitos objetivando reduzir a revitimização de crianças e adolescentes. (Nº do público atingido) | 300 | 820 |
| “Combate Permanente à Violência Sexual” | CAO IJ | Municípios implementando a Lei nº 13.431/2017 (Nº de municípios participantes do projeto.) | 19 | 15 |
| “Combate Permanente à Violência Sexual” | CAO IJ | Municípios implementando a Lei nº 13.431/2017 (Nº de municípios com comitês instituídos) | 19 | 4 |
| “Combate Permanente à Violência Sexual” | CAO IJ | Municípios implementando a Lei nº 13.431/2017 (Nº de municípios com fluxos e protocolos definidos) | 10 | 3 |
| “Proteção Integral e Articulação em Rede” | CAO IJ | Planos municipais elaborados (PMASE e PMPI). Nº de municípios com planos elaborados (PMASE). | 217 | 87 |
| “Proteção Integral e Articulação em Rede” | CAO IJ | Planos municipais elaborados (PMASE e PMPI). (Nº de municípios com planos elaborados (PMPI). | 217 | 186 |
| “Proteção Integral e Articulação em Rede” | CAO IJ | Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) regularizados. (Nº de FMDCA regularizados) | 217 | 42 |
| “Proteção Integral e Articulação em Rede” | CAO IJ | Termos de cooperação ou convênio firmados. (Nº de convênios e/ou termos firmados). | 2 | 2 |
| “Proteção Integral e Articulação em Rede” | CAO IJ | Capacitações realizadas para os atores do Sistema de Garantia de Direitos. (Nº de | 5 | 26 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | |
|--|-----------|--|-----|--------|
| | | capacitações realizadas). | | |
| “Proteção Integral e Articulação em Rede” | CAO IJ | Capacitações realizadas para os atores do Sistema de Garantia de Direitos. (Nº do público atingido). | 400 | 2509 |
| “Proteção Integral e Articulação em Rede” | CAO IJ | Serviços de acolhimento familiar no Maranhão. (Nº de municípios com o serviço de família acolhedora) | 217 | 27 |
| Programa Transformar (Diários Eletrônicos nos Municípios) | CAO ProAd | Percentual de adesão ao projeto pelos membros com atribuição na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa (Estima-se que 90% dos órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto “Diário Eletrônico Oficial” das Prefeituras e Câmaras, até 2024). | 45% | 27,18% |
| Programa Transformar (Diários Eletrônicos nos Municípios) | CAO ProAd | Implantação de Diários Eletrônicos em Prefeituras e Câmaras e Municipais.(90% das prefeituras municipais com diário eletrônico oficial implantado, que atendam aos requisitos da IN/TCE/MA Nº 70/2021) | 50% | 45,16% |
| Programa Transformar (Diários Eletrônicos nos Municípios) | CAO ProAd | Implantação de Diários Eletrônicos em Prefeituras e Câmaras e Municipais.(90% das câmaras municipais com diário eletrônico oficial implantado, que atendam aos requisitos da IN/TCE/MA Nº 70/2021) | 50% | 32,25% |
| Programa Transformar (Diários Eletrônicos nos Municípios) | CAO ProAd | PROGRAMA TRANSFORMAR (DIÁRIOS ELETRÔNICOS NOS MUNICÍPIOS) | 9 | 9 |
| Programa Transformar (Estruturação dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios) | CAO ProAd | Percentual de adesão ao projeto pelos membros, nos 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes.(Estimar em 70% que órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto “Estruturação e Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno, até dez/2024). | 40% | 12% |

| | | | | |
|---|------------------|--|------------|-----------------------|
| <p>Programa Transformar (Estruturação dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Percentual de Prefeituras e Câmaras Municipais, dentre os 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que adotaram providências visando a implantação e/ou reestruturação dos órgãos de controle interno. (Estimado em 70% dos 25 municípios maranhenses as Prefeituras Municipais com os sistemas de Controle Interno a implantado/reestruturado, até dez/2024).</p> | <p>40%</p> | <p>12%</p> |
| <p>Programa Transformar (Estruturação dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Percentual de Prefeituras e Câmaras Municipais, dentre os 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que adotaram providências visando a implantação e/ou reestruturação dos órgãos de controle interno. (Estimado em 70% dos 25 municípios maranhenses as Câmaras Municipais com os sistemas de Controle Interno a implantado / reestruturado, até dez/2024.).</p> | <p>40%</p> | <p>8%</p> |
| <p>Programa Transformar (Estruturação dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Quantidade de capacitações realizadas durante encontros regionais, visando o aperfeiçoamento dos agentes públicos municipais. (9 capacitações em 2023)</p> | <p>9</p> | <p>9 capacitações</p> |
| <p>Programa Transformar (“Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal”)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Percentual de adesão ao projeto pelos membros, nos 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Estimar 70% que órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto quanta a implantação / Institucionalização das Procuradorias / Advocacia Pública municipais, até dez / 2024).</p> | <p>40%</p> | <p>40%</p> |

| | | | | |
|---|------------------|---|------------|------------|
| <p>Programa Transformar (“Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal”)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Percentual de Prefeituras e Câmaras Municipais, dentre os 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que adotaram providências visando a implantação e/ou reestruturação da advocacia pública, com a criação do cargo de Advogado Público / Procurador do Município, de provimento efetivo, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. (Executar no mínimo 70% das 25 prefeituras municipais promovam a reestruturaram/ estruturaram a Advocacia Pública / Procuradoria Municipal, até dez/2024)</p> | <p>40%</p> | <p>12%</p> |
| <p>Programa Transformar (“Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal”)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Percentual de Prefeituras e Câmaras Municipais, dentre os 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que adotaram providências visando a implantação e/ou reestruturação da advocacia pública, com a criação do cargo de Advogado Público/Procurador do Município, de provimento efetivo, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. (Executar no mínimo 70% das 25 Câmaras municipais promovam a reestruturaram/estruturaram a Advocacia Pública/Procuradoria Municipal, até dez/2024).</p> | <p>40%</p> | <p>8%</p> |
| <p>Programa Transformar (“Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal”)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Quantidade de capacitações realizadas durante encontros regionais, visando o aperfeiçoamento dos agentes públicos municipais. (9 Capacitações)</p> | <p>9</p> | <p>9</p> |

| | | | | |
|---|------------------|---|------------|---------------|
| <p>Programa Transformar (“Implementação do Pregão Eletrônico”)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Percentual de adesão ao projeto pelos membros. (Estimar 90% que órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto “Implementação do Pregão Eletrônico” nos municípios (prefeituras e câmaras), até 2024. Estimar 90% que órgãos de execução do MPMA adotem as ações do projeto “Implementação do Pregão Eletrônico” nos municípios (prefeituras e câmaras), até 2024).</p> | <p>85%</p> | <p>37,32%</p> |
| <p>Programa Transformar (“Implementação do Pregão Eletrônico”)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Quantitativo de prefeituras e câmaras municipais que implementaram e utilizaram, prioritariamente, a modalidade de licitação do pregão, na forma eletrônica, através do sistema doTCE/MA, (SINC-Contrata) dos portais de transparência dos entes. (Estimado em 90% das Prefeituras que utilizarão em maioria das contratações, a modalidade eletrônica do pregão para aquisições de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia).</p> | <p>85%</p> | <p>83,41%</p> |
| <p>Programa Transformar (“Implementação do Pregão Eletrônico”)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Quantitativo de prefeituras e câmaras municipais que implementaram e utilizaram, prioritariamente, a modalidade de licitação do pregão, na forma eletrônica, através do sistema doTCE/MA, (SINC-Contrata) dos portais de transparência dos entes. (Estimado em 90% das Câmaras que utilizarão em maioria das contratações, a modalidade eletrônica do pregão para aquisições de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia).</p> | <p>85%</p> | <p>21,65%</p> |
| <p>Programa Transformar (“Implementação do Pregão Eletrônico”)</p> | <p>CAO ProAd</p> | <p>Quantidade de capacitações realizadas durante encontros regionais, visando o aperfeiçoamento dos agentes públicos municipais. (9 capacitações)</p> | <p>9</p> | <p>9</p> |

| | | | | |
|---|--|--|------|------|
| Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção | CAO ProAd | Percentual de Promotores que encaminharam as minutas de Recomendação aos prefeitos e vereadores, de Projeto de Lei Municipal e de Decreto regulamentar dispondo sobre Programas de Integridade, em atenção à Recomendação n.º 07/2021 (REC-GPGJ – 72021). | 60% | 30% |
| Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção | CAO ProAd | Percentual de Municípios (dentre os que participam do Projeto) que promoveram providências legislativas. | 70% | 14% |
| Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção | CAO ProAd | Percentual de eventos (seminários, mesas-redondas, simpósios fóruns, cursos, etc.) de incentivo à implantação de “Programa de Integridade” por pequenas (ME) e médias empresas (EPP) realizados nos municípios de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas, Bacabal, Pinheiro e Timon. | 60% | 100% |
| Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção | CAO ProAd | Percentual de empresas que implementaram e/ou aperfeiçoaram seu Programa de Integridade nas cidades de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas, Bacabal, Pinheiro e Timon. | 60% | 30% |
| Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção | CAO ProAd | Percentual de Promotores que, em atenção à Recomendação n.º 07/2021 (REC-GPGJ – 72021), tomaram providências para a difusão do Projeto “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”. | 70% | 30% |
| Campanha de inclusão e acessibilidade | CAO Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência | Percentual de execução do projeto mediante cumprimento das etapas planejadas | 100% | 100% |
| Campanha “Violência contra a mulher com deficiência: identificação e formas de enfrentamento”. | CAO Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência | Indicador para acompanhamento da divulgação da cartilha | 50% | 100% |
| Campanha “Violência contra a mulher com deficiência: identificação e formas de enfrentamento”. | CAO Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência | Percentual de execução da campanha | 100% | 83% |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | |
|---|--|--|------|--------|
| Conselho atuante | CAO Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência | Número de conselhos (idoso e pessoa com deficiência) implantados nas comarcas de entrância final e entrância intermediária | 60% | 21,42% |
| Conselho atuante | CAO Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência | Número de conselhos (idoso e pessoa com deficiência) implantados nas comarcas de entrância inicial. | 30% | 2,9% |
| Aguas Claras – Vida Saudável | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Participação e Capacitação de Promotores e Assessores (22). | 50% | 54,54% |
| Aguas Claras – Vida Saudável | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Aumento de Interligações (10%). | 10% | 0 |
| Aguas Claras – Vida Saudável | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Redução de Lançamentos Ilegais (10%). | 0% | 0 |
| Combate ao Desmatamento no Bioma Cerrado | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Redução do desmatamento do Bioma Cerrado nos municípios de Caxias, Aldeias Altas, Balsas e Grajaú. (diminuir em 50% o índice de desmatamento ilegal). | 0% | 0 |
| Combate ao Desmatamento no Bioma Cerrado | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Regularização das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (aumentar em 50% do número atual). | 0% | 0 |
| Combate ao Desmatamento no Bioma Cerrado | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Levantamento do número de Licenciamentos Ambientais com autorização para supressão vegetal para uso alternativo do solo nos municípios-alvo (aumentar em 50% do número atual). | 0% | 0 |
| Valorização de Resíduos Sólidos | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Percentual de Promotorias de Justiça de municípios com mais de 50.000 habitantes que participam ativamente do projeto. | 100% | 45,45% |
| Valorização de Resíduos Sólidos | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Percentual de municípios que promoveram a inclusão de cooperativa de catadores no serviço de limpeza e coleta seletiva. | 20% | 13,63% |
| Valorização de Resíduos Sólidos | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Percentual de municípios com legislação municipal sobre resíduos sólidos oriundos de grandes geradores. | 20% | 13,63% |

| | | | | |
|--|--|--|-----|---|
| Valorização de Resíduos Sólidos | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Percentual de municípios que promoveu a inserção do contrato de limpeza pública no portal da transparência. | 20% | 40,91% |
| Valorização de Resíduos Sólidos | CAO Urbanismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural | Aumento do volume de resíduos sólidos recicláveis comercializados no maranhão com destino a outros estados com aumento de empregos e arrecadação fiscal. | 20% | NA |
| Programa de Modernização e Fortalecimento do Ministério Público no Tribunal do Júri | CAO Júri | Execução do Programa de Modernização e Fortalecimento do Ministério Público no Tribunal do Júri. | 90% | 82% |
| Projeto “Colóquios Interinstitucionais Ministério Público e Polícias” | CAO Júri | Quantitativo de Colóquios Realizados. | 4 | 4 |
| Projeto "Priorização das Investigações dos Homicídios” | CAO Júri | Etapas concluídas do projeto. | 80% | 80% |
| Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica. | CAO Saúde | Quantitativo de Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “Previne Brasil e o Fortalecimento da Atenção Básica”. | 60% | 27 % |
| Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica. | CAO Saúde | Percentual de municípios maranhenses, cujas Promotorias de Justiça aderiram ao Projeto e cujo ISF estava acima de 7 (sete) no quadrimestre de avaliação. | 60% | 17% |
| Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica. | CAO Saúde | Percentual de municípios maranhenses cujo ISF estava acima de 7 (sete) no quadrimestre de avaliação. | 50% | 84% |
| O MP no fortalecimento da Rede Cegonha. | CAO Saúde | Planos Regionais, relativos às Macrorregiões de Saúde do Estado do Maranhão (Planos Regionais Ampliados), habilitados pelo Ministério da Saúde. | 3 | No aguardo da consolidação do Planejamento Regional Integrado - PRI |
| O MP no fortalecimento da Rede Cegonha. | CAO Saúde | Percentual de municípios maranhenses que cumpriram suas obrigações, pactuadas nos Planos Regionais Ampliados (das Macrorregiões de Saúde), no tocante à assistência materno infantil (Rede Cegonha). | 50% | No aguardo da consolidação do Planejamento Regional Integrado - PRI |
| O MP no fortalecimento da Rede Cegonha. | CAO Saúde | Quantitativo de Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “O MP | 70 | 25 Promotorias de Justiça |

| | | | | |
|--|------------|---|---|---|
| | | no fortalecimento da Rede Cegonha”. | | |
| O MP no fortalecimento da Rede Cegonha. | CAO Saúde | Mortalidade Materna do Estado do Maranhão. | 30 mortes a cada 100 mil nascidos vivos (ODS) | 76,25% |
| O MP no fortalecimento da Rede Cegonha. | CAO Saúde | Mortalidade Neonatal no Estado do Maranhão. | Máximo de 5 por mil nascidos vivos (ODM) | 9,75% |
| O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial. | CAO Saúde | Planos Regionais, relativos às Macrorregiões de Saúde do Estado do Maranhão (Planos Regionais Ampliados), habilitados pelo Ministério da Saúde. | 3 | No aguardo da consolidação do Planejamento Regional Integrado - PRI |
| O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial. | CAO Saúde | Percentual de Municípios maranhenses que cumpriram suas obrigações, pactuadas nos Planos Regionais Ampliados (das Macrorregiões de Saúde), no tocante à assistência em saúde mental (RAPS). | 50% | No aguardo da consolidação do Planejamento Regional Integrado - PRI |
| O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial. | CAO Saúde | Percentual de municípios maranhenses com fluxos de interlocução entre a RAPS e a Rede de Assistência Social, formalizados. | 50% | 0 |
| O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial. | CAO Saúde | Quantitativo de Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial”. | 70 | 28 Promotorias de Justiça |
| Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero | CAO Mulher | Municípios que estão com o Projeto em execução. (45 municípios). | 60% | 48,88 % (22 municípios) ⁸ |
| Conversando Com Elas | CAO Mulher | Municípios que estão com o Projeto em execução (45 municípios). | 60% | 64,44% (29 municípios) ⁹ . |

⁸ Pinheiro; Guimarães; Imperatriz; Açailândia; Barra do Corda; Coelho Neto, São Mateus do Maranhão; Alto Alegre do Maranhão, Turiaçu, Cedral; Porto Rico; Santa Helena; Turilândia; Codó; Grajaú, Amarante do Maranhão, Buriticupu; Timon; Caxias; São João do Sóter; Aldeias Altas e São Luís.

⁹ Açailândia, Pedreiras, Codó; Timon; Passagem Franca; Itapecuru Mirim; Barra do Corda; Viana; Bacabal, São Luís; Pinheiro; Turiaçu; Coelho Neto; Morros; Rosário; Buriti Bravo; Caxias; Balsas; Imperatriz; São Mateus do Maranhão; Alto Alegre do Maranhão; Cedral; Porto Rico; Guimarães; Santa Helena; Turilândia; Grajaú; Amarante do Maranhão e Buriticupu.

| | | | | |
|--|----------------------------------|--|---|--|
| Patrulha Maria da Penha – PMP | CAO Mulher | Implementação da Patrulha Maria da Penha nos Municípios Maranhenses (45 municípios sede de batalhão da polícia militar). | 50% | 31,11% (14 municípios) ¹⁰ |
| Grupos Reflexivos | CAO Mulher | Municípios que estão com o Projeto em execução (45 municípios). | Ideal – 38,89% (implantar mais 10 municípios) totalizando 50% | 2022 – 5 Municípios (11,11%) 2023 (2ºsem.) – 8 municípios (17,77%) |
| Grupos Reflexivos | CAO Mulher | Monitorar a evolução do projeto no Estado do Maranhão (20 grupos por ano (16 – Homens, 4 – Mulheres). | 50% - Mulheres 31,25% - Homens | NA |
| Padhum Mulher | SECINST | % de Conclusão do projeto | 49,6% | 65% |
| O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação | CAO Educação | Número de conteúdos formativos disponibilizados para os membros. | 10 | 16 ações formativas |
| O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação | CAO Educação | Número de adesões das Promotorias de Educação ao Projeto | 10 | 9 promotorias de justiça aderiram ao projeto, das quais 5 estão relacionadas aos municípios prioritários do projeto. |
| Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos | CAO Direitos Humanos e Cidadania | Palestras realizadas. | 6 | 2 |
| Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos | CAO Direitos Humanos e Cidadania | Instalação de núcleos de direitos humanos em escolas e/ou universidades. | 6 | 1 |
| Quem Escolhe o Seu Caminho? Você ou as Drogas? | CAO Direitos Humanos e Cidadania | Palestras de Prevenção às Drogas | 10 | 6 |
| Quem Escolhe o Seu Caminho? Você ou as Drogas? | CAO Direitos Humanos e Cidadania | Conselhos Escolares Instalados e mantidos. | 400 | 398 |
| Quem Escolhe o Seu Caminho? Você ou as Drogas? | CAO Direitos Humanos e Cidadania | Municípios alcançados. | 10 | 5 |

¹⁰ Açailândia, Pedreiras, Codó, Pinheiro, Barra do Corda, Rosário, Coroatá, Presidente Dutra, São Mateus do Maranhão, Grajaú, Bacabal, Estreito, Buritcupu e Barreirinhas.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | |
|---|----------------------------------|---|--|-----------------------------|
| Quem Escolhe o Seu Caminho? Você ou as Drogas? | CAO Direitos Humanos e Cidadania | Municípios com leis de políticas sobre drogas aprovadas. | 10 | 2 |
| Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar. | CAO Direitos Humanos e Cidadania | Palestras/Capacitações realizadas. | 10 | 9 |
| Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar. | CAO Direitos Humanos e Cidadania | Atividades de sensibilização e conscientização realizadas (eventos). | 5 | 14 |
| PADHUM RUA | SECINST | % de Conclusão do projeto | 69,8% | 29% |
| PADHUM HIV | SECINST | % de Conclusão do projeto | NA | 5% |
| PADHUM RACISMO | SECINST | % de Conclusão do projeto | NA | 23% |
| Aperfeiçoamento de Banco de Dados com Identificação genética e Íris de criminosos. | CAO Criminal | Percentual de execução do projeto. | 83% | 67% |
| Fortalecendo Direitos: MPMA e a criação de órgãos locais de defesa do consumidor | CAO Consumidor | Percentual de Execução do Projeto(Metas para o período). | 69% | 46% |
| Fortalecendo Direitos: MPMA e a criação de órgãos locais de defesa do consumidor | CAO Consumidor | Implementação de unidades de PROCON em 5 cidades maranhenses com mais de 30 mil habitantes. | 1 | 1 |
| “Modelo Prático de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais” | CAO Consumidor | Percentual de monitoramento das metas estabelecidas | 100% | 100% |
| Projeto Escola Pra Vida | Gabinete de Mediação Comunitária | Nº de membros das comunidades escolares sensibilizados e mobilizados para a gestão de conflitos sem violências. | 1.000 membros das comunidades escolares participantes das ações de sensibilização e mobilização para a gestão de conflitos sem violências. | 2396 (até novembro de 2023) |
| Projeto Escola Pra Vida | Gabinete de Mediação Comunitária | Nº de membros das comunidades escolares capacitados para a gestão não violenta de conflitos. | 500 membros das comunidades escolares capacitados para a gestão de conflitos sem violências no decurso de um ano. | 1006 (até novembro de 2023) |
| Projeto Escola Pra Vida | Gabinete de Mediação Comunitária | Nº de ações em rede (comunidades escolares e instituições envolvidas na implementação de políticas públicas no território). | 20 ações em rede realizadas no decurso de um ano | 4 (até novembro de 2023) |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | |
|--------------------------------|----------------------------------|--|--|---------------------------|
| Projeto Escola Pra Vida | Gabinete de Mediação Comunitária | Nº de atividades promovidas pelas células de cultura de paz das comunidades escolares. | 1 atividade promovida por cada célula de construção de paz no decurso de um ano. 10 atividades no total. | 52 (até novembro de 2023) |
|--------------------------------|----------------------------------|--|--|---------------------------|

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2023.

Quadro 20 - Resultados dos Projetos, Programas, Campanhas e Iniciativas da Área Administrativa apurados durante as RATs em 2023

| Projeto/ Campanha/ Iniciativa Institucional | Área | Meta 2023 | Resultado 2023 |
|--|--------------------------------------|-----------|--------------------|
| Conhecendo e aplicando a nova LLCA Lei nº 125.133/2021 | Assessoria Jurídica da Administração | 100% | Implantado |
| Regionalização Técnica | Assessoria Técnica | 100% | Em Execução |
| Canal Tira-Dúvidas da Área Médica | Assessoria Técnica | 100% | Implantado |
| Auxílio técnico na operacionalização do Banco de Peritos do Ministério Público do Maranhão - BanPeTec | Assessoria Técnica | 100% | Em Desenvolvimento |
| Ampliação dos Canais de Comunicação e de Difusão das Atividades da ASSTEC | Assessoria Técnica | 100% | Implantado |
| Auxílio Técnico no Projeto de Estruturação dos Controles Internos Municipais | Assessoria Técnica | 100% | Implantado |
| Qualificação Crescente | Assessoria Técnica | 50% | Em Execução |
| Diálogos Técnicos da Probidade | Assessoria Técnica | 100% | Implantado |
| Atualização do Ato Regulamentar da ASSTEC/PGJ | Assessoria Técnica | 100% | Implantado |
| Descomplicando o adiantamento de recursos - MPMA | Assessoria Técnica da Administração | 100% | Em Desenvolvimento |
| Incentivar as boas práticas de governança, gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão | Auditoria e Controle Interno | 100% | Em Desenvolvimento |
| Aperfeiçoamento dos processos de trabalho da Assessoria de Controle Interno e Auditoria | Auditoria e Controle Interno | 75% | Em Desenvolvimento |
| Cultura de Segurança Institucional | CAEI | 100% | Implantado |
| Criação da Política de Inteligência no MPMA. | CAEI | 60% | Em Desenvolvimento |
| Mostra Homenagem | CCMP | 100% | Implantado |
| Sistema de Demandas de Comunicação | CCOM | 100% | Em Execução |
| Manual de Imprensa e de Mídia | CCOM | 100% | Em Desenvolvimento |
| Media Training para membros do Ministério Público do Maranhão | CCOM | 100% | Em Execução |
| Gestão documental | CDB | -% | Sobrestado |
| Melhorias na edição do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão – DEMP/MA | CDB | 100% | Implantado |
| Criação da Assessoria de Cerimonial do Ministério Público do Maranhão | Cerimonial | NA | Em Desenvolvimento |
| Plano de Logística Sustentável - PLS 2021-2029 | Comissão de Gestão Ambiental | 50% | Em Execução |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | |
|--|--|--------|--------------------|
| Implantação da Governança das Contratações no MPMA | Comissão Permanente de Licitação - CPL | 100% | Em Execução |
| Sistema de controle de suprimento de fundos (adiantamento) | Coordenadoria de Administração | 40% | Em Execução |
| Sistema de compras. | Coordenadoria de Administração | 40% | Em Execução |
| Consumo consciente | Coordenadoria de Administração | 100% | Em Execução |
| Adequação da folha às normas de Transparência | Coordenadoria de Folha de Pagamento | 100% | Em Execução |
| Aperfeiçoamento das atribuições dos cargos de servidores efetivos pertencentes ao quadro de pessoal do MPMA | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | 100% | Em Execução |
| PCI: Portal e Canal “Fale com a CGP” | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | 100% | Em Execução |
| PCI: “Ações de Desenvolvimento Humano” | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | 100% | Em Execução |
| PCI: “Encontros Regionais de Gestão de Pessoas” | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | 80% | Em Execução |
| PCI: “Boletim Semanal sobre Saúde Mental” | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | 28,60% | Em Execução |
| Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | 100% | Em Desenvolvimento |
| Programa de Gestão de Desempenho. Proj 01: Estruturação da Seção de Gestão de Desempenho Funcional | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | 50% | Em Execução |
| Programa de Gestão de Desempenho. Proj 02: Sistema Informatizado de Avaliação do Desempenho Funcional SIGEAD/MPMA | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | - | Em Desenvolvimento |
| Programa de Gestão de Desempenho. Proj 03: Gestão da carreira dos servidores na Classe C, padrão 15 | Coordenadoria de Gestão de Pessoas | 40% | Em Execução |
| Plano Anual de Projetos | Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura | 100% | Implantado |
| Interligação de dados entre sistemas internos da área financeira | Coordenadoria de Orçamento e Finanças | 100% | Implantado |
| Sistema para cadastro de processos do terceiro grau (STJ e STF) | Coordenadoria de Processos - CDP | 100% | Implantado |
| Transporte Eficiente | Coordenadoria de Serviços Gerais | NA | Em Desenvolvimento |
| “Corregedoria: Projeto Minerva” | Corregedoria Geral do MPMA | 100% | Implantado |
| Programa de Residência Jurídica e áreas afins a atividade ministerial | Escola Superior do Ministério Público - ESMP | 80% | Em Execução |
| Programa de Extensão ESMP/MA | Escola Superior do Ministério Público - ESMP | 100% | Implantado |
| Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Membros, Servidores e Estagiários do MP/MA | Escola Superior do Ministério Público - ESMP | 100% | Implantado |
| Estruturação tecnológica da ESMP | Escola Superior do Ministério Público - ESMP | 100% | Sobrestado |

| | | | |
|--|--|------|-------------|
| Projeto de Implantação do Programa de Privacidade de Dados Pessoais do MPMA | Escritório de Proteção de Dados Pessoais | 80% | Em Execução |
| A Escola no Memorial do Ministério Público do Maranhão | Memorial do Ministério Público do Maranhão | 100% | Implantado |
| “Ouidoria Itinerante: O MP Mais Próximo do Cidadão” | Ouidoria do MPMA | 100% | Implantado |
| Projeto Psicosaude | Seção de Saúde Funcional | 100% | Implantado |
| Pesquisa de satisfação - Seção de Saúde Funcional | Seção de Saúde Funcional | 100% | Implantado |
| Otimização do uso do Espaço Laboral da Procuradoria Geral de Justiça | Seção de Saúde Funcional | -% | Sobrestado |
| Expediente reduzido na última sexta-feira do mês | Seção de Saúde Funcional | -% | Cancelado |
| Atividades físicas no ambiente de trabalho. | Seção de Saúde Funcional | -% | Sobrestado |
| Fórum de Planejamento e Gestão do MPMA | Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG | 100% | Em Execução |
| Implantação Sistema de Monitoramento e Avaliação | Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG | -% | Sobrestado |
| EPP: Escritório de Projetos e Processos. | Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG | 100% | Em Execução |
| “Lab Inova: O MPMA do Futuro” | Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG | -% | Sobrestado |
| Estratégia em Ação: Valorizando Boas Práticas | Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG | 100% | Sobrestado |

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2023.

4 EDIÇÃO DE RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES AFETAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A SEPLAG teve importante papel na participação e condução de reuniões com os diversos setores administrativos e finalísticos para elaboração dos Planos de Táticos-Operacionais, a fim de levantar os principais resultados alcançados, avanços e boas práticas, além de oportunidades de melhorias relacionadas aos quadros técnicos, tecnologia da informação, comunicação, regulamentação, capacitação, dentre outros.

Quadro 21 – Relatórios e Publicações da SEPLAG

| Publicação | Descrição | Destinatário |
|--|---|---------------------|
| Relatório Anual de Atividades MPMA/2024 – Ano-base 2023 | Consolidação dos relatórios enviados pelos setores administrativos, finalísticos e da Adm. Superior | TCE-MA |

| | | |
|--|---|------------------------|
| Relatório Anual de Desempenho do Planejamento Estratégico 2024 – Ano-base 2023 RADAR/CNMP | Principais resultados alcançados do Planejamento Estratégico para cumprimento da Resolução nº 147/2016 - CNMP | CNMP |
| Atualização da página da SEPLAG no site do MPMA | Publicação das principais atividades realizadas para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico | Site MPMA |
| Inscrição dos Projetos Institucionais | Inscrição dos Projetos Institucionais no Banco de Projetos do CNMP e Prêmio Innovare | CNMP e Prêmio Innovare |

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2023.

5 DESENVOLVIMENTO DE PAINÉIS DE BUSINESS INTELLIGENCE

A equipe da SEPLAG elaborou inúmeros painéis de BI como ferramenta de suporte à tomada de decisões por membros e servidores, demandados pelas seguintes unidades:

- CAO-MULHER – Painel SIMP: Defesa da Mulher
- CAO/ProAd – Projeto Município Legal "Mais Receita Mais Direitos"
- Portal da Transparência Municipal - CAOp Proad
- CAO/UMA – Mapas Ambientais - CAOp UMA
- Escola Superior do Ministério Público – ESMP em Números
- Centro Cultural do MPMA - 1 Ano de Atividades Centro Cultural do Ministério Público
- Programa Memória - Histórico de Visitantes Memorial - Programa Memória

6 INSTITUIÇÃO DAS SEGUINTE COMISSÕES, COM PARTICIPAÇÃO DA SEPLAG:

- Comissão de Gestão Ambiental do MPMA;
- Comitê Gestor de Tabelas Unificadas;
- Conselho Gestor do Fundo Estadual de Direitos Difusos e Coletivos;
- Comissão de Estudos para Implantação da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados;
- Comissão para implementação do Manual de Normas e Procedimentos Administrativas do MPMA;
- GT de Intergidade;
- Comissão de Implementação do Teletrabalho
- Comissão de Atribuições das Promotorias de Justiça da Ilha.

Centro Cultural do Ministério Público (CCMP)



1. APRESENTAÇÃO

A criação do Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão (CCMP) surgiu num contexto de exuberância artística da cidade de São Luís, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, com o propósito de oferecer um espaço cultural, de acesso gratuito e democrático, caracterizado pela diversidade de programação e de público, para estreitar o relacionamento e ampliar a interação do Ministério Público do Estado do Maranhão com a sociedade.

Trata-se de um equipamento cultural com a missão prioritária de ampliar a interlocução com a comunidade, dando visibilidade ao trabalho do MPMA pela via cultural, com base no planejamento estratégico. Sua implantação é relevante porque a cultura, além de ser um direito, é um importante vetor para a conscientização e defesa dos demais direitos fundamentais, em consonância com a visão do MPMA, que objetiva resolutividade na transformação da realidade social norteada pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

2. PROGRAMAÇÃO E OBJETIVOS

A partir dos objetivos estratégicos institucionais é feita a prospecção, curadoria, mobilização, produção e execução da programação artística, dando maior visibilidade e maior alcance social das ações estratégicas. Há ainda a oferta espontânea de eventos por parte dos segmentos culturais, que é cuidadosamente inserida na programação, após avaliação pela curadoria e aprovação pelo órgão ministerial.

Os objetivos de 2023 são os priorizados para todo o período de planejamento 2021-2029:

- Ampliar os canais de diálogo entre o Ministério Público e a sociedade;
- Conscientizar o cidadão para os seus direitos fundamentais;
- Promover, por meio de ações culturais, o Plano Estratégico do Ministério Público;
- Ser um espaço privilegiado para o pensamento, a discussão e a elaboração da cultura;
- Proporcionar, gratuitamente, a divulgação da produção cultural e artística maranhense;

- Elevar o Ministério Público à condição de vanguardista no segmento cultural, no âmbito do sistema judiciário maranhense;
- Desenvolver ações culturais em outros polos do Estado por meio de itinerância;
- Contribuir para a formação de multiplicadores de ações culturais;
- Trabalhar em sinergia com setores internos e instituições que desenvolvam ações culturais, bem como demais instituições do sistema de justiça.

3. RESULTADOS

O Centro Cultural do Ministério Público (CCMP) conseguiu ampliar os canais de diálogo entre o Ministério Público e a sociedade, alcançando diretamente na sua programação 4.700 pessoas no ano de 2023, com a participação de 99 artistas. Nos seus 5 anos de existência já foram mais de 30.000 pessoas impactadas com as atividades, por meio de ações culturais.

O CCMP tornou-se realmente um espaço de interação ampliada do Ministério Público do Maranhão com a sociedade, sendo também bastante procurado pela mídia. Direitos e cidadania são apresentados e discutidos em forma de arte, música, poesia, cinema e literatura, com a participação de membros e servidores e grandes nomes da cultura local e nacional. Obras literárias e sua relação com o Direito também são discutidas, tendo a participação de seus autores ou operadores.

Pela credibilidade alcançada, o Centro Cultural tornou-se em pouco tempo, o catalisador de outros eventos institucionais, ampliando a comunicação e relacionamento com a sociedade. Destaca-se, ainda, que em virtude da programação ofertada e da diversidade de formatos o CCMP despertou o interesse de diversos órgãos da administração pública, como secretarias de turismo e de educação, tendo como resultado, dentre outros:

- O Centro Cultural ampliou significativamente a interação do Ministério Público com a sociedade;
- Escolas e Universidades buscaram promover e participar de mais eventos em parceria com o Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão;
- Artistas e Associações e profissionais liberais participaram de eventos voltados à elevação da autoestima da população, especialmente a mais vulnerável e em situação de risco;
- Projetos como o ESMP Literária e Diálogos Republicanos, de autoria da ESMP foram incluídos permanentemente na programação do Centro Cultural;
- Atividades do Centro Cultural foram reconhecidas pelas escolas como atividades pedagógicas;
- Correalizou com o SESC a Oficina de Danças Urbanas, do Projeto “mãos à obra”;
- Convidado pela ONG PLAN para parceria no projeto "Escola de Lideranças para Meninas"; Parceria com as secretarias de educação estadual e municipal para promoção de atividades aos alunos da rede pública de ensino;
- Projeto apresentado ao CNMP e Correição Nacional ;

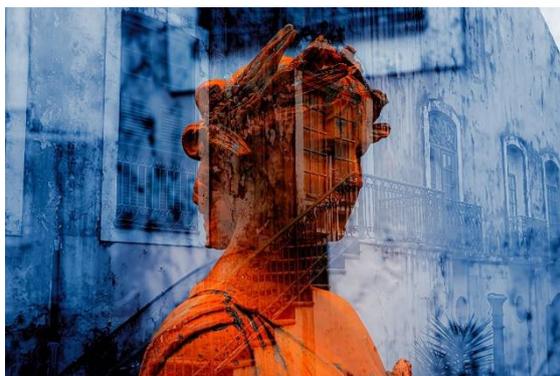
- Programação compreendeu todos os temas dos CAOPs;
- Expandiu as atividades do Centro Cultural para além da capital, com a inauguração do Espaço de Artes Leonardo Pereira, em Imperatriz.
- Realizou a II Mostra de Talentos do MPMA em parceria com a Coordenadoria de Gestão e Pessoas.
- Realizou o projeto Rodas de Leitura com o curso de Letras – Francês, da Universidade Federal do Maranhão, coordenado pela professora Emilie Audigier, no âmbito do projeto Choix Goncourt du Brésil.
- No teatro, as instalações do CCMP foram escolhidas pelo grupo Coletivo Teatro da Sacola para preparação do espetáculo “Os cavalos também hão de ser abatidos,ok?”.
- Feiras: Já é tradição a realização de feiras, sempre em parceria com coletivos e segmentos organizados da sociedade civil. As feiras ampliam a visibilidade do fazer artesanal e valorizam os artistas locais.
- Exposição Comemorativa do Centenário do Sampaio Corrêa Futebol Clube

4. DESTAQUES DE 2023

- **Exposições dos promotores de justiça Lana Pessoa e Júlio Magalhães**



Contraste - Promotora Lana Pessoa



Reminiscências - Promotor Júlio Magalhães

- **Exposição Centenário do Sampaio Corrêa**



Abertura da Exposição Centenário do Sampaio Corrêa Futebol Clube



Roda de conversa sobre a história do futebol maranhense e do Sampaio Corrêa

- **Exposição Mostra Homenagem Luiz Phelipe Andrès**



A Mostra apresentou várias linguagens (preservação do patrimônio, meio-ambiente, memória)

As exposições coletivas envolveram uma quantidade significativa de atores. Em termos qualitativos, pode-se afirmar que as exposições foram capazes de revelar novos talentos e a pluralidade da cultura e da arte maranhense.

- **Exposições coletivas**



Exposição Mostra de Talentos do MPMA



Exposição da V Feira de Metareciclagem (Projeto Fábrica de Desmontação)



Exposição Maranhão meu Maranhão de Fransoufer



Exposição Quilombos: as mãos que tecem, a fé que alimenta e a terra que nos sustenta

5. COBERTURA DA IMPRENSA

O Centro Cultural continua com forte presença midiática. Todas as exposições foram muito bem recebidas no meio jornalístico e pelo público, impactando positivamente na imagem do Ministério Público do Maranhão e auxiliando na divulgação dos temas de interesse da cultura institucional e de relevância social.

A TV Mirante, por exemplo, por diversas vezes dedicou espaço no seu jornal matutino à abertura de exposição, com chamadas ao vivo.



Cobertura jornalística da Exposição Centenário do Sampaio Corrêa

6. PARCERIAS

Com localização privilegiada no Centro da cidade de São Luís, o CCMP recebe inúmeras solicitações de cessão de espaço do auditório (189 poltronas e espaço para acomodar cadeirantes) e da área de acesso ao Memorial, por parte de instituições públicas e privadas para eventos sem fins lucrativos. Sempre que possível, sobretudo quando não há conflito de agenda com solicitações da própria instituição, estes espaços são cedidos.



Visita de estudantes ao espaço de Arte Márcia Sandes



Visita de estudantes ao Espaços de Arte Ilzé Cordeiro

O CCMP recebeu ainda, fruto de parceria com o curso de Letras – Francês, da Universidade Federal do Maranhão, rodas de leitura coordenadas pela professora Emílie Audigier, no âmbito do projeto Choix Goncourt do Brasil, durante todo o ano de 2023. A parceria foi iniciada no ano de 2022.

Além disso, é comum o CCMP realizar feiras, sempre em parceria com coletivos e segmentos organizados da sociedade civil. As feiras contemplam ações de:

- Brechó
- Bijuterias
- Artesanato
- Alimentação orgânica
- Vestuário
- Plantas medicinais e ornamentais
- Produtos de saúde e bem-estar



Valorizando os produtores locais, o CCMP realizou inúmeras Feiras e Mostras ao longo de 2023

7. REUNIÕES COM ARTISTAS E REPRESENTANTES DE COLETIVOS

Sendo um equipamento cultural com a missão prioritária de ampliar a interlocução com a comunidade, dando visibilidade ao trabalho do MPMA pela via cultural, com base no planejamento estratégico, o CCMP tornou-se realmente um espaço de interação ampliada do Parquet com a sociedade, sendo também bastante procurado por artistas e

produtores culturais, bem como representantes de coletivos, organizações não-governamentais dentre outros.



Reunião com representantes da Marcha Internacional ds Mulheres



Reuniões com artistas e representantes de coletivos

8. CCMP EM NÚMEROS

Tabela 52 - Doações de Obras de Arte ao CCMP

| Artista | Quantidades |
|------------|---------------------------------|
| Beto Lima | 2 telas |
| Fransoufer | 1 tela |
| Nuna Neto | 20 telas para servidores |

Fonte: CCMP/PGJ, 2023.

Tabela 53 – Exposições no prédio-sede do CCMP no Centro, em 2023

| ESPAÇO DE ARTES ILZÉ CORDEIRO | | | |
|-------------------------------|----------------------------|-------------------|------------------|
| Exposição | Artistas | Total de Artistas | Total de público |
| Mostra de Talentos | Maruschka de Mello e Silva | 9 | 210 |
| | Márcia Cristina Montenegro | | |

| | | | |
|---|--|-----------|------------------------------|
| | Emmanuelle Feres de Souza Bragança | | |
| | Júlio Magalhães | | |
| | Lana Pessoa | | |
| | Cláudia Sopas | | |
| | Dulce Serra | | |
| | Roberto Castro Gomes | | |
| | Themis Maria Pacheco de Carvalho | | |
| Olhares | Lana Pessoa | 1 | 120 |
| Centenário do Sampaio Corrêa | Clube de futebol | 1 | 550 alunos visitantes |
| Olhares | Júlio Magalhães | 1 | 145 alunos visitantes |
| V Feira de Metareciclagem do Projeto Fábrica de Desmontação / Pastoral do Menor | Entidade Pastoral do Menor em São Luís-MA | 40 | 255 |
| Mostra Homenagem Luiz Phelipe Andrès | Célia Leite | 14 | 405 alunos visitantes |
| | Clécio Muller | | |
| | Dulce Serra | | |
| | Edgar Rocha | | |
| | Edson Fogaça | | |
| | Euclides Moreira Neto | | |
| | Evgeny Itskovich | | |
| | Fozzie (José Miranda Jr.) | | |
| | Francisco Colombo | | |
| | Murilo Santos | | |
| | Ricardo Melo | | |
| | Sidney Colins | | |
| | Vitória Rodrigues | | |
| Luiz Phelipe Andrès | | | |
| Divino: A cidade e a festa – 50 anos depois | Murilo Santos | 1 | 365 alunos visitantes |
| Quilombos: as mãos que tecem, a fé que alimenta e a terra que nos sustenta | Jasf Andrade | 1 | 140 |
| Caçador de mim | Éder Luna | 1 | 150 |
| IBI/AYE (Lugar/Existência) | Jean Charles | 1 | 150 |
| Total: | | 70 | 2.490 |

Fonte: CCMP/PGJ, 2023.

Tabela 54 – Exposições no prédio-sede da PGJ no Calhau, em 2023

| ESPAÇO DE ARTES MÁRCIA SANDES | | | |
|--|--|--------------------------|------------------------------|
| Exposição | Artistas | Total de Artistas | Total de público |
| Olhares | Lana Pessoa | 2 | 350 |
| | Júlio Magalhães | | |
| Beto Lima | Beto Lima | 1 | 175 alunos visitantes |
| Entrelaços | Tassila Custodes (Emi Ajé Dudu), | 11 | 250 alunos visitantes |
| | Ana André | | |
| | Claúdia Marreiros | | |
| | Dulce Serra | | |
| | Graça Soares | | |
| | Marisa Silva | | |
| | Susana Alegria | | |
| | Telma Lopes | | |
| | Susana Pinheiro | | |
| | Julie Trama | | |
| Artes Plásticas dos Aposentados do PAI | Ilca Salazar | 7 | 215 |
| | Jesus Camâra | | |
| | Raimunda Firmina | | |
| | Remédio Beleza | | |
| | Rosa Chaves | | |
| | Rosilene Leite | | |
| | Verônica | | |
| Velhices - “Velhice e ofícios tradicionais: quitandeiros (as) de São Luís, Maranhão” | Ana Carolina Gesualdo da Silva | 5 | 220 |
| | Suellen de Jesus da Silva | | |
| | Ana Clara Amorim Silva | | |
| | Clariane Ferreira Santos | | |
| | Henrique Hermann R. Topolansky | | |
| Maranhão meu Maranhão | Fransoufer | 1 | 290 |
| Retratos | Nuna Neto | 1 | 210 |
| Mostra Homenagem Péricles Rocha | Péricles Rocha (com cessão de obras por colecionadores) | 1 | 500 |
| Total: | | 29 | 2.210 |

Fonte: CCMP/PGJ, 2023.

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça (ASSESP)

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição.

Destacamos a seguir, os principais dados da atividade processual da Assessoria Especial:

Tabela 55 – Interposições Judiciais em 2023

| Interposições Judiciais | Quantidade |
|---|------------|
| Ação Direta de Inconstitucionalidade | 38 |
| Suspensão de Limiar | 2 |
| Recurso Extraordinário | 1 |
| Agravo Interno | 1 |
| Informações MS | 1 |
| Contrarrazões ao Recurso Extraordinário | 1 |
| Total | 44 |

Fonte: ASSESP/PGJ, 2023.

Tabela 56 – Manifestações em Processos Judiciais em 2023

| Manifestações em Processos Judiciais | Quantidade |
|---|------------|
| Precatórios | 52 |
| Mandado de Segurança | 78 |
| Ação Rescisória | 4 |
| Embargos de Declaração em MS | 2 |
| Agravo Interno ADI | 2 |
| Ação Direta de Inconstitucionalidade | 251 |
| Embargos de Declaração | 3 |
| Agravo Interno no Recurso em Mandado de Segurança | 3 |
| Recurso Extraordinário com Agravo - STF | 1 |
| Cumprimento de Sentença | 1 |
| Reclamação | 148 |
| Embargos Infringentes | 2 |
| Suspensão de Liminar | 15 |
| Agravo em Recurso Extraordinário | 1 |
| Contrarrazões | 2 |
| Agravo Interno na ADI | 1 |
| Conflito Negativo de Competência | 31 |

| | |
|--|------------|
| Incidente de Suspeição | 5 |
| Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas | 54 |
| Pedido de Providência | 1 |
| Incidente de Assunção de Inconstitucionalidade | 1 |
| Remessa Nec3essária Criminal | 1 |
| Incidentes de Arguição de Inconstitucionalidade | 2 |
| Ação Civil Pública | 1 |
| Incidente de Declaração de inconstitucionalidade | 1 |
| Correição | 1 |
| Agravo Interno | 2 |
| Representação de Perda de Graduação | 3 |
| Conflito de Jurisdição | 3 |
| Total | 672 |

Fonte: ASSESP/PGJ, 2023.

Tabela 57 – Manifestações Processuais em 2023.

| Descrição | Quant. |
|--|---------------|
| Manifestações em Processos Administrativos e Notícias de Fato (SIMP e DIGIDOC) | 1.820 |
| Decisões em Conflito Negativo de Atribuições | 104 |
| Decisões art. 28 | 108 |

Fonte: ASSESP/PGJ, 2023.

Tabela 58 – Movimentação Processual em 2023 - Saldos

| Saldo de Processos Administrativos | |
|---|-----------|
| Regulares | 32 |
| Sobrestados | 17 |
| TOTAL | 49 |
| Saldo de Processos Judiciais | |
| TOTAL | 21 |

Fonte: ASSESP/PGJ, 2023.

Tabela 59 – Quantidade de expedientes emitidos

| Expedientes | Quantidade |
|----------------------|-------------------|
| Ofícios expedidos | 162 |
| Memorandos expedidos | 79 |
| Total | 241 |

Fonte: ASSESP/PGJ, 2023.

Assessoria Técnica (ASSTEC)

1. ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

Nos termos do art. 54 do Ato Regulamentar nº. 22/2020 -GPGJ (Regimento Interno), compete à Assessoria Técnica: elaborar laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos, observados a formação e qualificação dos assessores lotados na Assessoria; funcionar por meio de seus assessores como assistente técnico do Ministério Público nas ações judiciais em que este atuar como órgão agente ou fiscal da lei; orientar os diversos segmentos do Ministério Público quanto à correta aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal; assessorar os órgãos de execução no desenvolvimento de atividades enfatizando o combate à improbidade administrativa, assim como proceder às orientações técnicas relativas aos programas instituídos no âmbito do Ministério Público; assessorar os membros do Ministério Público em outras matérias que se fizerem necessárias dentro das respectivas áreas de atuação, observada a formação e qualificação dos Assessores lotados na unidade; elaborar o relatório anual das atividades da Assessoria e remetê-lo ao Procurador-Geral de Justiça; e exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Assessoria.

Em geral, as análises promovidas pela Assessoria Técnica, de interesse das diversas Promotorias de Justiça, Centros de Apoio e Especializadas, além de outros setores internos do Ministério Público, referem-se aos documentos de atividades finalísticas que integram os autos em si, sem estabelecer conjecturas sobre quaisquer outros parâmetros do objeto que não estejam anexados, ou inferências relacionadas à sua realização ou efetividade, limitando-se às informações apresentadas.

Para verificação da conformidade dos documentos colacionados nos autos com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à natureza do objeto submetido à análise, inicialmente são identificados os eventos relevantes; em seguida, analisadas as evidências à luz da legislação vigente na época dos registros e empregadas técnicas necessárias e adequadas de auditoria; e, por fim, emitida conclusão técnica sobre as circunstâncias apresentadas em relação ao objeto de responsabilidade do órgão gestor, fundamentando e resguardando o *parquet* para a tomada de decisões.

No ano de 2021, as atribuições da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça foram minudenciadas e consolidadas no Ato Regulamentar nº. 52/2021, revogando os Atos Regulamentares nº. 08/2017-GPGJ e nº. 04/2018-GPGJ, mantendo as competências especificadas no Ato Regulamentar nº. 22/2020-GPGJ (art. 54) e as incumbências estabelecidas na Lei Complementar nº. 013/1991 (art. 43).

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Os Núcleos da Assessoria Técnica são compostos pelo Núcleo Estadual da Assessoria Técnica e pelos Núcleos de Assessoria Técnica Regionalizada distribuídos da seguinte forma:

Figura 11: Mapa da Distribuição dos Núcleos da ASSTEC no Estado



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

A Assessoria Técnica, identificada pela sigla ASSTEC, tem a seguinte estrutura organizacional: Chefia, exercida pelo Assessor-Chefe; Núcleos da Assessoria Técnica - NASSTECs; e Chefia de Seção, nos Núcleos da Assessoria Técnica.

Os Núcleos da Assessoria Técnica são compostos pelo Núcleo Estadual da Assessoria Técnica e pelos Núcleos de Assessoria Técnica Regionalizada com a seguinte divisão administrativa:

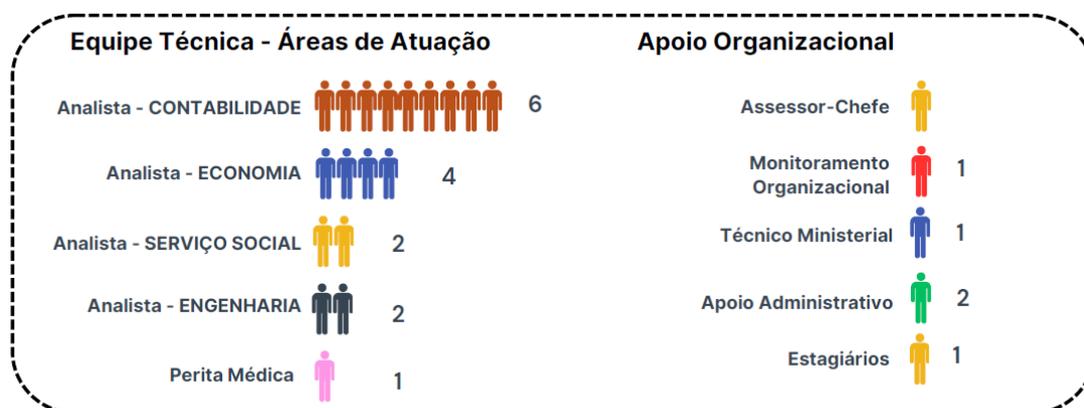
- Núcleo Estadual da Assessoria Técnica será sediado em São Luís e identificado

pela sigla NASSTEC para atender as Promotorias dos polos enquanto não houver equipe regional específica, as Procuradorias de Justiça, os Grupos de Atuação Especializada, os Centros de Apoio Operacional e os casos encaminhados por outros Núcleos, por necessidade de serviço, mediante autorização do Procurador-Geral de Justiça ou do Assessor-Chefe da Assessoria Técnica;

- Núcleo Regional do polo de Pinheiro, antigo NATAR/POLOMETRÓPOLE do polo de São Luís, sediado no Município de Pinheiro e identificado sob a sigla NASSTEC/PIN;
- Núcleo Regional do polo de Santa Inês, antigo NATAR/POLOCAP do polo da Capital, sediado no Município de Santa Inês e identificado sob a sigla NASSTEC/SNI;
- Núcleo Regional dos polos de Açailândia, Balsas e Imperatriz sediado no Município de Imperatriz e identificado sob a sigla
- NASSTEC/ITZ;
- Núcleo Regional dos polos de Timon, Caxias e Bacabal sediado no Município de Timon e identificado sob a sigla NASSTEC/TIM; e
- Núcleo Itinerante, antigo NATAR/ITINERANTE, sediado mediante determinação do Procurador-Geral de Justiça ou do Assessor-Chefe da Assessoria Técnica, conforme a necessidade do atendimento das demandas, identificado sob a sigla NASSTEC/ITI.

3. EQUIPE

Figura 12: Equipe de Profissionais:



Fonte: ASSTEC/PGJ,2023.

Com efeito, a ASSTEC deveria ser composta por Analistas Ministeriais das áreas de medicina, contabilidade, economia, engenharia, arquitetura, pedagogia, psicologia e assistência social.

Tabela 60 – Proposta de composição da equipe da ASSTEC

| Cargos | Quantidade | Habilitação |
|----------------------|------------|---------------------|
| Assessor-Chefe | 01 | Promotor De Justiça |
| Analista Ministerial | 6 | Contador |

| | | |
|----------------------|---|--------------------------|
| Analista Ministerial | 4 | Economista |
| Analista Ministerial | 2 | Assistente Social |
| Analista Ministerial | 2 | Engenheiro Civil |
| Analista Ministerial | 1 | Médica Perita |
| Analista Ministerial | 0 | Arquiteto |
| Analista Ministerial | 0 | Pedagogo |
| Analista Ministerial | 0 | Psicólogo |
| Técnico Ministerial | 1 | - |
| Chefe De Seção | 1 | - |
| Terceirizado | 1 | Aux.Apoio Administrativo |
| Estagiário | 1 | Pós-Graduação Em Direito |
| Estagiário | 1 | Graduação |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

1. REGISTRO DE COMPETÊNCIAS

Figura 13 - Algumas Atividades Realizadas em 2023



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

A Assessoria Técnica realizou diversas atividades dentro da área de atuação, formação e qualificação de seus servidores, notadamente:

a) Emissão de Pareceres Técnicos:

Pareceres são documentos solicitados pelos órgãos auxiliares, de execução e administrativos como fonte técnica de informações sobre determinados assuntos que exigem conhecimentos e formação específica para sua elaboração. Os Analistas Ministeriais são os servidores que detêm da competência para emitir pareceres técnicos conforme sua formação e qualificação profissional.

As principais análises realizadas em 2023 versam sobre licitações e contratos administrativos, avaliações técnicas, econômicas e contábeis, análise da gestão fiscal, quanto a receitas, despesas e equilíbrio das contas públicas, cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação, saúde, assistência social e das despesas realizadas pelas Câmaras Municipais. Na área médica, os pareceres técnicos abordam, sobretudo, a garantia de acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde. Já na área de engenharia, os pareceres examinam o atendimento das normas técnicas de construção civil, inclusive, a adequação aos padrões de acessibilidade.

b) Assessoramento:

O assessoramento abrange o fornecimento de informações de natureza técnica aos órgãos de execução e/ou administrativos, seja em âmbito administrativo seja como assistente técnico nas demandas judiciais com participação do Ministério Público.

c) Perícia Médica:

Realiza análise de eventuais incapacitações de saúde, emitindo parecer relativo às condições físicas e mentais de pessoas, para fins de instrução de procedimentos administrativos e judiciais em que o Ministério Público atua.

d) Cálculos:

Estão relacionados às demandas provocadas pelos órgãos de execução, decorrem de matérias administrativas internas, licitações e contratações realizadas pelo Ministério Público, ou de processos judiciais, quando se tornam necessárias a atualização e a liquidação em fase de cumprimento de sentença ou prestação de contas eleitorais.

e) Avaliações na Área de Engenharia Civil:

Busca-se atestar a qualidade e conformidade dos serviços de engenharia, além de propor melhorias, ações preventivas e corretivas, após averiguação de desconformidade das edificações com os padrões técnicos exigidos. As vistorias realizadas pelos engenheiros civis também são exteriorizadas por meio de Pareceres e/ou Relatórios Técnicos, que demandam análise *in loco* para melhor subsidiar o pronunciamento do profissional técnico e refletir a realidade dos fatos de maneira mais fidedigna.

f) Assessoramento:

A atualização e organização do material administrativo, legislativo, doutrinário e jurisprudencial que serve de fonte de conhecimento para melhor fundamentar a análise das situações postas sob seu crivo, além da aplicação da legislação e as inovações relacionadas à área de atuação da Assessoria Técnica. Estes estudos resultam na elaboração de outros documentos, sobretudo, Notas Técnicas, buscando explicar com profundidade matérias de relevância à instituição.

g) Assistência Social:

Atendimento social, prestando suporte aos indivíduos em situação de vulnerabilidade que recorrem ao Ministério Público para defesa de direitos, além de elaborar, coordenar, analisar e executar ações com participação de segmentos da população. Também oferece suporte técnico aos Membros nas inspeções regulares e extraordinárias, conforme resoluções do CNMP.

2. ASSTEC EM NÚMEROS

2.1. Recursos Analisados

Figura 14 – Recursos Analisados em 2023



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

No ano de 2023, a ASSTEC analisou R\$ 55.242.309.458,91 (cinquenta e cinco bilhões e duzentos e quarenta e dois milhões e trezentos e nove mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos), em recursos públicos oriundos de solicitações de auxílio técnico na fiscalização e controle da aplicação erário.

Figura 15 – Percentual de processos analisados que apresentaram alguma irregularidade em 2023



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

2.2. Pareceres Técnicos Emitidos

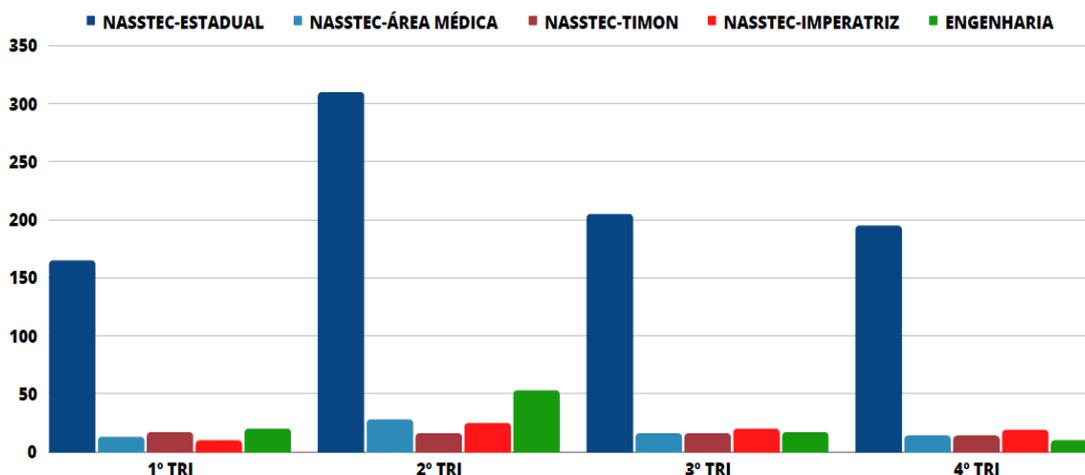
No exercício de 2023 foram emitidos 1183 (hum mil, cento e oitenta e três) pareceres técnicos, quantificados trimestralmente e distribuídos entre o Núcleo de Assessoria Técnica Estadual – englobando os NASSTECs Estadual e Itinerante - (875), Área Médica (71), Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (63), o Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Imperatriz (74), inclusive aqueles emitidos pela área de Engenharia Civil (100), conforme demonstrado adiante:

Tabela 61 - Pareceres Emitidos por NASSTEC/PGJ

| NÚCLEO/ÁREA | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL |
|---------------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|
| NASSTEC ESTADUAL | 165 | 310 | 205 | 195 | 875 |
| ÁREA MÉDICA | 13 | 28 | 16 | 14 | 71 |
| NASSTEC TIMON | 17 | 16 | 16 | 14 | 63 |
| NASSTEC IMPERATRIZ | 10 | 25 | 20 | 19 | 74 |
| ENGENHARIA | 20 | 53 | 17 | 10 | 100 |
| TOTAL DE PARECERES | 205 | 432 | 274 | 252 | 1183 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Gráfico 48 - Pareceres Emitidos por NASSTEC/PGJ



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

2.3. Processos Devolvidos

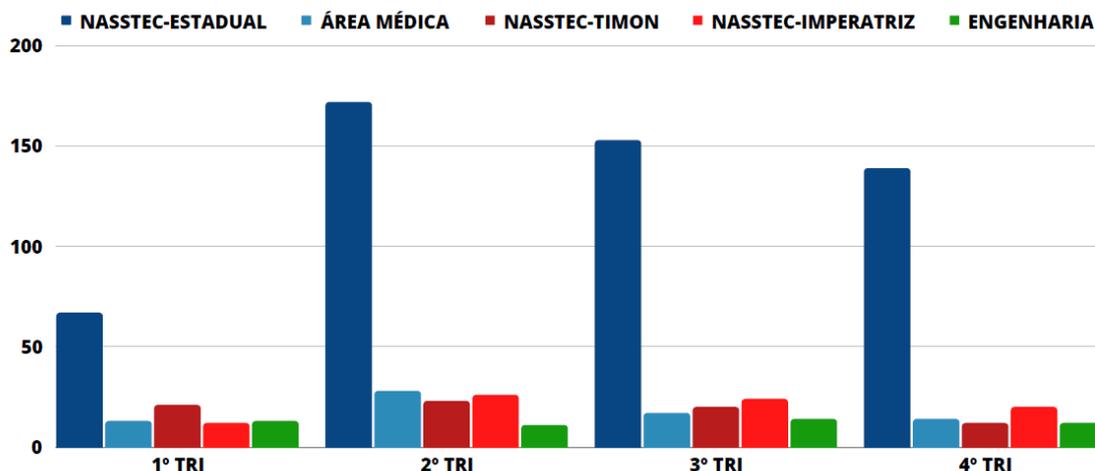
Em 2023 foram devolvidos 811 (oitocentos e onze) processos, mensurados mensalmente e distribuídos entre o NASSTEC ESTADUAL - incluindo os núcleos estadual e itinerante (531), ÁREA MÉDICA (72), Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (76), Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Imperatriz (82) e área de Engenharia Civil (50), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 62 - Pareceres Emitidos por NASSTEC/PGJ

| NÚCLEO/ÁREA | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL |
|---------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| NASSTEC ESTADUAL | 67 | 172 | 205 | 139 | 531 |
| ÁREA MÉDICA | 13 | 28 | 17 | 14 | 72 |
| NASSTEC TIMON | 21 | 23 | 20 | 12 | 76 |
| NASSTEC IMPERATRIZ | 12 | 26 | 24 | 20 | 82 |
| ENGENHARIA | 13 | 11 | 14 | 12 | 50 |
| TOTAL DE PROCESSOS | 126 | 260 | 228 | 197 | 811 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Gráfico 49 - Pareceres Emitidos por NASSTEC/PGJ



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

2.4. Estoque de Processos

O ano de 2023 foi finalizado com um estoque de 242 (duzentos e quarenta e dois) processos pendentes de análise, distribuídos entre o NASSTEC ESTADUAL - incluindo os núcleos estadual e itinerante (143), ÁREA MÉDICA (49), Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (31), Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Imperatriz (9) e área de Engenharia Civil (10), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 63 – Processos pendentes de análise

| NÚCLEO/ÁREA | ESTOQUE |
|----------------------------|------------|
| NASSTEC ESTADUAL | 143 |
| ÁREA MÉDICA | 49 |
| NASSTEC TIMON | 31 |
| NASSTEC IMPERATRIZ | 9 |
| ENGENHARIA | 10 |
| TOTAL DE PPROCESSOS | 242 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

3. RELATÓRIOS E VISTORIAS

3.1. Área - Engenharia Civil

- **Vistorias**

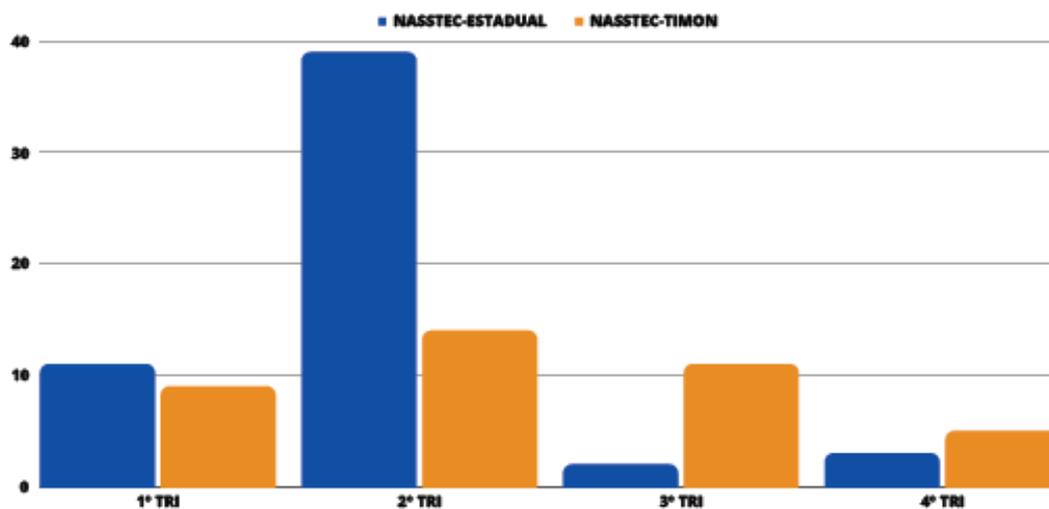
No exercício de 2023 foram realizadas 94 (noventa e quatro) vistorias, quantificadas trimestralmente e distribuídas entre NASSTEC ESTADUAL – incluindo os núcleos estadual e imperatriz (55) e Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (39), conforme demonstrado adiante:

Tabela 64 - Cálculos Financeiros Emitidos

| VISTORIAS SETORIAIS | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL |
|---------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| NASSTEC ESTADUAL | 11 | 39 | 2 | 3 | 55 |
| NASSTEC TIMON | 9 | 14 | 11 | 5 | 39 |
| TOTAL DE VISTORIAS | 20 | 53 | 13 | 10 | 94 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Gráfico 50 - Cálculos Financeiros Emitidos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

- **Relatórios**

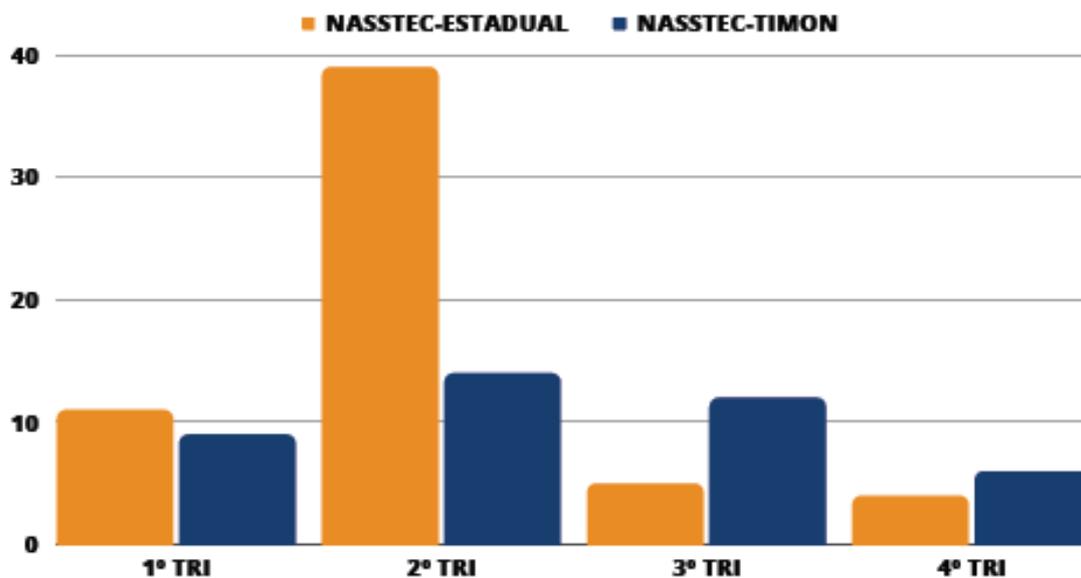
Em 2023 foram emitidos 100 (cem) relatórios técnicos, avaliados trimestralmente e distribuídos entre NASSTEC ESTADUAL – incluindo os núcleos Estadual e Imperatriz (59) e Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (41), conforme demonstrado abaixo:

Tabela 65 - Cálculos Financeiros Emitidos

| RELATÓRIOS SETORIAIS | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL |
|----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| NASSTEC ESTADUAL | 11 | 39 | 5 | 4 | 59 |
| NASSTEC TIMON | 9 | 14 | 12 | 6 | 41 |
| TOTAL DE RELATÓRIOS | 20 | 53 | 17 | 10 | 100 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Gráfico 51 - Cálculos Financeiros Emitidos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

4. CÁLCULOS FINANCEIROS EMITIDOS

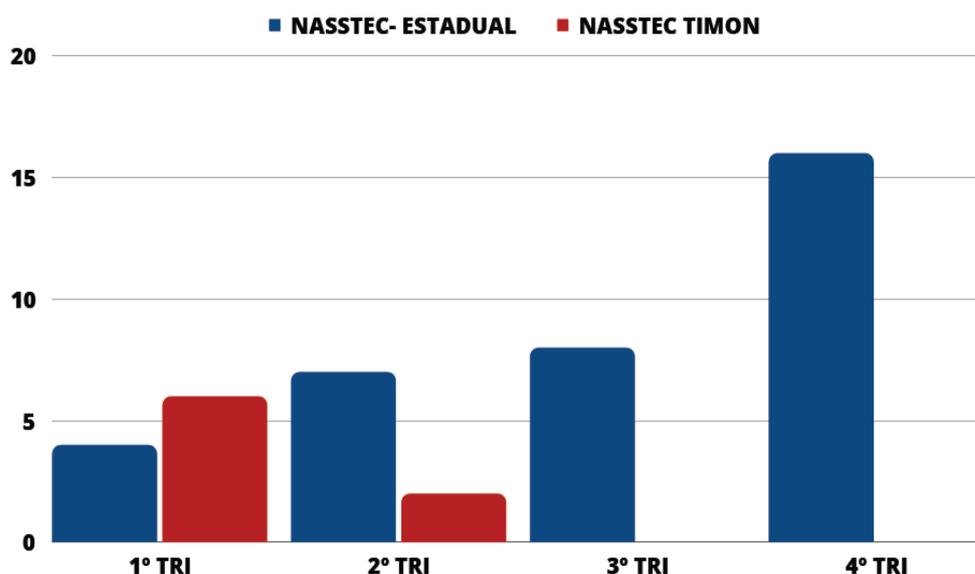
No exercício de 2023, foram emitidos 43 (quarenta e três) cálculos financeiros, quantificados trimestralmente e distribuídos entre NASSTEC – Estadual (35) e Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (8) conforme demonstrado a seguir:

Tabela 66 - Cálculos Financeiros Emitidos

| CÁLCIULOS SETORIAIS | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL |
|--------------------------|-----------|----------|----------|-----------|-----------|
| NASSTEC ESTADUAL | 4 | 7 | 8 | 16 | 35 |
| NASSTEC TIMON | 6 | 2 | - | - | 8 |
| TOTAL DE CÁLCULOS | 10 | 9 | 8 | 16 | 43 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Gráfico 52 - Cálculos Financeiros Emitidos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

5. ATIVIDADES DE SERVIÇO SOCIAL - IMPERATRIZ

O Núcleo Regionalizado da Assessoria Técnica de Imperatriz conta com uma Analista Ministerial - Assistente Social, cuja produção anual segue discriminada abaixo:

Tabela 67 - Procedimentos realizados no NASSTEC Imperatriz – Serviço Social

| ATIVIDADES | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL |
|--|--------|--------|--------|--------|------------|
| Relatórios | 28 | 15 | 32 | 27 | 102 |
| Certidões | 04 | 02 | 05 | 04 | 15 |
| Visitas domiciliares | 33 | 18 | 37 | 32 | 120 |
| Encaminhamentos e articulação de rede | 06 | 05 | 08 | 05 | 24 |
| Entrevistas sociais | 39 | 21 | 43 | 38 | 141 |
| Inspeções – Hospitais | 04 | - | 02 | | 6 |
| Inspeções – Medidas Socioeducativas | 02 | - | 02 | | 4 |
| Inspeções – Unidades básicas de saúde | 03 | 02 | 03 | 02 | 10 |
| Inspeções – Unidades de Pronto Atendimento (UPA) | 02 | - | 02 | - | 4 |
| Entrevistas para Grupo Reflexivo | 04 | - | 04 | - | 8 |
| Realização de encontros do Grupo Reflexivo de Homens autores de violência doméstica (Imperatriz) | 05 | 05 | 05 | 05 | 20 |
| Planejamento e avaliação das atividades do Grupo Reflexivo de autores de violência doméstica | 03 | 01 | 02 | 01 | 7 |
| Participação em eventos de rede e proteção contra violências | 02 | 01 | 02 | - | 5 |
| Inspeções – Residência Terapêutica | - | 01 | - | 01 | 2 |
| Inspeções - Centros de Referência da Assistência Social | - | 02 | | 03 | 5 |

| | | | | | |
|---|------------|-----------|------------|------------|------------|
| Relatórios de conclusão dos participantes de Grupos Reflexivo | - | 04 | - | 05 | 9 |
| TOTAL | 135 | 77 | 147 | 123 | 482 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

5.1. Inspeções de Serviço Social - Imperatriz

O NASSTEC de Imperatriz também realizou inspeções/vistorias, podendo ser anuais ou semestrais, e ocorrem a partir de denúncias:

Tabela 68 - Inspeções realizadas no NASSTEC Imperatriz – Serviço Social

| INSTITUIÇÃO | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Centro Socioeducativo de Internação Provisória da Região Tocantina-CSIPRT | 1 |
| Centro Socioeducativo de Internação Semear | 1 |
| Unidade Básica de Saúde Ana Daves | 1 |
| Unidade Básica de Saúde Olho D'Água | 1 |
| Unidade Básica de Saúde Petrolina (Área Rural) | 1 |
| Unidade Básica de Saúde Coquelândia (Área Rural) | 1 |
| Unidade Básica de Pronto Atendimento Bernardo Sayão | 1 |
| Hospital Municipal de Imperatriz (HMI) | 1 |
| Hospital Macrorregional Dra. Ruth Noleto | 1 |
| Unidade de Pronto Atendimento São José – UPA | 1 |
| Instituição de Acolhimento pra Crianças e Adolescentes Conviver | 1 |
| Instituição de Acolhimento pra Crianças e Adolescentes Doce Lar | 1 |
| Unidade Básica de Saúde Milton Lopes | 1 |
| Residência Terapêutica de Imperatriz/MA | 1 |
| Centro de Referência de Assistência Social - Bacuri | 1 |
| Centro de Referência de Assistência Social - Santa Rita | 1 |
| Grupo Reflexivo de Homens Autores de Violência “Novo Olhar” | 1 |
| Centro de Referência de Assistência Social (Cras Bacuri) | 1 |
| Comunidade Terapêutica Projeto Resgate | 1 |
| TOTAL | 19 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

6. ATIVIDADES DE SERVIÇO SOCIAL - TIMON

O Núcleo Regionalizado da Assessoria Técnica de Timon conta com uma Analista Ministerial - Assistente Social, cuja produção anual segue discriminada a seguir:

Tabela 69 - Procedimentos realizados no NASSTEC Timon – Serviço Social

| ATIVIDADES | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL |
|------------|--------|--------|--------|--------|-------|
|------------|--------|--------|--------|--------|-------|

| | | | | | |
|---|-----------|------------|-----------|------------|------------|
| Relatórios | 03 | 03 | 04 | 09 | 19 |
| Pareceres técnicos | - | - | 01 | 04 | 5 |
| Protocolos despachados | - | - | - | 14 | 14 |
| Entrevistas | 02 | 07 | 06 | 05 | 20 |
| Contatos por telefone | 20 | 48 | 09 | 03 | 80 |
| Contatos por aplicativo de mensagem | 20 | 06 | 08 | 16 | 50 |
| Atendimentos presenciais | 08 | 11 | 07 | 08 | 34 |
| Certidões/informações | 03 | - | 03 | 01 | 7 |
| Reuniões com outros órgãos | 03 | 01 | 01 | - | 5 |
| Reuniões internas | 01 | - | - | - | 1 |
| Audiências remotas | 02 | - | 01 | - | 3 |
| Orientações sociais | 15 | 19 | 07 | 06 | 47 |
| Visitas domiciliares | 02 | 07 | 10 | 14 | 33 |
| Observação de moradia | 02 | 07 | 10 | 14 | 33 |
| Observação de território | 02 | 07 | 10 | 14 | 33 |
| Visitas institucionais | - | 04 | 02 | 04 | 10 |
| Contatos institucionais por telefone | - | 23 | 02 | 02 | 27 |
| Encaminhamentos | - | 05 | 01 | - | 6 |
| Participação em eventos científicos | - | 01 | 01 | - | 2 |
| Participação em capacitação (palestrante) | 01 | - | - | - | 1 |
| Reuniões remotas com Promotores | 01 | 01 | 01 | - | 3 |
| Inspeção em entidades de acolhimento (CNMP) | - | - | 05 | - | 5 |
| Inspeção em ILPI | - | - | 01 | - | 1 |
| TOTAL | 85 | 150 | 90 | 114 | 439 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

6.1. Inspeções de Serviço Social - Timon

O Núcleo Regionalizado da Assessoria Técnica de Timon conta com uma Analista Ministerial - Assistente Social, cuja produção anual segue discriminada abaixo:

Tabela 70 - Inspeções realizadas no NASSTEC Timon – Serviço Social

| INSTITUIÇÃO | QUANTIDADE |
|--------------------------------|------------|
| Lar de Ester | 1 |
| Abrigo municipal para crianças | 1 |
| Lar do Idoso Reviver | 1 |
| Abrigo Promotora Elda Moureira | 1 |
| Lar do Amparo Menino Jesus | 1 |
| Família Acolhedora | 1 |
| TOTAL | 6 |

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

7. OFÍCIOS E DESPACHOS EMITIDOS

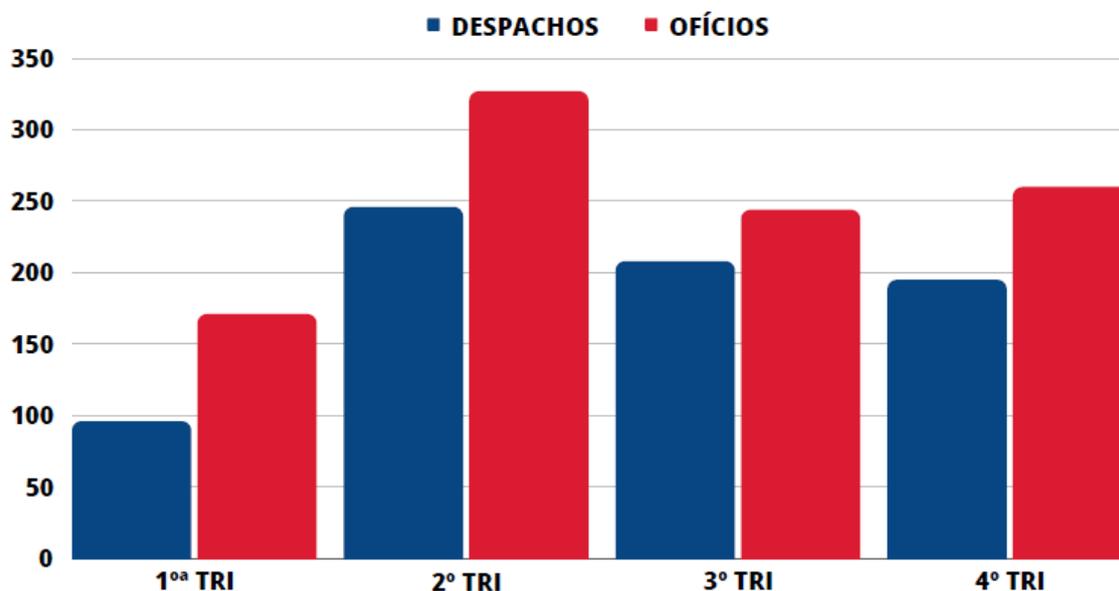
Administrativamente, foram emitidos 745 (setecentos e quarenta e cinco) Despachos e 1002 (mil e dois) Ofícios, avaliados trimestralmente, conforme demonstrado na Tabela 71 – Despachos e Ofícios Emitidos e correspondente no Gráfico 53:

Tabela 71 - Ofícios e Despachos

| DOCUMENTOS ADMINSITRATIVOS | 1º TRI | 2º TRI | 3º TRI | 4º TRI | TOTAL |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| DESPACHOS | 96 | 246 | 208 | 195 | 745 |
| OFÍCIOS | 171 | 327 | 244 | 260 | 1002 |

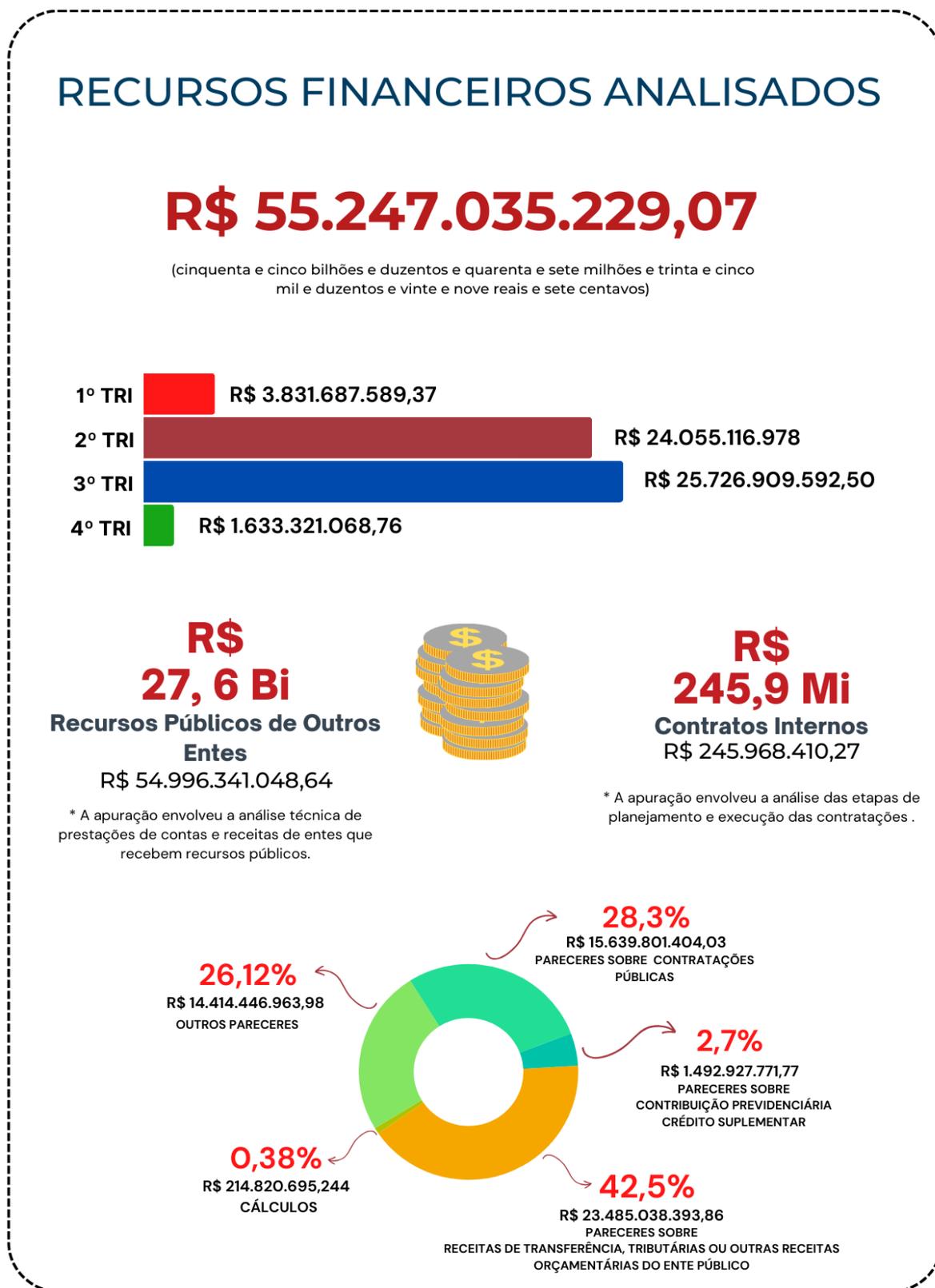
Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Gráfico 53 - Ofícios e Despachos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Figura 16 – Representação dos Recursos Financeiros analisados em 2023



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Figura 17 – Representação dos Perfis das Contratações Públicas em 2023

PERFIL DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

806 PARECERES SOBRE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



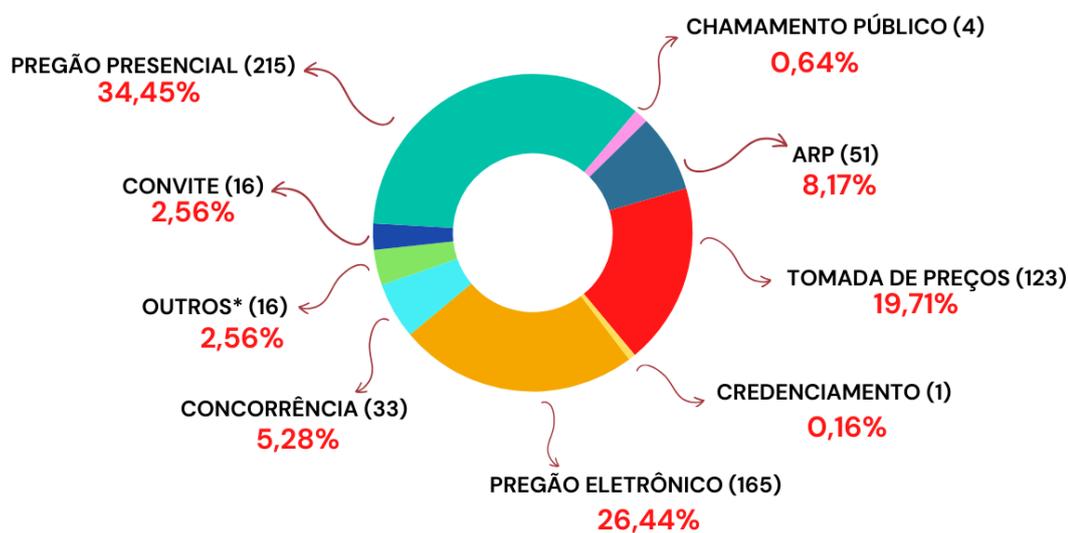
624 PARECERES SOBRE LICITAÇÕES

90 PARECERES SOBRE CONTRATAÇÕES DIRETAS

92 PARECERES SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

41 PARECERES SOBRE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS INTERNAS

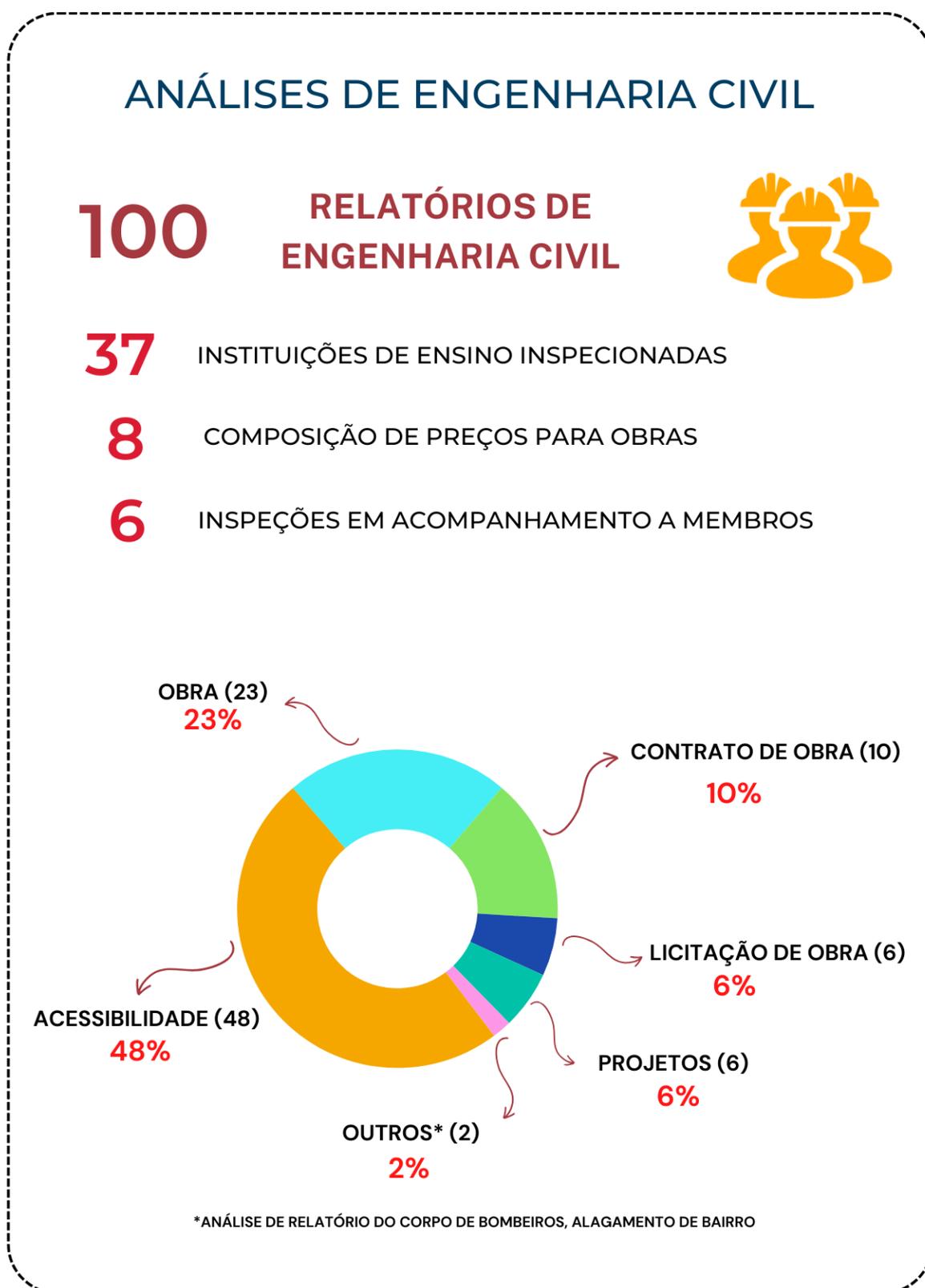
MODALIDADES LICITATÓRIAS



* MÚLTIPLAS MODALIDADES, RDC, NÃO ESPECIFICADO

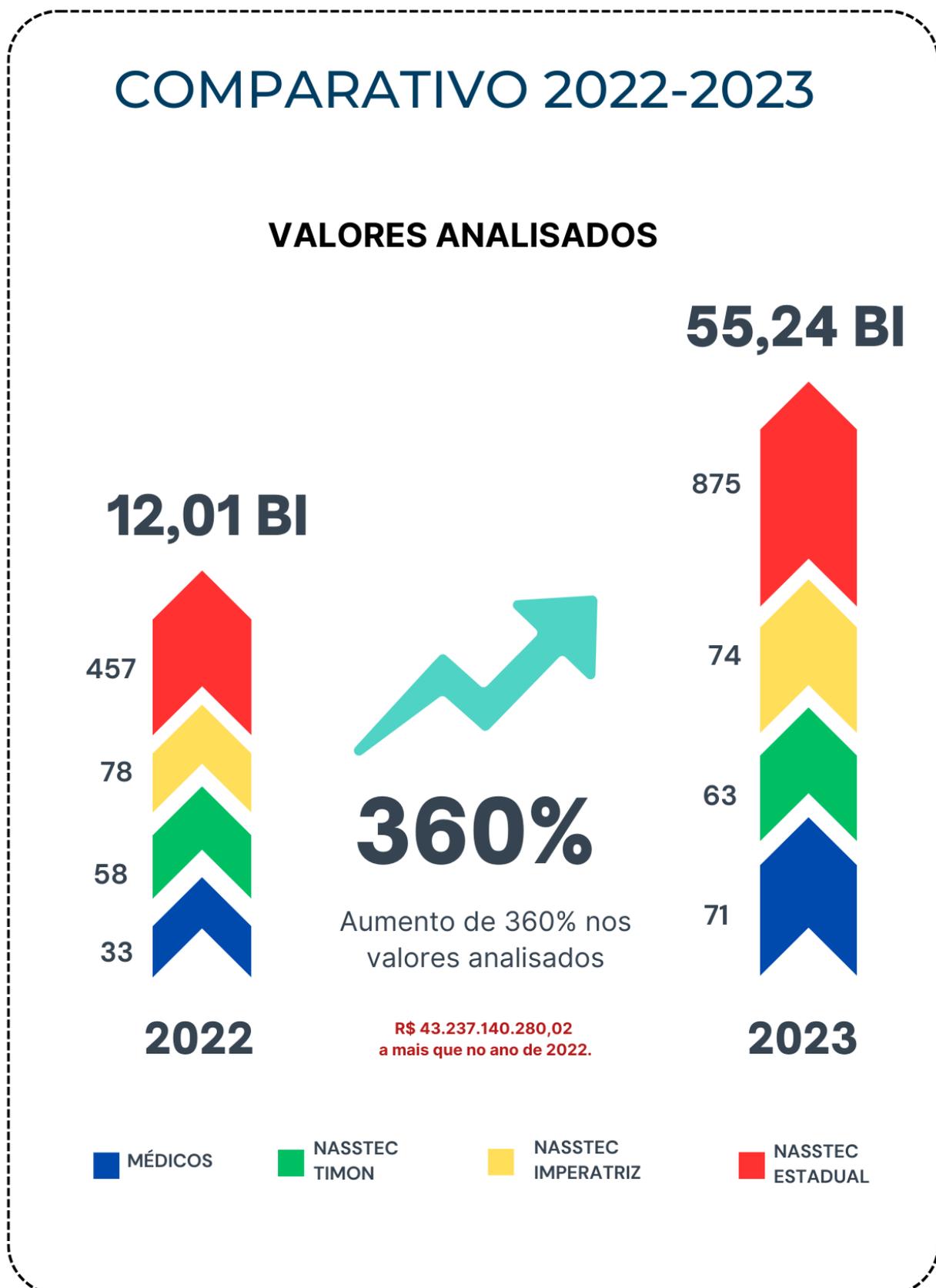
Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Figura 18 – Representação das Análises de Engenharia Civil em 2023



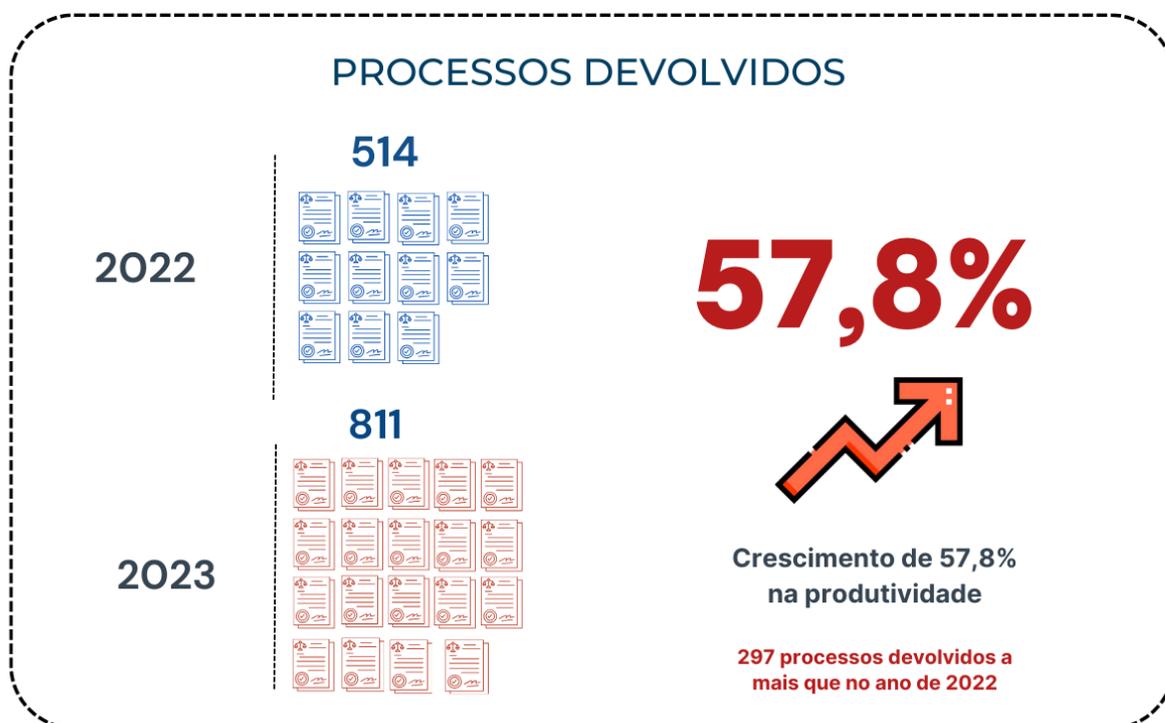
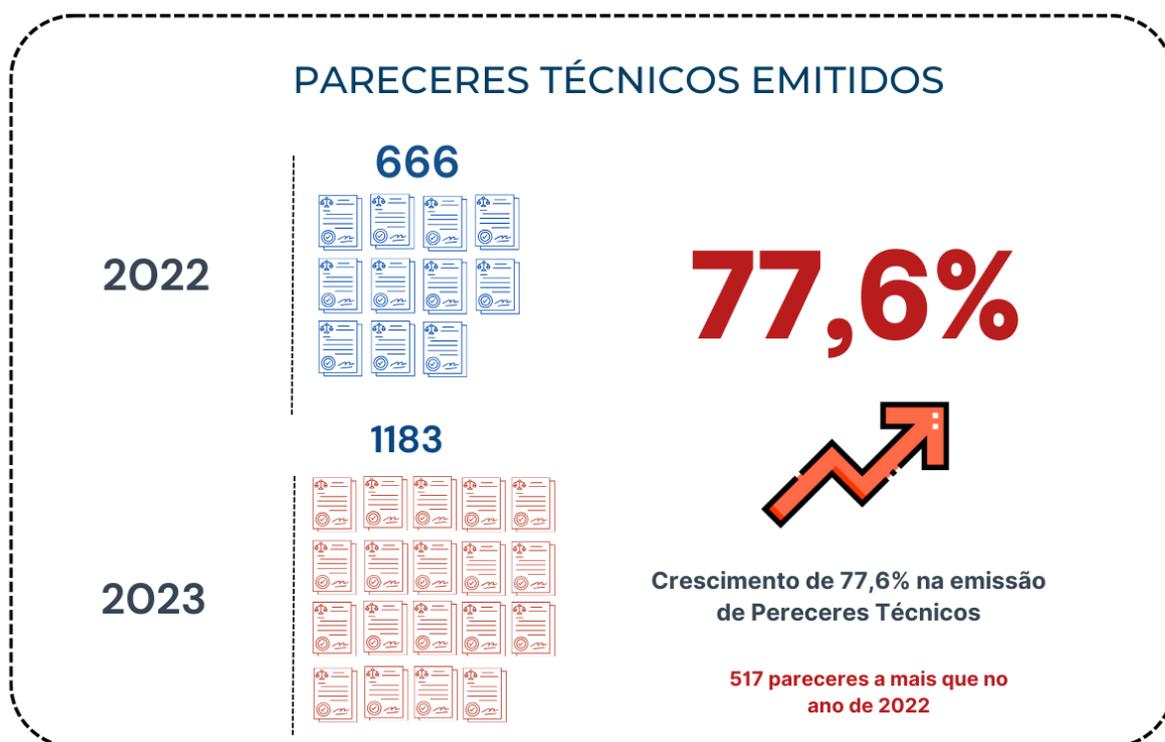
Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Figura 19 – Comparativo entre os anos 2022 - 2023



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

Figura 20 – Quadro dos Pareceres Técnicos emitidos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

8. ASSTEC NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

8.1. Correição Ordinária de Fomento À Resolutividade

Nos dias 22 e 24 de novembro, a Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou a Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade, a fim de conhecer projetos, iniciativas e boas práticas resolutivas desenvolvidas pela instituição, fomentando uma atuação preventiva, proativa e resolutiva, com resultados concretos



Os dois projetos da ASSTEC foram apresentados ao CNMP pelo Dr. Ednarg Marques e demais integrantes da Assessoria para a sociedade.

No dia 23 de novembro a ASSTEC teve dois de seus projetos correicionados: o “Diálogos Técnicos da Probidade e o Diálogos Técnicos da Área Médica. Toda a equipe ASSTEC da Capital esteve presente; na ocasião, também foram apresentados projetos do Centro Cultural do MPMA, vinculado à SEPLAG/MPMA.



O projeto do Centro Cultural do MPMA também foi apresentado à Corregedoria Nacional do CNMP

No ano de 2023 a ASSTEC conseguiu dar segmento aos projetos e iniciativas de execução continuada, prestando assessoramento mais efetivo, servindo de fonte de informações e disseminando conhecimento técnico para outros setores e segmentos.

8.2. Iniciativa Canais de Comunicação

No ano de 2023 a ASSTEC ampliou os canais de comunicação, prestando assessoramento mais efetivo, servindo de fonte de informações e promovendo o engajamento dos servidores do MPMA. A criação de salas virtuais da Área Médica e de Contratações Públicas foi mais uma opção implementada para tornar a aprimorar o fluxo de informações entre a ASSTEC e os órgãos ministeriais demandantes.

8.3. Iniciativa Qualificação Crescente

Em 2023 foram elaboradas propostas de cursos e treinamentos a serem realizados pelos servidores por intermédio da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão. Além disso, os servidores da ASSTEC participaram de diversas capacitações ao longo do período, notadamente:

8.4. Projeto Canal Tira-Dúvidas - Área Médica e Contratações Públicas

O projeto de implantação de um canal tira-dúvidas da área médica surgiu da necessidade de análise por profissionais técnico-científicos na orientação sobre questões menos complexas, sobretudo, da área médica, mas que, ainda assim, são imprescindíveis na obtenção do conhecimento científico para sanar tais dúvidas.

O projeto passou por reformulação, tendo em vista a atualização do site institucional. Ainda assim, possui aba específica para utilização dos usuários da intranet. Também, tem funcionado por outros meios de comunicação, como videoconferências, telefonemas e troca de mensagens.

Atualmente, além dos canais de comunicação tradicionais (WhatsApp, telefone, celular, correio eletrônico), a ASSTEC colocou à disposição duas salas para atendimento virtual por videoconferência: a sala virtual da área médica e a sala virtual para receber demandas ligadas à área de contratações públicas.

Figura 21 – Cards de divulgação na intranet



Fonte: ASSTEC/PGJ,2023.

As salas virtuais funcionam semanalmente:

- Sala Virtual da Área Médica - Quarta-Feira: das 9h às 10h
- Sala Virtual da Área de Contratações Públicas - Quinta-Feira: das 13h às 14h

8.5. Diálogos Técnicos da Probidade

Os “Diálogos Técnicos da Probidade” propõem maior discussão e abordagem das irregularidades comuns, mediante videoconferências com apresentação e debates, permitindo a troca de experiências e alinhamento de medidas mais céleres e eficientes pelos órgãos de execução.



Oficina: Critérios Técnicos de Razoabilidade e Proporcionalidade nas Contratações Culturais, realizada 07/02/2023

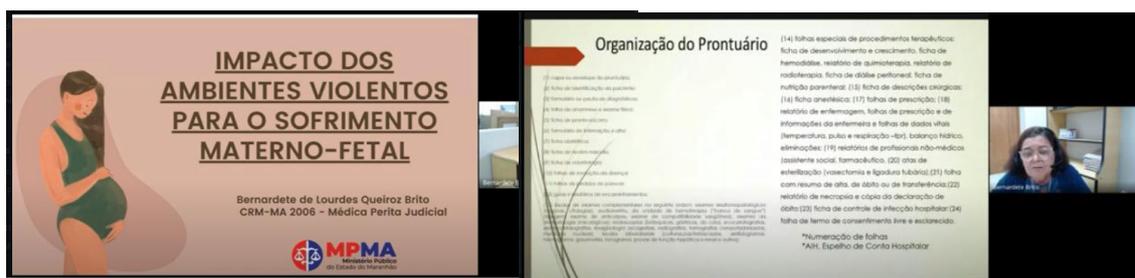
No ano de 2023 a ASSTEC realizou em fevereiro o diálogo técnico com a oficina: Critérios Técnicos de Razoabilidade e Proporcionalidade nas Contratações Culturais.

Por sua relevância, foi publicada [Nota Técnica](#) tratando do tema, a fim de auxiliar Promotores e Procuradores em questões técnicas nos processos administrativos ou judiciais que versarem sobre o assunto.

8.6. Diálogos Técnicos da Área Médica

Em 2023 os “Diálogos Técnicos da Área Médica” proporcionaram diversas atividades em colaboração com setores-chave, como a realização de oficinas on-line, confecção e distribuição de materiais informativos, Palestras e Seminário Sofrimento Fetal, Sofrimento de Todos.

Figura 22 – Cards de divulgação na intranet



Oficina: Impactos dos Ambientes Violentos para o Sofrimento Fetal, realizada em 25/04/2023

Oficina: Perícia em Prontuário Médico, realizada em 31/10/2023

9. ASSTEC MAIS QUE NÚMEROS

Em 2023 a ASSTEC realizou atividades em diversas áreas de formação de seus servidores. Os resultados obtidos denotam que o setor tem se empenhado em atender às demandas cada vez mais satisfatoriamente.

Sem embargo, o trabalho da ASSTEC tem valor muito maior que números. Outrossim, a defesa do patrimônio público e da probidade administrativa pressupõe a conscientização e a compreensão de boas práticas de gestão pública, capacitando os gestores e estimulando as habilidades de auditoria social da população, para exercício pleno da cidadania.

Diante disso, é interessante ressaltarmos outras áreas de formação de nossos servidores e que apresentam resultados relevantes para a sociedade. Na área médica, promovemos ações de conscientização referente às diretrizes de atendimento a pacientes, sobretudo, as mães parturientes, objetivando fornecer recomendações baseadas em evidências sobre cuidados na assistência médico-hospitalar, de modo a evitar que pessoas sejam submetidas a situações degradantes.

Na área de engenharia, o grande relevo foi na acessibilidade, que buscou verificar a observância da norma técnica na execução de obras públicas e privadas de acesso público, não sendo apenas aspectos objetivos, mas que dizem respeito a igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia para todos os cidadãos, a fim de que haja uma participação plena das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Na assistência social foi oferecida atenção básica aos vulneráveis para que tenham acesso a serviços de inclusão social, por meio de atendimento in loco (visitas domiciliares, entrevistas, inspeções à entidades de acolhimentos), estudos sociais, entre outros.

Em 2023 a ASSTEC mostrou-se verdadeiramente comprometida com a missão do MPMA, empenhando-se na realização de suas atividades com os objetivos de contribuir para a edificação de políticas públicas e promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

10. AÇÕES DE MELHORIA

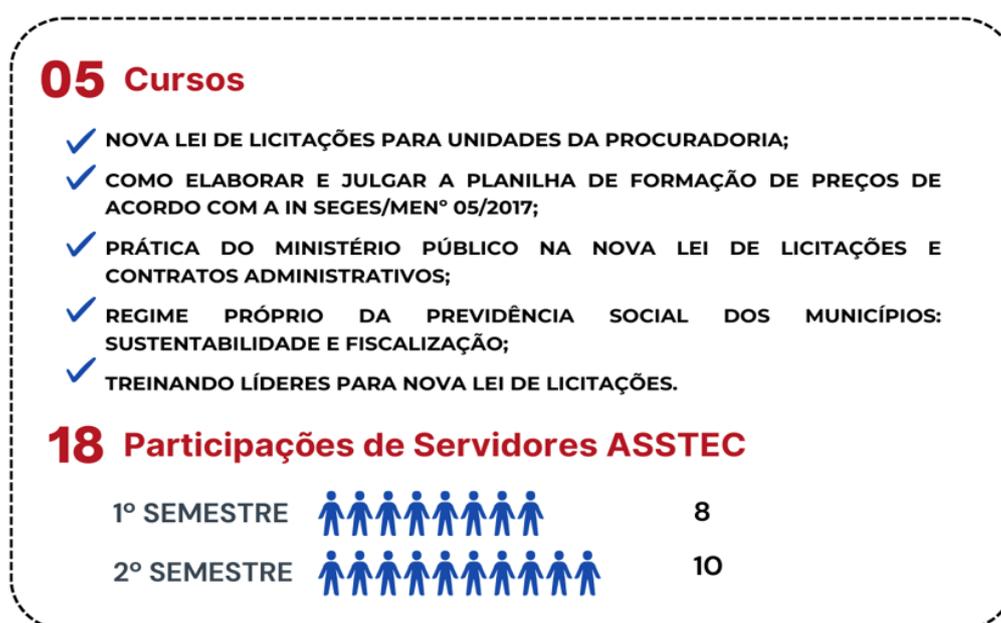
As ações desenvolvidas pela ASSTEC tiveram um resultado positivo para o alcance da melhoria contínua dos processos de trabalho, potencializando a fluidez nos serviços da unidade e reduzindo o tempo de resposta aos demandantes.

11. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS OFERTADOS AOS SERVIDORES

As demandas encaminhadas à ASSTEC abrangem diversas áreas de conhecimento técnico. Com o objetivo de potencializar as habilidades profissionais, diversificando os nichos de atuação da ASSTEC dentro de sua área de interesse, a unidade propôs-se a otimizar os recursos humanos disponíveis, utilizando-se dos cursos e treinamentos ofertados aos servidores.

Em 2023 os servidores tiveram a oportunidade de participar dos cursos ofertados pela Instituição:

Figura 23 – Participação em cursos ofertados



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2023.

12. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SETOR EM CARDS

No ano de 2023 os CARDS divulgaram as principais notícias do setor e levaram conteúdo objetivo e de fácil leitura sobre as principais questões técnicas abordadas nos trabalhos elaborados no setor.

Figura 24 – Cards informativos



Os cards trazem informação rápida, com linguagem direta e objetiva, sempre tratando das atividades realizadas pela ASSTEC

13. AÇÕES CORRETIVAS – REUNIÕES DE ALINHAMENTO

Em 17 de janeiro de 2023 a ASSTEC realizou sua primeira reunião de alinhamento com os servidores dos Núcleos Estadual e Regionalizados (Imperatriz e Timon). Na oportunidade, foram tratados assuntos pertinentes à atuação dos analistas e definição de parâmetros de melhoria dos trabalhos técnicos emitidos pela Unidade.



As reuniões de alinhamento ocorrem de virtualmente, com a participação de servidores em teletrabalho e dos Núcleos Regionalizados

14. DESTAQUES

- **2º ENCONTRO DE FORMAÇÃO DO CIDADÃO EM AÇAILÂNDIA**

O 2º Encontro de Formação do Cidadão de Açailândia ocorreu entre os dias 14 e 15 de março. O treinamento fortalece a fiscalização promovida pelos cidadãos, que podem acompanhar as contratações públicas de forma mais efetiva. O evento foi possível pela parceria da ASSTEC com a Promotoria de Açailândia.



2º Encontro de Formação do Cidadão em Açailândia ocorrido nos dias 14 e 15 de março de 2023

- **DIÁLOGOS DA SAÚDE - APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

Os Analistas da ASSTEC trataram de temas de constituição, organização e operacionalização do Fundo Municipal de Saúde (FMS), captação, gerenciamento e aplicação de recursos destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).



*Diálogos da Saúde - Aplicação do Fundo Municipal da Saúde/
Paço do Lumiar realizado em 02/06/2023*

- **NOVO REGRAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS LEI Nº 14.133/2021**
- **SEMINÁRIO SOFRIMENTO FETAL, SOFRIMENTO DE TODOS**

O Seminário "Sofrimento Fetal, Sofrimento de Todos foi realizado em duas oportunidades: ocorreu dia 16 de março/2023, em Imperatriz, e 06 de junho/2023, em São Luís.



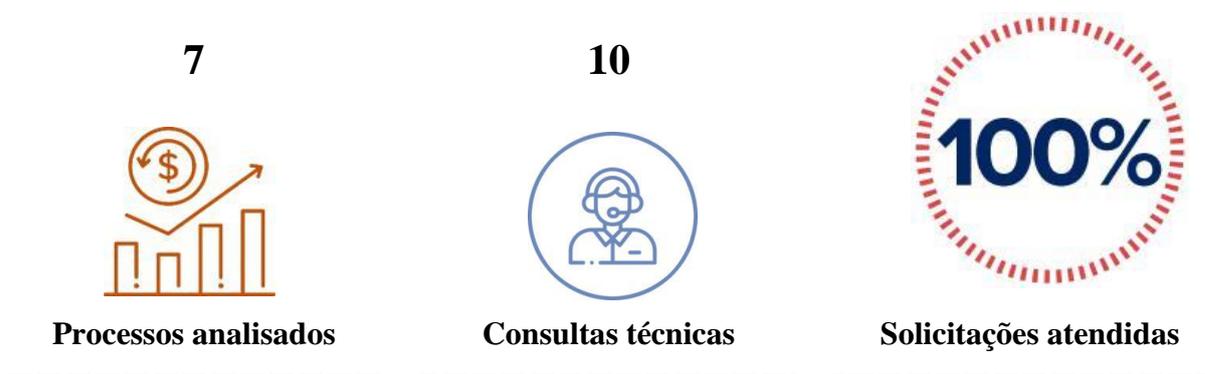
A médica perita da ASSTEC, Bernardete Brito, coordenou o ev. Equipe de profissionais da IES prestigiou a palestra da Dra. Bernardete Brito

A temática também foi desenvolvida em instituições de ensino superior da Capital. A convite da Faculdade Edufor, a médica perita tratou do enfrentamento ao sofrimento fetal sob a ótica do MPMA e seus principais aspectos.

- **FESTIVIDADES DO CARNAVAL**

Em 2023, durante o período do Carnaval, a ASSTEC recebeu algumas demandas sobre as contratações que estavam sendo firmadas nos municípios maranhenses para comemorações da festa de Momo.

Figura 25 – Representação das demandas atendidas durante o período do Carnaval



RESULTADOS

Nota Técnica tratando dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade nas contratações

100%
das contratações tinham irregularidade

R\$ 12.105.343,13

(doze milhões e cento e cinco mil e trezentos e quarenta e três reais e treze centavos)

Valores referem-se às demandas enviadas à ASSTEC que tinham como objeto a análise de contratações relacionadas ao Carnaval-2023.

03 TACs celebrados para adequações das contratações carnavalescas

Fonte: ASSTEC/PGJ,2023.

- **FESTIVIDADES DO CARNAVAL**

No dia 04 de fevereiro a ASSTEC enviou aos órgãos de apoio e finalístico do MPMA a NTC-ASSTEC/PGJ-22023 abordando, sob o ponto de vista técnico, os parâmetros de alcance da razoabilidade e proporcionalidade no custeio de festividades e contratações artísticas, durante o período carnavalesco de 2023, pelos entes municipais, em face da Recomendação n.º 01/2023-GPGJ.

A referida Nota Técnica auxiliou os órgãos de execução na fiscalização das festividades do período carnavalesco e as promotorias atuaram ativamente para melhor acompanhar as comemorações.

A ASSTEC contribuiu ativamente para garantir a correta aplicação dos recursos públicos com eventos de carnaval, expondo a matéria de forma técnica, trazendo diretrizes de aplicação dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade a serem considerados nas contratações culturais pelos municípios.

- **STJ DÁ PROVIMENTO A PEDIDO DO MPMA PARA REALOCAR RECURSOS DO CARNAVAL PARA A SAÚDE**

O pedido do Ministério Público em Imperatriz partiu das fiscalizações sobre os valores exorbitantes que os municípios pretendiam despende com o carnaval de 2023.

As razões recursais do MPMA fundamentaram-se em dados



Acesse aqui a matéria

levantados pela ASSTEC

e, sobretudo, no suporte técnico da NTC-ASSTEC/PGJ-22023, que trata dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade a ser considerados nas contratações do carnaval e outros eventos culturais nos municípios maranhenses.



- **ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS**

Em 2023 a ASSTEC recebeu várias demandas que envolviam a fiscalização de contratações relacionadas à realização de festividades municipais ou estadual. Alguns tinham como objeto a contratação imediata de artistas para apresentações em datas comemorativas, outras licitações foram realizadas para registro de preço de produtos e serviços a serem utilizados no interesse do ente público.

Figura 26 – Processos analisados de contratações para realizações de eventos

74

Processos analisados

Fonte: ASSTEC/PGJ,2023.

incluindo
CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

- **ANÁLISE DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS DE MUNICÍPIOS MARANHENSES**

Em 2023 a ASSTEC recebeu várias demandas que envolviam a fiscalização de contratações relacionadas à realização de festividades municipais ou mesmo estadual. Alguns tinham como objeto a contratação imediata de artistas, para apresentações em datas comemorativas, outras licitações foram realizadas para registro de preço de produtos e serviços a serem utilizados no interesse do ente público.

Figura 27 – Pareceres Emitidos das análises sobre as receitas tributárias dos Municípios Maranhenses



Fonte: ASSTEC/PGJ,2023.

- **GUIA DE ACOMPANHAMENTO PARA AÇÕES DE SOFRIMENTO FETAL**



Equipe da ASSTEC com representantes da SES-MA

O Guia aborda a temática do Sofrimento Fetal, sendo desdobramento dos Médica, em que se identificou a necessidade de esclarecer e instruir sobre as diversas situações que envolvem parturientes em estabelecimentos de saúde públicos e servir de fonte de informações para Promotorias e outros órgãos ministeriais.

O guia tornou-se uma realidade pela parceria entre ASCOM, a Coordenadoria de Biblioteca e o apoio de Membros e servidores. O material foi enviado a todas as Promotorias e aos Centros de Apoio Operacional do MPMA, inclusive as Comarcas do interior do Estado.



A médica perita, Bernardete Brito, do MPMA é a autora do Guia



Acesse aqui o Guia

• **QUALIFICA MARANHÃO**



O analista Ministerial Edson Maia contribuiu apresentando a palestra sobre reestruturação e planejamento na NLL.

públicas nos municípios.

Abertura do QUALIFICA MARANHÃO ocorreu no Auditório da Assembleia Legislativa no dia 11 de abril e contou com a presença do PGJ em exercício, Danilo de Castro, do Assessor-Chefe da ASSTEC/PGJ, Ednarg Marques, da Coordenadora do CAO-Proad, Nahyma Abas, do Presidente da FAMEM, Ivo Rezende, entre outras autoridades comprometidas em tornar o evento uma referência no Estado.

Foram realizados encontros abrangendo todos os municípios do

Estado, distribuídos em regionais. A ASSTEC participou de 09 encontros.

QUALIFICA MARANHÃO é um desdobramento do projeto “Diálogos Técnicos da Probidade. O evento contou com organização e participação de outras instituições, como FAMEM, TCE, TCU, CGU, EGMA, unindo-se para realizarem capacitações no âmbito da Nova Lei de Licitações. O público-alvo foi gestores e outros servidores responsáveis por realizar despesas



O encerramento foi em Dom Pedro, entre os dias 13 e 16 de setembro.

Figura 28 – Participação da ASSTEC nos Encontros Regionais no Estado



Fonte: ASSTEC/PGJ,2023.

- **CAPACITAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE BACABAL**

O Workshop de Capacitação da Rede de Serviços Socioassistenciais do Município de Bacabal e Região contou com a contribuição da Analista Ministerial - Serviço Social, Adriana Rodrigues, apresentando a palestra Sistema Único da Assistência Social: conceitos e estrutura. O evento ocorreu em 25 de abril de 2023, no Auditório da UFMA em Bacabal/MA.



Momento da Entrega de Certificados

- **IV SEMINÁRIO ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

O IV seminário envelhecimento e políticas públicas, a Analista Ministerial - Serviço Social Adriana Rodrigues apresentou o trabalho **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A PESSOA IDOSA NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO**: breves considerações sobre a realidade brasileira. O evento ocorreu nos dias 27 a 30 de setembro/2023.



Acesse
livro na
íntegra:



O trabalho compõe o livro Envelhecimento e Políticas Públicas, da Editora Terra sem Amos.

- **CAPACITAÇÃO EAD DE FORMADORES DE GRUPOS REFLEXIVOS**

A Analista Ministerial lotada na ASSTEC, Camila Souza, e outros servidores realizaram a gravação da Capacitação EAD de Formadores de Grupos Reflexivos” promovido por meio da parceria do Centro de Apoio de Enfrentamento à Violência de Gênero – CAO-Mulher e a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão-ESMP.

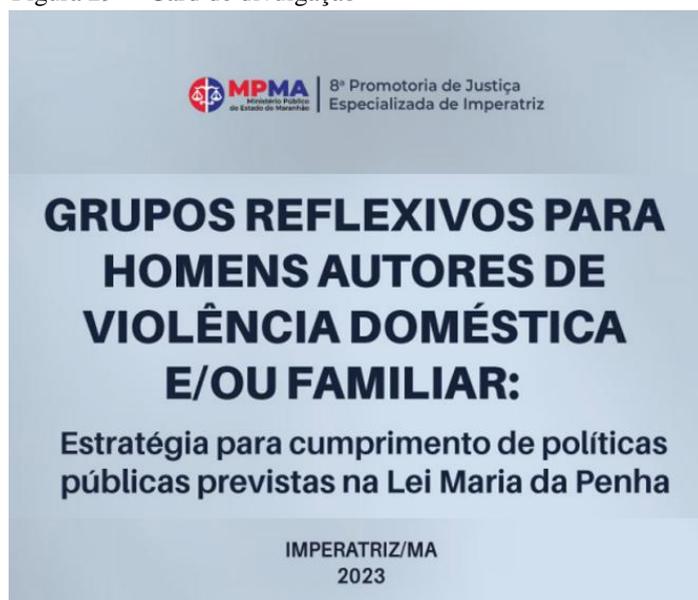


A Capacitação de Formadores em Grupos Reflexivos é uma ferramenta para reeducação de homens que se envolvem em *Gravação do 4º módulo do curso dia 18/09/2023* situação de violência doméstica, familiar ou afetiva contra a mulher, alinhando-se às ações de proteção previstas no âmbito da Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06.

- **CARTILHA “GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU FAMILIAR: ESTRATÉGIA PARA CUMPRIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA LEI MARIA DA PENHA”**

Elaborado pela 8ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, contou com contribuição da Analista Ministerial, Camila Souza. A cartilha aborda estratégias para cumprimento de políticas públicas previstas na Lei Maria da Penha. Os principais objetivos são contribuir com a capacitação de profissionais em atuação direta com o tema proposto, assim como fomentar a criação de novos grupos no Maranhão e, quiçá, em outros estados.

Figura 29 – Card de divulgação



- **INSPEÇÕES DE ACORDO COM RESOLUÇÕES DO CNMP**

Em 2023 a ASSTEC realizou 26 inspeções, seguindo a ordem de serviço de cada órgão requisitante.

As inspeções seguem as Resoluções do CNMP e a ASSTEC acompanha os Membros para prestar o suporte técnico necessário em suas respectivas áreas.

Em setembro de 2023, o registro das Analistas Ministeriais do NASSTEC/TIM acompanhando a Promotora de Justiça titular da Comarca de Bacabal, Michelle Dias, em inspeções a instalações de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no município de Bacabal.

Toda a informação coletada resulta em relatório a ser anexado ao procedimento administrativo, já em curso ou a ser instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça, de acompanhamento das instituições inspecionadas.



Equipe ASSTEC acompanha promotora em inspeção em Bacabal-MA

- **CURSO SOBRE PLANILHAS DE CUSTOS**



Curso realizado em novembro de 2023

O curso de PLANILHA DE CUSTOS contou com a participação de setores-chave do MPMA: Diretoria Geral, Secretaria Administrativo-Financeira e Coordenadoria de Serviços Gerais. O objetivo é capacitar outros servidores para planejar e executar os contratos

internos de forma mais exitosa.

15. PRÓXIMOS PASSOS

1. Diminuição dos estoques, resultando no menor tempo de resposta possível;
2. Avaliação, controle e aperfeiçoamento das ações já executadas;
3. Implantação de rotinas administrativas com utilização de ferramentas analíticas e plataformas de dados digitais;
4. Efetiva implantação do núcleo regional do polo de Pinheiro e Santa Inês;

5. Proposta de alteração do ato regulamentar da ASSTEC/PGJ, incluindo demais atribuições das áreas de serviço social e médica

Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ASSCIAUD)

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

Esta Assessoria, atualmente, vincula-se aos preceitos insculpidos no **Ato Regulamentar nº. 22/2020**, o qual dispõe sobre o **Regimento Interno** desta Procuradoria Geral de Justiça, publicado em 09/06/2020 no Diário Eletrônico deste MPMA.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

Esta Assessoria pautou as atividades desenvolvidas de controle interno e auditoria no Plano Anual de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2023, datado de 19/01/2023, submetido à apreciação da Administração Superior pelo MEMO-AUD-72023.

Assim, na busca pelo aprimoramento dos mecanismos de controle interno e, por corolário, pelo fortalecimento institucional, realizamos atividades tanto de auditoria como de acompanhamento da implementação de recomendações, nas áreas:

- a) Administrativa, Focos: Planejamento Estratégico; Portal da Transparência (CNMP e TCE/MA); e Gestão da Frota de Veículos;
- b) Gestão Patrimonial, Focos: Inspeções *in loco* nos Almoxarifados – Bens Móveis (Material de Consumo e Permanente); e Bens Imóveis;
- c) Contabilidade, Orçamento e Finanças; e
- d) Folha de Pagamento, Foco: Pagamento da Indenização da Conversão em Pecúnia da Licença Compensatória e Direção de Promotoria.

Tais atividades resultaram na elaboração de 13 (treze) Relatórios de Auditoria Interna, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações julgadas cabíveis.

O acompanhamento da implementação das recomendações, que pode ser formalizado em relatórios específicos, em manifestações presentes nos autos dos respectivos processos administrativos, ou em atas de reuniões técnicas com as unidades envolvidas, deriva das prescrições do inciso V do art. 30 do AR nº. 022/2020-GPGJ.

Além dos trabalhos de auditoria e acompanhamentos em questão – envolvendo procedimentos de análises documentais, reuniões técnicas, exames dos registros, avaliações, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais são avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão – as principais atividades realizadas ao longo de 2023 seguem abaixo sucintamente descritas:

- 1) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório de Auditoria Interna nº. 01/2023 – Área: Gestão Patrimonial, com Inspeções *in loco* nos Almoxarifados (Material de Consumo), conforme Processo nº. 3905/2023.

- 2) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, dos Relatórios de Auditoria Interna nº. 02/2023, nº. 04/2023 e nº. 10/2023 – Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência - CNMP.
- 3) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, dos Relatórios de Auditoria Interna nº. 03/2023, nº. 05/2023 e nº. 11/2023 – Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência – TCE/MA.
- 4) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório de Auditoria Interna nº. 06/2023 – Área: Gestão Patrimonial, com Inspeções *in loco* nos Almoxarifados (Bens Permanentes), conforme Processo nº. 17580/2023.
- 5) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório de Auditoria Interna nº. 07/2023 – Área: Contabilidade, Orçamento e Finanças, conforme Processo nº. 17876/2023.
- 6) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório de Auditoria Interna nº. 08/2023 – Área: Administrativa, Foco: Planejamento Estratégico, contido nos autos do Processo nº. 19340/2023.
- 7) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório de Auditoria Interna nº. 09/2023 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Imóveis, contido nos autos do Processo nº. 19558/2023.
- 8) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório de Auditoria Interna nº. 12/2023 – Área: Folha de Pagamento, Foco: Pagamento da Indenização da Conversão em Pecúnia da Licença Compensatória e Direção de Promotoria para os Membros do MPMA (Processo nº. 35/2024).
- 9) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório de Auditoria Interna nº. 13/2023 – Área: Administrativa, Foco: Gestão da Frota de Veículos (Processo nº. 34/2024).
- 10) Participação nas atividades relativas à Comissão de Gestão Ambiental, instituída pelo Ato nº. 403/2016-GPGJ, conforme PORTARIA-GAB/PGJ-7841/2020.
- 11) Continuidade dos estudos e atividades pertinentes ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), com destaque à atualização do cadastro das informações apresentadas pelas unidades ministeriais no sistema e-Prevenção.
- 12) Preenchimento do questionário de monitoramento do Planejamento Estratégico Nacional, do Conselho Nacional do Ministério Público (PEN/CNMP 2020-2029), chamado de RADAR ESTRATÉGICO 2023 - ANO BASE 2022, tendo em vista o OFÍCIO-CIRCULAR nº. 69/2022/CPE (Comissão de Planejamento Estratégico – CNMP).
- 13) Participação nos trabalhos voltados para o aperfeiçoamento do Sistema de Mapas, em desenvolvimento pela CMTI, destinado à automatização da geração dos Mapas das Substituições Cumulativas, das Direções de Promotorias, dos Exercícios de Cargo ou Função e dos Acúmulos de Acervo dos membros deste Ministério Público.
- 14) Participação nos estudos voltados à análise da minuta de Provimento Conjunto que altera e consolida as normas que dispõem sobre a apresentação de declaração

- de bens pelos membros do MPMA (PA nº. 7097/2023, MEMO-SECINST-45/2023).
- 15) Contribuição junto à CGP para resposta ao questionário (<https://formularios.cgu.gov.br/index.php/259428?lang=pt-BR>) pertinente à Ação 04/2023 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA.
 - 16) Elaboração e encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça, de minutas de atos regulamentares pertinentes ao Estatuto de Auditoria Interna e ao Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna (Processo nº. 21709/2023).
 - 17) Auxílio nos trabalhos de análise visando à compreensão – e consequente estabelecimento de medidas cabíveis – dos Relatórios de Acompanhamento emitidos pela Secretaria de Fiscalização do TCE/MA (SEFIS), relativamente à verificação da situação do cumprimento dos Portais da Transparência.
 - 18) Designação para compor a Comissão para a revisão da normatização dos procedimentos reavaliação dos parâmetros de classificação, dos critérios e da metodologia para cálculo e aplicação do regime de depreciação dos bens móveis e imóveis deste Ministério Público, conforme PORTARIA-GAB/PGJ-12770/2023.
 - 19) Designação para compor a Comissão de pesquisa, estudo, análise e definição das atribuições dos cargos de provimento efetivo e comissionado, conforme PORTARIA-GAB/PGJ-9429/2023.
 - 20) Designação para compor a Comissão para análise da proposta de minuta de Manual de Normas, Procedimentos e Rotinas Administrativas para formalização, execução e prestação de contas dos Termos de Convênio e Cooperação Técnica, conforme PORTARIA-GAB/PGJ-5336/2023.
 - 21) Designação para integrar o Grupo de Trabalho (GT Integridade) destinado à elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de Programa de Integridade e Compliance, e de seu Plano de Integridade (PORTARIA-GAB/PGJ-5354/2023).
 - 22) Designação para compor o Grupo de Trabalho para implementação da Gestão de Riscos e Controles Internos no âmbito deste Ministério Público, tendo em vista o que consta do Processo nº. 1571/2023, conforme PORTARIA-GAB/PGJ-4774/2023.
 - 23) Participação em 122 (cento e vinte e duas) Reuniões Técnicas, envolvendo representantes das diversas unidades e da Administração Superior, voltadas à discussão de questões pertinentes ao saneamento de inadequações, ao aperfeiçoamento de mecanismos de controle interno e ao consequente estabelecimento de ações concretas.
 - 24) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório do Controle Interno relativo à Prestação de Contas do FEMPE (Exercício Financeiro de 2022).

- 25) Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, do Relatório do Controle Interno relativo à Prestação de Contas da PGJ (Exercício Financeiro de 2022).
- 26) Participação nos estudos para normatização da Lei nº. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- 27) Trabalhos em andamento, de acompanhamento da evolução da folha de pagamento de membros e servidores do MPMA.
- 28) Prestação de orientações e esclarecimentos a unidades administrativas desta Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna, bem como em atenção a consultas diversas.

Assim, pelo que se constata do acima exposto, das 23 (vinte e três) atividades previstas no Plano Anual de Controle Interno e Auditoria (PACIA) – Exercício 2023, foram realizadas dezoito atividades (78%), três estão em andamento (13%: itens 11, 15 e 21 do PACIA) e apenas duas não foram realizadas (9%: itens 12 e 13 do PACIA). No item 4 deste relatório, registramos as principais razões pelas quais não foi possível o alcance integral das metas estabelecidas para o exercício em questão.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Nas Tabelas 72 e 73 a seguir, demonstramos a situação da execução, até o final do exercício de 2023, do Plano de Ação das Iniciativas desta Assessoria – constituído por duas iniciativas: “Incentivar as boas práticas de governança, gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão” (Iniciativa 01) e “Aperfeiçoamento dos processos de trabalho da Assessoria de Controle Interno e Auditoria” (Iniciativa 02), ambas em função do Objetivo Estratégico vinculado PEI MPMA 2021-2029 de “Disseminar prática de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados”.

Tabela 72 – Etapas da Iniciativa 01 do Plano de Ação das Iniciativas da ASSCIAUD/PGJ

| Nº | Etapa | Entrega | Prazo | | Etapa Cumprida? |
|----|---|--------------------------|--------|------|-----------------|
| | | | Início | Fim | |
| 1 | Mapear os setores estratégicos cuja atuação é necessária para a implementação dos processos de governança, de gestão de riscos e controles internos, até dezembro/2022. | Relatório de diagnóstico | 2022 | 2022 | Sim |

| | | | | | |
|---|--|------------------------------|------|------|--------------------|
| 2 | Realizar capacitação dos setores estratégicos, com vistas à sensibilização quanto à importância da adoção das boas práticas concernentes aos processos de governança, de gestão de riscos e controles internos, até dezembro/2022. | Capacitação. | 2022 | 2022 | Sim |
| 3 | Realizar reuniões técnicas, trimestralmente, com os setores estratégicos, de modo a alinhar a estratégia relativa à adoção das boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos da gestão, até dezembro/2024. | Ata das reuniões. | 2022 | 2024 | Sim (em andamento) |
| 4 | Monitorar a adoção, pelos setores estratégicos, das deliberações pactuadas nas reuniões técnicas, a partir do que será emitido relatório trimestral, até dezembro/2024. | Relatórios de monitoramento. | 2022 | 2024 | Sim (em andamento) |
| 5 | Avaliar a maturidade organizacional no que tange à implementação dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos, ao final de 2024. | Relatório de avaliação | 2024 | 2024 | Não (em andamento) |

Fonte: ASSCIAUD/PGJ, 2023.

Tabela 73 – Etapas da Iniciativa 02 do Plano de Ação das Iniciativas da ASSCIAUD/PGJ

| Nº | Etapa | Entrega | Prazo | | Etapa |
|----|---|---|--------|------|-----------|
| | | | Início | Fim | Cumprida? |
| 1 | Identificar as áreas e temas prioritários que devem ser objeto de capacitação dos servidores da Assessoria de Controle Interno e Auditoria, anualmente. | - | 2022 | 2024 | Sim |
| 2 | Conceber o Plano Anual de Capacitação dos servidores da Assessoria de Controle Interno e Auditoria. | Proposta de Plano de Capacitação Anual. | 2022 | 2024 | Sim |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|---|---|---|------|------|-----|
| 3 | Realizar benchmarking com vistas a que sejam estabelecidas as balizas para a atuação da Assessoria de Controle Interno e Auditoria no contexto de implementação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controle interno, até final de 2023. | - | 2022 | 2023 | Sim |
| 4 | Elaborar o Estatuto da Assessoria de Controle Interno e Auditoria, até o final de 2023. | Minuta do Estatuto. | 2022 | 2023 | Sim |
| 5 | Idealizar o Código de Ética e de Conduta da Assessoria de Controle Interno e Auditoria, até o final de 2023. | Minuta do Código de Ética e de Conduta. | 2022 | 2023 | Sim |

Fonte: ASSCIAUD/PGJ, 2023.

Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, passa a se chamar Assessoria Técnica da Administração, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões, em conformidade com o Ato Regulamentar nº 22/2020, Art. 64, de 10 de maio de 2020 e publicado em 9 de junho de 2020.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

Com base no ATO REGULAMENTAR nº 22/2020, art. 64, que cita as competências desta Assessoria Técnica da Administração e que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2023, foram emitidos pareceres sobre assuntos variados, por esta Assessoria Técnica da Administração, a saber: Prestação de Contas dos recursos recebidos a título de Suprimento de Fundos (adiantamento); Abono de Permanência; Adesão a Ata de Registro de Preço; Aditivo Contratual; Ajuda de Custos; Auxílio Saúde; Aposentadoria; Conversão em Pecúnia de Licença Compensatória de Substituição; Conversão em Pecúnia de Licença Prêmio; Dispensa de Licitação; Fase Interna de Licitação; Incorporação, Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária; Inexigibilidade; Locação de Imóvel; Pagamento de Obras, Materiais e Serviços; Prestação de Contas do FEMPE; Reajuste Contratual; Reajuste de Contrato de Locação; Repactuação e Reequilíbrio Contratual; Reconhecimento de Dívida; Regularização de prestação de Contas do Adiantamento; Solicitação de Empenhos; Verbas Indenizatórias; Ressarcimentos de cursos de pós graduação e outros.

No aspecto quantitativo, emitimos **1.798 (um mil, setecentos e noventa e oito)** Pareceres Técnicos durante o exercício de 2023, conforme podemos observar na Tabela 74 a seguir:

Tabela 74 - Número de manifestações/pareceres discriminados por assunto/2023

| ASSUNTO | QUANTIDADE |
|-----------------------|------------|
| Abono Permanência | 19 |
| Adesão SRG | 7 |
| Aditivo Contratual | 59 |
| Ajuda de Custo | 8 |
| Aposentadoria | 8 |
| Auxílio Saúde | 2 |
| Concurso | 1 |
| Dispensa de Licitação | 18 |

| | |
|--|-------------|
| Fase Interna de Licitação | 18 |
| Incorporação e Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Cont. | 5 |
| Inexigibilidade de Licitação | 57 |
| Locação de Imóvel | 9 |
| Pagamentos de Obras, Materiais e Serviços | 825 |
| Conversão em Pecúnia de Licença Compensatória e de Licença Prêmio | 9 |
| Prestação de Contas de Adiantamento | 339 |
| Prestação de Contas do FEMPE | 4 |
| Reajuste Contratual | 27 |
| Reajuste de Contrato de Locação | 7 |
| Reconhecimento de Dívida | 5 |
| Regularização de Prestação de Contas Adiantamento | 18 |
| Repactuação e Reequilíbrio Contratual | 12 |
| Ressarcimento de pós graduação (membro) | 38 |
| Solicitação de Empenhos | 173 |
| Verbas Indenizatórias | 118 |
| Outros | 12 |
| TOTAL | 1798 |

Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

O gráfico a seguir fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do ano de 2023, as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e outros:

Gráfico 54 - Percentual de manifestações por grupo/2023.



Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

Tabela 75 - Número de manifestações/pareceres discriminados por grupo/2023.

| GRUPO | TOTAL |
|-----------------------|--------------|
| Execução Orçamentária | 1359 |
| Gestão de Pessoas | 207 |
| Licitação | 220 |
| Outros | 12 |
| TOTAL | 1798 |

Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

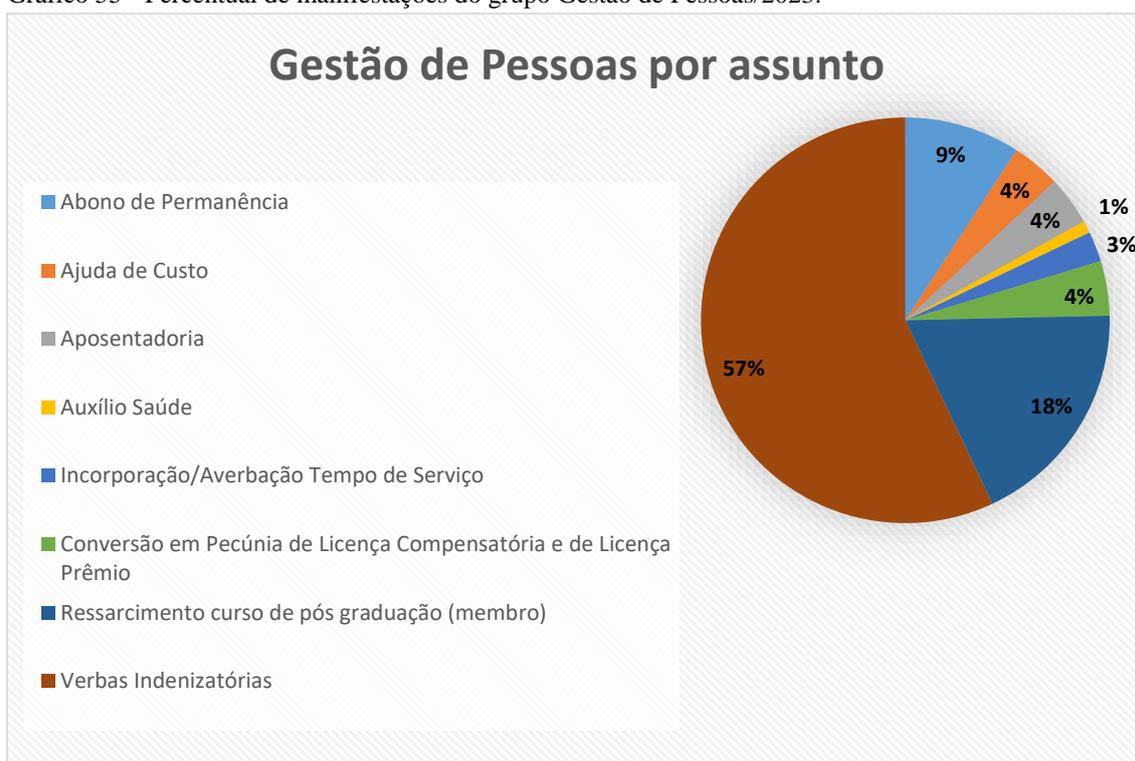
Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas, tivemos:

Tabela 76 - Número de pareceres relativos à Gestão de Pessoas divididos por assunto/2023.

| ASSUNTO | TOTAL |
|---|--------------|
| Abono de Permanência | 19 |
| Ajuda de Custo | 8 |
| Aposentadoria | 8 |
| Auxílio Saúde | 2 |
| Incorporação/Averbação Tempo de Serviço | 5 |
| Conversão em Pecúnia de Licença Compensatória e de Licença Prêmio | 9 |
| Ressarcimento curso de pós graduação (membro) | 38 |
| Verbas Indenizatórias | 118 |
| TOTAL | 207 |

Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

Gráfico 55 - Percentual de manifestações do grupo Gestão de Pessoas/2023.



Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

Com relação aos processos de verbas indenizatórias, precisamos destacar algumas dificuldades encontradas, tais como: ausência de uniformidade quanto à contagem de férias e 13º salário proporcional; processo de pagamento de tais verbas em virtude de aposentadoria que implica na análise de toda a vida funcional do membro/servidor, formada por considerável volume de informações, muitas delas sem lastro documental, que se não suficientemente tratadas, podem levar esta Instituição a ser demandada administrativa ou até mesmo judicialmente, mesmo que apenas para prestar esclarecimentos.

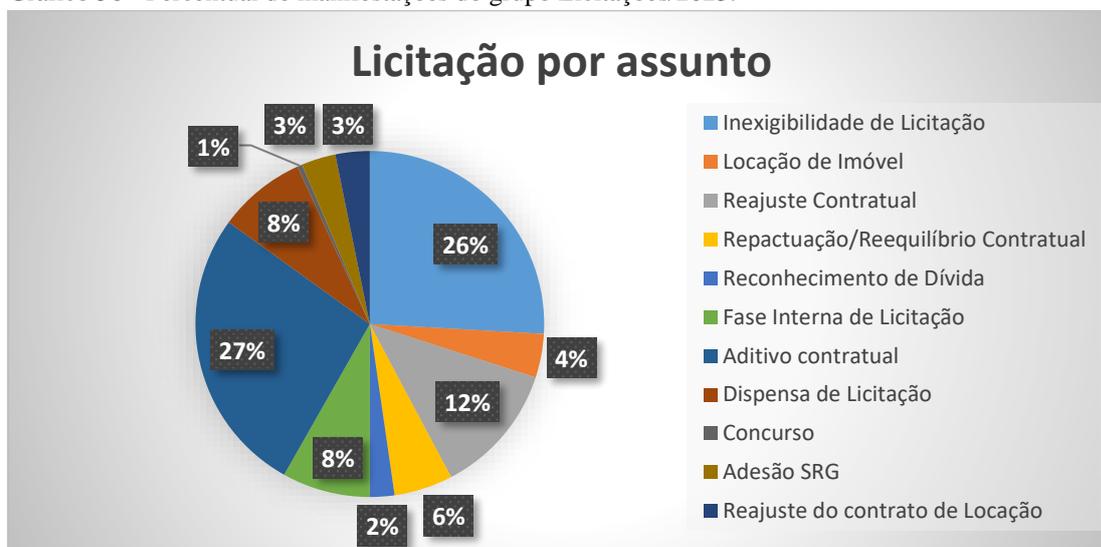
A respeito dos processos administrativos relativos à Licitação, as análises foram assim distribuídas:

Tabela 77 - Número de pareceres relativos à Licitação divididos por assunto/2023.

| ASSUNTO | TOTAL |
|-------------------------------------|--------------|
| Inexigibilidade de Licitação | 57 |
| Locação de Imóvel | 9 |
| Reajuste Contratual | 27 |
| Repactuação/Reequilíbrio Contratual | 12 |
| Reconhecimento de Dívida | 5 |
| Fase Interna de Licitação | 18 |
| Aditivo contratual | 59 |
| Dispensa de Licitação | 18 |
| Concurso | 1 |
| Adesão SRG | 7 |
| Reajuste do contrato de Locação | 7 |
| TOTAL | 220 |

Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

Gráfico 56 - Percentual de manifestações do grupo Licitações/2023.



Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

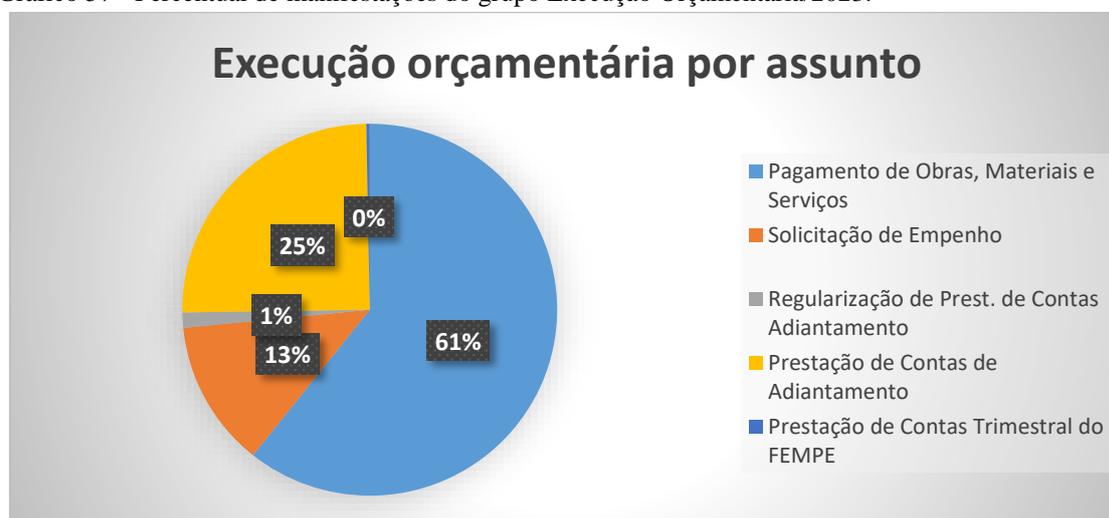
As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à Execução Orçamentária, assim se apresentaram:

Tabela 78 - Número de pareceres relativos à Execução Orçamentária/2023.

| ASSUNTO | TOTAL |
|--|--------------|
| Pagamento de Obras, Materiais e Serviços | 825 |
| Solicitação de Empenho | 173 |
| Regularização de Prest. de Contas Adiantamento | 18 |
| Prestação de Contas de Adiantamento | 339 |
| Prestação de Contas Trimestral do FEMPE | 4 |
| TOTAL | 1359 |

Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

Gráfico 57 - Percentual de manifestações do grupo Execução Orçamentária/2023.



Fonte: ASTECADAM//PGJ, 2023.

Aqui merecem destaque os processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Com relação aos processos relativos à prestação de contas de adiantamento, podemos observar que há pendências que se repetem com bastante frequência, a saber: aquisição de produtos e/ou contratação de serviços que não caracterizam despesas urgentes; aplicação de recursos em natureza de despesa diferente do que foi solicitado e concedido, logo despesas realizadas sem prévio empenho; aplicação de recursos fora do período de aplicação do adiantamento.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Ao longo do ano de 2023 tivemos a iniciativa denominada “DESCOMPLICANDO O ADIANTAMENTO DE RECURSOS”, a qual consiste em

elaborar e implantar um manual (uma cartilha) de orientação para melhor aplicação e prestação de contas de recursos recebidos a título de suprimento de fundos, com o intuito de aprimorar a gestão interna e dar maior celeridade aos processos.

Ocorre que a elaboração do manual precisou ser adiada, tendo em vista que o Ato Regulamentar que tratava de adiantamento estava passando por algumas alterações. Finalmente, em 10 de novembro de 2023, foi publicado o Ato Regulamentar nº 39/2023, o novo ato que trata das regras para utilização de adiantamento no âmbito do Ministério Público.

Dessa forma, a partir de agora, com base no Ato Regulamentar nº 39/2023, daremos início à confecção do manual (teoria e prática), com vistas a esclarecer boa parte das dúvidas dos supridos e aprimorar o trâmite dos processos dessa natureza.

Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

A Assessoria Jurídica da Administração (AJAD) atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração referente ao exercício de 2023, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

Tabela 79 – Movimentação Processual da AJAD

| Descrição | 2023 | 2022 | 2021 |
|-------------------------|------|------|------|
| Processos recebidos | 601 | 603 | 581 |
| Processos devolvidos | 552 | 589 | 566 |
| Processos remanescentes | 21 | 14 | 15 |

Fonte: AJAD//PGJ, 2023.

Os processos supracitados, em sua grande maioria tratam de licitações e contratos, o que exige da AJAD uma análise minuciosa dos autos, em especial do Edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no art. 53, da Lei nº 14.133/21, uma vez que “ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.”

Além das apreciações dos referidos processos, a AJAD respondeu inúmeras consultas formais e informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, principalmente acerca dos procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, execução contratual, sanções bem como a realização de reuniões e participação em audiências quando necessárias.

Convém destacar as atribuições desta Assessoria Jurídica previstas no art. 63 do Ato Regulamentar nº 22/2020 - Regimento Interno da PGJ/MA, principalmente aquelas dos incisos I a IV.

Da mesma forma, se fez presente sempre que solicitado, no gabinete da Diretoria Geral e da SAF para contribuir com soluções jurídico-formal quando das reuniões com Coordenadores e Contratados.

Destaca-se ainda a participação da AJAD em Comissões de Estudos para elaboração de diversos atos normativos internos da PGJ, decorrentes das alterações legislativas federais sobre licitações e contratos.

Como sugestão de ações de melhoria, propõe-se a ampliação do corpo técnico com aumento do número de servidores no setor bem como a oferta de cursos de atualização nas temáticas pertinentes as atribuições desta Assessoria, a exemplo, da aplicação da nova lei de licitações e contratos, contratos de obras, serviços terceirizados e TI.

Chefia de Cerimonial (CER)

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR



Equipe do Cerimonial na inauguração da Promotoria de Justiça de São José de Ribamar

A chefia de Cerimonial do Ministério Público do Maranhão desempenha um papel crucial na gestão da comunicação pública e governamental. Suas responsabilidades e atribuições abrangem a organização e coordenação de eventos, visando estabelecer espaços de diálogo eficazes com diversos agentes sociais.

O objetivo central do Cerimonial é facilitar a comunicação entre o Ministério Público e seus diferentes públicos, promovendo a proximidade, o debate construtivo e o compartilhamento de ideias. Por meio da realização de eventos, o setor cria ambientes acolhedores e convidativos, favorecendo uma interação mais próxima e eficaz entre a instituição e a sociedade.

Dentro dessa perspectiva, o Cerimonial trabalha estrategicamente para fortalecer a imagem do Ministério Público, garantindo que sua presença em eventos seja marcada pela representatividade, organização e eficiência. Ao coordenar cerimônias, solenidades e encontros, o setor contribui para consolidar relações positivas com diversos públicos, fortalecendo o papel do Ministério Público como agente ativo na promoção da justiça e defesa dos interesses da sociedade.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

2.1. Atividades Realizadas pelo Setor

- Gestão e fiscalização de contratos para serviços de eventos, hospedagem, passagem aérea e serviços gráficos;
- Estruturação e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos;
- Reserva de hospedagem e outros serviços correspondentes à hoteleira para palestrantes;
- Expedição de convites;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
- Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamentos correspondentes a cada personalidade e providências relativas à reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Elaboração de roteiros para as cerimônias;
- Confecção de cartões de nominatas;
- Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;
- Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
- Correspondência eletrônica;
- Solicitação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, check-in e faturamento de passagens aéreas;
- Divulgação no portal da transparência das passagens aéreas;
- Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação;
- Elaboração e envio de notas de pesar;
- Elaboração e execução de lembranças e kits de “boas-vindas”;

- Acompanhamento e assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas solenidades e eventos em geral

2.2. Eventos Realizados ou Apoiados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão



Lançamento Exposição Retratos, de Nuna Neto

Para efeito de construção deste relatório, compreende-se como eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão no ano de 2023 toda ocasião idealizada por membros e servidores da instituição e executada por meio de serviços prestados pela Chefia de Cerimonial.

Categorizamos os tipos de eventos da seguinte forma: 1) Eventos presenciais: corresponde aos eventos que foi solicitado o suporte da Chefia do

Cerimonial para sua viabilização com o fornecimento de serviços, como libras, coffe break, mestre de cerimonial, recursos audiovisuais, entre outros; 2) Online/Virtual: eventos realizados no formato virtual ou online, que contou com a presença do cerimonial e algum tipo de recurso; 3) Organização/Presencial: eventos realizados pela Chefia do Cerimonial, desde o briefing do evento, na parte estratégica, a realização tática e operacional.

A Chefia de Cerimonial do Ministério Público do Maranhão desempenha um papel multifacetado na organização e coordenação de uma ampla gama de eventos, solenidades e atividades diversas.

Abaixo classificamos os eventos realizados, ou que contaram com a participação do Ministério Público do Maranhão nas categorias descritas a seguir:

Tabela 80 – Categoria de Eventos

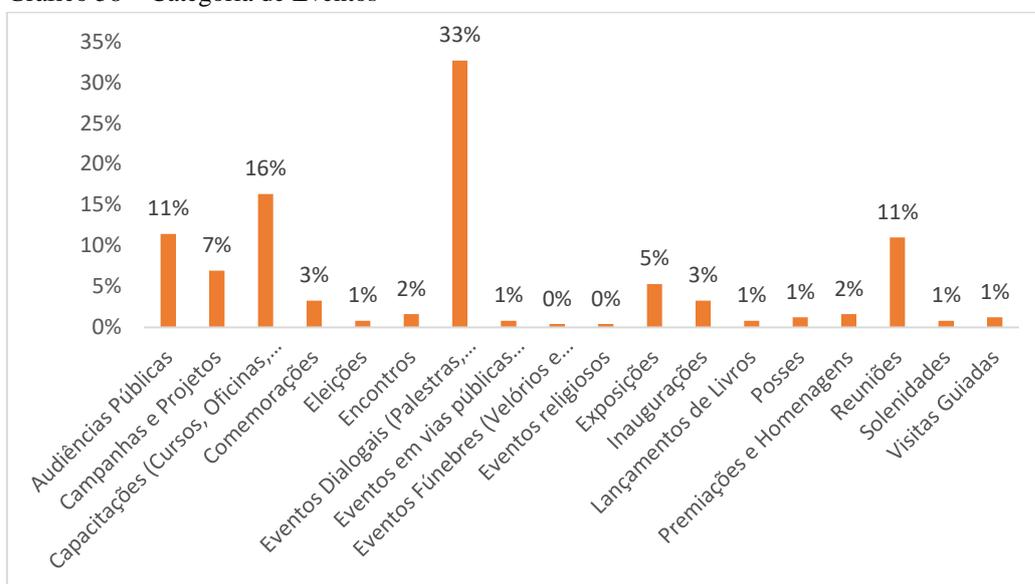
| CATEGORIA DE EVENTOS | QUANTIDADE |
|--|------------|
| Audiências Públicas | 28 |
| Campanhas e Projetos | 17 |
| Capacitações (Cursos, Oficinas, Workshop) | 40 |
| Comemorações | 8 |
| Eleições | 2 |
| Encontros | 4 |
| Eventos Dialogais (Palestras, Seminários, Simpósios, Congressos) | 80 |
| Eventos em vias públicas (Caminhada, Corrida, Pedalada) | 2 |
| Eventos Fúnebres (Velórios e Missa de 7º dia) | 1 |
| Eventos religiosos | 1 |
| Exposições | 13 |
| Inaugurações | 8 |

| | |
|-------------------------|------------|
| Lançamentos de Livros | 2 |
| Posses | 3 |
| Premiações e Homenagens | 4 |
| Reuniões | 27 |
| Solenidades | 2 |
| Visitas Guiadas | 3 |
| Total de Eventos | 245 |

Fonte: CER/PGJ, 2023.

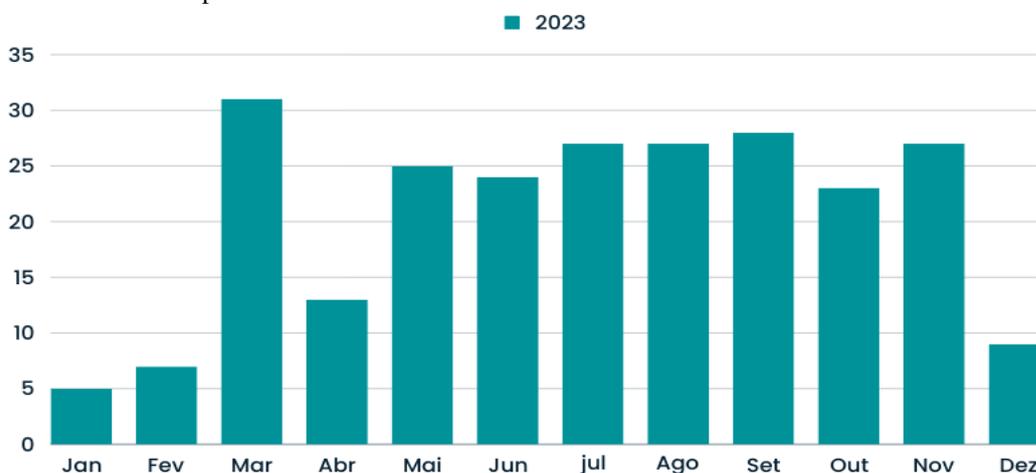
Os principais tipos de eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão consistem em “Eventos Dialogais” e “Capacitações. As “Audiências Públicas” ficam em terceiro lugar, e ganham destaque em comparação ao ano passado, passando de 05 para 28. Tal acréscimo justifica-se pela criação das Promotorias Distritais.

Gráfico 58 – Categoria de Eventos



Fonte: CER/PGJ, 2023.

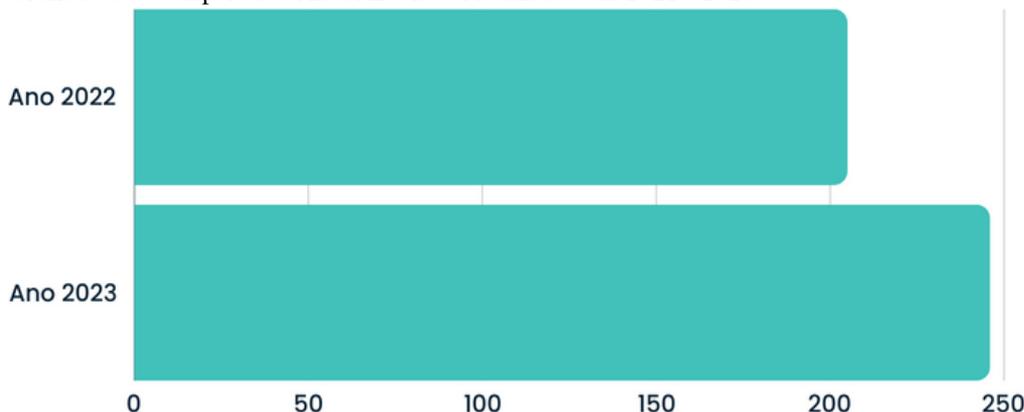
Gráfico 59 – Comparativo Mensal de Eventos Realizados em 2023



Fonte: CER/PGJ, 2023.

De forma geral, constata-se que a partir do segundo até o quarto trimestre houve um equilíbrio na demanda de eventos realizados e/ou apoiados pela Procuradoria-Geral de Justiça. Destaque para os terceiro e quarto trimestre, com encerramento de projetos desenvolvidos ao longo do ano, bem como os eventos comemorativos de final do ano, como o Congresso Estadual do Ministério Público e a Cantata Natalina.

Gráfico 60 – Comparativo Anual Eventos Realizados em 2022 - 2023



Fonte: CER//PGJ, 2023.

Entre os anos de 2022 a 2023 observa-se um crescimento de aproximadamente 12,2% no número de eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão. Esse aumento justifica-se pelas diversas iniciativas da Instituição, dentre estas destaca-se: a realização de palestras e seminários, encabeçadas pelos Centros de Apoio Operacionais (CAO's), que contam com o apoio da Escola Superior do Ministério Público, e as Audiências Públicas das Promotorias Distritais. Tal avanço demonstra o efetivo esforço do Ministério Público Estadual em entender a demanda dos cidadãos maranhenses, e agir na efetivação de políticas públicas em favor da sociedade.

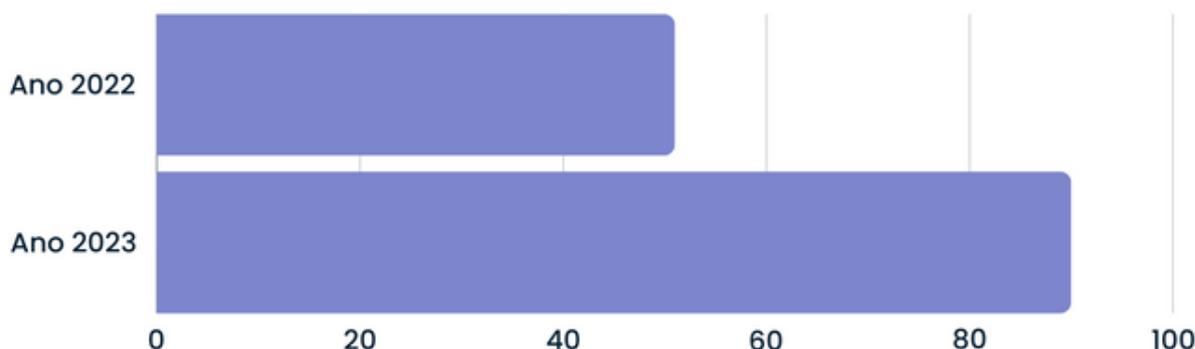
2.3. Acompanhamento e Assessoramento em Solenidades e Eventos em Geral

Acompanhamento e assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora.



Correição Nacional do CNMP no Maranhão e Rio Grande do Norte

Gráfico 61 – Comparativo Acompanhamento e Assessoramento em 2022 - 2023



Fonte: CER/PGJ, 2023.



Posse do Diretor das Promotorias de Justiça da Capital.

Observa-se que no ano de 2023 a chefia de cerimonial acompanhou o chefe do Ministério Público do Maranhão ou seu representante em 90 solenidades. Esse número demonstra um aumento de 76,47% de aumento em relação ao ano de 2022, quando atingiu um número de 51 solenidades.

O número expressivo de comparecimentos aos eventos e solenidades em 2023, justifica-se pelo aumento de convites recebidos.

Tal cenário, corrobora com o protagonismo do Ministério Público Estadual, ao passo que demonstra o reconhecimento ao trabalho desempenhado pela Instituição e sua representatividade na sociedade maranhense.

2.4. Passagens Aéreas Emitidas pelo Ministério Público do Estado do Maranhão

Para efeito de construção deste relatório, classificamos como passagens aéreas emitidas pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, qualquer despesa da Instituição com transporte aéreo.

Tabela 81 - Emissão de Passagens Aéreas 2023

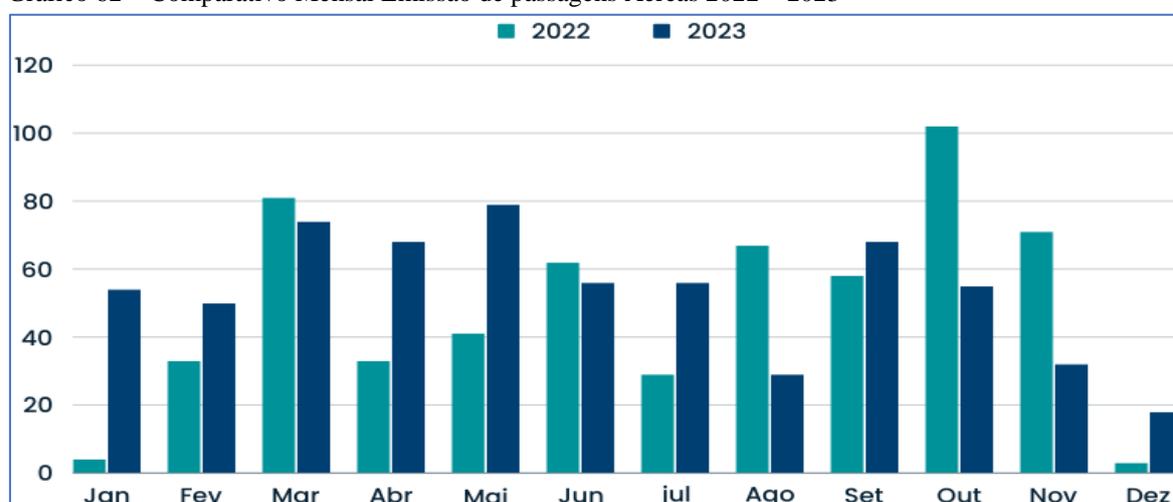
| Mês | Bilhetes Emitidos | | | Total Mensal | Valor |
|-----------|-------------------|------------|--------|--------------|----------------|
| | Membros | Servidores | Outros | | Mensal R\$ |
| Janeiro | 32 | 5 | 17 | 54 | R\$ 144.055,64 |
| Fevereiro | 31 | 14 | 5 | 50 | R\$ 75.746,30 |
| Março | 45 | 16 | 13 | 74 | R\$ 129.437,43 |
| Abril | 49 | 9 | 10 | 68 | R\$ 96.926,56 |
| Maio | 48 | 18 | 13 | 79 | R\$ 147.240,59 |
| Junho | 41 | 10 | 5 | 56 | R\$ 117.876,10 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|---|------------|------------|-----------|----|-------------------------|
| Julho | 39 | 12 | 5 | 56 | R\$ 114.813,91 |
| Agosto | 17 | 10 | 1 | 29 | R\$ 63.811,54 |
| Setembro | 52 | 11 | 5 | 68 | R\$ 159.464,21 |
| Outubro | 35 | 19 | 1 | 55 | R\$ 126.348,87 |
| Novembro | 13 | 10 | 9 | 32 | R\$ 57.336,53 |
| Dezembro | 15 | 3 | 0 | 18 | R\$ 37.165,93 |
| Total Bilhetes | 417 | 137 | 84 | | |
| Valor investido em Capacitação (FEMPE) | | | | | R\$ 511.760,00 |
| Valor investido em Outras Atividades (CAMPE) | | | | | R\$ 758.463,61 |
| Valor total investido | | | | | R\$ 1.270.223,61 |

Fonte: CER/PGJ, 2023.

Gráfico 62 – Comparativo Mensal Emissão de passagens Aéreas 2022 – 2023



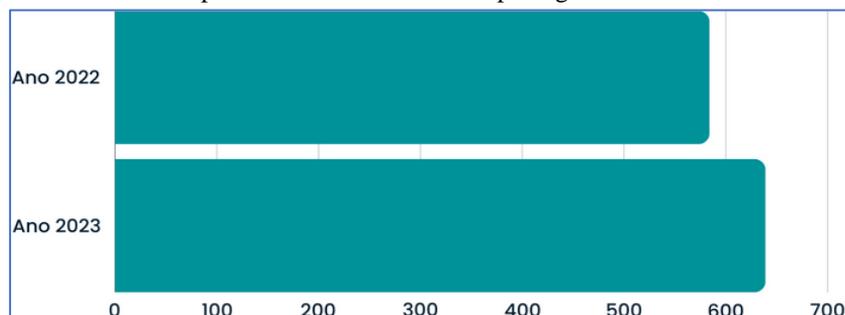
Fonte: CER/PGJ, 2023.

Tabela 82 – Comparativo Anual emissão passagens Aéreas 2022 – 2023

| COMPARATIVO EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS | |
|---|------------------------|
| Passagens em 2022 | 584 |
| Passagens em 2023 | 639 |
| Percentual de acréscimo em relação a 2022 | 9,42% > 2022 |

Fonte: CER/PGJ, 2023.

Gráfico 63 – Comparativo Anual Emissão de passagens Aéreas 2022 – 2023



Fonte: CER/PGJ, 2023.

No ano de 2023 a Chefia de Cerimonial, setor responsável pela emissão de passagens aéreas destinadas aos membros e servidores e eventuais colaboradores do Ministério Público do Maranhão, emitiu 639 bilhetes, registrando um aumento de 9,42% em relação ao ano anterior (2022), quando emitiu a quantidade total de 584 bilhetes.

Observa-se que no ano de 2023, manteve-se a demanda de emissão de bilhetes aéreos, dada a retomada dos eventos presenciais, observada a partir do ano de 2022, tendo um aumento de 9,42%, o que totaliza a quantidade de 55 bilhetes emitidos a mais em relação ao ano anterior.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Entende-se que a Chefia de Cerimonial exerce uma função estratégica na realização das ações do Ministério Público do Maranhão e conseqüentemente nos resultados obtidos pela Instituição, assim este setor apresenta propostas para um melhor atendimento das demandas institucionais:

- **Ato regulamentar para solicitação/realização de eventos:** o documento serviria de base para membros e servidores quanto às formas e prazos para a solicitação e realização de eventos;
- **A viabilidade da Chefia de Cerimonial se tornar Assessoria de Cerimonial:** considerando que o setor hoje trabalha não só com eventos, mas também com emissão de passagens aéreas, protocolo e cerimonial, assessoria ao gabinete do PGJ e demais membros e servidores, além de gestão de contratos de eventos, hotelaria e passagens aéreas. Entende-se que o setor já consolidou o seu trabalho e importância junto ao Ministério Público do Estado do Maranhão.

Escritório de Proteção de Dados Pessoais (EPDP)

1. DAS ATRIBUIÇÕES

Criado pelo Ato Regulamentar nº 50/2021 (ATOREG – 502021), em 26 de novembro de 2021, o Escritório de Proteção de Dados Pessoais surgiu, no plano estrutural da Procuradoria-Geral de Justiça, como unidade destinada a planejar, desenvolver, executar e avaliar as atividades voltadas a garantir o direito à privacidade dos dados pessoais e a execução das diretrizes do Programa de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

O Ato Regulamentar nº 03/2022 (ATOREG – 32022) definiu as atribuições do Escritório de Proteção de Dados Pessoais, que além de ter função executiva para implantação da política de privacidade, presta apoio técnico, jurídico e administrativo ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e ao Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais.

Sob a direção do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, o Escritório possui a nobre missão de assegurar que todas as atividades do Ministério Público estejam em estrita conformidade com a Lei Geral de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais regida pelo Ato Regulamentar nº 54/2021 (ATOREG – 542021) e, mais recentemente, com a Resolução CNMP nº 281, de 12 de dezembro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público.

A atuação da unidade abrange desde a concepção de políticas internas até a execução de medidas práticas para garantir a integridade e a confidencialidade das informações sob responsabilidade da instituição, dentre outras atribuições.

Verifica-se, pois, que Escritório de Proteção de Dados Pessoais foi estabelecido como uma peça fundamental na garantia de que o Ministério Público atue em conformidade com os padrões estabelecidos para a proteção de dados. Com uma atuação transversal, colabora com todos os órgãos de administração e de execução para assegurar que a proteção de dados seja incorporada em todas as práticas institucionais, visando não apenas atender às exigências legais, mas também promover uma cultura interna de responsabilidade e respeito à privacidade.

2. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

O Escritório de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público do Estado do Maranhão tem empreendido esforços em suas atividades, mantendo um compromisso constante com a promoção da privacidade e a proteção efetiva dos dados pessoais. Ao longo do ano de 2023, esta unidade executou uma série de atividades estratégicas e operacionais para fortalecer a governança de dados e garantir que as práticas estejam alinhadas com os padrões éticos e regulatórios.

2.1 Mapeamento dos órgãos que compõem a estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Maranhão

No decorrer das atividades executadas no ano de 2023, o Escritório de Proteção de Dados Pessoais engendrou a atividade de mapeamento dos órgãos que compõem a estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Maranhão. Essa iniciativa visou não apenas a compreensão da hierarquia institucional, mas também a identificação topográfica dos órgãos em toda instituição, resultando em organograma preciso e abrangente.

Com base nas informações coletadas e no organograma elaborado, o Escritório de Proteção de Dados Pessoais delineará ações estratégicas para o aprimoramento contínuo da proteção de dados, incluindo:

- a) Treinamento Específico por Órgão: Desenvolvimento de programas de treinamento específicos para os órgãos identificados com necessidades particulares.
- b) Revisão Periódica do Organograma: Estabelecimento de uma prática regular de revisão do organograma para garantir sua atualização e relevância contínua.
- c) Fortalecimento da Governança de Dados: Implementação de medidas para fortalecer a governança de dados em todos os órgãos, visando assegurar a conformidade contínua.

O mapeamento dos órgãos e a elaboração do organograma representam um marco significativo nos esforços para fortalecer a proteção de dados pessoais em toda a instituição, refletindo o compromisso contínuo com a excelência, transparência e responsabilidade na gestão da informação.

2.2 Retomada das reuniões do Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais (CEPDP)

Em 2023, foi retomada as reuniões do Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público do Estado do Maranhão, após um período de interrupção devido a transição de gestão da Presidência do órgão. O Comitê Estratégico desempenha um papel crucial na definição e implementação de estratégias para a proteção efetiva dos dados pessoais sob nossa responsabilidade.

Com a retomada da agenda, foi possível analisar, debater e deliberar com os membros do órgão colegiado proposições de ações que ainda se encontravam pendentes, como por exemplo: I. adequação do Portal da Transparência do Ministério Público do Maranhão às diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e do disposto nas normas que tratam da proteção de dados pessoais, especialmente na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); II. Adequação do Sistema DIGIDOC às normas que tratam da proteção de dados pessoais sensíveis (dados relacionados à saúde); III. Implantação de *pop-up* contendo aviso de consentimento da política de cookies no portal eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão.

A implantação de *pop-up* contendo aviso de consentimento da política de cookies e a adequação do Sistema DIGIDOC já foram efetivamente implementadas, restando pendente apenas a adequação do Portal da Transparência do Ministério Público do Maranhão, que ainda se encontra em análise em busca da melhor solução.

2.3 Atualização e readequação do Plano Tático-Operacional

A iniciativa de atualização e readequação do Plano Tático-Operacional do Escritório de Proteção de Dados Pessoais representou um compromisso contínuo com a eficácia e a adaptabilidade das nossas estratégias, alinhando-as às demandas dinâmicas do ambiente de proteção de dados pessoais, da privacidade e das novas exigências advindas da tecnologia da informação.

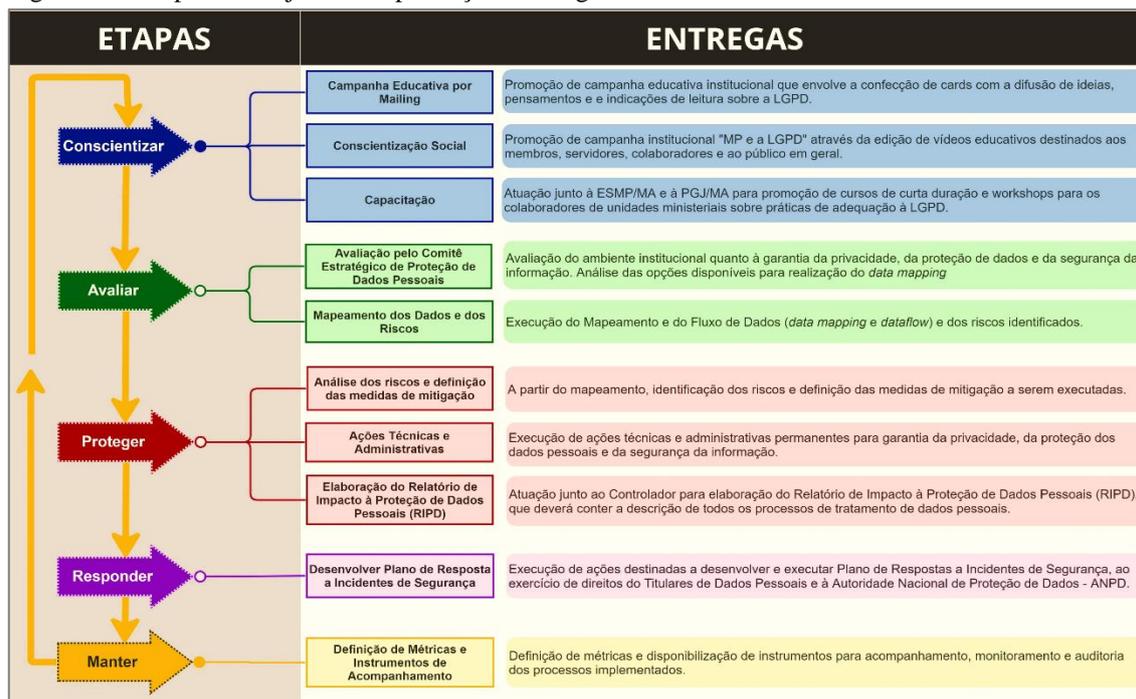
O cenário em constante evolução das leis, dos regulamentos, das tecnologias e ameaças à privacidade destaca a importância de mantermos um Plano Tático-Operacional ágil e eficiente. A atualização se torna imperativa para garantir que estejamos alinhados não apenas com os requisitos legais, mas também com as melhores práticas e os mais recentes desenvolvimentos no campo da proteção de dados.

Os resultados alcançados com o realinhamento do Plano Tático-Operacional foram os seguintes:

- I. Metas Atualizadas e Realistas: as metas foram atualizadas para refletir as mudanças nas demandas e expectativas, proporcionando uma base realista e orientada para resultados; I
- II. Maior Resiliência e Agilidade: a readequação do plano fortaleceu nossa resiliência e agilidade, permitindo-nos enfrentar desafios emergentes de maneira mais eficaz;
- III. Estratégias Mais Eficientes: refinamos estratégias para otimizar a eficiência operacional, assegurando que nossos recursos sejam direcionados de maneira eficaz;
- IV. Alinhamento atualizado com os Regulamentos e as Melhores Práticas: garantimos que nosso Plano Tático-Operacional esteja alinhado com as últimas alterações das regulamentações da matéria e com as melhores práticas, garantindo conformidade contínua;
- V. Adaptação à Evolução Tecnológica: incorporamos medidas para enfrentar os desafios emergentes decorrentes das mudanças tecnológicas, protegendo os dados pessoais de maneira eficaz.

O produto que resultou das alterações foi a arquitetura desenhada a seguir:

Figura 30 – Etapas do Projeto de Implantação do Programa de Privacidade de Dados Pessoais



Fonte: EPDAP/PGJ,2023.

2.4 Campanha de Conscientização “LGPD NO MPMA”

Em um esforço contínuo para promover e fortalecer a cultura da proteção de dados no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Escritório de Proteção de Dados Pessoais dedicou especial atenção ao desenvolvimento e implementação da campanha de conscientização "LGPD no MPMA".



Registros dos vídeos educativos e institucionais da campanha

Esta iniciativa, elaborada em parceria com a Coordenadoria de Comunicação, teve como propósito difundir conhecimento sobre os aspectos fundamentais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para o público em geral, membros, servidores, estagiários e demais colaboradores da instituição.

A campanha, estruturada de forma abrangente e acessível, adotou o formato de vídeos educativos e institucionais, proporcionando uma abordagem dinâmica e envolvente, com publicações nos canais internos e nas redes sociais da instituição. Ao abordar aspectos básicos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), como direitos dos titulares, sujeitos e princípios de tratamento de dados, e obrigações institucionais, a campanha visou cumprir com as etapas definidas no Plano Tático-Operacional, assim

como promover uma compreensão sólida e prática dos conceitos primordiais sobre proteção de dados.

A campanha não apenas cumpriu seu papel educativo, mas também tem estabelecido as bases para uma cultura interna de responsabilidade e respeito à privacidade, fortalecendo ainda mais o compromisso do Ministério Público do Estado do Maranhão com a proteção efetiva dos dados pessoais.

2.5 Oficina para servidores/gestores do MPMA



A Oficina reuniu membros e servidores do MPMA

Ainda no contexto do ano de 2023, o Escritório de Proteção de Dados Pessoais, reafirmando seu compromisso em cumprir tempestivamente as etapas definidas no Plano Tático-Operacional, empreendeu esforços em ofertar aos servidores gestores da instituição o curso “Oficina sobre boas práticas para o Ministério Público: Sistemas de

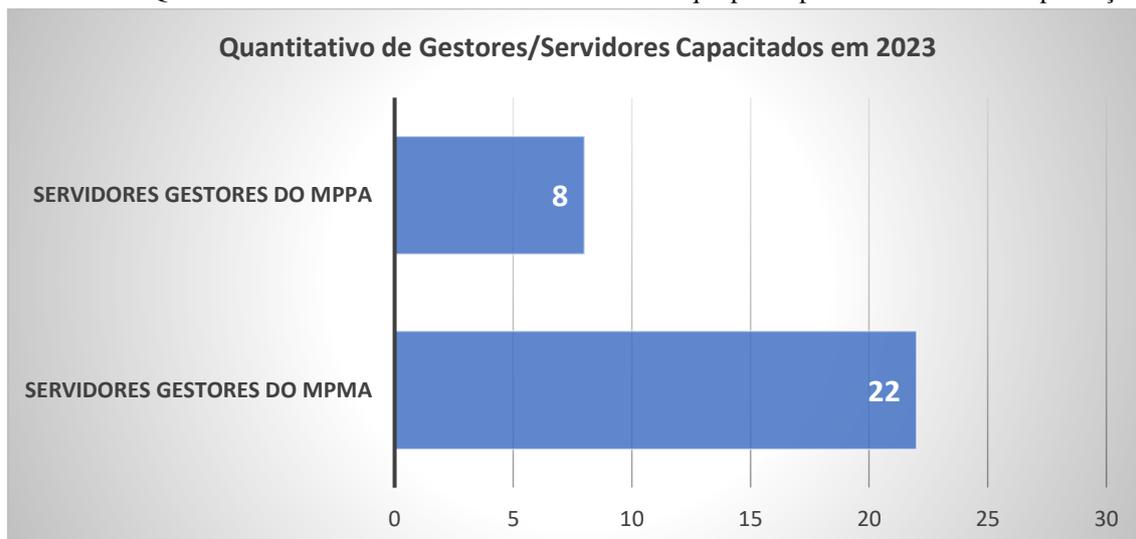
Integridade, Proteção de Dados e Transparência Pública”.

Ministrada pela professora Daniela Copetti Cravo, Doutora e Mestre em Direito pela UFRGS, a oficina, que também foi oferecida aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará, teve como objetivo: I. Compreensão dos Sistemas de Compliance: exploração dos princípios de compliance, destacando a importância do alinhamento com normativas internas e externas, bem como a ética organizacional; II. Transparência Institucional: discussão sobre práticas de transparência ativa e passiva, controle da administração e prestação de contas como elementos essenciais na construção da confiança pública; III. Proteção de Dados Pessoais: abordagem prática e pragmática sobre as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com foco em como garantir a conformidade nas práticas cotidianas; IV. Governança de Dados: orientação sobre a implementação de boas práticas de governança de dados, incluindo a designação do Encarregado, mapeamento e segurança.



Card da oficina de capacitação.

Gráfico 64 – Quantitativo de servidores do MPMA e do MPPA que participaram da oficina de capacitação.



Fonte: EPDAP/PGJ, 2023.

A oficina foi concebida como um espaço de debate, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes do Ministério Público do Estado do Maranhão e do Pará. A metodologia incluiu o contexto das instituições e análise de casos para garantir uma compreensão abrangente e a aplicação prática dos conceitos apresentados.

Gráfico 65 – Unidades administrativas que participaram da oficina.



Fonte: EPDAP/PGJ, 2023.

Os resultados alcançados: I. Conscientização e Engajamento: os participantes da oficina demonstraram uma maior conscientização sobre a importância do compliance, transparência e proteção de dados, refletindo-se em um engajamento mais ativo em práticas institucionais; II. Fortalecimento da Cultura de Governança: a oficina contribuiu para o fortalecimento da cultura de governança no Ministério Público, estabelecendo a conformidade como um valor central nas operações cotidianas; III. Habilidades Práticas Aprimoradas: os servidores e gestores adquiriram habilidades práticas para lidar com

desafios específicos relacionados ao compliance, transparência e proteção de dados, promovendo uma aplicação eficaz dos conceitos aprendidos.

Como desdobramento dessa oficina, o Escritório de Proteção de Dados Pessoais planeja a implementação de iniciativas contínuas, incluindo programas de acompanhamento, revisões regulares e atualizações de treinamento para garantir a sustentabilidade e evolução contínua das práticas adotadas.

2.6 Primeiro Seminário sobre Proteção de Dados no Ministério Público do Estado do Maranhão

O ano de 2023 registrou um marco significativo na trajetória do Ministério Público do Estado do Maranhão com a realização do primeiro seminário dedicado à proteção dados na instituição. Sob o título "*Desafios Atuais da Sociedade Digital: LGPD, Inteligência Artificial e Cibersegurança*", o evento foi concebido para promover um amplo debate sobre os desafios emergentes que a sociedade enfrente no contexto da transformação digital.



Dr. Eduardo Niciolau abriu o seminário da LGPD

Figura 31 – Card do seminário sobre proteção de dados no Ministério Público.

O card de divulgação apresenta o tema "1º Debate sobre Proteção de Dados do Ministério Público" e o subtítulo "DESAFIOS ATUAIS DA SOCIEDADE DIGITAL: LGPD, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E CIBERSEGURANÇA". Lista os palestrantes: Ângelo Fabiano Farias da Costa (Procurador do Trabalho - MPT e CNMP), Rodrigo Badaró Almeida de Castro (Advogado, CNMP e Conselho Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade - CNPD), Daniela Copetti Cravo (Procuradora do Município de Porto Alegre/RS, Doutora e Mestre em Direito pela UFRGS) e Bruno Emanuel Setubal Learte (Servidor do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD/GAECO do MPMA). O evento ocorrerá em 21 de setembro de 2023, às 8h30, no Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça. O público-alvo inclui membros, servidores, advogados, estagiários, estudantes e público externo. Logos do MPMA, LAB e CEDAMP são exibidos na base.

Fonte: EPDAP/PJG,2023.

O seminário contou com as palestras dos Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público Rodrigo Badaró Almeida Castro e Ângelo Fabiano Farias da Costa, da Procuradora do Município de Porto Alegre Daniela Copetti Cravo e do Promotor de Justiça do MPSC Carlos Renato Silvy Teive, que atualmente exerce a função de Presidente do Colégio de Encarregados de Dados Pessoais do Ministério Público

brasileiro (CEDAMP). Os palestrantes compartilharam *insights* valiosos e perspectivas sobre os temas debatidos.



Dra. Natália Tavares, do EPDP-MPMA e representantes do CEDAMP - CNMP

O seminário foi concebido como um espaço inclusivo, aberto ao público em geral, proporcionando uma oportunidade única para a comunidade compreender os desafios inerentes à proteção de dados e à sociedade digital. A diversidade de participantes, incluindo membros da sociedade civil, acadêmicos, professores, servidores de diversos órgãos de controle, profissionais da área e estudantes, promoveu reflexões relevantes,

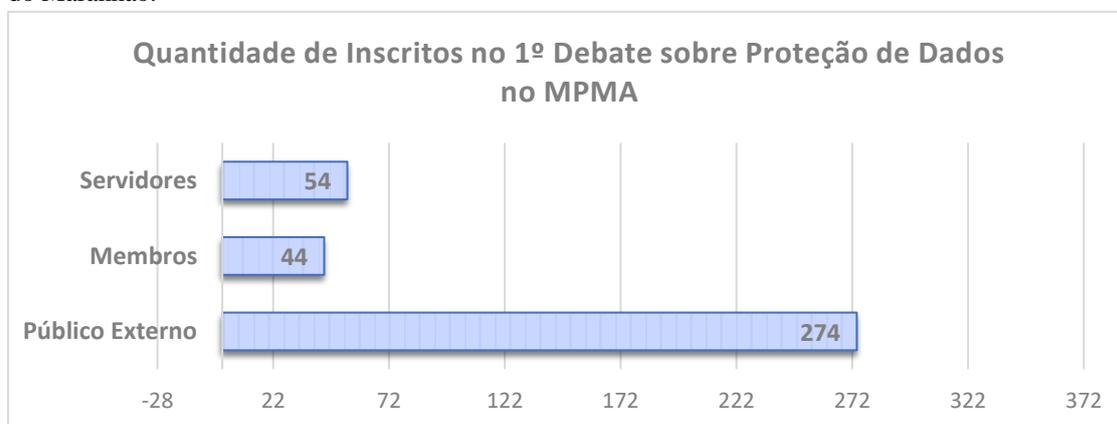
gerando perspectivas multifacetadas sobre os temas abordados.

Como resultados destacamos: I. Conscientização Ampliada: ampliação da conscientização sobre os desafios e implicações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, inteligência artificial e cibersegurança, atingindo um público diversificado; II. Estímulo ao Debate: estímulo ao debate construtivo sobre as questões éticas, jurídicas e técnicas associadas ao uso da inteligência artificial e às práticas de proteção de dados; III. Troca de Experiências entre os Debatedores: facilitação de uma valiosa troca de experiências entre os palestrantes, permitindo a compreensão das preocupações e perspectivas diversas relacionadas à temática pelo público interessado.



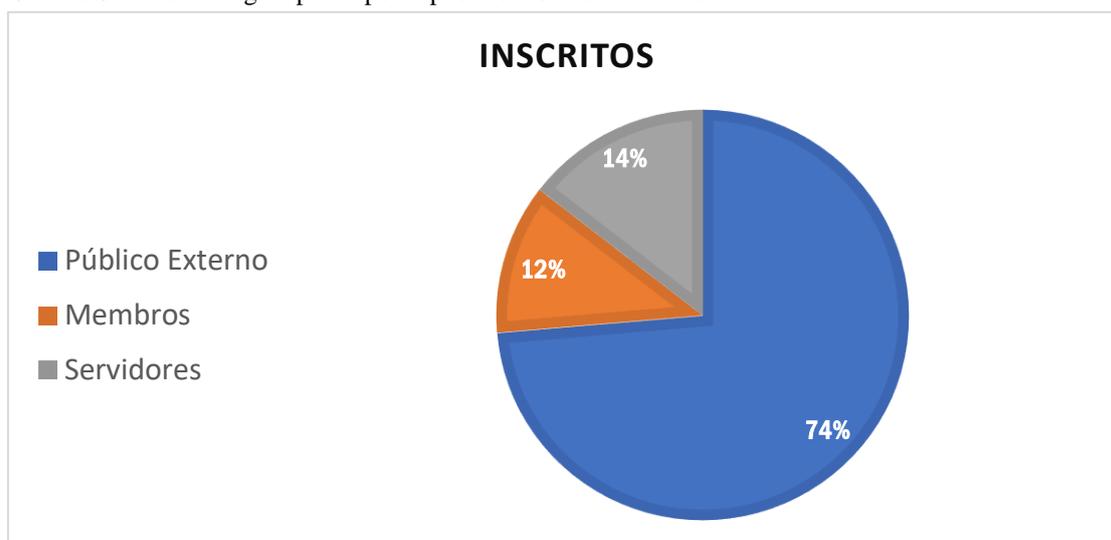
O seminário reuniu membros, servidores e demais representantes da sociedade civil

Gráfico 66 – Quantidade de inscritos no seminário sobre proteção de dados no Ministério Público do Estado do Maranhão.



Fonte: EPDAP/PGJ, 2023.

Gráfico 67 – Porcentagem pelo tipo de público inscrito no evento.



Fonte: EPDAP/PGJ, 2023.

O evento acadêmico obteve 372 (trezentos e trinta e duas) inscrições, sendo 54 (cinquenta e quatro) de servidores, 44 (quarenta e quatro) de Membros do Ministério Público e 274 (duzentos e cinquenta e quatro) inscrições destinadas ao público externo, incluindo 8 (oito) servidores, o Ouvidor e o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Foram emitidos 170 (cento e setenta) certificados de quatro horas pela Escola Superior do Ministério Público (ESMP/MA) a todos os participantes que confirmaram presença no evento, o que resultou em 45,70% de participação do total de inscritos.

As palestras foram registradas pela equipe da Coordenadoria de Comunicação, podendo ser visualizadas integralmente através do seguinte link: [clique aqui](#).

O sucesso do primeiro debate sobre proteção de dados no Ministério Público serviu como um impulso significativo para futuras iniciativas de conscientização e engajamento público sobre proteção de dados. Pretende-se continuar promovendo eventos semelhantes, contribuindo para uma sociedade digital mais informada, participativa e resiliente diante dos desafios que surgem com as tecnologias emergentes.

2.6.1 Reunião do Colégio dos Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério Público (CEDAMP)

Durante as atividades do seminário sobre proteção de dados no Ministério Público, ocorreu, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, reunião híbrida do Colégio dos Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério Público (CEDAMP), colegiado criado para incentivar a integração, o compartilhamento de experiências e viabilizar a capacitação dos seus integrantes, além de promover estudos técnicos, expedir orientações e eleger metas e diretrizes para a implementação da proteção de dados pessoais no âmbito de todos os ramos do Ministério Público.



Conselheiro do CNMP Ângelo Fabiano, a Encarregada do MPMA, a Promotora de Justiça Natália Tavares e o Presidente do CEDAMP, Promotor de Justiça Carlos Renato Teive (MPSC).



Reunião híbrida do CEDAMP.

Participaram da reunião membros do Ministério Público Federal, Ministério Público Militar e Ministérios Públicos dos Estados do Amapá, Goiás, Tocantins, Pará, Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina e Maranhão, além do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), representado na pessoa do Conselheiro Ângelo Fabiano Farias da Costa.

O encontro teve como pauta debates e deliberações sobre a regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), questões relativas ao acesso a banco de dados públicos do Ministério da Justiça, da Controladoria Geral da União (CGU) e de outros órgãos de fiscalização e controle. Foi debatido, também, a falta de atendimento às requisições ministeriais fundamentadas na LGPD.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Na conjuntura do Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Escritório de Proteção de Dados Pessoais tem desempenhado um papel central na promoção e execução de iniciativas estratégicas voltadas para o fortalecimento da proteção de dados. Um destaque significativo nesse sentido foi o desenvolvimento do "Projeto de Implantação do Programa de Privacidade de Dados".

Vinculado ao eixo da gestão estratégica do Planejamento Institucional, o projeto tem como objetivo disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados, estando ligado ao programa de fortalecimento dos mecanismos de segurança da informação. O projeto visa ainda adequar o Ministério Público do Estado do Maranhão às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o Cumprimento das exigências da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD).

As iniciativas executadas no projeto almejam fornecer ao Ministério Público do Estado do Maranhão, como produto acabado, o Programa de Privacidade e Proteção de

Dados Pessoais e a inserção da cultura de proteção dos dados pessoais a todos os membros, servidores e colaboradores da instituição.

Essa iniciativa não apenas fortalece a posição do Ministério Público no cenário de proteção de dados, mas também se integra ao Planejamento Estratégico Institucional como uma peça-chave para o alcance dos objetivos gerais da instituição. A proteção efetiva dos dados pessoais não é apenas uma exigência legal e constitucional, mas também um imperativo ético que sustenta a confiança pública e a missão do Ministério Público na garantia dos direitos fundamentais do cidadão.

O Programa de Privacidade em Proteção de Dados Pessoais, assim como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, necessita de uma abordagem multidisciplinar, sendo formado por três pilares de atuação: atuação jurídica, segurança da informação e governança de dados. O projeto tem como componentes principais:

- a) **Elaboração de Políticas:** desenvolvimento de políticas abrangentes que atendam aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- b) **Capacitação e Conscientização:** implementação de programas de capacitação e conscientização para membros, servidores e colaboradores, garantindo uma compreensão sólida dos princípios de proteção de dados;
- c) **Avaliação de e Proteção de Riscos Identificados:** realização de avaliações regulares de riscos e definição das medidas de mitigação relacionadas ao tratamento de dados pessoais, permitindo a identificação e mitigação proativa de potenciais ameaças à privacidade;
- d) **Elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais:** atuação junto ao Controlador para elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), que deverá conter a descrição de todos os processos de tratamento de dados pessoais;
- e) **Resposta e Manutenção:** execução de ações destinadas a desenvolver e executar Plano de Respostas a Incidentes de Segurança e a definir métricas e instrumentos para acompanhamento, monitoramento e auditoria dos processos implementados.

Em 22 de novembro de 2023, o Projeto de Implantação do Programa de Privacidade de Dados foi submetido à Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Nesta ocasião, foi demonstrada as conquistas alcançadas durante a execução do projeto, restando evidenciado os seguintes feitos: I. Alinhamento com as melhores práticas; II. Aprimoramento da cultura interna de responsabilidade e respeito à privacidade; III. Colaboração com os órgãos de controle aprimorar práticas e processos; IV. Preparação para os desafios futuros no ambiente dinâmico da proteção de dados pessoais.

Os desafios enfrentados na implementação do Programa de Privacidade de Dados Pessoais é apenas o ponto de partida para uma jornada contínua de aprimoramento e adaptação. Os próximos passos incluem a implementação efetiva das iniciativas delineadas no projeto, o mapeamento e o fluxo dos dados na instituição, o monitoramento constante da conformidade e o alinhamento contínuo às melhores práticas e regulamentações emergentes.

4. AÇÕES DE MELHORIA

O Escritório de Proteção de Dados Pessoais tem dedicado esforços substanciais para identificar, analisar e implementar ações de melhoria contínua nas rotinas administrativas, processos e fluxos de dados, reforçando sua posição como órgão destinado a executar as atividades necessárias para garantir o direito à privacidade dos dados pessoais.

As iniciativas promovidas pela unidade vão desde a remodelagem e reestruturação do ambiente físico do Escritório até a proposições atos normativos internos. As ações de melhoria não representam apenas uma conquista momentânea, mas sim um compromisso contínuo com a busca pela excelência na prestação de um serviço público eficiente, contribuindo para a construção de um órgão que garante o tratamento adequado das informações pessoais do cidadão.

Abaixo, destacamos algumas das principais ações de melhoria executadas pelo Escritório de Proteção de Dados Pessoais no decorrer do ano de 2023:

4.1. Ações de melhoria relacionadas ao ambiente e aos instrumentos de trabalho da unidade (atividade meio):

- Inclusão do Escritório de Proteção de Dados Pessoais e do Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais no ambiente dos sistemas informatizados do Ministério Público, que passaram a ser identificados, respectivamente, pelos ID's 742 e 734;
- Inclusão da função “Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais” para assinatura digital de documentos no âmbito dos sistemas de processos eletrônicos;
- Criação da unidade na rede local da Procuradoria-Geral de Justiça para possibilitar armazenamento digital de arquivos de forma segura e compartilhada;
- Criação de repositório atualizado na rede interna das orientações, pareceres, decisões, comunicações e demais expedientes, em cumprimento ao §2º do art. 8º do Ato Regulamentar nº 3/2022 (ATOREG – 32022);
- Inclusão de novos participantes no serviço de Grupos do Google (*Google Groups*);
- Reestruturação física do ambiente do Escritório de Proteção de Dados Pessoais, com a obtenção de estações de trabalho, armários, mesas, computadores, telefones, *tablet*, placa de identificação, modificação de *layout* dos espaços internos da sala (Processos DIGIDOC nº 2024/2023, nº 2323/2024, nº 2079/2023, nº 9270/2023; MEMO-EPDAP - 72023);

4.2. Ações de melhoria relacionadas à promoção da privacidade e da proteção de dados pessoais no âmbito do Ministério Público (atividade fim):

- Atualização das informações que constam no portal eletrônico do Ministério Público do Maranhão concernentes à identidade e ao contato do Encarregado, em cumprimento ao disposto no art. 41, §1º, da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) (OFC-EPDAP – 32023);

- Proposição de adequação do sistema DIGIDOC às normas que tratam da proteção de dados pessoais sensíveis (dados relacionados à saúde), mediante a retirada do efeito de mouse over para exclusão de pop-up no formato de caixa de texto contendo resumo do objeto dos processos sigilosos que tratam de assistência à saúde (Processo DIGIDOC nº 6959/2023);
- Proposição de implantação de pop-up contendo aviso de consentimento da política de cookies no site do Ministério Público do Estado do Maranhão (Processo DIGIDOC nº 6959/2023);
- Proposição de adequação do Portal da Transparência do Ministério Público do Maranhão às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dos demais órgãos de controle (Processo DIGIDOC nº 6959/2023);
- Proposição para adoção da prática de pseudoanonimização ou minimização de dados pessoais, mediante mascaramento (uso de tarjas, asteriscos ou outro meio) da cópia dos documentos pessoais (RG, CPF ou qualquer outro documento de identificação que conceba dados pessoais) que constam nos processos licitatórios destinados à publicação no Portal da Transparência (Processo DIGIDOC nº 6959/2023);
- Proposição de minuta de provimento normativo atualizada sobre a apresentação anual de declarações de bens e rendas pelos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, que resultou no Provimento Conjunto PROVCONJ-GPGJ - 12023 (Processo DIGIDOC nº 70972023);
- Atualização do Plano Tático-Operacional da unidade, com o estabelecimento de novas etapas, metas e prazos, objetivando atingir os fins colimados na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público;
- A indicação de novos membros para compor o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais (PORTARIA-GAB/PGJ - 43522023);
- Reforço na Conscientização e Treinamento: a) participação da equipe em curso sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM); b) participação da Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais em curso de formação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Participação em Fóruns, Redes de Colaboração e no Colégio dos Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério Público (CEDAMP): engajamento ativo pela Encarregada em fóruns, conferências e redes de colaboração dedicados à proteção de dados, permitindo a troca de conhecimentos e a atualização constante sobre as melhores práticas.
- Colaboração com o Órgão de Controle Interno: intensificação da colaboração com a Assessoria de Controle Interno e Auditoria da Procuradoria-Geral de Justiça, participando ativamente de iniciativas que visam aprimorar a governança de dados pessoais no âmbito do Ministério Público nos pontos de interseção com a transparência pública.

Comissão de Gestão Ambiental (CGA)



Treinamento da equipe dos colaboradores, para implantação do PGRS, juntamente com a Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA.

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Comissão de Gestão Ambiental foi instituída através do Ato nº 403/2016. A designação dos seus membros foi feita pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, por meio da Portaria-GAB/PGJ-8525/2020, sendo atualmente presidida pela Procuradora de Justiça Mariléa Campos dos Santos Costa.

Alterada posteriormente, pelo Ato 154/2017, a Comissão atua fortemente em amparo aos incisos do citado Ato, gerindo atividades internas relacionadas ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada de resíduos; promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação de membros, servidores e terceirizados; realização de licitações sustentáveis; interação entre as coordenações e direito da Instituição; motivação para a sociedade em relação ao Direito Ambiental; Consumo Consciente de matéria prima ambiental e Obras e reformas sustentáveis."

A Comissão de Gestão Ambiental, também possui o papel de fomentadora das ações socioambientais internas.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

- a) 25/01/2023 – Primeira Reunião da Comissão de Gestão Ambiental, realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do

- Maranhão, iniciando com informação para os membros da comissão sobre o andamento do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos; apresentação da sra. Josy Miranda e do sr. Paulo Junior, presidente e vice-presidente da APAE Raposa sobre reciclagem com o lixo do município.
- b) 15/02/2023 – Reunião da Comissão de Gestão Ambiental realizada na sede da APAE RAPOSA - iniciando com a presidente da Associação, que explanou brevemente sobre os trabalhos artesanais desenvolvido lá e que todo material utilizado é produto de doações e reciclagem. Em seguida, o vice-diretor da associação falou da importância das doações de matérias para a confecção dos objetos, sendo que o dinheiro arrecadado com as vendas é revertido em compras de cestas básicas que são distribuídas entre as famílias carentes cadastradas na APAE. Foi realizada a entrega de aproximadamente 200 garrafas para reaproveitamento.
 - c) 09/03/2023 – Reunião da Comissão de Gestão Ambiental realizada em visita à ALUMAR. A Comissão se deslocou até a ALUMAR, na companhia do Sr. Flavio Lima, diretor da Alcoa/Alumar, para visita ao parque ambiental. A gerente de relações institucionais, Sra. Dulcimar Sousa acompanhou a comitiva do MPMA até o auditório onde foram repassadas instruções a respeito do funcionamento da empresa, juntamente com o Sr. Walmer Rocha, Diretor Geral do Consórcio de Alumínio, o diretor Flavio Lima, e David Fernandes, engenheiro químico. Na oportunidade, eles explanaram sobre o funcionamento da empresa e ainda sobre as medidas que toma para a preservação do meio ambiente.
 - d) 19/04/2023 – Reunião e Feirinha de Hortaliças e Produtos da Nossa Zona Rural – realizada no Pilotis da Procuradoria Geral de justiça, inicialmente foi informada a comissão sobre a doação de uma caixa d’água feita pela Presidente da Comissão, Dra. Mariléa Costa, para a APAE Raposa. Em seguida, a comemoração dos aniversários do primeiro quadrimestre e por fim, pode-se aproveitar a feirinha de produtos artesanais, que ficou disponível durante toda a manhã.
 - e) 20/06/2023 – Realizada a assinatura do Termo do Plano de Resíduos Sólidos, com a presidente da comissão Dra. Mariléa Costa, o Secretario Estadual do Meio Ambiente, Pedro Carvalho Chagas, bem como o Procurador Geral de Justiça, dentre outros Procuradores de Justiça. Logo após a abertura, a presidente da comissão falou sobre a supervisão e elaboração do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos e da importância da parceria firmada entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, para promoção de ações em prol da preservação do meio ambiente, finalizando com a assinatura do termo.
 - f) 11/07/2023 – Reunião da Comissão de Gestão Ambiental, realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, onde ocorreu breve explanação sobre a importância da coleta seletiva e outras ações de promoção, valorização e preservação do meio ambiente, tendo também ocorrido palestra sobre as funções socioambientais das plantas e uma oficina de produção de mudas, com colaboração da professora Ariadne Rocha, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

- g) 09/08/2023 – Reunião da Comissão de Gestão Ambiental, realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, tendo palestras referente aos temas da Alfabetização Ecológica e Agenda 2023, com os professores Roberto Gurgel e Ariadne Rocha, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Comemoração dos Aniversariantes do segundo quadrimestres do ano.
- h) 10/10/2023 – apresentação do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, onde a presidente da Comissão deu início aos trabalhos, falando sobre a importância do plano e apresentou a servidora Laiana Linhares, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA que auxiliou na elaboração do documento. Posteriormente, o Promotor de Justiça da 1ª Promotoria Regional do Meio Ambiente, Dr. Cláudio Alencar fez uma breve explanação acerca do meio ambiente de forma geral. Conduziu os trabalhos, o promotor, que trabalhou na construção do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, explicou a metodologia de elaboração do plano e quais os próximos passos para colocá-lo em prática.
- i) 22/11/2023 – Inspeção e Correição CNMP – Projeto para Elaboração do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos com vídeos e explanação.
- j) 29/11/2023 – Última reunião da comissão, foi realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, tendo como pauta o fechamento das atividades da comissão, apresentação do projeto Inhaúma Sustentável, homenagem aos jardineiros da casa e comemoração dos aniversariantes do último quadrimestre do ano.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

- a) Reuniões mensais com informações e troca de conhecimento sobre o Meio Ambiente;
- b) Participação na Ecoliga (TJMA, DPE-MA, UEMA, UFMA, TRE-MA, TRT-MA);
- c) Comparecimento da Presidente no 1º Concurso Literário Rio Jeniparanã (Shopping São Luís); Diálogos pelo clima; Assembleia Legislativa (ESMP), Palácio do Governo (Projeto Carcinicultura) e FUNBIO (ESMP);
- d) Criação das VAGAS VERDES E GESTANTES (5) no Estacionamento;
- e) Poda de Árvores no entorno do Estacionamento e doação de mudas ornamentais e medicinais, pela Corregedora-Geral do Ministério Público, Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho;
- f) Ofícios Circulares (27.01.2023) para descarte correto do lixo nas lixeiras e publicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (01.08.2023);
- g) Visita Apae (Raposa) e Reciclagem do lixo do mangue;
- h) Visita da Comissão (09.03.2023) a empresa Alumar e seu Parque Ambiental;
- i) Feira de Hortaliças e Produtos da Zona Rural-Agricultura familiar – PGJ (19.04.2023);
- j) Assinatura, pelo Procurador Geral de Justiça e o Secretário do Meio Ambiente estadual, do Termo do Plano de Resíduos Sólidos (20.06.2023);

- k) Oficina para Membros e Servidores, de Produção de Mudanças com a professora Ariadne Rocha;
- l) Explicação sobre o Ato de Resíduos Sólidos pelo Promotor de Justiça, Dr. Cláudio Rebelo Alencar e Engenheiras Ambientais;
- m) Alfabetização Ecológica e Agenda 2030 pelos professores Ariadne Rocha e Roberto Gurgel;
- n) Confraternização Natalina (29.11.2023) – Projeto INHAÚMA SUSTENTÁVEL.
- o) Criação do Planejamento Estratégico 2021- 2029 – Plano de Logística Sustentável – PLS 2021 – 2029, apoiado nos objetivos dos Planos Estratégicos Nacional e Local.

2. AÇÕES DE MELHORIA



Distribuição de plantas medicinais para membros e servidores da PGJ

Dentre as atividades desenvolvidas pela Comissão de Gestão Ambiental em 2023, destacamos umas das metas mais importantes: a criação do Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos para o prédio da Procuradoria Geral de Justiça.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Ministério Público do Estado

do Maranhão (MPMA), foi criado, por meio de um Termo de Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e tem como objetivo descrever o conjunto de ações exercidas pela instituição nas etapas de segregação, manuseio, acondicionamento, coleta, transporte, destinação final dos resíduos sólidos e disposição final dos rejeitos ambientalmente adequados. As ações buscam promover a redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com o intuito de minimizar a quantidade de resíduos e rejeitos.

Vale enfatizar, que lixo é tudo aquilo que não se quer mais e joga-se fora. Já o resíduo é aquilo que não serve para você, mas para outros pode se tornar matéria-prima de um novo produto ou processo. O rejeito é um tipo específico de resíduo, quando foram esgotadas todas as possibilidades de reaproveitamento ou reciclagem.

A meta é, seguindo as instruções normativas da lei, reduzir a geração de resíduos por meio da mudança nos hábitos de consumo e do aumento da reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos. A política também possui o objetivo de priorizar a destinação ambientalmente mais adequada dos rejeitos.



Programa Café Sustentável e doação de canecas

A Procuradoria-Geral de Justiça desenvolve ações para a redução da geração de copos plásticos como a distribuição de canecas (acima) para todos os membros, servidores e colaboradores, além de equipar as copas do prédio sede com taças de vidro e xícaras de louça. A meta para a redução de consumo a 100% justifica-se uma vez que o plástico é uma das grandes ameaças ao meio ambiente.

Houve também a abertura do Projeto Plano de Logística Sustentável – PLS 2021-2029, projeto que faz parte do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão e que a Comissão se propôs a elaborar, apoiado nos objetivos dos Planos Estratégicos Nacional e Local.

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas-GAECO/MA, inicialmente chamado GECOC/MA (nomenclatura alterada por meio da Resolução nº 013/2011-CPMP/MA), tem como principal atribuição a prevenção e repressão ao crime organizado, com sede na comarca de São Luís e atuação em todo o território maranhense (Resolução nº 006/2002 – CPMP/MA). Mantém duas regionais, sendo uma em Timon e outra em Imperatriz, conforme determinado em Ato do Procurador-Geral de Justiça, para fins de apoio administrativo e operacional.

Os membros do Ministério Público integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO/MA oficiam em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos destinados a identificar e reprimir as organizações criminosas, cabendo-lhes, excepcionalmente, mediante solicitação do Promotor de Justiça natural, atuar na instrução processual dos feitos até decisão final de primeira instância. As atribuições abrangem, igualmente, a apuração e a repressão dos delitos que se tornarem conhecidos no decorrer das investigações que estiverem conduzindo.

Para a realização das suas atribuições, a coordenação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO/MA se articula com chefias e comandos policiais ou repartições públicas envolvidas a fim de facilitar a composição das equipes necessárias, utilizando-se, preferencialmente, de recursos humanos das regiões em que ocorrem os fatos a serem investigados.

Cabe ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/MA:

- a instauração de procedimento de investigação criminal (PIC);
- o acompanhamento da tramitação de inquérito policial, requisitando as diligências necessárias, quando designado para atuar no investigatório;
- estabelecimento de contatos externos com autoridades e órgãos envolvidos com a repressão às organizações criminosas; atendimento ao público e recebimento de representação ou petição de qualquer pessoa ou entidade;
- recebimento dos órgãos de execução do Ministério Público de documentos ou peças, bem como solicitação de apoio para os atos de investigação criminal;
- estímulo à aproximação, à cooperação, à articulação e à integração entre os membros do Ministério Público, visando ao estabelecimento de metas, planos e ações integradas a serem desenvolvidas no combate ao crime organizado;
- sugestão de celebração, na área de sua atuação, de convênios, termos de cooperação técnica e protocolos de intenção com órgãos públicos e privados, além de entidades de ensino e pesquisa;

- apresentação de sugestões ao Procurador-Geral de Justiça para elaboração ou aperfeiçoamento da política institucional relativa ao combate ao crime organizado;
- deliberação sobre a conveniência e a oportunidade dos atos de investigação, intercâmbio de informações, análise das atividades desenvolvidas e formulação de planos de atuação;
- receber, registrar, autuar e cumprir as Cartas Precatórias oriundas de Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO de outro ramo do Ministério Público, bem como do GNCOG.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

2.1. Investigações



Operação Veu de Maquiavel, realizada em 10.08.2023

No período de 01/01/2023 a 31/12/2023, foram instaurados **45 (quarenta e cinco) procedimentos** pelo GAECO/São Luís, sendo:

- **32 (trinta e dois)** Atendimentos ao Público,
- **18 (dezoito)** Notícias de Fato e
- **05 (cinco)** Procedimentos Investigatórios Criminais.

Além disso, há outros **21 (vinte e um) procedimentos investigatórios progressos** em andamento, totalizando **28 (vinte e oito)** feitos cujas ações investigativas estão sob a condução deste Grupo.

A Regional do GAECO/Imperatriz, possui **09 (nove) procedimentos** cujas ações investigativas estão sob sua condução.

Na Regional do GAECO/Timon foram instaurados **03 (três) procedimentos**, além de já haver **04 (quatro)** procedimentos investigatórios progressos. Foram realizadas **04 (quatro) operações** (Fleming, Triade, Veu de Maquiavel e Barão Vermelho 2ª Fase) a partir de procedimentos em trâmite neste GAECO, com participação dos membros e servidores do GAECO/São Luís, GAECO/Timon e GAECO/Imperatriz.

2.2. Designação/delegação para atuação do Gaeco em investigações



Operação Senhores das Armas, realizada em 14.11.2023 em parceria com o GAECO/MPPA

No ano de 2023, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO/MA atuou conjuntamente em 13 procedimentos (Inquéritos Cíveis, Notícias de Fato e Procedimentos Investigatórios Criminais), além de 07 atuações em diligências de apoio a operações de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão

(Mormaço 2ª Etapa, Vicário - Gaeco/Passos MG, Blackout, Hades, ImPERU/MPSP, Anzu e Senhores das armas), tanto na cidade de São Luís quanto no interior do estado do Maranhão, além de outros estados.

2.3. Relação das Atividades/Movimentos realizados no Sistema SIMP

Tabela 83 – Relação das atividades/movimentos realizados no sistema SIMP de 01/01/2023 a 31/12/2023

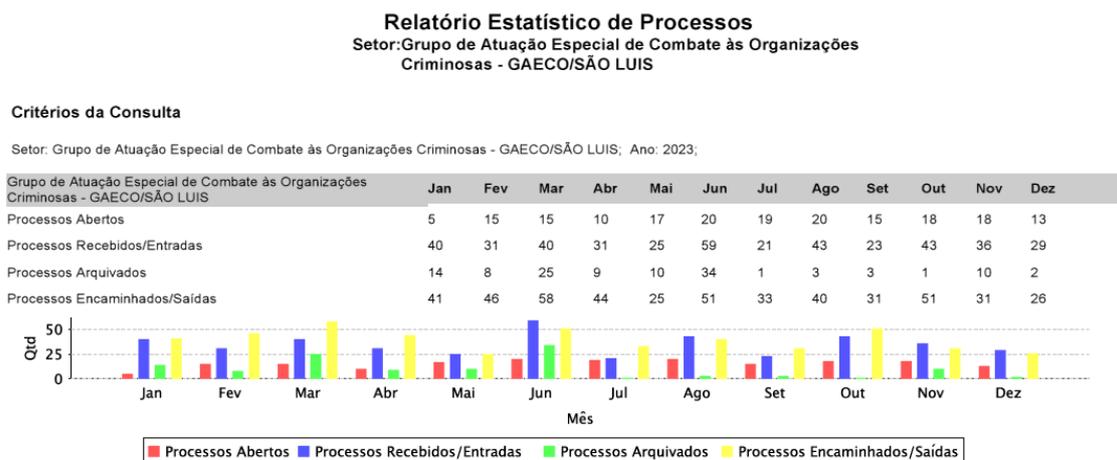
| MOVIMENTO | TOTAL |
|---|-------|
| Apelação | 1 |
| Apensado | 2 |
| Arquivado | 32 |
| Arquivamento > Atos Administrativos | 17 |
| Arquivamento > Ciência > Atos Finalísticos | 1 |
| Arquivamento > Decisão Artigo 28 CPP / 397 CPPM | 2 |
| Arquivamento Integral > sem remessa ao Conselho | 13 |
| Ausência de Materialidade/Autoria > Arquivamento > Despacho | 1 |
| Ausência/Insuficiência de Provas > Integral > Com remessa ao Poder Judiciário | 4 |
| Autuação/Atuar | 35 |
| Certidão/informação | 186 |
| Comunicação interna | 1 |
| Conversão | 3 |
| CPF/CNPJ Não Apurado | 4 |
| Decisão monocrática com julgamento de mérito > Ciência | 1 |
| Declinação de Atribuição | 2 |
| Denúncia > Ajuizamento de Ação | 3 |
| Despacho Administrativo > Atos Administrativos | 14 |
| Desapensado | 2 |
| Devolução sem manifestação > Atos Finalísticos | 1 |
| Distribuição/Distribuído | 109 |
| Encaminhamento a órgão externo | 9 |
| Encaminhamento a órgão interno | 215 |
| Encaminhamento ao membro | 219 |

| | |
|---|--------------|
| Expedição de documento > Despacho | 5 |
| Homologação de Arquivamento | 1 |
| Instrutória > Extrajudicial > Audiência | 1 |
| Juntada | 195 |
| Manifestação do Servidor | 17 |
| Manifestação > Atos Finalísticos | 10 |
| Notificação > Diligências | 9 |
| Notificação > Diligências > Despacho | 9 |
| Ofício > Diligências | 53 |
| Outras ciências > Ciência | 8 |
| Outras Providências > Diligências | 3 |
| Outras Providências > Diligências > Despacho | 75 |
| Parecer Jurídico | 2 |
| Pesquisa em Sistemas Informatizados | 2 |
| Petição Inicial > Ajuizamento de Ação | 1 |
| Portaria > Ato Normativo | 7 |
| Portaria > Atos Finalísticos | 7 |
| Prorrogação de prazo de investigação > Despacho | 46 |
| Prorrogação de Prazo-Protocolo | 32 |
| Quebra de sigilo > Ciência | 1 |
| Redistribuição | 15 |
| Repassado ao Coordenador | 77 |
| Retorno externo | 18 |
| Sentença > Ciência | 2 |
| TOTAL | 1.473 |

Fonte: GAECO/PGJ, 2024.

2.4. Relatório Estatístico de Processos do Digidoc

Gráfico 68 - Quantitativo de processos do sistema Digidoc tramitados no GAECO de 01/01/2023 a 31/12/2023



Fonte: DIGIDOC, 2024.

3. AÇÕES PROTOCOLADAS JUNTO AO JUDICIÁRIO

Durante o ano de 2023 foram protocoladas pelo **GAECO/São Luís, 11 (onze)** manifestações e **86 (oitenta e seis) ações junto ao Judiciário**, sendo:

- 05 (cinco) Ações de Quebra de Sigilo Bancário;
- 07 (sete) Pedidos de Utilização Provisória de Veículo;
- 01 (um) Pedido de Cautelar de Pessoas;
- 01 (um) Mandado de Segurança;
- 03 (três) Pedidos de Busca e Apreensão;
- 05 (cinco) Petições de Arquivamento;
- 01 (uma) Suspensão de Liminar;
- 01 (um) Pedido de Afastamento de Prefeito;
- 01 (um) Pedido de Compartilhamento de Prova;
- 03 (três) Denúncias;
- 01 (um) Declínio de Atribuição; e
- 57 (cinquenta e sete) manifestações em processos judiciais.

Na **Regional Timon** foram realizadas **11 (onze)** manifestações e protocoladas **16 (dezesesseis)** ações sendo:

- 03 (três) Denúncias;
- 02 (duas) Petições de Arquivamento;
- 06 (seis) Ações com Pedidos Cautelares de Busca e Apreensão e outros;
- 02 (duas) Ações com Pedido de Afastamentos Bancário e Fiscal;
- 03 (três) Pedidos autônomos de Autorização para Acesso de Dados Telemáticos de celulares apreendidos.

A **Regional de Imperatriz** realizou **22 (vinte e duas)** manifestações em processos judiciais, além de 07 (sete) petições iniciais, sendo:

- 03 (três) Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal,
- 01 (uma) Interceptação Telefônica e Quebra de Dados Telemáticos,
- 01 (uma) Prisão Preventiva,
- 01 (uma) Captação Ambiental; e
- 01 (um) MBA e outras medidas assecuratórias.

2.6 ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL

Tabela 84 – Atividade não procedimental até 31/12/2023

| GAECO/SÃO LUÍS | |
|---------------------------|-------|
| ATIVIDADE | TOTAL |
| Atendimento ao Público | 31 |
| Cursos | 07 |
| Reunião | 08 |
| Audiências extrajudiciais | 33 |
| E-mails enviados | 902 |
| Ofícios expedidos | 330 |

| | |
|---------------------------|--------------|
| Memorandos Expedidos | 261 |
| Notificações | 51 |
| Certidões | 266 |
| Portarias | 53 |
| GAECO/TIMON | |
| ATIVIDADE | TOTAL |
| Audiências extrajudiciais | 23 |
| GAECO/IMPERATRIZ | |
| ATIVIDADE | TOTAL |
| Audiências extrajudiciais | 46 |

Fonte: GAECO, 2024.



Reunião realizada em Brasília em 24.10.2023 com o Ministro da Justiça

(Gaeco). A reunião também teve como objetivo aproximar o Ministério Público do Ministério da Justiça para garantir capacitações na área de recuperação de ativos.

Em 24/10/2023, foi realizada uma reunião em Brasília/DF com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para apresentação de dados do trabalho de destinação de bens apreendidos em operações para as forças de segurança pública, pelos integrantes deste Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

CENTROS DE APOIO OPERACIONAIS (CAOs)



Os CAOs são órgãos auxiliares do MPMA com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades, cabendo a eles promover intercâmbio e integração entre órgãos de execução que desenvolvem atribuições comuns e entre entidades públicas e privadas que atuam em áreas semelhantes à dos Centros de Apoio.

Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO/Crim)



Participação do coordenador do CAO/Criminal, Alessandro Brandão, na Reunião de Análise da Estratégia - RAE

O Centro de Apoio Operacional Criminal, instituído por meio da Resolução nº 02/1997-CPMP, tendo esta norma sido alterada pela Resolução nº 34/2016-CPMP, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do *Parquet* Maranhense, promovendo-lhes a devida interação e intercâmbio, sendo-lhes – além disso – dadas orientações técnicas jurídicas com a remessa de informações de mesma natureza e, além disso, tem por finalidade promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

1. PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO CRIMINAL

Conforme Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-2029, encontram-se em execução 1 (um) Projeto Institucional do CAO CRIMINAL e 01(uma) Boa Prática.

1.1. Projeto “Aperfeiçoamento de Banco de Dados com Identificação Genética de Criminosos, Vítimas e Pessoas Desaparecidas”.

O projeto tem por objetivo fomentar a coleta de material genético para que o banco de dados genético do Estado do Maranhão possa contribuir para identificação célere de criminosos e, a partir da identificação desses indivíduos, impedir que novos crimes possam ser cometidos. Além disso, tem por fim localizar traços genéticos de pessoas desaparecidas e achados cadavéricos.

No Maranhão, a Secretaria de Segurança Pública instituiu o Centro de Perícias Genéticas, do Laboratório de Genética Forense, vinculado à Perícia Geral do Estado, órgão da administração direta estadual. Ocorre que, o banco de dados deixou de ser alimentado adequadamente face à exigência de que a coleta das amostras biológicas deveria ser feita por perito oficial, e no estado do Maranhão existem apenas 7 (sete) peritos, com apenas 3 (três) na bancada (atividade fim).

Sendo assim, emerge a necessidade de aperfeiçoamento de banco de dados genéticos. Desse modo, o Ministério Público do Maranhão busca uma atuação colaborativa com a Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária para incrementar a coleta de dados genéticos.

Nesse sentido, foram feitas diversas atividades visando fortalecer a prova genética, valendo mencionar:

1. reunião com o Secretário Estadual de Segurança Pública;
2. reunião com o Conselho Penitenciário com o intuito de fortalecer o banco de perfil genético através da coleta de material genético de presos provisórios, conforme previsto no art. 3º, IV da Lei nº 12.037/ 2009 (Lei de Identificação Criminal);
3. reunião com o Delegado-Geral do Estado do Maranhão
4. reunião com Promotores da Central de Inquérito e Custódia;
5. realização de Workshop com a Perícia Oficial de Natureza Criminal do Maranhão, com painel apresentado pelo IGF – Instituto de Genética Forense do Maranhão, destinado a Membros e servidores do MPMA.

Em todas essas atividades foi também divulgada a Nota Técnica nº 04/2018-CAO CRIMINAL sobre coleta de material genético para o banco de perfis genéticos, com modelo de representação judicial com essa finalidade, visando motivar para que se procedam à representação judicial pela coleta de material genético de investigados, observados os requisitos legais, além da coleta de ingressos (condenados) no sistema penitenciário.

O CAO Criminal enviou ainda a Nota Técnica nº 04/2018 para todos os Promotores de Justiça como material de apoio como subsídio para a representação judicial pela coleta de material genético de investigados, quando cumpridos os requisitos legais.

Dessa forma, este centro de apoio está trabalhando para garantir a viabilidade do projeto, considerando sua importância. Um dos principais pontos do projeto era contornar a regra da necessidade de coleta de dados genéticos por peritos oficiais, o que foi feito com a edição da PORTARIA SSP nº 61, de 01 de fevereiro de 2023.

Em dezembro de 2023 o banco de dados genético voltou a ser alimentado a partir de coletas de material genético de presos do sistema penitenciário para o banco de perfil genético (art. 9º-A, da LEP).

Em 2024, o CAO CRIM manterá esforços para o fortalecimento do banco genético também com a coleta de material genético de investigados (Lei de Identificação Criminal).

- Quantos/Quais Comarcas estão executando o projeto?

O projeto está sendo executado na comarca de São Luís, contudo, tem abrangência em todo o estado do Maranhão, já que o banco de dados é de âmbito estadual.

- Das Etapas previstas quais foram executadas?

Conforme tabela 85 abaixo foram previstas 6 (seis) etapas para o projeto e, atualmente, está sendo executada a quinta e a sexta etapa, com o início da coleta de material genético de presos do sistema penitenciário, para posteriormente iniciar a coleta de material genético de presos provisórios e, em seguida, da sociedade civil.

Tabela 85 – Etapas de Execução do Projeto

| Descrição | Etapa | Fase |
|---|--------------|--------------------|
| Realização de tratativas com os órgãos e instituições envolvidas para buscar alternativas à determinação prevista no art. 9º-A, §7º da LEP. | 1 | Executada |
| Alinhamento como os órgão envolvidos sobre a edição de ato normativo que viabilize a coleta de material biológico por profissionais de saúde do sistema prisional. | 2 | Executada |
| Expedição de Portaria prevendo possibilidade de coleta ser feita por profissionais de saúde dos estabelecimentos prisionais. | 3 | Executada |
| Realização de tratativas para celebração dos termos de cooperação técnica entre a Secretaria de Segurança Pública - SSP e a Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP para viabilizar a coleta de material biológico por profissional de saúde do sistema penitenciário. | 4 | Executada |
| Implementação do banco de dados aperfeiçoado. | 5 | Em execução |
| Início da coleta do material biológico. | 6 | Em execução |

Fonte: CAO-CRIM/PGJ, 2023.

1.2 Boa Prática: “CATÁLOGO ÁGUIA: Ferramenta de investigação criminal na era digital”.

A boa prática intitulada: “CATÁLOGO ÁGUIA: Ferramenta de investigação criminal na era digital” consiste em reunir de forma simples, direta e de uso intuitivo, ferramentas digitais em fontes da Internet, para busca de informações sobre pessoas e empresas e disponibilizá-las aos Membros do MPMA, especialmente com atribuição criminal, em um só local, na página do CAO Criminal da Intranet.

Tem por finalidade aperfeiçoar a atividade investigativa do Ministério Público, visando à melhoria de técnicas e roteiros investigativos, bem como aprimorar a efetividade da persecução penal, com o aprimoramento da resolutividade das ações penais ajuizadas pelo Ministério Público, tanto no que se refere ao êxito da demanda judicial, quanto à execução da sentença e ao resultado social.

Além disso, busca proporcionar aos Membros do MPMA auxílio à autonomia na execução das rotinas diárias dos Órgãos de Execução, garantindo mais agilidade no atendimento de suas demandas por informações simples e úteis à instrução de seus processos e procedimentos. Proporcionará, por outro lado, a diminuição de demandas por informações de rotina das Promotorias de Justiça a órgãos como GAECO, LAB-LD e CAEI e, com isso, otimizará também o trabalho desses setores, na medida em que abrirá mais espaço para demandas de maior complexidade.

- **Quantos/ Quais Comarcas estão executando o projeto?**

A ferramenta está sendo executada na comarca de São Luís, pelo CAO Criminal, que tem abrangência em todas as demais comarcas do estado do Maranhão.

- **Das Etapas previstas quais foram executadas?**

O Catálogo Águia foi lançado em março de 2023, inicialmente, com a disponibilização de 23 (vinte e três) fontes de consulta. No mês de junho de 2023 contava com 27 e atualmente já possui 35 fontes.

Já foram concluídas todas as etapas de execução da ferramenta, contudo, por ser de uso continuado, está constantemente sendo atualizado por meio de inclusão de novas fontes.

2. ATUAÇÃO DO CAO CRIMINAL EM 2023



Membros do MPMA acompanham comitiva do CNMP em visita a unidades prisionais do estado

Durante o ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional Criminal realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

2.1 Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira

1. Workshop "**Ministério Público e Perícia Oficial de Natureza Criminal**", realizado no dia 20.10.23, tendo como palestrantes os peritos Anne Kelly Bastos

- Veiga, Guilherme Cordeiro Rodrigues, Walleson Nonato de Sousa Ferreira, Geyson Souza Cunha e Aden Luigi Castro Testi.
2. Sala de Situação - **Comunicação e Arquivamento da Investigação após a decisão do STF nas ADIs do Juiz das Garantias**, realizado no dia 22.09.23, tendo como palestrante Antônio Henrique Graciano Suxberger. Promotor de Justiça do MPDFT.
 3. Webnário "**Investigação patrimonial no âmbito criminal: análise de casos práticos**", realizado no dia 17.08.23, tendo como palestrante Rodrigo da Silva Brandalise, Promotor de Justiça do MPRS.
 4. **Sala de Situação - Análise das decisões judiciais que impactam o trabalho policial e ministerial**, realizado no dia 12.06.23, tendo como palestrante os Promotores de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho e Alessandro Brandão Marques, Promotores de Justiça do MPMA, coordenadores do CAO Júri e CAO Criminal, respectivamente.
 5. **Sala de Situação - Rotinas em ANPP: otimizando resultados, realizado no dia 19.04.23, tendo como palestrante Felipe Augusto Rotondo, Promotor de Justiça do MPMA.**
 6. **Catálogo Águia: ferramenta de Investigação Criminal na Era Digital, realizado no dia 23.03.23, tendo como** palestrante Alessandro Brandão Marques, Promotor de Justiça do MPMA, coordenador do CAO Criminal.

2.2 Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

O Promotor de Justiça Alessandro Brandão Marques, coordenador do CAO Criminal, foi designado, mediante PORTARIA-GAB/PGJ – 91502023, para compor a Comissão de Elaboração de Resolução, em cumprimento à Recomendação nº 99/2023 – CNMP, conforme Processo nº 14452/2023.

A partir dos trabalhos realizados pela comissão foi editado o o ATO-REG-CONJ - 62023, que dispõe sobre a cobrança da pena de multa prevista no art. 49, do Código Penal Brasileiro pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

3. CAO CRIMINAL EM NÚMEROS – 2023

Tabela 86 – Quantitativo de atividades realizadas pelo CAO CRIM em 2023

| Atividade | Quantidade |
|------------------------|------------|
| Atendimento ao Público | 197 |
| Boas Práticas | 1 |
| Consulta | 67 |
| Curso | 1 |
| Despacho | 2 |
| Diligência | 562 |
| Elogio | 1 |
| Evento | 7 |
| Informativo | 17 |

| | |
|--|-------------|
| Material de Apoio | 42 |
| Memorando | 27 |
| Memorando-Circular | 40 |
| Nota Técnica | 2 |
| Ofício | 109 |
| Ofício-Circular | 8 |
| Parecer Jurídico | 1 |
| Relatório | 4 |
| Reunião | 59 |
| Visita | 1 |
| Representação Institucional em Projeto | 2 |
| Total | 1174 |

Fonte: CAO-CRIM/PGJ, 2023.

4. AÇÕES DE MELHORIA



Coordenador do CAO/Criminal participa de discussão sobre violência nas escolas

Inclusão na página da intranet do MPMA, na área do CAO Criminal de aba referente ao Catálogo Águia, onde podem ser encontradas todas as fontes de consultas disponíveis, bem como a legislação correlata e modelos de requisição para auxiliar membros e servidores, quando da consulta à ferramenta.

Inclusão na página da intranet do MPMA, na área do CAO Criminal de aba referente ao **Plano de Atuação em**

Defesa de Direitos Humanos – VOLUME 2, contendo o Plano 3, que trata do Enfrentamento do Racismo, da LGBTfobia e da Intolerância Religiosa e o Plano 4, que trata de Direitos das Pessoas vivendo com HIV/Aids. Nesta aba podem ser consultadas as minutas disponíveis e a Planilha de metas e indicadores do plano de atuação.

Além disso, foi criada pasta compartilhada no Drive do CAO Criminal com a disponibilização de arquivos para auxiliar as Promotorias de Justiça que estão executando do PADHUM Volume 2, onde podem ser encontrados arquivos que especificam as metas por promotoria de justiça, com a atribuição de cada uma e o respectivo prazo de cumprimento.

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAO-Consumidor)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAO-Consumidor) foi criado através da Resolução nº 02/97-CPMP (DJe 20/03/97) como órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA).

O CAO-Consumidor tem como prioridade a realização de ações coordenadas, de caráter institucional, para promover e facilitar a defesa coletiva do público Consumidor, de forma a assegurar suporte para melhorar o seu atendimento e ampliar os seus resultados.

1. PROJETOS, CAMPANHAS E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS DO CAO/CONSUMIDOR

Conforme o Plano Tático-Operacional do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor (CAO-Consumidor), elaborado em consonância com o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-2029, atualmente encontram-se em execução 1 (um) Projeto, 1 (uma) Campanha e 1 (uma) Iniciativa Institucional.

1.1. Projeto “Fortalecendo Direitos: MPMA e a criação de órgãos locais de defesa do consumidor”

O Projeto visa fomentar a criação e implementação de órgãos locais que tenham por objetivo prioritário a proteção e defesa do consumidor, com apoio dos órgãos de execução do MPMA, de modo a ampliar a proteção dos consumidores no Estado. Por intermédio deste Projeto, o promotor de justiça tem acesso a um Roteiro de Atuação contendo o passo a passo para instalação de unidades do PROCON, além de *kit* com modelos e minutas (ofícios, atas de reunião, modelos de Termo de Ajustamento de Conduta, Ação Civil Pública, dentre outras), podendo utilizá-los para: instituir Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, estimulando a cooperação entre o Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal e o PROCON/MA; ou implantar unidade do PROCON Estadual mediante a formalização de Termos de Cooperação Técnica entre a Prefeitura e a referida autarquia;

Em 2023, dois municípios aderiram ao projeto: Buriticupu e Arame (dobro da meta estipulada para o ano).

O Projeto possui 13 (treze) etapas/ações previstas, sendo que, até o momento, 5 delas já foram concluídas. Dentre os resultados alcançados no ano de 2023, destacam-se:

- a) disponibilização dos documentos relacionados ao Projeto para todos os Membros e servidores do MPMA;
- b) instauração de procedimentos administrativos nos municípios de Buriticupu e Arame, conforme orientações do Roteiro de Atuação, com o objetivo de

avaliar a atual situação de atendimento aos consumidores e identificar as suas demandas e necessidades;

- c) avanço nas tratativas com o Governo do Estado para a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o MPMA, a FAMEM e o PROCON Estadual, visando à conscientização dos cidadãos em matéria de consumo e capacitação jurídica dos servidores desses novos órgãos.

1.2. Campanha “Modelo Prático de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais”

A Campanha foi idealizada para auxiliar os membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão no que tange ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços essenciais ofertados à sociedade. Nesse sentido, foram disponibilizados, no ambiente online da instituição, um Banco de Peças e um "Manual Prático de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais", contendo noções fundamentais acerca da temática, bem como minutas de Ações Cíveis Públicas, Termos de Ajustamento de Conduta, Ofícios, Quesitação de Perícias, Recomendações, legislação pertinente, dentre outras peças e procedimentos necessários para a promoção da tutela consumerista no Estado;

Por ser uma campanha instrumental, não é possível mensurar quantas e quais Comarcas estão executando a aludida atividade. Contudo, o material foi encaminhado, via e-mail e DIGIDOC, para 302 (trezentos e dois) membros, sendo 84 (oitenta e quatro) Promotorias de Justiça com atribuição na defesa do consumidor, e 1605 (mil seiscentos e cinco) servidores;

A Campanha possui 5 (cinco) etapas/ações previstas para sua implementação, sendo que, até o momento, 4 (quatro) dessas fases encontram-se concluídas, incluindo a seleção e disponibilização de 135 (cento e trinta e cinco) documentos editáveis no Banco de Peças do CAO-Consumidor na intranet do MPMA. Além disso, os membros e servidores também receberam o “Manual Prático de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais”, o qual prioriza os seguintes temas: tratamento e distribuição de água, fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicações, estando também disponível na intranet;

Destaque-se que a referida campanha foi selecionada para exposição na Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade realizada no mês de novembro pelo CNMP no Ministério Público do Maranhão.



Manual de Atuação – Fiscalização e Roteiro de Atuação – Fortalecendo Direitos: MPMA e a criação de órgãos locais de defesa do consumidor.

1.3. Iniciativa “Fomento à Cooperação Técnica entre o MPMA e órgãos de fiscalização”

A iniciativa tem o intuito de fomentar a articulação interinstitucional, mediante a proposição de Acordos de Cooperação Técnica a serem firmados entre o MPMA e órgãos responsáveis pela fiscalização de produtos e serviços colocados à disposição dos consumidores maranhenses, a exemplo das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde de São Luís, representando, respectivamente, as Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal; do Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão – INMEQ; da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos – MOB; e da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, de modo a maximizar a garantia de direitos consumeristas no Estado.

Trata-se de iniciativa por meio da qual os referidos órgãos disponibilizam ao MPMA, independentemente de requerimento, cópia integral dos autos de infração, de natureza sanitária, físicos ou digitais, lavrados em face de estabelecimentos comerciais maranhenses, contendo informações relevantes para a apuração de responsabilidade consumerista dos autuados, tais como o número do auto de infração, a data da lavratura, o nome do infrator, a descrição da infração, a sanção aplicada, entre outros dados necessários.

A iniciativa possui 6 (seis) ações previstas para sua implementação e atualmente o CAO-Consumidor encontra-se acompanhando os processos instaurados pela SECINST para formalização dos Termos de Cooperação Técnica (Processos DIGIDOC n°s: 17034/2023, 17037/2023, 17041/2023, 17042/2023 e 17048/2023) – sendo esta a última ação necessária para cumprimento do objetivo da Iniciativa.

1.4. Outras atividades: “Encaminhamento de Sugestões de Projetos de Lei ao Procurador-Geral de Justiça”

Com o objetivo de ampliar a tutela do consumidor maranhense, o CAO-Consumidor encaminhou ao Procurador-Geral de Justiça sugestões de projetos de lei visando assegurar a proteção dos consumidores hipervulneráveis.

O primeiro projeto visa proteger os consumidores idosos de golpes ocorridos em decorrência da contratação de empréstimos e financiamentos fora das instituições financeiras tradicionais. Nesse sentido, os fornecedores serão obrigados a coletar a assinatura física de pessoas idosas após a contratação de operação de crédito por meios eletrônicos ou telefônicos – disposição que não viola a Constituição Federal, como concluiu o Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2022, ao analisar a constitucionalidade de lei semelhante, a saber, a Lei nº 12.027, de 26 de agosto de 2021, do Estado da Paraíba.

A outra proposta pretende que estabelecimentos comerciais no Estado do Maranhão sejam obrigados a posicionar as telas de suas caixas registradoras de forma visível e acessível aos consumidores, permitindo a visualização imediata das informações registradas. Os monitores deverão estar em local de fácil acesso e visibilidade, com

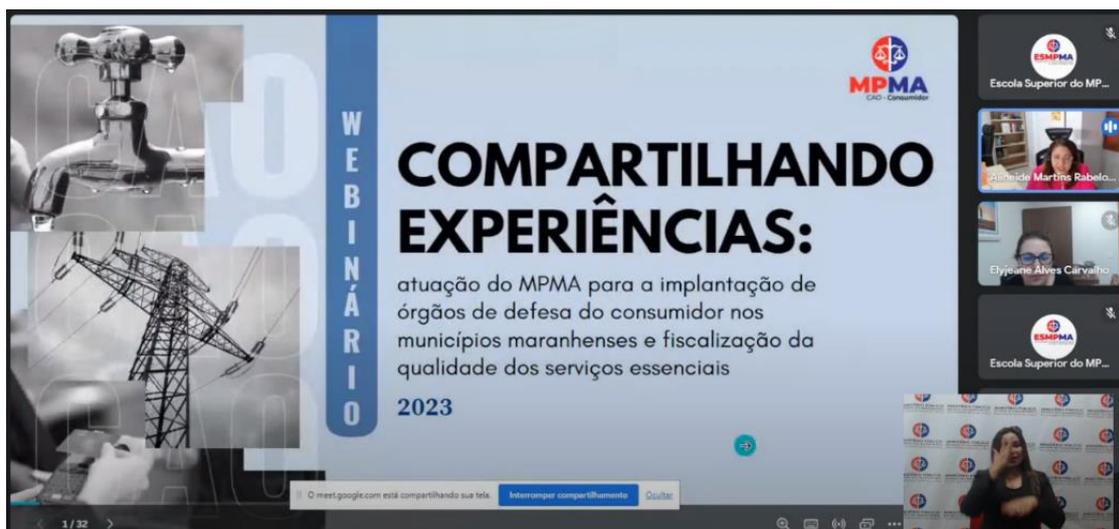
identificação clara dos produtos e valores exibidos, especialmente para pessoas idosas ou com deficiência, sendo proibidas afixações que obstruam a visualização dos monitores, assegurando, assim, o direito à informação adequada e clara, como preceitua a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Ademais, tendo em vista a inexistência de um grupo de trabalho voltado exclusivamente à temática consumerista na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - ALEMA, e diante da necessidade de promover uma atuação mais efetiva na defesa dos consumidores maranhenses, sugeriu-se ao PGJ que recomende à Chefe do Poder Legislativo Estadual, Deputada Iracema Vale, a criação da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

2. ATUAÇÃO DO CAO CONSUMIDOR EM 2023

Durante o ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor realizou diversas atividades, incluindo reuniões e eventos, com o objetivo prioritário de estabelecer parcerias em benefício do consumidor maranhense.

2.1. Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira



Webnário Compartilhando experiências: atuação do MPMA para a implantação de órgãos de defesa do consumidor nos municípios maranhenses e fiscalização da qualidade dos serviços essenciais, realizado pelo CAO-Consumidor em agosto de 2023.

No dia 31/08/2023, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP, o CAO-Consumidor promoveu o Webinário *"Compartilhando Experiências: Atuação do MPMA para a Implantação de Órgãos de Defesa do Consumidor nos Municípios Maranhenses e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais"*. Com carga horária de 4 horas, o evento contou com 48 inscritos e atualmente possui 269 visualizações no YouTube.

2.2. Eventos promovidos pelo CAO

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor realizou as seguintes reuniões:

- a) Secretaria Estadual de Segurança Pública – SSP/MA: apresentar as principais deficiências da Delegacia do Consumidor - DECON e a necessidade de investimentos no Instituto Laboratorial de Análises Forenses – ILAF (27/01/2023);
- b) Instituto Laboratorial de Análises Forenses – ILAF: reunião e visita ao espaço físico atual do ILAF, bem como apresentação do projeto de ampliação do referido Instituto aos representantes da empresa VALE (24/02/2023);
- c) Clube de Engenharia do Maranhão: tratar sobre demandas relacionadas a vícios construtivos e irregularidades dos projetos de prevenção e combate a incêndio e pânico em edifícios do município de São Luís (10/03/2023);
- d) Superintendência de Vigilância Sanitária de São Luís – SVES: tratar sobre futura parceria entre os órgãos, no que concerne à remessa de autos de infração, nas matérias atinentes à atuação do MPMA, para a devida investigação ministerial (15/03/2023);
- e) Superintendência de Vigilância Sanitária Estadual – SUVISA: tratar sobre futura parceria entre os órgãos, para remessa de autos de infração, nas matérias atinentes à atuação do MPMA, para a devida investigação ministerial (15/03/2023);
- f) Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão – LACEM: visita ao espaço físico do LACEM, para estreitar o relacionamento entre as instituições (22/03/2023);
- g) Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária de São Luís - SVES e Superintendência de Vigilância Sanitária Estadual – SUVISA: dar continuidade às tratativas de formalização de Termo de Cooperação Técnica entre os órgãos e o Ministério Público, bem como debater abordagens de atuação conjunta e desenvolvimento de trabalhos (27/03/2023);
- h) Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL: tratar sobre a divulgação de informações ao consumidor com relação à prestação do serviço de telecomunicações, bem como a disponibilidade da ANATEL em realizar um *workshop* para os membros do MPMA com atuação na defesa dos direitos dos consumidores (30/03/2023);
- i) Agência Estadual de Defesa Agropecuária – AGED: tratar acerca de futuras parcerias institucionais entre os órgãos (12/04/2023);
- j) Sindicato de Bombeiros Civis do Maranhão: discutir questões relativas ao cumprimento da Lei Municipal nº 6.227/2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de bombeiros civis em determinados estabelecimentos do município de São Luís (18/04/2023);
- k) Federação dos Municípios do Estado do Maranhão – FAMEM: apresentação do projeto “Roteiro de Atuação para a Implantação de PROCON’s nos Municípios Maranhenses” (nome anterior do projeto “Fortalecendo Direitos: MPMA e a criação de órgãos locais de defesa do consumidor”), bem como discutir sobre o interesse do governo estadual em expandir o PROCON para todos os municípios maranhenses (25/04/2023);
- l) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP: estreitamento das relações entre o referido órgão e o Ministério Público do Estado do Maranhão (10/08/2023);
- m) Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão – LACEM: discutir os principais desafios atuais para o empenho de ações em prol da proteção dos consumidores quanto aos produtos comercializados no Maranhão (15/08/2023);
- n) Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão: debater sobre a advocacia predatória e a incidência de ações judiciais cujo objeto trata da concessão de empréstimos

- consignados não autorizados pelos consumidores (29/08/2023);
- o) Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Maranhão – SUVISA: dar continuidade às tratativas atinentes à cooperação entre o órgão e o MPMA, de modo a favorecer uma melhor atuação em defesa dos direitos do consumidor, oportunidade em que também fora discutida a necessidade de fortalecimento do LACEM (19/09/2023);
 - p) Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP: tratar acerca de futuras parcerias institucionais entre os órgãos (27/09/2023);
 - q) Reunião virtual com os coordenadores dos CAO's do MPMA e o Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, com intuito de tratar acerca de questões relacionadas aos dados disponibilizados no DATAIMESC (28/09/2023);
 - r) Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS: reunião virtual para tratar acerca de possível parceria institucional, em especial para a implantação de um núcleo da Agência no Estado do Maranhão (09/11/2023);
 - s) Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos – MOB: tratar sobre a possibilidade de formulação de Termo de Cooperação Técnica entre o referido órgão e o MPMA, cujo objeto trata-se de compartilhamento de dados e envio de autos de infração na seara consumerista ao Ministério Público Estadual (14/11/2023);
 - t) Centro de Apoio Operacional dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Luís, Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (CIAPVI/DPE), e com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (CEDIMA), para tratar sobre a hipervulnerabilidade do consumidor idoso e/ou com deficiência no que concerne à contratação de empréstimos consignados (12/12/2023).

2.3. Participação em Comissões/Comitês/Núcleos



Alineide Martins Rabelo Costa, coordenadora do CAO-Consumidor, junto a Wadih Damous, Secretário Nacional do Consumidor.



Participação da equipe CAO-Consumidor no evento "Junt@s – construindo o futuro e transformando realidades", organizado pelo PROCON/MPPI.

- a) Nos dias 02 e 03 de março de 2023, parte da equipe do CAO-Consumidor esteve no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em Brasília/DF, para participar da 29ª Reunião Ordinária entre a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e os membros do Sistema

- Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), como Ministérios Públicos, PROCON's, Defensorias Públicas e entidades civis de defesa do consumidor;
- b) Membros da equipe do CAO-Consumidor, em 10, 11 e 12 de maio de 2023, participaram do evento “Juntos Construindo e Transformando Realidades”, sediado no MPPI. O evento reuniu mais de 200 membros do Ministério Público com atuação em todo o país, para discussão de diversos temas de interesse social, como defesa do consumidor, direitos humanos em sentido estrito, defesa da saúde, infância e juventude, defesa dos direitos da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, educação, meio ambiente e sistema prisional.
 - c) No dia 11/08/2023, membros da equipe do CAO-Consumidor participaram do “I Fórum Maranhense de Regulação em Telecomunicações: Consumo e Conectividade Digital”. O evento teve como objetivo apresentar um panorama das ações e ferramentas disponibilizadas pela agência reguladora para garantir a qualidade das telecomunicações no país, sobretudo no Maranhão;
 - d) O "Fórum de Debates sobre a Qualidade dos Garrafões de 20 Litros", realizado em 10/11/2023, contou com a participação de membro da equipe do CAO-Consumidor, tendo como objetivo a melhoria da qualidade dos garrafões de 20 litros circulantes no Estado do Maranhão.

2.4. Participação em Outros Eventos

- a) Reuniões virtuais com a Câmara de Coordenadores dos Centros de Apoio Operacionais do MPMA;
- b) Reunião com a Secretaria de Planejamento e Gestão da Procuradoria-Geral de Justiça, destinada a discutir o desenvolvimento de projetos, campanhas e iniciativas, e seu alinhamento com o Planejamento Estratégico do MPMA (29/03/2023);
- c) Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON: reunião a respeito da alteração da base de cálculo da precificação dos elementos de composição de combustíveis e quanto à fiscalização dessas alterações (19/05/2023);
- d) Reunião de Análise da Estratégia – RAE, com apresentação dos resultados das atividades desenvolvidas pelo CAO-Consumidor durante o 1º semestre (03/07/2023);
- e) Alinhamento da SENACON com os integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, acerca da prevenção e tratamento do superendividamento de consumidores (14/07/2023);
- f) Reunião com membro do CNMP, a respeito da Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade (09/08/2023);
- g) Reunião com o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais – SECINST, para tratar sobre a formalização dos Termos de Cooperação Técnica entre órgãos de fiscalização do Estado do Maranhão e o MPMA (25/08/2023);
- h) Participação na 1ª Revisão do Planejamento Estratégico Nacional do MP (PEN-MP 2020/2029), relativa à sala temática “consumidor” (18/09/2023);
- i) Reunião com o IMESC e a SEPLAG, para tratativas sobre a criação de indicadores específicos para os CAO's do MPMA no sistema DATAIMESC (08/11/2023).

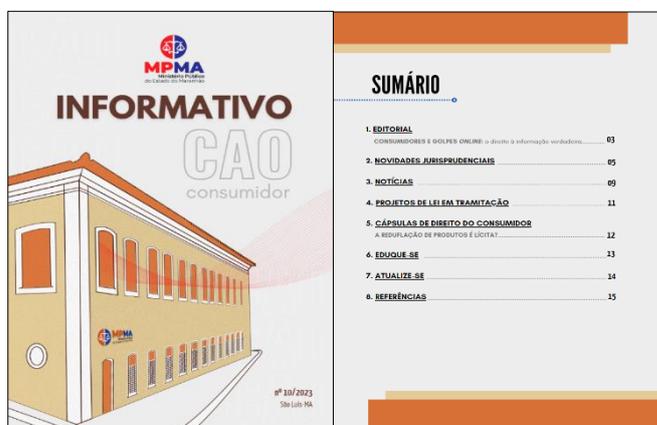
3. CAO-CONSUMIDOR EM NÚMEROS – 2023

Tabela 87 - Produtividade do CAO-Consumidor

| Descrição | Quantidade |
|---|------------|
| Atendimentos a Ministérios Públicos de outros estados | 18 |
| Atendimento ao público externo | 18 |
| Declarações | 06 |
| E-mails | 151 |
| Informativos | 10 |
| Memorandos expedidos | 1 |
| Notas Técnicas | 2 |
| Ofícios circulares expedidos | 3 |
| Ofícios expedidos | 78 |
| Ofícios recebidos | 112 |
| Pareceres | 2 |
| Participação em reuniões | 36 |
| Participação em cursos e eventos | 7 |
| Realização de eventos | 1 |
| Realização de consultas | 6 |
| Respostas a consultas | 9 |
| Requisição de material | 5 |
| Reuniões | 35 |
| Visitas | 3 |

Fonte: CAO-CONSUMIDOR/PGJ, 2023.

4. AÇÕES DE MELHORIA



Capa e sumário do Informativo CAO-Consumidor

No mês de julho de 2023, ocorreu a mudança do CAO-Consumidor do edifício do Centro Cultural e Administrativo do MPMA para o recém-inaugurado Solar do Ribeirão, oportunidade na qual houve adaptação do mobiliário e da equipe do CAO às novas instalações.

Foram implementadas, ainda, alterações significativas no Informativo produzido por este

Centro de Apoio Operacional, passando a ser um periódico mensal e apresentando novas seções com o objetivo de oferecer um conteúdo mais abrangente sobre a tutela consumerista, a saber: Editorial, Novidades Jurisprudenciais, Notícias, Cápsulas de Direito do Consumidor, Aconteceu no CAO e Eduque-se (dedicada à divulgação de cursos e eventos relacionados ao direito do consumidor).

Além disso, o CAO-Consumidor vem trabalhando em um protótipo de site da página do CAO na intranet do MPMA. As modificações visam a aprimorar tanto o design quanto o fluxo de navegação da página, com o intuito de proporcionar uma melhor experiência ao usuário.

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO/UMA)

O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural tem focado sua atuação interna na busca pela maior eficácia pública através da formação de bancos de peças e manuais; celebração de convênios que facilitem a atividade investigatória dos órgãos de execução; atendimento a consultas, inclusive técnicas, e disponibilização de material técnico-jurídico; e na promoção de reuniões técnicas e eventos científicos. Em suas atividades externas, por meio da participação em órgãos colegiados de proteção ao meio ambiente e na intervenção para a produção de normas jurídicas que melhor subsidiem ações do Ministério Público, além de manterem constante atenção na produção legislativa espontânea do Estado.

1. PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAOUMA

Conforme Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-2029, encontram-se em execução 3 (três) Projetos Institucionais e 1 (uma) iniciativa do CAO Meio Ambiente.

1.1. Projeto “Valorização de Resíduos Sólidos”

O Projeto Valorização de Resíduos Sólidos trabalha para implantar nos municípios maranhenses com mais de 50.000 habitantes instrumentos apoiadores de logística reversa focada em coleta seletiva, leis de grandes geradores, PMGIRS e inclusão sócio-produtiva de catadores.

Conforme recorte, vinte e dois (22) municípios são alvo do projeto que até o momento tem sido executado pelas comarcas de Açailândia, Bacabal, Barra do Corda, Buriticupu, Chapadinha, Codó, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Pinheiro e São Luís.

As atividades executadas durante o ano de 2023 consistiram na proposta de criação do grupo especial de atuação em resíduos sólidos, participação em audiência pública de sensibilização dos gestores sobre os resultados alcançados em São Luís, envio de minutas a serem utilizadas durante o projeto, reunião de alinhamento com a Central de Custódia de Resíduos Sólidos, pesquisas sobre inserção do contrato de limpeza pública no portal de transparência e acompanhamento do progresso do projeto em cada comarca.

1.2. Projeto “Águas Claras – Vida Saudável”

O Projeto Águas Claras – Vida Saudável atua promovendo ações que contribuem para redução da ociosidade de redes de esgotos a qual gera a poluição difusa em mananciais de superfície. Visa reduzir essa poluição hídrica por meio do aumento do número de interligações das edificações urbanas às redes públicas de esgotos nos municípios com mais 50.000 habitantes, totalizando 22 municípios maranhenses.

Dos municípios-alvo, onze (11) comarcas estão executando o projeto, sendo elas as de Açailândia, Bacabal, Barra do Corda, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, São José de Ribamar, São Luís, Paço do Lumiar e Timon.

Durante o ano foram desenvolvidas diversas atividades com o objetivo de acompanhar e dar suporte técnico às promotorias participantes como o encaminhamento de roteiro de atuação, oficina e tira-dúvidas, articulação de parceria com a CAEMA e acompanhamento de procedimentos administrativos.

1.3. Iniciativa “Racionalização da Atuação do MPMA na Área Ambiental”

A iniciativa tem como objetivo ministrar oficinas e criar roteiros de atuação para subsidiar a aplicação da RECOMENDAÇÃO-GPGJ Nº12/2020 na atuação dos Promotores de Justiça de Meio Ambiente visando a agilizar e racionalizar a o tratamento das demandas de baixa complexidade.

Nesse sentido, em 31 de março de 2023, foi realizada oficina temática com o fim de esclarecer a REC-GPGJ – 122020 e compreender sua aplicação tendo por referência a experiência do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na mesma estratégia.



Oficina Temática sobre Racionalização da Atuação do MPMA.

1.4. Projeto “Combate ao Desmatamento no Bioma do Cerrado”



MPMA participou de evento sobre desmatamento do cerrado

O projeto opera no combate do avanço do desmatamento do Bioma Cerrado nos municípios de Aldeias Altas, Balsas, Caxias e Grajaú que apresentaram no ano de 2021 as maiores taxas de desmatamento do Estado do Maranhão. Atualmente todas as promotorias-alvo executam o projeto.

Para cumprir com os objetivos do planejamento estratégico, o CAOUMA executou ações como articulação de parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA, oficina temática sobre Proteção Florestal e reunião com o MPTO sobre sistema de monitoramento dos índices de desmatamento utilizado pelo MPTO.

O CAOUMA em parceria com a SEPLAG tem estudado possibilidades de execução do monitoramento supracitado, pois constitui fase essencial para o cumprimento do objetivo do projeto.

Em 20 de novembro, na sede do CNMP, em Brasília/DF foi assinado durante o evento da Comissão de Meio Ambiente 2023, o Acordo de Resultados para Região do MATOPIBA no Combate ao Desmatamento Ilegal do Cerrado - Projeto Alerta MATOPIBA. As unidades signatárias assumiram o compromisso de apoiar o “Projeto Alerta MATOPIBA” projeto de iniciativa da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) – com a criação de coordenadorias regionais, grupos de atuação integrada, Promotorias Regionais, GAEMA, Força Tarefa, núcleos ambientais temáticos ou outro modelo administrativo mais adequado, dentro da realidade de cada Ministério Público da região do MATOPIBA, assim como a adesão à “Plataforma Desmate Zero”.

2. ATUAÇÃO DO CAOUMA CONFORME A LEI COMPLEMENTAR Nº013/91

Durante o ano de 2023, com o objetivo de cumprir o que determina o art.38, V da Lei Complementar Estadual nº013/91, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, como promoção de oficinas, reuniões, articulação de parcerias, encaminhamento de minutas, realização de vistorias, elaboração de pareceres técnicos e laudos periciais.

A lei expressa seis atividades a serem executadas pelos coordenadores de centro de apoio operacional e prevê em seu Artigo 38, IV (Lei Complementar nº13/91) que seja remetido anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça, relatório das atividades do Ministério Público relativas à sua área de atuação, confirmando o cumprimento de suas atribuições.

2.1. Estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns

Foram encaminhados Ofícios Circulares com o intuito de estimular a adesão e engajamento aos projetos institucionais e com orientações e material de apoio para atuação dos Promotores de Justiça de Meio Ambiente.

Tabela 88 - Ofícios Circulares encaminhados aos Promotores de Justiça no ano de 2023.

| Nº | Destino | Assunto | Data da Expedição |
|---------------------------|--|---|--------------------------|
| OFC- CIRC- CAOUMA - 12023 | Promotores de Justiça de Meio Ambiente | Encaminha orientações referentes ao projeto Águas Claras com Fluxograma | 18/05/2023 |

| | | | |
|--------------------------|--|--|------------|
| OFC- CIRC-CAOUMA - 22023 | Promotores de Justiça de Meio Ambiente | Solicita que os promotores indiquem temas que reputam serem frequentes, porém de baixa complexidade, a fim de serem incluídos em publicação intitulada 'Roteiro de Atuação Racionalizada do Ministério Público em Matéria Ambiental'. | 14/05/2023 |
| OFC- CIRC-CAOUMA - 32023 | Promotores de Justiça de Meio Ambiente de Balsas, Caxias (Aldeias Altas) e Grajaú. | Solicita informações para o projeto de combate ao Desmatamento no Bioma do Cerrado, com o propósito de conhecer quantos inquéritos públicos foram instaurados; quantas Ações Cíveis Públicas foram ajuizadas e quantos termos de ajustamento de conduta foram firmados, a partir do mês de janeiro/2023. | 06/06/2023 |
| OFC- CIRC-CAOUMA - 42023 | Promotores de Justiça de Meio Ambiente | Convite de reunião para tratar sobre o Projeto Valorização de Resíduos Sólidos | 28/07/2023 |
| OFC- CIRC-CAOUMA - 52023 | Promotores de Justiça de Meio Ambiente | Modelos a serem utilizados durante o Projeto de Valorização de Resíduos Sólidos. | 22/09/2023 |

Fonte: CAOUMA/PGJ, 2023.

2.2. Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade

A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico que subsidie atuação dos órgãos de execução. Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas.

Além do atendimento no dia a dia, o CAOUMA respondeu as solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental aos promotores de justiça de meio ambiente. Por meio do WhatsApp foram encaminhadas vinte e oito (28) mensagens eletrônicas e coletivas ao grupo “Ambiental MPMA”, incluindo artigos científicos, livros, jurisprudências, acórdãos, informativos e respostas às consultas rápidas.

Tabela 89 - Mensagens encaminhadas via WhatsApp grupo “Ambiental MPMA” no ano de 2023.

| Nº | DATA | ATIVIDADE |
|----|------------|---|
| 1 | 15/01/2023 | Diálogo y fertilización cruzada entre visiones jurídicas emergentes. Disponível em: <https://delfino.cr/2023/01/diologo-y-fertilizacion-cruzada-entre-visiones-juridicas-emergentes> |
| 2 | 31/01/2023 | Contrarrazões na Apelação interposta pelo município de São Luís, que determinou a implantação de serviços de controle de edificações para evitar incêndios (Lei da Boate Kiss); |

| | | |
|----|------------|--|
| 3 | 21/02/2023 | Seletividade em Direito Penal Ambiental. Criminalidade Ambiental na Amazônia: seletividade consciente do Direito Penal. |
| 4 | 25/02/2023 | Anthropogenic litter on the macrotidal sandy beaches of amazona region |
| 5 | 02/03/2023 | Brazilian payment for environmental services programs emphasize water-related services. |
| 6 | 08/03/2023 | Decreto de Logística Reversa |
| 7 | 16/03/2023 | Livro – Energia Solar – André Saddy. |
| 8 | 29/07/2023 | Jurisprudência STJ – Decisões Monocráticas. Processo HC 537573 – RS – (2019/02987846) DJE 06/10/2023 |
| 9 | 11/08/2023 | Sentenças sobre Resíduos Sólidos. TJMA. Processo: 0827644-91.2021.8.10.0001 e a sentença da Ação Civil Pública 0827841-46.2021.8.10.0001 |
| 10 | 15/08/2023 | Jurisprudência em Teses. STJ. Edição n. 218. Direito Ambiental VI. |
| 11 | 17/08/2023 | Manual Técnico de Quesitos para Perícias Ambientais. |
| 12 | 18/08/2023 | Acórdão Apelação. |
| 13 | 18/08/2023 | Inicial. Ação Civil Pública. Mercado Central . 0842003 - 80.2020.8.10.0001. |
| 14 | 18/08/2023 | Sentença. Mercado Central. 0842003-80.2020.8.10.0001. |
| 15 | 18/08/2022 | Sentença referente a Mobilidade Urbana nas ruas próximas aos hospitais Materno Infantil e Dutra. 0800012-56.2022.8.10.0001. |
| 16 | 22/08/2023 | Sentença TJMA. Ação Civil Pública 2ª Vara da Fazenda pública de Imperatriz. Processo n: 0000953-85.2014.8.10.0044. 17/08/2023. |
| 17 | 28/09/2023 | Enunciados aprovados na Primeira Jornada do Patrimônio Cultural e Natural. |
| 18 | 06/10/2023 | Edição Comemorativa da Constituição da República, pelos 35 anos de sua vigência. |
| 19 | 23/10/2023 | Publicação de PA sobre Zoneamento |
| 20 | 23/10/2023 | Sentença ABAD em Porto Alegre Logística Revers |
| 21 | 03/11/2023 | Acórdão TJSP 2023.0000803649. Apelação cível: 0000272-92.1992.26.0157 |
| 22 | 18/11/2023 | Derechos humanos y derechos de la Natureza. |
| 23 | 30/11/2023 | Vídeo informativo – Dia Nacional do Jaguar |
| 24 | 13/12/2023 | Cartilha Direitos em movimento |
| 25 | 13/12/2023 | Revista Daye |
| 26 | 18/12/2023 | Jurisprudência/STJ – Acórdãos. REsp 1877192/PR. Recurso Especial 2020/0128133-0. |
| 27 | 28/12/2023 | Novas Legislações sobre Agrotóxicos. |
| 28 | 29/12/2023 | Informações sobre a qualidade do ar em São Luís. |

Fonte: CAOUMA/PGJ, 2023.

Foram elaborados vinte e sete (27) pareceres técnicos e onze (11) laudos periciais atendendo consultas e solicitações de vistorias de todo o Estado do Maranhão. O CAOUMA também elaborou quesitos para perícias judiciais em atendimento às solicitações dos Promotores de Justiça e atuou com assistentes técnicas nas perícias judiciais.

2.3. Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções

No dia 16 de maio de 2023 houve a adesão ao projeto alerta MATOPIBA. O objetivo do Projeto é fortalecer os Ministérios Públicos da região do MATOPIBA, no combate aos desmatamentos ilegais em defesa do bioma Cerrado. O desenvolvimento do projeto é realizado por meio de uma plataforma de transparência de medidas adotadas pela Instituição, a partir do mês de janeiro de 2023.

Em 19 de julho de 2023 foi realizada reunião com o Ministério Público do Estado de Tocantins sobre Monitoramento do Desmatamento realizado pela CAOUMA/TO, com o propósito de orientar a construção do laboratório de Monitoramento de Desmatamentos no CAOUMA/MA e subsidiar o projeto, foi proposto que seja firmado termo de cooperação entreo MPMA e MPTO.

No dia 02 de agosto de 2023 foi realizada reunião com a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, onde foi proposto à CAEMA a assinatura de termo de cooperação técnica para que ela forneça os dados referentes aos municípios integrantes do projeto nos quais ela possua a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, visando informar aos Promotores de Justiça das respectivas comarcas, sendo afirmado pelos representantes da CAEMA o interesse em firmar o referido termo de cooperação. Diante dessa tratativa foi acordado que a CAEMA formalizaria ao Ministério Público essa disposição em ser parceira do referido projeto, no prazo de 05 (cinco) dias contados desta reunião, em documento que também identificaria as principais demandas que, estrategicamente, permitirão o alcance das metas estabelecidas no referido projeto. Na mesma data foi lavrada ata e encaminhada para recolhida das devidas assinaturas.

Na data do dia 02 de outubro de 2023 ocorreu reunião entre a coordenação do CAOUMA e o Diretor de Operações de Resíduos Sólidos, o senhor Fernando Silva Bernardes, onde se alinhou a forma de repasse dos dados para o gerenciamento do projeto “Valorização de Resíduos Sólidos”.

Em 14 de setembro de 2023, o Coordenador do Centro de Apoio participou do encontro virtual com a Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público visando a revisão do Planejamento Estratégico Nacional (PEN-MP 2020 a 2029).

2.4. Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico

O CAOUMA compareceu no dia 03 de julho e 01 de dezembro de 2023 às Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) referentes ao acompanhamento dos Projetos relacionadas ao Planejamento Estratégico 2021-2029.

2.5. Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira

Segue abaixo a relação das Oficinas Temáticas realizadas em parceria com a ESMP visando a capacitação nos projetos do MPMA.

- Racionalização da Atuação do MP no dia 31 de março de 2023;
- Resíduos Sólidos no dia 28 de abril de 2023;
- Saneamento Básico no dia 19 de maio de 2023;
- Proteção Florestal no dia 07 de julho de 2023.

2.6. Eventos promovidos pelo CAOUMA

Em 24 de março de 2023, em parceria com ESMP e a FUNBIO, foi realizado o evento “Copaíbas. Diálogos pelo clima: instrumentos econômicos e financeiros de curto, médio e longo prazo como forma de apoio às metas climáticas assumidas pelo Brasil”.



2.7. Participação em Comissões / Comitês / Núcleos

- Comissão Permanente de Meio Ambiente – COPEMA, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça: Luís Fernando Cabral Barreto Júnior;
- Comissão Permanente de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público: Luís Fernando Cabral Barreto Júnior;
- Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – CONSEMA: Luís Fernando Cabral Barreto Júnior (titular), Jadilson Cirqueira de Sousa (suplente);
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH: Dr. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

2.8. CAOUMA em números – 2023

Tabela 90 – Produtividade do CAOUMA em 2023

| Descrição | Total |
|------------------------------|-------|
| Memorandos expedidos | 1 |
| Ofícios Circulares expedidos | 5 |
| Ofícios expedidos | 77 |
| Pareceres Técnicos | 27 |
| Laudos Técnicos | 11 |
| Participação em reuniões | 28 |
| Atas | 8 |

| | |
|----------------------|----------|
| Exposição de Motivos | 1 |
| Relatórios | 1 |

Fonte: CAOUMA/PGJ, 2023.

3. AÇÕES DE MELHORIA

Foi realizada a atualização do Banco de Peças disponibilizado na página do CAOUMA acessado pela Intranet, assim como disponibilizado o Mapa das Unidades de Conservação Estaduais do Maranhão.

4. CONCLUSÃO

O Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente executou as tarefas incumbidas por lei e a totalidade das fixadas pela Administração Superior. Entretanto, seu processo de instalação e consolidação como órgão auxiliar ainda demanda muitos investimentos pela Administração Superior.

A Correição Extraordinária do Conselho Nacional do Ministério Público realizada em **01/12/2014** constatou a “*precariedade da estrutura física e humana*” do Centro de Apoio Operacional, em relatório de amplo conhecimento da Administração Superior e que consta da página do CNMP. A Correição Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2016 já apresentou relatório preliminar, no mesmo sentido.

Não obstante os esforços da equipe do Centro de Apoio Operacional, ainda há carência de maiores estruturas e corpo técnico e de viabilização pela Administração de condições para dedicação maior ao Centro de Apoio, posto que além deste signatário acumular funções de órgão de execução, o número de servidores técnicos para assessoramento é muito inferior à demanda dos órgãos de execução, assim como há uma evidente desproporcionalidade com o número de servidores disponíveis nos outros Centros de Apoio Operacional.

Essa falta de estrutura de pessoal é o principal fator de dificuldades para implementar projetos essenciais como o de combate ao desmatamento.

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAO/DHC)

Criado pela Resolução nº 03/2006 do Egrégio Colégio de Procuradores, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos – CAO/DHC é órgão auxiliar que tem como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio.

Desde sua criação no ano de 2006, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAO/DHC) tem atuado no auxílio às Promotorias de Justiça de todo o Estado nos assuntos que não são abrangidos pelos demais Centros de Apoio Operacionais instituídos no Ministério Público do Estado do Maranhão, a saber, os CAOs da Infância e Juventude, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência, Consumidor, Criminal, Probidade Administrativa, Enfrentamento à Violência de Gênero e do Tribunal do Júri.

São diversas as atribuições deste CAO/DHC, que além de prestar apoio técnico, coordena a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e faz o acompanhamento das ações e dos projetos do Ministério Público nas diversas comarcas.

1. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS

No ano de 2023 foram realizadas atividades pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania, conforme descritas abaixo:

- Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações étnico-raciais, apoio às vítimas de violência, defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano, conflitos no campo, violência contra povos indígenas, defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;
- Envio de comunicações, notícias e ofícios circulares, via e-mail, a todos os Promotores de Justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, Secretarias Estaduais, Nacionais, Ministérios da Presidência e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
- Coordenação das atividades do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – FEPAS/MA;
- Atendimento ao público, via telefone, email ou presencial. Orientação, encaminhamento, abertura de caminhos para atendimento das demandas relacionadas às matérias de competência deste Centro de Apoio, bem como, do

- contrário, direcionamento para o setor competente;
- Encaminhamento e confirmação, via e-mail, e também por telefone, de informações relevantes aos Promotores de Justiça do Interior, para reforçar e incentivar o trabalho destes na garantia dos direitos humanos. Para tal fim, a equipe do CAO/DHC está orientada a encaminhar e reforçar convites aos Promotores de Justiça para participar de eventos e encontros importantes para a garantia e efetivação dos direitos humanos;
 - Divulgação aos Promotores de Justiça, via e-mail, de informações importantes sobre ações e trabalhos do Ministério Público afetos à garantia dos direitos humanos, bem como de notícias e documentos relacionados à garantia dos direitos humanos.

2. RELATÓRIO SUCINTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO CAO/DHC

Tabela 91 – CAO-DHC em números

| Atividades | Números |
|---|----------------|
| Ofícios Expedidos | 113 |
| Ofícios Circulares | 07 |
| Projetos Desenvolvidos | 3 |
| Informativos para Promotores de Justiça | 13 |
| Nota Técnica | 01 |
| Cartilhas (elaboração/adequações) | 3 |
| Entrevistas em Rádio/TV | 10 |
| Audiência Pública | 2 |
| Reuniões de Trabalho | 67 |
| Participações em Projetos Interinstitucionais | 1 |
| Participações em Comissões Estaduais | 6 |
| Participação em Comissões Nacionais | 1 |
| Denúncias recebidas | 67 |
| Eventos organizados pelo CAO/DHC | 21 |

Fonte: CAO-DHC/PGJ,2023.

3. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, CONSELHOS E COMITÊS

3.1 Comissões Nacionais

- **COPEDH** - Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago.

3.2 Comissões, Comitês e Conselhos Estaduais

- **CECT** – Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura. Titular:

- Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotor de Justiça Aarão Carlos Lima Castro;
- **CEDDH/MA** - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotora de Justiça Lays Pedroza Souza;
 - **CEPETP** – Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotora de Justiça Marcia Moura Maia;
 - **COETRAE** – Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Titular: Promotor de Justiça Gleudson Malheiros; Suplente: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago;
 - **PEPDDH/MA** - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotora de Justiça Márcia Moura Maia;
 - **PROVITA/MA**– Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotora de Justiça Marcia Moura Maia.

4. PROJETOS

4.1 Projeto “Quem Escolhe Seu Caminho? Você ou as Drogas?”



Lançamento do projeto institucional na Comarca de Matões/MA

Idealizado em junho de 2013, a partir da 2ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim, este projeto de prevenção ao uso indevido de drogas visa despertar a reflexão sobre a problemática das drogas e suas implicações na vida familiar e social, com a realização de atividades diretamente nas escolas públicas, como concursos de desenhos e poesias, além de incentivar a

criação e a implementação dos Conselhos Municipais e Escolares sobre Drogas.

Em 2023, realizou-se a 10ª edição desse projeto que já alcançou, diretamente, mais de 40 mil alunos de escolas públicas e, indiretamente, milhares de famílias. Ao longo dos anos de desenvolvimento do projeto, no âmbito Estadual, mais de 400 (quatrocentos) Conselhos Escolares sobre Drogas já foram instalados, segundo dados da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC/MA. Além disso, mais de 50 municípios aderiram à campanha de Prevenção às Drogas.

Dentre os Órgãos e Instituições da Sociedade Civil organizadas que compõem o Projeto, destacamos: Procuradoria Geral de Justiça; Ouvidoria do Ministério Público

Estadual; Centros de Apoio Operacional do Ministério Público da Educação, da Infância e Juventude, da Defesa da Saúde; Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite; Narcóticos e Alcoólicos anônimos; Escolas Públicas Estaduais e Municipais; Rede Maranhense de Diálogos sobre Drogas; Fórum Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas; Pastoral da Sobriedade, Comunidades Terapêuticas, e Conselhos Estadual e Municipais sobre Drogas.

4.2 Projeto Interinstitucional REDE DO BEM: Estamos AQUI para AJUDAR!



Abertura das atividades do Setembro Amarelo.

Lançado no dia 10 de setembro de 2019, na Praça Nauro Machado - Praia Grande (Centro Histórico de São Luís), em alusão a data definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o Dia Mundial da Prevenção ao Suicídio, o projeto “Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar!” é uma iniciativa do Ministério Público Estadual do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de

Direitos Humanos e Cidadania, em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e idealizado pela coordenadora do CAO/DHC, Promotora de Justiça Cristiane Lago.

O projeto tem o objetivo de prevenir a automutilação e o suicídio, principalmente entre o público jovem, além de divulgar as atividades das redes que trabalham a temática no Estado do Maranhão, os locais responsáveis pelo atendimento às pessoas em sofrimento psíquico, bem como informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância da política de prevenção.

O público-alvo do projeto são alunos de escolas públicas municipais e estaduais (de forma especial aquelas com relatos importantes de casos de suicídio, automutilação e depressão entre alunos, professores, servidores e prestadores de serviço), igrejas diversas, Conselhos Escolares sobre Drogas, Conselhos Tutelares e do Pacto pela Paz, além da população em geral.

4.2.1 Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – FEPAS/MA

O Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio - FEPAS é desenvolvido por um grupo de trabalho e estudo de caráter permanente com o objetivo de unir esforços para propor ações capazes de prevenir, atender e tratar pessoas propensas ao ato da automutilação e do suicídio.

Criado em 2017, lutou e obteve em 2019 a criação da Lei Estadual nº 11.192, de 18 de dezembro de 2019, que institui a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Atualmente a coordenação do Fórum é realizada pelo Centro de Apoio de

Direitos Humanos do Ministério Público Estadual do Maranhão, sob a coordenação da Promotora de Justiça Dra. Cristiane Maia Lago, e é composto por mais de 36 instituições públicas e privadas com atuação nas esferas estadual e municipal.

4.3 Projeto: Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos



Palestra sobre Cultura de Paz na Escola Estadual Centro de Ensino Médio Des. Sarney – CEMDS

principalmente entre estudantes de escolas públicas.

O projeto Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos distribuiu mais de 500 (quinhentas) cartilhas educativas, além da realização de diversas palestras em escolas públicas durante o tempo em que está em andamento.

O projeto visa promover o conhecimento efetivo e a divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, levando, também, conhecimento à população sobre as normas previstas no âmbito nacional e internacional que trazem em seu arcabouço a defesa dos direitos humanos, fomentando reflexões e instigando a luta pela garantia de tais direitos,

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAO Educação)

As ações realizadas pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação estão pautadas no conjunto de suas atribuições institucionais, definidas pela Resolução nº 12/2013-CPMP (DJE 18/01/2013).

1. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPMA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Inicialmente, o Planejamento Estratégico 2021-2029 do Ministério Público do Maranhão na área de educação contava com dois projetos prioritários, quais sejam, o Projeto “Financiar Para Educar” e “O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação”.

No entanto, ao executar as ações propostas no ano de 2023, o CAO Educação constatou a necessidade de uma atuação mais efetiva no acompanhamento e monitoramento dos planos de educação atualmente em vigor, além de assegurar a participação democrática na construção dos novos planos de educação.

Reforça-se, contudo, a importância do Observatório SOMA da Educação na construção desse processo social, em que a curadoria dos dados educacionais, por meio das caixas reflexivas, e a mediação das mesas de negociação possibilitam uma atuação mais efetiva no monitoramento dos planos de educação, o que impõe a necessidade de sensibilização do Poder Público para assegurar os investimentos necessários à efetividade da ferramenta.

1.1. O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação

Com o objetivo de lutar pela efetivação dos planos municipais de educação, bem como acompanhar a construção e concretização dos novos planos municipais referentes à nova década da educação (2024 a 2034), o Projeto permite a intervenção ministerial em praticamente todos os campos da educação, fomentando a participação democrática na construção dos planos municipais, com a implementação de políticas públicas adequadas às demandas municipais e dos meios de efetivação do controle social.

Para a concretização das ações previstas, este projeto propõe que as Promotorias de Justiça estimulem o protagonismo e o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, que serão responsáveis pela alimentação da plataforma virtual de acompanhamento das metas e estratégias dos planos municipais atualmente em vigor, além de assegurar a participação democrática nas Conferências voltadas à construção dos novos planos de educação.

Nessa senda, o Projeto propõe a construção de salas de situação referentes a cada município, em que os dados relacionados à educação da localidade são disponibilizados,

possibilitando estabelecer um comparativo entre os índices educacionais e o cumprimento das metas e estratégias dos planos.

Nesta primeira fase, o projeto alcança, de forma prioritária, 38 (trinta e oito) municípios, selecionados sob os seguintes critérios:

- a) **Territorial:** na busca de alcançar uma visão representativa do território maranhense, serão contemplados os municípios que são sede das Regionais de Educação do Estado do Maranhão, quais sejam: Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Chapadinha, Codó, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Rosário, São João dos Patos, Santa Inês, Timon, Viana, Zé Doca e São Luís; e
- b) **Qualitativo/IDEB:** comporão também a linha de base para acompanhamento os 05 (cinco) municípios que tiveram melhor IDEB nos anos iniciais e finais, bem como aqueles que ficaram nas últimas 05 (cinco) colocações, consoante segue:
 - **os cinco melhores IDEB anos iniciais:** Igarapé Grande, Arari, Axixá, Alto Alegre do Pindaré e Poção de Pedras (Timon foi retirado porque já consta como regional);
 - **os cinco melhores IDEB anos finais:** Benedito Leite, Porto franco, Bernardo do Mearim, São Pedro dos Crentes e Trizidela do Vale (Timon e Arari foram retirados porque já estão na listagem);
 - **os cinco piores IDEB anos iniciais:** Bacabeira, Bela Vista do Maranhão, Gonçalves Dias, Porto Alegre do Maranhão e Santa Filomena;
 - **os cinco piores IDEB anos finais:** Santa Filomena, São Francisco do Brejão, São Roberto, Satubinha e Tufilândia.

Para tanto, o Projeto propõe que as Promotorias de Justiça interessadas procedam à sua adesão, comprometendo-se a:

- Estimular o protagonismo e o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, enquanto instrumento de controle social das políticas públicas educacionais, em especial: a) no monitoramento das metas e estratégias do plano municipal de educação em vigor no município, b) na construção do próximo plano decenal, fomentando a participação popular nesse processo;
- Incentivar o Conselho Municipal de Educação a proceder ao preenchimento dos formulários fornecidos pelo CAO Educação, de forma periódica, propiciando o monitoramento do cumprimento das metas e estratégias do plano municipal de educação;
- Incentivar a criação de formas locais de controle das metas do plano municipal de educação;
- Assegurar a realização de conferências municipais de avaliação do cumprimento do atual Plano de Educação e elaboração de diretrizes para o próximo plano municipal;
- Auxiliar, com informações, na construção e alimentação do OBSERVATÓRIO SOMA da Educação, no qual serão disponibilizados dados dos Municípios e espaço para mediação dos conflitos educacionais.

Como contrapartida, o CAO EDUCAÇÃO compromete-se a:

- Repassar todo material necessário para o bom desempenho dos trabalhos da Promotoria de Justiça referentes ao projeto;
- Disponibilizar as salas situacionais dos municípios que aderirem ao Projeto na intranet do MPMA, área do CAO Educação;
- Auxiliar na montagem de recomendações, TACS ou outras peças processuais e extraprocessuais que se fizerem necessárias;
- Auxiliar na gestão dos procedimentos administrativos sobre a matéria existentes na comarca, se necessário;
- Responder com prioridade às consultas referentes à comarca.

Com a incorporação do Projeto “Financiar para Educar” e a necessidade de reformulação de algumas estratégias de atuação, em razão das demandas sociais surgidas, os indicadores do Projeto “O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação” precisaram ser adaptados, ficando assim definidos:

Quadro 22 – Indicadores do Projeto MPMA na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação

| INDICADORES | META 2023 | RESULTADOS ALCANÇADOS |
|---|-------------------------|---|
| Número de conteúdos formativos disponibilizados para os membros | 10 conteúdos formativos | O CAO EDUCAÇÃO realizou 16 ações formativas no bojo do projeto, superando a meta que previa 10 conteúdos formativos por ano. |
| Número de adesões das Promotorias de Educação ao Projeto | 10 adesões | Até o presente momento, 09 (nove) promotorias de justiça aderiram ao projeto, alcançando 90% da meta prevista para o indicador no ano de 2023. Das promotorias que aderiram, 5 estão relacionadas aos municípios selecionados como prioritários do projeto. |

Fonte: CAO-EDUCAÇÃO/PGJ, 2023.

No ano de 2023, o CAO Educação disponibilizou ao seu público interno cursos e capacitações relacionadas ao tema, como o curso “Planos de Educação 2024-2034: principais desafios da educação para a próxima década”, “Ferramentas de pesquisa: recursos da educação”, em parceria com a Escola Superior do MPMA, dentre outros, o que assegura o acesso de membros e servidores do MPMA a conteúdos informativos sobre os planos de educação e municia os órgãos de execução na tomada de decisões.

Quanto ao indicador das adesões das Promotorias de Justiça ao Projeto, das 112 (cento e onze) promotorias de justiça com atribuição na defesa da educação no Estado do Maranhão, somente 8 promotorias de justiça aderiram ao Projeto, totalizando 9 municípios, o que representa 90% (noventa por cento) da meta prevista para o indicador no ano de 2023, que previa 10 adesões.

Para o ano de 2024, o CAO Educação pretende intensificar as ações de fomento à adesão das promotorias de justiça ao Projeto, elevando esse percentual de adesões, fomentando o efetivo monitoramento dos planos de educação nos municípios.

Além dos indicadores, o projeto alcançou outros resultados, a saber:

Quadro 23 – Resultados do Projeto MPMA na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação

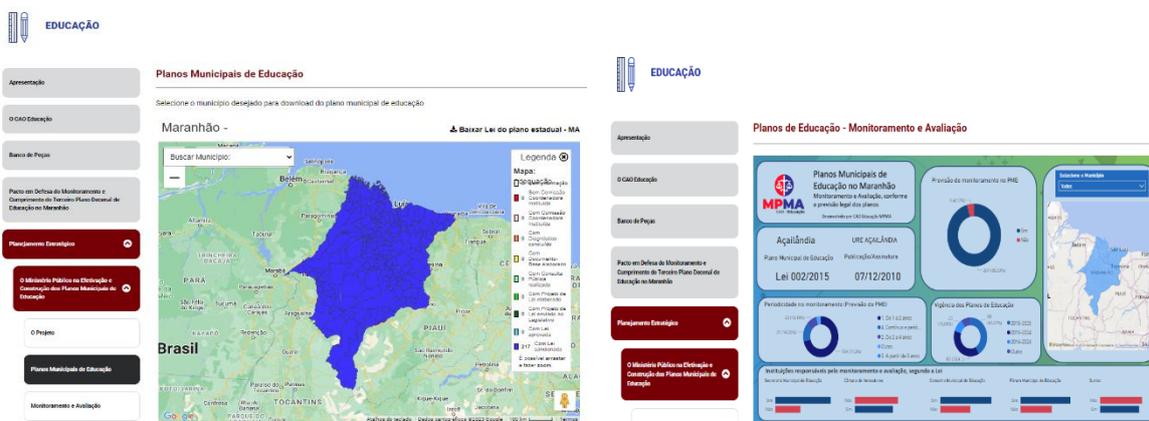
| ETAPAS CONCLUÍDAS | ENTREGA |
|---|---|
| 1. Elaboração dos Termos de Adesão e submissão às Promotorias de Justiça, para apreciação e posterior adesão. | Adesão ao Projeto pelas Promotorias de Justiça participantes. Atualmente, o termo de adesão está à disposição de todas as promotorias de justiça em defesa da educação e o CAO Educação tem fomentado a adesão, que vem acontecendo paulatinamente. |
| 2. Realização de capacitações e disponibilização de conteúdo formativo ao público interno do MPMA. | Realização de capacitações e disponibilização de conteúdo formativo ao público interno do MPMA. |
| 3. Desenvolvimento da campanha “A Educação tem um plano” junto às Promotorias de Justiça da Educação quanto à importância da efetividade dos planos municipais de educação. | A campanha já está sendo concebida pelo CAO Educação, com o apoio da administração superior e da assessoria de comunicação do MPMA. |
| 4. Estimular a efetiva realização das conferências municipais, intermunicipais e estadual, com a participação do Ministério Público. | O CAO educação tem trabalhado na divulgação do calendário, estimulando a participação dos membros do MPMA nas conferências, e na construção de conteúdo informativo sobre as conferências de educação, esclarecendo o processo adotado pelo MEC para elaboração dos novos planos de educação. |
| 5. Assinatura do “Pacto em Defesa do Monitoramento e Cumprimento do Terceiro Plano Decenal de Educação no Maranhão”. | Mobilização social: o CAO Educação realizou o pré-lançamento do “Pacto em Defesa do Monitoramento e Cumprimento do Terceiro Plano Decenal de Educação no Maranhão” no dia 09/11/2023, e já conta com a adesão de mais de 200 instituições. |
| 6. Monitorar o cumprimento dos atuais planos municipais de educação através do SOMA. | O sistema está construído, mas ainda não entrou em operação, vez que está aguardando a conclusão do processo de financiamento pela Secretaria de Estado da Educação, parceira do termo de cooperação técnica que ensejou o SOMA. |

| | |
|--|---|
| <p>7. Fomentar a efetivação dos mecanismos de avaliação dos resultados dos planos de educação atualmente em vigor.</p> | <p>O CAO Educação realizou um estudo dos Planos Municipais de Educação do Maranhão, construindo uma plataforma bi, disponível na página do CAO Educação na intranet, que reúne as leis que aprovaram os planos, sua vigência, a existência de previsão de monitoramento e avaliação periódica e as instituições responsáveis pelo monitoramento, se houver.</p> |
| <p>8. Incentivar o enfrentamento das seguintes temáticas na construção dos planos de educação 2024-2034</p> | <p>Esta ação será contemplada na campanha e nas formações que serão promovidas pelo CAO Educação.</p> |
| <p>9. Adaptar o Sistema SIMP para vinculação automática das ações do MPMA às metas dos planos de educação a que estão relacionadas</p> | <p>Com a adaptação do sistema SIMP, as ações realizadas pelos órgãos de execução serão categorizadas de acordo com as metas dos planos de educação, sem onerar o trabalho das promotorias, visto que a identificação ocorrerá no bojo do sistema SIMP.</p> |

Fonte: CAO-EDUCAÇÃO/PGJ, 2023.

Destaca-se, por oportuno, a adequação da página do CAO Educação para disponibilização de conteúdo de pesquisa sobre o projeto, que possibilita ao usuário consultar, a qualquer tempo:

- Informações sobre o Projeto e orientações sobre como aderir;
- Banco de peças, com fluxogramas, modelos, minutas e outros documentos relacionados ao tema;
- Informações sobre o Pacto em Defesa do Monitoramento e Cumprimento do Terceiro Plano Decenal de Educação no Maranhão, com detalhes sobre o documento, compromissos propostos, formulário de adesão, vídeo do pré-lançamento etc.;
- Planos municipais de educação, que disponibiliza todos os planos de educação dos municípios maranhenses a apenas um clique do usuário;



Consulta aos planos municipais de educação, na intranet do CAO Educação.

Plataforma BI sobre os planos municipais de educação no Maranhão.

- Plataforma *Business Intelligence -BI* desenvolvida pelo CAO Educação, que disponibiliza dados sobre o estudo realizado pelo Centro de Apoio sobre o monitoramento previsto pelos planos municipais de educação, sua vigência, instituições responsáveis pelo monitoramento e avaliação, dentre outras informações;
- Acesso ao acompanhamento das metas e indicadores dos planos de educação da Plataforma PNE em Movimento, do Governo Federal, que possibilita um cotejo do cumprimento das metas pelos municípios;
- Informações sobre as Conferências de Educação, calendários e informações relevantes, além de documentos necessários à sua participação, como o Documento Referência da CONAE 2024, que servirá como parâmetro para as discussões nas conferências estaduais, distritais, municipais e intermunicipais;
- Consultas a dados e indicadores em outros sítios eletrônicos, com link direto da página do CAO Educação na intranet.

1.2.Pacto em Defesa do Monitoramento e Cumprimento do Terceiro Plano Decenal de Educação no Maranhão

Como parte do Projeto “O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação”, o Ministério Público Estadual, por meio do CAO Educação, a Escola de Formação de Governantes, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão, o Movimento Leste Maranhense Cerrado e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Comitê do Maranhão) realizaram, no mês de novembro de 2023, o pré-lançamento do “Pacto em Defesa do Monitoramento e Cumprimento do Terceiro Plano Decenal de Educação no Maranhão”.



Assinatura do Pacto pela Educação pelo Procurador-Geral de Justiça

O Pacto consiste num compromisso firmado pelas instituições signatárias em lutar pelo cumprimento, monitoramento e avaliação dos planos de educação atualmente em vigor e dos futuros planos decenais.

Atualmente, o Pacto já conta com a adesão de mais de 200 (duzentas) instituições, dentre elas, o MPMA, que assinou formalmente a adesão na Solenidade de encerramento da Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público ao MPMA, em novembro de 2023, reafirmando o seu compromisso com a causa.

O Pacto propõe que:

- A implementação, o acompanhamento e o monitoramento dos Planos Municipais de Educação sejam compromissos fundamentais dos Municípios com participação ativa dos Conselhos Municipais de Educação e Fóruns Municipais de Educação;
- Adoção e financiamento, por instituições Públicas, ao Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação – SOMA (EFG/MPMA), para que possa ser utilizado como instrumento de acompanhamento no cumprimento das metas dos Planos de Educação no Estado do Maranhão;
- Criação de um Comitê Estadual de Monitoramento dos Planos Municipais de Educação formado pelo SOMA/, MPMA, EFG, Campanha Nacional pelo Direito à Educação – Maranhã, Movimento Cerrado Leste e UNCME-MA;
- Criação de Observatórios Tecnológicos de Monitoramento dos Planos Municipais de Educação nos municípios maranhenses;
- Criação de política de formação continuada de quadros técnicos das Secretarias Municipais de Educação para operarem nos Observatórios e Sistemas Tecnológicos de Monitoramento dos Planos Municipais de Educação;
- Produção, pelos técnicos responsáveis, de relatórios semestrais com a avaliação dos Planos Municipais de Educação;
- Adoção, pelos municípios maranhenses, das recomendações dos relatórios para o cumprimento das metas dos Planos Municipais de Educação;
- Audiências públicas para apresentação e discussão dos relatórios de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação;
- Criação do Sistema Estadual de Educação - SEE para que os municípios possam criar ou renovar seus Sistemas Municipais de Educação - SME;
- Estruturação e fortalecimento dos Conselhos Municipais (EDUCAÇÃO, CACS-FUNDEB E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR) e dos Fóruns Municipais de Educação;
- Cumprimento da Lei nº 12.224/2010 que estabelece a obrigatoriedade das bibliotecas nas instituições de ensino do país; escolas de educação básica do Estado do Maranhão;
- Cumprimento da Lei nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica em todo território nacional; que estabelece a obrigatoriedade de os sistemas de educação contarem com profissionais de assistência social e de psicologia nas unidades de educação básica do Estado do Maranhão;
- Fortalecimento das ações estruturantes para a implementação de Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades, Comunidades e Escolas Sustentáveis, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo e Educação Especial (Inclusiva).

O pacto evidencia o compromisso das instituições signatárias no monitoramento e cumprimento dos planos de educação, mobilizando toda a sociedade em prol da educação. Já são mais de 200 instituições signatárias

2. OBSERVATÓRIO SOMA DA EDUCAÇÃO

O Observatório SOMA da Educação foi concebido como um processo social dinâmico, desenvolvido pelo Ministério Público Estadual em parceria com a Associação

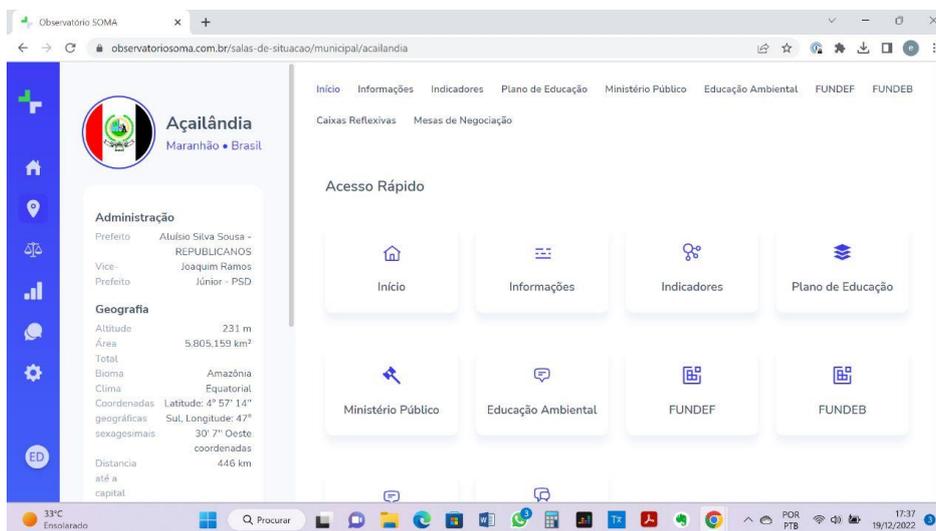
Escola de Governantes e a Secretaria Estadual de Educação do Maranhão, visando a uma intervenção qualificada na realidade educacional dos municípios maranhenses.

Trata-se de uma ferramenta tecnológica que disponibiliza aos usuários interfaces que se complementam e estabelecem um fluxo de ação estatal: parte-se de uma curadoria de dados, que realiza uma análise dos indicadores e estabelece conexões que viabilizam um recorte situacional da educação nos municípios. Estes dados servem de base para a criação de caixas reflexivas (textos que propõem reflexões sobre possíveis campos de atuação), disponibilizando-se, ao final, um diálogo com os Municípios, proposto por meio de mesas de negociação, espaços projetados dentro da plataforma para a mediação dos temas educacionais.

Fruto do Termo de Cooperação Técnica nº. 001/2020, firmado pelo MPMA, SEDUC e EFG-MA, com publicação no Diário Oficial do MPMA de 05/06/2020, o Observatório SOMA vem promovendo avanços técnicos em seu banco de dados, agregando indicadores e índices educacionais de âmbito internacional, nacional, estadual e municipal, capazes de monitorar e avaliar as políticas públicas concernentes ao setor educacional no Maranhão, acrescentando em seu corpo, pesquisas qualitativas, como análises de profissionais da educação sobre as ações implementadas na realidade local de cada município do Estado, os seus impactos e proposições qualificadas sobre os temas vigentes.

Sendo uma plataforma dinâmica, o SOMA está em constante construção e aperfeiçoamento, com a retroalimentação dos dados pelas partes integrantes do projeto (Estado, Ministério Público, Escola de Governantes e Municípios).

Atualmente, o Projeto está aguardando a conclusão do processo de financiamento pela Secretaria de Estado da Educação, para continuidade nos anos de 2023 e 2024.



Página do Município de Açailândia no Observatório SOMA da Educação

3. DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

No primeiro semestre de 2023, observou-se um fenômeno social de grandes proporções, que resultou em diversos ataques e ameaças de invasão a estabelecimentos

de ensino em todo o país, que evidencia graves formas de violência à comunidade escolar, envolvendo diversos campos: políticas públicas de segurança, ambientes escolares, seguranças dos prédios das unidades de ensino, questões criminais, dentre outros.

Tais acontecimentos, operacionalizado pelas redes sociais em âmbito nacional, ensejou uma ação coordenada e urgente de enfrentamento à violência nas escolas pelo MPMA, levando o CAO Educação ao desenvolvimento de diversas ações no suporte aos membros e órgãos de execução do MPMA, definição de estratégias de atuação e recomendações, além da articulação com vários atores sociais externos relacionados ao tema.

Sob essa perspectiva, foram expedidos ofícios circulares, orientações técnicas, minutas de documentos, informações, cartilhas, guias, dentre outros, disponíveis em banco de peças na intranet, além da disponibilidade imediata da equipe do CAO Educação e do seu Coordenador, por meio da Sala de Atendimento Virtual e via WhatsApp.

Sobre o tema, foram realizadas diversas reuniões com membros do MPMA, respostas a consultas e demais esclarecimentos, assegurando todo o suporte necessário aos membros e órgãos de execução.

Com o pronto suporte e auxílio imediato aos órgãos de execução durante todo o período de instabilidade social, o CAO Educação esteve ao lado das Promotorias de Justiça na resolução das problemáticas sociais apontadas, fortalecendo a atuação ministerial no gerenciamento de crises.

4. PARCERIAS

- **Parceria com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e a Escola de Formação de Governantes – EFGMA.** Por meio do Termo de Cooperação Técnica nº. 001/2020, que deu ensejo ao Observatório SOMA da Educação, uma plataforma tecnológica e social em que os dados educacionais serão trabalhados.
- **Parceria com o Tribunal de Contas TCE-MA e o Ministério Público de Contas do Maranhão MPC-MA.** Tem por objetivo estimular a implantação de mecanismos que visem assegurar o intercâmbio de informações e a definição de estratégias comuns para efetivação das medidas normativas e operacionais que tratam da transparência na Administração municipal.
- **Parceria com a Escola de Formação de Governantes, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão, o Movimento Leste Maranhense Cerrado e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Comitê do Maranhão).** Consiste num compromisso firmado pelas instituições signatárias em lutar pelo cumprimento, monitoramento e avaliação dos planos de educação atualmente em vigor e dos futuros planos decenais, culminando com a mobilização social de mais de 200 instituições e entidades.
- **Parceria com o Movimento Leste Maranhense-Cerrado em prol da Educação Ambiental.** Com o escopo de fomentar a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.279/2010, com a sensibilização dos municípios maranhenses na elaboração de políticas, programas e projetos de educação ambiental, com previsão, inclusive, nos compromissos firmados com o Pacto acima mencionado.

5. DOS EVENTOS

Durante o ano de 2023, o CAO Educação realizou alguns cursos e atividades de capacitação voltados aos públicos internos e externos do MPMA, além da participação ativa em vários outros eventos relacionados à educação, destacando-se a importante parceria com a Escola Superior do MPMA no planejamento e realização desses eventos, conforme será melhor detalhado a seguir.

5.1. Dos Cursos

Dentre os cursos realizados pelo CAO Educação, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP/MA, destacam-se:

- **Webinário “Planos de Educação 2024-2034: principais desafios da educação para a próxima década”,** realizado no dia 24/10/2023, de forma virtual, com o objetivo de fomentar debates sobre o cumprimento das metas dos planos de educação atualmente em vigor e reflexões sobre os temas que deverão nortear a construção dos próximos planos de educação;
- **Webinário “Escolas irregulares: como combater essa prática?”**, ocorrido no dia 25/09/2023, com o objetivo de fomentar a atuação ministerial em prol do combate ao funcionamento de escolas irregulares no Estado, detalhando as exigências da RESOLUÇÃO Nº 106/2023 – CEE/MA, sobre essa temática.
- **Workshop “Ferramentas de pesquisa: recursos da educação”,** ocorrido no dia 12/09/2023, com o objetivo de propiciar às promotorias de justiça as ferramentas necessárias à fiscalização da aplicação dos recursos destinados à educação.

Figura 32 – Cards de divulgação



Cartazes dos webnários realizados pelo CAO-Educação em 2023

5.2. Participação na COPEDUC

O CAO Educação tem participado ativamente da Comissão Permanente de Educação – COPEDUC, por meio de frequentes reuniões virtuais, além da participação

na IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, ocorrida em outubro de 2023 na cidade de Manaus.

Com a participação ativa do Coordenador do CAO Educação do MPMA, a Comissão Permanente de Educação (COPEDEC) estabeleceu diretrizes para a gestão de recursos educacionais, incluindo a necessidade de avaliar despesas à luz do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) - que determina diretrizes e estratégias para a política educacional no país, justificar a não adesão a programas governamentais com base na realidade local e obrigações básicas, fiscalizar os direitos educacionais das pessoas com deficiência e garantir que o atendimento educacional especializado complemente o ensino regular em conformidade com a Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino, da UNESCO.



Coordenador do CAO-Educação, Eduardo Borges, participa de Conferência Internacional

5.3. Das Reuniões, Palestras e Eventos

No ano de 2023, o CAO Educação participou de diversas reuniões, palestras e eventos externos, tanto de forma virtual, como de forma presencial, destacando-se:

- **2ª Conferência Internacional sobre educação, tecnologia e cultura no contexto dos objetivos do desenvolvimento sustentável**, promovido pela Universidade LICUNGO-MOÇAMBIQUE e Fundação Sôsândrade de apoio e desenvolvimento da UFMA, realizado nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2023, com a participação do Coordenador do CAO Educação, como palestrante.
- **Encontro de Educação “TEMA: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2024-2034): POLÍTICA DE ESTADO PARA A GARANTIA DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO, COM JUSTIÇA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL SUSTENTÁVEL”**, ocorrido no dia 25 de outubro de 2023, numa promoção da UNCME-MA, com a participação do Coordenador do CAO Educação como panelista.
- **II Seminário de Bibliotecas Escolares do Maranhão - SEBE-MA**, como atividade integrada à programação da 16ª Feira do Livro de São Luís - FELIS, com a palestra proferida pelo Coordenador Eduardo Borges Oliveira, com o seguinte título: perspectivas das bibliotecas escolares no Maranhão: o legal, o real e o possível.

- **Evento presencial "Diga não ao Assédio"**, na Comarca de Timon-MA, realizado pela Secretaria para Assuntos Institucionais no dia 13 de novembro de 2023, com a participação do Coordenador do CAO Educação, como palestrante.
- **Solenidade de Lançamento da Campanha de Educação Ambiental** - 1ª Etapa - Buriti - São Bernardo - MA, ocorrido no dia 27 de junho de 2023.
- **Seminário Nacional Catrapovos Brasil**, realizado pelo Ministério Público Federal, em conjunto com o ISPN e outras organizações, com o escopo de articular, com os MPs, um mecanismo para democratizar a comercialização de alimentos tradicionais pelo PNAE, que ocorreu no dia 02 de março de 2023.

No total, o CAO Educação participou de mais de 135 reuniões e eventos ao longo do ano de 2023, o que representa um aumento de 151,7% em relação ao ano passado.

6. O CAO Educação em números

O CAO Educação desenvolveu no ano de 2023 um total de 476 (quatrocentas e setenta e seis) atividades, o que representa um aumento de 262% em relação ao ano anterior, conforme registros do SIMP.

Tabela 92 – Atividades realizadas em 2023

| Atividades | Quantidade |
|---|------------|
| Atendimentos ao público registrados | 89 |
| Consultas respondidas em apoio à atuação dos órgãos de execução | 25 |
| Convites recebidos | 12 |
| Cursos promovidos | 5 |
| Despachos exarados | 48 |
| E-mails expedidos | 30 |
| Eventos realizados | 5 |
| Material de apoio elaborado | 1 |
| Notas Técnicas expedidas | 4 |
| Ofícios Circulares expedidos | 9 |
| Ofícios cadastrados | 94 |
| Palestras como Palestrante/Debatedor | 9 |
| Pareceres Técnicos e Jurídicos elaborados | 12 |
| Reuniões realizadas | 133 |

Fonte: CAO-Educação/PGJ, 2023.

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ)

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ), norteado pelas diretrizes estabelecidas no campo do Direito da Criança e do Adolescente, conforme o disposto na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos marcos internacionais correlatos, bem como normativa expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), atua no intento de efetivar direitos dos quais são titulares tais sujeitos, no sentido de assegurar o escorço da proteção integral e da prioridade absoluta, com as quais tais direitos devem ser implantados, a fim de contemplar a especialidade que essa fase de desenvolvimento requer, para que se possa falar em exercício de cidadania nessa seara.

1. PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO/IJ

Conforme Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-2029, encontram-se em execução 2 (dois) Projetos Institucionais do CAO/IJ.

1.1. Projeto “Combate Permanente à Violência Sexual”



Ação de mobilização social de enfrentamento à violência sexual contra C/A, na Feirinha de São Luís.

A doutrina da proteção integral, estabelecida no art. 227 da CF e no ECA, trouxe a necessidade da mudança de paradigma, ainda em construção no Brasil. A Lei n.º 13.431/17 renova essa necessidade de mudança, com a criação de fluxos e protocolos bem definidos para atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências, favorecendo a não revitimização, em especial nos casos de violência sexual.

Para tanto, a apropriação de conhecimentos e revisão das práticas dos atores estratégicos é fundamental para implementação da lei.



Audiência Pública sobre o “18 de Maio”, na Câmara Municipal de São Luís.

O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das frentes de trabalho permanente do Ministério Público, em razão do alto índice de crimes dessa natureza praticados contra esse público, o que significa também, evitar a revitimização, por meio da

escuta protegida.

Tendo em vista a publicação da Lei n.º 13.431, de 04 de abril de 2017, que normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, criando mecanismos para prevenir e coibir a violência, estabelecendo medidas de assistência e proteção à criança e adolescente em situação de violência, que entrou em vigor no ano de 2018, faz-se necessária a observância de estruturação, no âmbito dos municípios, para o acolhimento a tal público.

Com o objetivo de fortalecer o combate e a prevenção das situações de violência, em especial a violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios maranhenses por meio da divulgação (Campanha 18 de maio) dos canais de denúncia de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, principalmente o Disque 100 e a Ouvidoria, com vistas a diminuir as subnotificações, bem como implementar nos municípios a Lei n.º 13.431/2017. O projeto propõe ações para fortalecer o combate e a prevenção das situações de violência, em especial a violência sexual contra crianças e adolescentes, instrumentalizar a atuação ministerial, sensibilizar e capacitar os atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), inicialmente, em 15 (quinze) comarcas: Açailândia, Balsas, Barra do Corda, Barreirinhas, Caxias, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Paço do Lumiar, Rosário, São José de Ribamar, São Luís, São Mateus do Maranhão, Timon e Vargem Grande, para efetivação da lei.

O projeto prever 12 (doze) etapas, das quais 09 (nove) estão sendo executadas conforme o cronograma de execução:

1. Levantar dados estratégicos para estruturar painéis de BI, com objetivo de subsidiar ações dos órgãos de execução;
2. Contribuir na proposta anual de capacitação da Escola Superior do Ministério Público e da Escola de Governo;
3. Apoiar as Promotorias de Justiça de Açailândia, Rosário e São Luís na implantação de projeto pilotos sobre “Escuta Especializada”, em parceria com o Unicef;
4. Produção de Campanha institucional anual – “18 de Maio” e sobre direitos de c/a;

5. Elaborar material de apoio para atuação dos membros na prevenção e combate à violência sexual contra c/a;
6. Apoiar as Promotorias de Justiça nas ações do “18 de Maio”;
7. Elaborar Plano de Trabalho para implementação da Lei 13.431/17 (escuta protegida);
8. Apoiar as Promotorias de Justiça na implementação da Lei 13.431/17, em parceria com o Unicef/SEDIHPOP/ SEDES, para alcance do resultado sistêmico do Selo Unicef;
9. Capacitar atores municipais do SGD sobre combate à violência sexual contra C/A e atendimento às vítimas de violência sexual na forma da Lei nº 13.431/2017.

1.2. Projeto “Proteção Integral e Articulação em Rede”



Encontro Estadual – Primeira Infância no SUAS, no Palácio Henrique de La Roque.

A Proteção Integral deve ocorrer por meio do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), que por sua vez acontece de forma articulada entre diversos atores, representando uma rede intersetorial de políticas públicas, equipamentos, serviços e recursos humanos em prol da promoção, defesa e

controle para a efetivação dos direitos previstos no ECA, conforme Arts. 4º e 86º do ECA.

O trabalho em rede contribui com a interlocução permanente entre os diversos atores, construindo espaços de consenso que visam facilitar o fluxo de atendimento e a construção de políticas públicas, além de promover intervenções mais resolutivas voltadas à prevenção, a não repetição de violações e ao atendimento que garanta proteção integral. Ademais, a atuação em prol da articulação em rede é fator de aproximação do Ministério Público com vários atores externos à instituição, como conselhos sociais e setoriais, entidades não-governamentais, instâncias do poder público e a sociedade em geral.

As iniciativas do projeto priorizam ações em diversos eixos de atuação, porém, devidamente conectados com ações desenvolvidas por atores estratégicos, formando um conjunto atividades que fortalecem a atuação ministerial, e consequentemente a busca de uma transformação social real na vida de crianças e adolescentes.



Seminário Família Acolhedora, em parceria com a SEDES.

O projeto propõe elaborar estratégias de fortalecimento da atuação da Rede de Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com vistas ao monitoramento de Planos Estadual e Municipais, em especial, pela primeira infância e de atendimento municipal socioeducativo, regularização dos Fundos dos Direitos, fomento à implementação de políticas públicas de esporte, cultura e lazer, capacitação dos conselhos de Direitos e Tutelares, estímulo à implantação e estruturação do serviço de Acolhimento Familiar.

A estratégia de ação articulada com demais atores do Sistema de Garantia de Direitos possibilitou executar 10 (dez) das 13 (treze) etapas do projeto:

1. Contribuir na proposta anual de capacitação da Escola Superior do Ministério Público e da Escola de Governo.
2. Capacitar atores municipais do SGD.
3. Execução do termo de cooperação técnica do programa Infância Sem Trabalho.
4. Elaborar guia sobre o “Programa Cuidar”.
5. Articular com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) para cofinanciamento e apoio aos municípios na implantação do serviço de acolhimento familiar.
6. Fornecer subsídios às PJIJ para construção dos Planos municipais.
7. Monitorar a regularização dos FMDCA.
8. Elaborar material de apoio do FMDCA.
9. Apoio e fiscalização ao processo de escolha de conselheiros tutelares 2023.
10. Elaboração e implementação do PEPI e PMPI’s.

Destaques às etapas que obtiveram resultado mais expressivos:

1. Elaboração e implementação dos Planos Estadual (PEPI) e Municipais da Primeira Infância (PMPI), envolvendo quase todas as comarcas e totalizando 186 municípios que executaram a etapa.

2. Elaboração e execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (PMASE), 87 municípios executaram esta etapa.
3. Regularização do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), 42 municípios executaram esta etapa.
4. Serviço de Acolhimento Familiar, 27 municípios executaram esta etapa.

2. ATUAÇÃO DO CAO-IJ EM 2023

Durante o ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

2.1. Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira

Tabela 93 – Cursos realizados com apoio de parcerias

| Parceiro | Evento | Nº de Participantes |
|---|--|---|
| ESMP | Mesa redonda virtual: Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares | 159 inscritos |
| ESMP | Inspeções Obrigatórias do CNMP – Resoluções nº 67/2021,71/2011 e 204/2019 | 136 inscritos |
| ESMP | 6ª Edição Diálogos Plurais: Combate ao trabalho infantil | 106 inscritos |
| ESMP | Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente: operacionalização e fiscalização de gastos | 166 inscritos |
| Plan Internacional, Semcas, Universidade Ceuma, Secretaria de Estado de Juventude, Unicef e Comitê de Enfrentamento Municipal de São Luís | Seminário: Faça bonito! Proteja nossas crianças e adolescentes, encerramento das atividades alusivas ao “18 de Maio” | 211 inscritos presenciais e 150 on line |
| ESMP e SEDES | I Seminário Estadual do Serviço de acolhimento familiar | 243 inscritos |
| ESMP e PLAN INTERNATIONAL | Seminário de boas práticas e lançamento dos Planos Municipais pela Primeira Infância | 198 inscritos |

Fonte: CAO-IJ/PGJ, 2023.

2.2. Eventos promovidos pelo CAO-IJ:

1. Capacitação inicial de CTs de Morros, Presidente Juscelino e Cachoeira Grande;
2. Reunião virtual de trabalho sobre escuta protegida: Ações no Maranhão e o Ministério Público;
3. Participação de reunião sobre capacitação inicial para Conselheiros Tutelares eleitos de Imperatriz;
4. Reunião com Promotores de Justiça e servidores sobre eleição CT-2023;
5. Reunião com CMDCAs, Candidatos ao Conselho Tutelar e servidores sobre eleição CT-2023;
6. Reunião com o Comando de Polícia Metropolitana sobre o Plano de Policiamento no nas eleições CT 2023;
7. Reunião entre CAO-IJ e CAO Educação, pauta: uso de transporte escolar em eleição do conselho tutelar;
8. Reunião sobre o Plano Municipal da Primeira Infância de Imperatriz;
9. Reunião com o Comandante do Policiamento Metropolitano e Comandante Policiamento Interior sobre eleição CT/2023 e planos de segurança para todo o Estado;
10. Reunião com CMDCA de São Luís e 41ª PJ Especializada, com órgãos de trânsito e segurança pública para a eleição de Conselheiro Tutelar 2023;
11. Reunião com a SEDES sobre o Família Acolhedora;
12. Reunião/capacitação dos membros dos CMDCAs para o processo de escolha de Conselheiro Tutelar 2023;
13. Prosas na Infância, eleição CT/2023 na Região Tocantina - Promotorias de Justiça participantes: Imperatriz, Amarante, Porto Franco e Estreito;
14. Palestra cuja temática versa sobre o “Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescentes: Operacionalização e Fiscalização de Gastos”;
15. Reunião virtual com CMDCAs e TRE, sobre o processo de escolha CT/2023 para esclarecimento de dúvidas (alinhamentos acerca de urnas de treinamento, urnas de lona, requerimentos, Plano de Gerenciamento de Risco [PGR], contingência, treinamento dos mesários, dados dos candidatos e cronograma);
16. Reunião com os CMDCA’s de Barra do Corda Jenipapo dos Vieiras e Fernando Falcão sobre propaganda e condutas vedadas;
17. Reunião com a Corregedora-Geral do MPMA e com o Diretor da Secinst, para tratar do processo de escolha CT/2023, especificamente sobre a minuta do ato que regulamentará a atuação do MPMA e da Ouvidoria no final do semana em que ocorrerá a eleição (01.10.2023), para definir a eventual situação em que o Promotor(a) de Justiça(a), em respondência, encerre a acumulação de PJ, coincidentemente, na mesma semana da eleição para Conselheiro Tutelar na Comarca em que está respondendo. Nesse caso, foi definido entre o Coordenador deste CAO-IJ e o Diretor da Secinst que a respondência do(a) PJ na Comarca será estendida até o final de semana em que ocorrerá a eleição para CT, sendo, então, acrescentado este ponto na minuta do Ato do PGJ;

18. Reunião virtual com CMDCAs, sobre o processo de escolha CT/2023 para esclarecimento de dúvidas (alinhamentos sobre propaganda, condutas vedadas e providências junto ao TRE);
19. Reunião, na Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, em razão de solicitação do CMDCA e da Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselho Tutelares sobre a questão dos números dos habilitados no processo de avaliação psicológica na área;
20. Reunião do Grupo de Trabalho de implantação e qualificação do NAI - Núcleo de atendimento inicial do socioeducativo. Representando o MPMA. Realizada em Timon;
21. Reunião com o Diretor Regional do SENAI, sobre a inserção dos adolescentes nas vagas de Aprendizagem Profissional e de Emprego;
22. Reunião virtual com CMDCAs, sobre o processo de escolha CT/2023 para alinhamentos sobre propaganda, conduta vedada e providências junto ao TRE;
23. Reunião sobre Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares. Pauta: Condutas vedadas e propaganda eleitoral. Palestrante: Dr. André Tuma (MP/TO);
24. Reunião virtual com CMDCAs, sobre o processo de escolha CT/2023, tema “Tira dúvidas”;
25. Reunião virtual com CMDCA de Coroatá e outros, sobre o processo de escolha CT/2023, tema “Tira dúvidas”;
26. Reunião virtual com equipe técnica (TI) do TRE-MA, CMDCAs e Promotores de Justiça com atribuição na Infância e Juventude para tratar da parte operacional do processo de escolha do Conselho Tutelar/2023, conforme Resolução TRE nº 10.112/2023;
27. Palestra em evento promovido pelo CDMP (Centro de Defesa Marcos Passerini), alusivo aos 33 anos do ECA;
28. Palestra em evento promovido pela SEDIHPOP e SEMUS, alusivo aos 33 anos do ECA, com o tema “Meu Condomínio me Protege”;
29. Reunião com o movimento e instituições de defesa da infância e juventude a fim de alinhar estratégias e propostas para as Reuniões do Orçamento Participativo do Governo do Estado do Maranhão;
30. Campanha conjunta dos CAOs Mulher, Criminal, Júri, Saúde e Plan sobre gravidez decorrente de violência sexual;
31. Evento - Cafés com Trilhas Acolher e Proteger: Como Promover Espaços de Escuta de Crianças e Adolescentes Vítimas e/ou Testemunhas de Violência, primeiro encontro regionalizado do Selo Unicef com municípios para subsidiar as ações no alcance do resultado sistêmico 06, com o apoio do CAO-IJ;
32. Reunião com Unicef para traçar novas estratégias de alcance do Resultado Sistêmico 06 - Prevenção e resposta às situações de violência contra crianças e adolescentes, do Selo Unicef, referente a implementação da Lei nº 13.431/2017, também em conformidade com o Projeto Prioritário do CAO-IJ - Combate Permanente à Violência Sexual;
33. Reunião do Grupo Interinstitucional de apoio às eleições CT 2023 e os CMDCAs;

34. Seminário: Faça bonito! Proteja nossas crianças e adolescentes. Evento realizado em parceria do CAO-IJ, Plan Internacional, SEMCAS, Universidade CEUMA, Secretaria de Estado de Juventude, UNICEF e Comitê de Enfrentamento Municipal de São Luís, de encerramento das atividades alusivas ao “18 de Maio”;
35. Reunião no TRE sobre processo de escolha CT;
36. Panfletagem na Feirinha São Luís;
37. Palestra em capacitação da rede SGD de Açailândia, realizada pelo CMDCA, referente às atribuições do CMDCA e do CT;
38. Palestrante na abertura da semana de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, em Imperatriz/MA;
39. Reunião realizada com o CMDCA e Promotoria de Coroatá sobre eleição do Conselho Tutelar;
40. Reunião virtual de organização do evento coletivo do comitê de enfrentamento a violência sexual de São Luís;
41. Reunião do Grupo Interinstitucional das eleições CT com os CMDCA's;
42. Grupo de Trabalho para discutir e desenvolver política para qualificação do atendimento inicial aos adolescentes em conflito com a lei no Estado do Maranhão;
43. Capacitação da Rede de Serviços Socioassistenciais do Município de Bacabal, realizado pela PJIJ de Bacabal, em parceria da ESMP e CAO-IJ;
44. Reunião Virtual do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes de São Luís. Pauta: Programação para o 18 de Maio - apresentar as ações e atividades pensadas pelas instituições;
45. Reunião dos CAOs referente a ataques às escolas no Maranhão;
46. Reunião de trabalho sobre violência nas escolas;
47. Reunião com a Secretaria de Estado de Juventude (SEJUV) e Plan Internacional, sobre parcerias para realização de eventos alusivos ao 18 de Maio;
48. Reunião do Grupo Interinstitucional sobre Escuta Protegida (SEDIHPOP, UNICEF e CAO-IJ);
49. I Seminário Estadual Família Acolhedora: sensibilização e discussão sobre a prioridade do Acolhimento Familiar;
50. Reunião sobre aborto legal e entrega voluntária, com a 41ª PJ Especializada da Capital, a Rede de Saúde de São Luís e Rede de proteção da infância.

2.3. Participação em Comissões/Comitês/Núcleos:

a) Nacionais:

- **Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ**, do Grupo Nacional de Direitos Humanos / Colégio Nacional de Procuradores-Gerais. O coordenador do CAO-IJ exerce a função de Secretário Nacional da COPEIJ (Coordenação), coordena o GT PPCAAM (Subcomissão). Membro da Comissão representando o MPMA, com o objetivo de discutir estratégias de articulação e orientação ao MP brasileiro na área da infância e juventude, como aprovação de Notas Técnicas, Enunciados e participação em espaços de discussão de políticas públicas e leis.

- **Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP**, membro do Grupo de Trabalho Violência contra Crianças, da Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE/CNMP). Portaria CNMP-PRESI nº 251, de 5 de agosto de 2022. Discute estratégias para fortalecer a atuação do MP brasileiro perante as diversas formas de violências contra crianças e adolescentes, relacionadas com a atuação da CIJE/CNMP.
- **Grupo de Trabalho – Lei do PPCAAM**, da Secretaria Nacional de Direitos Da Criança / Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). GT discute a proposta de nova lei para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

b) Estaduais:

- **Grupo Interinstitucional INFÂNCIA SEM TRABALHO** (Termo de Cooperação MPMA, MPT, TRT, SRTb, SEDES). Grupo articula ações no estado do Maranhão para integrar as ações fiscais e repressivas, com as ações de proteção e prevenção, para erradicação do trabalho infantil no MA.
- **Comissão Socioeducativo Maranhão para Qualificação do Atendimento Inicial (NAI) – UMF-TJMA/CNJ**. Grupo discute e realiza ações para qualificar o atendimento inicial integrado inicial no sistema socioeducativo do Estado do Maranhão.
- **Conselho Gestor Estadual do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM**. Articula com outras políticas públicas, monitora entraves e promove o bom andamento da execução do programa de proteção.
- **Grupo Interinstitucional de Apoio ao Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares no Maranhão 2023** (MPMA, CEDCA, SEDIHPOP, ACECTMA e UNICECTMA). Articula com órgãos e instituições em favor da organização e fiscalização do processo de escolha de conselheiros tutelares em todo o MA.
- **Comissão para Implantação do Programa Adolescente Aprendiz no MPMA** - PORTARIA-GAB/PGJ – 71862022. Responsável pela discussão e elaboração de atos necessários para a implantação do programa de aprendizagem no MPMA.
- **Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão – COETRAE** - PORTARIA-GAB/PGJ – 38042022. Discute estratégias e ações voltadas para erradicação do trabalho escravo no MA.
- **Rede Maranhense de Justiça Juvenil (REMAJU)** - PORTARIA-GAB/PGJ – 54132022. Discussão de órgãos e sociedade civil organizada voltadas para promoção de políticas socioeducativas e justiça restaurativa.
- **Rede Estadual Primeira Infância – REPI/MA**. Complexo de órgãos e instituições da sociedade civil pela promoção de políticas públicas da primeira infância, como a elaboração e implantação dos respectivos planos estadual e municipais.
- **Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FEPETIMA**. Espaço de discussão entre órgãos públicos e sociedade civil pela

organização de ações preventivas e fomento de políticas públicas de combate ao trabalho infantil.

2.4. Registro de parcerias

a) Parceiros internos:

- ESMP – Eventos formativos.
- CAOs – desenvolver ações articuladas relativas as ameaças de ataques às escolas, elaboração de cartilha sobre saúde mental, card e panfleto sobre aborto legal.
- SECINST – Campanha contra o assédio sexual nas escolas.
- Cerimonial, Coordenadoria de Gerais e Coordenadoria de Comunicação – Apoio nos eventos realizados pelo CAO-IJ.

b) Parceiros externos governamentais:

- **Termo de Cooperação Técnica de Combate ao Trabalho Infantil** - Infância sem trabalho (Ministério Público do Trabalho, Procuradoria de Trabalho, Secretaria de Desenvolvimento Social, Tribunal Regional do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho, Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, Secretaria de Estado do Turismo, Secretaria de Estado e Municipal de Educação, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, e, a Secretaria de Trabalho e da Economia Solidária).

c) Parceiros externos não governamentais:

- Influencer Thaynara OG, Plan International, UNICEF, AME - Grupo de Apoio a Adoção, Centro de Defesa Marcos Passerini, Associação de Conselheiros (as) e Ex-Conselheiros (as) Tutelares do Maranhão, União de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Maranhão e entre outros.

3. CAO-IJ EM NÚMEROS - 2023

Tabela 94 – Produtividade do CAO-IJ em 2023

| Atividades | Quantidade |
|---|-------------------|
| Registros no Sistema SIMP | 737 |
| Ofícios expedidos | 120 |
| Ofícios Circulares expedidos | 29 |
| Ofícios Conjuntos expedidos | 6 |
| 268 Respostas a Consultas | |
| Participações em Reuniões | 128 |
| Participações em Atividades externas | 51 |
| Nota Técnica emitida | 1 |
| Notas Técnicas Conjuntas emitidas | 2 |
| Pareceres técnico-jurídicos emitidos | 26 |
| Atendimentos ao público | 49 |
| Eventos formativos realizados pelo CAO-IJ e em parceria, com o total de 5.078 participantes | 58 |

| | |
|------------------------------------|------------------|
| Boletins informativos lançados | 48 |
| Inserções em redes sociais do MPMA | 67 ¹¹ |

Fonte: CAO-IJ/PGJ, 2023.

4. AÇÕES DE MELHORIA

4.1. Realizadas:

- Consolidação de atuação integrada com órgãos públicos e instituições sociais.
- Construído Painel de B.I. sobre evolução dos dados dos projetos do planejamento estratégico.
- Vinculação de ações a objetivos estratégicos da instituição.

4.2. A realizar:

- Adequação da página do site e da intranet.
- Estabelecer novo canal de comunicação interno e externo.
- Disponibilização de página de consulta para favorecer celeridade e divulgação interna.
- Alcançar as metas e reformular os projetos prioritários do CAO-IJ no final do ciclo (2021 – 2024).

¹¹ Com o total de 849 contas alcançadas, 85 engajamentos e 59 reações no Facebook, e 253.351 alcances, 11.190 curtidas, 3.093 compartilhamentos, 167 comentários e 321 salvamentos no Instagram.

Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD)

Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução Nº 10/2011-CPMP, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoa com Deficiência (CAO/PIPD) tem como finalidade colaborar com os promotores de justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência sejam efetivamente respeitados no Estado.

Ressalte-se ainda que o CAO/PIPD dá suporte aos promotores de justiça na sua atuação funcional relativa ao direito coletivo das pessoas idosas e também daquelas com deficiência incentivando-os a serem vetores de articulações junto à sociedade para melhorias da implantação das políticas públicas destinada a esse público em específico.

1. PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO/PIPD

1.1. Projeto “Conselho Atuarante”

Ao longo do ano de 2023 foram realizadas reuniões com os Conselhos Estaduais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Rede Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Maranhão (RENADI/MA), Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência (REVDEF), Promotorias Especializadas de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Comarca de São Luís, e demais entidades que integram a Rede de Defesa da Pessoa Idosa e o Movimento da Pessoa com Deficiência. As mencionadas reuniões objetivaram a atuação conjunta para implantação e efetivação dos Conselhos Municipais no interior do Estado do Maranhão.

O CAO/PIPD, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, desempenhou uma série de atividades voltadas para a divulgação de informações sobre os Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência. Dentre as ações realizadas, destacam-se dois webnários fundamentais para compreender o funcionamento desses conselhos: "**Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa: Entenda o seu funcionamento**" e "**Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência: Conheça o seu funcionamento**".

Uma das importantes participações deste signatário na divulgação do projeto foi na **5ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Caxias (MA)** em 31 de outubro. Este evento, promovido pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e apoiado pela Prefeitura de Caxias, abordou temas como direitos, cidadania e acessibilidade, evidenciando o papel vital dos conselhos municipais na defesa e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Ainda como atividade do projeto, este signatário participou como debatedor do **I Fórum em Defesa dos Direitos e Garantias da Pessoa Idosa, ocorrido em Imperatriz – MA**, nos dias 23 e 24 de agosto de 2023. Nesse contexto, reiterou-se a importância da atuação ativa dos conselhos municipais na proteção dos direitos da pessoa idosa.



Audiência Pública sobre "Os direitos, as leis e as garantias das pessoas idosas no Brasil"

Outro evento de relevância foi a Audiência Pública sobre "Os direitos, as leis e as garantias das pessoas idosas no Brasil", realizada em São Mateus/MA, no dia 16 de junho de 2023, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, juntamente com outros órgãos. O coordenador do CAO/PIPD marcou presença nesse encontro.

Em 24 de janeiro de 2023 ocorreu reunião entre o CAO/PIPD, o Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vitória do Mearim, Dr. Rogernilson Ericeira Chaves, e o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (CEDIMA), Glécio Sandro Leite da Silva, para tratar de assuntos relacionados ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa e recursos repassados pela Fundação Vale aos Fundos Municipais da Pessoa Idosa.

Cite-se ainda, como atividade do referido projeto a reunião do CAO/PIPD na Promotoria de Justiça da Comarca de Raposa, que discutiu a criação do Conselho Municipal do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Neste encontro estiveram presentes representantes de diversas entidades e órgãos.



Reunião com a Promotoria de Justiça da Comarca de Raposa

Essas atividades evidenciam o compromisso do CAO/PIPD em fortalecer os conselhos municipais, destacando seu papel na garantia e promoção dos direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência no Estado do Maranhão.

1.2. Projeto “Campanha de Acessibilidade”

A Campanha de Acessibilidade representou um esforço significativo para promover a inclusão e conscientização sobre questões relacionadas à acessibilidade. Ao

longo do período estabelecido para a campanha, diversas ações e eventos foram organizados para atingir esse objetivo.

Um dos aspectos fundamentais foi a realização da 3ª e 4ª Reunião do Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão - NAEA, onde foram discutidas estratégias, desafios e iniciativas para fortalecer a acessibilidade no contexto do Ministério Público. Tais encontros proporcionaram um espaço para troca de ideias e planejamento de ações futuras.

Além disso, por meio de parcerias estratégicas com a Escola Superior do Ministério Público, foram oferecidas oficinas (Ministério Público para Intérpretes - Módulos 1 e 2) e cursos destinados a intérpretes de Libras.

Para os membros, servidores e estagiários do MPMA, foi promovido o curso "A Libras no Ministério Público é um bom sinal". Essa atividade visou ampliar o conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais e sua aplicação no âmbito do Ministério Público, contribuindo para uma maior inclusão e comunicação eficaz com pessoas surdas.

O webnário de apresentação do PROJETERA (Projeto de Intervenção Pedagógica para Estudantes com Transtorno do Espectro de Autismo - TEA) foi um evento essencial destinado a compartilhar e discutir estratégias pedagógicas voltadas para a inclusão escolar, a permanência na escola e o alcance de uma aprendizagem significativa por parte dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados na Rede Municipal de Ensino de São Luís - MA. O foco principal desse encontro foi o desenvolvimento de abordagens educacionais adaptadas às necessidades específicas desses estudantes, visando não apenas a sua participação ativa nas atividades escolares, mas também garantindo um ambiente educacional que promova o seu pleno desenvolvimento e aprendizado.



Visita do Projeto Crianças autistas conhecem artistas no Museu Ferroviário e Portuário do Maranhão.

Destaca-se também o projeto "Crianças Autistas Conhecem Artistas", uma iniciativa conjunta do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência e do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural – CAO/UMA. Essa ação promoveu a inclusão de crianças autistas por meio de visitas ao Projeto Memória do Ministério

Público do Maranhão e ao Museu Ferroviário e Portuário do Maranhão, proporcionando experiências enriquecedoras e inclusivas.

Outro evento relevante foi o Cine ESMP/MA, uma exibição do curta-metragem "Cordas", organizada pela Escola Superior do Ministério Público em parceria com o CAOPIPD. Essa atividade permitiu reflexões sobre questões ligadas à acessibilidade e inclusão, utilizando a linguagem cinematográfica como ferramenta para sensibilizar e educar sobre esses temas.

A fim de promover a conscientização e informação dentro do Ministério Público do Maranhão, o CAO/PIPD em conjunto com o Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (NAEA) e a Coordenadoria de Comunicação (CCOM) uniram esforços para desenvolver materiais informativos em formato de cards. Esses materiais têm como foco a temática da acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A proposta é divulgar internamente no âmbito do MPMA, visando disseminar uma cultura inclusiva que permeie todas as esferas institucionais.

Figura 33: Cards informativos



Fonte: Arquivo CAO/PIPD

Essas ações integradas e eventos realizados durante a Campanha de Acessibilidade refletem o compromisso do Ministério Público do Estado do Maranhão em promover uma sociedade mais inclusiva, onde a acessibilidade é uma realidade para todos, reforçando o princípio fundamental de igualdade de oportunidades e acesso aos direitos para todas as pessoas.

1.3. Projeto Campanha "Violência contra a Mulher com Deficiência"

A campanha "Violência contra a Mulher com Deficiência: Identificação e Formas de Enfrentamento" representou um esforço significativo para conscientizar e combater a violência enfrentada por mulheres com deficiência.

O projeto resultou na criação de um material do tipo cartilha, ferramenta educacional e informativa destinada a dar visibilidade a essa questão sensível e frequentemente negligenciada. A cartilha foi concebida para destacar os diversos tipos de

violência que mulheres com deficiência podem enfrentar, oferecendo orientações claras e recursos para identificar tais situações.

Além disso, apresentou estratégias e formas de enfrentamento para ajudar essas mulheres a superar esses desafios, buscando promover a conscientização, a prevenção e o apoio para essas vítimas, visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as mulheres, independentemente de suas condições. Este material desempenha um papel fundamental na disseminação de informações e na mobilização da sociedade para combater e erradicar a violência contra mulheres com deficiência, garantindo o pleno exercício de seus direitos e dignidade.

1.4. Iniciativa: Cartilha sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A iniciativa da Cartilha sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi uma ação de grande importância na disseminação de informações e conscientização sobre a temática, que culminou na criação de uma cartilha informativa, material valioso e educativo destinado a oferecer visibilidade e compreensão acerca do Transtorno do Espectro Autista. Essa cartilha foi desenvolvida com o propósito de fornecer informações claras, acessíveis e abrangentes sobre o TEA, abordando desde as características do transtorno até estratégias de convivência e apoio para indivíduos com autismo. Com linguagem acessível e recursos visuais, a cartilha busca desmistificar estigmas e preconceitos frequentemente associados ao TEA, promovendo a aceitação e o entendimento da comunidade em relação às pessoas no espectro autista, além de desempenhar um papel crucial ao proporcionar suporte e orientação para familiares, cuidadores, educadores e demais indivíduos interessados em compreender e interagir de forma mais inclusiva com pessoas que possuem o transtorno. A iniciativa da cartilha sobre o TEA representa um passo significativo na promoção da conscientização e na construção de uma sociedade mais acolhedora e solidária para aqueles que vivenciam o Transtorno do Espectro Autista.

1.5. Demonstrativo de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (DAIPI)

O Demonstrativo de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (DAIPI) surge como uma resposta às necessidades e desafios enfrentados pelas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) no Estado do Maranhão. Com o avançar da idade, as transformações físicas e funcionais nos idosos podem impactar sua independência e autonomia, levando muitos a buscar acolhimento nessas instituições devido a fatores como abandono, negligência e exclusão familiar. Nesse contexto de vulnerabilidade, as ILPI's desempenham um papel crucial na sociedade, sendo alternativas importantes desde que respeitem a qualidade de vida e a dignidade dos idosos acolhidos.

A fim de garantir o devido acompanhamento e assegurar que os direitos fundamentais dos idosos institucionalizados sejam preservados, o CAO/PIPD identificou a necessidade de criar o Demonstrativo de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (DAIPI). Este demonstrativo tem como objetivo oferecer um panorama detalhado da

situação das ILPI's no estado, consolidando e publicizando informações relevantes para aprimorar a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos das pessoas idosas.

O DAUPI é alimentado por dados fornecidos pelas Promotorias de Justiça Especializadas por meio de formulários de fiscalização das ILPI's, possibilitando a coleta e organização estruturada de informações sobre o estado dessas instituições no Maranhão. Como resultado do projeto, foi desenvolvido um Painel Business Intelligence (BI), uma ferramenta que está em fase de divulgação. Esse painel visa fornecer dados consolidados, permitindo análises mais precisas e ações direcionadas para garantir um ambiente digno e de qualidade para os idosos acolhidos nessas instituições. O DAUPI representa um avanço significativo na transparência e na fiscalização das ILPI's, contribuindo para a defesa e promoção dos direitos das pessoas idosas institucionalizadas no estado.

1.6. Formulário atendimento a pessoas com deficiência.

A iniciativa de implementar formulários de atendimento direcionados especificamente para pessoas com deficiência no Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) representa um passo significativo rumo à construção de uma instituição mais inclusiva e acessível. A criação desses formulários tem como propósito essencial coletar dados relevantes sobre as pessoas com deficiência que buscam o MPMA, possibilitando a identificação de suas necessidades específicas bem como de suas demandas, de modo a otimizar atuação ministerial, além de subsidiar a elaboração do banco de dados.

Na etapa atual, os formulários (já elaborados) encontram-se em fase de teste. A implementação bem-sucedida desses formulários representará um avanço significativo na promoção da inclusão e na melhoria do atendimento oferecido pelo Ministério Público a esse segmento.

2. ATUAÇÃO DO CAO/PIPD EM 2023

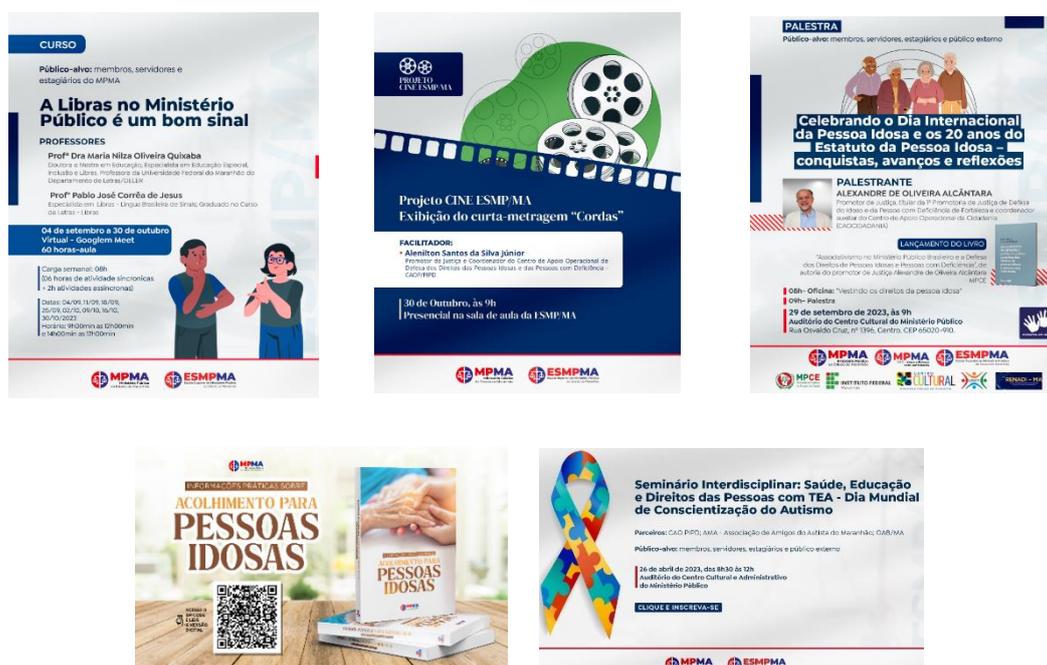
Durante o ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

2.1 Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira

- Seminário Interdisciplinar: Saúde, Educação e Direitos de Pessoas com TEA - Dia Mundial da Conscientização do Autismo
- Webinário: Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - entenda o seu funcionamento.
- Seminário Família acolhedora como alternativa humanizada ao asilamento de pessoas idosas
- Oficina Ministério Público para Intérpretes - Módulo I

- Webnário "Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Conheça o seu funcionamento".
- Webnário "Apresentação do PROJETERA"
- Celebrando o Dia Internacional da Pessoa Idosa e os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa - conquistas, avanços e reflexões.
- Projeto Cine ESMP/MA
- Oficina “Ministério Público para Intérpretes” Módulo II.
- Curso "A Libras no Ministério Público é um bom sinal".
- Elaboração da Cartilha Acolhimento para pessoas idosas.

Figura 34: Cartilha de Acolhimento para pessoas idosas



Fonte: Arquivo CAO/PIPD

2.2. Eventos promovidos pelo CAO

2.2.1. Crianças autistas conhecem artistas

É uma iniciativa desenvolvida em conjunto pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência e pelo Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural – CAO/UMA. Essa ação foi concebida com o propósito de promover a inclusão e proporcionar experiências enriquecedoras para crianças autistas em visitas ao Projeto Memória do Ministério Público do Maranhão e ao Museu Ferroviário e Portuário do Maranhão. Essas oportunidades permitiram que as crianças explorassem o acervo cultural e histórico desses locais.

Ao proporcionar essas experiências, o projeto não só promoveu a acessibilidade cultural, mas também estimulou a interação, o aprendizado e o desenvolvimento dessas crianças dentro de espaços que normalmente poderiam parecer desafiadores para elas.

Essas visitas não apenas facilitaram o acesso ao conhecimento artístico e cultural, mas também celebraram a diversidade e a inclusão em toda a sua riqueza.



Dr. Alenilton Santos e Dr. Luís Fernando Cabral Barreto Junior com as crianças e seus responsáveis

2.3. Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

- **Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso – COPEDPD.** A Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (COPEDPDI) tem como objetivos articular, planejar e zelar pela atuação estratégica dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e das pessoas idosas
- **Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NAEA.** O Núcleo surge como uma resposta proativa às necessidades das pessoas com deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla, consolidando o compromisso do Ministério Público do Maranhão em assegurar que todos os cidadãos tenham acesso pleno e igualitário às suas dependências.

3. CAO/PIPD EM NÚMEROS – 2023

- Memorandos circulares expedidos: 13
- Memorandos expedidos: 172
- Ofícios circulares expedidos: 9
- Ofícios expedidos: 52
- Respostas a consultas: 21
- Participação em reuniões/eventos: 147

4 AÇÕES DE MELHORIA

3.1. Protocolo voltado à eliminação de obstáculos na comunicação com as pessoas com deficiência

A iniciativa visa a adequação dos nossos conteúdos a uma linguagem acessível com o devido aproveitamento dos recursos tecnológicos existentes e a eliminação das barreiras comunicacionais em e-mails, documentos digitalizados e não digitais; bem como nas publicações em mídias sociais, na intranet e na internet. Visto que na linguagem se expressa, voluntária ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiência;

3.2. Campanha Inclusiva

Publicação de *cards* educativos no âmbito interno do MPMA tendo como base a cartilha “Inclusive Você”, produzida por este Centro de Apoio;

3.3. Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NAEA

Compreendendo a Acessibilidade como um assunto de suma importância, e em conformidade com as Resoluções do CNMP, o Ministério Público do Estado do Maranhão – MPMA instituiu o Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NAEA, que busca atuar na eliminação das barreiras urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas e na informação, a fim de promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas (público interno e externo) com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos espaços físicos e virtuais ou dos serviços do MPMA. O CAO/PIPD está secretariando os trabalhos.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd) é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução, destinado a coordenar e orientar as ações na defesa do patrimônio público e no combate aos ilícitos decorrentes de atos de improbidade administrativa e dos infringentes da ordem tributária praticados por agentes públicos em todo o estado do Maranhão.

1. PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO-PROAD

O Planejamento Estratégico Institucional do MPMA-2021/2029 prevê revisões em ciclos de 3 (três) anos, divididos em ciclos, primeiro período de 2021-2023, com revisão em 2024; o segundo, 2024-2026, com revisão em 2027; e o terceiro 2027-2029. Neste primeiro ciclo do planejamento, foi instituído o “Programa Transformar”, diante da necessidade de atuação permanente do Ministério Público na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais indisponíveis, especialmente voltado à prevenção e combate à corrupção.

O programa tem por objetivo fomentar ações que conduzam as Administrações Públicas Estadual e Municipal à observância, dentre outros, dos princípios da legalidade, da transparência, da moralidade, do planejamento, da eficiência, da economicidade, abrangendo vários projetos e iniciativas estratégicas.

Neste contexto, o CAO-Proad gerencia quatro projetos integrantes do “**PROGRAMA TRANSFORMAR**”:

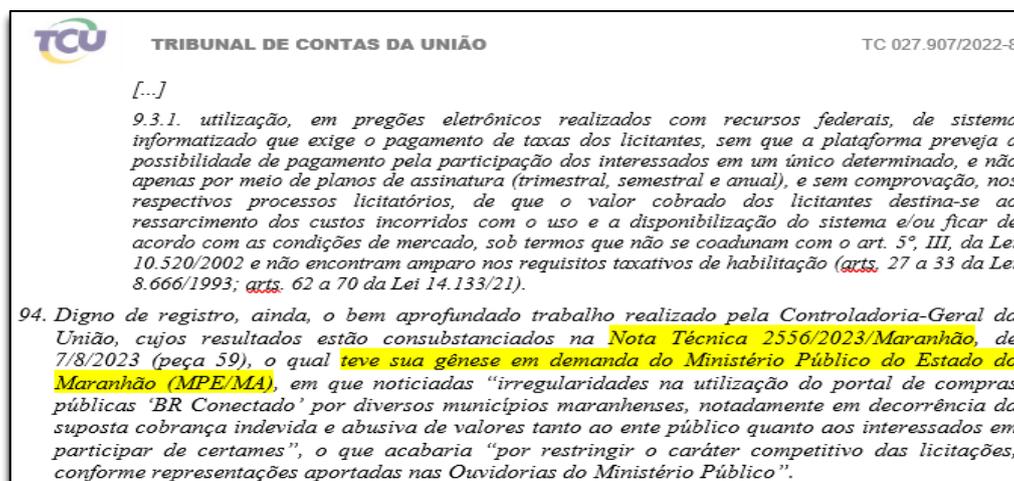
1. Implementação do Pregão Eletrônico;
2. Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal;
3. Diários Eletrônicos nos Municípios;
4. Estruturação e Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios.

1.1. Projeto “Implementação Pregão Eletrônico”

Lançado oficialmente em 17.09.2020, a partir da NTC-GPGJ nº 5/2020 e da Orientação Técnica nº 01/2020, da Rede de Controle de Gestão Pública no Maranhão, o projeto integra o plano tático operacional do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Probidade Administrativa – CAO-ProAd.

O projeto tem por escopo garantir a implementação e a continuidade da utilização do pregão eletrônico em todos os entes municipais do Maranhão, bem como nos órgãos integrantes da administração estadual. O desenvolvimento do projeto se mostra justificável pelo fato de se tratar de modalidade de licitação comprovadamente mais

vantajosa para a Administração Pública, por ampliar a competitividade, a transparência e a impessoalidade, além de se mostrar mais célere e econômica.



Trecho de Acórdão do TCU mencionando atuação do MPMA (CAO-Proad) na fiscalização de plataformas eletrônicas de licitação

O desenvolvimento do projeto se mostra necessário até que a utilização do pregão eletrônico seja uma realidade presente nos 217 municípios maranhenses, nos Poderes Executivo e Legislativo, bem como nos órgãos estaduais, proporcionando um maior controle social sobre as contratações e a modernização do serviço público, em compasso com os avanços tecnológicos atuais.

Tabela 95 - Comarcas que estão executando o projeto

| PREFEITURAS MUNICIPAIS MARANHENSES | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|------|------|------|------|
| SIM – Prefeituras municipais utilizaram pregão eletrônico; | 89 | 199 | 181 | 215 |
| NÃO – Prefeituras municipais não utilizaram pregão eletrônico; | 128 | 18 | 36 | 2 |
| Total de municípios | 217 | 217 | 217 | 217 |
| CÂMARAS MUNICIPAIS MARANHENSES | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| SIM – Câmaras municipais utilizaram pregão eletrônico; | 3 | 21 | 27 | 56 |
| NÃO – Câmaras municipais não utilizaram pregão eletrônico; | 214 | 196 | 190 | 161 |
| Total de municípios | 217 | 217 | 217 | 217 |
| Procedimentos Extrajudiciais/Judiciais instaurados por membros relacionados ao Projeto: | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> - 48 Recomendações expedidas; - 70 portarias/procedimentos administrativos; - 03 portarias/inquéritos civis; - 02 ações civis pública; - 17 ofícios expedidos e | | | | |

- 02 representações c/c medidas cautelares, com 81 municípios envolvidos, com 50 membros envolvidos.

Fonte: DEMP/MA; CAO-Proad/PGJ, 2023; consulta e dados extraídos até 01.11.23 <https://app.tcema.tc.br/sincontrata/mural/contrato>

Das 07 (sete) etapas previstas no projeto, 06 (seis) foram executadas. Atualmente, o projeto se encontra em fase do monitoramento, por meio de verificações periódicas no sistema do SINC-Contrata (TCE/MA) e em portais de transparência de prefeituras e câmaras municipais, que avaliam a implementação do pregão eletrônico nos órgãos estaduais e municipais. No ano de 2023, o Centro de Apoio também começou a verificar a preponderância do uso do pregão eletrônico nos órgãos municipais, de forma a identificar se as licitações eletrônicas já são uma realidade na administração pública.

1.2. Projeto “Diários Eletrônicos nos Municípios”

Este projeto tem o objetivo de garantir a implementação de diários eletrônicos por Prefeituras e Câmaras Municipais maranhenses, assegurando mais transparência, segurança e eficiência, por meio da publicação de todos atos oficiais em meio eletrônico oficial. As ações do projeto visam a instituição de lei específica para tal, em conformidade com as exigências da IN/TCE/MA N° 70/2021, especialmente quanto à existência de “Carimbo de Tempo”, Certificação digital emitido da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP- Brasil) e referência ao ISSN (*International Standard Serial Number*).

O projeto foi lançado oficialmente em 07.06.2021, a partir da NTC-CAOP-PROAD 2021, momento em que passou a integrar o plano tático operacional do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Probidade Administrativa – CAO-ProAd.

O desenvolvimento do projeto se mostra necessário até que os Poderes Executivo Legislativo dos 217 municípios maranhenses estejam com seus diários eletrônicos instituídos por lei, com atendimento a padrões mínimos de integridade e confiabilidade das publicações oficiais, para o atendimento à mais ampla transparência dos atos governamentais por parte da sociedade.

Tabela 96 - Comarcas que estão executando o projeto

| PREFEITURAS MUNICIPAIS – Atende 100% | | | | |
|---|--|--|--------------------------------------|--------------------------------------|
| SITUAÇÃO | Abril/2022. 1º levantamento/ CAO-ProAd | Junho/2022. 2º levantamento/ CAO-ProAd | Jan/2023. 3º levantamento/ CAO-ProAd | Mai/2023. 4º levantamento/ CAO-ProAd |
| Prefeituras – Atende 100% aos requisitos IN/TCE/MA N° 70/2021 | 66 | 68 | 77 | 98 ou 45,16% |
| Prefeituras – NÃO atende aos requisitos IN/TCE/MA N° 70/2021 | 151 | 149 | 140 | 119 |
| Total de municípios | 217 | 217 | 217 | 217 |

| PREFEITURAS MUNICIPAIS | | | | |
|--|--|---|--|---|
| Atende parcialmente a IN/TCE/MA N° 70/2021, em maio/23 | | | | |
| 119 Prefeituras com leis/criação diário eletrônico oficial | | 10 Prefeituras com assinatura/carimbo de tempo | | |
| 58 Prefeituras com certificação digital | | 21 Prefeituras com referência ao ISSN (International Standard Serial Number) | | |
| Em 2023, foram 178 vistorias pontuais solicitadas por membros. | | | | |
| CÂMARAS MUNICIPAIS – Atende 100% | | | | |
| SITUAÇÃO | Ago. /2022 1º levantamento/ CAO-ProAd | Mai / 2023 2º levantamento/ CAO-ProAd | Nov. / 2023 3º levantamento / CAO-ProAd | 01/01/2024 4º levantamento / CAO-ProAd |
| Câmaras – Atende 100% aos requisitos IN/TCE/MA N° 70/2021 | 2 | 6 | 31 | 49 |
| Câmaras – NÃO atende aos requisitos IN/TCE/MA N° 70/2021 | 215 | 211 | 186 | 168 |
| Total de municípios | 217 | 217 | 217 | 217 |
| CÂMARAS MUNICIPAIS | | | | |
| Atende parcialmente a IN/TCE/MA N° 70/2021, em janeiro/2024 | | | | |
| 84 Câmaras com leis/criação diário eletrônico oficial | | 35 Câmaras com assinatura/carimbo de tempo | | |
| 51 Câmaras com certificação digital | | 19 Câmaras com referência ao ISSN (International Standard Serial Number) | | |
| Procedimentos extrajudiciais/judiciais instaurados por membros relacionados ao projeto em 2023: | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> - 152 vistorias pontuais solicitadas por membros, - 46 recomendações expedidas; - 81 portarias/procedimentos administrativos, com 64 municípios envolvidos, com 39 membros envolvidos. | | | | |

Fonte: DEMP/MA; CAO-ProAd/PGJ, 2023.

Das 08 (oito) etapas previstas no projeto, 07 (sete) foram executadas. Atualmente o projeto se encontra em fase do monitoramento, através de vistorias periódicas nos sítios eletrônicos de prefeituras e câmaras municipais, que avalia o atendimento dos seguintes requisitos: a instituição de lei específica para tal, em conformidade com as exigências da IN/TCE/MA N° 70/2021, especialmente quanto à existência de “Carimbo de Tempo”, Certificação digital emitido da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP- Brasil) e referência ao ISSN (*International Standard Serial Number*).

1.3. Projeto “Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal”

Este projeto tem por objetivo fomentar o fortalecimento da Advocacia Pública Municipal, através de criação por lei, de cargos de provimento efetivo de Advogado Público/Procurador Municipal, acessíveis por concurso público, além da estruturação do

órgão, com recursos materiais e humanos necessários ao pleno exercício das funções.

Integrante do Programa “Transformar”, o projeto surgiu com o nome “Institucionalização das Procuradorias Municipais”, iniciado no 1º ciclo de Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2023, cuja origem remonta ao planejamento estratégico 2016-2021, como macroação “Procuradorias Municipais” e inserido no plano tático operacional do CAO-Proad. Tem por objetivo contribuir com a criação e implantação de ferramentas de apoio para a atuação finalística no combate a corrupção e a improbidade administrativa.

Conforme deliberado junto à Secretaria de Planejamento do MPMA, serão contemplados os Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do Executivo e Legislativo maranhenses, os quais correspondem aos 25 maiores municípios do Estado, de acordo com dados oficiais do IBGE, em 01/07/2021.

Tabela 97 - Comarcas que estão executando o projeto

| PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS (25 maiores municípios) | | | |
|--|------------|------------|----------|
| PROCEDIMENTOS | SIM | NÃO | % |
| Procedimentos instaurados visando a execução do Projeto nas Prefeituras | 10 | 15 | 40% |
| Procedimentos instaurados visando a execução do Projeto nas Câmaras Municipais | 2 | 23 | 8% |

Fonte: CAO-ProAd/PGJ, 2023.

Das 11 (onze) etapas previstas no projeto, 09 (nove) foram executadas, atualmente o projeto encontra-se em fase do monitoramento, através de consulta nos sites das 25 (vinte e cinco) prefeituras e câmaras municipais quanto a criação e a estruturação da Advocacia Pública Municipal, através da criação, por lei, de cargos de provimento efetivo de Advogado Público/Procurador Municipal.

1.4. Projeto “Estruturação e Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios”

Este projeto tem por objetivo fomentar o fortalecimento a efetiva implantação dos órgãos de controle interno nos poderes Executivo e Legislativo municipais, através da criação e provimento efetivo de um quantitativo mínimo de cargos de Contador e/ou auditor, e/ou analistas e técnicos, mediante concurso público, além de garantir estrutura mínima para seu regular funcionamento.

Diante da importância dos órgãos de controle para o desenvolvimento das atividades de competência do serviço público, funções previstas constitucionalmente e em leis esparsas, entendeu-se pela necessidade de retomar o projeto neste primeiro ciclo do planejamento de 2021-2023/MPMA, dentro do Programa “Transformar” (antigo “Administração Pública Legal”), com o tema: “Estruturação dos Sistemas de Controle Interno”.

Conforme solicitado à Secretaria de Planejamento do MPMA, através do OFC-CAO-PROAD – 2782022, restou deliberado que a primeira etapa de execução

contemplará os Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do Executivo e Legislativo maranhenses, os quais correspondem aos 25 maiores municípios do Estado, de acordo com dados oficiais do IBGE, em 01/07/2021.

Tabela 98 - Comarcas que estão executando o projeto

| PREFEITURAS MUNICIPAIS (25 maiores municípios) | | | |
|--|------------|------------|----------|
| PROCEDIMENTOS | SIM | NÃO | % |
| Procedimentos instaurados visando a execução do Projeto nas Prefeituras | 3 | 22 | 12% |
| Procedimentos instaurados visando a execução do Projeto nas Câmaras Municipais | 2 | 23 | 8% |

Fonte: CAO-ProAd/PGJ, 2023.

Das 10 (dez) etapas previstas no projeto, 08 (oito) foram executadas, atualmente o projeto encontra-se em fase do monitoramento, através de consulta nos sites das 25 (vinte e cinco) prefeituras e câmaras municipais quanto a criação e provimento de cargos de contador, auditor e/ou analistas e técnicos para atividades rotineiras da administração, a fim de estruturar os órgãos de controle interno, mediante concurso público de provas e títulos.

1.5. Projeto “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”

Projeto que tem como objetivo implementar um conjunto de ações com o objetivo de incentivar as empresas a implantar e/ou aperfeiçoar Programas de Integridade (compliance), visando a prevenção da corrupção e a valorização de condutas éticas nas relações com o poder público, com o setor privado e até como os clientes em geral, permitindo a construção de um ambiente empresarial saudável, valorizando a livre concorrência, incentivando uma competição corporativa mais justa e a minimização dos riscos das empresas de sofrerem sanções pelo poder público por não cumprimento de leis, normas e contratos.

- **Quantos/Quais Comarcas estão executando o projeto?**
- 15 Comarcas: Alcântara; Bacabal; Bom Lugar; Conceição do Lago-Açu; Lago Verde; Codó; Monção; Igarapé do Meio; Paulo Ramos; Marajá do Sena; Presidente Dutra; São Luís; Urbano Santos; Belágua; São Benedito do Rio Preto.
- **Das Etapas previstas quais foram executadas**
- Criação do plano de trabalho com a escolha dos palestrantes, transmissão Canal Youtube do MPMA, elaboração de material entregue, definição das datas de realizações dos próximos eventos. Discussão do plano de trabalho e ponderação sobre os custos. Aprovar do plano de trabalho. Divulgação do evento. Mobilização da instituição. Realização do evento. Acompanhamento dos resultados.
- Divulgação do Projeto (evento de lançamento, imprensa, feiras empresariais, mídia social, intranet). Realização de palestras, workshops e eventos EAD.
- Encaminhamento aos promotores de justiça de todo o material de apoio. Envio de Recomendação e minutas de portaria e projeto de lei.

- Proposição de alterações legislativas no Estado e Municípios para prever implantação de Programas de Integridade.
- Realização de eventos presenciais e em EAD (seminários, mesas redondas, simpósios, painéis de debates, fóruns, workshops, cursos) cujo tema foi o “incentivo à implantação de Programa de Integridade” nas pequenas (ME) e médias empresas (EPP).
- Realização de acompanhamento das medidas extrajudiciais adotadas, bem como das medidas adotadas pelas empresas.
- Realização de atividades de sensibilização de entidades públicas e privadas, empresariais e sociais de promoção do desenvolvimento econômico e de competitividade das micro e pequenas empresas no sentido de que forneçam produtos, cursos, consultorias e apoio logístico gratuito, ou a baixo custo, para a estruturação e funcionamento de seus Programas de Integridade.
- Criação e lançamento Curso ead, ministrado por expert no tema, o qual se encontra disponível na plataforma da Escola Superior do Ministério Público-ESMP desde 24/06/21, com a certificação de 3h, tendo como público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA e público externo, mediante inscrição. Os parceiros Sebrae-MA e da Emap também disponibilizam em seus sites. Na ESMP o curso EAD “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção” tem, até o momento, 67 inscritos, tendo sido concluído por 31 pessoas. Na Emap o curso foi recomendado para 24 empresas contratadas em 2021, e para 09 empresas contratadas em 2022. O curso será relançado, devidamente atualizado (Decreto 11.529/2023 – Decreto 8.420/2015).
- Instauração de Procedimentos Extrajudiciais pelos membros do MPMA: - 09 portarias/procedimentos administrativos e expedições de 12 recomendações relacionados a execução do projeto “Ética e Integridade”, envolvendo 15 municípios. Fonte (CAO-Proad - DEMP-MA).

1.6. Ação Suspensão de festividades

O Centro de Apoio do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa auxilia os trabalhos desenvolvidos pela Procuradoria Geral de Justiça em ações de fiscalização e suspensão de festividades, em municípios em situação de precariedade de serviços públicos de primeira necessidade.

Em 2023, o CAO-ProAd realizou diversas ações nesse sentido, com destaque para a produção de minuta de recomendação (REC-GPGJ – 12023), destinada aos 217 prefeitos maranhenses, a fim de que observem a realidade local e priorizem necessidades básicas da população, em especial serviços públicos de saúde, educação e infraestrutura.

Na sequência, apresentamos breve resumo do trabalho realizado pelas promotorias de justiça no último ano.

- 49 Procedimentos Administrativos instaurados
- 14 Recomendações expedidas
- 08 Ações Cíveis Públicas
- 06 Eventos cancelados após atuação do MPMA

- Celebração de termos de ajustamento de conduta
- Municípios envolvidos (47): Cidelândia, Alcântara, Amarante do Maranhão, Bacabal, Bom Lugar, Conceição do Lago-Açu, Lago Verde, Barra do Corda, Bequimão, Anapurus, Carolina, Caxias, Aldeias Altas, São João do Sóter, Codó, Colinas, Jatobá, Coroatá, Cururupu, Serrano do Maranhão, Governador Eugênio Barros, Itaipava do Grajaú, Guimarães, Igarapé Grande, Bernardo do Mearim, Imperatriz, Itinga do Maranhão, Lago da Pedra, Maracaçumé, Matinha, Central do Maranhão, Olho d'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pinheiro, Pedro do Rosário, Porto Franco, Campestre do Maranhão, Lajeado Novo, São João do Paraíso, Riachão, Feira Nova do Maranhão, Rosário, Bacabeira, Turilândia, São Bento, Bacurituba, Palmeirândia, São Domingos do Azeitão, Benedito Leite, São João Batista, São Mateus do Maranhão, Timon, Turiaçu, Vargem Grande, Viana, Cajari, Vitória do Mearim, Vitorino Freire, Zé Doca e Pinheiro.

2. ATUAÇÃO DO CAO-PROAD EM 2023

Durante o ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Probidade Administrativa realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

2.1. Cursos Promovidos em parceria com a ESMP e outras instituições



Qualifica Maranhão – Regional São Luís

- **09 (nove)** participações nos encontros regionais do **1º QUALIFICA MARANHÃO**, realizados nos municípios de São Luís, Imperatriz, Timon, Santa Inês, Bacabal, Pinheiro, Balsas, Dom Pedro e Chapadinha, voltados à capacitação de servidores e agentes públicos das Prefeituras e Câmaras Municipais (Eventos promovidos em parceria com a FAMEM, TCU, Escola de Governo do Estado do Maranhão e CGU/MA);
- **Curso “Treinando Líderes para a Nova Lei de Licitações”**, destinado

a servidores da CPL da PGJ/MA e demais agentes atuantes nos setores da atividade-meio, em parceria com a ESMP/MA;

- **Seminário “Qualifica Maranhão: Regimes Próprios de Previdência”**, tendo como público-alvo, membros e servidores, agentes de fiscalização do TCE/MA e servidores atuantes nos regimes próprios de previdência municipal (evento promovido em parceria com a FAMEM, TCE/MA e Ministério da Previdência Social);



Seminário “Qualifica Maranhão – Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios”

2.2. Eventos promovidos em parceria com o CAO-Proad

- Diálogos técnicos da probidade: encontros virtuais promovidos em parceria com a Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça, destinados à capacitação de membros e servidores cuja abordagem envolve temas relacionados à rotina das promotorias de justiça de defesa do patrimônio público;
- Oficina sobre boas práticas para o Ministério Público: Sistema de Integridade, Proteção de Dados e Transparência Pública
- Workshop: “Portais de Transparência: importante ferramenta de fiscalização”
- Workshop: “Ferramentas de pesquisa: recursos da educação”
- Workshop: Apresentação da plataforma Rede + Brasil – Acessando os dados das transferências da União para estados e municípios.

2.3. Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

- 05 (cinco) participações como palestrante, cujo abordagem “transparência, controles, licitações, gestão tributária municipal”;
- 09 (nove) participações como integrante da coordenadoria executiva da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão para tratar de diversos temas e eventos relacionados a atuação da rede de controle na construção de força tarefa nas fiscalizações nas aplicações de recursos públicos;
- 03 (três) participações em reuniões como integrante da Coordenadoria executiva da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão no ENCCLA – Rede de Controle Nacional para tratar de diretrizes e ações relacionados a atuação das redes de controle na construção de força tarefa nas fiscalizações nas aplicações de recursos públicos;
- 09 (nove) participações como representante do Ministério Público do Maranhão no GNPP - Grupo Nacional do Patrimônio Público para tratar de diretrizes e ações relacionados a implementação da nova Lei de Licitações e Contratos e outros temas relacionados a defesa do patrimônio público e probidade administrativa;
- 07 (sete) participações em reunião como coordenadora da Câmara dos CAO’S, pela coordenadora do CAO-Proad, designada pela Portaria-GAB/PGJ 91882021,

para tratar sobre uniformização de relatórios, correção temática e outras demandas relacionados aos centros de apoio;

- 20 (vinte) participações como representante do MPMA eventos diversos: entrevistas, Workshops, seminários, viagens a serviço e reuniões.

2.4. Eventos promovidos por meio do projeto institucional “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”:

Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira:

- Curso EAD “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”, ministrado por expert no tema, o qual se encontra disponível na plataforma da Escola Superior do Ministério Público-ESMP desde 24/06/21, com a certificação de 3h, tendo como público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA e público externo, mediante inscrição. Os parceiros Sebrae-MA e da Emap também disponibilizam em seus sites.

Eventos promovidos pelo CAO (Projeto Ética e Integridade Empresarial):

- Participação na 5ª Expo Indústria no Maranhão 2023 - Stand (09 a 12/11/2023) - pré-lançamento dos novos podcasts.



Stand MPMA – 5ª Expo Indústria



Apresentação do projeto – abertura do evento

2.5. Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

- **Apresentação do Projeto na Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade, organizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP (11/13/2023).**



Equipe do CAO-ProAd participou da Correição Temática promovida pelo CNMP no MPMA em nov./2023

O promotor Marco Aurélio Batista Barros apresentou na tarde de 23/11/2023 detalhes do projeto Ética e Integridade na Prevenção da Corrupção às representantes do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, as Procuradoras do Trabalho Fernanda Pessamilo Freitas Ferreira e Alessandra Rangel Andery. A apresentação fez parte de pauta da Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade, organizada pelo CNMP, com o objetivo de conhecer práticas institucionais empreendidas pelas unidades estaduais e voltadas para uma atuação preventiva, proativa e resolutiva, com resultados concretos para a sociedade. Neste caso, com objetivos específicos no combate à corrupção. Também presentes, pelo Sebrae, o superintendente do Sebrae no Maranhão, Albertino Leal de Barros Filho, Cristiane Corrêa, Gerente de Gestão Estratégica, além de Valéria da Silva Santos Alencar, advogada e servidora do MPMA e Vivian Camargo, presidente da Comissão de Compliance da OAB/MA.

3. CAO-PROAD EM NÚMEROS - 2023

Tabela 99 – Produtividade do CAO-ProAd

| Atvidades | Quantidade |
|---|--|
| Memorandos Circulares expedidos | 6 |
| Memorandos expedidos | 10 |
| Ofícios Circulares expedidos | 40 |
| Ofícios expedidos | 1048 |
| Respostas a consultas | 236 |
| Participação em reuniões institucionais | 55 |
| Participação em reuniões com órgãos parceiros | 31 |
| Procedimentos Administrativos registrados no SIMP relacionados às diversas atividades desenvolvidas pelo CAO-ProAd/2023 | 1.423 registros de atividades não procedimentais |
| Levantamentos (diários, pregão, advocacia, controle interno) | 22 |
| Relatório Técnico CAO-ProAd | 03 |
| Nota Técnica Conjunta/CAO-ASSTEC | 01 |
| Orientação Técnica CAO-ProAd | 07 |

| | |
|---|------------|
| Denúncias externas/Ouvidoria (ATOREG nº 322022) | 130 |
| Boletim/Informativo | 12 |

Fonte: CAO-ProAd/PGJ, 2023.

3.1. Projeto “Ética e Integridade Empresarial no combate à corrupção”

Tabela 100 – Expedientes emitidos em 2023

| Atvidades | Quantidade |
|----------------------|------------|
| Memorandos expedidos | 01 |
| Ofícios expedidos | 02 |

Fonte: CAO-ProAd/PGJ, 2023.

4. AÇÕES DE MELHORIA

- Manutenção e aperfeiçoamento e do banco de peças do CAO-PROAD, com constante atualização de materiais de apoio e modelos de peça para atuação das promotorias de defesa do patrimônio público;
- Implementação e disponibilização a membros e servidores de plataformas BI, a partir de dados georreferenciados, voltadas à consulta da situação dos órgãos de controle e das procuradorias municipais, em sede dos projetos “Estruturação e Fortalecimento do Controle Interno nos Municípios” e “Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública municipal”;

4.1. Projeto “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”

- Providências para que o Curso EAD do Projeto “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”, que se encontra disponível na plataforma da Escola Superior do Ministério Público-ESMP desde 24/06/21, com a certificação de 3h, seja relançado e devidamente atualizado;
- Relançamento dos podcasts, devidamente atualizados (Decreto 11.529/2023 – Decreto 5.482/2005) no canal do Youtube do MPMA;
- Providências para a realização do Congresso com o tema Compliance, que será realizado pela OAB-MA, em parceria com o Sebrae-MA e o Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Divulgação do Projeto “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção” na 5ª edição da Expo Indústria, que ocorreu entre os dias 09 a 12 de novembro, no Multicenter Sebrae, no bairro Cohafuma. No evento, o MPMA integrou um estande compartilhado do sistema de justiça com o Tribunal de Justiça, Corregedoria-Geral de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral. Na ocasião houve o lançamento do Podcast do Projeto.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde), órgão auxiliar do MPMA na defesa do direito à saúde, foi instituído pela Resolução nº 09/2010 – CPMP, posteriormente alterada pela Resolução nº 16/2013 – CPMP.

Em 2021, considerando a necessidade de promover a remodelação dos Centros de Apoio Operacional, as Resoluções nº 09/2010 - CPMP e nº 16/2013 – CPMP foram revogadas expressamente pela Resolução nº 102/2021 – CPMP, dando lugar ao ATOREG – 332021 (publicado no Diário Oficial em 10/06/2021), o qual dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do MPMA.

Atualmente, o CAO-Saúde - MPMA se encontra instalado no 1º (primeiro) andar do Prédio Anexo da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz, bairro Centro, e é coordenado pela titular da 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Capital, Dra. Maria da Glória Mafra Silva.

1. PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO/SAÚDE

Conforme Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-2029, encontram-se em execução 3 (três) Projetos Institucionais do CAO Saúde, órgão de execução coordenado pela Dra. Maria da Glória Mafra Silva:

1.1. Projeto “Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica”



Reunião sobre o Plano Estadual de Redução de Filas de Cirurgias Eletivas de 2023, na PGJ

Com o advento da Portaria GM/MS nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que alterou a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, foi instituído nacionalmente o Programa Previne Brasil, o qual estabeleceu novo modelo de

financiamento de custeio da Atenção Básica à Saúde - APS no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

O novo modelo de financiamento alterou algumas formas de repasse das transferências para os municípios, que passaram a ser distribuídas com base em 4 (quatro) critérios: capitação ponderada, pagamento por desempenho, incentivo para ações estratégicas e incentivo financeiro com base no critério populacional (PRC nº 06/2017, com redação alterada pela PRT GM/MS nº 2.254 de 03.09.2021).

Tais componentes vieram a substituir a antiga lógica de financiamento da Atenção Básica, baseada nas transferências realizadas via Piso de Atenção Básica – PAB Fixo e PAB Variável.

A capitação ponderada é um modelo de remuneração calculado com base no número de pessoas efetivamente cadastradas sob responsabilidade das equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP). Esse componente considera fatores de ajuste como a vulnerabilidade socioeconômica, o perfil de idade e a classificação rural-urbana do município de acordo com o IBGE.

Os incentivos para ações estratégicas, por sua vez, contemplam a implementação de programas, estratégias e ações que refletem na melhoria do cuidado na APS e na Rede de Atenção à Saúde.

O incentivo financeiro com base em critério populacional considera a estimativa populacional dos municípios e Distrito Federal mais recente divulgada pelo IBGE. Já o pagamento por desempenho consiste na transferência de recursos segundo os resultados alcançados pelos municípios em um conjunto de 7 (sete) indicadores, que serão monitorados e avaliados pelo MS, com base nas informações registradas pelas equipes nos sistemas de informação do MS.

O Previne Brasil, portanto, através do financiamento, visa induzir comportamentos na gestão de saúde, tais como a ampliação da cobertura da Atenção Básica, mediante o credenciamento de novas equipes para a obtenção de mais recursos; cadastramento da população pelas equipes; e a alimentação dos sistemas de informação (SCNES e SISAB), sob pena de perda de valores.

Assim, o CAO/Saúde entende ser atuação estratégica do MPMA o monitoramento da Atenção Básica sob o viés do financiamento, já que o objetivo do Previne Brasil é induzir comportamentos na gestão de saúde.

Os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde para monitoramento do Programa são apropriados pelo MP para a fiscalização da Atenção Básica, inclusive para fins de contraposição dos resultados apresentados com a realidade assistencial, por meio de ações de fiscalização in loco, a fim de induzir sua melhoria qualitativa.

No 2ª semestre de 2023, segundo levantamento realizado pelo CAO Saúde, **27 (vinte e sete) Promotorias de Justiça aderiram ao referido Projeto:** 1) 19ª Especializada em Defesa da Saúde - 1ª PJ Saúde; 2) 20ª Especializada em Defesa da Saúde - 2ª PJ Saúde; 3) Promotoria de Arame; 4) Balsas; 5) Barra do Corda; 6) Barreirinhas; 7) Bequimão; 8) Buriti; 9) Buriticupu; 10) Caxias; 11) Chapadinha; 12) Codó; 13) Coroatá; 14) Esperantinópolis; 15) Grajaú; 16) Imperatriz; 17) Morros; 18) Paço do Lumiar; 19) Pedreiras; 20) Pinheiro; 21) Poção de Pedras; 22) Rosário; 23) Santa Rita; 24) São José de Ribamar; 25) Timon; 26) Turiaçu; 27) Viana.

O Projeto, atualmente, possui 3 (três) indicadores, conforme alterações solicitadas à Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do MPMA (CGPE), por meio do MEMO-CAOP/SAUDE – 1832023, e aprovadas em Reunião de Análise da Estratégia, realizada no dia 01/12/2023. Em relação a tais indicadores, foram obtidos os seguintes resultados no 2º Semestre de 2023:

- a) Percentual de municípios maranhenses, cujas Promotorias de Justiça aderiram ao Projeto e cujo ISF estava acima de 7 (sete) no quadrimestre de avaliação: 17%;
- b) Percentual de municípios maranhenses cujo ISF estava acima de 7 (sete) no quadrimestre de avaliação: 84%;
- c) Quantitativo de Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “Previne Brasil e o Fortalecimento da Atenção Básica: 27.

Tais resultados podem ser visualizados em BI, concebido pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG e alimentado pelos Centros de Apoio, disponível no link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTU3ZjkyMjgtNGVjZS00ZmFmLTlkNmQtOTc5MDQ1NjE0YjMxIiwidCI6IjM3YWQ5OWU1LTBkNTMtNDA5ZC1iZWFiLTMzMjVkJYxYTY4ZSJ9>.

Observou-se que os resultados obtidos pelos municípios maranhenses no componente “Pagamento por Desempenho” do Programa Previne Brasil demonstram que, inegavelmente, os municípios maranhenses têm dedicado esforços à efetivação de registros de dados nos sistemas de informação, cabendo ao MP, na execução do Projeto, efetivar o comparativo entre os dados inseridos e a realidade assistencial.

Além do mais, em 2023, no bojo do Projeto, foram obtidos os seguintes resultados, a partir de sua atuação indutora:

- a) 100% de adesão dos municípios maranhenses ao Programa Saúde na Escola Ciclo 2023/2024 (que tem repercussão no incentivo financeiro por adesão às ações estratégicas);
- b) Elaboração, pela gestão de saúde estadual, do instrumental “Orientações de ações estratégicas para a ampliação da cobertura vacinal no Estado do Maranhão”;
- c) O Estado do Maranhão ampliou a oferta da vacina meningocócica C conjugada para adolescentes e profissionais de saúde até julho/2023.

Tal atuação teve o potencial de evitar a perda de imunobiológicos, uma vez que a SES//MA havia informado ter em estoque 10.000 doses da referida vacina, com validade muito próxima.

O Projeto continua em execução, sendo que o principal resultado que se espera é a concepção de BI, destinado a contrapor os dados levantados pelas Promotorias de Justiça, em ações de inspeção in loco nas UBS’s, com os dados declarados pelos municípios nos Sistemas de Informação.

1.2. Projeto “O Ministério Público no fortalecimento da Rede Cegonha”

A Rede Cegonha, instituída através da Portaria GM/MS nº 1459, de 24 de junho de 2011 (PRC nº 03 e 06/2017), é uma estratégia do Ministério da Saúde (MS) que tem a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País, com a

implementação de uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.



Reunião com o Ministério da Saúde, sobre a Planejamento Regional Integrado, no MPMA.

Todavia, no Estado do Maranhão, a Pactuação Pactuada e Integrada (PPI) vigente remonta ao ano de 2004, estando, portanto, absolutamente desatualizada, em descompasso com a realidade atual. Tal situação se reflete na existência de diversas irregularidades em todo o fluxo de atendimento da Rede Cegonha, desde a assistência ao pré-natal até a precariedade do transporte sanitário e do parto, que são importantes causas de agravamento e/ou mortes maternas e infantis.

Desse modo, a adequação da assistência materno infantil no Estado do Maranhão perpassa, necessariamente e a priori, pela progressão no processo de Planejamento Regional Integrado –PRI, sobre o qual dispõe a Resolução Consolidada CIT nº 01/2021 (Origem: Resolução CIT nº 37/2018), do qual resultará a concepção das Redes Temáticas, dentre as quais se insere a Rede Cegonha.

Assim, busca-se, com o referido Projeto, monitorar e exigir a progressão do processo de PRI no Estado do Maranhão, de modo que sejam concebidas as Redes Temáticas, entre as quais a Rede Cegonha.

Paralelamente, objetiva-se monitorar a assistência em saúde materno infantil prestada pelos municípios maranhenses e Estado, a partir de ações de fiscalização in loco, a fim de buscar seu fortalecimento, na perspectiva da integralidade, contemplando a atenção básica, média e alta complexidade, de modo a evitar óbitos maternos e neonatais, bem como prevenir doenças decorrentes de inadequações na assistência.

Em 2023, o CAO Saúde solicitou, novamente, alteração do nome do referido Projeto, por meio do MEMO-CAOP/SAUDE – 1352023, tendo em vista que, em 13 de janeiro de 2023, o inc. I do art. 3º da PRC nº 03/2017, bem como o Anexo II da PRC nº 03/2017 foram expressamente ripristinados pela Portaria GM/MS nº 13/2023, de modo

que a Rede de Atenção Materno Infantil - RAMI foi revogada, sendo substituída pela Rede Cegonha.

No tocante à adesão ao Projeto, segundo levantamento realizado, **25 (vinte e cinco) Promotorias de Justiça aderiram ao referido Projeto:** 1) 19ª São Luís; 2) Arame; 3) Balsas; 4) Barra do Corda; 5) Buriti; 6) Buriticupu; 7) Caxias; 8) Chapadinha; 9) Codó; 10) Coroatá; 11) Grajaú; 12) Imperatriz; 13) Morros; 14) Paço do Lumiar; 15) Pedreiras; 16) Pinheiro; 17) Poção de Pedras; 18) Rosário; 19) Santa Inês; 20) Santa Rita; 21) São Luís Gonzaga do Maranhão; 22) Timon; 23) Tuntum; 24) Turiaçu; 25) Viana.

Ademais, o Projeto, atualmente, possui 5 (cinco) indicadores. Em relação a tais indicadores, foram obtidos os seguintes resultados no 2ª Semestre de 2023:

- a) Planos Regionais, relativos às Macrorregiões de Saúde do Estado do Maranhão (Planos Regionais Ampliados), habilitados pelo Ministério da Saúde: 0;
- b) Percentual de municípios maranhenses que cumpriram suas obrigações, pactuadas nos Planos Regionais Ampliados (das Macrorregiões de Saúde), no tocante à assistência materno-infantil (Rede Cegonha): 0;
- c) Quantitativo de Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “O MP no fortalecimento da Rede Cegonha”: 25;
- d) Mortalidade Materna do Estado do Maranhão: 76,75 (01/01/2023 até 30/09/2023);
- e) Mortalidade Neonatal no Estado do Maranhão: 9.75.

Ressalta-se que os indicadores “a” e “b” dependem da progressão do processo de PRI para que possam ser contabilizados, o que está sendo objeto de atuação específica do CAO Saúde. Por sua vez, os dados referentes à mortalidade materna e neonatal foram fornecidos pela SES/MA, por meio do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, do qual a Coordenadora do CAO Saúde participa enquanto representante titular do MPMA.

O Projeto continua em execução, e resultará na concepção de BI, destinado a contrapor as informações, obtidas pelas Promotorias de Justiça nas ações de inspeção, com os dados declarados pela gestão de saúde.

1.3. Projeto “O Ministério Público no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial”

Considerando a necessidade de ampliar e diversificar os serviços do SUS para a atenção às pessoas em sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do consumo de álcool, crack e outras drogas e suas famílias, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi instituída através da Portaria MS/GM nº 3088, de 23 de dezembro de 2011 (PRC nº 03/2017), com o propósito de criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde destinados a esse público, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, a PPI vigente no Estado do Maranhão remonta ao ano de 2004, estando, portanto, absolutamente desatualizada, em descompasso com a realidade atual. Essa situação de precariedade do planejamento, tal qual ocorre com a Rede Cegonha, se reflete na existência de diversas irregularidades em todo o fluxo de atendimento da RAPS, tornando-a fragmentada e desarticulada no Estado do Maranhão, gerando desassistência.

Portanto, a adequação da assistência em saúde mental no Estado do Maranhão perpassa, necessariamente e *a priori*, pela progressão no processo de Planejamento Regional Integrado –PRI, sobre o qual dispõe a Resolução Consolidada nº 01/2021 CIT (Origem: Resolução CIT nº 37/2018), do qual resultará a concepção das Redes Temáticas, dentre as quais se insere a Rede de Atenção Psicossocial.

Assim, busca-se, com o referido Projeto, monitorar e exigir a progressão do processo de PRI no Estado do Maranhão, de modo que sejam concebidas as Redes Temáticas, entre as quais a Rede de Atenção Psicossocial.

Paralelamente, objetiva-se fiscalizar a assistência em saúde em saúde mental prestada pelos municípios maranhenses e Estado, por meio de ações de fiscalização in loco, a fim de buscar seu fortalecimento, na perspectiva da integralidade, inclusive fiscalizando o cumprimento efetivo do papel da Atenção Básica como dispositivo da RAPS, o que é por vezes negligenciado. As ações de fiscalização, a serem realizadas pelo MPMA, resultarão na concepção de BI.

Ademais, tendo em vista que o trato de pessoas com sofrimento/transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas não se resume a uma demanda exclusiva da saúde, busca-se, também, fomentar a formalização de fluxos de interlocução entre a RAPS e Rede de Assistência Social - SUAS diante dos referidos casos, a fim de que seus direitos sejam garantidos.

Outrossim, ainda se faz necessário dar cumprimento à necessidade de comunicação das internações psiquiátricas ao MPMA via sistema informatizado, conforme imposição da legislação pátria.

No tocante à adesão ao Projeto, segundo levantamento realizado, **28 (vinte e oito) Promotorias de Justiça aderiram ao referido Projeto:** 1) 19^a - São Luís; 2) Açailândia; 3) Arame; 4) Balsas; 5) Barra do Corda; 6) Bequimão; 7) Buriti; 8) Buriticupu; 9) Caxias; 10) Chapadinha; 11) Codó; 12) Coroatá; 13) Grajaú; 14) Imperatriz; 15) Maracaçumé; 16) Morros; 17) Paço do Lumiar; 18) Paulo Ramos; 19) Pedreiras; 20) Pinheiro; 21) Santa Inês; 22) São José de Ribamar; 23) São Luís Gonzaga do Maranhão; 24) Timon; 25) Viana; 26) Vitorino Freire; 27) Santa Rita; 28) Tuntum.

Ademais, o Projeto, atualmente, possui 4 (quatro) indicadores. Em relação a tais indicadores, foram obtidos os seguintes resultados no 2^a Semestre de 2023:

- a) Planos Regionais, relativos às Macrorregiões de Saúde do Estado do Maranhão (Planos Regionais Ampliados), habilitados pelo Ministério da Saúde: 0;
- b) Percentual de Municípios maranhenses que cumpriram suas obrigações, pactuadas nos Planos Regionais Ampliados (das Macrorregiões de Saúde), no tocante à assistência em saúde mental (RAPS). 0;
- c) Percentual de municípios maranhenses com fluxos de interlocução entre a RAPS e a Rede de Assistência Social, formalizados: Relativo à execução de ações posteriores do Projeto.
- d) Quantitativo de Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde que aderiram ao Projeto “O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial”: 28

Ressalta-se que os indicadores “a” e “b” dependem da progressão do processo de PRI para que possam ser contabilizados, o que está sendo objeto de atuação específica do CAO Saúde.

Por sua vez, o indicador “c” se refere à execução de ações posteriores do Projeto, razão pela qual não pode, ainda, ter resultados quantificados.

No tocante à concepção de sistema informatizado, destinado à comunicação das internações psiquiátricas, o que está sendo objeto de atuação do CAO Saúde nos autos do Processo Digidoc nº 7922/2021, foi realizada Reunião Interinstitucional, envolvendo MPMA (CAO Saúde e CMTI) e MPPR no dia 23/03/2023, oportunidade em que o CAOP Saúde do MPPR apresentou o “Sistema Protege”, que visa ao atendimento de tal finalidade.

Minuta de Termo de Cooperação Técnica, tendo por objeto a cessão do Sistema “Protege – Proteção à Pessoa Acometida de Transtorno Mental” ao MPMA, está sendo objeto de análise pela Administração Superior do MPMA e do MPPR, a fim de avaliar a possibilidade de sua efetiva formalização no Maranhão.

2. ATUAÇÃO DO CAO SAÚDE EM 2023



A Coordenadora do CAO Saúde participa de Roda de Conversa sobre o Outubro Rosa, na PGJ

2.1. Participação/promoção de eventos

1. 10/02/2023 - Participação em lançamento de Campanha, destinada a incentivar a doação de sangue, devido ao baixo estoque no HEMOMAR (Centro de Hematologia e Hemoterapia do Maranhão);
2. 07/03/2023 - Palestra, ministrada pela Coordenadora do CAO Saúde sobre saúde da mulher, às 11h, no Auditório do Centro Cultural do Ministério Público do Estado do Maranhão;
3. 29/03/2023 - Participação na Conferência Municipal de Saúde de São Luís/MA;
4. 19/05/2023 - Participação da Coordenadora do CAO Saúde no 1ª Seminário Estadual de Puericultura;
5. 25/05/2023 - Participação na Semana da Enfermagem 2023, com o tema “Enfermagem – Uma força para à saúde brasileira”.

6. 30/05/2023 - Participação da Coordenadora do CAO Saúde no I Encontro Estadual sobre Violência no Ambiente Escolar;
7. 05/06/2023 - Participação em Sessão Solene de lançamento da Campanha do Junho Laranja, alusiva à prevenção de queimaduras;
8. 07/06/2023 - Participação no I Seminário Maranhense sobre Prevenção às Queimaduras, ocorrido no Auditório do Conselho Regional de Engenharia do Maranhão, às 18h;
9. 15/06/2023 - Participação, como palestrante, no I Seminário Direito da Saúde em Perspectiva, ocorrido no Auditório da OAB Imperatriz, das 14 às 20h;
10. 29/06/2023 - Participação, como palestrante, com o Tema: Vacinação como direito e as responsabilidades legais da Administração Pública, no III Congresso Maranhense de Pediatria e o III Encontro Maranhense Multiprofissional de Pediatria;
11. 01/07/2023 - Participação no terceiro dia do 3ª Congresso Maranhense de Pediatria - IV Encontro Maranhense e Multiprofissional de Pediatria - Infância e Adolescência Seguras: a importância da atenção integral;
12. 16, 17, 18 e 19/07/2023 - Participação no XXXVII Congresso do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS, realizado em Goiânia;
13. 03/08/2023 - Participação no Lançamento do Programa Cuidar de Todos, da SES/MA;
14. 07/08/2023 - Participação no 1ª dia do I Simpósio Maranhense de Aleitamento Materno e suas Diversidades, realizado no Auditório da UNDB;
15. 10/08/2023 - Participação na I Mostra das Experiências Exitosas “Recuperação das coberturas vacinais”, no Auditório Paulo Freire, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
16. 10/08/2023 - Participação no webinar on-line “Diálogos em Prevenção do HIV”, promovido pelo Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde;
17. 14/08/2023 - Participação no evento “Diálogos sobre o Planejamento”, promovido pela SEPLAG, às 13h, no formato virtual;
18. 15/08/2023 - Participação no II Seminário Estadual Saúde das Mulheres e sua diversidade em todos os ciclos de vida, realizado das 8h às 17h, no Auditório do Palácio Henrique de La Roque;
19. 17/08/2023 - Participação no 1ª dia da Oficina de Capacitação no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, realizado das 8h às 17h;
20. 18/08/2023 - Participação no 2ª dia da Oficina de Capacitação no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, realizado das 8h às 17h;
21. 24/08/2023 - Participação no 1ª Dia do Seminário Estadual de Emergências em Saúde Pública (ESP), realizado no Auditório do Palácio Henrique de La Roque;
22. 28.08.2023 - Participação em Reunião do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal;
23. 12.09.2023 - Participação na palestra "Saúde Mental no trabalho - uma discussão", realizada às 9h, no Auditório da PGJ, com o palestrante Dr. João Arnaud;
24. 26 e 27/09/2023 - Participação no “II Seminário de Segurança do Paciente”, promovido pela Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão;
25. 16. 17 e 18/10/2023 - Promoção de Rodas de Conversa, sobre o Outubro Rosa, às 9h, MPMA, com o seguinte slogan: “A prevenção pode mudar a sua história: te toca!”;
26. 20/10/2023 - O CAO Saúde promoveu Roda de Conversa, sobre o Outubro Rosa, às 9:30, no Hospital da Mulher;

27. 26/10/2023 - Participação, como palestrante, na II Jornada Internacional de Enfermagem da UNDB, cujo tema da exposição foi “Autorresponsabilização para Valorização Profissional”.
28. 08/11/2023 - Palestra para os alunos do último período de medicina do CEUMA;
29. 22/11/2023 - Participação na abertura da Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade, realizada pela Corregedoria Nacional do CNMP, no MPMA;
30. 23/11/2023 - Apresentação do Projeto “Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica”, de autoria do CAO Saúde, na “Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade”.

2.2. Participação/Promoção de Reuniões

1. 31/01/2023 - Reunião, envolvendo CAO Saúde e Departamento de Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (DASCA SESMA), sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei - PNAISARI;
2. 01/02/2023 - Participação da Coordenadora do CAO Saúde em Reunião, envolvendo CAO Saúde, SECINST e Órgãos de Execução de Defesa da Saúde da Capital, bem como com atuação no Patrimônio. Assunto: Repercussões na atuação ministerial diante da implantação do CEJUSC Saúde, bem como do Núcleo de Justiça 4.0 - Saúde Pública;
3. 09/02/2023 - Reunião envolvendo CAO Mulher, CAO Júri, CAO Criminal e CAO Infância a Juventude, tendo em vista a sugestão contida no MEMO - 38 PJESPSLS - 22023, oriunda da 38ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (1ª Promotor da Infância e Juventude), versando sobre as normativas vigentes que tratam do aborto humanizado;
4. 27/02/2023 - Reunião do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Maranhão;
5. 01/03/2023 - Reunião, promovida pela SECINST, acerca do monitoramento de execução dos Projetos do PADHUM (HIV e Combate ao Racismo, LGTBfobia e Intolerância Religiosa);
6. 23/03/2023 - Reunião, envolvendo CAO Saúde - MPMA, CMTI MPMA, CAOP Saúde MPPR e a TI do MPPR, às 14h, de forma remota, destinada à apresentação do “Sistema Protege”, voltado à notificação das internações psiquiátricas;
7. 03/04/2023 - Reunião, com a SEPLAG, versando sobre a execução dos Projetos Institucionais;
8. 18/04/2023 - Reunião, envolvendo CAO Saúde e PGJ, destinada a discutir sobre a importância de realização de Reunião, envolvendo as Promotorias de Justiça que tem atuação nos municípios em que foi decretada situação de emergência em razão das fortes chuvas, com o objetivo de expor a estratégia do CAO Saúde para monitoramento e intervenção no tocante às repercussões sanitárias do evento.
9. 24/04/2023 - Reunião, promovida pela PGJ, SECINST e CAO Saúde, tendo por objeto discutir sobre as repercussões sanitárias das enchentes nos municípios maranhenses, notadamente naqueles em que foi expedido decreto de anormalidade;
10. 09/05/2023 - Reunião da Câmara dos Coordenadores dos CAOs, tendo como pauta novo formato do Relatório de Atividades dos CAOs e outros temas;
11. 10, 11 e 12 /05/2023 - II Reunião Ordinária do GNDH, realizada em Teresina/PI;
12. 26/06/2023 - Reunião do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Maranhão;

13. 03/07/2023 - Reunião de Análise da Estratégia – RAE;
14. 07/08/2023 - Reunião, promovida pela Corregedoria Geral do MPMA, às 9:30, na sala de videoconferência, sobre a Correição Temática do CNMP;
15. 09/08/2023 - Reunião envolvendo Corregedoria Geral do MPMA, Centros de Apoio, SEPLAG e Coordenador de Correições do CNMP, Dr. Marco Amorim, visando dirimir dúvidas quanto à correição que ocorrerá no MPMA de 18 a 22 de setembro de 2023;
16. 14/08/2023 - Reunião, promovida pela SECINST, com os Centros de Apoio, sobre o monitoramento dos Planos de Atuação do PADHUM;
17. 16/08/2023 - Reunião, promovida pelo CAO Saúde e 20ª PJ Especializada na Defesa da Saúde, envolvendo Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA), Instituto Acqua e Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH, cuja pauta foi a discussão sobre a Central Estadual de Regulação de Leitos de Internação;
18. 22/08/2023 - Reunião, promovida pelo CAO Saúde e 20ª PJ Especializada na Defesa da Saúde, com o objetivo de discutir sobre os casos de tuberculose, que tem chegado ao conhecimento do MPMA, via pedidos de transferência de pacientes, envolvendo SES/MA, Secretaria Municipal de Saúde de São Luís (SEMUS São Luís), representantes do Hospital Getúlio Vargas (gerido pela EMSERH) e Conselho Municipal de Saúde de São Luís;
19. 29/08/2023 - Reunião do Conselho Estadual de Saúde;
20. 31/08/2023 - II Reunião Ordinária do GNDH, realizada na modalidade virtual;
21. 12/09/2023 - Reunião, promovida pela SEPLAG, envolvendo Centros de Apoio e Corregedoria do MPMA, sobre a Correição Nacional;
22. 12/09/2023 - Reunião do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, destinada à 1ª Revisão do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP 2020 a 2029), realizada na modalidade virtual, das 15h às 17h, quanto ao tema “saúde”;
23. 14/09/2023 - Reunião, promovida pelo CAO Saúde e 20ª PJ Especializada na Defesa da Saúde, com o objetivo de dar continuidade às discussões sobre a Central Estadual de Regulação de Leitos de Internação;
24. 19/09/2023 - Reunião, promovida pelo CAO Saúde, envolvendo SES/MA, COSEMS/MA e representante do Hospital Nina Rodrigues, tendo por objetivo discutir sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
25. 20/09/2023 - Reunião, promovida pelo CAO Saúde, envolvendo SES/MA, COSEMS/MA e Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão, tendo por objetivo discutir sobre o processo de Planejamento Regional;
26. 25/09/2023 - Reunião do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Maranhão;
27. 28/09/2023 - Reunião Interinstitucional, promovida pelo CAO Saúde, envolvendo MPMA e Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, tendo por objeto esclarecer o fluxo de trabalho a ser adotado para preenchimento das Fichas no aplicativo “Censo Pré-Natal”, no tocante aos neonatos/crianças cujo parto ocorrerá na Capital;
28. 28.09.2023 - Reunião promovida pela SEPLAG, envolvendo Centros de Apoio Operacional do MPMA e equipe técnica do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC, destinada à troca de experiências na elaboração e monitoramento de indicadores sociais dos projetos, programas e iniciativas do Planejamento Estratégico Institucional do MPMA;
29. 29.09.2023 - Reunião, envolvendo CAO Saúde e representantes do Hospital Dr. Odorico Amaral de Matos, tendo por objeto prestar esclarecimentos sobre o fluxo de trabalho a

- ser adotado no tocante ao preenchimento das Fichas no aplicativo Censo Pré-Natal, quando versar sobre neonatos/crianças cujo parto ocorrera em São Luís;
30. 02/10/2023 - Reunião, envolvendo CAO Saúde e SEPLAG, sobre os indicadores do Projeto “Previne Brasil e o Fortalecimento da Atenção Básica”;
 31. 05/10/2023 - Reunião do Conselho Municipal de Saúde de São Luís;
 32. 06/10/2023 - Reunião com o Governador do Estado do Maranhão, então em exercício, cuja pauta foi a crise da saúde no Estado;
 33. 09, 10 e 11/10/2023 - IV Reunião Ordinária da COPEDS, do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE), realizada em Manaus, no Amazonas;
 34. 19/10/2023 - Reunião, realizada no Gabinete do PGJ, envolvendo a Coordenadora do CAO Saúde, o Procurador Geral de Justiça, o Diretor da SECINST, bem como a Chefe da Assessoria Especial do PGJ, a fim de tratar sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público, instituída pela Resolução CNMP nº 265, de 03 de julho de 2023;
 35. 20/10/2023 - Reunião, realizada no Gabinete da Corregedora Geral do MPMA, a fim de tratar sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público;
 36. 23/10/2023 - Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde do Maranhão;
 37. 23/10/2023 - Reunião, destinada a dar continuidade às discussões sobre a Rede de Atenção Psicossocial;
 38. 24/10/2023 - Reunião, promovida pelo CAO Saúde e 20ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Capital, envolvendo SES/MA, EMSERH, Hospital Dr. Carlos Macieira, SEMUS São Luís, Conselho Municipal de Saúde de São Luís e Conselho Estadual de Saúde, tendo por objeto dar continuidade às discussões sobre a Central Estadual de Regulação de Leitos;
 39. 06/11/2023 - Reunião promovida pelo CAO Saúde e 20ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Capital, envolvendo SES/MA, COSEMS/MA, Instituto Acqua, EMSERH, Conselho Estadual de Saúde do Maranhão, Instituto Vida e Saúde, Ministério da Saúde e secretários de municípios maranhenses, tendo por objeto discutir “Plano Estadual Para Redução de Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas”;
 40. 09/11/2023 - Reunião do Conselho Municipal de Saúde de São Luís;
 41. 14/11/2023 - Reunião com o Sr. Jammerson, cujo objeto foi capacitar a equipe na utilização dos sistemas de informação do Ministério da Saúde, para fins de monitoramento do desempenho dos municípios no Programa “Previne Brasil”;
 42. 16/11/2023 - Reunião, cujo objeto foi dar continuidade às discussões sobre a Rede de Atenção Psicossocial;
 43. 17/11/2023 - Reunião com a Promotora de Justiça de Defesa da Saúde de Bacabal, sobre os sistemas de informações do Ministério da Saúde;
 44. 21/11/2023 - Reunião, com o Sr. Jammerson, cujo objeto foi dar continuidade à capacitação da equipe na utilização dos sistemas de informação do Ministério da Saúde;
 45. 30/11/2023 - Reunião tendo por objeto dar continuidade às discussões sobre o “Plano Estadual Para Redução de Filas de Cirurgias Eletivas”;
 46. 01/12/2023 - Apresentação, de forma remota, dos resultados dos Projetos Institucionais do CAO Saúde, no 2º Semestre de 2023, na Reunião de Análise da Estratégia;
 47. 15/12/2023 - Reunião, promovida pela 5ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde de Imperatriz, envolvendo MPMA, SES/MA e o Instituto de Promoção e

Assistência à Saúde Misericordiae Vultus - IMV, o qual está pleiteando contratualização com o Estado em relação à prestação de serviços de saúde;

48. 20/12/2023 - Reunião Interinstitucional, envolvendo CAO Saúde, Ministério da Saúde, da SES/MA, bem como COSEMS/MA, tendo por objeto o processo de Planejamento Regional Integrado no Maranhão. Na oportunidade, foi sinalizado o compromisso de dar continuidade à PRI, sem renovação do Projeto Regionalização/PROADI – SUS, que era intermediado pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz. A partir de 2024, será um processo conduzido pelo Estado, com o apoio do Ministério da Saúde;
49. 22/12/2023 - Reunião, envolvendo CAO Saúde e representantes do HEMOMAR, SES/MA e EMSERH, tendo por objeto discutir sobre o abastecimento da unidade, insumos e o fluxo temporário a ser adotado para a solicitação de bolsas.

2.3. Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

Ao todo, a Coordenadora do CAO Saúde representa o MPMA em 6 (seis) Comissões/Comitês/Núcleos:

1. PORTARIA-GAB/PGJ – 95862021: Designou Dra. Maria da Glória Mafra Silva como representante titular do MPMA na Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS), do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH, órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ);
2. PORTARIA-GAB/PGJ – 81582021: Designou a Promotora de Justiça, Dra. Maria da Glória Mafra Silva, como representante do MPMA junto à Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Maranhão (CEFMIFMA);
3. PORTARIA GIAC-COVID Nº 1, DE 24 DE MARÇO DE 2020: Designou a Promotora de Justiça, Dra. Maria da Glória Mafra Silva, como membro focalizador do MPMA junto à Coordenação Nacional Finalística do GIAC-COVID19;
4. PORTARIA-GAB/PGJ – 69632019: Designou a Promotora de Justiça, Dra. Maria da Glória Mafra Silva, como representante do MPMA na Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar (CECIH), na qualidade de membro consultor;
5. PORTARIA Nº 6409/2018-GPGJ: Designou a Promotora de Justiça, Dra. Maria da Glória Mafra Silva, como representante titular do MPMA junto ao Núcleo Estadual de Apoio ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde do Maranhão (NEASIOPS/MA);
6. PORTARIA-GAB/PGJ – 22102022: Designou a Dra. Maria da Glória Mafra Silva como representante do MPMA no Comitê Técnico Interinstitucional de Direito Sanitário e Acompanhamento do Pós Pandemia do Coronavírus (COMSaúde).

2.4. Atuação em números

Tabela 101 – Atuação do CAO – Saúde, em números

| Descrição | Total |
|---------------------------------|--------------|
| Memorandos Circulares expedidos | 38 |
| Memorandos expedidos | 210 |
| Ofícios Circulares expedidos | 1 |
| Ofícios expedidos | 166 |
| Respostas a consultas | 83 |
| Participação em reuniões | 55 |
| Participação em eventos | 34 |

Demandas externas, recepcionadas pelo CAO, e encaminhadas à Ouvidoria do MPMA

33

Fonte: CAO-Saúde/PGJ, 2023.

3. AÇÕES DE MELHORIA

Durante o ano de 2023, o CAO Saúde desenvolveu ações de capacitação de membros, inclusive voltadas à adesão aos Projetos Institucionais deste órgão auxiliar, pelo seu caráter estratégico e impacto na política de saúde do Estado.

Há perspectiva de realização de encontros regionais, promovidos pelo CAO Saúde, a fim de aproximar e qualificar a atuação dos Órgãos de Execução nas temáticas relacionadas à saúde pública, tendo em vista a complexidade do Sistema Único de Saúde – SUS.

Pretende-se, também, que o CAO Saúde acompanhe os membros em algumas inspeções em estabelecimentos de saúde, sendo que tal atuação será objeto de ajuste prévio junto à Corregedoria Geral do MPMA.

Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO-MULHER)

O Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO-MULHER) é órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão, em conformidade com o Art. 38 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991.

Criado em 17 de maio de 2021, o CAO-MULHER tem por objetivo auxiliar a função institucional do Ministério Público no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher com o atendimento dos órgãos de execução com atuação nas demandas de gênero, a sociedade em geral que busque o acolhimento do MPMA, além da promoção direta com órgãos de atuação na proteção de direitos das mulheres vítimas de violência para que se desenvolvam projetos e parcerias conjuntamente ao MP em busca de melhorias na proteção das mulheres a fim de minimizar a violência de gênero.

1. PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO-MULHER

Conforme Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-20291, encontram-se em execução 1 (um) programa institucional chamado “Fortalecimento da Rede de Enfrentamento a Violência de Gênero” tendo 4 (eixos), quais sejam: Grupo Reflexivo para Homens, Grupo Reflexivo de Mulheres, Patrulha Maria da Penha e Conversando com Elas. Além disso, temos como campanha o “Quem Escolheu o seu Caminho? Você ou as Drogas?” em parceria com Centro de Apoio dos Direitos Humanos (CAO-DHC), bem como, temos, como projeto a criação do NAV – Núcleo de Atendimento às vítimas, uma parceria realizada junto à Delegacia da Mulher. Por fim, temos a iniciativa do “ELAS OCUPAM” que trata sobre a capacitação de mulheres para retornarem ao mercado de trabalho.

1.1. Programa “Fortalecimento da Rede de Enfrentamento a Violência de Gênero”



Encontro do Programa “Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero”

O programa busca subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça que possuem atribuição na defesa da mulher em todo o Estado, através do contato com várias entidades e instituições para obtenção de meios que possam auxiliar o bom funcionamento da rede de defesa da mulher, bem como proporcionar o contato entre o Ministério Público e a comunidade, no intuito de somar esforços para o enfrentamento à violência de gênero.

O Fortalecimento da Rede de Enfrentamento a Violência de Gênero visitou 22 (vinte e dois) municípios, a saber: Açailândia; Aldeias Altas; Alto Alegre do Maranhão; Amarante do Maranhão; Barra do Corda; Buriticupu; Caxias; Cedral; Codó; Coelho neto; Grajaú; Guimarães; Imperatriz; Pinheiro; Porto Rico; Santa Helena; São João do Sóter; São Mateus do Maranhão; São Luís; Timon; Turiaçu e; Turilândia.

Todos os municípios supracitados estão executando todas as etapas do programa. No tocante ao município de Morros, fora feito o diagnóstico prévio da comarca – primeira etapa do programa, estando pendente apenas a visita deste Centro de Apoio ao município.

Quanto aos eixos do programa, cada um deles representa uma área de enfoque dentro do programa, permitindo uma abordagem mais abrangente e estratégica. Em razão disso, possuem etapas distintas de execução.

- **Eixo Grupo Reflexivo Para Homens**

Os grupos, constituídos através de Termo de Cooperação Técnica entre MP e Judiciário, são voltados para homens que cumprem Medidas Protetivas de Urgência (MPU). Objetiva a reeducação de agressores, a fim de reduzir a reincidência de crimes em contexto de violência doméstica.

Os encontros são promovidos uma vez por semana, sendo no mínimo 10 (dez) encontros para a sua formação, com duração aproximada de 2 (duas) horas por encontro, preservando a identidade dos integrantes. Ao final dos encontros são emitidas certidões anexas ao processo que ensejou sua participação no grupo para fins de redução de pena, em caso de eventual condenação.

Atualmente, o Grupo Reflexivo Para Homens fora implantado em 5 (cinco) municípios, quais sejam: Pinheiro; Balsas; Codó; São José de Ribamar e; Barra do Corda. Ademais, 3 (três) municípios já haviam implantado os grupos reflexivos em ocasiões anteriores ao programa, a saber: São Luís; Imperatriz e; Açailândia.

Quanto aos municípios 11 (onze) municípios encontram-se executando etapas distintas do referido eixo, tais como:

- a) Grajaú, Rosário e Coroatá encontram-se na fase de implantação do Grupo Reflexivo;
- b) Coelho Neto, Santa Inês, São Mateus do Maranhão, Timon e Turiaçu, encontram-se na fase inicial de reunião com a equipe multidisciplinar de capacitação para atuar no Grupo Reflexivo;
- c) Zé Doca encontra-se na fase de orientações básicas de como se dá a triagem e;
- d) Chapadinha e Buriticupu encontram-se na fase de apresentação do cronograma de atividades que ocorrerão nos encontros.

- **Eixo Grupo Reflexivo de Mulheres**

O Grupo de Mulheres surgiu por iniciativa da 24ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís. Em seguida, o CAO-Mulher transformou essa iniciativa em eixo do programa, elaborou materiais para realização dos encontros e fomentou a implantação do grupo em outras comarcas do Estado.

Os encontros são voltados para mulheres em situação de violência, visando conscientizá-las sobre a violência de gênero e abordar temas que fortaleçam sua autoestima e empoderamento.

Atualmente, o Grupo Reflexivo de Mulheres fora implantado em 3 (três) municípios, quais sejam: São Luís; Pinheiro e; Barra do Corda.

Além disso, 3 (três) municípios encontram-se em tratativas para a implantação, a saber:

- a) Grajaú, que se encontra na fase de implantação;
- b) Imperatriz e Timon encontram-se na fase de reunião com a equipe multidisciplinar de capacitação para atuar no Grupo Reflexivo.

- **Eixo Patrulha Maria da Penha**

Esse ramo do programa busca possibilitar e viabilizar a implementação da Patrulha Maria da Penha nos municípios do Maranhão que abrigam sede de Batalhão da Polícia Militar.

Quanto a execução deste eixo, cumpre destacar que no início de 2022, o Estado possuía 8 (oito) Patrulhas implantadas. Em junho do mesmo ano, após acordo firmado entre o MP (por meio desse Centro de Apoio) e a Polícia Militar, alcançamos 10 (dez) novas implantações, em menos de 6 (seis) meses. Já no ano de 2023, implantamos em mais 4 (quatro) municípios, totalizando 22 (vinte e duas) Patrulhas implantadas em todo Estado.

Após a parceria entre o Ministério Público do Maranhão e a Polícia Militar do Maranhão, a Patrulha alcançou os municípios de: Açailândia; Pedreiras; Codó; Pinheiro; Barra do Corda; Rosário; Coroatá; Presidente Dutra; São Mateus do Maranhão; Grajaú; Bacabal; Estreito; Buriticupu e Barreirinhas.

Além disso, 3 (três) municípios encontram-se em execução das etapas do referido eixo, a fim de implantar a Patrulha. O município de Chapadinha e Coelho Neto encontram-se na fase de reunião com toda a rede da localidade para fazer o cronograma de capacitação dos policiais militares. Zé Doca, por sua vez, está na fase de capacitação dos policiais que atuarão na Patrulha.

- **Eixo Conversando com Elas**

Trata-se de eixo do programa voltado para a conscientização das mulheres sobre a violência de gênero, a fim de educá-las e capacitá-las, oferecendo informações abrangentes sobre a Lei Maria da Penha e suas ramificações. Neste eixo, importante destacar que ele pode ser executado na visita deste Centro de Apoio na comarca, bem como através dos Promotores de Justiça replicando o material disponibilizado pelo

CAO/MULHER.

No que concerne a execução do referido eixo, 29 (vinte e nove) municípios foram alcançados. Destes municípios, 22 (vinte e dois) foram visitados por este Centro de Apoio, a saber: Açailândia; Aldeias Altas; Alto Alegre do Maranhão; Amarante do Maranhão; Barra do Corda; Buriticupu; Caxias; Cedral; Codó; Coelho Neto; Grajaú; Guimarães; Imperatriz; Pinheiro; Porto Rico; Santa Helena; São João do Sóter; São Mateus do Maranhão; São Luís; Timon; Turiaçu e; Turilândia.

Por outro lado, 7 (sete) municípios foram alcançados pela iniciativa dos Promotores de Justiça em replicar a palestra, quais sejam: Viana; Rosário; Pedreiras; Passagem Franca; Buriti Bravo; Balsas e; Bacabal.

1.2. Campanha “Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?”

Em parceria com o Centro de Apoio de Direitos Humanos - Cao-DH, este eixo tem como objetivo a diminuição dos índices de violência doméstica perpetrada por agressores dependentes químicos, uma vez que essa condição está relacionada ao aumento da violência doméstica. Além disso, busca contribuir para a diminuição da criminalidade através de palestras de prevenção e atividades culturais em escolas públicas.

No que concerne a execução, 56 (cinquenta e seis) municípios maranhenses executaram atividades institucionais da campanha, a saber: Amarante do Maranhão, Açailândia, Arari, Alto do Parnaíba, Alcântara, Balsas, Bom Jesus das Selvas, Belágua, Bequimão, Buriticupu, Capinzal do Norte, Caxias, Centro do Guilherme, Cidelândia, Cururupu, Dom Pedro, Estreito, Fortaleza dos Nogueiras, Gonçalves Dias, Governador Nunes Freire, Governado Archer, Guimarães, Imperatriz, Icatu, Itapecuru-Mirim, João Lisboa, Matões, Magalhães de Almeida, Mirinzal, Maranhãozinho, Maracaçumé, Morros, Nova Colinas, Olinda Nova, Paço do Lumiar, Passagem Franca, Panarama, Pedreiras, Presidente Vargas, Peri-Mirim, Penalva, Porto Franco, Lima Campos, Santa Inês, Sambaíba, São Bernardo, São Luís, São Raimundo das Mangabeiras, São Benedito do Rio Preto, São Francisco do Brejão, São José de Ribamar, Santo Antônio dos Lopes, Santa Quitéria do Maranhão, São Mateus, Timon e Urbanos Santos.

Dentre esses municípios, 15 (quinze) possuem Lei do Conselho Escolar sobre Drogas e/ou Lei do Conselho e Fundo Municipal sobre Drogas, quais sejam: Amarante do Maranhão, Açailândia, Buriticupu, Guimarães, Matões, Maracaçumé, Morros, Paço do Lumiar, Passagem Franca, Panarama, Pedreiras, Lima Campos, São Luís, São Raimundo das Mangabeiras e São Mateus do Maranhão.

1.3. Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos – PADHUM/GÊNERO

O PADHUM é um programa da Secretaria para Assuntos Institucionais do Ministério Público, que objetiva promover além da indução de políticas públicas, uma atuação efetiva em seis eixos com demandas prioritárias nos direitos humanos. Um desses eixos é o PADHUM/GÊNERO, voltado ao enfrentamento da violência psicológica e do feminicídio, no qual este Centro de Apoio realiza o monitoramento ativo.

Atualmente, 15 (quinze) Promotorias de Justiça aderiram ao Plano de Atuação em Defesa de Direitos Humanos – PADHUM –GÊNERO. Dentre elas, 12 (doze) foram priorizadas pelo programa, a saber:

- 2ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar;

- 2ª Promotoria de Justiça de Santa Inês;
- 2ª Promotoria de Justiça de Rosário;
- 3ª Promotoria de Justiça de Pedreiras;
- 8ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz;
- 2ª Promotoria de Justiça de Buriticupu;
- 24ª Promotoria de Justiça de São Luís;
- 2ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar;
- 1ª Promotoria de Justiça de Bacabal;
- 5ª Promotoria de Justiça de Balsas;
- 3ª Promotoria de Justiça de Itapecuru Mirim;
- 2ª Promotoria de Justiça de Açailândia e 3 (três) aderiram de forma voluntária;
- 2º Promotoria de Justiça de Barra do Corda;
- Promotoria de Justiça de Urbano Santos e;
- 2ª Promotoria de Justiça de São Mateus.

1.4. Iniciativa “Elas Ocupam”

A iniciativa visa proporcionar às mulheres em contexto de violência doméstica, que tenham sido atendidas pela Casa da Mulher Brasileira/Casa da Mulher Maranhense, pelo Ministério Público ou por qualquer dos demais órgãos instalados no local, oportunidades de capacitação em cursos profissionalizantes, bem como a inserção no mercado de trabalho, dando-lhe dignidade e qualidade de vida.

Quanto a sua execução, o “Elas Ocupam” encontra-se em tratativas iniciais no município de Imperatriz.

2. ATUAÇÃO DO CAO/MULHER EM 2023

Durante o ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

2.1. Cursos Promovidos em Parceria

2.1.1. Parceria com a ESMP

- Estratégias de atuação do MP no enfrentamento à violência de gênero;
- Mês da Mulher no MPMA - Acolhida da vítima e trabalho em rede;
- A Justiça é uma mulher negra: raça e gênero no Sistema de Justiça Brasileiro;
- Palestra: Masculinidades;
- Webinar: Inquirição e Dosimetria da Pena em Crimes contra as Mulheres;
- Palestra: Direitos e responsabilidades e Meios para combater a violência contra mulher;
- Curso: "Aplicabilidade da Lei Maria da Penha à Mulher TRANS e o Formulário ROGÉRIA - Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente à Comunidade LGBTQIAPN+;

- Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha: "Estratégias contemporâneas no combate à violência doméstica contra a mulher";
- Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha: "A importância dos grupos reflexivos no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher e como elemento de transformação social";
- Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha: "Fortalecendo a rede no enfrentamento à violência de gênero";
- Capacitação EAD de Formadores de Grupos Reflexivo;
- Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha "Atuação com perspectiva de gênero: uma ferramenta para a igualdade";
- Palestra: Formulário nacional de avaliação de risco: Conhecer para aplicar.

2.1.2. Parceria com a ESMP e o CAO/JÚRI

- Workshop: Femicídio: do inquérito ao plenário.

2.1.3. Eventos promovidos pelo CAO

- Capacitação para o projeto girassol, ministrado pela Dra. Érica Canuto – Promotora de Justiça do MP/RN

2.1.4. Participação em Comissões/Comitês/Núcleos



Congresso do CONAMP Mulheres, ocorrido dia 15 (quinze) de junho de 2023 em Brasília/DF, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

- Participação em Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) no Ministério das Mulheres em Brasília/DF, tendo como pauta a implantação de políticas públicas para as mulheres em todo o Brasil em 14 de fevereiro 2023;
- Participação em Comissão Permanente de Violência Doméstica e familiar contra Mulher (COPEVID) promovida pelo Ministério Público do Estado do Piauí, ocorrido em Teresina/PI, nos dias 10 a 12 de maio de 2023;

- Participação na IV reunião ordinária da Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher (COPEVID), ocorrida nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2023;
- Participação em Congresso da Comissão de Mulheres da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP Mulheres), que ocorreu em Brasília/DF, no dia 14 de junho de 2023, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
- Participação na solenidade de instalação do Núcleo de Apoio às Vítimas - NAV, ocorrida dia 16 de maio de 2023, às 10h, no Rol do 1º andar da Sede das Promotorias da Capital, localizado na Av. Prof. Carlos Cunha - Jaracaty, São Luís/MA;
- Visita ao Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal - MP/DF, em 14 de fevereiro de 2023;
- Participação no XIII encontro nacional da comissão permanente de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher (COPEVID), ocorrido nos dias 30 (trinta) de novembro e 01 (um) de dezembro de 2023, no MP/RJ.

2.2. Parcerias com outras instituições

2.2.1. Polícia Civil para implementação de Núcleos de Atendimento às Vítimas

O Núcleo de Atendimento às Vítimas - NAV tem como principal finalidade a construção de salas anexas às Delegacias Especializadas da Mulher – DEM para realizar o atendimento das vítimas de violência doméstica, consistindo na solicitação ao município de equipe de profissionais capacitados que deverão atuar no atendimento às vítimas, tais como: psicólogos e assistentes sociais. Ao passo que, o Ministério Público oferece, através de Acordo de Não Persecução Penal –ANPP, os materiais necessários para o funcionamento da sala, quais sejam: computadores, impressoras, scanners, telefone e etc.

Essa iniciativa surgiu através da parceria do Ministério Público, por meio deste Centro de Apoio, junto à Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Coordenadoria Estadual das Delegacias da Mulher e do Departamento de Femicídio

Nesse sentido, foi instalado o NAV – Sala Lilás nos municípios de Coroatá e Estreito. Ademais, o município de Imperatriz encontra-se em tratativas para a implementação do referido núcleo.

2.2.2. Secretaria Estadual da Mulher - SEMU para realização do projeto “Caravana Maranhão Todos Por Elas”

Em parceria com a secretaria de estado da segurança pública, órgãos estaduais, municipais e entidades civis, a caravana "maranhão todos por elas" visa promover a igualdade de oportunidades, o combate à violência e à discriminação de gênero. A caravana promoveu 18 (dezoito) encontros regionais no Maranhão, proporcionando espaços para troca de informações e o incentivo a criação de uma rede de agentes multiplicadores para articular e incentivar a implantação de políticas públicas para as mulheres em todos os municípios das dezoito regionais do Estado.

Desta feita, o CAO-MULHER atuou em parceria com a SEMU para realização do projeto através da participação dos promotores de justiça das 18 (dezoito) comarcas visitadas pela Caravana. Durante o encontro realizado no município, os promotores de justiça, a pedido do CAO-MULHER, conduziram palestras com conteúdos pertinentes ao enfrentamento à violência de gênero.

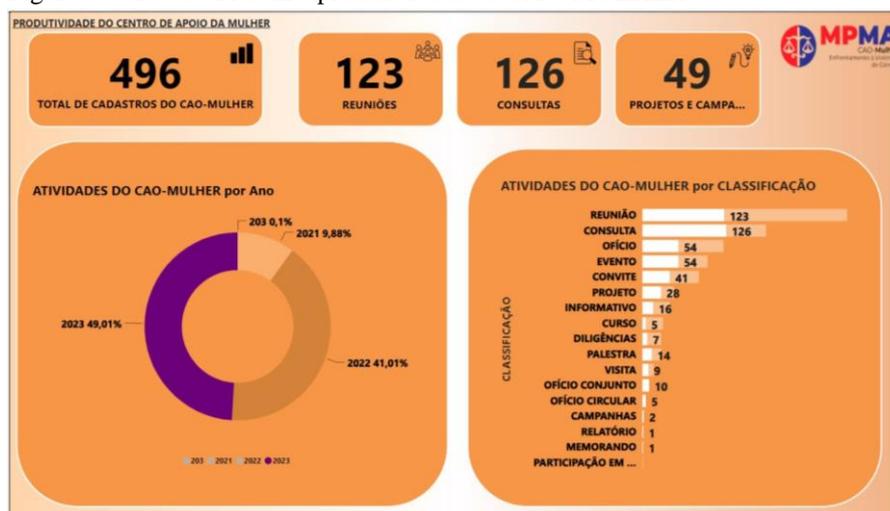
3. CAO/MULHER EM NÚMEROS – 2023

Tabela 102 – Relatório Estatístico de atividades do CAO/MULHER em 2023

| Descrição | Quantidade |
|------------------------------|------------|
| Ofícios Circulares expedidos | 5 |
| Ofícios expedidos | 54 |
| Ofícios conjuntos expedidos | 10 |
| Respostas a consultas | 126 |
| Participação em reuniões | 123 |

Fonte: CAO-MULHER/PGJ, 2023.

Figura 35 – Power BI com a produtividade do CAO-MULHER



Fonte: POWER BI, 2023.

4. AÇÕES DE MELHORIA

No que tange as ações de melhorias realizadas pelo CAO/Mulher, destaca-se a adequação de página da intranet, assim como da página do cidadão. Na página da intranet fora incluídas novas abas de informações.

Inicialmente, fora incluído informações quanto à todos os projetos do CAO/MULHER, inserindo as etapas e os municípios alcançados por cada um deles. Em seguida, fora adicionado um banco de peças, que consiste em um *drive* com todo material de apoio produzido por este Centro de Apoio.

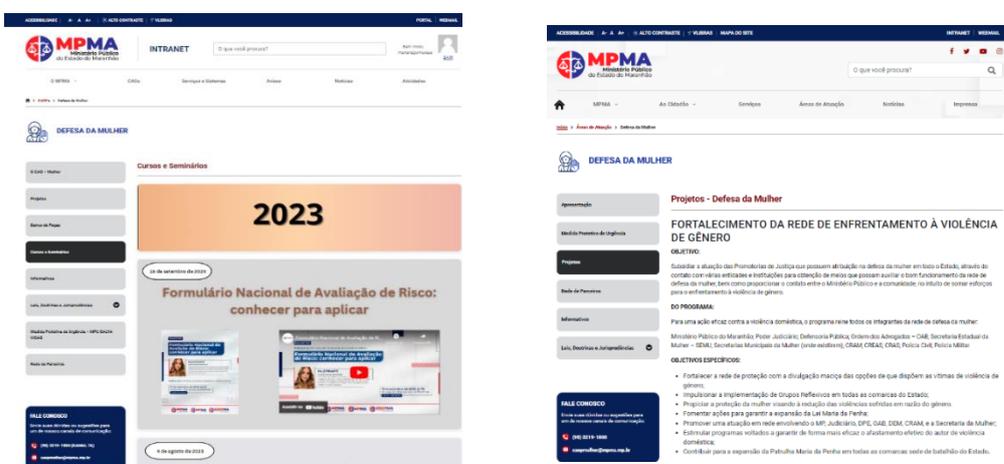
O *drive* reúne modelos de peças para auxiliar a produção jurídica das promotorias, vídeos gravados pelo CAO/MULHER de palestras, material para execução dos projetos,

informativos, cards, jurisprudências em materia de violência de gênero e outros materiais pertinentes.

Ademais, foram disponibilizados os cursos e seminários realizados pelo CAO/MULHER disponíveis no canal da ESMP, através da plataforma do youtube, assim como todos os informativos mensais de atividades.

Além disso, inclui-se na área de atuação em defesa da mulher da página do MP/MA a pedido desde Centro de Apoio, assim como na intranet, leis, doutrinas e jurisprudências relevantes ao enfrentamento à violência contra mulher, o link MPU – Salva Vidas e as informações quanto a rede de parceiros do CAO/MULHER, tais como contatos e endereços.

Figura 36 – Página da defesa da mulher na intranet atualizada



Fonte: CAO/MULHER,2023.

Programa “Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência de gênero” em Açaílandia através do Ciclo de diálogos Sobre a Lei Maria da Penha promovido pelo MP/MA em alusão ao agosto lilás e em cumprimento à recomendação nº 89/2022 do CNMP, no dia 07 (sete) de agosto de 2023, ocasião em que o Dr. Thimotie Aragon Heemann – Promotor de Justiça do MP/PR ministrou palestra com o tema “fortalecendo a rede no enfrentamento à violência de gênero”.



Cooperação Técnica entre o MPMA e a PMMA

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Nicolau, e a Polícia Militar do Maranhão, representada pelo comandante geral, coronel Paulo Fernando Moura

Queiroz para concretização do eixo “Patrulha Maria da Penha” do programa “Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero”, ocorrido no dia 14 (quatorze) de setembro de 2023.

Palestra ministrada pela Dra. Ivana Farina – Procuradora-geral de Justiça do MP/GO intitulada “Atuação com perspectiva de gênero: uma ferramenta para a igualdade” parte do Ciclo de diálogos Sobre a Lei Maria da Penha promovido pelo MP/MA em alusão ao agosto lilás e em cumprimento à recomendação nº 89/2022 do CNMP, no auditório do Centro Cultural do MPMA, dia 21 (vinte e um) de agosto de 2023.



Evento promovido pelo CAO-MULHER em parceria com a ESMP

Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAO-JÚRI)

O Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAO-JÚRI) do Ministério Público do Estado do Maranhão é um órgão auxiliar da atividade funcional desta Instituição, em conformidade com o Art. 38 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do MPMA, sendo regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 33/2022 (ATOREG -332022).

Destaca-se que no dia 05/05/2021, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Maranhão aprovou a criação do Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri e no dia 17/05/2021, o Procurador-Geral de Justiça instalou formalmente o CAO-JÚRI, nomeando o Promotor de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho para a coordenação do citado Centro de Apoio (Portaria-GAB/PGJ-31492021).

O CAO-JÚRI, conforme Ato Regulamentar nº 33/2022 (ATOREG -332022), é destinado ao fornecimento de material de apoio técnico-jurídico, com o propósito de subsidiar a atuação na área, proporcionando ainda, maior capacitação dos membros do Ministério Público. Sendo um recente Centro de Apoio, instalado em tempos de pandemia, procurou-se torná-lo mais funcional e virtual, facilitando a comunicação com os membros e permitindo a construção de um banco de dados virtual para consulta dos membros do MPMA.

1. PROJETOS E INICIATIVAS DO CAOJÚRI

Conforme Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-2029, encontram-se em execução o Programa de Modernização e Fortalecimento do Ministério Público no Tribunal do Júri, com a existência de 03 projetos, 03 iniciativas e 01 boa prática.

1.1. Programa de Modernização e Fortalecimento do Ministério Público no Tribunal do Júri

O Programa de Modernização e Fortalecimento do Ministério Público no Tribunal do Júri é uma iniciativa estratégica que visa aprimorar e fortalecer o Ministério Público em relação aos julgamentos de crimes dolosos contra a vida. Com o objetivo de promover uma justiça mais ágil, eficiente e transparente, bem como uma atuação mais efetiva e profissional do Ministério Público no Tribunal do Júri.

O programa agrega ações já desenvolvidas pelo CAOJÚRI e que precisavam de uma integração formal entre as ações, bem como deixa aberta a porta para futuras ações do Centro de Apoio, com um roteiro já trilhado para iniciativas, projetos e boas práticas futuras.

Assim, o programa está estruturado em dois eixos de atuação: Modernização e Fortalecimento.

O eixo Modernização tem como propósito principal aperfeiçoar os recursos e a tecnologia (dentro do alcance do CAOJÚRI) empregados na atuação do Ministério Público, visando aumentar a eficiência, por meio de uma atuação mais especializada dos membros do MPMA com atuação no Tribunal do Júri. Já o eixo de Fortalecimento do programa concentra-se em aprimorar o relacionamento e a colaboração entre os órgãos e atores envolvidos no sistema de Justiça, com o objetivo de fortalecer a atuação do MPMA no Tribunal do Júri como um instrumento de promoção da justiça e garantia dos direitos fundamentais.

1.2. Iniciativa: Acesso Direto aos Sistemas de Segurança Pública

Considerando o conceito de iniciativa adotado pela SEPLAG (um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado, sendo mais simples e pontual que um projeto, com custo de natureza operacional com esforços da própria equipe da unidade, onde há um maior domínio sobre a área, com uma execução de menor tempo e complexidade), o CAOJÚRI classificou sua ação em conseguir acesso aos sistemas de segurança pública como uma iniciativa, dentro do Eixo de Modernização.

A iniciativa busca estabelecer uma integração eficiente entre os membros atuantes no Tribunal do Júri e os sistemas de segurança pública, com o intuito de agilizar a obtenção de informações relevantes para as investigações e processos criminais. Essa medida contribuirá para uma análise mais célere e precisa dos casos em investigação e julgamento, fortalecendo o embasamento das decisões. Isso inclui dados de investigações, antecedentes criminais, provas técnicas, laudos periciais, entre outros.

Inicialmente, os sistemas contemplados serão:

- Sistema Galileu: Sistema informatizado web mantido pela Perícia Oficial de Natureza Criminal do Estado do Maranhão para controle e disponibilização de laudos periciais;
- Sistema Ident: Sistema informatizado web mantido pelo Instituto de Identificação do Estado do Maranhão para consulta dos dados de registros civis de investigados;
- Sistema Sigma: Sistema Informatizado web mantido pela Delegacia Geral da Polícia Civil para consulta de boletins de ocorrência e consulta de dados de investigados.

Essa iniciativa atende a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público prevista no “Manual de Atuação para Membros do Ministério Público em Crimes Violentos Letais Intencionais”.

A iniciativa, na perspectiva resultados para a sociedade, faz parte dos objetivos estratégicos de aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do MP, fortalecendo a atividade investigativa e de inteligência do MP, e de consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional com o fomento ao intercâmbio e ao compartilhamento de informações na área de segurança pública, estando de acordo com o PEN-MP 2020-2029 do CNMP e com o Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029.

A iniciativa está em plena execução. A partir da atuação do CAOJÚRI, com apoio do Procurador-Geral de Justiça, já foi concedido acesso a alguns dos sistemas da Perícia Oficial de Natureza Criminal desde agosto de 2022.

1.3. Boa prática: Painéis de Business Intelligence – BI

Considerando o conceito de iniciativa adotado pela SEPLAG (um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado, sendo mais simples e pontual que um projeto, com custo de natureza operacional com esforços da própria equipe da unidade, onde há um maior domínio sobre a área, com uma execução de menor tempo e complexidade), o CAOJÚRI classificou sua ação em criar painéis BI como uma iniciativa, dentro do Eixo de Modernização

Os painéis BI serão utilizados como boas práticas para o programa, fornecendo um conjunto de informações e métricas relevantes para a análise e tomada de decisão. Essa ferramenta de inteligência de negócios permitirá o monitoramento de alguns indicadores do Tribunal do Júri e de crimes violentos letais intencionais, auxiliando na identificação de tendências, gargalos e oportunidades de melhoria.

Além disso, os Painéis BIs são instrumentos de transparência e divulgação das atividades do CAOJÚRI e dos membros atuantes no Tribunal do Júri, bem como um instrumento de monitoramento dos crimes violentos letais intencionais, sobretudo homicídios e feminicídios, atendendo ao art.1º, incisos XVI e XVII, do ATOREG nº 33/2022-MPMA.

Painéis BI desenvolvidos inicialmente pelo CAOJÚRI:

- BI de Produtividade: Painel desenvolvido para acompanhamento das métricas estatísticas do setor, CAOJÚRI;
- BI de CVLI, Homicídios Dolosos e Feminicídio: Painel desenvolvido para acompanhamento dos dados referentes à criminalidade violenta letal intencional (CVLI) no Estado do Maranhão. O painel de Homicídios Dolosos e Feminicídio além de possuírem os dados estaduais permitem a consulta das ocorrências por município;
- BI de Sessões do Tribunal do Júri: O painel permite o acompanhamento de métricas percentuais, por exemplo, de “condenações” ou “absolvições” das sessões de júri ocorridas no tribunal do júri e registradas no sistema de produtividade do MPMA.

Essa iniciativa, especialmente em relação ao Painel BI de CVLI, Homicídios Dolosos e Feminicídio, atende a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público prevista no “Manual de Atuação para Membros do Ministério Público em Crimes Violentos Letais Intencionais”.

A iniciativa, na perspectiva resultados para a sociedade, faz parte do objetivo estratégico de aprimorar a efetividade da persecução penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas, priorizando a persecução penal a crimes comuns violentos, em especial dolosos contra a vida, bem como ao feminicídio, e também na perspectiva aprendizado e crescimento se alinha ao objetivo de promover a gestão por competência e a qualidade de vida no trabalho, com foco na promoção na utilização de ferramentas de tecnologia que possibilitam a otimização de tarefas, estando de acordo com o PEN-MP 2020-2029 do CNMP e com o Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029.

A iniciativa está em plena execução, sendo a ferramenta constantemente alimentada, atualizada e aperfeiçoada, tendo o primeiro Painel BI sido implantado no portal do CAOJÚRI em novembro de 2022 e o mais recente em maio de 2023.

1.4. Iniciativa: Conhecendo os Jurados

Considerando o conceito de iniciativa adotado pela SEPLAG (um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado, sendo mais simples e pontual que um projeto, com custo de natureza operacional com esforços da própria equipe da unidade, onde há um maior domínio sobre a área, com uma execução de menor tempo e complexidade), o CAOJÚRI classificou sua ação em realizar pesquisas sobre a idoneidade de jurados como uma iniciativa, dentro do Eixo de Modernização

A iniciativa "Conhecendo os jurados" busca proporcionar uma maior compreensão e análise do perfil dos jurados que compõem o Tribunal do Júri. Serão realizados pesquisas e estudos para entender os perfis sociodemográficos, conhecimentos prévios e predisposições dos jurados, auxiliando na preparação estratégica dos integrantes do MPMA nos julgamentos. Entendeu-se que, diferentemente das demais ações acima, e por apresentar maior complexidade, a iniciativa "Conhecendo os jurados" também está no Eixo de Atuação Fortalecimento.

A iniciativa, na perspectiva resultados para a sociedade, faz parte do objetivo estratégico de aprimorar a efetividade da persecução penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas, priorizando a persecução penal a crimes comuns violentos, em especial dolosos contra a vida, bem como ao feminicídio, estando de acordo com o PEN-MP 2020-2029 do CNMP e com o Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029. Desde a implantação da iniciativa já foram realizadas 05 consultas.

1.5. Projeto: Priorização de Investigação dos Homicídios Dolosos

Considerando o conceito de projeto adotado pela SEPLAG (um empreendimento planejado que consiste num conjunto de ações inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo, finalizando com uma "entrega" ou "produto"), o CAOJÚRI classificou sua ação como um projeto, sobretudo por sua complexidade em vista do envolvimento de instituições externas ao Ministério Público, posto que visa conseguir termo de cooperação objetivando a priorização de investigação dos homicídios dolosos, dentro do Eixo Fortalecimento.

O projeto "Priorização de investigação dos homicídios" visa promover uma maior celeridade e efetividade nas investigações de crimes dolosos contra a vida. Serão adotadas estratégias de priorização desses casos, garantindo que recursos e esforços sejam direcionados para a elucidação desses crimes de forma ágil e eficiente.

A ação, na perspectiva resultados para a sociedade, faz parte dos objetivos estratégicos de aprimorar a efetividade da persecução penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas, priorizando a persecução penal a crimes comuns violentos, em especial dolosos contra a vida, bem como ao feminicídio, e de consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional com o fomento ao intercâmbio e ao compartilhamento de informações na área de segurança pública, estando de acordo com o PEN-MP 2020-2029 do CNMP e com o Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029.

1.6. Projeto: Colóquios Institucionais

Considerando o conceito de projeto adotado pela SEPLAG (um empreendimento planejado que consiste num conjunto de ações inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo, finalizando com uma “entrega” ou “produto”), o CAOJÚRI classificou sua ação como um projeto, sobretudo por sua complexidade em vista do envolvimento de instituições externas ao Ministério Público, dentro do Eixo Fortalecimento.



Colóquios Interinstitucionais – Comando Geral PMMA – 05/09/2023



Colóquios Interinstitucionais – Força Especial – 23/08/2023

Esses encontros promovem a discussão de temas relevantes, como “acesso ao celular do investigado”, “busca domiciliar, pessoal e veicular”, “reconhecimento de pessoas”, “testemunhas de ouvir dizer” etc., a disseminação de boas práticas e a busca por soluções conjuntas, contribuindo para o aprimoramento contínuo do sistema.

A ação, na perspectiva resultados para a sociedade, faz parte dos objetivos estratégicos de aprimorar a efetividade da persecução penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas, priorizando a persecução penal a crimes comuns violentos, em especial dolosos contra a vida, bem como ao feminicídio, e de consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional com o fomento ao intercâmbio e ao compartilhamento de informações na área de segurança pública, estando de acordo com o PEN-MP 2020-2029 do CNMP e com o Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029.

O projeto "Colóquios institucionais" tem como objetivo estabelecer espaços de diálogo e troca de experiências entre o Ministério Público e as Polícias Cíveis e Militares, que são profissionais envolvidos de grande relevância nos casos de crimes dolosos contra a vida.

O projeto está em execução, já sido realizado 08 edições, com 11 turmas, abrangendo 04 regionais de polícia e totalizando 271 participantes.

O projeto inclusive foi reconhecido como um boa prática sendo inserido no Banco de Boas Práticas do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público - <https://bancodeboaspraticascsp.cnmp.mp.br/Detalle?idProjeto=3309>.

1.7. Projeto: Júri-Saúde

Considerando o conceito de projeto adotado pela SEPLAG (um empreendimento planejado que consiste num conjunto de ações inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo, finalizando com uma “entrega” ou “produto”), o CAOJÚRI classificou sua ação como um projeto, sobretudo por sua complexidade em vista do envolvimento de outros órgãos do Ministério Público, dentro do Eixo Fortalecimento.

O projeto "Júri-Saúde" tem como objetivo proporcionar um maior cuidado com a saúde e a qualidade de vida dos membros que atuam no Tribunal do Júri.

A ação, na perspectiva resultados para a sociedade, faz parte dos objetivos estratégicos de promover a gestão por competências e qualidade de vida no trabalho, visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades de liderança para membros e servidores gestores, capacitando-os para lidar com conflitos e desenvolvimento de pessoas, o que acarretará na melhor atuação do membro do MPMA e, como consequência, um ganho para a sociedade, estando de acordo com o PEN-MP 2020-2029 do CNMP e com o Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029.

A ação está em processo de execução, já tendo sido realizado 03 eventos.

1.8. Iniciativa: MP em Defesa da Vida

Considerando o conceito de iniciativa adotado pela SEPLAG (um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado, sendo mais simples e pontual que um projeto, com custo de natureza operacional com esforços da própria equipe da unidade, onde há um maior domínio sobre a área, com uma execução de menor tempo e complexidade), o CAOJÚRI classificou sua ação em procurar dar visibilidade e informação à população sobre a atuação do MPMA no Tribunal do Júri como uma iniciativa, dentro do Eixo Fortalecimento.

O "MP em Defesa da Vida" visa fortalecer a atuação do Ministério Público como agente de defesa dos direitos fundamentais, em especial no contexto dos julgamentos do Tribunal do Júri. Além da necessidade de promover a visibilidade dos trabalhos dos membros que atuam em plenário do Júri por parte da instituição ministerial.

A iniciativa também atende ao princípio da transparência, bem como de informação para a vítima, seus familiares e para a sociedade, sobre a atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri. Faz parte da perspectiva aprendizado e crescimento se alinhando ao objetivo de fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional, com foco no fortalecimento da imagem institucional e na promoção do relacionamento do MP com a sociedade, estando de acordo com o PEN-MP 2020-

2029 do CNMP e com o Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029. A proposta está em plena execução, contando com 34 publicações nas redes sociais do MPMA.

2. EVENTOS DO CAO JÚRI EM 2023



Evento Ministério Público e Perícia Oficial de Natureza Criminal – 20/10/2023

Durante o ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

A realização de cursos e eventos pelo CAOJÚRI faz parte da perspectiva aprendizado e crescimento se alinhando ao objetivo de fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional, com foco no fortalecimento da imagem institucional e na promoção do relacionamento do MP com a sociedade, estando de acordo com o PEN-MP 2020-2029 do CNMP e com o Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029.

2.1. Cursos e Eventos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira

Quadro 24 – Métricas dos eventos do CAOJÚRI em 2023

| | |
|---|---------------|
| Total de cursos/eventos | 14 |
| Carga Horária Ofertada em Parceria | 70 |
| Total de inscritos | 1017 |
| Total de presenças confirmadas / certificados autorizados | 784 |
| % de participação | 77,09% |
| Atividades presenciais | 7 |
| Atividades virtuais | 7 |

Fonte: ESMP, 2023

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

Quadro 25 – Descrição dos eventos promovidos

| CURSOS E EVENTOS | DATA | C.H | PARCEIRO | INSCRITOS | MODALIDADE | CERTIFICADOS |
|---|-------------|------------|--------------------------|------------------|-------------------|---------------------|
| Workshop Feminicídio: do Inquérito ao plenário | 03/03/2023 | 6 | CAO JÚRI / CAO Mulher | 41 | PRESENCIAL | 21 |
| Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias - Timon - LP | 23/03/2023 | 8 | CAO JÚRI | 47 | PRESENCIAL | 47 |
| Tribunal do Júri e Direito das Vítimas: o caso da Boate Kiss | 14/04/2023 | 6 | CAO JÚRI / CAOUMA | 96 | PRESENCIAL | 71 |
| Sala de situação - Rotinas em ANPP: Otimizando resultados | 19/04/2023 | 4 | CAO CRIM / CAOJÚRI | 147 | VIRTUAL | 107 |
| Sala de Situação Tira- Dúvidas - Feminicídio: questões práticas | 11/05/2023 | 4 | CAO JÚRI / CAO Mulher | 81 | VIRTUAL | 66 |
| Sala de situação/Tira Dúvidas - Análise das decisões judiciais que impactam o trabalho policial e ministerial | 12/06/2023 | 4 | CAO CRIM / CAOJÚRI | 46 | VIRTUAL | 38 |
| Colóquios Interinstitucionais Ministério Público e Polícias - São Luís - Delegados e Investigadores da Polícia Civil - Moodle | 20/06/2023 | 4 | CAO JÚRI | 26 | PRESENCIAL | 22 |
| Colóquios Interinstitucionais Ministério Público e Polícias - São Luís - Membros da Força Estadual Integrada de Segurança Pública - Moodle | 23/08/2023 | 5 | CAO JÚRI | 34 | PRESENCIAL | 27 |
| Lançamento Projeto Júri-Saúde e Palestra sobre Desenvolvimento de Estratégias e Competências emocionais no Tribunal do Júri | 31/08/2023 | 4 | CAO JÚRI | 83 | VIRTUAL | 57 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | | |
|---|------------|---|-------------------|-----|------------|-----|
| Colóquios Interinstitucionais Ministério Público e Polícias - São Luís - Oficiais da Polícia Militar de São Luís - Moodle | 05/09/2023 | 5 | CAO JÚRI | 53 | PRESENCIAL | 38 |
| Projeto Júri-Saúde : os cuidados com a voz no Tribunal do Júri | 14/09/2023 | 4 | CAO JÚRI | 54 | VIRTUAL | 45 |
| Comunicação e Arquivamento da Investigação após a decisão do STF nas | 22/09/2023 | 4 | CAO JÚRI/ CAOCRIM | 162 | VIRTUAL | 139 |
| Projeto Júri-Saúde: cuidados com a alimentação no Tribunal do Júri | 06/10/2023 | 4 | CAO JÚRI | 54 | VIRTUAL | 38 |
| Ministério Público e Perícia Oficial de Natureza Criminal (com participantes em sala meet) | 20/10/2023 | 8 | CAO JÚRI/ CAOCRIM | 93 | PRESENCIAL | 68 |

Fonte: ESMP/PGJ,2023.

3.2. Cursos e Eventos com participação do CAOJÚRI

Quadro 26 – Descrição dos eventos de participação

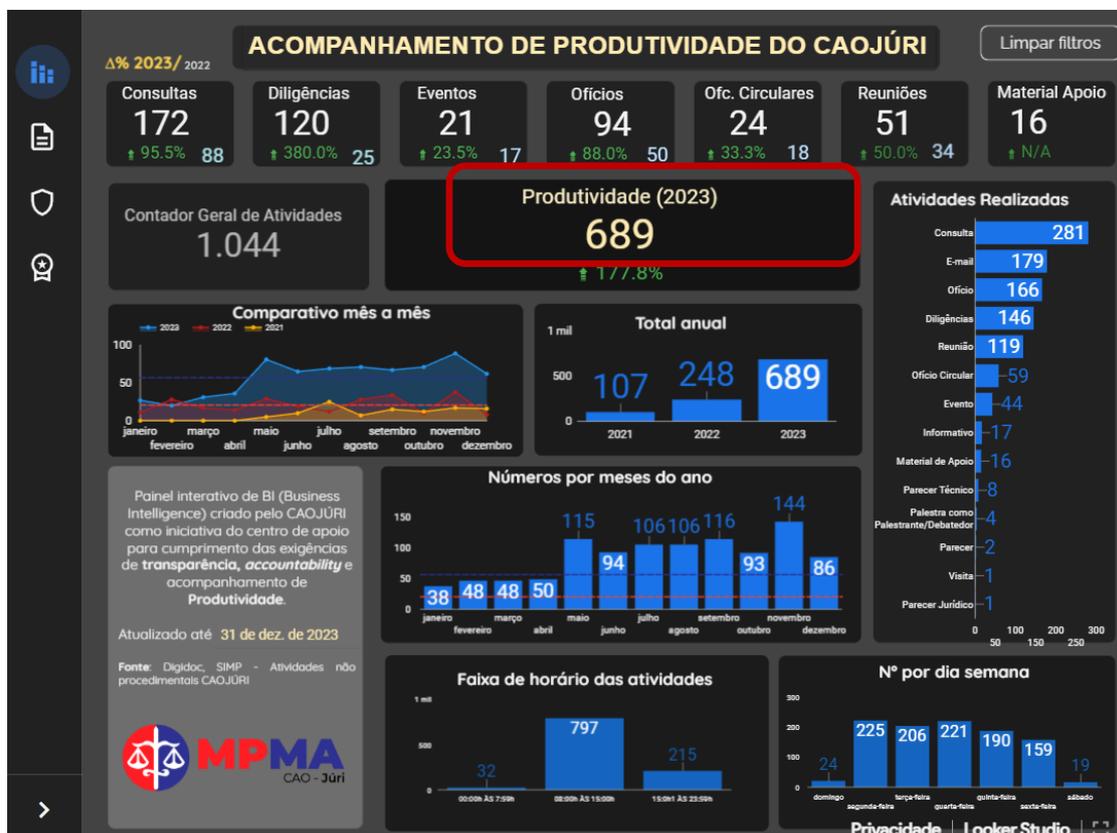
| EVENTO | DATA |
|--|------------------|
| Estratégias de atuação do MP no enfrentamento à violência de gênero (CAOMULHER) | 06/03/2023 |
| Instalação do Núcleo de Apoio às Vítimas do MPMA | 19/05/2023 |
| Reunião com a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do CNMP ao MPMA para tratar sobre o sistema prisional do Estado e execução penal | 02/08/2023 |
| Visita da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do CNMP ao MPMA com visita a Unidade Prisional de Ressocialização Feminina de São Luís | 03/08/2023 |
| Encerramento da visita da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do CNMP ao MPMA ocorrido na sede da SEAP | 04/08/2023 |
| Programa Contexto do MPMA | 14/08/2023 |
| Investigação patrimonial no âmbito criminal:análise de casos práticos". (ESMP/CAOCRIM) | 17/08/2023 |
| Correições Ordinárias de Fomento à resolutividade da Corregedoria Nacional do Ministério Público | 23/11/2023 |
| 13º Congresso Estadual do MPMA | 06/12/2023 |
| TOTAL | 9 Eventos |

Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2023.

4. ATUAÇÃO DO CAOJÚRI EM 2023

O CAOJÚRI desenvolveu no ano de 2023, um total de **689 (seiscentos e oitenta e nove) atividades**, devidamente registradas no SIMP.

Figura 37 - Painel BI de produtividade do CAOJÚRI – 31/12/2023



Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2023.

O acompanhamento da produtividade deste Centro de Apoio, do quantitativo citado acima, também pode ser realizado por meio de um painel de BI (*Business Intelligence*) do CAOJÚRI, a partir do [link de acesso ao painel BI de produtividade](#)

Quadro 27 – Algumas Atividades do CAOJÚRI em 2023

| Atividade | Quantitativo 2023 | Variação % em relação a 2022 |
|--------------------|-------------------|------------------------------|
| Consultas | 172 | +96% |
| Diligências | 120 | +380% |
| Eventos | 21 | +24% |
| Ofícios | 94 | +88% |
| Ofícios Circulares | 24 | +33% |
| Reuniões | 51 | +50% |
| Modelos Elaborados | 13 | +18% |

Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2023.

COORDENADORIAS

Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF) realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2023, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de R\$ 760.022.969,07.

Do total aprovado, 71,74% foram destinados a despesas com Pessoal e Encargos; 24,40% a Outras Despesas Correntes e 3,86% com Investimentos. No exercício de 2023, foram executados 98,55% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo executado 99,96% do total de Pessoal e Encargos Sociais; 99,49% do total de Outras Despesas Correntes e 66,31% do total de Investimentos, de acordo com o detalhamento abaixo:

1. DETALHAMENTO DA DESPESA – 2023

Tabela 103 – Orçamento do MPMA aprovado para o exercício 2023

| Descrição | R\$ |
|---|-----------------------|
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 748.976.965,46 |
| PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual. | 658.427.250,01 |
| Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa | 639.802.992,67 |
| Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público | 15.622.893,04 |
| Ação: 4962 – Desenvolvimento Institucional do Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade. | 1.281.473,03 |
| Ação: 4963 – Coordenação de Ações Essenciais à Justiça - Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Garantir ao MPE, por meio do FEMPE, recursos suficientes para cobrir gastos administrativos de seu programa | 1.719.891,27 |
| PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação | 90.549.715,45 |
| Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 78.411.065,90 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | |
|---|----------------------|
| Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 11.400.304,81 |
| Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 738.344,74 |

Fonte: COF/PGJ, 2023.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 98,55%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

Tabela 104 – Orçamento do MPMA aprovado para o exercício 2023

| Descrição | Autorizado | Empenhado | %Execução |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 760.022.969,07 | 748.976.965,46 | 98,55% |
| 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça | 669.363.557,07 | 658.427.250,01 | 98,37% |
| 0411 – Apoio Administrativo | 90.659.412,00 | 90.549.715,45 | 99,88% |

Fonte: COF/PGJ, 2023.

3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE

Tabela 105 – Execução do Orçamento por Projeto/Atividade

| Descrição | Autorizado | Empenhado | % Execução |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|
| ÓRGÃO: 07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 760.022.969,07 | 748.976.965,46 | 98,55% |
| PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. | 669.363.557,07 | 658.427.250,01 | 98,37% |
| Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça | 640.809.586,56 | 639.802.992,67 | 99,84% |
| Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público | 25.527.970,51 | 15.622.893,04 | 61,20% |

| | | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------|
| Ação: 4962 – Desenvolvimento Institucional do Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade. | 1.300.000,00 | 1.281.473,03 | 98,57% |
| Ação: 4963 – Coordenação de Ações Essenciais à Justiça - Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Garantir ao MPE, por meio do FEMPE, recursos suficientes para cobrir gastos administrativos de seu programa | 1.726.000,00 | 1.719.891,27 | 99,65% |
| PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação | 90.659.412,00 | 90.549.715,45 | 99,88% |
| Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 78.411.067,00 | 78.411.065,90 | 100,00% |
| Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 11.510.000,00 | 11.400.304,81 | 99,05% |
| Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 738.345,00 | 738.344,74 | 100,00% |

Fonte: COF/PGJ, 2023.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

4. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

Tabela 106 – Execução do Orçamento por Grupo de Despesas

| Descrição | Autorizado(A) | Empenhado(B) | Liquidado (C) | %B/A | %C/A |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|---------------|
| ÓRGÃO: 07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 760.022.969,07 | 748.976.965,46 | 739.225.111,28 | 98,55% | 97,26% |

| | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|---------------|
| 1 - PESSOAL E ENCARGOS | 545.222.986,00 | 545.002.225,99 | 545.002.225,99 | 99,96% | 99,96% |
| 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 185.466.075,56 | 184.523.079,99 | 178.589.307,19 | 99,49% | 96,29% |
| 4 - INVESTIMENTOS | 29.333.907,51 | 19.451.659,48 | 15.633.578,10 | 66,31% | 53,30% |

Fonte: COF/PGJ, 2023.

5. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 107 - Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

| Descrição | Empenhado | Liquidado |
|--|-----------------------|-----------------------|
| ÓRGÃO: 07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 748.979.965,46 | 739.225.111,28 |
| 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR | 42.463.981,09 | 42.463.981,09 |
| 11 VENCIMENTO E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 344.030.421,17 | 344.030.421,17 |
| 13 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS | 79.149.410,64 | 79.149.410,64 |
| 13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 11.400.304,81 | 11.400.304,81 |
| 14 DIÁRIAS - CIVIL | 2.185.113,77 | 2.185.113,77 |
| 15 DIÁRIAS - MILITAR | 446.511,12 | 446.511,12 |
| 16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL | 2.260.125,32 | 2.260.125,32 |
| 30 MATERIAL DE CONSUMO | 2.459.913,09 | 1.610.316,64 |
| 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 1.270.223,61 | 1.270.223,61 |
| 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 9.974.804,20 | 9.967.647,40 |
| 37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 25.232.091,54 | 23.694.312,60 |
| 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 18.992.224,30 | 17.524.764,39 |
| 40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA | 15.994.207,88 | 15.862.133,51 |
| 46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | 56.022.459,60 | 56.022.459,60 |
| 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 2.570.256,20 | 2.360.084,77 |
| 49 AUXÍLIO-TRANSPORTE | 46.291,84 | 46.291,84 |
| 51 OBRAS E INSTALAÇÕES | 5.696.919,23 | 4.010.297,03 |
| 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 8.007.715,13 | 5.935.342,22 |
| 61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS | 5.675.490,00 | 5.675.490,00 |
| 91 SENTENÇAS JUDICIAIS | 15.430.036,80 | 15.430.036,80 |
| 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 14.172.903,90 | 12.381.282,73 |
| 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 170.879,21 | 170.879,21 |

| | | |
|--|----------------------|----------------------|
| 94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 85.096.817,26 | 85.096.817,26 |
| 96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO | 230.863,75 | 230.863,75 |

Fonte: COF/PGJ, 2023.

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2023.

Tabela 108 – Indicadores de Execução Orçamentária

| Descrição | % |
|---|--------------|
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 98,55 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 99,96 |
| Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada | 72,77 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 99,49 |
| Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada | 24,64 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 66,31 |
| Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada | 2,6 |

Fonte: COF/PGJ, 2023.

6. RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (PGJ/MA) E DO FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (FEMPE) EM 2023:

Nome: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Cargo: Procurador-Geral de Justiça
Cargo Efetivo: Procurador de Justiça
Período de Gestão: 15/06/2020 até 16/06/2022
Matrícula: 275008
Data da Publicação (Nomeação): Decreto publicado no DOE-MA de nº 100 de 01/06/2020, no cargo de Procurador Geral de Justiça
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Cargo: Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Cargo Efetivo: Procurador de Justiça
Período de Gestão: 05/07/2022 até a presente data
Matrícula: 595173
Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 214, de 05/07/2022, no cargo de Subprocurador de Justiça Assuntos Jurídicos
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Danilo José de Castro Ferreira

Nome: Júlio César Guimarães
Cargo em Comissão: Diretor Geral

Período de Gestão: 17/06/2020 até a presente data

Matrícula: 1075462

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 3332020 ATO-GAB/PGJ, de 17/06/2020, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Tatiana Alves de Paula

Cargo: Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)

Cargo Efetivo: Analista Ministerial

Período de Gestão: 04/07/2005 até a presente data

Matrícula: 470179

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 086 de 05/05/1995, no cargo de Coordenadora de Orçamento e Finanças

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Através de seu sítio na internet, o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

Coordenadoria da Folha de Pagamento (CFP)

1. ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS DA UNIDADE

Conforme ATOREG – 222020 (DEMP nº 104, de 09/06/2020), Art. 65, as atribuições regimentais da Coordenadoria de Folha de Pagamento são as seguintes:

- I – Processar folha de pagamento dos ativos, estagiários e exonerados;*
- II – Gerenciar no sistema de folha:*
 - a) Lançamentos de vantagens;*
 - b) Lançamentos de descontos;*
 - c) A impressão e distribuição dos contracheques de ativos e dos beneficiários de pensão alimentícia;*
 - d) Processamento de arquivos do PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;*
 - e) Convênios sob sua responsabilidade.*
- III – Programar:*
 - a) O sistema da folha de acordo com a legislação própria;*
 - b) A inclusão na folha das indenizações fixadas judicialmente*
- IV - Acompanhar o processamento e promover retificações para eventuais ajustes;*
- V - Promover apoio aos setores administrativos, com estatísticas, previsão orçamentária e relatórios de impacto;*
- VI – Efetuar críticas da folha;*
- VII - Gerar relatórios:*
 - a) Para processo de empenho da folha;*
 - b) De ordem bancária e mídias com arquivos eletrônicos para pagamento.*
- VIII – gerar e enviar GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social;*
- IX - Conferir o cálculo e despachar processos de diárias;*
- X– Gerar:*
 - a) DIRF – Declaração de Imposto Retido na Fonte, encaminhando-a à Receita Federal;*
 - b) Demonstrativos individuais de Imposto de Renda Retido na Fonte, para fins de declaração anual de imposto de renda pessoa física; c. RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais, encaminhando-a ao Ministério da Previdência Social;*
- XI – Fazer a análise e despacho de processos;*
- XII - Exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Coordenadoria.*

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

- Elaboração do Calendário de Pagamento do exercício;

- Geração de Informações para LOA – Lei Orçamentária Anual do exercício, referente às despesas com pessoal;
- Lançamentos em folha de pagamento, conforme atos, portarias e documentos enviados, via sistema de protocolo (Digidoc);
- Processamento de todas as Folhas de Pagamento da instituição;
- Geração de DIRF e RAIS do exercício anterior;
- Geração Mensal da GFIP e relatórios para o FEPA e FUNBEN e SAAP – TCE/MA;
- Elaboração da planilha FUNBEN, conforme regimento desse órgão;
- Programação do Sistema da Folha, conforme legislação;
- Envio de informações para os relatórios de gestão fiscal por quadrimestre;
- Realização de instrução processual, com cálculos e informações;
- Geração da Tabela de Rubricas para o e-Social;
- Geração dos eventos Servidores Regime Geral de Previdência, Servidores Regime Próprio de Previdência e Pagamento da Folha para o e-Social;
- Geração de Folha de Pagamento de Auxílio-Saúde de Inativos contemplando servidores aposentados e pensionistas de membros e servidores;
- Geração de Folha de Pagamento de estagiários;
- Geração de Folha de Pagamento de Policiais da Reserva;
- Geração de Folha de Pagamento de ATS retroativo a inativos.

3. AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

- Otimização dos lançamentos em folha, com padronizações de planilhas junto ao RH, para fazer lançamentos em massa de forma rápida, precisa e mais eficiente;
- Otimização dos lançamentos e controle das consignações em folha, com padronizações e utilizações de planilhas junto às instituições;
- Prestação de informações e consultoria para a empresa desenvolvedora do sistema GESP FOLHA, a BASIS, para conclusão e implantação definitiva dos sistemas;
- Melhorias na importação de dados da SEGEP para alimentação automática do portal da transparência, referente a aposentados e pensionistas;
- Melhorias e otimizações no portal da transparência, conforme recomendação do CNMP e em alinhamento com o Planejamento;
- Geração dos eventos e fechamento da folha no e-Social e disponibilização dos valores na DCTFWeb;
- Adoção de Teletrabalho, na modalidade mista, para a servidora Maria de Fátima Queiroz de Souza, com melhorias na produtividade.

4. INFORMAÇÕES NUMÉRICAS APURADAS NO PERÍODO

4.1. Número de servidores

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

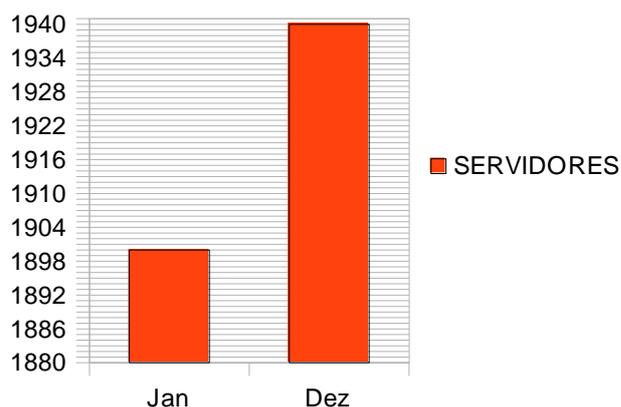
Tabela 109 – Demonstrativo do crescente aumento na demanda dos serviços da CFP

| ANO | MES | CATEGORIA | SERVIDORES | CRESCIMENTO MÊS |
|--------------------|-----|--------------|------------|--------------------|
| 2023 | 1 | Comissionado | 537 | - |
| 2023 | 1 | Efetivo | 603 | - |
| 2023 | 1 | Membro | 321 | - |
| 2023 | 1 | Requisitado | 439 | - |
| TOTAL | | | 1900 | - |
| 2023 | 12 | Comissionado | 536 | -0,19% |
| 2023 | 12 | Efetivo | 601 | -0,33% |
| 2023 | 12 | Membro | 316 | -1,56% |
| 2023 | 12 | Requisitado | 487 | 10,93% |
| TOTAL | | | 1940 | 2,11% |
| CRESCIMENTO ANUAL: | | | 40 | 2,11% |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

Gráfico 69 – Crescimento de Pessoal

Crescimento de Pessoal



Fonte: CFP/PGJ, 2023.

4.2. Contracheques *On line*:

Tabela 110 - Estatísticas de acesso no ano de 2023

| Acesso | Usuários | | Acessos | |
|------------------|----------|-------|---------|--------|
| | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 |
| AUTENTICAÇÃO DOC | 1 | 1 | 80 | 90 |
| consultaliq | 2.073 | 2.000 | 60.198 | 67.087 |

| | | | | |
|---|-------|-------|----------------|----------------|
| contracheque2via | 2.548 | 2.444 | 44.341 | 43.767 |
| contrachequeexplinado_html | 862 | 901 | 1.969 | 2.059 |
| demonstrativoirpf | 1.842 | 1.884 | 3.345 | 3.145 |
| demonstrativoirpfpen | 60 | 68 | 182 | 254 |
| fichafinanceira | 1.309 | 1.549 | 7.590 | 7.748 |
| mostrairpfapos | | 2 | | 2 |
| mostrairpftre | 161 | 140 | 215 | 187 |
| relmargem | 1 | 3 | 3 | 4 |
| transparenciafolhaativos | 11 | 17 | 31 | 50 |
| transparenciafolhaexercicioanterior | 2 | 7 | 5 | 15 |
| transparenciafolhainativos | 1 | 1 | 1 | 1 |
| transparenciafolhamembrosativos | 51 | 93 | 72 | 166 |
| transparenciafolhamembrosinativos | 8 | 10 | 11 | 14 |
| transparenciafolhaoutrosbeneficios | 1 | 4 | 1 | 4 |
| transparenciafolhapensionistas | 3 | 4 | 4 | 13 |
| transparenciafolharemuneracoestemporarias | 11 | 14 | 14 | 15 |
| transparenciafolhaservidoresativos | 144 | 168 | 385 | 472 |
| transparenciafolhaservidoresinativos | 5 | | 10 | |
| transparenciafolhatodos | 10 | | 18 | |
| Total | - | - | 118.475 | 125.093 |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

Número expressivo de mais de 100.000 acessos ao portal da folha online para acessar contracheques, fichas financeiras e demais documentos relativos à pagamento, tendo ampliado a oferta de serviços. Com isso, alcançamos os seguintes resultados:

- Acesso rápido e comodidade cada vez maior para o servidor, principalmente no interior do estado;
- Transparência nos lançamentos de folha;
- Segurança institucional;
- Acompanhamento em tempo real por parte do servidor da confecção de sua folha, minimizando erros;
- Transparência para o público em geral, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;
- Autenticação de documentos no portal, diminuindo demanda de assinaturas em contracheques ou fichas financeiras.

5. CONSIGNAÇÕES

Tabela 111 - Consignações Ativas (com base no último mês do ano)

| # | Favorecido | Lançamentos | Valor |
|---|------------------------|-------------|-------------------|
| 1 | ABEM - BRADESCO | 3 | 377,61 |
| 2 | AMPEM | 476 | 717.247,78 |
| 3 | ASFUPEMA | 421 | 20.816,98 |
| 4 | BRADESCO S/A | 63 | 94.667,63 |

| | | | |
|----------------------------|--------------------------------------|--------------|---------------------|
| 5 | CEF / EMPRESTIMO | 182 | 442.233,82 |
| 6 | CONVENIO CONSIG 121498 | 413 | 1.151.971,12 |
| 7 | COOMAMP SICREDI | 313 | 239.625,65 |
| 8 | FEPA (PROGRAMA MINHA CASA) | 1 | 259,06 |
| 9 | ITAÚ UNIBANCO S.A. | 1 | 967,00 |
| 10 | MONGERAL | 6 | 2.268,28 |
| 11 | RSPP PREVIDÊNCIA - INVESTPREV | 7 | 55,67 |
| 12 | SINDSEMP/MA | 420 | 37.924,03 |
| TOTAL VOLUME MENSAL | | 2.306 | 2.708.414,63 |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

Tabela 112 - Evolução das Consignações 2023

| MÊS | Lançamentos | Valor | Crescimento Lançamentos | Crescimento Valores |
|------------|--------------------|---------------------|--------------------------------|----------------------------|
| <i>Jan</i> | 2.312 | 2.478.295,79 | -% | -% |
| <i>Dez</i> | 2.306 | 2.708.414,63 | -0,26% | 8,50% |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

6. DOCUMENTOS PROCESSADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Tabela 113 - Número de Documentos processados em folha de pagamento

| Mês | Atos | Portarias | Total |
|--------------|-------------|------------------|--------------|
| Jan | 67 | 228 | 295 |
| Fev | 78 | 179 | 257 |
| Mar | 67 | 163 | 230 |
| Abr | 71 | 171 | 242 |
| Mai | 76 | 176 | 252 |
| Jun | 60 | 171 | 231 |
| Jul | 80 | 224 | 304 |
| Ago | 70 | 205 | 275 |
| Set | 76 | 189 | 265 |
| Out | 73 | 178 | 251 |
| Nov | 64 | 174 | 238 |
| Dez | 87 | 174 | 261 |
| TOTAL | 869 | 2.232 | 3.101 |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

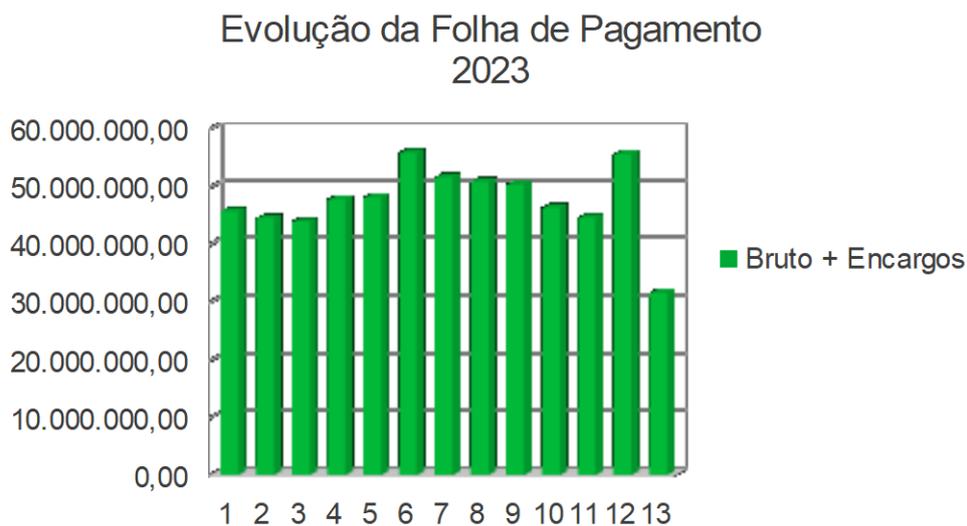
7. EVOLUÇÃO DA FOLHA

Tabela 114 - Valores do Ano

| Ano | Mês | Bruto + Encargos | Ano | Mês | Bruto + Encargos |
|--------------|-----|-----------------------|--------------|-----|-----------------------|
| 022 | 1 | 39.403.516,47 | 2023 | 1 | 45.571.496,72 |
| 2022 | 2 | 41.842.248,96 | 2023 | 2 | 44.420.874,46 |
| 2022 | 3 | 42.121.712,46 | 2023 | 3 | 43.791.466,28 |
| 2022 | 4 | 44.993.374,30 | 2023 | 4 | 47.678.398,06 |
| 2022 | 5 | 41.454.243,04 | 2023 | 5 | 48.024.763,45 |
| 2022 | 6 | 42.033.257,02 | 2023 | 6 | 55.733.741,35 |
| 2022 | 7 | 42.317.682,45 | 2023 | 7 | 51.477.437,03 |
| 2022 | 8 | 44.035.377,09 | 2023 | 8 | 50.724.049,16 |
| 2022 | 9 | 49.862.940,88 | 2023 | 9 | 50.216.820,59 |
| 2022 | 10 | 51.906.293,19 | 2023 | 10 | 46.200.860,89 |
| 2022 | 11 | 44.973.085,85 | 2023 | 11 | 44.465.932,16 |
| 2022 | 12 | 58.904.425,86 | 2023 | 12 | 55.469.485,74 |
| 2022 | 13 | 30.917.257,76 | 2023 | 13 | 31.512.579,69 |
| | | | | | |
| Total | | 574.765.415,33 | Total | | 615.287.905,58 |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

Gráfico 70 – Evolução da Folha de Pagamento em 2023



Fonte: CFP/PGJ, 2023.

8. FOLHAS EXTRAS**8.1. Bolsa-Estágio**

Tabela 115 – Variação dos valores da Bolsa-Estágio em 2023

| Ano | Mês | Estagiários | Valor | % Crescimento Estagiários | % Crescimento Valores |
|-------|-----|-------------|--------------|---------------------------------|-----------------------------|
| 2023 | 1 | 403 | 681.459,16 | - | - |
| 2023 | 2 | 448 | 735.790,64 | 10,04% | 7,38% |
| 2023 | 3 | 466 | 770.504,04 | 3,86% | 4,51% |
| 2023 | 4 | 449 | 782.747,72 | -3,79% | 1,56% |
| 2023 | 5 | 452 | 785.008,94 | 0,66% | 0,29% |
| 2023 | 6 | 448 | 744.553,32 | -0,89% | -5,43% |
| 2023 | 7 | 423 | 713.349,48 | -5,91% | -4,37% |
| 2023 | 8 | 399 | 693.066,23 | -6,02% | -2,93% |
| 2023 | 9 | 391 | 676.857,73 | -2,05% | -2,39% |
| 2023 | 10 | 381 | 662.140,91 | -2,62% | -2,22% |
| 2023 | 11 | 374 | 643.644,37 | -1,87% | -2,87% |
| 2023 | 12 | 368 | 618.787,08 | -1,63% | -4,02% |
| TOTAL | | | 8.507.909,62 | -1,87% | -2,39% |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

8.2. Policiais Reserva

Tabela 116 – Valores da Folha de Pagamento dos Policiais Reserva

| Ano | Mês | Policiais | Valor | % Crescimento Policiais | % Crescimento Valores |
|-------|-----|-----------|--------------|-------------------------------|-----------------------------|
| 2023 | 1 | 89 | 369.762,57 | - | - |
| 2023 | 2 | 88 | 365.395,92 | -1,14% | -1,20% |
| 2023 | 3 | 89 | 366.894,95 | 1,12% | 0,41% |
| 2023 | 4 | 88 | 365.643,14 | -1,14% | -0,34% |
| 2023 | 5 | 89 | 374.214,22 | 1,12% | 2,29% |
| 2023 | 6 | 90 | 375.289,97 | 1,11% | 0,29% |
| 2023 | 7 | 89 | 369.986,26 | -1,12% | -1,43% |
| 2023 | 8 | 89 | 369.986,26 | 0,00% | 0,00% |
| 2023 | 9 | 89 | 369.986,26 | 0,00% | 0,00% |
| 2023 | 10 | 91 | 377.136,80 | 2,20% | 1,90% |
| 2023 | 11 | 92 | 382.113,51 | 1,09% | 1,30% |
| 2023 | 12 | 92 | 382.843,85 | 0,00% | 0,19% |
| TOTAL | | | 4.469.253,71 | 0,00% | 0,19% |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

8.3. Saúde Inativos

Tabela 117 – Valores da Folha de Pagamento do Auxílio-Saúde dos Inativos

| Ano | Mês | Membros | Valor | % Crescimento Nº Inativos | % Crescimento Valores |
|--------------|-----|---------|---------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| 2023 | 1 | 133 | 301.007,73 | -% | -% |
| 2023 | 2 | 132 | 297.461,50 | -0,76% | -1,19% |
| 2023 | 3 | 134 | 452.042,18 | 1,49% | 34,20% |
| 2023 | 4 | 134 | 480.797,51 | 0,00% | 5,98% |
| 2023 | 5 | 136 | 472.835,09 | 1,47% | -1,68% |
| 2023 | 6 | 137 | 551.152,25 | 0,73% | 14,21% |
| 2023 | 7 | 137 | 502.317,95 | 0,00% | -9,72% |
| 2023 | 8 | 135 | 500.317,95 | -1,48% | -0,40% |
| 2023 | 9 | 140 | 514.673,11 | 3,57% | 2,79% |
| 2023 | 10 | 139 | 498.570,55 | -0,72% | -3,23% |
| 2023 | 11 | 139 | 498.749,10 | 0,00% | 0,04% |
| 2023 | 12 | 140 | 501.115,76 | 0,71% | 0,47% |
| TOTAL | | | 5.571.040,68 | 0,00% | 0,04% |

Fonte: CFP/PGJ, 2023.

Comissão Permanente de Licitações (CPL)

Em cumprimento ao Art. 31, inciso X, do Ato Regulamentar nº 22/2020, que aprovou o novo Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, em 14 de maio de 2020 e publicado na data de 08 de junho de 2020, apresentamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Comissão de Contratação deste *Parquet* Estadual no ano de 2023. As licitações realizadas contemplaram as modalidades: Pregão, na forma Eletrônica e Tomada de Preços e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços.

Na tabela abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, num total de **120 (cento e vinte)** procedimentos licitatórios realizados no ano de 2023.

Tabela 118 – Licitações Realizadas no ano de 2023

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|------------------------------------|------------|
| Pregão Eletrônico | 45 |
| Tomada de Preços | 1 |
| Concorrência | 2 |
| Concurso | 1 |
| Dispensa de Licitação | 12 |
| Inexigibilidade de Licitação | 52 |
| Adesão a Ata de Registro de Preços | 4 |
| Total | 117 |

Fonte: CPL/PGJ, 2023.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2023, foram concluídas **45 (quarenta e cinco)** licitações, nas modalidades **Pregão** na forma **Eletrônica, 01 (uma) Tomadas de Preços e 02 (duas) Concorrências**.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de **64 (sessenta e quatro)**¹² Contratos Administrativos e **79 (setenta e nove)** Atas de Registros de Preços. Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2023 encontram-se relacionados na tabela a seguir:

¹² Total de Contratos derivados de todos os procedimentos Licitatórios (Pregão Eletrônico, Tomada de Preços, Concorrência) e das Dispensas de Licitação e Inexigibilidade de Licitação.

Tabela 119 - Valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2023

| Modalidade | Qtde. | Valor Estimado (R\$) - (A) | Valor Ofertado (R\$) - (B) | Economia (valor absoluto - R\$) - (C) | Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100] |
|--------------------------|-----------|-------------------------------|-------------------------------|--|--|
| Pregão Eletrônico | 45 | 73.070.693,03 | 56.262.299,11 | 16.808.393,92 | 23,00% |
| Tomada de Preços | 1 | 1.743.347,29 | 1.307.597,70 | 435.749,59 | 24,99% |
| Concorrência | 2 | 3.734.398,90 | 2.660.000,00 | 1.074.398,90 | 28,77% |
| TOTAL | 48 | 78.548.439,22 | 60.229.896,81 | 18.318.542,41 | 23,32% |

Fonte: CPL/PGJ, 2023.

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 18.318.542,41 (dezoito milhões, trezentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos)**, o que equivale **23,32% (vinte e três inteiros e trinta e dois centésimos por cento)** do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2023. A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa, inexigibilidade ou adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A CPL no ano de 2023 realizou **12 (doze)** enquadramentos de contratações por **dispensa de licitação (Artigo 24 da Lei 8.666/93 e Artigo 75 da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21)** que totalizaram a importância de **R\$ 5.997.194,86 (cinco milhões, novecentos e noventa e sete mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, e **52 (cinquenta e duas)** por **inexigibilidade de licitação, Artigo 74 da nova Lei de licitações e Contrato nº 14.133/21)**, num total de **R\$ 8.213.223,60 (oito milhões, duzentos e treze mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta centavos)**, para compras e serviços, tais como material de consumo, licenças de software, locação de imóveis, programas de engenharia de segurança do trabalho e medicina do trabalho, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores. Foram autorizadas ainda, **4 (quatro)** contratações através de Adesão de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de **R\$ 5.756.247,40 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos)**.

Tabela 120 - Quadro resumo anual

| Modalidade | Qtde. | Valor Contratado |
|-------------------|-----------|----------------------|
| Pregão Eletrônico | 45 | 56.262.299,11 |
| Tomada de Preços | 1 | 1.307.597,70 |
| Concorrência | 2 | 2.660.000,00 |
| Concurso | 1 | 10.000,00 |
| Dispensa | 12 | 5.997.194,86 |
| Inexigibilidade | 52 | 8.213.223,60 |

| | | |
|--------------|------------|----------------------|
| Adesão a ARP | 4 | 5.756.247,40 |
| TOTAL | 117 | 80.206.562,67 |

Fonte: CPL/PGJ, 2023.

Os valores acima licitados deram origem à formalização de **473 (quatrocentos e setenta e três)** instrumentos para aquisições de bens e contratações de serviços, sendo devidamente publicados nos termos da Lei de Licitação e divulgados no Portal da Transparência do Ministério Público Estadual, em atendimento à Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, e ainda o Manual do Portal da Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público – 5ª edição, a ainda comunicado ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio do Sistema de Informações para Controle – Módulo de Contratações Públicas – SINC-Contrata, em observância da Instrução Normativa nº 73 de 09 de março de 2022 e Portaria nº 526, de 09 de junho de 2022.

Tabela 121 – Demonstrativos dos instrumentos firmados no ano de 2023

| Nº | Instrumento | Quant. |
|-----------|--|------------------------|
| 1 | Contratos | 64¹³ |
| 2 | Atas de Registro de Preços | 79 |
| 3 | Termos Aditivos | 75 |
| 4 | Termos de Rescisão Contratual | 1 |
| 5 | Termos de Apostilamento | 21 |
| 6 | Convênio de Estagiários | 7 |
| 7 | Convênio Bancário | 1 |
| 8 | Termo de Doação de Bens | 16 |
| 9 | Termo de Reconhecimento de Dívida | 3 |
| 10 | Contratação por Nota de Empenho | 199 |
| | Total de Instrumentos | 473 |

Fonte: CPL/PGJ, 2023.

¹³ Número de todos os Instrumentos de Contratos formalizados no exercício de 2023.

Coordenadoria de Administração (CAD)

1. APRESENTAÇÃO e ESTRUTURA

À **Coordenadoria de Administração - CAD** competem as atividades de *planejamento, aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle* de materiais de consumo e permanente (móveis e imóveis), além do registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis. Essas atribuições são desenvolvidas por meio de três seções: **Seção de Patrimônio**, encarregada do controle dos bens de natureza permanente (móveis e imóveis), **Seção de Material**, incumbida de gerir os materiais de consumo, e **Seção de Compras**, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição dos materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

2. DAS ATIVIDADES DESTAQUES DO ANO 2023

Além das atividades regimentais, destacamos a participação e contribuição da CAD na criação do PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGRS, que é um documento técnico, com valor jurídico, que demonstra a capacidade de uma instituição de gerir seus resíduos de forma ambientalmente adequada. Em 2023, já cumprindo metas do novo PGRS, a CAD realizou a aquisição de Lixeiras Seletivas para destinação de matéria orgânica bem como adquiriu balança digital para a devida medição dos resíduos. Uma inovação já decorrente do PGRS foi a inclusão do item copos vermelhos na licitação.

3. GESTÃO PATRIMONIAL

Acerca da gestão patrimonial, a CAD tratou mais 220 (Duzentos e vinte) processos administrativos que geraram mais de 400 (quatrocentos) itens cadastro no sistema GESP-Patrimônio, além do atendimento de 1.909 (mil novecentos e nove) bens móveis desde a aquisição, recebimento, tombamento, carga patrimonial, transporte até a efetiva entrega dos bens.

A **Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais** juntamente com as Promotorias de Justiça do interior do Estado aplicaram os procedimentos de alienação para os bens que atingiram sua vida útil. Ao todo foram deflagrados 27 (vinte e sete) processos administrativos resultando na baixa de 825 (oitocentos e vinte e cinco) itens, beneficiando 15 (quinze) Instituições dentre públicas e filantrópicas com os itens doados.

3.1. Administração de Imóveis

3.1.1 Imóveis Próprios:

Atualmente a PGJ possui 65 (sessenta e cinco) Imóveis próprios/ sedes, sendo:

- 44 (quarenta e quatro) imóveis averbados;
- 21 (vinte e três) imóveis pendentes de averbação

- 16 (dezesesseis) terrenos doados de forma condicional ou definitiva para construções de novas sedes.

Em 2023 foram averbados 06 (seis) imóveis, sendo: Arari, Carolina, Coroatá, Loreto, São Bento e Santo Antonio dos Lopes.

3.1.2 Imóveis Afetados e Cedidos:

Quadro 28 – Imóveis Afetados

| IMÓVEIS AFETADOS | | |
|-------------------------|-------------------------------|--|
| ITEM | PROMOTORIA | ENDEREÇO |
| 1 | ANAJATUBA | Rua Nina Rodrigues, nº 491, Centro |
| 2 | BACABAL | Rua Barão do Rio Branco, nº 215, Centro |
| 3 | BALSAS | Rua Dr. José Coelho Noletto, nº 155, Bairro: Potosi |
| 4 | LORETO | Avenida Coronel Manoel Santana, s/n, Centro |
| 5 | PEDREIRAS | Rua das Laranjeiras s/n, Bairro Bandeirantes |
| 6 | PORTO FRANCO | Rua Joaquim Pereira s/n, Centro |
| 7 | SÃO JOÃO BATISTA | Rua Cristóvão Cavalcante s/n, Centro |
| 8 | SEDE PGJ NOVA (CALHAU) | Avenida Prof. Carlos Cunha s/n, Sítio Santa Eulália, Calhau |
| 9 | URBANO SANTOS | Rua da Graça nº 10, Centro |

Fonte: CAD/PGJ, 2023.

Quadro 29 – Imóveis Cedidos

| IMÓVEIS CEDIDOS | | |
|------------------------|--|---|
| ITEM | PROMOTORIA | ENDEREÇO |
| 1 | BARRA DO CORDA | Lote Urbano, Quadra M, Lote 14, Bairro: INCRA |
| 2 | CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MP | Rua Oswaldo Cruz nº 1396, Centro |
| 3 | CODÓ (Nova Sede) | Avenida João Ribeiro, s/n, Centro |
| 4 | OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS | Rua Albino Lopes nº 7, Conjunto dos Bancários (Travessa Bandeirantes nº 7, Centro) |
| 5 | Promotoria de Justiça 23ª PROMOTORIA DA MULHER (CASA DA MULHER BRASILEIRA) | Av. Prof. Carlos Cunha, 572 – Jaracaty, São Luís-MA |
| 6 | Promotorias de Justiça 33ª, 34ª E 37ª PROMOTORIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE (Centro Integrado) | Rua das Cajazeiras, nº 190, Centro |

| | | |
|----|---|---|
| 7 | Promotorias de Justiça 35ª e 36ª PROMOTORIAS (PJECCA) | Rua Coelho Neto nº 01, Praça Maria Aragão, Beira-Mar |
| 8 | SANTO AMARO | Praça Nossa Senhora da Conceição, s/n, Centro, Santo Amaro do Maranhão/MA |
| 9 | SÃO JOSÉ DE RIBAMAR | Rua José Maria Santiago e Rua 28 de julho, Centro, São José de Ribamar-MA |
| 10 | São Luís – Rua da Estrela | Rua da estrela, nº 427, Centro, São Luís-MA |

Fonte: CAD/PGJ, 2023.

4. SEÇÃO DE MATERIAL

4.1. Gestão de Material de Consumo

Em 2023 foram empregados para a aquisição de material de consumo recursos no montante de **R\$ 1.407.740,10** (Um milhão quatrocentos e sete mil setecentos e quarenta reais e dez centavos) com vistas à manutenção dos estoques e ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, divididos conforme gráfico em anexo (anexo 2).

No sistema GESP – Materiais foram registradas um total de **3.096 (Três mil e noventa e seis)** requisições de materiais e que delas foram fornecidas **199.537 (Cento e noventa e nove mil, quinhentos e trinta e sete)** unidades dos itens requisitados. No quadro a seguir verificamos a evolução dos números e, em seguida, o gráfico das quantidades de itens fornecidos.

Quadro 30 – Atendimentos de materiais de consumo

| Ano | Quant. de Pedidos | Quant. de Itens Fornecidos (por Unidade de Fornecimento) |
|------|-------------------|--|
| 2017 | 2.417 | 357.974 |
| 2018 | 3.370 | 269.620 |
| 2019 | 3.633 | 283.993 |
| 2020 | 2.707 | 141.908 |
| 2021 | 2.753 | 107.258 |
| 2022 | 3.004 | 178.193 |
| 2023 | 3.096 | 199.537 |

Fonte: CAD/PGJ, 2023.

Gráfico 71 - Atendimentos de materiais de consumo



Fonte: CAD/PGJ, 2023.

A Seção de Material de Consumo também tem aperfeiçoado os processos de controle e abastecimento, por meio de constantes melhorias no sistema GESP-Materiais e adequando os estoques à tendência das mudanças observadas nos diversos cenários apresentados.

5. SEÇÃO DE COMPRAS

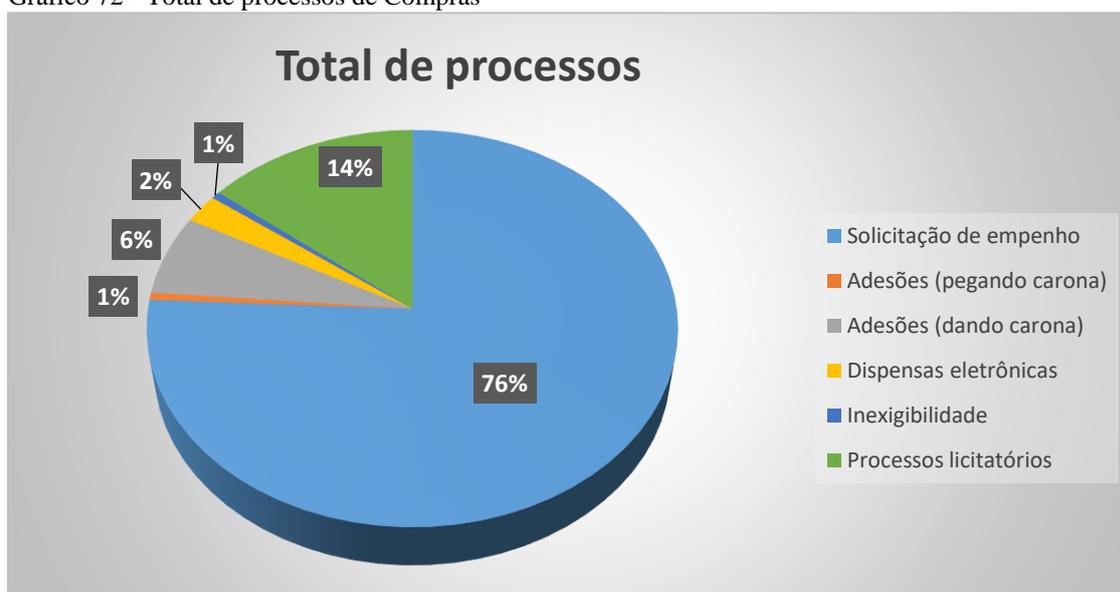
As compras públicas constituem uma das áreas mais sensíveis e importantes que afetam a administração pública. Dado o poder aquisitivo do Estado, além de seu valor estratégico, o processo de compras públicas mobiliza e influencia todo ciclo organizacional e socioeconômico. Atualmente, a gestão das compras públicas é um tema cada vez mais importante na administração pública devido ao reconhecimento de sua complexidade e caráter estratégico. Portanto, é fundamental que os gestores públicos compreendam e discutam as compras públicas que vão além dos simples procedimentos administrativos e operacionais

Tabela 122 – Total de processos de Compras

| Processos | Quantitativo |
|--------------------------|--------------|
| Processos licitatórios | 24 |
| Adesões (pegando carona) | 1 |
| Adesões (dando carona) | 11 |
| Dispensas eletrônicas | 4 |
| Inexigibilidade | 1 |
| Solicitação de empenho | 128 |
| TOTAL | 169 |

Fonte: CAD/PGJ, 2023.

Gráfico 72 - Total de processos de Compras



Fonte: CAD/PGJ, 2023.

Nesse contexto, durante o ano de 2023, a Seção de Compras deflagrou **169 (cento e sessenta e nove)** processos de compras, divididos em **24 (vinte e quatro)** processos

licitatórios referentes a aquisições de bens de consumo e permanentes, **01 (um)** processos de adesão (pegando carona), **11 (onze)** processos de adesão (dando carona), **04 (quatro)** dispensas eletrônicas, com base na nova lei de licitações nº 14.133 de 1º de abril de 2021, **01 (um)** processo de inexigibilidade para aquisição de ferramenta de cotação eletrônica denominada Banco de Preços e **128 (cento e vinte oito)** processos de solicitação de empenho de consumo e de permanente.

Vale destacar que a CAD já vem aplicando desde sua publicação a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – para a aquisição mediante processo de contratação direta, via dispensa eletrônica de licitação de material de consumo e material permanente.

Além disso, cabe mencionar o uso dos atos regulamentares ATOREG 47/2021 que disciplina a utilização da dispensa eletrônica para aquisição de bens e contratações de serviços no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão e ATOREG 44/2021 que dispõe sobre a obrigatoriedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como peça precedente ao anteprojeto, ao Termo de Referência e ao Projeto Básico para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, nos termos disciplinados pela Lei federal nº 14.133/2021 no âmbito da PGJ.

Por fim, destacamos também, o contínuo aperfeiçoamento dos controles de compras junto à Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação-CMTI e Almoxarifado onde estamos em busca de avanços e melhorias para o sistema no SETOR DE COMPRAS, que proporcionará uma ferramenta completa, onde poderemos acompanhar todo o trâmite processual referente à compra.

Dentre essas sugestões acima mencionadas, pontuamos os seguintes itens de inclusão e melhorias no Sistema GESP – Seção de Compras:

- Abertura do processo (fase interna)
- Atualização de informações referentes ao pregão.
- Análise documental e de propostas.
- Convocação de amostras (se necessário)
- Inclusão de atas, documentações e informações necessárias para empenhos e fiscalização.
- Pedidos de empenhos.
- Autorização de fornecimento vinculado ao número de empenho.
- Registro de data de recebimento dos empenhos e autorizações de fornecimento.
- Registro de data de entrega dos materiais.
- Informação de lançamento de notas fiscais.
- Informações de pagamentos.
- Notificações.
- Apurações de responsabilidade.
- Históricos de idoneidades.

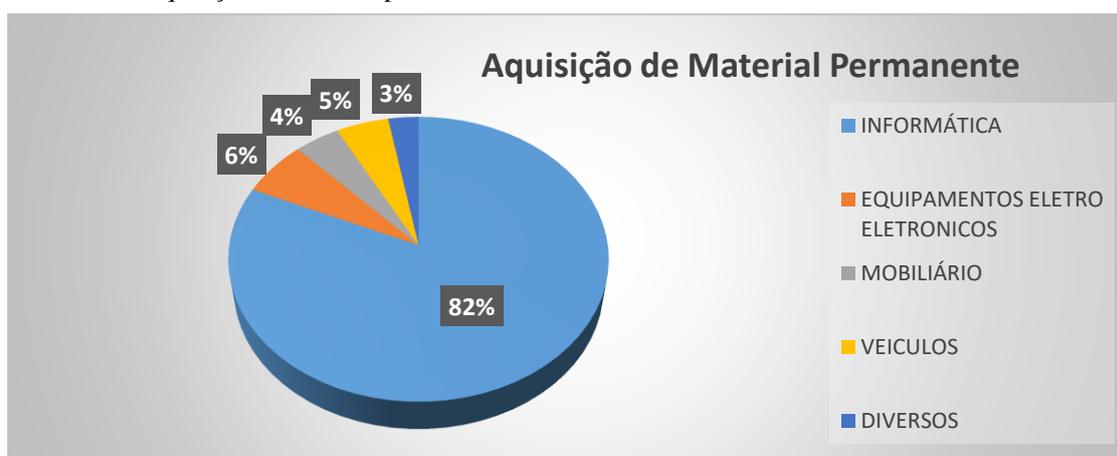
5.1. Aquisição de Material Permanente

Quadro 31 – Aquisição de Material Permanente

| Trimestre | Informática | Equipamentos Eletro Eletrônicos | Mobiliário | Veículos | Diversos |
|----------------------------------|-------------------|---------------------------------|----------------|----------------|--------------------------|
| 1° | R\$ 1.511.659,90 | R\$ 9.374,00 | R\$ 261.161,15 | 0 | R\$ 22.278,60 |
| 2° | R\$ 4.908.500,00 | R\$ 1.200.409,55 | R\$ 44.710,00 | R\$ 975.000,00 | R\$ 184.356,10 |
| 3° | R\$ 3.083.658,00 | R\$ 18.158,00 | R\$ 163.931,30 | 0 | R\$ 140.163,81 |
| 4° | R\$ 6.673.654,28 | R\$ 18.813,04 | R\$ 370.520,49 | 0 | R\$ 213.084,30 |
| TOTAL | R\$ 16.177.472,18 | R\$ 1.246.754,59 | R\$ 840.322,94 | R\$ 975.000,00 | R\$ 559.882,81 |
| TOTAL MATERIAL PERMANENTE | | | | | R\$ 19.799.432,52 |

Fonte: CAD/PGJ, 2023.

Gráfico 73 - Aquisição de material permanente



Fonte: CAD/PGJ, 2023.

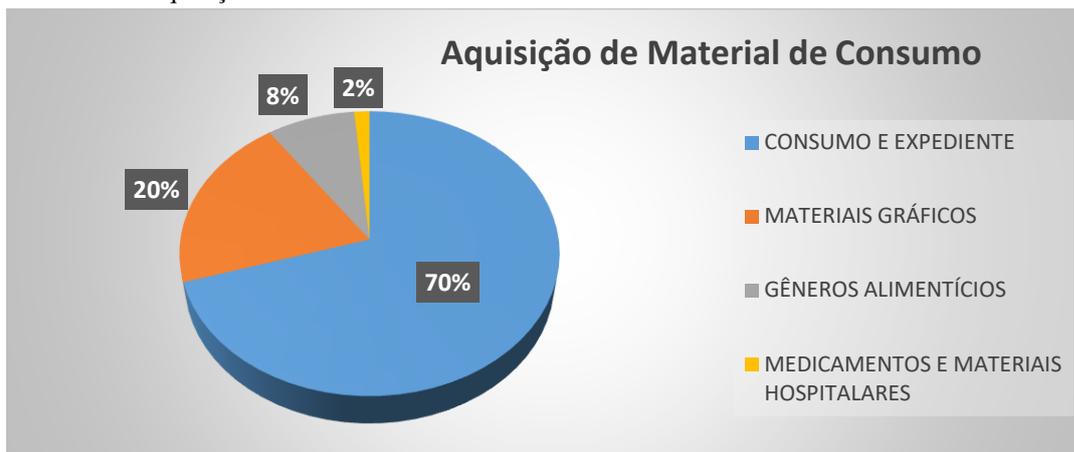
5.2. Aquisição de Material de Consumo

Quadro 32 – Aquisição de Material de Consumo

| Trimestre | Consumo e Expediente | Materiais Gráficos | Gêneros Alimentícios | Medicamentos e Materiais Hospitalares |
|----------------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|---------------------------------------|
| 1° | R\$ 203.072,57 | R\$ 25.000,00 | R\$ 66.200,00 | R\$ 0,00 |
| 2° | R\$ 99.521,26 | R\$ 4.450,00 | R\$ 46.250,00 | R\$ 0,00 |
| 3° | R\$ 165.687,05 | R\$ 21.410,51 | R\$ 0,00 | R\$ 5.552,55 |
| 4° | R\$ 520.475,02 | R\$ 231.642,07 | R\$ 4.050,00 | R\$ 14.429,07 |
| TOTAL | R\$ 988.755,90 | R\$ 282.502,58 | R\$ 116.500,00 | R\$ 19.981,62 |
| TOTAL MATERIAL DE CONSUMO | | | | R\$ 1.407.740,10 |

Fonte: CAD/PGJ, 2023.

Gráfico 74 - Aquisição de material de consumo



Fonte: CAD/PGJ, 2023.

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)



Recém-inaugurado Prédio sede das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar.

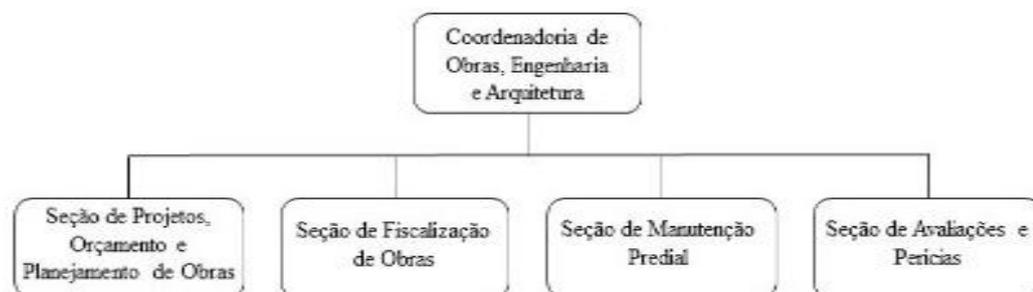
1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) tem suas atribuições elencadas no artigo 68 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, quais sejam:

- I. Coordenar as atividades referentes à elaboração de projetos de engenharia (arquitetônicos e complementares);
- II. Coordenar as atividades de administração e manutenção prediais e de execução de obras;
- III. Coordenar as atividades referentes a anteprojeto, projeto básico, executivo e termo de referência para construção, reforma, ampliação ou adaptação de bem imóvel;
- IV. Coordenar as inspeções periódicas nos prédios ocupados pelo Ministério Público e promover as medidas necessárias à sua instalação, manutenção e reparo;
- V. Coordenar as atividades de avaliação de imóvel e perícia de engenharia;
- VI. Gerir os contratos referentes à execução de obras e/ou serviços de engenharia;
- VII. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados na sua área.

Para tanto a COEA se subdivide em 04 setores: a Seção de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras, a Seção de Fiscalização de Obras, a Seção de Manutenção Predial e a Seção de Avaliação e Perícia de Engenharia.

Figura 38 – Organograma COEA



Fonte: COEA/PGJ, 2023.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

Considerando as atividades desempenhadas em cada setor apresentaremos um resumo das ações realizadas por cada setor ao longo do ano de 2023.

2.1. Seção de Projetos, Orçamentos e Planejamento de Obras



Representação 3D do projeto da futura sede das Promotorias de Justiça de Pedreiras



Representação 3D do projeto da futura sede das Promotorias de Justiça de Pinheiro.

- Projeto para Construção da Sede das Promotorias de Pedreiras;
- Projeto para Construção da Sede das Promotorias de Pinheiro;
- Projeto de Reforma do casarão da Rua da Estrela;
- Adequação de layouts de vários ambientes na PGJ;
- Projetos de adequação de acessibilidade para os prédios da grande São Luís;
- Projeto básico para a contratação de serviços técnicos de Topografia e Sondagem;
- Projeto da Promotoria Distrital da Zona Rural;
- Projeto da Promotoria Distrital do Cohatrac;
- Projeto de reforma da Sede das Promotorias de Arari;

- Projeto e acompanhamento da Van MP itinerante;
- Projeto de reforma da área pertencente ao MP na casa da mulher brasileira;
- Projeto de adaptação do CAEI;
- Projeto da cobertura do estacionamento do CCA;
- Projeto do stand da Expoind2023;
- Levantamento e elaboração de layouts do prédio dos Correios.

2.2. Seção de Fiscalização de Obras



Conclusão da Reforma Solar do Ribeirão, imóvel colonial histórico com tombamento federal

- Conclusão da construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, com área construída total de 1.144,38 m² distribuída em 4 pavimentos;
- Conclusão da Reforma do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas localizado na Divinéia com área construída total de 210,64m²;
- Conclusão da Reforma Solar do Ribeirão, imóvel colonial histórico com tombamento federal, com área total de 573,80m²;
- Conclusão do Refeitório das Promotorias de Justiça da Capital, com área construída total de 69,14m²;
- Início da obra de construção da sede da Promotoria de Itinga do Maranhão em abril de 2023, finalizando o ano de 2023 com 80,10% da obra concluída, com pagamentos já realizados de R\$ 1.047.388,07;
- Início da obra de construção da sede da Promotoria de Pastos Bons em junho de 2023, finalizando o ano de 2023 com 72,58% da obra concluída, com pagamentos já realizados de R\$ 999.612,44;
- Início da obra de construção da sede da Promotoria de Bacuri em maio de 2023, finalizando o ano de 2023 com 30,62% da obra concluída, com pagamentos já realizados de R\$ 395.053,25;

- Continuidade da obra de construção da sede da Promotoria de Cururupu iniciada em dezembro de 2022, finalizando o ano de 2023 com 89,64% concluída, com pagamentos já realizados de R\$ 1.175.185,46.

2.3. Seção de Manutenção Predial

- No interior foram executadas Obras de Manutenção Predial em sedes de **59 unidades do Ministério Público**, intervenções estas tanto preventivas quanto corretivas. Ao longo de 2023 contamos com 2 empresas atendendo as Manutenções Prediais no interior do Estado a POLC Empreendimentos Serviços e Comércio que realizou serviços que totalizaram R\$586.679,85 e a empresa Torquato Fernandes Engenharia que realizou serviços na ordem de R\$842.882,48. Foram investidos assim em obras de melhorias e manutenções em imóveis no interior o montante total de **R\$ 1.429.532,33 (um milhão quatrocentos e vinte e nove mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos)**;
- Nos imóveis do Ministério Público localizados na Região Metropolitana realizamos intervenções em 11 prédios, serviços realizados pela empresa POLC Empreendimentos Serviços e Comércio que totalizaram o investimento de **R\$ 761.283,14 (setecentos e sessenta e um mil duzentos e oitenta e três reais e catorze centavos)**.

2.4. Seção de Avaliação e Perícia

- Foram realizadas ao todo **12 Avaliações de imóveis** ao longo do ano de 2023, sendo 03 avaliações de valor venal e 09 avaliações de valor locativo, na capital e interior;
- Na atividade pericial foram realizados **na região Metropolitana 85 atuações**, sendo 23 acompanhamentos técnicos a Promotores de Justiça em audiências, inspeções ou reuniões com diferentes órgãos e 62 Laudos e Pareceres Técnicos elaborados para dezenas de unidades ministeriais tais como: Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Infância e Juventude, Idoso, Defesa dos Direitos Fundamentais, Pessoa com Deficiência, dentre outras, além da atuação junto à Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar e São José de Ribamar;
- **No interior foram realizadas 32 atuações** espalhadas em todo o Estado do Maranhão, havendo principalmente Pareceres Técnicos realizados junto a Promotorias de Justiça de Imperatriz, além de outras Promotorias de Justiça na região Tocantina, Região Sul, Região dos Cocais, até a Baixada Maranhense.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Com relação ao Planejamento Estratégico vigente, encontra-se em andamento a ação pertinente à COEA, que trata do índice de instalações adequadas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visto que todos os novos projetos já saem de acordo

com as normas de acessibilidade exigidas e as edificações existentes estão com projetos de acessibilidade sendo executados para adaptá-las.

A COEA está em andamento com o atendimento do Plano Anual de Obras gerido em conjunto com a Diretoria Geral, segundo as prioridades e determinações da Administração Superior. Em atuação conjunta com a Comissão de Gestão Ambiental no Plano de Logística Ambiental, promovemos práticas sustentáveis na execução de serviços de engenharia no âmbito do MPMA. Destacam-se as seguintes ações:

- Substituição de Luminárias Fluorescentes internas e Lâmpadas de Descargas externas por Luminárias LED, instalação de Sensores de Presença para comando de iluminação de corredores e áreas comuns visando diminuir o consumo energético;
- Substituição de torneiras convencionais por torneiras de controle por pressão ou alavanca;
- Instalação de Viveiro de Mudas no estacionamento da PGJ.

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

O Relatório de Atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas está estruturado com a apresentação de estratégias, denominadas como projetos, que abordaram as ações constantes no Planejamento Estratégico deste MPMA (2021 a 2029). Em seguida, apresentam-se as conquistas na área de Gestão de Pessoas, as descrições quantitativas e qualitativas das atividades desenvolvidas por esta CGP e finaliza-se com os desafios na área de gestão de pessoas.

1. AÇÕES REALIZADAS DURANTE O ANO DE 2023 - PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1.1. Programa de Gestão de Desempenho Funcional voltada para Resultados

Na rotina administrativa da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, a avaliação de desempenho é realizada pelo gestor de forma manual, o que dificulta a aferição de resultados e o planejamento de práticas que auxiliem no aperfeiçoamento da capacidade técnica dos servidores e, conseqüentemente, na qualidade do serviço prestado. Atualmente, a avaliação de desempenho não está sendo concebida como instrumento de diagnóstico capaz de subsidiar ações de gestão de desempenho que estimulem a melhoria da qualidade do serviço prestado pelas unidades.

Nesse norte, em atenção as Recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a implementação da Política Nacional de Gestão de Pessoas, que foi instituída neste órgão por meio do Ato nº 06/2018 e o Programa de Gestão de Pessoas por Competência pelo Ato nº 16/2018, foram propostos os projetos a seguir, que constituem o referido programa, com o fim de viabilizar a implementação de um novo modelo de gestão de pessoas nesta Instituição.

2. PROJETOS:

2.1. Estruturação da Seção de Gestão do Desempenho Funcional:

O Programa de Gestão de Pessoas por Competência possui como uma de suas finalidades, estimular o processo de desenvolvimento profissional e mensurar o desempenho individual, por meio da análise das manifestações das competências necessárias para o alcance de resultados esperados, com foco na melhoria do desempenho funcional e dos serviços prestados. Nesse âmbito, uma das propostas consiste na reestruturação da Seção de Desenvolvimento de Pessoal, com alteração da nomenclatura para Seção de Gestão do Desempenho Funcional, por isso é imprescindível a adoção de medidas para reestruturar a seção com recursos materiais e servidores suficientes para o gerenciamento do desempenho funcional e a elaboração de propostas que visem o aperfeiçoamento de competências técnicas e comportamentais com foco na melhoria da qualidade do serviço prestado.

2.2. Sistema Informatizado de Gerenciamento do Desempenho Funcional

Atualmente, o Ministério Público do Estado do Maranhão utiliza o modelo de avaliação, com base na Lei 8.077/2004, observados os critérios e normas da Resolução nº 03/2005-PGJ, por isso se torna indispensável a alteração da Lei 8.077/2004 e da Resolução nº 03/2004 com o fim de adequar à Política Nacional de Gestão de Pessoas implementada pelo Ato nº 06/2018, que possui como finalidade estabelecer princípios e diretrizes de forma a integrar a gestão de pessoas aos objetivos estratégicos desta Instituição, estimular a implementação de estratégias e ações, desenvolvendo mecanismos de governança, a fim de assegurar a melhoria da gestão de pessoas e o acompanhamento de seus resultados, observando o interesse público, a eficiência, eficácia, efetividade e qualidade dos serviços públicos prestados a sociedade.

2.3. Gestão da Carreira dos Servidores na Classe C, Padrão 15

O quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público é composto por 603 (seiscentos e três) servidores efetivos, dos quais 53% (cinquenta e três por cento) são servidores que estão na Classe C, Padrão 15, ou seja, 320 servidores estão no último padrão da carreira. Através da análise de dados, relativos a entrega da avaliação de desempenho e pesquisa realizada junto a esse público, foi constatado o desestímulo dos servidores que estão na Classe C, Padrão 15 em apresentarem demonstrativo do seu desempenho funcional, com a entrega da avaliação.

Em razão disso, o projeto visa a análise da possibilidade de implementação da Gratificação de Desempenho Funcional-GADE, cuja concessão e manutenção estará relacionada à produtividade apresentada anualmente pelos servidores que estão na Classe C, Padrão 15.

2.3.1. Ações e Providências adotadas:

- a) Alteração do art. 15 da Resolução nº 03/2005 (DJE 17/01/2005), mediante o ATOREG - 462022:
 - Número de membros da Comissão de Avaliação de Desempenho;
 - Lotação dos membros da Comissão;
 - Definição de nível superior em qualquer área para a escolaridade dos membros;
- b) Eleição dos membros da Comissão de Avaliação de Desempenho, Proc. nº 7152023;
- c) Designação (PORTARIA-GAB/PGJ – 49922023) e lotação (PORTARIA-GAB/PGJ – 50632023) provisória dos membros da Comissão de Avaliação de Desempenho na Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- d) Estruturação física de ambiente na Procuradoria Geral de Justiça, para o exercício das atribuições da Comissão de Avaliação de Desempenho, DECISÃO-GPGJ – 7302023, (Processo 50012023);

- e) Disponibilização do formulário de avaliação de desempenho no Digidoc, Proc. 7540/2023;
- f) Alteração da rotina de recebimento e registro das avaliações de desempenho, Proc. 7540/2023;
- g) Contratação de consultoria pela Fundação Getúlio Vargas, contrato nº 61/2023 (Proc. nº 17590/2023).

2.4. Aperfeiçoamento das atribuições dos cargos de servidores efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal

O Ministério Público do Estado do Maranhão possui em seu Quadro de Pessoal de Apoio Técnico Administrativo, 138 (cento e trinta e oito) cargos de Analista Ministerial, nas seguintes áreas/especialidades: administração, administrativa, assistência social, auditoria, comunicação, documentação, economia, engenharia, humanas, informática, perícia, processual e saúde; 470 (quatrocentos e setenta) cargos de Técnico Ministerial nas áreas: administrativa, execução de Mandados, edificações, informática e saúde; 19 (dezenove) cargos de Auxiliar Ministerial extintos a vagar.

As atribuições dos cargos foram descritas com observância às áreas de atividades e especializações profissionais, sendo regulamentadas através da Resolução nº 04/2005-PGJ, entretanto, fora feita de forma genérica, o que prejudica na prática o desempenho das reais atribuições dos cargos, bem como, compromete as análises dos processos de movimentação na carreira dos servidores. Dessa forma, há necessidade iminente de estudo, análise e consequente aperfeiçoamento das atuais atribuições dos cargos de Analista e Técnico Ministerial em suas respectivas áreas.

2.4.1. Ações e Providências adotadas:

- a) Realização de *benchmarking* junto a outras Instituições;
- b) Sugestão de formação de Comissão, com o fim de realizar pesquisa, estudo, análise e a definição das novas atribuições dos cargos, atualizando a Resolução nº 04/2005- PGJ (EXPMOTIVOS-CGP 22023);
- c) Designação de membros e servidores para integrarem a Comissão de pesquisa, estudo, análise e definição das atribuições dos cargos de provimento efetivo e comissionado (PORTARIA-GAB/PGJ – 94292023);
- d) Contratação de consultoria pela Fundação Getúlio Vargas, contrato nº 61/2023 (Proc. nº 17590/2023).

2.5. Programa de Preparação para Aposentadoria

A presente proposta visa preparar membros e servidores para o momento pós-aposentadoria, sendo o público alvo aqueles que *atendam* um dos seguintes requisitos: a) receberem abono permanência ou b) estarem há uma antecedência mínima de 2 (dois) anos para preencherem uma das regras previdenciárias para a aposentadoria, conforme

recomendado no art. 28, II do Estatuto do Idoso e o art. 10, IV, c da Política Nacional do Idoso, pois conforme a Política Nacional de Gestão de Pessoas, a Gestão da Carreira consiste em propiciar o desenvolvimento individual e organizacional, sendo uma de suas diretrizes, a implementação de mecanismos de incentivo e valorização dos integrantes da instituição, de planejamento das carreiras e de preparação para aposentadoria.

2.5.1. Ações e Providências adotadas:

- a) Elaboração de programação de palestras, com temas relativos ao Programa de Preparação para Aposentadoria, a serem ministradas durante o ano de 2024.

2.6. Projeto Práticas de Comunicação para integração do Público Interno



Seminário debateu caminhos para o bem-estar no trabalho

A presente proposta visa implementar práticas de comunicação que estabeleça a integração do público interno com a Instituição, com os quais deve ser garantida, igualmente, a oportunidade em participarem ativamente na efetivação dos novos projetos e na avaliação da prestação de serviço realizado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, responsável pelo gerenciamento dos direitos e deveres desse público.

2.6.1. Ações e Providências adotadas:

- a) Realização do I Seminário de Gestão de Pessoas (Proc. nº 15755/2023), com o tema “construindo caminhos para o bem-estar no ambiente de trabalho”, no dia 13/11/2023, cuja programação incluiu as seguintes palestras:
 - *Palestral: Fatores protetivos para o bem-estar: trabalho e*



Folder do Seminário

sentido da vida. Facilitadora: Rogener Almeida Santos Costa-Psicóloga (externo)

- *Palestra 2: Desenvolvimento de carreira e competências profissionais: o impacto no trabalho do Ministério Público.* Facilitadores: Rômulo Travassos-Administrador e Psicólogo (externo) e Eliandro Rômulo Cruz Araújo- Analista Ministerial: Psicologia
- *Palestra 3: Burnout, sofrimento psíquico e a patologização do trabalho.* Facilitador: Wilson Gomes de Moura - Psicanalista - externo
- *Palestra 4: Gestão de Pessoas no Ministério Público do Estado do Maranhão: contexto atual e propostas inovadoras.* Facilitadores: Carlos Oscar Aguiaras Lopes e Pedro Buck Avelino- Fundação Getúlio Vargas



Programação contou especialistas de diversas áreas

- b) Realização da III Mostra de Talentos do Ministério Público (Proc. nº 17437/2023), durante o I Seminário de Gestão de Pessoas no dia 13/11/2023;
 - Apresentações musicais;
 - Estefane Costa Barros;
 - Guilherme Ferre da Silva;
 - Themis Maria Pacheco de Carvalho;
 - Coral do MPMA.
- c) Implementação do banco de servidores (bacharéis em direito) aptos a indicação para substituição e/ou ocupação de cargos comissionados e funções de confiança;
- d) Autorizada a construção do Portal da CGP (onde será disponibilizado banco de currículos de voluntários; lista de cargos vagos para remoção de servidores; link para cadastro de servidores interessados em permuta; lista de antiguidade de membros e servidores, dentre outras informações (Proc. nº 16417/2022).
- e) Criação do Canal “FALE COM A CGP”: canal de recebimento de elogios, críticas e sugestões (aguardando a construção do Portal da CGP para disponibilização);
- f) Construção de formulário de avaliação dos serviços prestados pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas (aguardando a construção do Portal da CGP para disponibilização) e mediante QR code na mesa dos servidores;

- g) Autorizada a construção do Programa de Rádio “Sintonize-se: conexões com o bem-estar”, cujo conteúdo versará sobre temas relativos a saúde (Proc. nº 17427/2023). Em fase de construção com a Coordenadoria de Comunicação;
- h) Suporte na realização de exposição do artista Nuna Neto, em homenagem ao dia do servidor público, mediante a retratação dos servidores pela técnica de desenhos realistas (Proc. 14140/2023);
- i) Realização do Workshop Avaliação de Desempenho, Progressão e Promoção Funcional, em 16 de fevereiro, tendo a servidora Tamara Silva de Assunção como palestrante e Coordenadora desta CGP, Maria de Fátima Moraes, como mediadora.



Card do Workshop

3. OUTRAS AÇÕES VOLTADAS A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

3.1. Contratação de Consultoria na Área de Gestão de Pessoas

Mediante Estudo Técnico Preliminar (ETP-CGP – 42023) realizado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, apresentado pelo MEMO-CGP – 2072023 ao Diretor-Geral, foi apresentada a necessidade de contratação de consultoria na área de gestão de pessoas, sendo sugerida a Fundação Getúlio Vargas, pessoa jurídica de direito privado, de caráter técnico-científico e educativo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.641.663/0001-44, nos moldes do TREF-CGP – 52023. Constatou-se a necessidade de consultoria para os seguintes objetos:

- Reestruturação do Quadro de Cargos Comissionados;
- Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo;
- Estruturação de Sistema de Avaliação de Desempenho com base na Gestão de Pessoas por Competências;
- Dimensionamento da Força de Trabalho (servidores comissionados, efetivos, cedidos e terceirizados).

A contratação de consultoria se torna imprescindível em face da necessidade de uma equipe que possua expertise na área e já tenha realizado trabalhos semelhantes com êxito, pois as providências a serem adotadas resultarão em mudanças consideráveis na área de gestão de pessoas.

Os objetos a serem trabalhados estão alinhados a política de gestão deste Ministério Público, uma vez que dos seis projetos propostos pela Coordenadoria de

Gestão de Pessoas, no planejamento estratégico 2022/2029, quatro incluem matérias referentes aos referidos objetos.

Verifica-se, ainda, a necessidade de contratação imediata de consultoria, tendo em vista o conteúdo da ADI nº 6369 e ADI nº 6372, cujas propostas a serem apresentadas necessitam de respaldo técnico-científico, que será oferecido mediante consultoria de empresa especializada, com reconhecimento comprovado no meio acadêmico, pois a expertise na área facilitará a implementação das medidas necessárias na área de gestão de pessoas junto ao público interno.

Ademais, torna-se inviável a apresentação de propostas referentes aos objetos descritos, pela própria equipe da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, cujas atribuições já definidas restringe o tempo ao cumprimento das rotinas administrativas.

A prestação de consultoria pela Fundação Getúlio Vargas será a necessária para o alcance dos resultados propostos, em face da expertise que os profissionais da fundação possuem, uma vez que possui notória especialização no auxílio técnico junto a organizações públicas na área de gestão e administração. Há mais de 30 anos, a Fundação Getúlio Vargas reúne capacidade técnica, metodologias inovadoras e uma equipe de profissionais qualificados, com experiência comprovada para promover práticas gerenciais eficientes¹.

Ressalta-se que a Coordenadoria de Gestão de Pessoas realizou *benchmarking* junto a outros Ministérios Públicos brasileiros, os quais estão utilizando, também, serviço de consultoria na área de gestão de pessoas para implementação de projetos similares, obtendo-se informações de outras consultorias prestadas por pessoas físicas e jurídicas, cujas propostas e qualificação técnica não atendiam as necessidades deste Ministério Público.

Nesse contexto, a Fundação Getúlio Vargas foi a que ofereceu maior custo-benefício, uma vez que destacará uma equipe formada por 5 (cinco) profissionais da fundação para realizar os trabalhos necessários para entrega dos objetos, o que inclui atividades *on-line* e presenciais.

Dessa forma, a referida consultoria se destaca em relação a abrangência da proposta, a equipe técnica de profissionais disponíveis, as atividades presenciais que serão realizadas e, principalmente, a notória especialização na área.

Por fim, destaca-se que os objetos a serem trabalhados pela consultoria já estão sendo tratados nos seguintes processos: 9718/2020 (dimensionamento da força de trabalho); 23824/2022 (cumprimento de Acórdão proferido na ADI 6.369); 7673/2022 (dimensionamento da força de trabalho); 10172023 (atribuições de cargos efetivos e comissionados); 1017/2023 (alteração da nomenclatura do cargo de Técnico Ministerial-Área: Execução de Mandados).

3.2. Proposta de Reestruturação da Coordenadoria de Gestão de Pessoas

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas atende um público de 2.670 (duas mil seiscentos e setenta) pessoas, dentre membros, servidores efetivos, comissionados, cedidos, aposentados, pensionistas, militares da reserva, estagiários e voluntários,

realizando atividades de instrução processual, planejamento, coordenação e execução de atividades de gestão.

No ano de 2023 foram encaminhados 18.085 (dezoito mil e oitenta e cinco) processos, ou seja, houve a instrução processual de mais de 18.000 (dezoito mil) processos com a expedição de 21.972 (vinte e um mil, novecentos e setenta e dois) documentos pelas seções de desenvolvimento de pessoal e administração de pessoal, o que já demonstra o grande número de atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

Além das atividades, registradas em sistema, possíveis de serem contabilizadas, as mencionadas seções desempenham outras funções, como a simulação de aposentadorias, o gerenciamento do cadastro de serviço voluntário, o gerenciamento das avaliações de desempenho dos servidores, o controle das substituições cumulativas, da folha de pagamento de estagiários, o gerenciamento de dados para o e-social e dos projetos atinentes a área de gestão de pessoas, dentre outras.

Nesse contexto, este Ministério Público necessita de uma Coordenadoria de Gestão de Pessoas organizada para atender tais demandas e capaz de implementar um modelo de gestão que priorize a eficiência e a efetividade dos serviços prestados, o que requer a alteração do Regimento Interno com o fim de distribuir e alocar as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria nas suas respectivas seções.

Diante disso foi apresentada proposta de reestruturação da Coordenadoria de Gestão de Pessoas nos autos do Processo nº 5201/2023, com a sugestão das seguintes medidas:

Tabela 123 – Proposta de Reestruturação da CGP

| REGIMENTO | PROPOSTA | AÇÃO |
|-------------------------------------|---|---------------|
| Seção de Desenvolvimento de Pessoal | Seção de Gerenciamento de Competências e Desempenho Funcional | Transformação |
| Seção de Administração de Pessoal | Seção de Gerenciamento Funcional de Membros | Transformação |
| - | Seção de Gerenciamento Funcional de Servidores | Criação |
| - | Seção de Estágio, Serviço Voluntário e Adolescente Aprendiz | Criação |
| - | Assessoria de Legislação e Políticas de Gestão de Pessoas | Criação |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Em 28 de abril de 2023, foi exarado o PARECER-ASS-ESP – 3792023, sugerindo a devolução dos autos à CGP, para apresentação de proposta, a qual não poderia resultar, em qualquer hipótese, na geração de despesa de pessoal para este Ministério Público, o que foi devidamente acolhido pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante o DESPACHO-ASS-ESP – 4212023. Após o retorno dos autos a esta Coordenadoria, foi apresentada nova proposta de reestruturação, conforme consta na INFORMA-CGP – 852024.

3.3. Monitoramento dos afastamentos por licenças médicas

Visando subsidiar a criação e a implementação de novas políticas de saúde e bem-estar dos integrantes do quadro de pessoal deste MPMA, esta Coordenadoria providenciou junto à Seção de Saúde Funcional (PA 13092/2023), o levantamento dos afastamentos por licenças médicas de membros e servidores, por CID, para institucionalizar o acompanhamento e o controle das principais incidências de afastamentos.

Ressalte-se que o levantamento incluiu os afastamentos decorrentes, direta ou indiretamente, de fatores e riscos psicossociais, em cumprimento à Resolução n° 265, de 3 de julho de 2023, em que o CNMP instituiu a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público.

3.4. Contratação de serviços especializados em Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho

O Serviço Social da Indústria – SESI, inscrito no CNPJ N°03.770.020/0001-30 foi a instituição contratada para prestação de serviços técnicos especializados em Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho (SESMT). O contrato deu-se em atendimento ao cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial), conforme definido pela Portaria Conjunta SERFB/SEPRT/ME n° 71, de 29 de junho de 2021.

Caberá ao SESI:

- a) Emissão de Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e das Atividades e Operações Perigosas, Análise Ergonômica do Trabalho (AET) e de Riscos Mecânicos (ARM), elaboração e implantação de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) em atendimento à NR-01, de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) em atendimento à NR-07, de Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos - NR-09, com envio da carga inicial e mensal, através da Plataforma da CONTRATADA, contemplando os trabalhadores estatutários, celetistas e os estagiários nos respectivos ambientes de trabalho da Entidade, onde exercem suas funções/atividades.
- b) Atendimento de funcionários indicados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, para realização de exames ocupacionais, admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional, com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO,

O contrato N° 46/2023, assinado em 27 de novembro de 2023, tem o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.5. Contratação de capacitação e realização de mapeamento e diagnóstico da gestão atual – E-social

Contratação da empresa Maria Cristina Fernandes KAHL – ME, para capacitação/realização capacitação e realizar Mapeamento/Diagnóstico da gestão atual, para implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, do Governo Federal, conforme detalhamento e especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada constante dos autos do Processo Administrativo nº 4612/2022.

O Contrato nº 50/2023 foi assinado em 22 de novembro de 2023, com vigência de 12 (doze) meses, com início no dia 01/12/2023 e término em 30/11/2024.

4. CONQUISTAS / AVANÇOS NA ÁREA DE PESSOAL:

- Continuação do **Coral Vozes do MP**;
- Implementação do **Programa Jovem Aprendiz** no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão pelo Ato Regulamentar nº 23/2023, DEMP de 27/06/2023;
- **Reajuste do Auxílio Transporte** para estagiários e prestadores de serviço voluntário pelo Ato nº 251/2023, DEMP de 14/08/2023;
- **Criação** de 38 (trinta e oito) **vagas de estágio não obrigatório, sendo 13 (treze) para estudantes de graduação e 25 (vinte e cinco) para pós-graduação** pelo Ato Regulamentar nº 14/2023, DEMP 02/12/2023;
- **Concessão**, em caráter excepcional, **pelo 2º ano consecutivo, de abono no valor do Auxílio-Alimentação** de cada categoria, aos membros, aos servidores efetivos e comissionados, bem como aos policiais militares e aos servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício (Ato Regulamentar nº 44/2022, DEMP de 24/11/2022);
- **Reajuste no Plano de Assistência médico-social pago aos servidores**, com vigência a partir de 01/03/2023;
- Facultada aos membros e servidores interessados, a conversão em pecúnia de até 30 (trinta) dias de licença especial e prêmio não gozadas, de acordo com a OS-GPGJ – 01/2023, DEMP de 27/06/2023;
- Facultada a **conversão em pecúnia de até 15 dias de férias não gozadas de membros e servidores** do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme Ordens de Serviço nº 1/2023, DEMP 27/06/2023;
- Facultada a **conversão em pecúnia férias** não gozadas, de até **30 dias**, relativas ao exercício de 2023 e/ou anteriores de **membros e servidores** do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme Ordem de Serviço nº 06/2023, DEMP de 11/12/2023.

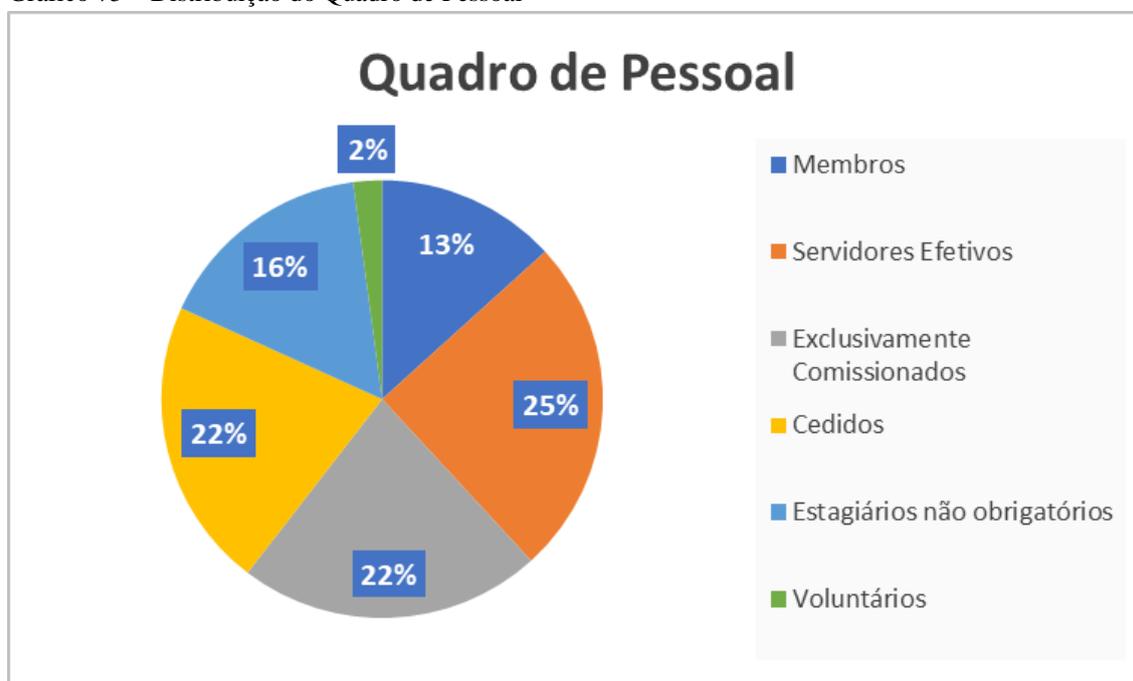
Por oportuno, apresentamos a seguir o Quadro de Pessoal atendido por esta Coordenadoria e a participação percentual em sua composição:

Tabela 124 - Quadro de Pessoal

| Descrição | TOTAL em 31/12/23 | % de participação |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Membros | 316 | 13,23 |
| Servidores Efetivos | 599 | 24,98 |
| Exclusivamente Comissionados | 535 | 22,22 |
| Cedidos | 556 | 21,39 |
| Estagiários não obrigatórios | 349 | 16,08 |
| Voluntários | 35 | 2,1 |
| TOTAL | 2.390 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Gráfico 75 – Distribuição do Quadro de Pessoal



Fonte: CGP/PGJ, 2023.

3 – **PROVIMENTO DE CARGOS:**

3.1. **Provimento de cargos Efetivos:**

Tabela 125 – Quadro de Provimento de cargos efetivos

| CARGOS EFETIVOS | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|-----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Promotor de Justiça | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 13 | 13 | 40 | 1 | 3 | 2 | 33 |
| Analista Ministerial | 0 | 0 | - | 0 | 0 | 1 | 22 | 8 | 2 | 4 | 21 | - | - |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| Técnico Ministerial | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 39 | 19 | 7 | 53 | 67 | - | - |
| Auxiliar Ministerial | 0 | 0 | - | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | - | - |
| TOTAL | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 74 | 40 | 49 | 58 | 91 | 2 | 33 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

3.2. Provimento de Cargos Comissionados:

| CARGOS COMISSIONADOS | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| De indicação do PGJ | 16 | 39 | 20 | 96 | 16 | 40 | 31 | 47 | 31 | 24 | 37 | 114 | 37 |
| De indicação de Procurador de Justiça | 29 | 24 | 11 | 29 | 16 | 16 | 39 | 25 | 43 | 28 | 87 | 33 | 44 |
| De indicação de Promotor de Justiça | 44 | 58 | 40 | 55 | 68 | 54 | 59 | 69 | 91 | 102 | 132 | 193 | 22 |
| TOTAL | 89 | 121 | 71 | 180 | 100 | 110 | 129 | 141 | 165 | 154 | 256 | 340 | 103 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Criação/provimentos de cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos. Em 2013 foi autorizado o provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;

3.3. Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria):

Tabela 126 – Quantitativo de Vacâncias - cargos efetivos

| Cargo | Quantidade de Vacâncias - cargos efetivos | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
| Procurador de Justiça | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Promotor de Justiça | 2 | 2 | 0 | 4 | 8 | 9 | 5 | 12 | 1 | 1 | 3 | 5 | 3 |
| Analista Ministerial | 1 | 2 | 1 | 2 | 0 | 0 | 2 | 2 | 1 | 4 | 1 | - | 3 |
| Técnico Ministerial | 2 | 8 | 8 | 2 | 5 | 6 | 9 | 6 | 10 | 16 | 6 | 7 | 12 |
| Auxiliar Ministerial | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 9 | 13 | 10 | 10 | 13 | 15 | 18 | 20 | 12 | 23 | 10 | 12 | 18 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

3.6. Vacâncias cargos comissionados:

Tabela 127 – Quantitativo de Vacâncias - cargos comissionados

| Cargos Comissionados Vacâncias | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 ¹⁴ | 2012 | 2011 |
|---------------------------------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|-----------|------------|------------|------------|------------|--------------------|------------|-----------|
| De indicação do PGJ | 20 | 43 | 20 | 92 | 19 | 17 | 21 | 31 | 23 | 17 | 26 | 90 | 28 |
| De indicação de Procurador de Justiça | 31 | 23 | 11 | 29 | 11 | 18 | 32 | 24 | 38 | 25 | 58 | 31 | 20 |
| De indicação de Promotor de Justiça | 44 | 54 | 37 | 52 | 65 | 52 | 51 | 71 | 76 | 80 | 93 | 42 | 22 |
| TOTAL | 95 | 120 | 68 | 173 | 95 | 87 | 104 | 126 | 137 | 122 | 177 | 163 | 70 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Ressalte-se que, proporcionalmente, a rotatividade de cargos de indicação de Procuradores de Justiça é maior que os de indicação de Promotores de Justiça.

3.7. Movimentação na Carreira de Membros:

Tabela 127 – Movimentação na Carreira de Membros

| Movimentação | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 |
|-------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Promoção p/ Procurador de Justiça | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 |
| Promoção de Promotor de Justiça | 7 | 14 | 1 | 17 | 7 | 19 | 0 | 4 | 2 | 23 | 23 | 47 |
| Titularidade de Promotor de Justiça | 1 | 0 | 0 | 7 | 0 | 5 | 8 | 7 | 38 | 3 | 1 | 26 |
| Remoção | 26 | 27 | 10 | 47 | 36 | 45 | 29 | 7 | 28 | 50 | 35 | 59 |
| Aposentadoria Procurador de Justiça | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Aposentadoria Promotor de Justiça | 2 | 2 | 0 | 2 | 6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 |
| Demissão de Promotor de Justiça | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

¹⁴ Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça.

3.8. Movimentação na Carreira – Servidores:

Tabela 128 – Movimentação na Carreira de Servidores

| Movimentação - Servidor | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|-----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Homologação de estágio probatório | 0 | 0 | 1 | 46 | 8 | 8 | 115 | 0 | 0 | 1 | 34 | 17 | 38 |
| Promoção + Progressão | 239 | 245 | 288 | 346 | 352 | 362 | 470 | 279 | 271 | 312 | 437 | 528 | 325 |
| Remoções | 21 | 12 | 23 | 16 | 22 | 17 | 43 | 7 | 14 | 62 | 9 | 16 | 10 |
| Demissão | - | - | - | 1 | - | 3 | - | 2 | 1 | | 2 | - | - |
| Reintegração | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 1 | - | 1 | - | - | - |
| Aposentadoria | 1 | 3 | 2 | 2 | 2 | | 1 | | - | 1 | | 1 | |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

4. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - AQ:

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, *foram concedidos 12 (doze) Adicionais de Qualificação, em 2023:*

Tabela 129 – Série histórica de concessão do Adicional de Qualificação - AQ

| ANO | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
|------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Quantidade | 12 | 10 | 33 | 65 | 42 | 13 | 84 | 23 | 13 | 32 | 338 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 533 (quinhentos e trinta e três) servidores, correspondendo a 90,80% de um total de 587 (quinhentos e oitenta e sete) cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 130- Nº de Servidores Contemplados Com o Adicional de Qualificação 2013 – 2023

| Nível do AQ | Analista Ministerial | Técnico Ministerial | Auxiliar Ministerial | TOTAL | % |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|-------------|------------|
| Graduação | 3 | 142 | 6 | 151 | 28,33 |
| Especialização | 95 | 248 | 4 | 347 | 65,1 |
| Mestrado | 26 | 6 | 0 | 32 | 6 |
| Doutorado | 2 | 1 | 0 | 3 | 0,56 |
| TOTAL de servidores com AQ | 126 | 397 | 10 | 533 | 100 |
| % DE SERVIDORES EFETIVOS COM AQ | | | | 90,8 | |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Mediante os dados dos Adicionais de Qualificação, descreve-se a escolaridade do Quadro de servidores efetivos desta Procuradoria Geral de Justiça:

Tabela 131 - Escolaridade dos Servidores Efetivos - 2023

| NÍVEL | Analista Ministerial | Técnico Ministerial | Auxiliar Ministerial | TOTAL | % |
|----------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|------------|------------|
| Fundamental | | | 2 | 2 | 0,34 |
| Ensino Médio | | 42 | 6 | 48 | 8,15 |
| Graduação | 9 | 142 | 6 | 157 | 26,66 |
| Especialização | 95 | 248 | 4 | 347 | 58,91 |
| Mestrado | 26 | 6 | 0 | 32 | 5,43 |
| Doutorado | 2 | 1 | 0 | 3 | 0,51 |
| TOTAL de servidores | 132 | 439 | 18 | 589 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

5. GESTÃO DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO:

Tabela 132 – Quantidade de Estagiários no MPMA

| Descrição / Ano | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Ato Reg. - Quantitativo | 14/23 | 45/22 | 48/21 | 02/20 | 17/19 | 12/17 | 12/17 | 13/15 | 13/15 | 10/14 | 03/13 | 14/11 |
| Nº Estagiários Criados | 614 | 576 | 514 | 270 | 270 | 243 | 193 | 150 | 150 | 132 | 132 | 132 |
| Admitidos | 202 | 312 | 263 | 74 | 209 | 80 | 195 | 32 | 46 | 128 | 4 | 29 |
| Renovação de Estágio | 358 | 106 | 64 | 129 | 42 | 135 | 11 | 29 | 64 | 2 | 19 | 36 |
| Desligados | 347 | 194 | 166 | 95 | 162 | 82 | 61 | 98 | 56 | 18 | 41 | 61 |
| Nº de estagiários em exercício em dezembro | 349 | 390 | 272 | 206 | 228 | 181 | 183 | 49 | 115 | 127 | 15 | 52 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Obs. Não houve processo seletivo em 2012 e 2013. Em 2015 foi prorrogado o seletivo de 2014. Os selecionados em 2016, assumiram em 2017. O seletivo de 2018 foi homologado em 2019. Não houve processo seletivo em 2020 e 2023.

6. Processos Seletivos para estagiário não-obrigatório vigente:

6.1. Graduação e Ensino profissional:

Tabela 133 – Resumo do Processo Seletivo vigente

| Processo Seletivo | 2022 - Graduação |
|-----------------------------|---|
| PA | 15514/2021 |
| Homologação | Edital nº 105/2022, DEMP 24/06/22 |
| Validade do concurso | Prorrogado pelo Ato nº 136/2023 até 24/06/2024 |
| Nº de vagas | São Luís = 136, Interiores = 69 e Profissional = 03 |
| Nº de aprovados | 1.458 |
| Nº de Admitidos | 202 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

6.2. Pós-graduação:

A **validade** do cadastro de reserva para provimento de estagiários do Programa de Estágio não-obrigatório de pós-graduação encerrou-se em **03/02/2023**. O novo processo seletivo encontra-se em tramitação pelo PA nº 20172/2022.

7. PROGRAMA SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Foi criado pelo Ato nº 298/2018 e regulamentado por meio do Ato nº 24/2019.

Tabela 134– Número de Voluntários no MPMA

| Ano | Termos de Adesão | Termos de Prorrogação | Termos de desligamentos | Nº Voluntários |
|------|------------------|-----------------------|-------------------------|----------------|
| 2023 | 49 | 4 | 50 | 35 |
| 2022 | 53 | 6 | | 51 |
| 2021 | 41 | 8 | 36 | 37 |
| 2020 | 24 | 10 | 36 | 31 |
| 2019 | 67 | - | 26 | 41 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

8. CONCURSOS DE REMOÇÃO PARA SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS – 2023:

Foram realizados e homologados **07(sete)** concursos de remoção de servidores efetivos, contemplando **12(doze)** Técnicos Ministeriais.

9. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - ATIVIDADES DE ROTINA CGP:

Tabela 135 - Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP

| ATIVIDADE | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| Declaração de Margem de Consignação | 592 | 674 | 734 | 696 | 977 | 746 | 694 | 586 | 831 | 854 |
| Elaboração Atos de servidores e membros; | 427 | 467 | 357 | 706 | 455 | 496 | 64 | 521 | 579 | 659 |
| Elaboração Portarias de servidores e membros; | 13.725 | 11.962 | 10.143 | 10.295 | 14.690 | 12.658 | 12.219 | 9.670 | 10.194 | 8497 |
| Publicações no Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros) | 14.152 | 12.429 | 10.500 | 11.001 | 15.184 | 13.268 | 12.833 | 10.191 | 10.773 | 9.156 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | | | | | | |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Termos de Referência / Projetos Básicos | 16 | 2 | 1 | 6 | 5 | 34 | 33 | 29 | 42 | 51 |
| Termos de Compromisso de Estágio | 202 | 312 | 263 | 74 | 209 | 80 | 189 | 32 | 46 | 128 |
| Termo de Renovação de Estágio | 358 | 106 | 64 | 129 | 42 | 135 | 11 | 29 | 64 | 2 |
| Termo de Desligamento de Estágios | 347 | 194 | 166 | 96 | 162 | 82 | 58 | 98 | 56 | 18 |
| Termo de Realização de Estágio | 347 | 194 | 166 | 96 | 162 | 82 | 58 | 94 | 56 | 18 |
| Editais (Estágio, voluntário, remoção, outros) | 228 | 254 | 181 | 61 | 46 | 34 | 60 | | | |
| Ofícios expedidos; | 183 | 235 | 216 | 192 | 116 | 223 | 123 | 149 | 306 | 511 |
| Memorandos expedidos; | 293 | 311 | 303 | 243 | 370 | 467 | 227 | 284 | 436 | 594 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Permaneceram como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas anteriormente, outras tarefas de rotina não mensurada, tais como:

- Cadastramento e alimentação do Sistema GESP dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
- Informações em processos sobre direitos de membros e servidores;
- Elaboração da escala de férias de servidores;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
- Abertura e informação nos processos de verbas indenizatórias;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado;
- Gestão do Programa de prestadores de serviço voluntário incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos voluntários e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida e controle do recesso remunerado;
- Produção dos crachás e de identidade funcional;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização de Treinamentos.

12 – DESAFIOS NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

12.1. Concessão de Adicional de Qualificação de nível médio para os Auxiliares Ministeriais cuja exigência é o ensino fundamental:

O Adicional de Qualificação, instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, é devido a partir da comprovação de ensino superior (graduação). Entretanto, na estrutura de cargos deste MPMA ainda existem 20 servidores ocupantes do cargo de Auxiliar Ministerial, cuja escolaridade exigida é ensino fundamental.

Atualmente dos 18 (dezoito) Auxiliares Ministeriais, 10 (dez) já recebem o Adicional de Qualificação, sendo 06 por graduação e 04 (quatro) por pós-graduação. Dos 08(oito) restantes, 02 (dois) permaneceram com ensino fundamental, mas 06 (seis) tem ensino médio.

Entende-se que o Auxiliar Ministerial com ensino médio mereça, também, ter reconhecido o seu esforço por buscar uma escolaridade maior. **Assim, sugere-se a alteração do Art. 2º do Ato Regulamentar nº 14/2013, para incluir um percentual tratando-se de ensino médio.**

12.2. Quadro de Pessoal:

12.2.1 Adequação do percentual de cargos comissionados aos 50% destinados, preferencialmente, aos servidores efetivos, conforme a Lei nº 8.077/2004:

Na distribuição dos **621 cargos** comissionados **providos** em dezembro de 2023, apenas 9,18% são ocupados por servidores efetivos, conforme descrito a seguir:

Tabela 136 – Provimento de Cargos

| Descrição | Quantitativo ocupado | % |
|-------------------------------------|----------------------|------------|
| Membros | 15 | 2,42 |
| Servidores Efetivos | 57 | 9,18 |
| Cedidos | 14 | 2,25 |
| Exclusivamente Comissionados | 535 | 86,15 |
| TOTAL | 621 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

Entende-se que o quantitativo de servidores exclusivamente comissionados, também, possa gerar desmotivação nos servidores efetivos, além do risco da preferência por nomeação de servidores exclusivamente comissionados na tentativa de aumentar o número de servidores e resolver o problema do reduzido quadro de pessoal no MPMA.

12.2.2 Aumento da participação do número de servidores efetivos ocupantes de cargos comissionados:

A análise da série histórica do quantitativo de servidores efetivos ocupando cargos comissionados demonstra que, além de se afastar do percentual de ocupação de 50% dos cargos comissionados, **destinados, preferencialmente, aos servidores efetivos**, conforme a Lei nº 8.077/2004, o número de servidores efetivos ocupantes de cargos comissionados somado ao quantitativo de Funções de Confiança, vem reduzindo, embora tenham sido criados cargos e novas funções, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 137 – Quantidade de Cargos em Comissões e Funções de Confiança

| Servidores Efetivos ocupando | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
|--------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Cargos Comissionados ocupados | 57 | 58 | 60 | 65 | 79 | 81 | 83 | 96 | 105 | 102 | 99 |
| Funções de Confiança – FC | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 | 76 | 70 | 70 | 70 | 70 |
| TOTAL EFETIVOS COMISSIONADOS | 133 | 134 | 136 | 141 | 155 | 157 | 159 | 166 | 175 | 172 | 169 |
| EVOLUÇÃO | -1 | -2 | -5 | -14 | -2 | -2 | -7 | -9 | 3 | 3 | 3 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

12.2.3 Aumento da participação de cargos de servidores efetivos no quantitativo do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-administrativo:

A priori, analisando o quadro de pessoal próprio desta PGJ formado pelos servidores efetivos, de natureza mais duradoura e não transitória, este corresponde **somente a 24,98%**. Para a área de gestão de pessoas isso sugere dificuldades na área de desenvolvimento de pessoal, gestão por competência, trilhas de aprendizado. Preocupa-se também com os custos altos para a admissão e os desligamentos, característicos desse modelo de rotatividade de pessoal.

Tabela 138 – Distribuição dos Cargos

| Descrição | TOTAL em 31/12/23 | % de participação |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Membros | 316 | 13,23 |
| Servidores Efetivos | 599 | 24,98 |
| Exclusivamente Comissionados | 535 | 22,22 |
| Cedidos | 556 | 21,39 |
| Estagiários não obrigatórios | 349 | 16,08 |
| Voluntários | 35 | 2,1 |
| TOTAL | 2.390 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

A título de comparação, inclusive, percebe-se uma tendência decrescente no percentual de participação dos cargos efetivos nos 5 últimos anos:

Tabela 139 – Comparativo no Percentual de Participação dos Cargos Efetivos

| Vínculo - Cargos criados | 2023 | | 2022 | | 2021 | | 2020 | | 2019 | |
|--------------------------|-------|---|-------|---|-------|---|-------|---|-------|---|
| | Quant | % |

| | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-------|-------|-------|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Cargos Efetivos | 626 | 25,83 | 627 | 27 | 627 | 26,68 | 628 | 31,81 | 630 | 32,01 |
| Cargos Comissionados | 628 | 25,91 | 628 | 27 | 628 | 26,72 | 628 | 31,81 | 624 | 31,71 |
| Cedidos de outros Órgãos | 556 | 22,94 | 519 | 22 | 519 | 22,08 | 448 | 22,7 | 444 | 22,56 |
| Estagiários não obrigatórios | 614 | 25,33 | 576 | 25 | 576 | 24,51 | 270 | 13,68 | 270 | 13,72 |
| TOTAL | 2.424 | 100 | 2.350 | 100 | 2.350 | 100 | 1.974 | 100 | 1.968 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ, 2023.

12.2.4 Aumento do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-administrativo – criação de cargos efetivos:

É notório o aumento das ações deste MP nas diversas áreas de sua atuação. O suporte na área administrativa e nos demais conhecimentos técnicos especializados são fundamentais para que a área-fim atinja seus objetivos. **O quantitativo de 626 cargos de servidores efetivos**, distribuídos em 138 Analistas Ministeriais, 470 Técnicos Ministeriais e 18 cargos de Auxiliar Ministerial, extintos a vagar, **é insuficiente para atender à crescente demanda**. Ressalte-se que o MPMA está presente em **110 municípios, com 329 Promotorias de Justiça, 31 Procuradorias de Justiça e demais setores de apoio técnico-administrativo**.

Estudos devem ser feitos para que, dentro das limitações orçamentárias impostas, sejam priorizados os cargos a serem criados, com suas áreas e especialidades.

12.2. Providências para a realização de concurso público para servidores efetivos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo:

O ano de 2023 encerra-se com este MPMA sem cadastro de reserva de aprovados em concurso público para provimento **de 37 (trinta e sete) cargos efetivos vagos, sendo 06 (seis) de Analista Ministerial e 31 (trinta e um) de Técnico Ministerial**, dos quais 18 (dezoito) na área administrativa, 12 (doze) na de Execução de Mandados e 01 (um) de Informática.

13. SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL

13.1. Atribuições da Seção de Saúde Funcional

A Seção de Saúde Funcional (SSF) é a unidade de saúde vinculada ao Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) sediada na Procuradoria Geral de Justiça que tem como função a assistência à saúde dos seus usuários. A organização da Seção de Saúde Funcional é regulamentada pela Ordem de Serviço nº 008/2016 – DG de acordo com o Ato Regulamentar nº 020/2008 e a rotina de atendimentos consta no Ato Regulamentar nº 41/2021.

A SSF tem objetivo de prestar assistência médica, odontológica, psicológica e serviço de enfermagem através de atendimento ambulatorial, a todos os servidores ativos

e inativos do Ministério Público do Maranhão e seus dependentes legais, assim como, em caráter de urgência e emergência, aos estagiários e prestadores de serviços terceirizados.

A consulta/atendimento médico, odontológico e psicológico são realizados, preferencialmente por agendamento prévio eletrônico, por telefone ou presencialmente, exceto as consultas em caráter de urgência e emergência, que tem prioridade para o atendimento.

O atendimento de urgência e emergência é destinado às pessoas que apresentam um agravo de saúde durante sua permanência (em serviço ou em trânsito) nas dependências da Procuradoria Geral de Justiça e no prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital, durante o período de trabalho dos profissionais desta Seção de Saúde que realizam o atendimento inicial e encaminham para um serviço de Pronto Atendimento. Os agravos que ocorrerem fora do ambiente da sede da Procuradoria deverão buscar auxílio médico em serviço externo, pois não compreendem a função ambulatorial da Seção de Saúde Funcional.

13.2. Atividades Desenvolvidas

13.2.1. Da assistência médica

A assistência médica corresponde ao atendimento realizado pelo médico sob a forma de consulta, abrangendo pacientes a partir de 12 anos de idade. A assistência médica, também, em caráter de urgência e emergência corresponde ao suporte básico de vida.

Durante o ano de 2023 foram realizadas 1568 consultas e atendimentos presenciais, assim como, atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, e consultas *online* a partir da publicação da Resolução do CFM nº 2.227/2018, Ofício CFM nº 1756/2020-Cojur e Portaria GM/MS nº 467, de 20 de março de 2020, conforme dados da tabela 131.

13.2.2. Da assistência odontológica

O setor odontológico do MPMA realizou 7.712 serviços de promoção, prevenção e reabilitação de saúde bucal através de atendimentos e procedimentos preventivos e reabilitadores no ano de 2023 (tabela 131).

13.2.3. Da enfermagem

No período de 2023 a assistência de enfermagem contemplou 1932 procedimentos relacionados ao acompanhamento das necessidades dos usuários do MPMA, como administração de medicamentos sob orientação médica odontológica, nebulização, curativos simples, verificação de sinais vitais, glicemia capilar, distribuição de preservativos, orientações em saúde e teste rápido de Covid-19.

13.2.4. Da assistência psicológica

A assistência psicológica visa a promoção e a prevenção de saúde (a partir de 18 anos de idade) e no desenvolvimento de sua carreira. Foram realizados 299 atendimentos psicológicos em 2023.

13.2.5. Dos Processos Administrativos

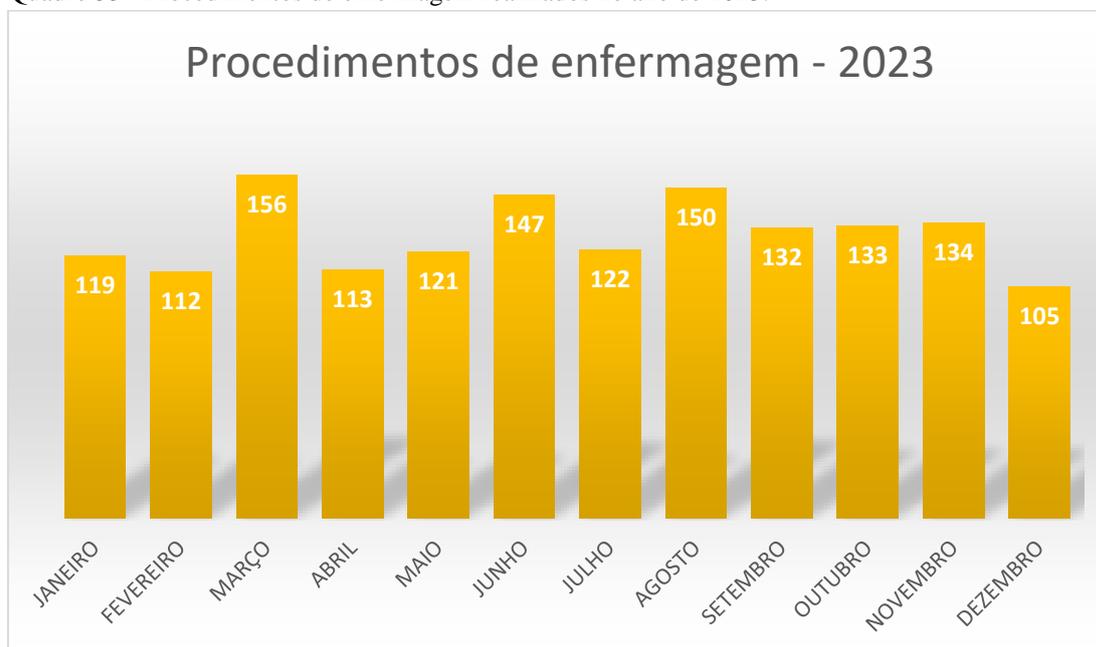
Durante o ano de 2023, os procedimentos administrativos relativos à concessão de licença para tratamento de saúde, inclusive por motivo de doença em pessoa da família, teletrabalho, de licença maternidade e paternidade para membros e servidores do Ministério Público totalizaram em 1994 processos administrativos, conforme tabela 140.

Tabela 140 - Atendimentos, consultas, procedimentos e processos administrativos realizados durante o ano de 2023 pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão.

| Especialidade | Atendimentos, consultas e procedimentos |
|-----------------------------------|---|
| Enfermagem | 1544 + 388 testes covid= 1932 |
| Medicina | 1568 |
| Odontologia | 7712 |
| Psicologia | 299 |
| Processos DIGIDOC (Licenças + PA) | 1994 |

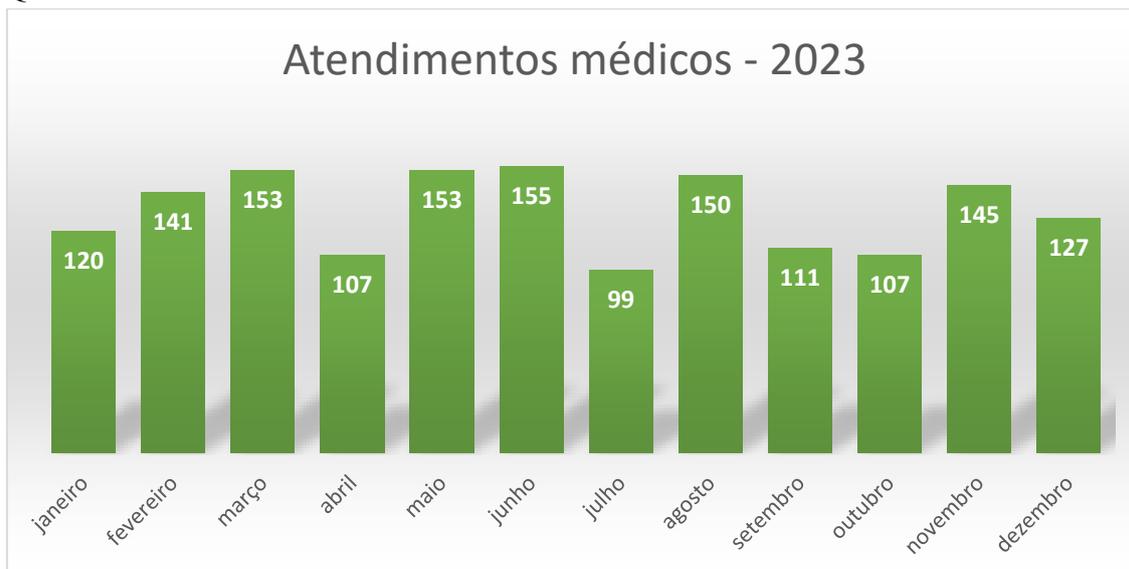
Fonte: SSF/PGJ, 2023.

Quadro 33 - Procedimentos de enfermagem realizados no ano de 2023.



Fonte: SSF/PGJ, 2023.

Quadro 34 - Atendimentos médicos realizados no ano de 2023.



Fonte: SSF/PGJ, 2023.

Quadro 35 - Procedimentos odontológicos realizados no ano de 2023.



Fonte: SSF/PGJ, 2023.

Quadro 36 - Atendimentos psicológicos realizados no ano de 2023.



Fonte: SSF/PGJ, 2023.

Quadro 37 - Processos administrativos realizados no ano de 2023 na SSF.



Fonte: SSF/PGJ, 2023.

13.2.6. Das atividades de saúde programadas e executadas

Durante o ano de 2023 foram desenvolvidas atividades programadas de saúde voltadas para a prevenção das doenças e seus agravos no ambiente de trabalho, conforme as tabelas 132.

Tabela 141 - Principais atividades realizadas pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão no ano de 2023.

| Atividades | Quantitativo |
|---|--------------|
| Realização de teste rápido para COVID-19. | 388 |
| Vacinação | 836 |

Fonte: SSF/PGJ, 2023.

14. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Em 2023 outras ações educativas de saúde programadas foram executadas no Ministério Público do Estado do Maranhão de acordo com a tabela 142.

Tabela 133 - Ações de saúde realizadas pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão no ano de 2023.

Tabela 142 – Ações de Saúde programadas e executadas durante o ano de 2023

| Nº | Ações de saúde |
|----------|--|
| 1 | Campanha Janeiro Branco: Saúde Mental. De 23 a 27 de janeiro, foram realizadas rodas de conversa sobre o tema, na PGJ, PROMOCAP e Centro Cultural do MPMA. |
| 2 | Campanha de Doação de Sangue nos dias 16/02 e 31/05. |
| 3 | Campanha de Vacinação para o público interno do MPMA nos dias 07/03, 29/03, 12/04 e 14/06. |

| | |
|----------|---|
| 4 | Curso de capacitação em Primeiros Socorros em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar para o público interno do MPMA de 09 a 11/05, na PGJ, PROMOCAP e Centro Cultural. |
| 5 | Campanha sobre Conscientização da Fibromialgia no dia 11/05. |
| 6 | Campanha Setembro Amarelo: Prevenção ao Suicídio, no dia 12/09. |
| 7 | Outubro Rosa: Conscientização sobre a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama, no dia 04/10. |
| 8 | Novembro Azul: Prevenção e combate ao câncer de próstata, no dia 17/11. |
| 9 | “Campanha Saúde dos Rins”: testagem para rastreamento de doença renal crônica. |

Fonte: SSF/PGJ, 2023.

15. AÇÕES DE MELHORIA

Ações de melhoria realizadas durante o ano de 2023 foram observadas melhorias na unidade que contemplaram:

1. Continuidade da acessibilidade do usuário aos serviços oferecidos (tele consulta e tele atendimento);
2. Medidas de enfrentamento à COVID-19;
3. Aquisição de equipamentos médico-odontológicos;
4. Solicitação de móveis planejados para os consultórios odontológicos (em execução);
5. Solicitação de confecção de móveis planejados para toda a Seção de Saúde Funcional
6. Contratação de Auxiliares de Saúde Bucal;
7. Solicitação de adequação do prontuário eletrônico de saúde;
8. Modernização de equipamentos de informática;
9. Adequação no sistema Gesp;
10. Otimização dos espaços de trabalho através de novas mobílias, pinturas e ajustes nos postos de trabalho.
11. Reunião com equipe do Instituto de Previdência do Estado do Maranhão – IPREV, para alinhamento dos processos de licença saúde de membros e servidores do MPMA.

16. ATIVIDADES DA SEÇÃO DE SAÚDE – HISTÓRICO DA GESTÃO

Dentre os números já apresentados e, entre outros, este relatório contemplou no ano de 2023 as seguintes atividades:

Tabela 143 – Principais atividades executadas durante o ano de 2023

| Ação | 2021 | 2022 | 2023 |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Vacinação | 295 | 493 | 836 |
| Atendimento Médico – Consultas | 1.287 | 1.502 | 1.568 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | |
|--|---------------|----------------|---------------|
| Atendimento Odontológico (procedimentos) | 4.365 | 6.603 | 7.712 |
| Atendimento Psicológico | 337 | 299 | 299 |
| Teste Rápido de Covid-19 | 525 | 860 | 388 |
| Capacitação para uso do Desfibrilador Externo Automático – DEA | -- | -- | 103 |
| Doação de Sangue e Cadastro de Medula Óssea | -- | -- | 81 |
| Práticas Laborais e Atividades Integrativas Complementares | 90 | -- | -- |
| Análise de Processos Administrativos | 510 | 1.703 | 1.994 |
| Ações de Saúde | 04 | 08 | 09 |
| Serviços de Enfermagem | 1.127 | 659 | 1544 |
| Total | 88.540 | 112.127 | 14.534 |

Fonte: SSF/PGJ, 2023.

Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

A Coordenadoria de Serviços Gerais é composta pelas seguintes seções: Manutenção e Serviços Gerais, Transporte, Atendimento Operacional e Análise de Custos. Procurou atingir todas as metas inseridas no seu planejamento financeiro para o exercício de 2023, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido a não contratação em tempo hábil, através de licitação como: manutenção de cerca elétrica, placas e serviços de plotagem e película, além da situação da redução do orçamento que limitou a efetivação das ações planejadas para o exercício de 2023.

Concernente à limpeza e conservação predial para atender as Promotorias de Justiça do interior, foi realizada licitação para empresas especializadas neste serviço, que contemplam as Promotorias de Justiça do interior, que era uma necessidade antiga do órgão. O serviço de limpeza e conservação e recepção, também teve o seu outro contrato aditivado, o qual presta serviço nas Promotorias de Justiça de Alcântara, Rosário, Santa Rita, Morros, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Bacabal e São Luís e São José de Ribamar.

Cumpram ressaltar que houve licitações de manutenção telefônica para a capital e região metropolitana, bem como a de confecção de persianas. Na área de segurança, houve licitação para empresa de vigilância da capital e região metropolitana. Foi firmado, também, novo contrato de manutenção de ar-condicionado da Procuradoria-Geral de Justiça. Os demais contratos foram renovados.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes, dedetização na capital e interior, conserto de portas e janelas de vidros, conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras, manutenção de persianas, placas de sinalização, película, fornecimento de chaves e carimbos, conseguimos atender as demandas solicitadas, utilizando o recurso destinado para esses serviços.

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; gerenciamento de frota de veículos e prestação de serviço de telefonia móvel conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo assim, serviços de mais qualidade.

Em relação às atividades de transporte, realizou-se manutenções corretivas e preventivas da frota. Foram adquiridos 05 veículos do tipo carroceria para atendimento das demandas dos Procuradores de Justiça. Atendeu-se, ainda, às demandas de viagens de servidores e membros e transporte de móveis e materiais, além de todo suporte de transporte em operações do GAECO e CAEI.

No âmbito estrutural, esta Coordenadoria atuou na renovação e/ou novos contratos de locação de imóveis para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria.

Com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, atuamos com ações de fortalecer a coleta de resíduos sólidos, através da criação do Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos, este que tem como objetivo descrever o conjunto de ações exercidas pela instituição nas etapas de segregação, manuseio, acondicionamento,

coleta, transporte, destinação final dos resíduos sólidos e disposição final dos rejeitos ambientalmente adequadas. As ações buscam promover a redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com o intuito de minimizar a quantidade de resíduos e rejeitos.

Ainda sobre a preocupação do setor com a sustentabilidade, foi conversado com as diversas unidades ministeriais para reforçar a preocupação com o consumo, sobretudo, energia elétrica, água, telefonia e postagens. Na mesma esfera de atuação ambiental, fortalecemos o convênio com a UEMA através do programa “Café Sustentável”, onde busca a reutilização e destinação consciente para a borra de café, folhagem do pátio de vegetal e lixo orgânico produzido pelo restaurante. Participamos ainda da manutenção do viveiro de plantas do MPMA, o que possibilitou a doação de mudas para os servidores e a sociedade. Demos total apoio às ações promovidas pela Comissão de Gestão Ambiental e realizamos a poda consciente das árvores do estacionamento da PGJ, com apoio e orientação do Corpo de Bombeiros Ambiental.

No que diz respeito a manutenção das Promotorias de Justiça, necessidades de reparos como: troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos elétricos, lógico e telefônico, reparo em PABX, ar-condicionado, cerca elétrica e sistema de CFTV, esta coordenadoria atuou em parceria com as unidades desta PGJ (CMTI, COEA e CAEI), para atender todas as demandas e garantir que todas as unidades estivessem em condições de funcionamento.

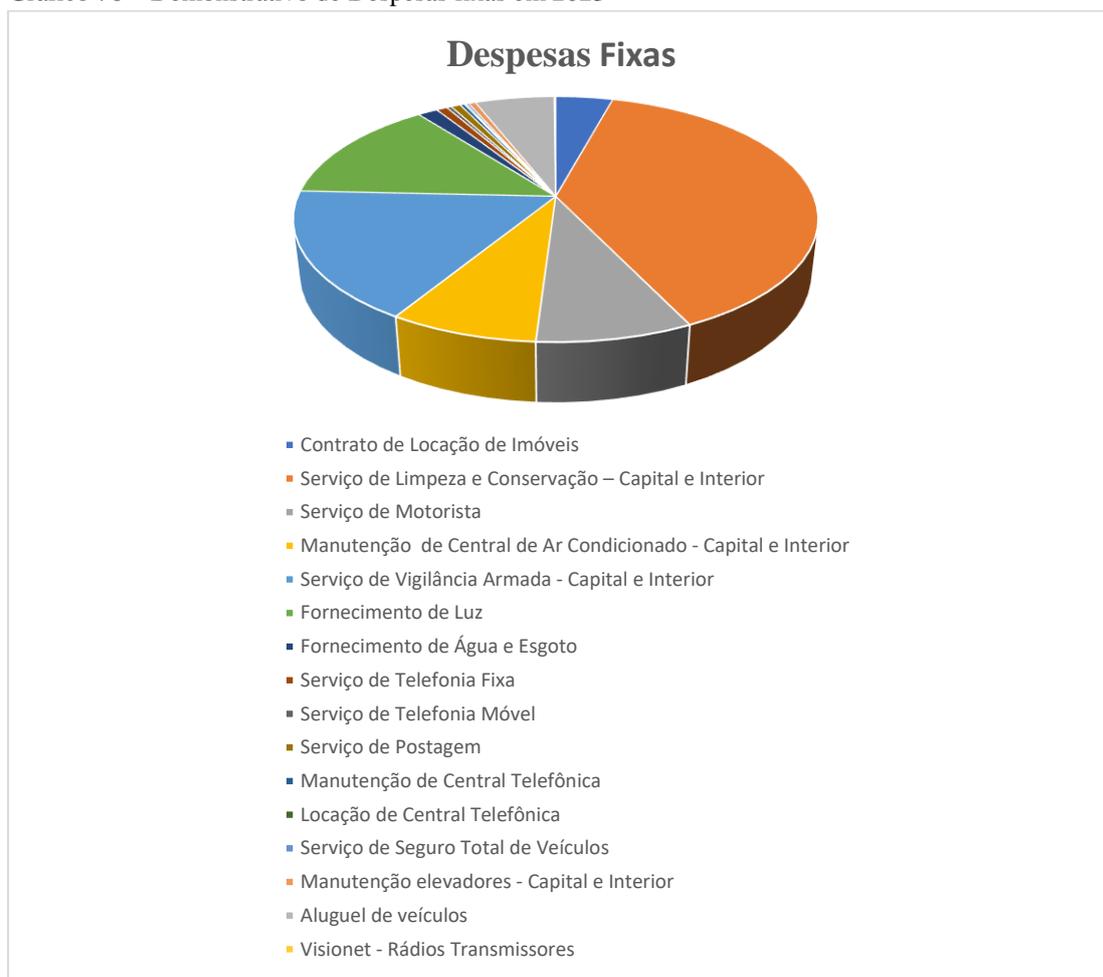
Seguem, em anexo, o demonstrativo realizado em 2023, assim como as planilhas com os custos fixos e variáveis.

Tabela 144 – Demonstrativo de Despesas fixas em 2023

| DESPESAS FIXAS | VALOR (R\$) |
|---|----------------------|
| Contrato de Locação de Imóveis | 1.242.293,87 |
| Serviço de Limpeza e Conservação – Capital e Interior | 11.439.869,50 |
| Serviço de Motorista | 2.404.028,07 |
| Manutenção de Central de Ar Condicionado - Capital e Interior | 2.286.775,13 |
| Serviço de Vigilância Armada - Capital e Interior | 5.025.274,68 |
| Fornecimento de Luz | 4.097.092,35 |
| Fornecimento de Água e Esgoto | 433.266,97 |
| Serviço de Telefonia Fixa | 238.977,88 |
| Serviço de Telefonia Móvel | 103.260,00 |
| Serviço de Postagem | 204.281,08 |
| Manutenção de Central Telefônica | 93.900,00 |
| Locação de Central Telefônica | 39.990,00 |
| Serviço de Seguro Total de Veículos | 61.000,00 |
| Manutenção elevadores - Capital e Interior | 150.111,68 |
| Aluguel de veículos | 1.724.625,66 |
| Visionet - Rádios Transmissores | 33.408,00 |
| TOTAL DESPESAS FIXAS | 29.578.154,87 |

Fonte: CSG/PGJ, 2023.

Gráfico 76 – Demonstrativo de Despesas fixas em 2023



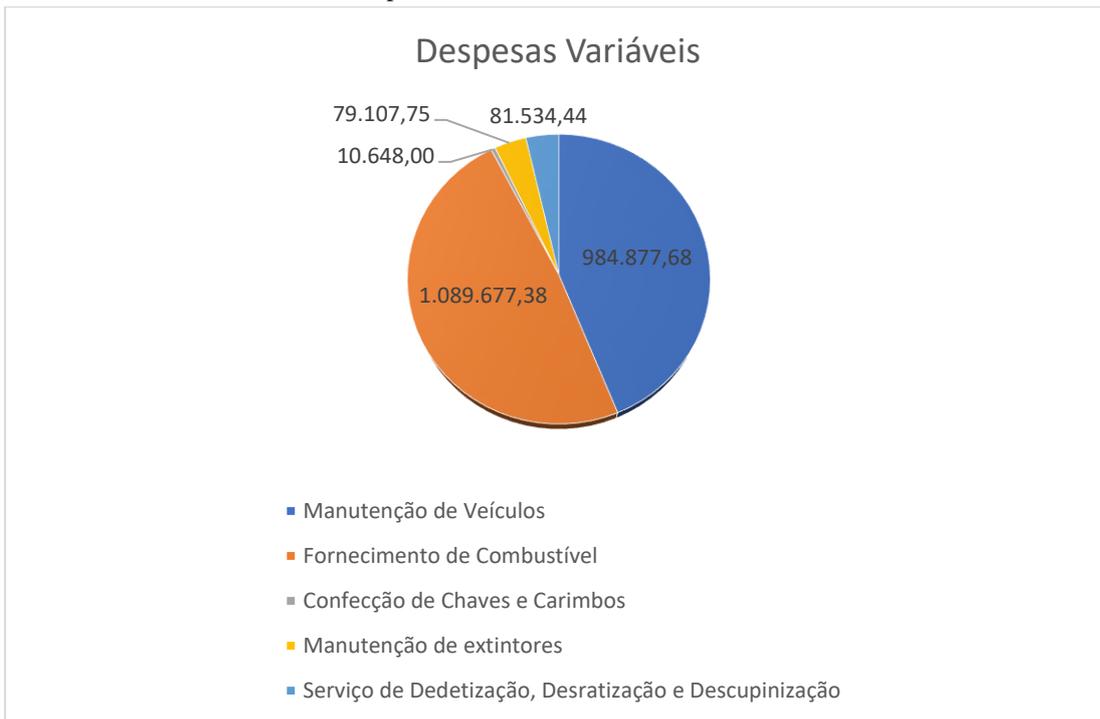
Fonte: CSG/PGJ, 2023.

Tabela 145 - Demonstrativo de Despesas Variáveis em 2023

| DESPESAS VARIÁVEIS | VALOR (R\$) |
|---|---------------------|
| Manutenção de Veículos | 984.877,68 |
| Fornecimento de Combustível | 1.089.677,38 |
| Confecção de Chaves e Carimbos | 10.648,00 |
| Manutenção de extintores | 79.107,75 |
| Serviço de Dedetização, Desratização e Descupinização | 81.534,44 |
| TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS | 2.245.845,25 |

Fonte: CSG/PGJ, 2023.

Gráfico 77 – Demonstrativo de Despesas variáveis em 2023



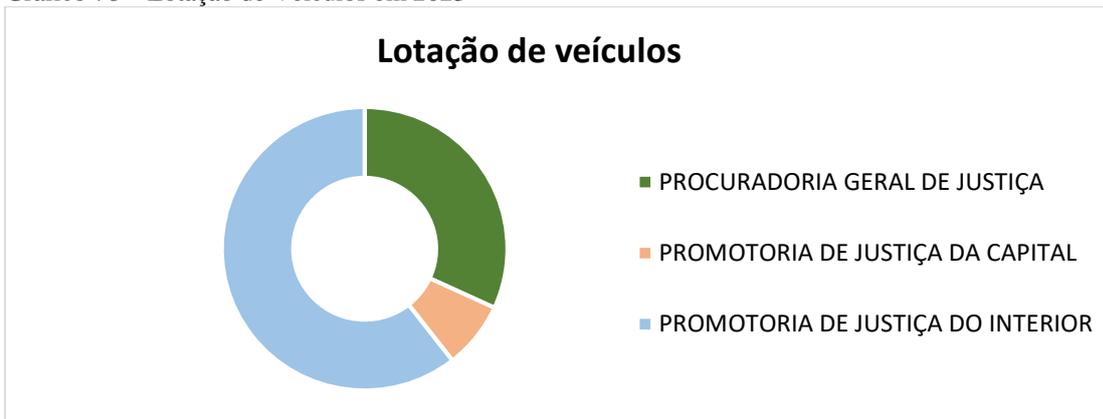
Fonte: CSG/PGJ, 2023.

Tabela 146 – Lotação de Veículos em 2023

| LOTAÇÃO DE VEÍCULOS | QUANTIDADE |
|-----------------------------------|-------------------|
| Procuradoria Geral de Justiça | 71 |
| Promotoria de Justiça da Capital | 17 |
| Promotoria de Justiça do Interior | 135 |
| Total de Veículos | 223 |

Fonte: CSG/PGJ, 2023

Gráfico 78 – Lotação de Veículos em 2023



Fonte: CSG/PGJ, 2023.

Coordenadoria de Comunicação (CCOM)

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A atuação da Coordenadoria de Comunicação norteia-se na Política de Comunicação Institucional Oficial do Ministério Público do Maranhão, disposta no Ato Regulamentar Nº 16/2015, que ainda se mostra pertinente, mesmo decorridos sete anos de sua publicação.

Segundo o Artigo 2º, a Política de Comunicação tem como objetivo “orientar as ações e serviços referentes ao exercício das funções institucionais”, com destaque para a função estratégica da Coordenadoria de Comunicação na adequada manutenção da imagem institucional; no auxílio a membros e servidores no contato com a imprensa; na divulgação de decisões judiciais, medidas de ajustes de conduta e recomendações; no atendimento das demandas advindas dos veículos de comunicação; na concepção e produção de campanhas e/ou peças de comunicação; na execução de ações de comunicação interna, entre outras atribuições.

Assim, a CCOM desenvolve ações de Comunicação Interna – voltadas para membros e servidores – e de Comunicação Externa – voltadas ao público em geral. Para tanto, dispõe de alguns canais nos quais são divulgados os conteúdos produzidos: site, intranet, redes sociais, Rádio MPMA, Murais e e-mail - e atende a demandas internas e externas, conforme detalhado abaixo.

Destacam como demandas do público interno cobertura da agenda do Procurador-Geral de Justiça; cobertura jornalísticas solicitadas por membros (reuniões, inspeções e eventos); divulgação jornalística das ações executadas por membros do MPMA, solicitadas por e-mail ou outros meios; produção de artes em geral (banners, cards, convites e outras peças gráficas) para divulgação de ações executadas por membros; divulgações em redes sociais; realização de campanhas; suporte na realização de eventos e divulgações internas na intranet e murais.

Em relação ao público externo, a principal demanda da CCOM diz respeito ao atendimento da imprensa, com agendamento de entrevistas, envio de notas, entre outros.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

Em 2023, a Coordenadoria de Comunicação realizou inúmeras atividades divididas nos seguintes eixos: assessoria de imprensa, gerenciamento de conteúdo de redes sociais; produções de vídeos; produções gráficas; realização de campanhas e comunicação interna.

2.1 Assessoria de Imprensa

A Assessoria de Imprensa tem como atribuição realizar o elo entre o Ministério Público e os veículos de comunicação, o que inclui a divulgação de releases e sugestões de pauta; a postagem das matérias jornalísticas no site institucional, assim como o envio

dessas matérias para toda a imprensa; o agendamento de entrevistas; a produção e realização de entrevistas coletivas e a redação de notas institucionais.

No ano de 2023, a Coordenadoria de Comunicação produziu e publicou no site institucional 809 matérias, uma média de 67 matérias produzidas e publicadas por mês. Vale lembrar que em 2022 foram produzidas 799 matérias. Os atendimentos à imprensa ocorrem de forma quase diária, com agendamento de entrevistas para os membros em veículos do estado.

NOTÍCIAS ver mais **AO CIDADÃO**

28/12/2023 | Infância e Juventude
SÃO JOÃO DOS PATOS – Órgãos fiscalizam consumo de bebidas alcoólicas entre crianças e adolescentes
Ação conjunta foi coordenada pelo MPMA Com o objetivo de proteger crianças e adolescentes em São João dos Patos quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizou, em 16 dezembro, uma operação conjunta com diversos órgãos para fiscalizar casas notu

22/12/2023
MPMA recebeu notas de elogio da Corregedoria Nacional do Ministério Público

22/12/2023
Decisão do TJ mantém prisão de vereador de Matões do Norte efetivada em operação do MPMA

21/12/2023
MPMA e Secretaria de Saúde debatem parceria para o combate ao sofrimento fetal

20/12/2023
PIRAPEMAS – Ex-prefeito e vice-prefeita são condenados por improbidade administrativa

Encontre uma Promotoria

Plantão das Promotorias

Ouvidoria

Medida Protetiva de Urgência

TRANSPARÊNCIA MINISTÉRIO PÚBLICO

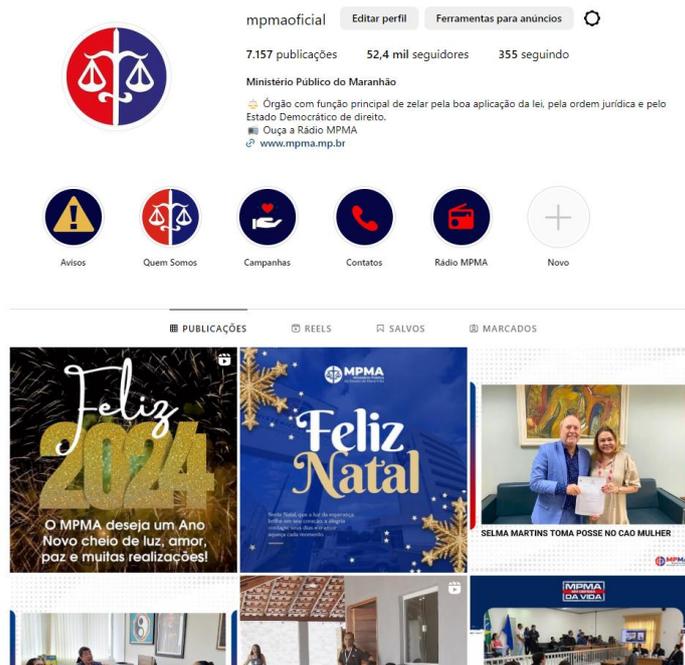
Seção de Notícias do site do MPMA

2.2. Gerenciamento de redes sociais

As redes sociais configuram-se, atualmente, importantes fontes de divulgação institucional, bem como formas de conexão com a sociedade. Nesse sentido, o MPMA possui, contas oficiais no Instagram, Facebook, Twitter e YouTube. No entanto, a rede que tem sido alvo de maior atenção é o Instagram, que conta, atualmente, com 52,4 mil seguidores. Frisa-se que houve um aumento de mais de 20 mil seguidores desde 2020, quando foi iniciada a atual gestão.

Em 2023, foram realizadas 2139 postagens, sendo 795 no feed, 966 nos stories e 378 reels, com uma média de publicações 5 por dia. Vale destacar que, seguindo uma tendência do marketing digital, a CCOM tem apostado mais na publicação de vídeos no formato reels. Também é importante mencionar que as postagens no Instagram não devem ser excessivas para não reduzir o engajamento.

Importante destacar que houve um aumento expressivo em relação aos conteúdos produzidos em 2022: o número total de postagens aumentou 29% em relação ao ano anterior. Em relação aos vídeos no formato reels o crescimento foi bastante expressivo, saltando de 81 vídeos para 378, um aumento de 78%.



Página do Instagram do MPMA

2.3. Produções de vídeos

A Coordenadoria de Comunicação tem produzido vídeos em diferentes formatos, para divulgação tanto no Instagram quanto no YouTube. Além da produção do MPTV (exibido na TV Assembleia), também têm sido produzidos o Giro de Notícias), vídeos institucionais, o videocast MP Contexto e vídeos em formato reels de divulgação e cobertura de eventos e ações do MPMA.

Frisa-se que alguns dos vídeos – como institucionais, MPTV e MP Contexto - são produzidos em parceria com a empresa contratada Cena 2 e outros são realizados apenas pela CCOM. Ao longo de 2023, foram realizadas 26 edições do Giro de Notícias; 6 edições do MP Contexto e 61 vídeos institucionais e/ou reportagens especiais.

Figura 39 – Giro de Notícias e MP Contexto são produzidos pela CCOM



Fonte: CCOM/PGJ,2023.

2.4. Campanhas/Ações institucionais e Produção gráfica

Ao longo de 2023, a CCOM também realizou campanhas e ações institucionais, além de ter produzido uma grande variedade de peças gráficas em formatos de banners, cards para redes sociais, folders e cartazes. Grande parte dessas produções foram solicitadas por diversos setores do Ministério Público do Maranhão, entre os quais Escola Superior, Centro Cultural, CAOs, Seplag, Secinst, além das próprias promotorias.

Dentre essas produções podemos destacar ações como 18 de maio (CAO Infância e Adolescência); Agosto Lilás; Setembro Amarelo (CAO Direitos Humanos e Seção de Saúde Funcional); Novembro Azul (Saúde funcional); MPMA na Defesa da Vida (CAOp Tribunal do Júri); Segurança Institucional (CAEI); Grupo Reflexivo (CAO Mulher); Comissão de Gestão Ambiental – Integrar e Florescer; III Mostra de Talentos (Gestão de Pessoas); XIII Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, entre outras. Abaixo, alguns exemplos de peças produzidas pela CCOM:

Figura 40– Banner sobre o evento LGPD



Fonte: CCOM/PGJ,2023.

Figura 41 – Banner sobre audiência pública



Fonte: CCOM/PGJ,2023.

Figura 42 -Cards de exposições



Fonte: CCOM/PGJ,2023.

Figura 43 - Folder do projeto “Quem escolhe o seu caminho?” do CAO-DHC

Uso contínuo: causa problemas no sistema nervoso central, além de agressividade quando o usuário está em abstinência.

O que são drogas sintéticas?

As drogas sintéticas são produzidas a partir de processos químicos. No entanto, elas se subdividem em duas categorias.

Drogas semissintéticas as drogas semissintéticas são aquelas drogas que, apesar de terem sido submetidas a algum processo químico com a finalidade de potencializar seus efeitos, ainda tiveram sua matéria-prima retirada de alguma planta natural que continha substâncias psicoativas. Exemplos de drogas semissintéticas: **haxixe, crack e cocaína.**

Drogas sintéticas as drogas sintéticas são produzidas exclusivamente em laboratórios. Dessa forma, todos os componentes dessas drogas são elaborados de forma que, quando combinados entre si, oferecem ao usuário um alto efeito psicoativo e alucinógeno. Essas drogas sintéticas não possuem nenhum elemento cuja fonte tenha sido natural, já que toda a sua composição é totalmente sintética e artificial. Exemplos de drogas sintéticas: **LSD, ecstasy e anfetaminas.**

Independentemente do tipo da droga, todas oferecem sérios riscos à saúde. Se você está sofrendo com o vício em alguma dessas drogas, não hesite em procurar por ajuda profissional. **Quem Escolhe o seu Caminho? Você ou as Drogas?**

Onde buscar ajuda?

OUVIDORIA MP/MA:
 Telefona: 0800 098 1600
 WhatsApp: (98) 9 9137-1298
 E-mail: ouvidoria@mpma.mp.br

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL
 Direitos Humanos e Cidadania:
 (98) 3219 1945

Saúde:
 (98) 3219 1902

Infância e Juventude:
 (98) 3219 1946

Educação:
 (98) 3219 1808

Mulher:
 (98) 3219 1980

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS (AA)
 (98) 9984 2846 (whatsapp)

NARCÓTICOS ANÔNIMOS
<http://na.org.br>

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
 ALCOOL E OUTRAS DROGAS - (CAPS-AD ESTADUAL)
 (98) 3236 4741 / 99124 6170

CAPS-AD SÃO LUIS
 (98) 99143 1431

SAMU
 192

POLÍCIA MILITAR
 190

CORPO DE BOMBEIROS
 193

Coordenação:
 Cristiane Gomes Coelho Meia Lago
 58ª Promotora de Justiça de Substituição Plena
 Coordenadora do CAO-Direitos Humanos e Cidadania
 Sandra Fagundes Garcia
 Coordenadora do CAO-Mulher
 1ª Promotora Especializada de Imperatriz

2023

Fonte: CCOM/PGJ,2023.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A Coordenadoria de Comunicação trabalhou, ao longo de 2023, em três iniciativas alinhadas ao Planejamento Estratégico 2021-2029. Com o objetivo de intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos e fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional, foi planejado um Manual de Imprensa e Mídia, voltado para que os profissionais de imprensa conheçam melhor a

instituição, bem como para melhorar os fluxos de atendimento. Atualmente, o Manual encontra-se na fase de redação.

Ainda com o objetivo de fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional, a CCOM incluiu no Planejamento Estratégico a realização de Media Training para membros do MPMA. No entanto, apesar de já ter sido elaborado um formato de curso e de terem sido repassadas orientações pontuais para alguns membros da instituição, a atividade ainda não foi executada devido às demandas do setor. No entanto, há o interesse da CCOM em realizá-lo em 2024.

Por fim, também foi incluído no Planejamento Estratégico a elaboração de um Sistema de Demandas de Comunicação para melhorar os fluxos das solicitações de membros e servidores para garantir a melhor execução dos serviços. O Sistema também tem como objetivo o fortalecimento dos processos de comunicação e a imagem institucional. A CCOM já realizou todas as ações necessárias para a execução da iniciativa e atualmente aguarda a produção do Sistema pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação.

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

Esta unidade administrativa é subordinada à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), conforme previsão nos Atos Regulamentares N° 020/2008-GPGJ e N° 22/2020-GPGJ (dispõem sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão) e possui como missão fundamental e seções administrativas subordinadas:

Figura 44 – Organograma da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca - CDB



Fonte: SECINST/PGJ,2023.

Assim, em síntese, além de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas supracitadas seções, esta coordenadoria tem como principais competências regimentais:

- acompanhar a produção da informação legislativa, doutrinária e jurisprudencial e atender às solicitações de pesquisas jurídicas, além de registrar, organizar e divulgar os Atos normativos do Ministério Público Estadual;
- coordenar as atividades de processamento técnico das publicações que integram o acervo da biblioteca, visando à recuperação e disseminação da informação;
- supervisionar a produção editorial das publicações institucionais para melhor divulgação das ações, programas e projetos do MPMA;
- promover a gestão do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão (DEMP-MA);
- propor processos administrativos e acompanhar a execução da prestação de serviços e aquisição de produtos, por meio da gestão e fiscalização de contratos administrativos.

Igualmente, a CDB integra e secretaria as atividades da Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão*, responsável pela proposição de ações de resgate e registro da história do *Parquet* Estadual, além de compor a *Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Programa de Gestão de Documentos do MPMA*, responsável pela iniciativa e implementação de políticas

voltadas à definição de critérios, mecanismos e procedimentos para a avaliação, guarda e descarte seguro dos documentos produzidos por esta Instituição.

Ademais, esta coordenadoria participa da *Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Maranhão*, que tem como objetivo primordial a deliberação e o planejamento de diretrizes ambientais sustentáveis em âmbito institucional.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS

2.1. Política de Atendimento aos Usuários

Durante o exercício de 2023, a CDB buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as necessidades do MPMA por meio das seguintes ações registradas no comparativo anual de suas rotinas administrativas, serviços e produtos oferecidos:

Tabela 147 – Rotinas administrativas, serviços e produtos da CDB/PGJ (2022-2023)

| ROTINAS ADMINISTRATIVAS , SERVIÇOS E PRODUTOS DA COORDENADORIA | 2022 | 2023 |
|---|-------------|-------------|
| Movimentações e despachos via Sistema DIGIDOC | 275 | 259 |
| Expedição de correspondências (Postagens via SIGEP WEB Correios) | 202 | 330 |
| Atendimento às solicitações de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (aos Membros, servidores e comunidade em geral) | 430 | 455 |
| Alerta-legislação (Pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA) | 227 | 228 |
| Disponibilização de atos normativos do MPMA no link virtual “ <i>LEGISLAÇÃO INTERNA</i> ” (Acesse: https://www.mpma.mp.br/index.php/nova-legislacao-interna) | 124 | 90 |
| Disponibilização de Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) do MPMA no link “ <i>Portal da Transparência</i> ” | 321 | 545 |
| Publicação de matérias no Diário Eletrônico do MP (DEMP-MA) | 4759 | 5248 |
| Total de edições do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão (DEMP-MA) | 241 | 242 |
| Alerta Publicação Oficial (Envio por e-mail de procedimentos ministeriais publicados no DEM-MA das Promotorias de Justiça) | 1706 | 2035 |
| Veiculação de avisos, editais e notas oficiais em jornais locais | 76 | 82 |

Fonte: CDB/PGJ (2022-2023)

Tabela 148 - Serviços de Referência e de Processamento Técnico (CDB)

| ATENDIMENTO AO USUÁRIO | 2022 | 2023 |
|---|-------------|-------------|
| Consulta local ao acervo bibliográfico | 39 | 24 |
| Empréstimo de livros jurídicos, técnicos e literários | 77 | 47 |
| Pesquisa on-line (<i>SIABI Web</i>) | 239 | 236 |

| | | |
|--|-------------|-------------|
| Cadastro de usuários | 8 | 8 |
| DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES | 2022 | 2023 |
| Aquisição de livros impressos (doação) | 45 | 56 |

Fonte: Sistema de Automação de Bibliotecas – SIABI (2022-2023).

2.2. Gestão e Fiscalização de Contratos

Em 2023, em alinhamento ao vigente Planejamento Estratégico do MPMA, buscou-se dar celeridade e eficiência à gestão e fiscalização de contratações vinculadas a esta unidade administrativa relativas às necessidades institucionais:

Figura 45 – Contratos sob gestão e fiscalização da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca



Fonte: CDB/PGJ,2023.

Quadro 38 – Ação Gestão e fiscalização de contratos CDB (2023)

| GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS | OBJETIVO ESPECÍFICOS |
|------------------------------------|---|
| Projeto Biblioteca Digital | Assinatura de plataformas de livros digitais/sistema de pesquisas <i>on line</i> , para potencializar a fundamentação ministerial por meio de fontes bibliográficas atualizadas para contribuir na execução das funções precípua e necessidades informacionais do MPMA. |

| | |
|--|---|
| Guarda externa de documentos e arquivos | Prover guarda externa e gestão da massa documental da Seção de Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça. |
| Veiculação de avisos e editais em jornais locais | Atender permanente divulgação de informações relativas aos procedimentos licitatórios e contratos administrativos, além de atendimento de eventual necessidade de veicular outras matérias institucionais da Administração Superior do MPMA e dos Órgãos de Execução Ministerial. |
| Renovação de aplicativos técnicos (SIABI) | Manter assistência técnica para as estações de trabalho do “ <i>Sistema SIABI</i> ” instaladas na Biblioteca da PGJ e na Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público (ESMP). |
| Fornecimento e assinatura de jornais locais | Subsidiar a tomada de decisões no âmbito da atuação institucional e política do MPMA frente aos órgãos formadores de opinião pública. |
| Fornecimento de materiais gráficos (publicações) | Suprir as necessidades de comunicação interna e externa dos projetos, campanhas, serviços e programas da Instituição em benefício da sociedade maranhense. |
| Formatação e diagramação de obras | Excelência e padronização para as publicações e mídias da Administração Superior do MPMA, dos Órgãos de Execução e do Programa <i>Memória Institucional</i> . |

Fonte: CDB/PGJ, 2023

2.3. Supervisão Editorial de Obras Institucionais

Vários títulos de relevo do *Parquet* maranhense foram desenvolvidos em 2023, por meio de procedimentos de normalização, organização, editoração, confecção gráfica, distribuição e respectiva divulgação institucional:

- ***KIT MPMA 2024*** (Agendas, Cadernos, Calendários, Mousepads e bloco de anotações);
- ***“Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão - Juris Itinera”*** nº 28/29 (2022);
- Livro ***“Gestão de resíduos: estratégias de atuação interinstitucional”*** do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Cartilha ***“Guia para acompanhamento das ações de sofrimento fetal”***, idealizada pela equipe da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça;
- Reimpressão das cartilhas ***“Rede do Bem: estamos aqui para ajudar”*** (Campanha de Prevenção da Automutilação e do Suicídio) do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAO/DH);
- Reimpressão das cartilhas ***“Manual de Segurança Institucional”*** e ***“Orientações de segurança contra golpes e crimes cibernéticos”***, produzidas pela Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI).

2.4. Atividades da Seção de Protocolo da PGJ

A seguir, apresentam-se os comparativos anuais dos serviços oferecidos pelo Protocolo da PGJMA quanto aos procedimentos de conferência, autuação e envio de documentos e processos administrativos e judiciais aos setores competentes (com exceção dos processos judiciais oriundos do Tribunal de Justiça do Maranhão), cadastro de requerimentos externos de cidadãos e outros órgãos vinculados aos sistemas SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público) e DIGIDOC (Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos), além do envio e recebimento de postagens via correios.

Tabela 149 – Recebimento/Autuação de processos (2022-2023)

| RECEBIMENTO/AUTUAÇÃO DE PROCESSOS | 2022 | 2023 |
|--|-------------|-------------|
| Requisições registradas no Protocolo – Sistema DIGIDOC | 1447 | 1091 |
| Registro de atendimento ao público – Sistema SIMP | 1994 | 2819 |
| TOTAL | 3441 | 3910 |

Fonte: Protocolo/PGJ (2022-2023)

Tabela 150 – Expedição de correspondências – Seção de Protocolo/PGJ (2022-2023)

| ENVIO DE CORRESPONDÊNCIAS | 2022 | 2023 |
|---------------------------|-----------|-----------|
| SEDEX C/ AR – SIGEP WEB | 38 | 23 |
| PAC C/ AR – SIGEP WEB | 33 | 17 |
| TOTAL | 71 | 40 |

Fonte: Protocolo/PGJ (2022-2023).

2.5. Atividades da Seção de Arquivo da PGJ

Na tabela abaixo, registra-se o comparativo anual dos procedimentos de recebimento, conferência, remessa e arquivamento de documentos e processos pelo Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão em 2023:

Tabela 151 – Atividades e procedimentos do Arquivo/PGJMA (2022-2023)

| ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS | 2022 | 2023 |
|--|--------|--------|
| Recebimento de documentos e caixas-arquivos para arquivamento | 2.428 | 1.183 |
| Expedição/remessa de documentos e caixas-arquivos para consulta | 256 | 267 |
| Recebimento e Expedição de Processos (físicos e <i>on line</i>) administrativos (DIGIDOC) e judiciais (SIMP) para arquivamento e consulta | 27.271 | 27.826 |
| Remessa de documentos e caixas-arquivo para guarda externa e consulta | 203 | 52 |

Fonte: Arquivo/PGJ (2022-2023).

3. INICIATIVAS DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Quadro 39 – Iniciativas no âmbito do planejamento estratégico

| INICIATIVAS | OBJETIVO(S) | RESULTADOS OBTIDOS |
|---|--|---|
| Melhorias na edição do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão – DEMP-MA | Padronizar as rotinas envolvidas na edição do DEMP/MA, conferindo maior eficiência, integração, agilidade e efetividade à atuação institucional dos partícipes. | 95% das matérias recebidas no padrão estabelecido após campanha de conscientização. |
| Gestão Documental | <p>a) Promover a gestão eficiente dos documentos de acordo com as fases que determina a tabela de temporalidade.</p> <p>b) Eliminar com segurança os documentos sem utilidades, observando os instrumentos arquivísticos disponíveis.</p> <p>c) Garantir a guarda de documentos permanentes e históricos da Instituição.</p> | <p>A gestão documental justifica-se pelo acúmulo de documentos em papel, nos setores e órgãos ministeriais em decorrência da não utilização dos instrumentos arquivísticos, para fins de organização e eliminação nas unidades produtoras.</p> <p>Em decorrência desse acúmulo documental (1968-2019), a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, providenciou dois servidores para dar início à gestão documental.</p> |

Fonte: CDB/PGJ, 2023

4. AÇÕES DE MELHORIA

Com o apoio da Administração Superior do Ministério Público e da SECINST/PGJ destaca-se o “**Projeto BIBLIOTECA DIGITAL DO MPMA**” – que promove a democratização do conhecimento e a universalização da informação jurídica de interesse ministerial por meio de cadastros e acessos em plataformas de livros digitais e sistema de pesquisas *on line*, disponibilizados pela Intranet do MPMA.

Tabela 152 – Plataforma “Biblioteca Digital Proview - Editora Revista dos Tribunais”

| BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW | 2023 |
|-----------------------------|---------------|
| Disponibilização de livros | 2042 |
| Eventos (pesquisas/acessos) | 48.788 |

Fonte: Editora RT - <https://www.thomsonreuters.com/em.html> (2023)

Obs.: A Editora Revista dos Tribunais considera eventos todas as interações que os usuários executam na plataforma como, por exemplo, pesquisas realizadas, abertura de documentos *etc.*

Tabela 153 – Plataforma “Biblioteca Digital Saraiva - BDS” - Editora Saraiva

| BIBLIOTECA DIGITAL SARAIVA - BDS | 2023 |
|----------------------------------|-------------|
| Disponibilização de Livros | 2293 |
| Pesquisas/Acessos | 2373 |

Fonte: Editora Saraiva - <https://www.saraivaeducacao.com.br> (2023)

Tabela 154 – Plataforma “Fórum de conhecimento jurídico” - Editora Fórum

| PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO | 2022 | 2023 |
|---|--|--|
| Acervo (livros, códigos, periódicos, informativos e vídeos) | 1.863 | 1.915 |
| Pesquisas/acessos | 9.945 visualizações 7.974 pesquisas | 9.858 visualizações 6.974 pesquisas |

Fonte: Editora Fórum - <https://www.forumconhecimento.com.br> (2022-2023)

Tabela 155 – Sistema de pesquisa jurídica *on line* “MAGISTER NET” - LEX Editora

| Sistema MAGISTER NET | 2022 | 2023 |
|---|--------------|--------------|
| Consultas (legislação, jurisprudência, doutrina, dicionário jurídico, prática jurídica, modelos e prazos processuais) | 9.886 | 8.488 |
| Disponibilização de periódicos jurídicos (coleção completa) | 10 | 10 |

Fonte: LEX Editora - <https://www.lex.com.br/plataforma-lex> (2022-2023).

Programa Memória Institucional do MPMA (PMMP)

No âmbito do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, criado pela Resolução nº 04/2004, do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA, as seguintes atividades foram desenvolvidas em 2023, conforme suas linhas de ação:

1. PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Atividades desenvolvidas no Arquivo Público do Estado do Maranhão:

- Revisão das transcrições dos ofícios dos promotores públicos dos anos de 1895-1896, documentação referente ao período republicano da “*Correspondência ativa dos Promotores Públicos*”;
- Pesquisa e transcrição dos Livros de Registros de Correspondência do Governo da Província relativo às minutas dos ofícios enviados pelo Chefe de Governo aos Promotores Públicos e outras autoridades. Documentação referente ao período de 1857 a 1888.

2. HISTÓRIA ORAL

- Entrevistas revisadas e preparadas para edição: procuradores de justiça falecidos Alzira Normandia Veras, José Ribamar Seguins e Plínio Teixeira Gomes Ferreira, além dos procuradores de justiça aposentados Raimundo Ferreira Marques e Helena Barros Heluy.
- Transcrição das entrevistas do procurador de justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa e procuradora de justiça aposentada Eliza Brito Neves.

3. MEMORIAL DO MPMA

- a) Visita técnica de membro da Direção do Instituto Municipal da Paisagem Urbana da Prefeitura de São Luís (IMPUR), Sr^a Luciane Costa, sobre parceria de visitas ao Memorial do MPMA pelos idosos que frequentam regularmente o Parque Bom Menino (fevereiro);
- b) 3.2 Inscrição na 21^a Semana de Museus, com o tema “*Museus, sustentabilidade e bem-estar*” promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (maio);
- c) Visita técnica da historiadora Nayara Cristina dos Santos, representante do Centro de Memória do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), às dependências da Sala de Administração do Memorial e do Memorial do MPMA (julho);
- d) Participação em reunião com a Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Sr^a Fernanda Castro, sobre as políticas públicas de museus. A reunião foi realizada no auditório do Museu Casa de Tambor de Crioula no Centro Histórico (agosto);

- e) Visita do historiador Laurentino Gomes às dependências do Memorial do MPMA, após prévio convite da promotora de justiça Ana Luiza Almeida Ferro (setembro);
- f) Registrou-se o cômputo anual de 721 visitantes ao Memorial.

4. ATIVIDADES DIVERSAS

- a) **Participação na 7ª Semana Nacional de Arquivos (SNA)**, promovida pelo Arquivo Nacional e pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), com o tema “*Arquivos - Territórios de Vida*”, realizado presencialmente no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), com programação realizada pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e pela Coordenadoria de Arquivo e Gestão Documental do TJMA.
- b) Após prévia visita à sede do APEM em 2022, em que foi constatada a precariedade de suas instalações físicas, a Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do MPMA* entrou em contato com o Promotor de Justiça Luis Fernando Cabral Barreto Junior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do MPMA, o qual informou que o APEM está inserido na área de tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Assim, a Comissão Gestora deu ciência ao Procurador-Geral de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, o qual oficiou à Procuradoria da República no Estado do Maranhão (Ministério Público Federal – MPF, para exame da questão e providências cabíveis, tendo em vista eventual perda de documentação histórica institucional;
- c) Após contatos com o Coordenador de Arquivo e Gestão Documental do TJMA, Sr. Christofferson Melo Cunha de Oliveira, foram digitalizadas publicações do Programa *Memória Institucional*;
- d) Continuidade da distribuição institucional das edições impressas dos tomos 17 a 24 do volume 2 da série “*Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*” e “*Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877 (2ª edição)*”;
- e) Levantamento de dados, planejamento e execução das atualizações do link do Programa *Memória Institucional* na página virtual do Ministério Público do Maranhão.

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

1. ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS DA UNIDADE

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, planejar aquisições e contratações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

2. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

A CMTI, atendendo às diretrizes internas, elaborou este relatório visando retratar em um documento sucinto, claro, objetivo, lógico e de fácil manuseio, todas as atividades realizadas por esta Coordenadoria durante o ano de 2023, e apresentar as melhorias e resultados obtidos, tomando como base as ações e metas estabelecidas pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Para tanto, o mesmo foi dividido nas áreas de atuação desta Coordenadoria, mais precisamente, Coordenação e Seções, a saber:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas - SADS;
- Seção de Segurança e Rede de Computadores - SSRC;
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos - SMCE -
- Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário - SASU, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas;

3. COORDENADORIA

3.1. Processos Licitatórios, Adesões, Aditivos e Aquisições em 2023

A tabela a seguir evidencia o resultado de esforços gerados pela equipe técnica da CMTI no planejamento, gestão e fiscalização das contratações e projetos de TI:

Tabela 156 – Processos de contratações em 2023

| ITEM | PA | ORIGEM | ASSUNTO | AUTUAÇÃO |
|------|-----------|------------------|--|------------|
| 1 | 76/2023 | Memo-CMTI-22023 | Solicitação de Aditivo Emergencial de Prazo ao Contrato N.º 38/2017. Link de Internet - Operadora O S.A. | 04/01/2023 |
| 2 | 3047/2023 | Memo-CMTI-232023 | Registro de Preços para aquisição de Webcams | 24.01.2023 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | |
|----|------------|-------------------|---|------------|
| 3 | 3835/2023 | Memo-CMTI-282023 | Pedido de Celebração de Aditivo Emergencial de Prazo ao Contrato N° 35/2018, para prestação de serviços técnicos especializados na área de TI (Service Desk), pela pmpresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. | 07/03/2023 |
| 4 | 4202/2023 | Memo-CMTI-362023 | Solicitação de Adesão ARP 145/2022-MPMT, para aquisição de solução hiperconvergente visando a atualização tecnológica e expansão da infraestrutura de produção do Datacenter da PGJ/MA. | 13.03.2023 |
| 5 | 4461/2023 | Memo-CMTI-382023 | Solicitação de 1º Aditivo de Prazo e de Valor ao Contrato 15/2021 – Serviços de Comunicação e Colaboração em Plataforma de Nuvem (Google Workspace) - Empresa RJR Serviços de Tecnologia Ltda. | 15.03.2023 |
| 6 | 6221/2023 | Memo-CMTI-462023 | Solicita compra de baterias seladas para nobreaks da ARP 322022 – 500 unidades | 17.04.2023 |
| 5 | 6586/2023 | Memo-CMTI-522023 | Solicitação de compra de 300 equipamentos de rede (Switches) da ARP 13/2023. | 24.04.2023 |
| 6 | 7436/2023 | Memo-CMTI-612023 | Registro de preços para fornecimento de memórias tipo SSDS 256GB | 05.05.2023 |
| 7 | 7816/2023 | Memo-CMTI-652023 | Solicitação de 1º Aditivo de Prazo ao Contrato N° 262022 – Ibrowse Fábrica de Software | 11.05.2023 |
| 8 | 8502/2023 | Memo-CMTI-742023 | Dispensa Eletrônica visando a contratação de empresa de engenharia especializada para a implantação de infraestrutura de enlace de fibra óptica própria entre o data center da PGJ-MA e o novo data center do TJMA, e expansão do enlace de fibra óptica própria entre o data center da PGJ-MA e o data center da PJC, localizados no Calhau - São Luís - MA. | 19.05.2023 |
| 9 | 8733/2023 | Memo-CMTI-782023 | Solicitação de Contrato Emergencial para manutenção de link de internet provido pela operadora Oi, referente ao Contrato N.º 38/2017 | 24.05.2023 |
| 10 | 9555/2023 | Memo-CMTI-852023 | Solicitação do 2º Aditivo de Prazo ao Contrato 43/2021 | 06.06.2023 |
| 11 | 9831/2023 | Memo-CMTI-872023 | Solicitação de contratação de link de internet de 10GBPS (item 4 aa Ata de Registro de Preços N° 41/2023) | 12.06.2023 |
| 12 | 13791/2023 | Memo-CMTI-1052023 | Dispensa de licitação (aquisição de licença de uso de software de acesso remoto e suporte via internet (Teamviewer); e canal de acesso remoto adicional (Addon Channel) para Teamviewer) | 02.08.2023 |
| 13 | 14891/2023 | Memo-CMTI- | Abertura de processo licitatório para contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação voltada ao desenvolvimento e manutenção evolutiva e adaptativa de | 22.08.2023 |

| | | | | |
|----|------------|---------------------|---|------------|
| | | | sistemas de informação, em regime de fábrica de software. | |
| 14 | 15530/2023 | Memo-CMTI - 1162023 | Contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços continuados de assistência e suporte técnico, manutenções preventiva e corretiva em equipamentos nobreaks de grande porte (40 KVA, 60 KVA e 80 KVA), de marca Delta, modelo série NH Plus e instalações correlatas. | 04/09/2023 |
| 15 | 16107/2023 | Memo-CMTI - 1202023 | Solicita compra de SSDS 256gb da ARP 57/2023 - 1000 unidades | 13/09/2023 |
| 16 | 16671/2023 | Memo-CMTI - 1262023 | Solicita Compra de Webcams - ARP 51/2023 - 800 Unidades do Item 1 - Wp Company Comercio e Serviços Tecnologia Ltda | 19/09/2023 |
| 17 | 16675/2023 | Memo-CMTI - 1272023 | Solicita Compra de Webcams - Item 2 da ARP 52/2023 - 200 unidades - Peke Soluções Ltda | 19/09/2023 |
| 18 | 18720/2023 | Memo-CMTI - 1352023 | Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de impressão corporativa (Outsourcing de Impressão) | 17/10/2023 |
| 19 | 20641/2023 | Memo-CMTI - 1492023 | Solicitação de formação de registro de preços para fornecimento de peças de reposição para Ultrabooks Hp Elitbook 840 G3 | 17/11/2023 |
| 20 | 20893/2023 | Memo-CMTI - 1512023 | Registro de preços para aquisição de componentes de informática | 22/11/2023 |
| 21 | 21475/2023 | Memo-CMTI - 1622023 | Registro de preços para eventual fornecimento de nobreaks de pequeno porte | 01/12/2023 |

Fonte: CMTI/PGJ, 2023.

3.2. Atas de Registro de Preços geradas e vigentes no ano de 2023

Tabela 157 – Descrição dos objetos das Atas de Registro de Preços geradas - 2023

| N. | Vigência | Objeto | Tipo |
|----------------|------------|-----------------------------|---------|
| 51/2023 | 07/08/2024 | 1800 Unidades de Webcams | Consumo |
| 52/2023 | 07/08/2024 | 200 Unidades de Webcams | Consumo |
| 57/2023 | 12/09/2024 | 1000 Unidades de Ssds 256GB | Consumo |

Fonte: CMTI/PGJ, 2023.

Impactos: Melhoria na experiência dos usuários e na qualidade dos serviços de TI prestados nas áreas meio e fim, garantindo maior celeridade nas aquisições/contratações quando necessário e mediante disponibilidade orçamentária.

3.3. Processos, demais documentos, e ações administrativas – período de 01/01/2023 a 31/12/2023:

As tabelas e gráficos a seguir foram geradas a partir das informações registradas no sistema de geração, controle e tramitação de processos administrativos - Digidoc. Foi

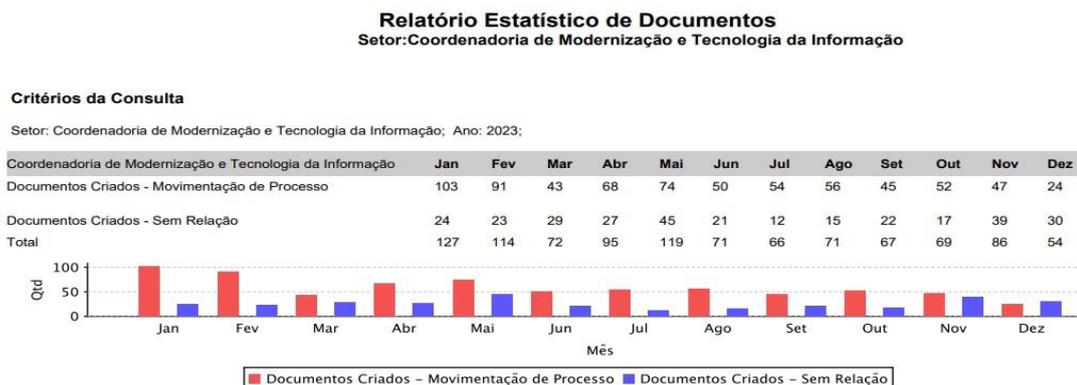
subdividido em um grupo específico para processos e outro grupo para documentos (memorandos, ofícios, despachos, etc.):

Gráfico 79 - Processos administrativos gerados e movimentados através do digidoc



Fonte: CMTI/PGJ, 2023.

Gráfico 80 - Documentos administrativos produzidos e trabalhados dentro do sistema digidoc



Fonte: CMTI/PGJ, 2023.

4. SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SADS

A Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas atuou em diversas tarefas relacionadas a Ordem de Serviços, Ações, Funcionalidades, Documentações, Bancos de Dados, Análise de Sistemas, Estimativas, Reuniões, Suporte, Correção de Defeitos, Mudanças de Sistemas, Capacitações e Contagens de Pontos de Função, além de inúmeros chamados de requisição ou incidentes envolvendo sistemas. No ano de 2023, destaca-se, entre outros projetos, o desenvolvimento do novo Sistema da área-fim do Ministério Público do Maranhão, o SIMP 3.0, a partir de Termo de Cooperação Técnica firmado com Ministério Público do Mato Grosso – MPMT, que, dentre outras melhorias de relevo, possibilitou a interoperabilidade com o PJe, otimizando o trabalho de membros e servidores.

Durante o exercício reportado, a SADS gerenciou o contrato nº 26/2022 com a contratada Ibrowse Consultoria e Informática LTDA, vigente desde junho de 2022, encerrado em dezembro de 2023. No que diz respeito ao contrato da fábrica de software com a Basis Tecnologia sob o nº 27/2020, o mesmo foi encerrado em novembro de 2022

e, foi entregue, apenas parcialmente a OS, referente ao Sistema da Folha de Pagamento. Abaixo, listagem de Ordens de Serviço acompanhadas pela Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas durante o ano de 2023:

Tabela 158 – Listagem de Ordens de Serviço desenvolvidas e acompanhadas em 2023

| Ordem de Serviço | Data de Solicitação | Data Entrega Efetiva | Pontos de Função |
|--|---------------------|----------------------|------------------|
| Nº 01 (CPL): Sistema CPL de geração de arquivos JSON | 08/08/2022 | 12/04/2023 | 155,26 |
| Nº 02 (CPL): alterações no Portal da Transparência | 23/08/2022 | 19/04/2023 | 93 |
| Nº 04 (CAD): Adequação no controle de bens móveis | 21/09/2023 | Em fase de conclusão | 178,2 |
| Nº 05 (CGP): Melhorias no sistema GESP- Funcionalidade férias | 02/02/2023 | Em fase de conclusão | 154,5 |
| Nº 07 (CPL): Portal da Transparência | 16/02/2023 | 12/07/2023 | 299,44 |
| Nº 08 (Corregedoria): Melhorias no sistema GESP- Funcionalidade férias | 05/05/2023 | 04/10/2023 | 99,16 |
| Nº 09 (CAD): Melhorias no GESP- Patrimônio (Diferença de Escopo OS 04) | 17/04/2023 | Em fase de conclusão | 33,44 |
| Nº 10 (SIMP): Melhorias – Termo de Acordo de Não Persecução Penal | 11/05/2023 | 12/09/2023 | 21,38 |

Fonte: CMTI/PGJ, 2023.

4.1. Implantação do SIMP 3

O código do SIMP 3 foi recebido em 14/02/2023, a efetiva implantação gerou a seguinte lista de mudanças, incluindo correções de bugs, re-implantação de personalizações realizadas no SIMP 2 e uma Ordem de Serviço executada pela Fábrica de Software Basis:

- Login integrado ao single-sign-on do MPMA;
- Removidos filtros; Classe/Assunto/Movimento por Área em todas as seleções;
- Incluídos novos tipos de Distribuição: Câmara e Subprocurador-Geral de Justiça;
- Incluído upload de Anexos;
- Alterados tipos de arquivos permitidos em uploads de Anexos e Documentos;
- Incluída exibição de Contador em descrição de Movimento de Distribuição;
- Atualizado fuso horário dos serviços para América/Fortaleza;
- Incluída integração com API de e-mail do MPMA;
- Integrada a assinatura digital com assinador via extensão MPMA e nuvem BirdID/RemoteID;
- Incluída substituição de Procuradores;
- Incluído cadastro de dados de Violência Doméstica;
- Incluído cadastro de Desembargador;
- Alterado fluxo de peticionamento intermediário para utilizar credenciais do PJe do usuário;
- Incluído cadastro de Setor GESP em Local;
- Incluída geração de despacho PDF a partir de descrição de movimento;
- Adaptação do fluxo de peticionamento externo para utilização da CDN do MPMA;
- Incluído cadastro de Sigilo em Atividade Não-Procedimental;

- Incluída possibilidade de prorrogação de Prazo pelo máximo de dias disponíveis;
- Exibindo Órgão Julgador e Prioridades dos processos PJe;
- Exibindo ID dos expedientes PJe;
- Integrado o código da OS 10 (Basis), Cadastro de Acordos de Não-Persecução Penal;
- Incluído campo para valores requisitados para o Fundo Estadual de Direitos Difusos;
- Alterada visualização de dados sigilosos de Protocolo de acordo com local atual do Usuário;
- Incluído relatório de Entrada e Saída;
- Atualizados links de ajuda para novo domínio do MPMT;
- Incluído Atendimento ao Público para Procuradores;
- Incluído campo “Valor da execução da pena de multa” em cadastro de Movimento;
- Incluído campo “Data do julgamento do Júri” em cadastro de Movimento;
- Serviços integrados à solução PAM Senha Segura;
- Configurados Redis, Graylog, Solr, Nexus e servidores Linux;
- Integração com PJe adaptada para versão 2.2.2 do MNI;
- Alterado peticionamento MNI para considerar limite máximo das requisições HTTP imposto pelo TJMA, via configuração;
- Incluídas configurações Docker para build e deploy.

5. SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES - SSRC

A Seção de Segurança e Rede de Computadores atuou em diversos projetos de melhoria na Infraestrutura de TI, incluindo a segurança da informação, procedimentos de backup, recovery, redundância, Datacenter e ativos de rede. Abaixo, são apresentados os projetos detalhados concluídos em 2023:

Tabela 159 – Relação de Projetos concluídos pela Seção de Segurança e Rede de Computadores em 2023

| Projeto | Escopo |
|--|---|
| Montagem da rede da nova Promotoria de Justiça de São José de Ribamar | Foram realizadas as seguintes atividades para o funcionamento da rede lógica no novo prédio da PJ de São José de Ribamar: <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de 18 switches nos 4 pavimentos do prédio; - Instalação de uns circuitos de dados principal de 100Mbps; - Instalação de um circuitos de dados secundário de 10Mbps, com o objetivo de reduzir drasticamente a probabilidade de indisponibilidade do serviço e acesso à internet na Promotoria; |
| Elaboração de todos os documentos necessários para abertura de processo licitatório para contratação de empresa para prestação de Serviço Continuado de Rede de Contingência para Comunicação de Dados em Rede Privada para todas as Promotoria de Justiça. | Elaborado o Termo de Referência, Documento de Oficialização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, coleta de propostas, Análise de Riscos e demais documentos necessários para abertura da licitação para contratação de “Serviço Continuado de Rede de Contingência para Comunicação de Dados em Rede Privada”. A contratação é necessária para aumentar a disponibilidade e a velocidade do acesso à intranet/internet em todas as unidades ministeriais existentes, bem como |

| | |
|--|---|
| | contemplar mudanças de endereço das instalações atuais e instalações futuras. |
| Fiscalização de execução de contrato - Serviço continuado de plataforma de comunicação e colaboração corporativa. | Acompanhamento das atividades de gerenciamento da plataforma <i>Google Workspace</i> ®, sendo esta a plataforma de comunicação e colaboração corporativa do MPMA. Administração da plataforma de forma a atender novos pedidos de criação de e-mails, grupos/listas, bem como ativação de recursos disponíveis. |
| Melhorias na solução de <i>backup</i> institucional - Rotinas otimizadas para a nova solução implantada. | Otimização das rotinas de backup para melhor aproveitamento da capacidade computacional da solução Veritas. Atualização das políticas de backup para os conjuntos de hosts críticos e de média a baixa prioridade |
| Renovação de certificados do tipo A1 para a PGJ e FEMPE, a serem usados no sistema E-Social. | Renovação de dois certificados E-CNPJ, tipo A1, para a Coordenadoria de Orçamentos e Finanças-COF - uso no SIGEF e RECEITA FEDERAL, e para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas-CGP - uso no sistema E-Social, emitidos para o CPF do Procurador-Geral de Justiça, bem como para os CNPJs da PGJ e do FEMPE. |
| Renovação de assinatura anual do software de acesso remoto para suporte aos usuários do MPMA | Processo de renovação da assinatura anual, via dispensa, do software <i>Teamviewer</i> , utilizado para prestação de serviços de suporte remoto aos usuários de recursos de TI, no âmbito do MPMA. |
| Fiscalização de contratos - reajustes e pagamentos | Atividades administrativas pertinentes à solicitação de reajustes e solicitação de autorização de pagamentos mensais dos contratos vigentes para o período. |
| Fiscalização do contrato via Inexigibilidade - extensão de garantia DELL | Acompanhamento das atividades de prestação de serviços referente à extensão de garantia de equipamentos de datacenter da marca DELL, consistindo em suporte técnico para Hardware, cobertura de peças, mão de obra, diagnóstico remoto e atendimento <i>onsite</i> para cobertura dos equipamentos de datacenter do MPMA. |
| Implantação do Link de Internet de 10Gbps | Implantação do link de conectividade, com velocidade de 10Gbps, como link principal para o acesso à Internet de todas as unidades ministeriais do MPMA |
| Aquisição e implantação de Solução de Backup - ATA MPPI | Aquisição de solução de backup e demais subsistemas componentes da solução para gerenciamento e execução de rotinas de backup com maior eficiência, maior capacidade de armazenamento, proteção contra ataques de ransomware e com cobertura de garantia do fabricante por 60 meses. |
| Solicitação do 4º Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato Nº 004/2020 | Solicitação de 4º Aditivo de Prazo e Valor ao contrato 004/2020 referente ao Link de Internet de Contingência de 600Mbps, de modo a oferecer a contingência de conectividade ao link principal, em caso de falhas, no acesso à Internet. |
| Contratação de solução de gerenciamento de acessos privilegiados com garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses. | Fiscalização do contrato 22/2023 da solução de gerenciamento de acessos privilegiados com garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses. |
| Fiscalização de execução de contrato - 24/2022 | Fiscalização das atividades relacionadas à implantação da de “Solução de Segurança de Rede” composta por Equipamentos com Garantia Técnica on-site, pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, Instalação e Treinamento, |

| | |
|--|---|
| <p>Elaboração de todos os documentos necessários para abertura de processo para atualização de solução Antivírus</p> | <p>Atualização de licença do antivírus Kaspersky como endpoint de proteção e segurança para as estações de trabalho no âmbito do MPMA. Foram adquiridas 3000 licenças do software antivírus com período de suporte e atualizações de 36 meses.</p> |
| <p>Acompanhamento de Ordem de Serviço 2210D001 com a empresa CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Contrato no: 35/2018), para fornecimento de solução de firewall ao MPMA</p> | <p>Acompanhamento, fiscalização e homologação das atividades relacionadas à Ordem de Serviço relacionada ao Fornecimento de solução de firewall ao MPMA</p> |
| <p>Monitoramento de todos os 126 circuitos de dados do MPMA</p> | <p>Monitoramento de todos os 126 circuitos de dados do MPMA, o que inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificação constante da disponibilidade dos circuitos, com abertura de reparo e cobrança à empresa responsável pela manutenção do serviço; - Troca de equipamentos Switches defeituosos: realocação de equipamentos, configuração de equipamentos, envio, acompanhamento da chegada à Promotoria para instalação; - Elaboração de relatórios para resposta a processos solicitando informações sobre os circuitos de dados; - Análise constantes de soluções para melhoria da qualidade dos circuitos. |
| <p>Acompanhamento de Ordem de Serviço 2204D001 com a empresa CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Contrato no: 35/2018), para configuração de cluster fileserver</p> | <p>Acompanhamento, fiscalização e homologação das atividades relacionadas à Ordem de Serviço relacionada à criação de um cluster de fileserver, melhorando significativamente a disponibilidade dos compartilhamentos de arquivos da PGJ e PJC, assim como a performance no seu acesso.</p> |
| <p>Instrução e Abertura de Processos Administrativos para Adesão - Equipamentos servidores - ATA TJAC</p> | <p>Elaborado o Termo de Referência, Documento de Oficialização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, coleta de propostas e atas de registro de preços, Análise de Riscos e demais documentos necessários para solicitação de adesão a ata de registro de preço 210/2022-TJAC, para aquisição de novos equipamentos servidores a serem alocados nos datacenters da PGJ e PJC.</p> |
| <p>Tickets/chamados atendidos pelo grupo executor “Redes”</p> | <p>Foram atendidos um total de 425 tickets abertos por usuários da PGJ, PJC e Promotorias do Interior, relacionados a e-mail institucional, compartilhamento de arquivos, internet, antivírus, ativos de rede, serviços de rede, ativos de segurança, servidores de aplicação, entre outros.</p> |
| <p>Aquisição de solução hiperconvergente visando a atualização tecnológica e expansão da infraestrutura de produção do datacenter da PGJ/MA.</p> | <p>Com a hiperconvergência, todas as funções essenciais do data center são executadas em uma camada de software altamente integrada em vez de serem executadas em um hardware projetado para fins específicos. As plataformas hiperconvergentes consistem em três componentes de software: virtualização de processamento, virtualização de armazenamento e gerenciamento.</p> |

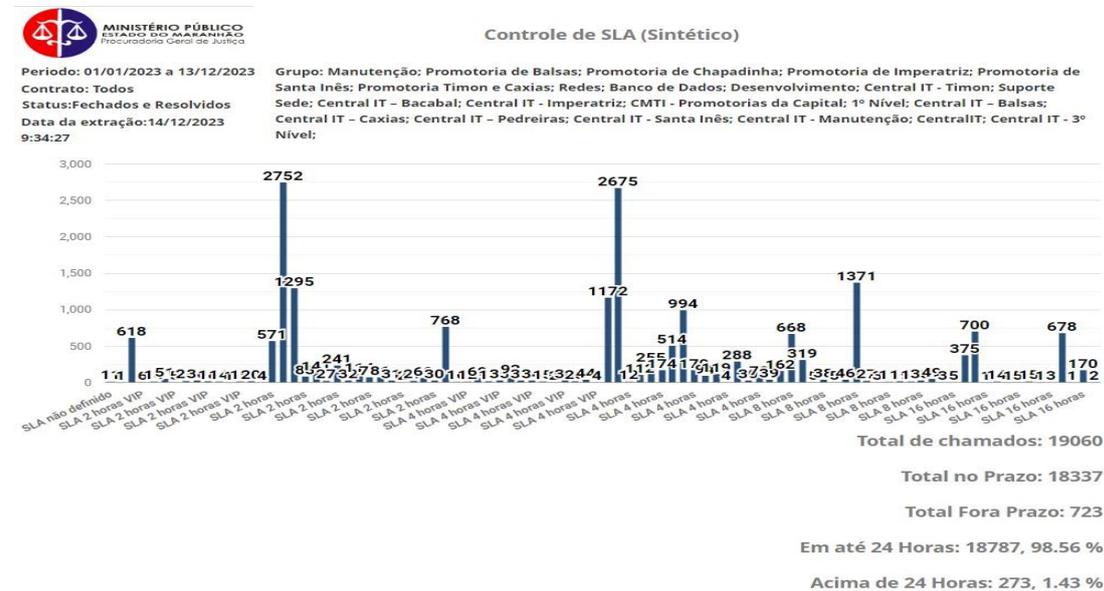
| | |
|---|---|
| <p>Deploys de aplicações institucionais</p> | <p>Foram realizados inúmeros deploys de hotfixes e patches de correção nas aplicações web institucionais, como GESP, Corregedoria-Estatística, CPL, Folha-transparencia, E-monitore e Neonatal, atendendo às demandas diárias das fábricas de software contratadas pela CMTI.</p> |
| <p>Implantação de infraestrutura de enlace de fibra ótica própria entre o data center da PGJ-MA e o novo data center do TJMA</p> | <p>Resultados Físicos: Foram lançados 04 (quatro) cabos de 12 Fibras do tipo monomodo: 02 (dois) cabos para interligação entre os Data centers da PGJ-MA e PJC e outros 02 (dois) cabos para interligação dos Data centers da PGJ-MA e TJ-MA.</p> <p>Foi realizada a configuração dos equipamentos de rede (switches e firewall) do MPMA para permitir a comunicação lógica entre o sistema SIMP (MPMA) e o sistema PJe (TJMA).</p> |

Fonte: CMTI/PGJ, 2023.

5.1. Gráficos – Atendimentos a usuários de 01/01/2023 até 13/12/2023

A seguir, são apresentados gráficos extraídos da ferramenta de Gestão de Serviços - Citsmart (<https://suporte.mpma.mp.br>), relativos aos chamados para atendimento dos usuários de recursos de TI para o período de 01/01/2023 a 13/12/2023, os quais são acompanhados dos devidos detalhamentos.

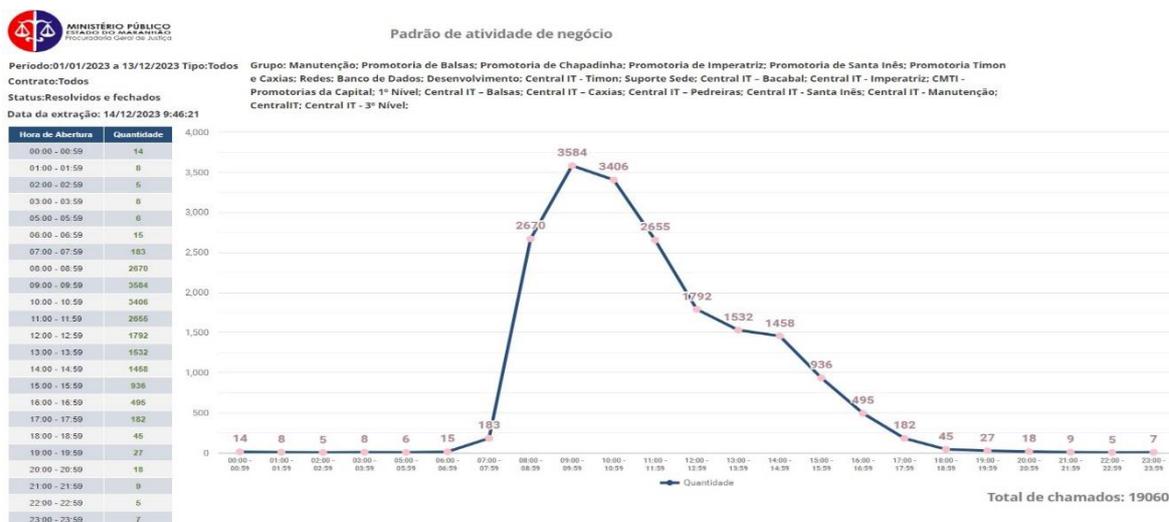
Gráfico 81 – Chamados para atendimento dos usuários de recursos de TI para o período de 01/01/2023 a 13/12/2023



Fonte: CMTI/PGJ, 2023.

Detalhamento: este gráfico retrata o quantitativo de chamados de atendimento aos usuários de recursos de TI, abertos e encerrados no ano de 2023, equivalente ao total de 19.060 chamados, com média de 1.588 chamados/mês.

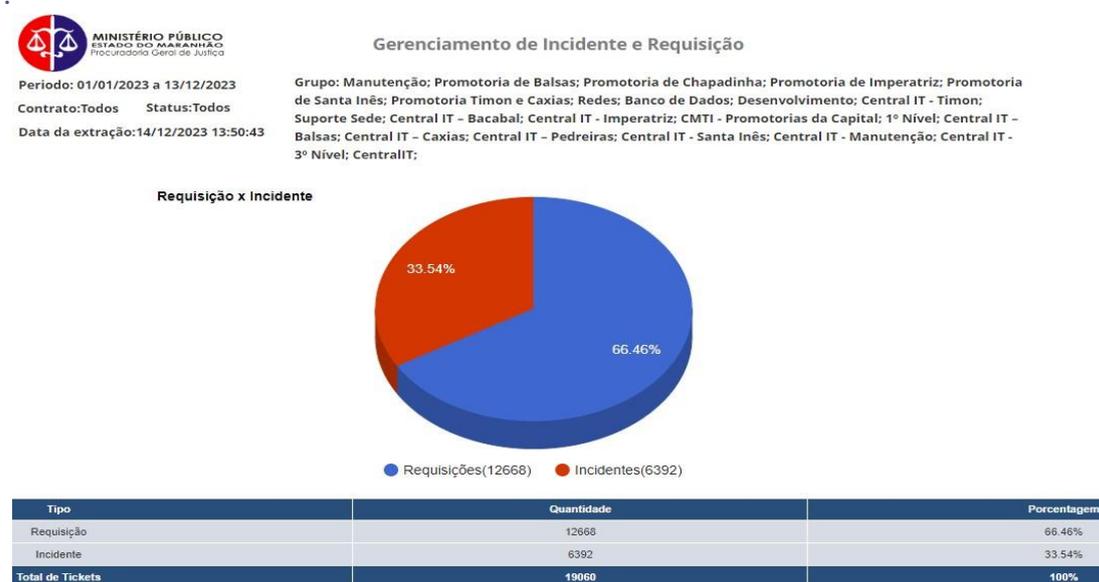
Gráfico 82 – Quantitativo de chamados realizados por hora em 2023



Fonte: CMTI/PGJ, 2023.

Detalhamento: o presente gráfico exibe a quantidade de chamados por hora de abertura, através do qual verificamos que os horários de maior demanda de suporte de TI ocorrem entre às 08h00 e às 15h59, equivalente ao total de 18.033 chamados. Esse intervalo de 8 horas corresponde a 94% do volume total de chamados abertos na ferramenta de gestão dos serviços de TI no ano de 2023, com média anual de 2.254 chamados/hora para o respectivo intervalo.

Gráfico 83 – Percentual de requisições e incidentes em 2023



Fonte: CMTI/PGJ, 2023

Detalhamento: este gráfico aponta o percentual de 66,46% de requisições e 33,54% de incidentes, segundo a classificação de chamados, o qual permite constatar que o ambiente tecnológico do MPMA se mostra estável com maior registro de solicitações

de serviços de TI por parte dos usuários, do que problemas que denotem redução na qualidade ou interrupção dos serviços disponibilizados.

Gráfico 84 – Índice de satisfação dos usuários atendidos em 2023



Fonte: CMTI/PGJ, 2023

Detalhamento: este gráfico divulga o índice apurado de satisfação dos usuários atendidos que, do total de 1.049 chamados avaliados ao final do ano de 2023, atingiu a marca de 99,6% de satisfação entre os avaliados como Bom e Ótimo.

Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Em cumprimento ao Art. 31, inciso X, do Ato Regulamentar nº 22/2020, que aprovou o novo Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, em 14 de maio de 2020 e publicado na data de 08 de junho de 2020, apresentamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Comissão de Contratação deste *Parquet* Estadual no ano de 2023. As licitações realizadas contemplaram as modalidades: Pregão, na forma Eletrônica e Tomada de Preços e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços.

No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, num total de **117 (cento e dezessete)** procedimentos licitatórios realizados no ano de 2023.

Tabela 160 – Licitações Realizadas no ano de 2023

| Descrição | Quantidade |
|------------------------------------|------------|
| Pregão Eletrônico | 45 |
| Tomada de Preços | 1 |
| Concorrência | 2 |
| Concurso | 1 |
| Dispensa de Licitação | 12 |
| Inexigibilidade de Licitação | 52 |
| Adesão a Ata de Registro de Preços | 4 |
| Total | 117 |

Fonte: CPL/PGJ, 2023.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2023, foram concluídas **45 (quarenta e cinco)** licitações, nas modalidades **Pregão** na forma **Eletrônica**, **01 (uma)** **Tomadas de Preços** e **02 (duas)** **Concorrências**.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de **64 (sessenta e quatro)**¹⁵ Contratos Administrativos e **79 (setenta e nove)** Atas de Registros de Preços. Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2023 encontram-se relacionados na tabela abaixo:

Tabela 161 - Valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2023

| Modalidade | Qtde. | Valor Estimado (R\$) - (A) | Valor Ofertado (R\$) - (B) | Economia (valor absoluto – R\$) - (C) | Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100] |
|-------------------|-----------|-------------------------------|-------------------------------|--|--|
| Pregão Eletrônico | 45 | 73.070.693,03 | 56.262.299,11 | 16.808.393,92 | 23,00% |

¹⁵ Total de Contratos derivados de todos os procedimentos Licitatórios (Pregão Eletrônico, Tomada de Preços, Concorrência) e das Dispensas de Licitação e Inexigibilidade de Licitação.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - MPMA

| | | | | | |
|------------------|-----------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Tomada de Preços | 1 | 1.743.347,29 | 1.307.597,70 | 435.749,59 | 24,99% |
| Concorrência | 2 | 3.734.398,90 | 2.660.000,00 | 1.074.398,90 | 28,77% |
| TOTAL | 48 | 78.548.439,22 | 60.229.896,81 | 18.318.542,41 | 23,32% |

Fonte: CPL/PGJ, 2023.

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 18.318.542,41 (dezoito milhões, trezentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos)**, o que equivale **23,32% (vinte e três inteiros e trinta e dois centésimos por cento)** do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2023. A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa, inexigibilidade ou adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A CPL no ano de 2023 realizou **12 (doze)** enquadramentos de contratações por **dispensa de licitação (Artigo 24 da Lei 8.666/93 e Artigo 75 da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21)** que totalizaram a importância de **R\$ 5.997.194,86 (cinco milhões, novecentos e noventa e sete mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, e **52 (cinquenta e duas)** por **inexigibilidade de licitação, Artigo 74 da nova Lei de licitações e Contrato nº 14.133/21)**, num total de **R\$ 8.213.223,60 (oito milhões, duzentos e treze mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta centavos)**, para compras e serviços, tais como material de consumo, licenças de software, locação de imóveis, programas de engenharia de segurança do trabalho e medicina do trabalho, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores. Foram autorizadas ainda, **4 (quatro)** contratações através de Adesão de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de **R\$ 5.756.247,40 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos)**.

Tabela 162 - Quadro resumo anual

| Modalidade | Qtde. | Valor Contratado |
|-------------------|--------------|-------------------------|
| Pregão Eletrônico | 45 | 56.262.299,11 |
| Tomada de Preços | 1 | 1.307.597,70 |
| Concorrência | 2 | 2.660.000,00 |
| Concurso | 1 | 10.000,00 |
| Dispensa | 12 | 5.997.194,86 |
| Inexigibilidade | 52 | 8.213.223,60 |
| Adesão a ARP | 4 | 5.756.247,40 |
| TOTAL | 117 | 80.206.562,67 |

Fonte: CPL/PGJ, 2023.

Os valores acima licitados deram origem à formalização de **473 (quatrocentos e setenta e três)** instrumentos para aquisições de bens e contratações de serviços, sendo devidamente publicados nos termos da Lei de Licitação e divulgados no Portal da Transparência do Ministério Público Estadual, em atendimento à Lei de Acesso a

Informação nº 12.527/2011, e ainda o Manual do Portal da Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público – 5ª edição, a ainda comunicado ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio do Sistema de Informações para Controle – Módulo de Contratações Públicas – SINC-Contrata, em observância da Instrução Normativa nº 73 de 09 de março de 2022 e Portaria nº 526, de 09 de junho de 2022.

Tabela 164 – Demonstrativos dos instrumentos firmados no ano de 2023

| Nº | Instrumento | Quant. |
|------------------------------|--|------------------------|
| 1 | Contratos | 64¹⁶ |
| 2 | Atas de Registro de Preços | 79 |
| 3 | Termos Aditivos | 75 |
| 4 | Termos de Rescisão Contratual | 1 |
| 5 | Termos de Apostilamento | 21 |
| 6 | Convênio de Estagiários | 7 |
| 7 | Convênio Bancário | 1 |
| 8 | Termo de Doação de Bens | 16 |
| 9 | Termo de Reconhecimento de Dívida | 3 |
| 10 | Contratação por Nota de Empenho | 199 |
| Total de Instrumentos | | 473 |

Fonte: CPL/PGJ, 2023.

¹⁶ Número de todos os Instrumentos de Contratos formalizados no exercício de 2023.

Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)



Nova sede da CAEI foi inaugurada em 7 de dezembro de 2023

1. ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência foi criada através do Ato Regulamentar nº 20/2008, do PGJ-MA, publicado em D. O. do Poder Judiciário em 16 de maio de 2008, atualmente composta pela Assessoria Militar, Seções de Segurança Institucional, Análise de Inteligência, Operações de Inteligência, Análise e Monitoramento de Sinais, Gerenciamento de Incidentes e Apoio Administrativo.

Tem como principais atribuições o assessoramento estratégico do Procurador-Geral de Justiça, bem como o fornecimento do suporte necessário nas áreas de segurança institucional e inteligência aos Membros e Servidores, atuando ainda, de forma sistêmica e colaborativa, com Instituições Parceiras do Ministério Público para o combate à criminalidade em todo o estado.

Destaca-se, dentre as atividades desempenhadas pelos servidores que atuam na área de inteligência, o processamento de informações sobre temas sensíveis, por meio da produção de relatórios que contribuirão para tomada de decisão do demandante.

A Segurança Institucional, por sua vez, é responsável pelo conjunto de ações visando a proteção e a salvaguarda da instituição e de seus integrantes, para o exercício livre e independente das funções atribuídas a organização, com o foco na segurança das pessoas, do material, das áreas e instalações e da informação.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2023

2.1. No âmbito da Inteligência

2.1.1. Seção de Análise de Inteligência-SAI

No ano de 2023, foram produzidos 437 Relatórios, sendo 230 Relatórios de Inteligência e 216 Relatórios de Busca, totalizando 112.459 pesquisas em sistemas e bases de dados.

Foram realizados 18 Pedidos de Inteligência, de modo a solicitar a outras agências de inteligência informações de pessoas físicas ou jurídicas que não estão em nossa unidade federativa, mas que figuram como alvos em procedimentos em nosso Estado. E também foram atendidas 18 requisições de outros Ministérios Públicos do país, além de instituições parceiras como a Polícia Rodoviária Federal, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e os Tribunais Regionais Federais da 1ª Região e da 3ª Região.

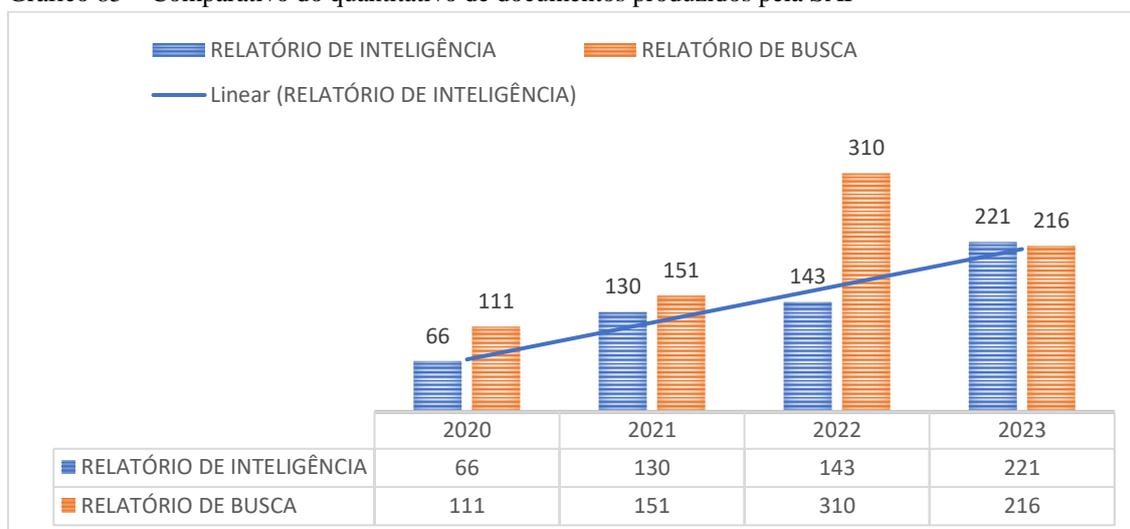
Ademais, destacam-se 295 fatos registrados junto ao Sistema de acompanhamento de facionados RETINA, ferramenta integrada ao Ministério Público do Acre e a outros órgãos, que consiste em um banco de dados de acesso rápido e eficiente com informações sobre integrantes de organizações criminosas.

Quadro 40 – Relatório de atividades da Seção de Análise de Inteligência

| Atividades / Quantitativo | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|--|--------|---------|---------|---------|
| Relatório de Inteligência | 66 | 130 | 143 | 221 |
| Relatório de Busca | 111 | 151 | 310 | 216 |
| Informes | 39 | 14 | 13 | 18 |
| Levantamentos Inteligência / Contrainteligência – Busca em Base de Dados | 20.105 | 111.109 | 119.120 | 112.459 |
| Pedido de Busca | 8 | 22 | 16 | 23 |

Fonte: Seção de Análise de Inteligência/CAEI/PGJ, 2023.

Gráfico 85 – Comparativo do quantitativo de documentos produzidos pela SAI



Fonte: Seção de Análise de Inteligência/CAEI/PGJ, 2023.

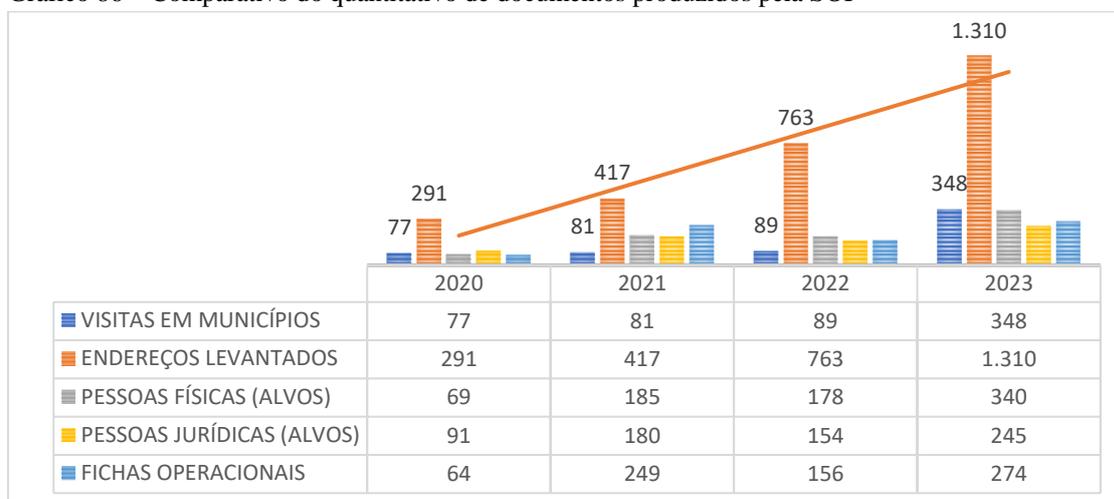
2.1.2. Seção de Operações de Inteligência - SOI

Quadro 41 – Diligências realizadas pela Seção de Operações de Inteligência

| Atividades em Campo | Quantitativo | | | |
|---------------------------|--------------|------|------|------|
| | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 |
| Visitas em Municípios | 348 | 89 | 81 | 77 |
| Endereços Levantados | 1.310 | 763 | 417 | 291 |
| Pessoas Físicas (Alvos) | 340 | 178 | 185 | 69 |
| Pessoas Jurídicas (Alvos) | 245 | 154 | 180 | 91 |
| Fichas Operacionais | 274 | 156 | 249 | 64 |

Fonte: Seção de Operações de Inteligência-CAEI/PGJ,2023.

Gráfico 86 – Comparativo do quantitativo de documentos produzidos pela SOI



Fonte: Seção de Operações de Inteligência-CAEI/PGJ,2023.

2.2. No âmbito da Segurança Institucional

A Seção de Segurança Institucional, em 2023, cumpriu 177 (cento e setenta e sete) Ordens de Missões e 164 (cento e sessenta e quatro) Ordens de Serviço, referentes à realização de diversas atividades tais como: segurança aproximada e escolta do Procurador-Geral de Justiça e de Membros em situação de risco (Ato Regulamentar nº 18/2016); apoio de segurança institucional aos Promotores de Justiça do GAECO em



Palestras nas Promotorias de Justiça - Mês da Segurança Institucional

operações de busca e apreensão, diligências e depoimentos de investigados na capital e no interior do Estado; análises de risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal); manutenções corretivas de câmeras em CFTV e alarmes nas unidades ministeriais da

capital e do interior do estado; apoio de segurança aos Membros e Servidores em realização de visitas, operações, audiências e inspeções; segurança institucional durante eventos nos prédios do MPMA, dentre outras atividades de segurança.



Workshop de Defesa Pessoal-Krav Maga



Curso de APH em Combate

Oportuno destacar, as atividades relativas ao Mês da Segurança Institucional. Durante todo o mês de agosto, integrantes da CAEI, realizaram palestras de segurança institucional nas unidades ministeriais do estado, promovendo orientações de segurança aos membros, servidores e terceirizados integrantes de cada localidade, além de reforçar os serviços disponibilizados pela coordenadoria.

Além disso, foram realizados treinamentos de combate a incêndio nas Promotorias de Justiça de Imperatriz e de Timon, o Workshop de Krav Maga e o treinamento de Atendimento Pré-hospitalar-APH em Combate nesta capital.

Quadro 41 – Resumo de atividades realizadas pela Seção de Segurança Institucional no ano de 2023

| Atividades/SSI | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|------|------|------|------|
| Análise de Risco Promotorias | 5 | 8 | 15 | 33 |
| Análise de Risco Residências | 4 | 3 | 5 | 2 |
| Manutenção Corretiva CFTV/Alarme – <i>In Loco</i> | 83 | 73 | 154 | 164 |
| Manutenção Corretiva CFTV/Alarme – Remota | 7 | 15 | 38 | |
| Ordens de Missão | 145 | 91 | 175 | 177 |
| Ordens de Serviço | 148 | 146 | 154 | 164 |

Fonte: Seção de Segurança Institucional-CAEI/PGJ,2023.

3. INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, no âmbito do planejamento estratégico do MPMA, vem desenvolvendo a cada ano o projeto de **Implementação de uma Cultura de Segurança Institucional no MPMA.**

Oportuno destacar que esse projeto necessita ter um caráter contínuo, devendo ser renovado a cada exercício, pois se trata de um processo de conscientização de todos os integrantes quanto ao seu papel na Instituição, para que estes possam identificar quais atitudes são favoráveis ou prejudiciais à segurança instituição. Por esse motivo, a CAEI, tem intensificado os treinamentos e capacitação de Membros e Servidores, realizando

palestras de segurança institucional em diversas unidades ministeriais de forma itinerante, o que tem possibilitado um aumentado da capilaridade do conhecimento sobre o tema.

Ao todo já foram visitadas 56(cinquenta e seis) unidades ministeriais no interior do estado, dentre estas 32(trinta e duas) Promotorias de Justiça Intermediárias.

Como se trata de um projeto contínuo, encontra-se atualmente na fase de renovação para o exercício de 2024.

Outro projeto do setor é a **Criação da Política de Inteligência do MPMA**, considerando que houve a publicação da Doutrina de Inteligência do Ministério Público por meio da Resolução nº 206, de 28 de março de 2023, como normativa padronizadora da Atividade de Inteligência no âmbito ministerial.

Atualmente, o referido projeto encontra-se no aguardo da publicação da Política Nacional de Inteligência, que já está em fase de elaboração pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

É de suma importância ao MPMA que, após a publicação da referida norma, seja formulada uma Política de Inteligência do MPMA, no sentido de regulamentar e embasar a atividade de inteligência desempenhada pela instituição.

4. AÇÕES DE MELHORIA



Inauguração das novas instalações da CAEI e modernização da Central de Videomonitoramento

Em 2023, foram alcançadas melhorias nos recursos disponíveis para Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, dentre as quais destaca-se:

- Aumento de 07 (sete) servidores no efetivo de Policiais Militares do Gabinete de Segurança Institucional, quando comparado com 2022;
- Aquisição de soluções de Videomonitoramento IP, incluindo instalação, treinamento e suporte técnico, para os prédios da PGJ, Promocap e CCA;
- Aquisição de equipamentos para a manutenção e substituição do sistema de CFTV e alarme instalados nas unidades ministeriais do interior do Estado;
- Reforma e modernização da Central de Videomonitoramento;
- Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fardamento tático-operacional ao efetivo da coordenadoria;
- Criação da Assessoria Militar do PGJ e da Seção de Análise de Sinais, ambas vinculadas à CAEI;
- Aquisição de software para monitoramento e análise de sinais;

- Acréscimo de unidades ministeriais com equipamentos de segurança eletrônica;
- Novas instalações físicas da CAEI, no pavimento térreo do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça
- Capacitação e formação do efetivo como operadores do protocolo MARC-1 em Atendimento Pré-hospitalar em Combate;
- Elaboração de Tutorial De Acesso às principais bases de dados que foi difundido aos membros do Ministério Público do Maranhão, para o auxílio na localização de alvos ou testemunhas que sejam parte de procedimentos ou ações ministeriais.

4.1. Cursos e Capacitações em 2023

No ano de 2023, os servidores que compõem a CAEI tiveram acesso aos seguintes cursos, workshops e palestras:

- Curso de operador de DRONE, parceria com o serviço nacional de aprendizagem rural – SENAR MA;
- Instruções sobre o uso do desfibrilador para servidores do MPMA;
- Curso de APH em combate Protocolo Marc-1, SEAP;
- Workshop de defesa pessoal-KRAV MAGA;
- Curso de capacitação para uso do CLARIAN;
- Treinamento da Fábrica Rei: treinamento de técnicas de contramedidas;
- IV Seminário de Inteligência das Polícias Militares do Nordeste;
- Curso básico de metodologia da produção do conhecimento, CI/MPDFT;
- Introdução a inteligência em fontes abertas – OSINT, EISP/CISP/SSP-MA;
- Curso básico de inteligência de dados e investigação – análise de vínculos, 35h/a (presencial) – CI/MPDFT;
- Curso de recrutamento e gestão de fontes humanas, EISP/CISP/SSP-MA;
- Curso de extensão: mercados ilícitos e crime organizado nas américas, ESEM/USP;
- Curso de produção do conhecimento –SISBIN, ESCOLA DE INTELIGÊNCIA/ABIN;
- Organizações criminosas e perspectivas de enfrentamento, UNIVERSIDADE DE VILA VELHA/ES;
- Treinando líderes para a nova lei de licitações, ESMP/MPMA;
- Curso de aperfeiçoamento de combate ao novo cangaço/domínio de cidades – ESMPU.

Quadro 42 – Resumo dos indicadores de segurança no ano de 2023

| Indicadores de Segurança | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Policiais Ativa | 43 | 54 | 61 |
| Policiais da Reserva | 91 | 89 | 92 |
| Prédios com Câmeras de Segurança CFTV | 111 | 115 | 122 |
| Prédios com Vigilância Armada | 13 | 18 | 19 |
| Prédios com Aparelho de Inspeção por Raio-X | 3 | 3 | 3 |
| Prédios com Portais Detectores de Metais | 18 | 18 | 18 |
| Armários Cofres | 10 | 10 | 10 |
| Detectores de Metais Portáteis | 82 | 100 | 106 |
| Rádios de Comunicação | 32 | 32 | 32 |
| Coletes Balísticos | 80 | 80 | 80 |
| Drones | - | 1 | 1 |
| Estrobos | - | 9 | 9 |
| Veículos | 5 | 8 | 8 |

Fonte: Seção de Segurança Institucional-CAEI/PGJ,2023.

As atividades realizadas pela Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, mostram-se imprescindíveis para a realização dos trabalhos ministeriais de forma tranquila e segura e, considerando a natureza contínua e necessária dos serviços, torna-se essencial a modernização e a melhoria de suas estruturas, seja com a aquisição de equipamentos, aumento do efetivo de pessoal, bem como a realização de treinamentos e capacitação de seu quadro de profissionais.

Em 2023, os esforços foram no sentido de atender todas as demandas possíveis, na preservação da segurança das pessoas, dos materiais, das áreas e instalações e das informações, bem como a reestruturação física da coordenadoria. Nesse contexto, destaca-se a reforma e modernização da Central de Videomonitoramento e as novas instalações da CAEI, com um espaço novo, setorizado, promovendo um ambiente estruturado para a melhoria dos atendimentos e materialização da identidade visual do setor.

Ressalta-se ainda, a capacitação continuada dos profissionais através da disponibilização de cursos on-line, a busca pela sensibilização do público interno por meios de palestras e orientações para o fortalecimento da cultura de segurança institucional, somada à atenção dispensada pela administração superior do MPMA em fornecer melhorias de equipamentos e recursos humanos para a estrutura da coordenadoria.

ATOS NORMATIVOS – 2023

LEIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 259, DE 13 DE MARÇO DE 2023 - Dá nova redação aos §§ 4º e 7º do art. 37, ao inciso XII do art. 126 e ao caput do art. 134-A; modifica a redação e acrescenta as alíneas “d”, e “e” ao inciso IX do art. 117; altera o caput e o parágrafo único do art. 125-A; inclui os arts. 125-B, 125-C e 125- D, e revoga o caput e o parágrafo único do art. 107-A e o art. 133, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991.

LEI Nº 11.896, DE 13 DE MARÇO DE 2023 - Dispõe sobre a adequação do subsídio de Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, em conformidade com art. 108 da Lei Complementar nº 13/91 e com as disposições da Lei Federal nº 14.520/23, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 146/2023-CPMP, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 145/2023-CPMP, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 144/2023-CPMP, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 143/2023-CPMP, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 142/2023-CPMP, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 141/2023-CPMP, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023 -Altera o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Res. nº 88/2019-CPMP), com introdução da Seção IV ao Capítulo II do Título I, criando a Comissão Permanente de Atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 140/2023-CPMP, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a aprovação o Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº 139/2023-CPMP, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 - Revoga o § 3º do art. 1º da Resolução nº 120/2022-CPMP, que “regulamenta o Regime Especial de Trabalho para membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, com deficiência ou doença grave ou que sejam pais, cônjuge ou companheiro, filhos, pais ou responsáveis legais de pessoas nessas mesmas condições, ou sob sua curatela ou tutela legal, e dá outras providências”.

RESOLUÇÃO Nº 138/2023-CPMP, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 - Regulamenta o Regime Especial de Trabalho para membros, servidores, estagiários e voluntários do Ministério Público do Estado do Maranhão, que se enquadrem na condição de gestantes, lactantes, mães e pais, e dá outras providências e altera a Resolução nº 120/2022 - CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 137/2023-CPMP, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023 - Redefine as atribuições da 25ª Promotoria de Justiça Criminal (1º Promotor de Justiça do Júri), 26ª Promotoria de Justiça Criminal (2º Promotor de Justiça do Júri), 27ª Promotoria de Justiça Criminal (3º Promotor de Justiça do Júri), 28ª Promotoria de Justiça Criminal (4º Promotor de Justiça do Júri), 29ª Promotoria de Justiça Criminal (5º Promotor de Justiça do Júri) e a 30ª Promotoria de Justiça Criminal (6º Promotor de Justiça do Júri) do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís,; altera o Anexo III da Resolução nº 02/2009-CPMP (com a redação dada pela Resolução nº 134/2023-CPMP) e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 136/2023-CPMP, DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 - Cria o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos - GAESF, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 135/2023 - CPMP, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 - Altera a Resolução nº. 037/2016-CPMP, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado do Maranhão de segundo grau, redefinindo regras para a divisão de atribuições e distribuição de processos entre as Turmas Ministeriais e respectivas Procuradorias de Justiça, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 134/2023-CPMP, DE 14 DE JULHO DE 2023 - Extingue a 2ª Promotoria de Justiça Cível, no Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís; cria a 10ª Promotoria de Justiça Especializada (1ª Promotoria Regional do Meio

Ambiente), no Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís; altera as atribuições das 3ª e 4ª Promotorias de Justiça Cíveis e as designações da 3ª Promotoria de Justiça Cível e seguintes, no Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís; altera, no Termo Judiciário de São José de Ribamar, da Comarca da Ilha de São Luís, as designações das Promotorias de Justiça e as atribuições das 5ª e 6ª Promotorias de Justiça e as atribuições das 6ª, 7ª e 8ª Promotorias de Justiça; altera, no Termo Judiciário de Paço do Lumiar, da Comarca da Ilha de São Luís, as atribuições das Promotorias de Justiça, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 133/2023-CPMP, DE 14 DE JULHO DE 2023 - Redefine as atribuições da 25ª Promotoria de Justiça Criminal (1º Promotor de Justiça do Júri) e da 29ª Promotoria de Justiça Criminal (5º Promotor de Justiça do Júri) do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís, transformando-as, respectivamente, na 65ª Promotoria de Justiça Especializada (4º Promotor de Justiça da Defesa da Mulher) e 66ª Promotoria de Justiça Especializada (5º Promotor de Justiça da Defesa da Mulher) do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís; altera as atribuições e dá nova designação à 22ª Promotoria de Justiça Especializada (2º Promotor de Justiça da Mulher) e à 1ª Promotoria de Justiça Cível; renumera as designações das Promotorias de Justiça Criminais e das Promotorias de Justiça Especializadas; altera o anexo da Resolução nº 02/2009-CPMP (com a redação dada pela Resolução nº 121/2022-CPMP) e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 132/2023-CPMP, DE 07 DE JULHO DE 2023 - Acrescenta os artigos 12-A, 12-B e 12-C à Resolução nº 10/2009-CPMP, que “regulamenta os artigos 26, V, e 27, I, da Lei Complementar Estadual nº 13/1991, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a instauração e tramitação do inquérito civil”.

RESOLUÇÃO Nº 131/2023-CPMP, DE 28 DE JUNHO DE 2023 - Altera a denominação do Programa Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária, instituído pela Resolução nº 28/2015 – CPMP, e regulamenta a atividade do facilitador em práticas restaurativas bem como o ressarcimento de despesas de transporte e alimentação aos mediadores comunitários e facilitadores em práticas restaurativas voluntários.

RESOLUÇÃO Nº 130/2023-CPMP, DE 10 DE ABRIL DE 2023 - Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Acordo de não Persecução Cível – ANPC, de forma a regulamentar o disposto no art. 17-B, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA).

RESOLUÇÃO Nº 129/2023-CPMP, DE 30 DE JANEIRO DE 2023 - Cria, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, o Núcleo Permanente de Incentivo à Auto composição (NUPA), estabelece suas atribuições, estrutura organizacional, funcionamento e atividades e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 20/2023-CSMP, DE 09 DE OUTUBRO DE 2023 - Dispõe sobre a alteração do parágrafo único, do artigo 15, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (CSMP), aprovado pela Resolução n.º 9/2019 – CSMP, de 21 de novembro de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 19/2023-CSMP, DE 25 DE AGOSTO DE 2023 - Dispõe sobre o Plenário Virtual, no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (CSMP), para deliberação e julgamento, por meio eletrônico, de procedimentos registrados no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP).

RESOLUÇÃO Nº 18/2023-CSMP, DE 05 DE JULHO DE 2023 - Dispõe sobre os critérios objetivos para fins de promoções por merecimento, e de remoção por permuta, dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

RESOLUÇÃO Nº 17/2023-CSMP, DE 19 DE JUNHO DE 2023 - Aprovar, à unanimidade, o Enunciado nº 25/23-CSMP referente aos autos do processo de nº 9735/2023, com a seguinte redação: ” O Conselheiro suplente, em substituição, nos casos de impedimentos e afastamentos legais do Conselheiro titular, responde, na sua integralidade, emitindo votos e outras manifestações nos autos dos processos distribuídos ao Conselheiro titular, impedido ou legalmente afastado, considerando, assim, a partir da data da substituição”.

RESOLUÇÃO Nº 16/2023-CSMP, DE 07 DE MARÇO DE 2023 - Aprovar, à unanimidade, o Enunciado nº 24/23-CSMP referente aos autos do processo de nº 3500/2023, com a seguinte redação: "Enunciado CSMP nº 24/23. MOÇÃO DE ELOGIO. CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A CONCESSÃO E ANOTAÇÃO DE ELOGIOS NA FICHA FUNCIONAL. Não se reputa motivo para concessão e anotação de elogios na ficha funcional o cumprimento habitual das atribuições institucionais pelos membros, tampouco menções genéricas a sua atuação. O Conselho Superior do Ministério Público apenas conhecerá a moção de elogio. Inteligência do ART. 103, LC nº 013/1991. ART. 19, INCISO IX, RESOLUÇÃO Nº 012/2010 – CPMP. ART. 1º, PROVIMENTO nº 01/2023 - CGMP. ”

ATOS REGULAMENTARES CONJUNTO

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 06/2023-GPGJ, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a cobrança da pena de multa prevista no art. 49, do Código Penal Brasileiro pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 05/2023-GPGJ, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023 - Revoga o § 3º do art. 2º do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP, que “consolida e regulamenta normas do Conselho Nacional do Ministério

Público e do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão, determinando a uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas submetidas diretamente ao Ministério Público Estadual, e dá outras providências”.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 04/2023, DE 26 DE JUNHO DE 2023 - Acrescenta o § 5º ao art. 4º do Ato Regulamentar Conjunto nº 04/2014 – GPGJCGMP, de 16 de julho de 2014, que “disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização de Sistema de Tramitação Eletrônica de Dados – SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES – SIMP, seu comitê gestor e dá outras providências”.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 03/2023-GPGJ, DE 09 DE JUNHO DE 2023 - Acrescenta a disciplina “Garantia dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua” ao Anexo Único, do Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009 – GPGJ/CGMP, de 03 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Estado Maranhão.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2023-GPGJ, DE 20 DE JANEIRO DE 2023 - Disciplina as vagas do estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça destinadas ao cumprimento dos objetivos do Programa Estacionamento Verde, celebrado entre o Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão, a Universidade Estadual do Maranhão e a Procuradoria Geral de Justiça.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR Nº 46/2023-GPGJ, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023 - Estabelece os procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 44/2023-GPGJ, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023 - Disciplina o rodízio de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o recesso natalino do ano de 2023 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 43/2023-GPGJ, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023 - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2024 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 40/2023, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023 - Estabelece um abono no valor do Auxílio-Alimentação aos membros, aos servidores efetivos e comissionados, bem como aos policiais militares e aos servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício.

ATO REGULAMENTAR Nº 39/2023-GPGJ, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023 - Regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 38/2023-GPGJ, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023 - Altera o Ato Regulamentar nº 6/2023-GPGJ, de 20 de março de 2023, acrescentando o §3º ao seu art. 5º.

ATO REGULAMENTAR Nº 36/2023-GPGJ, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 35/2023-GPGJ, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2023/2024.

ATO REGULAMENTAR Nº 34/2023-GPGJ, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023 - Dá nova redação aos artigos 10-A, 10-B, 10-C, 10-D e 10-E do Ato Regulamentar nº 03/2013-GPGJ, para prever o direito de reserva de vagas para estágio, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, para minorias étnico-raciais

ATO REGULAMENTAR Nº 33/2023, DE 18 DE AGOSTO DE 2023 - Dispõe sobre a atuação funcional dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude no processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 30/2023-GPGJ, DE 24 DE JULHO DE 2023 - Altera o horário de funcionamento do Ministério Público do Estado do Maranhão, nos dias de jogos da seleção brasileira feminina durante a Copa do Mundo.

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2023-GPGJ, DE 27 DE JUNHO DE 2023 - Dispõe sobre a implementação do Programa Jovem Aprendiz no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2023-GPGJ, DE 12 DE JUNHO DE 2023 - Modifica o Ato Regulamentar nº 39, de 09 de novembro de 2022 –GPGJ, que “Dispõe sobre Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Maranhão (GAEMA)”.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2023-GPGJ, DE 12 DE JUNHO DE 2023 - Altera o Ato Regulamentar nº 21/2021, que “regulamenta o Controle Patrimonial de Bens Móveis (Consumo e Permanente) e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências”.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2023-GPGJ, DE 26 DE MAIO DE 2023 - Altera o Ato Regulamentar nº 21/2021, que “regulamenta o Controle Patrimonial de Bens Móveis (Consumo e Permanente) e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências”.

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2023-GPGJ, DE 24 DE MAIO DE 2023 - Altera o Ato Regulamentar nº 16/2008, que “dispõe sobre a concessão de diárias para Promotor de Justiça designado para responder, fora de sua sede, pelas atribuições de outro membro do Ministério Público.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2023-GPGJ, DE 18 DE MAIO DE 2023 - Altera o art. 34 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ, de 14 de maio de 2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2023-GPGJ, DE 15 DE MAIO DE 2023 - Altera o Ato Regulamentar nº 21/2021, que “regulamenta o Controle Patrimonial de Bens Móveis (Consumo e Permanente) e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências”.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2023, DE 12 DE MAIO DE 2023 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 11/2023-GPGJ, DE 30 DE MARÇO DE 2023 - Altera o Ato Regulamentar nº. 16/2021-GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2023-GPGJ, DE 24 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2023-GPGJ, DE 12 DE ABRIL DE 2023 - Altera o Ato Regulamentar nº 18/2021, que “disciplina o procedimento de designação de substituição eventual dos servidores investidos em cargo de direção ou chefia e o pagamento decorrente de substituição automática e eventual.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2023-GPGJ, DE 22 DE MARÇO DE 2023 - Altera o Anexo Único do Ato Regulamentar nº 15, de 08 de março de 2021, que “Regulamenta o art. 126, XIII, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991, que dispõe sobre o plano de assistência médico-social devido aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão”.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2023-GPGJ, DE 28 DE MARÇO DE 2023 - Regulamenta o direito à conversão em pecúnia da licença compensatória pelo exercício em cumulação de acervo processual, procedimental e administrativo, e pelo exercício de

cargo ou função de direção, chefia, assessoramento ou auxiliar, inclusive eletivo, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, nos termos do art. 125-A Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2023-GPGJ, DE 14 DE MARÇO DE 2023 - Altera o Ato Regulamentar nº 22/2020- GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, para modificar o art. 19 e acrescentar o art. 58-A.

ATO REGULAMENTAR Nº 35/2022-GPGJ, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023 - Altera os artigos 3º e 4º do Ato Regulamentar nº 30/2021, que autoriza a concessão de ressarcimento para cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) voltados a temas de interesse do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATOS

ATO Nº 11/2023-GPGJ, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023 - Determina a inclusão de mensagem no rodapé, no ano de 2024, de documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO Nº 452/2018-GPGJ, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018 - Denomina Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão o imóvel situado na Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro, São Luís/MA.

ATO Nº 09/2023-GPGJ, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 - Adotar ponto facultativo no âmbito do Ministério Público Estadual, no dia 03 de novembro de 2023 (sexta-feira), em razão do feriado de finados (quinta-feira, 02 de novembro).

ATO Nº 07/2023-GPGJ, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023 - Decreta luto oficial em todas as unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, nos dias 05, 06 e 07 de setembro do corrente ano, em razão do falecimento da Procuradora de Justiça FLÁVIA TEREZA DE VIVEIROS VIEIRA.

ATO Nº 251/2023-GPGJ, DE 14 DE AGOSTO DE 2023 - Fixar o valor mensal do Auxílio-Transporte para estudantes cumprindo Estágio Não Obrigatório na Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), face o disposto no artigo 38, do Ato Regulamentar no. 03/2013-GPGJ, devendo ser assim considerado a partir de 09 de agosto de 2023, tendo em vista o que consta do PA 12707/2023.

ATO Nº 225/2023-GPGJ, DE 13 DE JULHO DE 2023- Modifica o artigo 4º do Ato nº 415, de 19 de novembro de 2008 –GPGJ, que “Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos membros e servidores ativos do Ministério Público Estadual”.

ATO Nº 06/2023-GPGJ, DE 22 DE JUNHO DE 2023 - Dispõe sobre a criação de uma secretaria no âmbito das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa da Comarca da Ilha de São Luís, Termo Judiciário de São Luís/MA.

ATO Nº 173/2023-GPGJ, DE 12 DE JUNHO DE 2023 - Cria o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente da Região Metropolitana de São Luís –GAEMA/MET-SLS.

ATO Nº 147/2023-GPGJ, DE 18 DE MAIO DE 2023 - Fixar o valor mensal da bolsa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e ensino profissional na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, em R\$ 1.320,00 (Hum mil trezentos e vinte reais), e o valor diário em R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais).

ATO Nº 137/2023-GPGJ, DE 09 DE MAIO DE 2023 - Altera o inciso IV do art. 3º do ATO-GAB/PGJ -3342019, referente ao Regimento Interno do Comitê instituído pelo Ato Regulamentar nº 13/2011, Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 136/2023-GPGJ, DE 09 DE MAIO DE 2023 - PRORROGAR, por 01 (um) ano, o prazo de validade do Processo Seletivo para admissão de estagiários não-obrigatórios de Graduação, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, cujo resultado foi homologado pelo Edital nº 105/2022, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público em 24 de junho de 2022, passando a ser considerada a validade até 24 de junho de 2024, tendo em vista o que consta do Processo nº 7397/2023.

ATO Nº 05/2023-GPGJ, DE 14 DE ABRIL DE 2023 - Lista de membros do Ministério Público do Maranhão com direito à licença compensatória por acúmulo de acervo processual, procedimental e administrativo, para o exercício de 2023, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 259/2023 e do Ato Regulamentar 62023.

ATO Nº 03/2023-GPGJ, DE 29 DE MARÇO DE 2023 - Cria o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente da Região Metropolitana de São Luís –GAEMA/SLS.

ATO Nº 89/2023-GPGJ, DE 21 DE MARÇO DE 2023 - Fixar o valor mensal da bolsa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e ensino profissional na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, em R\$ 1.302,00 (Um mil, trezentos e dois reais), e o valor diário em R\$ 43,40 (quarenta e três reais e quarenta centavos). Fixar o valor mensal da bolsa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino de pós-graduação na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, em R\$ 1.933,74 (Um mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos), e o valor diário em R\$ 64,46 (sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

ATO Nº 02/2023-GPGJ, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023 - Abre ao Fundo Especial do Ministério Público Estadual crédito adicional suplementar no valor de R\$ 763.000,00 (setecentos e sessenta e três mil reais) para o fim que especifica.

ATO Nº 01/2023-GPGJ, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023 - Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/2023, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023 - Fica facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de férias não gozadas de até 30 (trinta) dias, relativas ao exercício de 2023 e/ou anteriores.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2023-GPGJ, DE 18 DE AGOSTO DE 2023 - Dispõe sobre a utilização obrigatória de sistema de tecnologia de informação na gestão de contratos administrativos no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2023-GPGJ, DE 09 DE AGOSTO DE 2023 - Os Atos Administrativos contidos em processos eletrônicos, tais como: solicitar, autorizar, manifestar, cientificar, atestar, sugerir, negar, orientar, esclarecer, informar e outros correlatos, devem ser realizados, obrigatoriamente, por meio de Despacho, Memorando, Decisão ou outro documento aplicável, assinado pela autoridade competente e/ou pelo subscritor responsável.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2023-GPGJ, DE 27 DE JUNHO DE 2023 - Fica facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de até 30 (trinta) dias de licença especial e prêmio não gozada.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2023-GPGJ, DE 27 DE JUNHO DE 2023 - Fica facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de férias não gozadas de até 15 (quinze) dias.

